

DETERMINANTES DA FECUNDIDADE EM PORTUGAL



Coordenadora

Maria Filomena Mendes

Paulo Infante

Anabela Afonso

Andreia Maciel

Filipe Ribeiro

Lídia Patrícia Tomé

Rita Brazão de Freitas





Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 8.º piso
1099-081 Lisboa
Telf: 21 001 58 00
ffms@ffms.pt

© Fundação Francisco Manuel dos Santos
Maio de 2016

Director de Publicações: António Araújo

Título: Determinantes da fecundidade em Portugal

Autores: Maria Filomena Mendes
Paulo Infante
Anabela Afonso
Andreia Maciel
Filipe Ribeiro
Lídia Patrícia Tomé
Rita Brazão de Freitas

Revisão do texto: Susana Vieira

Design: Inês Sena
Paginação: Guidesign

Impressão e acabamentos: Guide – Artes Gráficas, Lda.

ISBN: 978-989-8838-58-2

As opiniões expressas nesta edição são da exclusiva responsabilidade dos autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos. Os autores desta publicação adoptaram o novo Acordo Ortográfico. A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada aos autores e ao editor.

DETERMINANTES DA FECUNDIDADE EM PORTUGAL

Maria Filomena Mendes
Paulo Infante
Anabela Afonso
Andreia Maciel
Filipe Ribeiro
Lídia Patrícia Tomé
Rita Brazão de Freitas

DETERMINANTES DA FECUNDIDADE EM PORTUGAL

ÍNDICE

Determinantes da fecundidade em Portugal

13	Abreviaturas
	Capítulo 1
15	Introdução
	Capítulo 2
21	Contextualização ao nível Europeu e regional
22	2.1. Do declínio da fecundidade nos anos 90 à recuperação na primeira década do século XXI: Portugal e a Europa
33	2.2. Padrões da fecundidade em Portugal, o nível regional, desde 2000 a 2013
	Capítulo 3
43	Caracterização da população ao nível da Fecundidade
43	3.1. Fecundidade Realizada e expectativa futura
44	3.2. Fecundidade Realizada – quem não tem <i>vs.</i> quem tem filhos
54	3.3. Fecundidade Desejada – quem quer <i>vs.</i> quem não quer ter filhos
59	3.4. Fecundidade Final Esperada – quantos filhos espera vir a ter
69	3.5. Fecundidade Intencional – diferencial da Fecundidade Final Esperada e Fecundidade Realizada
	Capítulo 4
81	Adiamento da entrada na parentalidade: a decisão em relação ao <i>tempo</i>
82	4.1. Em transição: as mulheres grávidas que estão a fazer a sua transição para o primeiro filho
90	4.2. Da entrada na parentalidade ao terceiro filho: o tempo
94	4.3. A transição para a parentalidade – primeiro, segundo e terceiro filhos
96	4.3.1. A transição para a parentalidade (primeiro filho)
112	4.3.2. A transição para o segundo filho
124	4.3.3. A transição para o terceiro filho
134	4.4. A transição para os que adiaram até aos 40 e mais anos
135	4.4.1. A transição para a parentalidade a partir dos 40 anos
139	4.4.2. A transição para o segundo filho
144	4.5. Discussão dos resultados

	Capítulo 5
147	Determinantes da decisão de não ter filhos
148	5.1. Determinantes para a decisão de não ter transitado para a parentalidade
152	5.1.1. Indivíduos entre os 18 e os 29 anos
157	5.1.2. Indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos
161	5.2. Determinantes para a decisão de tencionar não ter filhos (decisão permanente)
166	5.2.1. Indivíduos entre os 18 e os 29 anos
167	5.2.2. Indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos
170	5.3. Determinantes para a decisão de não ter desejado ter filhos ao longo da vida reprodutiva
176	5.4. Caracterização de quem não pode ter filhos pela sua condição perante a parentalidade
180	5.5. Motivos para não querer ter/ter mais filhos
181	5.5.1. Indivíduos com idades entre os 18 e os 29 anos
186	5.5.2. Indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos
189	5.6. Discussão de resultados
	Capítulo 6
195	Determinantes da decisão de fecundidade: a decisão em relação ao <i>quantum</i>
197	6.1. Fecundidade Realizada
197	6.1.1. Determinantes para ter um filho único
209	6.1.2. Determinantes para ter um dado número de filhos
217	6.2. Fecundidade Desejada: determinantes para o número desejado de filhos
219	6.3. Fecundidade Final Esperada
219	6.3.1. Determinantes para esperar ter apenas um filho
227	6.3.2. Determinantes para o número esperado de filhos
236	6.4. Determinantes para a diferença entre a Fecundidade Final Esperada e a Fecundidade Realizada para os indivíduos entre os 18 e os 39 anos
246	6.5. Motivos para querer ter/ter mais filhos
247	6.5.1. Indivíduos com idades entre os 18 e os 29 anos
250	6.5.2. Indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos
252	6.6. Discussão de resultados

	Capítulo 7
259	Análise dos indivíduos com 40 ou mais anos
259	7.1. Caracterização geral
268	7.2. Conciliação entre o trabalho e a vida familiar
270	7.3. Motivos para não querer ter ou não querer ter mais filhos
274	7.4. Motivos para querer ter ou querer ter mais filhos
278	7.5. Valores relativos à família e aos filhos
282	7.6. Discussão de resultados
	Capítulo 8
285	Considerações finais
319	Bibliografia
	Anexo A
329	Metodologia
329	A.1 Análise de correspondências múltiplas
330	A.2 Estimativas e sua precisão
331	A.3 Limitações encontradas
332	A.4 Tábuas de Fecundidade
334	A.5 Análise de sobrevivência
334	A.6 Regressão logística
337	A.7 Regressão de Poisson
	Anexo B
339	Tabelas do capítulo 3
	Anexo C
355	Tabelas do capítulo 4
	Anexo D
373	Tabelas do capítulo 5
	Anexo E
385	Tabelas do capítulo 6
	Anexo F
399	Tabelas do capítulo 7

Abreviaturas

CV – Coeficiente de variação

FD – Fecundidade Desejada

FFE – Fecundidade Final Esperada

FFMS – Fundação Francisco Manuel dos Santos

FI – Fecundidade Intencional

FR – Fecundidade Realizada

IC – Intervalo de confiança

IMF – Idade Média à Fecundidade

INE – Instituto Nacional de Estatística

ISF – Índice Sintético de Fecundidade

OR – *Odds ratio* (razão de possibilidades)

Capítulo 1

Introdução

Nunca se registaram tão poucos nascimentos em Portugal como hoje e o nosso país tem atualmente um dos mais baixos níveis de fecundidade da Europa e do mundo – o índice sintético de fecundidade (ISF) registado em 2013 foi igual a 1,21 filhos por mulher, e, em 2014, a 1,23.

Se, nos anos seguintes à Revolução de abril de 1974, as mulheres mais jovens tinham tido mais filhos, elevando momentaneamente os valores do ISF, a tendência de queda acentuou-se em seguida. Em 1982, o número médio de filhos por mulher desceu abaixo do limiar da substituição de gerações (nível que equivale a 2,1 filhos por mulher, nas atuais circunstâncias de mortalidade dos países europeus) e no ano de 1994 este índice ficou, pela primeira vez, abaixo do limiar de 1,5 filhos por mulher, valor que é considerado crítico para a sustentabilidade de qualquer população, inviabilizando uma recuperação das gerações no futuro, se tal nível se mantiver durante um longo período (Kohler *et al.*, 2006; Lutz *et al.*, 2006; McDonald, 2008).

Associado ao facto de, globalmente, as mulheres terem, em média, menos filhos, está uma alteração de calendário: o adiamento da maternidade e da paternidade. A idade com que as mães têm filhos é atualmente¹ de 31,5 anos (três anos e meio mais tarde que em meados da década de 90) e a idade com que têm o 1.º filho é de 30,0 anos (quatro anos e meio mais tarde que em meados da mesma década de 90). A proximidade de ambas as idades médias revela ainda que as mulheres em Portugal tendem a ter, tardiamente, apenas um filho.

¹ Dados para 2014.

Atualmente, é frequente associar-se a crise económica e financeira ao adiamento do projeto de fecundidade. E, na realidade, os países mais fustigados pela crise e pela recessão económica estão a adiar o nascimento dos filhos. Segundo dados do Eurostat, para 2013, na Grécia as mulheres tiveram o 1.º filho, em média, aos 29,9 anos, em Chipre aos 29,0 anos, na Irlanda aos 29,4 anos e em Espanha aos 30,4 anos. Em Portugal, como consequência da instabilidade social, dos elevados níveis de desemprego, da emigração, ou por outras razões a determinar, alguns casais ou indivíduos continuam a adiar o nascimento dos filhos. Nessas populações caracterizadas por uma fecundidade adiada, onde simultaneamente a idade média de maternidade já é elevada, aumenta a

aproximação ao limite de fertilidade para grande parte das mulheres e, portanto, a probabilidade de terem mais que um filho diminui significativamente.

Mas a crise económica não explica tudo. De outro modo, como compreender o declínio dos níveis de fecundidade ao longo de várias décadas? Para esta diminuição vários têm sido os argumentos explicativos, como: 1. As mulheres interessam-se mais pela carreira profissional. 2. Os casais querem antes viajar, gozar, estabelecer uma carreira, só depois pensam em filhos. 3. Eles e elas têm em geral receio do futuro (mais do que no passado) e por isso evitam tomar decisões que os prendam eternamente. 4. O Estado não concede subsídios suficientes, nem durante o tempo suficiente para se terem mais filhos. 5. Não há empregos em *part-time* que cheguem. 6. Criou-se uma nova sociedade feita de novos valores (o lúdico, a satisfação imediata, etc.). 7. As mulheres e homens, sobretudo elas, não querem hipotecar a sua vida muito cedo. 8. Os baixos níveis de fecundidade são um indicador de desenvolvimento económico e social.

São interrogações e argumentos legítimos que exigem verificação, o que só é possível pela via do conhecimento dos factos e da sua compreensão. Daí a importância do Inquérito à Fecundidade realizado em 2013.

Apesar de pouco compreendido, o assunto da fecundidade, pelas suas consequências, está na ordem do dia, tendo-se tornado um tema de muito interesse dos académicos e, mais recentemente, de debate alargado na sociedade civil, na comunicação social e mesmo entre políticos e no seio dos governos. Não só por questões que se prendem com a realização dos próprios indivíduos (já que a decisão de se ter um filho é cada vez mais entendida como um projeto pessoal), mas pelos seus efeitos na demografia e, em consequência, na própria sociedade:

- Em resultado do declínio e dos baixos níveis de fecundidade, os nascimentos diminuem e pelo saldo natural (diferença entre nascimentos e óbitos) o aumento populacional fica comprometido, pois a compensação entre os que morrem e os nascimentos deixa de acontecer.
- Em resultado da diminuição de nascimentos, o número de jovens tem diminuído, o que implica que, associado ao aumento da esperança de vida, a população envelheça de forma intensa e acelerada. Há um desequilíbrio geracional que está em curso e que envolve vários setores da sociedade, designadamente o setor da sustentabilidade financeira, não apenas dos sistemas de proteção social, mas do próprio Estado social.
- Poderíamos descrever com a segurança do senso comum as variadas causas desse declínio da fecundidade, mas sabemos muito pouco sobre como os casais, os homens e as mulheres, “ponderam” as razões que os levam a querer ter uma família com menos filhos e a tê-los cada vez mais tarde. Não conhecemos exatamente quais os mais relevantes determinantes

da decisão de fecundidade: o que leva, por exemplo, os casais, que dizem desejar ter mais do que dois filhos, a terem apenas um? Conseguimos identificar o perfil de quem tem filhos, mas não nos é possível perceber quem não tem e por que razões não tem. Por outro lado, continuamos a pensar que as pessoas teriam mais filhos na presença de políticas “incentivadoras” da natalidade. Será verdade? E, em caso afirmativo, de que políticas ou medidas falamos e quais devem ser os seus verdadeiros destinatários? Terão algumas medidas implementadas e bem-sucedidas noutros países adequação em Portugal? Será que o número de nascimentos aumentaria em Portugal se os subsídios fossem mais elevados; se as licenças de parentalidade fossem mais longas; se houvesse mais emprego a tempo parcial; se fosse dado mais tempo aos pais para o acompanhamento dos filhos; se fossem facilitados empregos para quem tivesse filhos; se houvesse mais subsídios de educação e de transporte; se houvesse uma melhor rede de apoio à primeira infância?

Em suma, apesar do inegável interesse da sociedade pelo tema da fecundidade, existe, na verdade, um elevado grau de desconhecimento em relação a ele, quando falamos de Portugal. A escassez de informação é a primeira razão e a segunda é a análise da mesma.

A realização, em 2013, do Inquérito à Fecundidade (IFEC), no âmbito de um protocolo celebrado em 2012 entre a Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS) e o Instituto Nacional de Estatística (INE), veio compensar o défice de informação. O inquérito foi aplicado a uma amostra representativa de mulheres entre os 18 e os 49 anos e de homens entre os 18 e os 54 anos.

O questionário foi concebido de modo a permitir, pela primeira vez, analisar a fecundidade sob diferentes ângulos: a **fecundidade realizada** (*i.e.*, o número de filhos tidos), a **fecundidade desejada ou ideal** (o número de filhos que gostaria de ter/ou ter tido ou que considera ideal para uma família), a **fecundidade intencional** (o número de filhos que pretende ainda vir a ter) e, por último, a **fecundidade final esperada** (que acumula o número de filhos tidos – fecundidade realizada – com o número de filhos que tenciona ainda vir a ter – fecundidade intencional).

Além da divulgação pública dos primeiros resultados em novembro de 2013, a qual ficou a cargo de uma iniciativa conjunta entre o INE e a FFMS, e da publicação “Inquérito à Fecundidade 2013”, do INE, no final de junho de 2014, interessa aprofundar ainda mais a análise dos dados. Esta fonte riquíssima de informação (IFEC) pode ser utilizada para compreender os fatores determinantes sobre a decisão de se terem filhos ou não ou sobre a intenção ou desejo de se terem filhos.

O projeto **Determinantes da Fecundidade em Portugal**, financiado pela FFMS, pretende realizar uma análise aos dados do inquérito que podemos estruturar da seguinte forma:

1. Análise compreensiva da *Fecundidade Realizada* e da *Fecundidade Final Esperada*, tendo em conta:
 - a) O *contexto* (fatores associados ao indivíduo, que nascem com ele ou que adquire ao longo do curso de vida);
 - b) A *conjugalidade* (fatores associados ao indivíduo e à existência ou não de um parceiro – cônjuge ou companheiro);
 - c) Os *valores parentais* (identificados como associados à constituição de uma família com filhos e o que para tal se considera importante).
2. Estudo dos determinantes da *Fecundidade Realizada*, *Fecundidade Desejada*, *Fecundidade Final Esperada* e das diferenças entre esta última e a *Fecundidade Realizada*, ou seja, a *Fecundidade Intencional*.
3. Estudo em profundidade de subgrupos específicos da população: Quem não tem nem tenciona ter filhos/Quem tenciona vir a ter filhos (ou quer ter mais filhos)/Quem não tenciona ter mais/Quem tem um filho/Quem espera ter apenas um filho no final da sua vida reprodutiva.
4. Estudo da entrada na parentalidade: transição para o primeiro, segundo e terceiro filhos.

Os resultados esperados poderão ser extremamente úteis não apenas na previsão e planeamento de políticas públicas devidamente sustentadas, mas também para os responsáveis dos setores públicos e privados, no âmbito dos projetos de responsabilidade social, e ainda para todos os cidadãos que direta ou indiretamente (médicos, professores, outras organizações profissionais ou cívicas, etc.) se interessem em melhor compreender os comportamentos de fecundidade da população portuguesa.

Neste trabalho apresentamos as diferentes análises realizadas ao longo do projeto que resultaram da incorporação de críticas e sugestões recebidas no debate que ocorreu durante o *workshop* de apresentação dos primeiros resultados, realizado em julho de 2014.

A baixa fecundidade não é característica apenas da sociedade portuguesa. Deste modo, no capítulo 2 começamos por contextualizar a situação portuguesa no quadro dos restantes países da Europa. Além disso, fazemos uma descrição da evolução do comportamento da fecundidade portuguesa ao nível regional ao longo da última década. De seguida, no capítulo 3, realizamos uma breve caracterização dos residentes (mulheres dos 18 aos 49 anos de idade e homens dos 18 aos 54) em Portugal, à data do inquérito, tendo em conta os vários tipos de fecundidade que serão estudados ao longo deste trabalho. O capítulo 4 inicia-se com a caracterização das mulheres grávidas que estão a fazer a sua

transição para o primeiro filho e, em seguida, debruçamo-nos sobre a entrada na parentalidade e nas transições para os filhos seguintes, numa tentativa de compreender estas dinâmicas de transição e de conhecer alguns fatores responsáveis pelo adiamento do nascimento do primeiro, do segundo e do terceiro filhos. No capítulo 5 identificam-se as variáveis determinantes para a decisão de não se terem filhos (de uma forma permanente ou temporária) e para a decisão de não se ter desejado ter filhos ao longo da vida reprodutiva. São também alvo de estudo os indivíduos com e sem filhos e que reportaram não poder ter (mais) filhos. No capítulo 6, focamos a nossa análise no número de filhos tidos. Identificamos variáveis determinantes para a decisão de se ter apenas um único filho, ou por se esperar ter dois, três ou mais filhos. São também identificadas as variáveis consideradas como responsáveis para os indivíduos já terem encerrado o seu ciclo reprodutivo. No capítulo 7, os indivíduos com 40 anos ou mais foram estudados separadamente dos restantes, tendo-se optado por realizar uma análise mais dirigida para a caracterização da população em termos do evento de estudo e não da modelação estatística desse evento, similar à realizada para o grupo etário dos 18 aos 39 anos. Finalmente, no capítulo 8 é feita uma sùmula geral dos resultados.

Capítulo 2

Contextualização ao nível Europeu e regional

Na Europa, a preocupação com os baixos níveis de fecundidade tem sido constante desde meados do século passado. Esta tendência de declínio da fecundidade, que afeta diretamente o crescimento e a estrutura populacional dos países europeus, acentuou-se depois da década de 60 do século passado.

A queda da natalidade não é, no entanto, o efeito direto de uma causa única, mas é, sim, motivada por uma multiplicidade de fatores que, transversalmente em toda a Europa, se refletiram primeiramente num declínio no número de filhos (o *quantum*), agravado mais tarde pelo efeito do adiamento (o *tempo*) da idade em que se têm filhos (Mendes, 2012; Tomé, 2015).

Neste contexto de declínio e adiamento da fecundidade, Portugal não é a exceção, embora nos anos imediatamente após a Revolução de 1974 o comportamento de fecundidade das mulheres mais jovens tenha provocado um aumento dos níveis do Índice Sintético de Fecundidade (ISF), na medida em que anteciparam a idade em que foram mães. Todavia, essa tendência desvaneceu-se nos anos seguintes. Em 1982, o número médio de filhos por mulher desceu abaixo de 2,1 – o limiar de substituição das gerações, mantendo-se os atuais níveis de mortalidade. Em 1994, em Portugal, o número médio de filhos por mulher encontrava-se abaixo de 1,5, valor considerado como o limiar crítico de sustentabilidade das populações (Tomé, 2015; Mendes e Tomé, 2014; Kohler *et al.*, 2006).

No entanto, apenas em 2012 Portugal regista pela primeira vez um valor do ISF abaixo de 1,3 filhos por mulher, valor apontado na literatura como *lowest-low* (o mais baixo de entre os baixos) e que décadas antes já caracterizava outros países do Sul da Europa (Kohler e Ortega, 2002; Kohler *et al.*, 2006).

Valores registados pelo ISF abaixo de 1,5 e 1,3 são considerados preocupantes do ponto de vista demográfico, não só pelo reflexo direto da queda do número de nascimentos, mas pelas suas implicações no processo de envelhecimento e de declínio demográfico. Alguns autores argumentam que em situações com níveis de fecundidade inferiores àqueles valores, na ausência de movimentos migratórios, será difícil às populações uma recuperação dos nascimentos, dada a sua estrutura populacional conseqüentemente envelhecida (Frejka e Sobotka, 2008; Kohler *et al.*, 2002; Kohler *et al.*, 2005).

2.1. Do declínio da fecundidade nos anos 90 à recuperação na primeira década do século XXI: Portugal e a Europa

Em 2005 Kohler e os seus colegas defendiam novos conceitos, redefinindo a dinâmica de fecundidade europeia, em resultado dos valores extremamente baixos observados durante o final do século XX. Para estes autores, a alteração do padrão de fecundidade europeu explicava-se por profundas transformações económicas e sociais que contribuíam para um contínuo adiamento da fecundidade.

Alguns autores explicam a evolução demográfica, nomeadamente no respeitante às transformações nos padrões de fecundidade, no âmbito de um processo que data dos anos 60 do século XX e que denominam de Segunda Transição Demográfica. Esse processo caracteriza-se essencialmente pela redução do número de filhos, pelo adiamento da parentalidade e pela emergência de novos modelos de construção e de composição da família (Van de Kaa, 1987; Surkyn e Lesthaeghe, 2004; Sobotka, 2013), motivados pelo aumento dos níveis de escolaridade, pela participação feminina no mercado de trabalho, pelo aumento das aspirações económicas e profissionais, bem como pelo crescente desejo de autorrealização (Lesthaeghe, 2010). De acordo com esta teoria, o declínio da fecundidade é inicialmente marcado pela redução do *quantum* e, a seguir, pelo adiamento da fecundidade para idades cada vez mais tardias (Lesthaeghe e Willems, 1999).

A teoria da Segunda Transição Demográfica enfatiza ainda o papel das alterações comportamentais e normativas sobre as trajetórias reprodutivas (Maciel, 2015), entre as quais se incluem as motivações para a parentalidade e o valor social da criança, relacionando-as com outras premissas, como as concatenadas com a conjugalidade. Também os contextos sociais e familiares, ao somarem-se às circunstâncias pessoais, são referidos como fatores que continuam a influenciar o modo como os indivíduos delineiam as suas decisões reprodutivas. Neste âmbito, Ajzen e colegas (*i.e.*, Ajzen e Klobas, 2013) defendem que comportamentos exibidos por familiares e amigos incentivam os indivíduos a comportarem-se de forma semelhante.

A par da teoria da Segunda Transição Demográfica, a teoria da individualização proposta por Beck e Beck-Gernsheim (2002), que acrescenta às questões anteriores o papel ativo das mulheres na sociedade e nas suas decisões pessoais e familiares, permitem explicar a evolução da fecundidade europeia das últimas três décadas.

A conjuntura económica e social recente, mas também as novas dinâmicas ao nível familiar e pessoal alteraram efetivamente os comportamentos de fecundidade na Europa, em particular nos países da Europa do Sul mais fustigados pela crise económica, consolidando o padrão tardio com uma acentuada

concentração dos nascimentos em torno dos 30 anos de idade (Tomé, 2015; Sobotka, 2013; Mendes, 2012).

Neste sentido, procede-se a uma breve caracterização do comportamento da fecundidade em Portugal, comparando-o com o conjunto dos restantes países europeus, com base na evolução dos principais indicadores de fecundidade. Para tal, agruparam-se os países em quatro regiões, segundo critérios não exclusivamente de localização geográfica, mas também de acordo com características demográficas e da recente evolução social e económica.

Selecionou-se, para esta análise, informação relativa aos 28 países que compõem atualmente a União Europeia, entre 1990 e 2013. Considerámos os seguintes agrupamentos de países:

- *Europa do Sul*: Chipre, Espanha, Grécia, Itália, Malta e Portugal.
- *Europa do Norte*: Dinamarca, Finlândia e Suécia.
- *Europa Central*: Croácia, Estónia, Eslováquia, Eslovénia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia e República Checa.
- *Europa de Leste*: Bulgária e Roménia.
- *Europa Ocidental*: Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Irlanda, Luxemburgo, Países Baixos e Reino Unido.

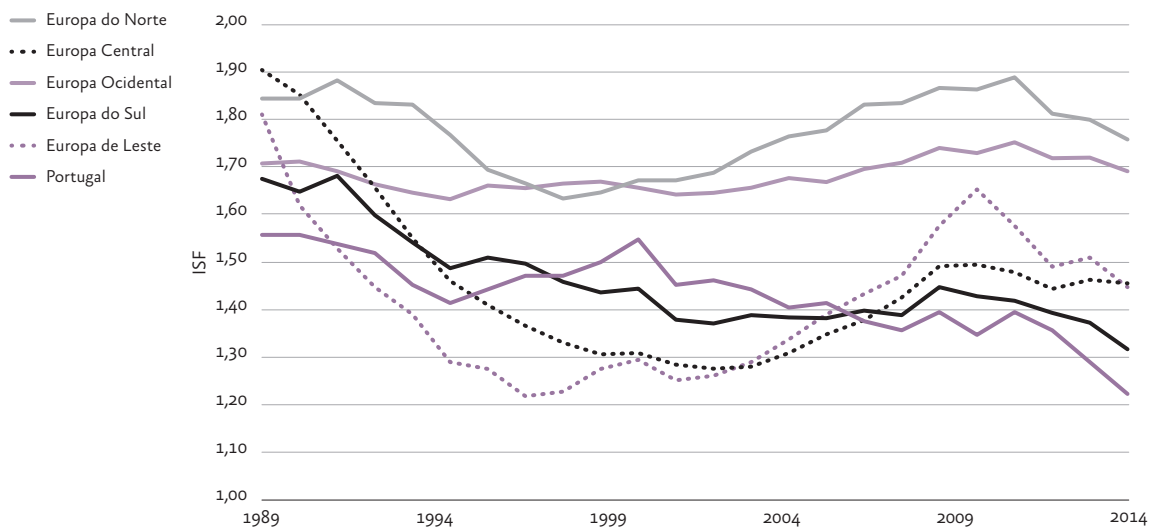
Mendes e Tomé (2014) identificaram, na Europa, a existência de dois grupos distintos no que à evolução do ISF diz respeito. Estes dois grupos demarcam-se, na medida em que apresentam valores do ISF superiores ou inferiores a 1,5 filhos por mulher.

A Figura 2.1 enfatiza esta divisão e evidencia igualmente ligeiras oscilações (sinais de recuperação) em alguns países em determinados períodos. Entre 1990 e 2013 foram os países do Norte da Europa e da Europa Ocidental que se mantiveram acima de 1,5 filhos por mulher, apresentando, na sua generalidade, valores muito perto de 2 filhos. Foram os países da Europa Central, do Leste e do Sul os que apresentaram um número médio de filhos por mulher abaixo dos 1,5, entre os quais se destacam os países do Sul que, desde 2008, apresentam os valores mais baixos.

Em 1990, a média de filhos por mulher, no Sul da Europa, era de 1,7 filhos, apresentando Portugal valores ligeiramente abaixo de 1,6, naquele mesmo ano. Esta tendência manteve-se até 1997, ano a partir do qual, e embora não se observassem sinais significativos de recuperação sustentada do declínio, Portugal começou a apresentar, contudo, um número médio de filhos por mulher superior à média dos países do Sul da Europa.

Em 2008 a fecundidade voltou a diminuir em Portugal, em simultâneo com os seus pares do Sul, sendo em 2013 o país que apresentava o ISF mais baixo, não apenas do Sul, mas de todos os países considerados nesta análise (Tabela 2.1).

Figura 2.1 Índice Sintético de Fecundidade (ISF) em Portugal e Regiões Europeias, nos anos entre 1990 e 2013.



Entre os anos de 1990 e 2000 observa-se um crescimento negativo do número médio de filhos, com exceção para 5 dos 28 países (Tabela 2.1). Bélgica, Dinamarca, França, Luxemburgo e Países Baixos foram os únicos países que mantiveram a sua fecundidade acima de 1,5 filhos por mulher. Entre os países que mais perderam em termos de fecundidade destacam-se essencialmente os países do Leste da Europa.

Tabela 2.1 Índice Sintético de Fecundidade nos Países da União Europeia (28 Estados-membros), nos anos de 1990, 2000, 2008 e 2013 e respetivas diferenças.

Países	1990 (a)	2000 (b)	2008 (c)	2013 (d)	Taxa de variação (%) (b-a)/a	Taxa de variação (%) (c-b)/b	Taxa de variação (%) (d-c)/c
Alemanha	-	1,38	1,38	1,40	-	0,0	1,4
Áustria	1,46	1,36	1,42	1,44	-6,8	4,4	1,4
Bélgica	1,62	1,67	1,85	1,75	3,1	10,8	-5,4
Bulgária	1,82	1,26	1,56	1,48	-30,8	23,8	-5,1
Chipre	2,41	1,64	1,48	1,30	-32,0	-9,8	-12,2
Croácia	-	1,46	1,55	1,46	-	6,2	-5,8
Dinamarca	1,67	1,77	1,89	1,67	6,0	6,8	-11,6
Eslováquia	2,09	1,3	1,34	1,34	-37,8	3,1	0,0
Eslovénia	1,46	1,26	1,53	1,55	-13,7	21,4	1,3
Espanha	1,36	1,23	1,45	1,27	-9,6	17,9	-12,4
Estónia	2,05	1,36	1,72	1,52	-33,7	26,5	-11,6
Finlândia	1,78	1,73	1,85	1,75	-2,8	6,9	-5,4
França	1,78	1,89	2,01	1,99	6,2	6,3	-1,0
Grécia	1,4	1,27	1,47	1,3	-9,3	15,7	-11,6
Hungria	1,87	1,32	1,35	1,35	-29,4	2,3	0,0
Irlanda	2,11	1,89	2,06	1,96	-10,4	9,0	-4,9
Itália	1,33	1,26	1,45	1,39	-5,3	15,1	-4,1
Letónia	-	1,25	1,58	1,52	-	26,4	-3,8
Lituânia	2,03	1,39	1,45	1,59	-31,5	4,3	9,7
Luxemburgo	1,60	1,76	1,61	1,55	10,0	-8,5	-3,7
Malta	2,04	1,70	1,43	1,38	-16,7	-15,9	-3,5
Países Baixos	1,62	1,72	1,77	1,68	6,2	2,9	-5,1
Polónia	2,06	1,37	1,39	1,29	-33,5	1,5	-7,2
Portugal	1,56	1,55	1,39	1,21	-0,6	-10,3	-12,9
Reino Unido	1,83	1,64	1,91	1,83	-10,4	16,5	-4,2
República Checa	1,90	1,15	1,51	1,46	-39,5	31,3	-3,3
Roménia	1,83	1,31	1,6	1,41	-28,4	22,1	-11,9
Suécia	2,13	1,54	1,91	1,89	-27,7	24,0	-1,0

(Fonte: PORDATA e Eurostat)

Entre 2000 e 2008 foram registados alguns sinais de recuperação da fecundidade, de forma transversal a todos os 28 países europeus, com exceção de um crescimento negativo observado em Chipre, Luxemburgo, Malta e Portugal. Este crescimento positivo ou nulo para alguns países foi interrompido pela crise económica que assolou a Europa a partir de 2008. Em 2013, somente 6 países apresentaram algum crescimento ou mantiveram o valor de ISF já

observado em 2008 (Alemanha, Áustria, Eslováquia, Eslovénia, Hungria e Lituânia). Este contexto de crise económica e financeira afetou especialmente os países do Sul da Europa.

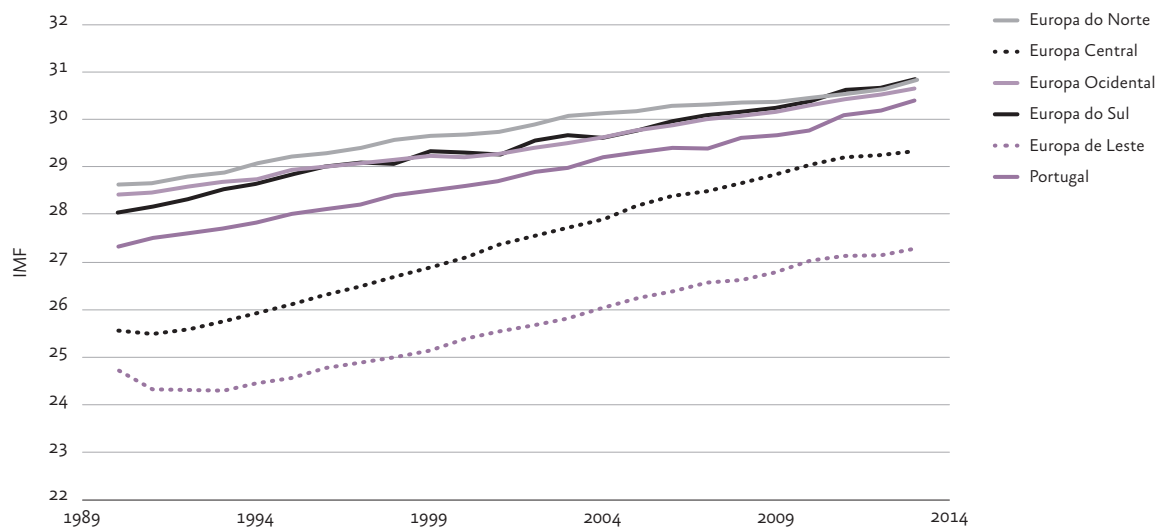
No conjunto dos países europeus, Espanha, Grécia e Itália são aqueles que mais próximos estão de Portugal e, por isso, importa analisá-los com maior detalhe. Em 1990 e em 2000, Portugal apresentava, de facto, a fecundidade mais elevada, contudo o crescimento negativo verificado nos diferentes países entre aquelas duas datas não difere substancialmente. As alterações mais significativas ocorreram entre 2000 e 2013. Todavia, entre 2000 e 2008, observou-se uma ligeira recuperação do ISF em Espanha, Itália e Grécia, em contraciclo com Portugal. Espanha recuperava 18 %, Itália 15 % e Grécia 16 % da sua fecundidade, medida através da variação do ISF, enquanto Portugal perdia 10 %.

Desde 2008 até 2013, Portugal lidera a queda do número médio de nascimentos por mulher em idade fértil, seguido muito de perto por Espanha e Chipre, bem como por um grupo de países do Centro e Leste da Europa e pela Dinamarca.

No mesmo sentido, identificou-se por toda a Europa uma tendência geral no sentido do aumento da idade ao nascimento dos filhos (Basten *et al.*, 2013; Ortega e Kohler, 2002; entre outros). De entre os grupos de países em análise, entre 1990 e 2013, os países da Europa Central e de Leste apresentam as idades médias à fecundidade (IMF) mais baixas (Figura 2.2). Das restantes zonas da Europa é o Norte que se destaca, com idades médias mais elevadas que já em 1990 rondavam os 29 anos.

Contudo, desde 2008, a Europa do Sul lidera no respeitante à idade média da fecundidade, apresentando, em 2013, uma idade média de 30,9 anos que, não sendo expressivamente superior às médias do Norte e Centro da Europa, é reveladora dos efeitos do adiamento no calendário (*tempo*) da fecundidade. Portugal segue a tendência dos seus pares do Sul da Europa, ainda que com um ligeiro desfasamento, apresentando, comparativamente com estes, valores mais baixos.

Figura 2.2 Idade Média da Fecundidade (IMF) em Portugal e Regiões Europeias, nos anos entre 1990 e 2013.



O adiamento da fecundidade é transversal a todos os países europeus, contudo, na análise da idade média à fecundidade, não podemos deixar de referir que estamos a medir a idade em que, em média, um qualquer nascimento poderá ocorrer (qualquer que seja a ordem), e, nesse sentido, este indicador é influenciado pelo maior ou menor número de nascimentos de ordens superiores. Ou seja, um maior número de filhos de segunda, terceira ou quarta ordem pode fazer aumentar, por si só, aquela idade média.

Considerando os valores da idade média em Portugal nos anos de 1990, 2000, 2010 e 2013 (Tabela 2.2), observa-se um aumento de aproximadamente um ano entre os vários momentos em análise, evolução em tudo semelhante aos seus pares europeus. Todavia, de notar que a Espanha, a Irlanda e a Itália são os países que apresentam os valores de idade média mais elevados, nomeadamente, nos dois anos mais recentes, 31,7, 31,6 e 31,5 anos, respetivamente.

Tabela 2.2 Idade Média à Fecundidade nos Países da União Europeia (28 Estados-membros), nos anos de 1990, 2000, 2008 e 2013.

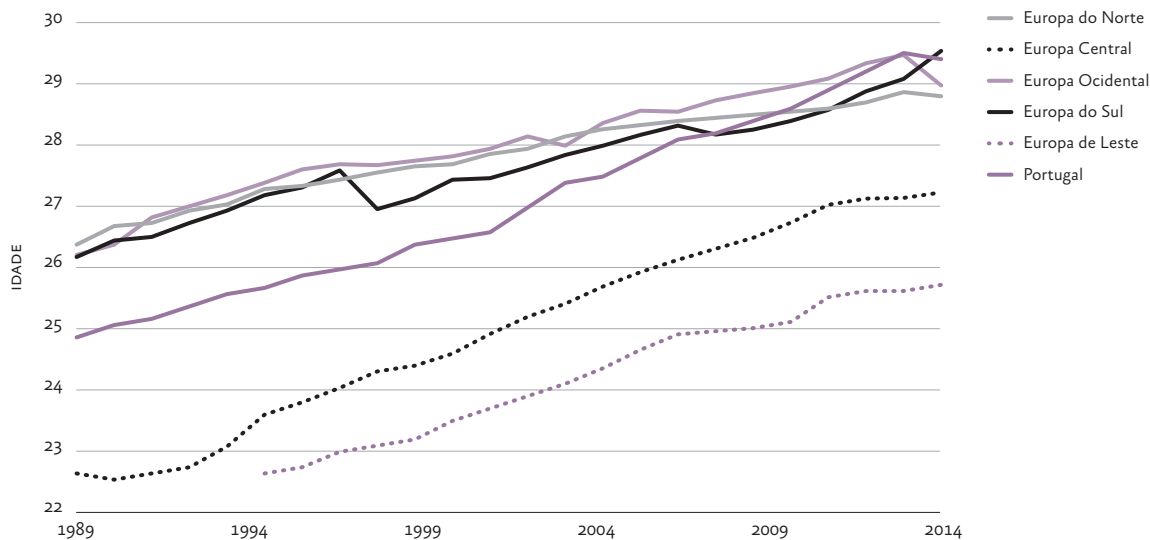
Países	1990	2000	2008	2013	Países	1990	2000	2008	2013
Alemanha	-	28,8	30,1	30,8	Hungria	25,6	27,3	28,9	29,5
Áustria	27,2	28,2	29,5	30,3	Irlanda	29,9	30,4	31,3	31,6
Bélgica	27,9	28,8	29,6	30,2	Itália	28,9	30,4	31,1	31,5
Bulgária	23,9	25,0	26,5	27,1	Letónia	-	26,7	28,1	29,0
Chipre	27,1	28,7	30,1	30,8	Lituânia	25,9	26,6	28,1	29,2
Croácia	-	-	28,7	29,6	Luxemburgo	28,4	29,3	30,5	31,3
Dinamarca	28,5	29,7	30,4	30,8	Malta	28,9	27,9	29,2	30,0
Eslováquia	25,1	26,6	28,3	28,8	Países Baixos	29,3	30,3	30,7	31,0
Eslovénia	25,9	28,2	29,9	30,1	Polónia	26,2	27,3	28,5	29,0
Espanha	28,9	30,7	30,8	31,7	Portugal	27,3	28,6	29,6	30,4
Estónia	25,6	26,9	28,7	29,5	Reino Unido	27,7	28,5	29,3	30,0
Finlândia	28,9	29,6	30,1	30,5	República Checa	24,8	27,2	29,3	29,9
França	28,3	29,3	29,8	30,2	Roménia	25,5	25,7	26,7	27,4
Grécia	27,2	29,5	30,2	30,9	Suécia	28,6	29,9	30,6	30,9

(Fonte: PORDATA e Eurostat)

O aumento da idade média à fecundidade foi acompanhado por um outro fenómeno, o do aumento da idade média ao nascimento do primeiro filho e pela aproximação entre ambas as idades médias. Esta proximidade é um nítido reflexo do adiamento da fecundidade e da concentração dos nascimentos em torno da idade ao primeiro nascimento, ou seja, muitos casais optam por ter um filho único, e os que decidem ter mais filhos concentram os nascimentos num curto período de tempo, logo a seguir ao primeiro (Sobotka, 2013; Basten *et al.*, 2013).

A Figura 2.3 apresenta a evolução da idade média ao nascimento do primeiro filho nas cinco Regiões Europeias em análise e em Portugal. À semelhança do que aconteceu na análise da IMF, de entre o conjunto de países em estudo, de 1990 a 2013, a Europa Central e de Leste registam as idades médias mais baixas. De um modo geral, são os países do Norte e do Centro da Europa que apresentam idades mais elevadas ao nascimento do primeiro filho, seguidos, de muito próximo, pelos países do Sul. Em 2013, as idades médias ao nascimento do primeiro filho mais elevadas registam-se no Sul (Itália aos 30,6 anos e Espanha aos 30,4), e, uma vez mais, Portugal segue a tendência dos países do Sul.

Figura 2.3 Idade média ao nascimento do primeiro filho (IM1.ºF), em Portugal e Regiões Europeias, nos anos de 1990 a 2013.



(Fonte: PORDATA e Eurostat)

Uma vez que a idade média à fecundidade e a idade média ao nascimento do primeiro filho apresentam comportamentos semelhantes e com a mesma tendência ascendente até 2013, a Tabela 2.3 apresenta os valores da diferença entre as duas idades, nos anos de 1990, 2000, 2008 e 2013.

Nos anos em análise destacam-se três países com uma diferença entre as idades superior a 2,5 anos e que mantiveram constante essa diferença. São eles a Estónia, a Letónia e a Lituânia, países que, com exceção do ano de 2000, mantiveram ao longo do período em análise um número médio de filhos superior a 1,5 filhos por mulher (Tabela 2.3).

De entre os 28 países sob análise, apenas a França, a Letónia, o Luxemburgo e o Reino Unido viram a diferença entre as idades aumentar entre 1990 e 2013, sendo que no ano de 2013 os maiores afastamentos registaram-se na Estónia (3 anos), Letónia (2,9), Lituânia (2,5), Polónia (2,3), Irlanda (2,2), em França (2,1) e na Finlândia (2,0). Em sentido oposto, com a menor diferença, destaca-se a Itália que apresentava em 2013 uma das mais elevadas IMF e protagoniza agora a menor diferença entre ambas as idades (0,9 anos). Também a Grécia, em 2013, regista uma diferença de apenas 1 ano e Portugal de 1,5 anos.

Se centrarmos a nossa atenção na evolução portuguesa, verificamos uma redução na diferença entre ambas as idades médias. Entre 1990 e 2013, este valor passou de 2,4 anos para 1,5, correspondendo a uma redução de aproximadamente 38 %². De forma constante e com exceção dos países referidos anteriormente, Portugal e os restantes membros da União Europeia apresentam

² De acordo com os dados divulgados pelo INE para Portugal em 2014, o Índice Sintético de Fecundidade subiu ligeiramente para 1,23 filhos por mulher, e as idades médias à fecundidade para 31,5 anos e ao nascimento do 1.º filho para 30,0 anos, o que significa que as mulheres residentes no nosso país estão, na sua maioria, não apenas a ter descendências de filhos únicos, como também as que têm mais de um filho estão a utilizar um estreitíssimo intervalo de idades para concretizarem a sua fecundidade final. Ao utilizarmos como base o ISF, estamos a admitir que as taxas de fecundidade por idades observadas no ano em análise se manterão constantes ao longo do curso de vida destas mulheres.

cada vez maior aproximação entre ambas as idades médias, um reflexo direto da redução do *quantum* num quadro de constante aumento do *tempo*.

Tabela 2.3 Idade média ao nascimento do primeiro filho (IM1.ºF), diferença entre a idade média à fecundidade (IMF) e a idade média ao nascimento do primeiro filho (IM1.ºF), nos Países da União Europeia (28 Estados-membros), nos anos de 1990, 2000, 2008 e 2013.

Países	IDADE MÉDIA AO NASCIMENTO DO 1.º FILHO				DIFERENÇA ENTRE A IMF E A IM1.ºF			
	1990	2000	2008	2013	1990	2000	2008	2013
Alemanha	-	-	-	29,3	-	-	-	1,5
Áustria	25,0	26,4	27,8	28,8	2,2	1,8	1,7	1,5
Bélgica	26,4	27,0	27,8	28,5	1,5	1,8	1,8	1,7
Bulgária	-	23,5	25,0	25,7	-	1,5	1,5	1,4
Chipre	-	26,2	28,3	29,0	-	2,5	1,8	1,8
Croácia	-	-	26,9	28,0	-	-	1,8	1,6
Dinamarca	26,4	27,8	-	-	2,1	1,9	-	-
Eslováquia	-	24,2	26,4	26,9	-	2,4	1,9	1,9
Eslovénia	-	26,5	28,2	28,5	-	1,7	1,7	1,6
Espanha	26,8	29,1	29,3	30,4	2,1	1,6	1,5	1,3
Estónia	22,7	23,9	25,7	26,5	2,9	3,0	3,0	3,0
Finlândia	26,5	27,4	28,2	28,5	2,4	2,2	1,9	2,0
França	-	27,8	-	28,1	-	1,5	-	2,1
Grécia	-	28,0	28,8	29,9	-	1,5	1,4	1,0
Hungria	-	25,1	27,2	27,7	-	2,2	1,7	1,8
Irlanda	-	27,6	28,9	29,4	-	2,8	2,4	2,2
Itália	26,9	-	-	30,6	2,0	-	-	0,9
Letónia	-	24,0	25,3	26,1	-	2,7	2,8	2,9
Lituânia	-	23,9	25,6	26,7	-	2,7	2,5	2,5
Luxemburgo	-	28,3	29,2	30,0	-	1,0	1,3	1,3
Malta	-	-	27,2	28,4	-	-	2,0	1,6
Países Baixos	-	28,6	29,1	29,4	-	1,7	1,6	1,6
Polónia	-	24,5	26,0	26,7	-	2,8	2,5	2,3
Portugal	24,9	26,5	27,7	28,9	2,4	2,1	1,9	1,5
Reino Unido	27,3	29,1	30,3	28,3	0,4	-0,6	-1,0	1,7
República Checa	-	25,0	27,3	28,1	-	2,2	2,0	1,8
Roménia	-	23,6	25,1	25,8	-	2,1	1,6	1,6
Suécia	26,3	27,9	28,8	29,1	2,3	2,0	1,8	1,8

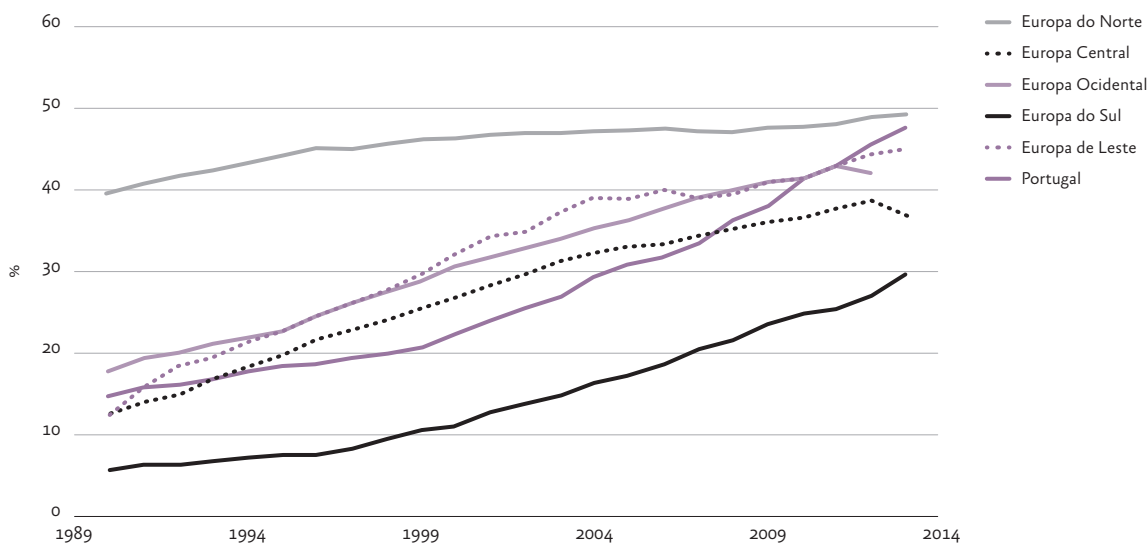
(Fonte: Eurostat)

A semelhança de comportamentos observada por toda a Europa altera-se quando analisamos um outro indicador do comportamento da fecundidade dos europeus: a proporção de nascimentos fora do casamento.

No início dos anos 90 do século xx, já os países nórdicos apresentavam uma proporção de nascimentos fora do casamento de aproximadamente 40 %, contrastando com os valores entre 10 e 20 % registados na Europa Central e Ocidental e ainda mais longe dos 6 % observados, em média, na Europa do Sul. A tendência de crescimento que se observou desde a década de 1960 consolidou-se durante as décadas de 80 e 90, tendo sido amplamente discutida na produção científica mais recente em demografia, nomeadamente, como sendo um efeito das transformações implicadas na Segunda Transição Demográfica (e.g. Sobotka, 2013 e 2008; Rydell, 2002; Bettio e Villa, 1998).

No ano de 2013, Portugal encontrava-se já entre os países europeus com maior proporção de nascimentos fora do casamento (Figura 2.4), numa tendência sempre crescente, em particular, desde 1990.

Figura 2.4 Proporção de nados-vivos fora do casamento em Portugal e Regiões Europeias, nos anos entre 1990 e 2013.



As cinco Regiões Europeias demograficamente delimitadas, apesar de apresentarem semelhanças de comportamento, contêm em si próprias assimetrias que podem ser exploradas com maior detalhe, ao nível dos países que as compõem, através da Tabela 2.4. Em 1990, apenas a Dinamarca e a Suécia apresentavam proporções superiores a 40 % e, em sentido oposto, Chipre e Grécia registavam valores inferiores a 3 %. Foram claramente os Países Nórdicos

os que menos aumentaram a proporção de nascimentos fora do casamento, ultrapassando, no entanto, na atualidade os 50 %.

A situação do Sul da Europa é peculiar pela dispersão de valores, variando entre 7 % na Grécia e 47,6 % em Portugal, no ano de 2013. O Sul, a par do Leste da Europa, apresentam maior heterogeneidade de valores dentro das respetivas regiões. Esta diversidade pode ser explicada por se encontrarem em diferentes fases de adaptação à Segunda Transição Demográfica, não podendo ser negligenciada a influência da própria evolução demográfica, económica e social dos países.

Tabela 2.4 Proporção de nados-vivos fora do casamento, nos Países da União Europeia (28 Estados-membros), nos anos de 1990, 2000, 2008 e 2013.

Países	1990	2000	2008	2013	Países	1990	2000	2008	2013
Alemanha	10,5	23,4	32,1	34,8	Hungria	13,1	29,0	39,5	45,6
Áustria	23,6	31,3	38,8	-	Irlanda	14,6	31,5	33,4	-
Bélgica	11,6	28,0	44,6	-	Itália	6,5	9,7	-	26,9
Bulgária	12,4	38,4	51,1	59,1	Letónia	16,9	40,4	43,2	44,6
Chipre	0,7	2,3	8,9	-	Lituânia	7,0	22,6	26,6	29,5
Croácia	7,0	9,0	12,0	16,1	Luxemburgo	12,8	21,9	30,2	37,8
Dinamarca	46,4	44,6	46,2	51,5	Malta	1,8	10,6	25,4	25,9
Eslováquia	7,6	18,3	30,1	37,0	Países Baixos	11,4	24,9	41,2	47,4
Eslovénia	24,5	37,1	52,8	58,0	Polónia	6,2	12,1	19,9	23,4
Espanha	9,6	17,7	33,2	40,9	Portugal	14,7	22,2	36,2	47,6
Estónia	27,2	54,5	59,0	-	Reino Unido	27,9	39,5	45,4	-
Finlândia	25,2	39,2	40,7	42,1	República Checa	8,6	21,8	36,3	45,0
França	30,1	43,6	52,6	-	Roménia	-	25,5	27,4	30,5
Grécia	2,2	4,0	5,9	7,0	Suécia	47,0	55,3	54,7	54,4

(Fonte: PORDATA e Eurostat)

No contexto do quadro europeu, Portugal apresenta um dos mais baixos níveis de fecundidade, como resultado da conjugação dos efeitos da diminuição do número de filhos tidos (*quantum*) e do avanço da idade em que os casais têm esses filhos (*tempo*). Embora tenha iniciado mais tardiamente do que a maioria dos países europeus esta trajetória demográfica, Portugal aproxima-se dos indicadores europeus e até ultrapassa em alguns casos a maioria dos países.

Embora os indicadores aqui apresentados digam respeito ao panorama geral da evolução da fecundidade europeia e portuguesa, não podemos ignorar que em última análise “a fecundidade de um país não é senão o resultado do somatório de milhões de decisões individuais, tomadas por cada casal, por cada mulher, na intimidade da sua vida privada, condicionadas pelas suas circunstâncias

específicas” (Mendes e Tomé, 2014). E são estas decisões que determinam a fecundidade dos indivíduos e, no seu conjunto, o número de nascimentos de um país.

2.2. Padrões da fecundidade em Portugal, o nível regional, desde 2000 a 2013

Na Europa, durante décadas, o comportamento de fecundidade apresentou uma dicotomia Norte-Sul que era, de certo modo, replicada no nosso país. Portugal apresentou ao longo da sua evolução demográfica recente uma clara diferenciação de comportamentos entre o Norte e o Sul. Em 1977, Nazareth argumentava que aquelas diferenças haviam sido motivadas pela facilidade de entrada da população jovem no mercado de trabalho e consequente acesso ao casamento e à capacidade de constituir família (Mendes e Tomé, 2014). Bandeira, em 2004, colocava esta mesma questão na perspetiva de uma lenta e tardia modernização, com o Norte do país onde a defesa dos valores familiares e a importância do papel tradicional da família prevaleceram durante mais tempo e que, por isso, permanecia mais fecundo.

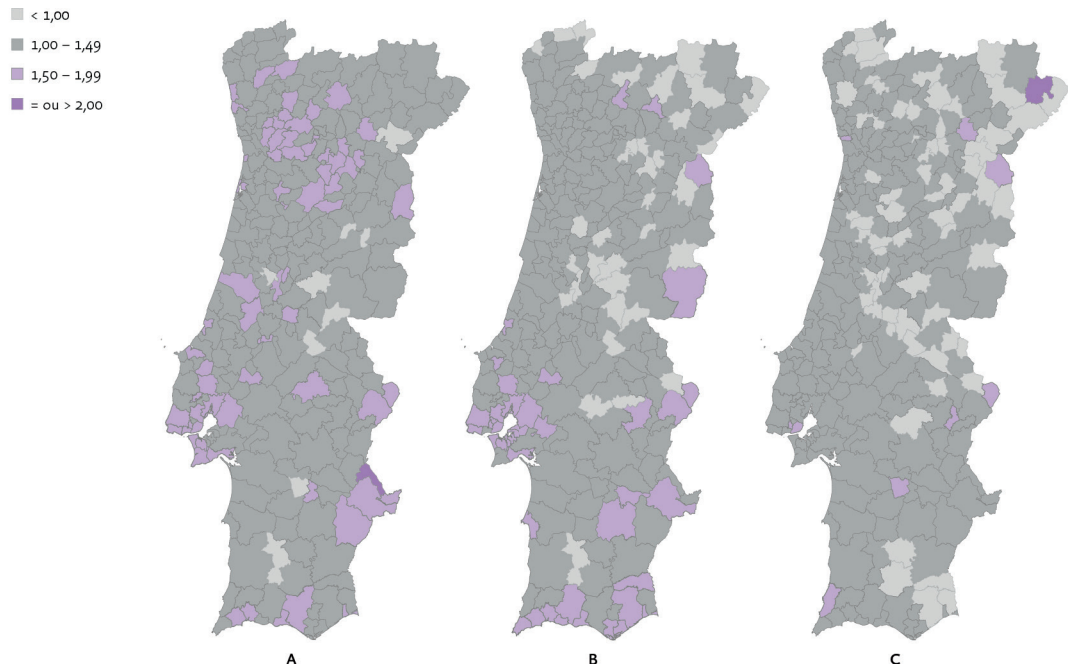
Contudo, em finais da década de 90 as diferenças entre as regiões começam a dissipar-se e as assimetrias regionais a tornarem-se mais ténues. Tal evolução foi acompanhada, no entanto, por um novo padrão de assimetrias que substituiu o anterior, dissipando as diferenças Norte-Sul, mas aumentando as que distinguem hoje o Litoral e o Interior do país, cavando um fosso entre um Litoral agora mais fecundo e um Interior em claro declínio demográfico.

Tal como na análise anterior, tendo por base o indicador mais utilizado no estudo da fecundidade, o Índice Sintético de Fecundidade (ISF), observa-se na Figura 2.5 uma consolidação da redução do *quantum* o nível regional. Se no ano de 2001 (Figura 2.5a) existiam 70 municípios onde nasceram mais de 1,5 filhos por mulher, já em 2011 (Figura 2.5b) este número diminuiu (para 40) e, em 2013 (Figura 2.5c), apenas 9 municípios registam um valor do ISF igual ou superior a este.

Destacam-se, no ano de 2001, os municípios de Alvito, Ourique, Belmonte, Vila Velha de Ródão, Manteigas, Oleiros, Penela, Torre de Moncorvo e Gavião como sendo aqueles onde, em média, nasceu menos de 1 criança por cada mulher em idade fértil. Em 2013, os 10 municípios onde mais crianças nasceram, em média, por mulher foram: Porto, Amadora, Campo Maior, Aljezur, Alvito, Borba, Lisboa, Carraceda de Ansiães e Vimioso³.

³ Em alguns municípios com quantitativos, quer de nascimentos, quer de população feminina em idade fértil, qualquer aumento ou diminuição no seu número provoca significativas flutuações que ficam a dever-se apenas a estarmos perante populações de pequenos números.

Figura 2.5 Índice Sintético de Fecundidade (ISF) por municípios em Portugal Continental, nos anos de 2001 (a), 2011 (b) e 2013 (c).



(Fonte: INE. Cálculos dos autores)

Na evolução da fecundidade em Portugal assistiu-se primeiramente a uma acentuada diminuição do *quantum*, seguida por um aumento do *tempo* da fecundidade. Esta combinação dos efeitos do *tempo* e do *quantum* reflete-se no valor do ISF acima analisado, mas também nos valores da idade em que em média as mulheres têm filhos.

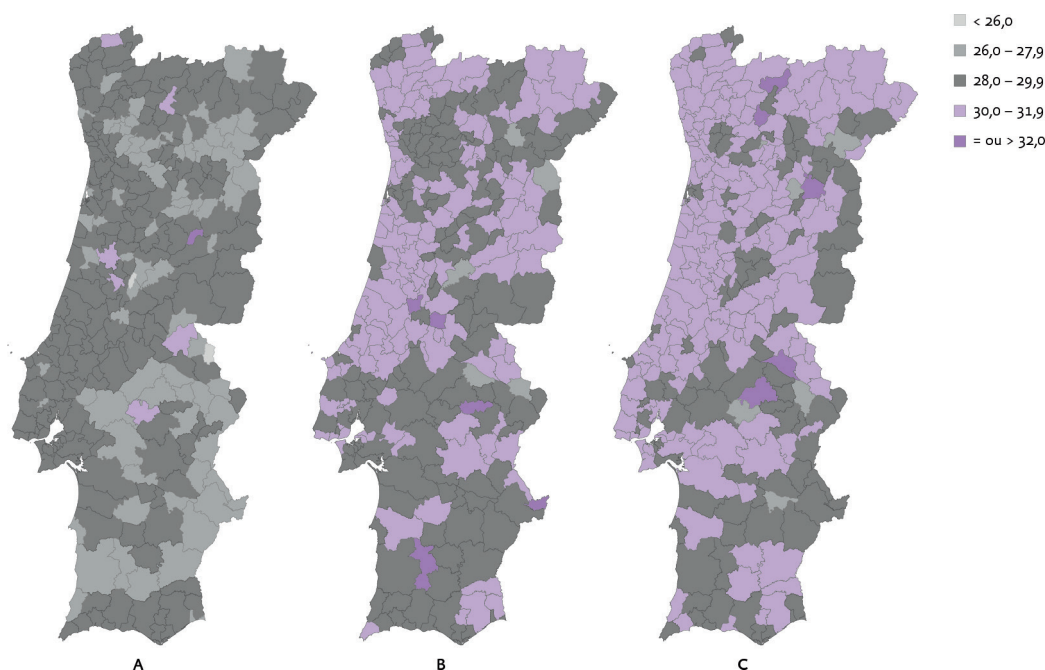
A Figura 2.6 apresenta, para os anos de 2001, 2011 e 2013, os valores da idade média à fecundidade nos diferentes municípios em Portugal Continental. No ano de 2001 observa-se que somente um município (Manteigas) apresentava uma idade média à fecundidade superior a 32 anos. O país ostentava um panorama bastante semelhante, muito centrado em idades médias em torno dos 28 – 29,9 anos.

Entre 2001 e 2013, observa-se que, embora a representatividade das idades médias superiores a 32 anos não tenha aumentado substancialmente (mais 5 municípios – Crato, Boticas, Mondim de Basto, Trancoso, Avis e Sertã), todavia, o número de municípios com idades médias entre os 30 – 31,9 anos aumentou expressivamente (de 6 municípios, em 2001, passaram a ser 118, em 2011, e 178, em 2013). O adiamento dos nascimentos alastrou inexoravelmente a todo o país nesta última década e agudizou-se nos anos mais recentes. Acreditamos que se tenha tornado no principal obstáculo à recuperação do nascimento de um segundo

filho para grande parte dos casais e que possa ser considerado como uma das causas do acentuado declínio da natalidade, principalmente neste último período.

Todavia, podemos verificar que, aparentemente, o Sul adia menos a sua fecundidade, na medida em que as idades médias mais baixas se concentram atualmente nessa região do país e, marginalmente, em algumas zonas do Interior Norte.

Figura 2.6 Idade Média da Fecundidade (IMF) por municípios em Portugal Continental, nos anos de 2001 (a), 2011 (b) e 2013 (c).



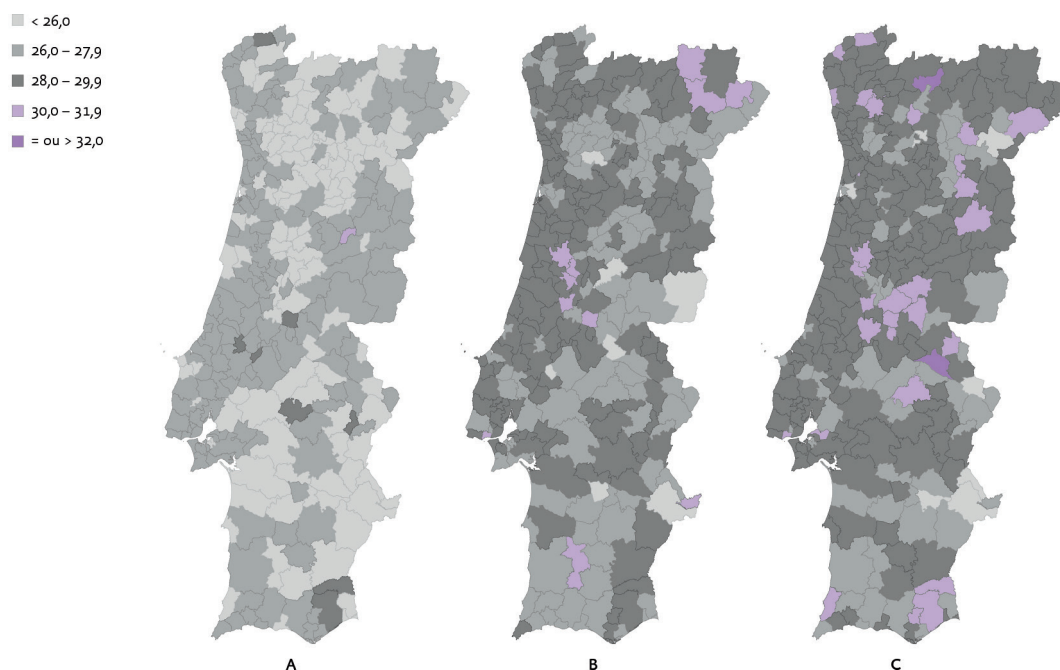
(Fonte: INE. Cálculos dos autores)

De igual modo, tem sido observado de forma continuada ao longo da última década o aumento da idade média ao nascimento do primeiro filho. No ano de 2001, e à semelhança do observado na IMF, apenas o município de Manteigas ostentava uma idade média superior a 30 anos e outros 7 municípios apresentavam valores entre os 28 e os 29,9 anos: Alcoutim, Golegã, Borba, Mora, Monção, Vila de Rei e Alcanena (Figura 2.7). Naquele ano, o país ainda registava, na maioria dos municípios, valores da idade média ao nascimento do primeiro filho entre os 26 e os 27,9 anos.

Dez anos depois, em 2011, eram já 11 os municípios onde aquela idade média era superior a 30 anos (Barrancos, Ourique, Macedo de Cavaleiros, Alvaiázere, Vinhais, Vila de Rei, Vimioso, Coimbra, Penela, Miranda do Corvo e Oeiras, na sua maioria municípios duplamente envelhecidos). No ano de

2013, dois anos decorridos, eram 29 os municípios em que a idade média estava acima dos 30 anos, dos quais, 2 (Boticas e Crato) apresentavam idades médias superiores a 32 anos. Destaca-se ainda que, nestes dois anos, menos de 10 municípios apresentaram idades médias inferiores a 26 anos (Santa Marta de Penaguião, Estarreja, Moura, Torre de Moncorvo, Arronches, Vidigueira, Mesão Frio e Mourão, mais de metade destes localizados no Alentejo).

Figura 2.7 Idade Média ao nascimento do primeiro filho, por municípios em Portugal Continental, nos anos de 2001 (a), 2011 (b) e 2013 (c).



(Fonte: INE. Cálculos dos autores)

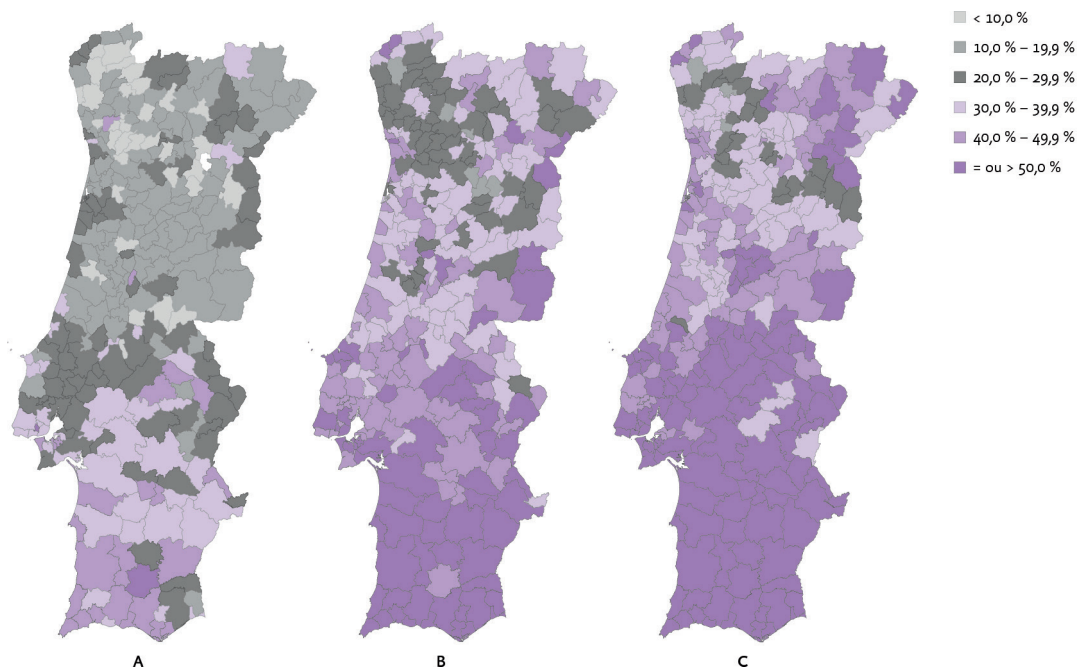
Finalmente, a dicotomia referida anteriormente entre Norte-Sul, e que também estava claramente presente no comportamento dos portugueses no que diz respeito aos nascimentos dentro e fora do casamento, esbateu-se um pouco na última década. A Figura 2.8 apresenta, por municípios, essa evolução para os anos de 2001, 2011 e 2013. Em 2001, era possível diferenciar nitidamente o Norte e o Sul, pelo seu padrão de comportamento entre nascimentos dentro e fora do casamento, evidenciando o Sul, àquela data, uma proporção de nascimentos fora do casamento acima dos 20 %, com uma forte incidência entre os 30 % e os 40 %. No mesmo ano, nas regiões a Norte do Tejo dominavam valores até 20 %.

Em 2011 estas diferenças dissiparam-se ligeiramente, na medida em que todo o país passou a apresentar valores mais elevados da proporção de

nados-vivos fora do casamento, incluindo o Norte. Contudo, se no Norte a proporção de nascimentos fora do casamento aumentou para valores entre os 20 e os 40 %, no Sul a proporção de 50 % domina consistentemente em quase todos os concelhos. Poderá ter havido uma convergência de comportamentos, mas mesmo assim mantém-se uma diferenciação Norte-Sul com algum significado.

No entanto, é em 2013 que os nascimentos fora do casamento aumentam com maior expressividade em Portugal Continental. Neste ano, apenas Ponte de Lima, Póvoa de Lanhoso e Lousada registaram valores inferiores a 20 % de nascimentos fora do casamento. Por oposição, se em 2001 apenas 2 municípios registavam uma proporção superior a 50 % (Amadora e Almodôvar), em 2011, 69 já registavam mais nados-vivos fora do que dentro do casamento e, em 2013, esse número elevou-se para 113 municípios.

Figura 2.8 Proporção de nados-vivos fora do casamento por municípios em Portugal Continental, nos anos de 2001 (a), 2011 (b) e 2013 (c).



(Fonte: INE)

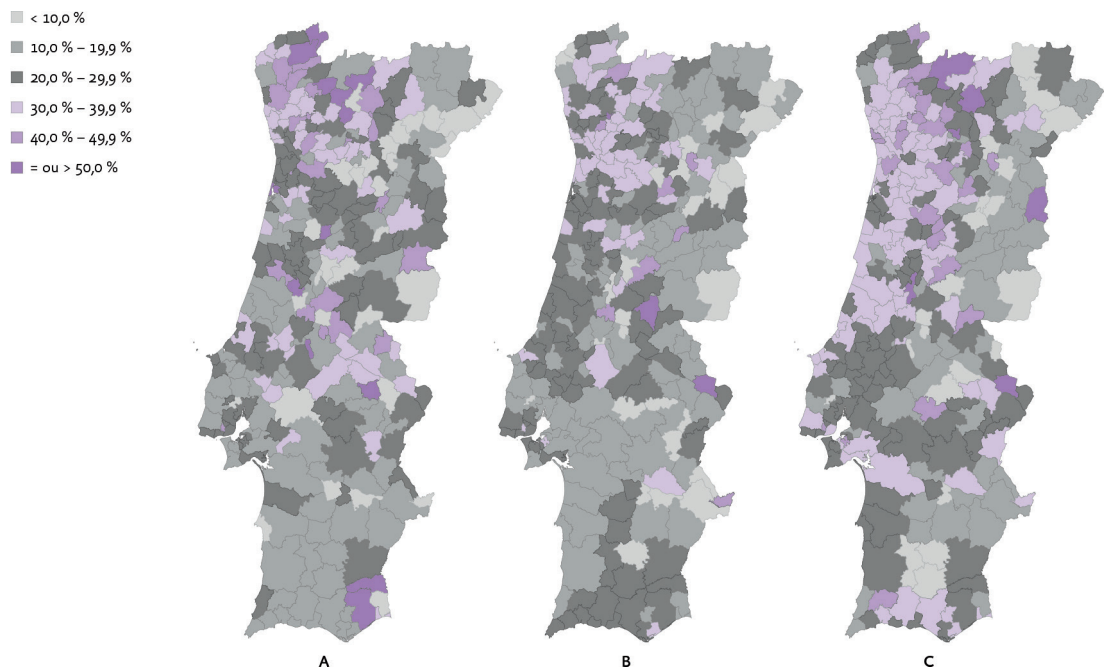
De entre os nascimentos ocorridos fora do casamento, podemos distinguir aqueles em que os pais coabitam e aqueles em que não coabitam. Se habitualmente a grande maioria dos nascimentos fora do casamento são fruto de uniões de facto, nos últimos anos tem-se vindo a assistir, em Portugal, a um aumento do número e da representatividade de nascimentos em que os pais não são casados nem coabitam. A Figura 2.9 apresenta a distribuição

⁴ Devido aos pequenos números envolvidos nesta análise, torna-se necessário um maior cuidado na apreciação e comentário das diferenças encontradas quer entre municípios, quer entre os diferentes momentos do tempo em observação.

dos nascimentos ocorridos fora do casamento, sem coabitação dos pais, por município, nos anos de 2001, 2011 e 2013.

No ano de 2001 observa-se um comportamento difuso em todo o país. Todavia, 12 municípios (Vieira do Minho, Constância, Mondim de Basto, Murtosa, Arcos de Valdevez, Santa Comba Dão, Ansião, Alcoutim, Boticas, Cabeceiras de Basto, Fronteira e Melgaço) apresentavam uma proporção igual ou superior a 50 % de nascimentos fora do casamento sem coabitação dos pais⁴.

Figura 2.9 Proporção de nados-vivos fora do casamento e sem coabitação dos pais, por municípios em Portugal Continental, nos anos de 2001 (a), 2011 (b) e 2013 (c).



(Fonte: INE. Cálculos dos autores)

Em 2011, observa-se claramente uma concentração das maiores proporções em todo o Litoral Norte e Centro e Algarve. Contudo, nesse ano, somente três municípios apresentam valores iguais ou superiores a 50 %, (Vizela, Arronches e Proença-a-Nova). De notar ainda que, em 27 municípios, menos de 10 % dos nascimentos ocorreram fora do casamento e sem coabitação dos pais.

Finalmente, em 2013, a proporção de nados-vivos nascidos fora do casamento e sem coabitação dos pais parece aumentar, de um modo geral, em todo o país. São claramente as regiões do Litoral, incluindo o Algarve, que continuam a registar proporções mais elevadas, acima dos 40 %.

Estes comportamentos e tendências são explicados no âmbito da teoria da Segunda Transição Demográfica (Van de Kaa, 1987). Este fenómeno

crescente, num país com níveis de fecundidade jovem muito baixos e com uma idade média à fecundidade de 30,4 anos (2013), pode ser entendido à luz do surgimento de novas formas de família, nomeadamente, o denominado LAT – *living-apart-together* (Sobotka, 2004).

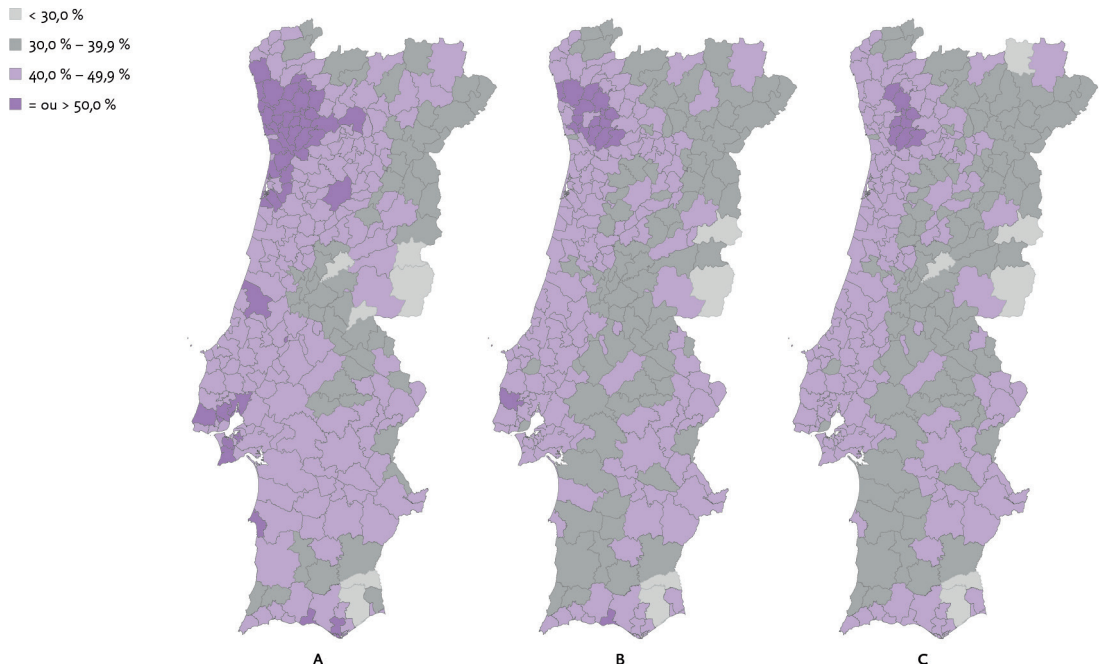
Este novo conceito de família engloba casais que, tendo uma relação, não partilham a mesma casa, vivendo cada um na sua residência, independentemente de terem ou não filhos em comum. Duncan e Phillips (2010) estimam que este tipo de famílias representa já $\frac{1}{4}$ das conjugalidades em países como a Suécia ou a Alemanha, e estimam ainda que os valores podem ser superiores nos países do Sul da Europa, com especial incidência nas zonas com estruturas de população relativamente mais jovens.

Este aumento verificado entre 2011 e 2013 poderá também estar associado, em particular no caso português, a um crescimento da emigração jovem e ao agravamento da situação de desemprego também dos mais jovens, consequências da crise económico-financeira, que poderão implicar dificuldades acrescidas em termos da formação de uma nova família, refreando quer o casamento, quer mesmo a coabitação.

A situação de acentuada diminuição da fecundidade, decréscimo do número de filhos por mulher agravado pelo constante adiamento, pode ainda ser duplamente onerada pelo impacto negativo da distribuição das mulheres em idade fértil, em cada município, resultante do envelhecimento da população e do próprio despovoamento. A proporção de mulheres em idade fértil (15-49 anos completos), no conjunto de toda a população feminina, está representada na Figura 2.10, revelando uma manifesta tendência para a litoralização, *i. e.*, para a concentração de municípios com maior proporção de mulheres nas idades férteis, entre 2001 e 2011, maioritariamente no Litoral, de Norte a Sul.

Entre 2001 e 2013 (ou seja em 12 anos) uma parte significativa dos municípios do Interior viu a sua proporção de mulheres em idade fértil diminuir aproximadamente 10 %, passando dos 40,0 – 49,9 % para os 30,0 – 39,9 %. Destacam-se os valores dos municípios de Alcoutim, Idanha-a-Nova, Pampilhosa da Serra, Sabugal e Vinhais que apresentam uma proporção de mulheres neste grupo de idades inferior a 30 %.

Figura 2.10 Proporção de mulheres em idade fértil por municípios em Portugal Continental, nos anos de 2001 (a), 2011 (b) e 2013 (c).



(Fonte: INE)

A evolução de Portugal no contexto europeu permitiu identificar que o país converge no sentido dos padrões e tendências dos restantes países da Europa, apresentando, todavia, um desfasamento temporal nos comportamentos de fecundidade.

O desfasamento que, na década de 90 do século XX e inícios deste século, parecia colocar Portugal numa posição demograficamente mais equilibrada, ou seja, com uma fecundidade um pouco mais elevada do que, por exemplo, a vizinha Espanha, acabou por se alterar drasticamente durante a última década, em particular, nos anos mais recentes.

A análise da fecundidade do país, à escala dos municípios, permite compreender que todo o território continental partilha das mesmas tendências, preservando, no entanto, alguma diversidade regional, consequência de comportamentos do passado que, mesmo atenuando-se em termos de intensidade, ainda mantêm algum contraste. Entre 2011 e 2013, a dicotomia Norte-Sul e Interior-Litoral ainda resiste, mas mais atenuada.

Se sobressai alguma tendência nova, é a manifestação de um ainda ténue movimento de inversão do adiamento no Sul e, eventualmente, no Interior Norte, regiões compostas por municípios mais envelhecidos e em forte declínio demográfico, onde qualquer alteração no sentido da antecipação dos

nascimentos (ou tão-somente de uma paragem no processo de adiamento), que possa conduzir a um aumento da natalidade, tem um impacto marginal claramente insuficiente para modificar o resultado do todo nacional.

Os dados recolhidos no Inquérito à Fecundidade, realizado em 2013, permitem-nos aprofundar o conhecimento sobre a realidade demográfica portuguesa, em particular, identificar padrões de comportamento de fecundidade da população em idade fértil, e apontar, num processo que se pretende exploratório, em função de dados do momento, potenciais fatores que os originam.

Prosseguimos no capítulo seguinte com uma caracterização geral da população residente em Portugal no que à fecundidade diz respeito, distinguindo entre a fecundidade realizada, a intencional, a final esperada e a desejada.

Capítulo 3

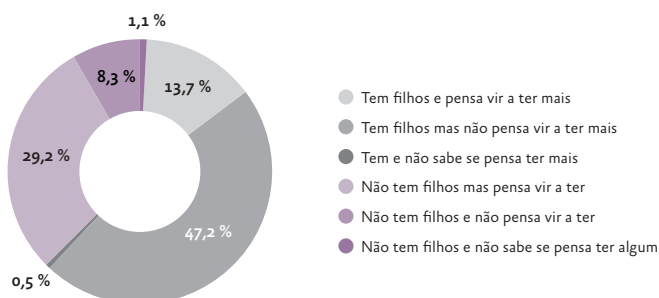
Caracterização da população ao nível da Fecundidade

Descreveremos a população em 2013 em termos da sua fecundidade, distinguindo entre mulheres e homens. Todas as análises e conclusões deste capítulo são referentes às estimativas obtidas para as mulheres com idade entre os 18 e os 49 anos e para os homens com idade entre os 18 e os 54 anos, residentes em Portugal. Por uma questão de facilidade de leitura, abreviaremos para mulheres e homens ou, no caso mais geral, para residentes ou indivíduos. Do mesmo modo será utilizada a sigla IC para designar intervalo de confiança.

3.1. Fecundidade Realizada e expectativa futura

Estima-se que 61,5 % (IC_{95%} = (60,3 %; 63,0 %)) dos residentes têm filhos, que 47,2 % (IC_{95%} = (46,1 %; 48,0 %)) já não pensam vir a ter mais filhos e que 8,3 % (IC_{95%} = (7,5 %; 9,0 %)) não têm filhos e estão determinados a não os ter (Figura 3.1). Uma percentagem reduzida (IC_{95%} = (1,1 %; 2,0 %)) ainda não tem definida a sua decisão reprodutiva.

Figura 3.1 Fecundidade realizada e expectativa futura.

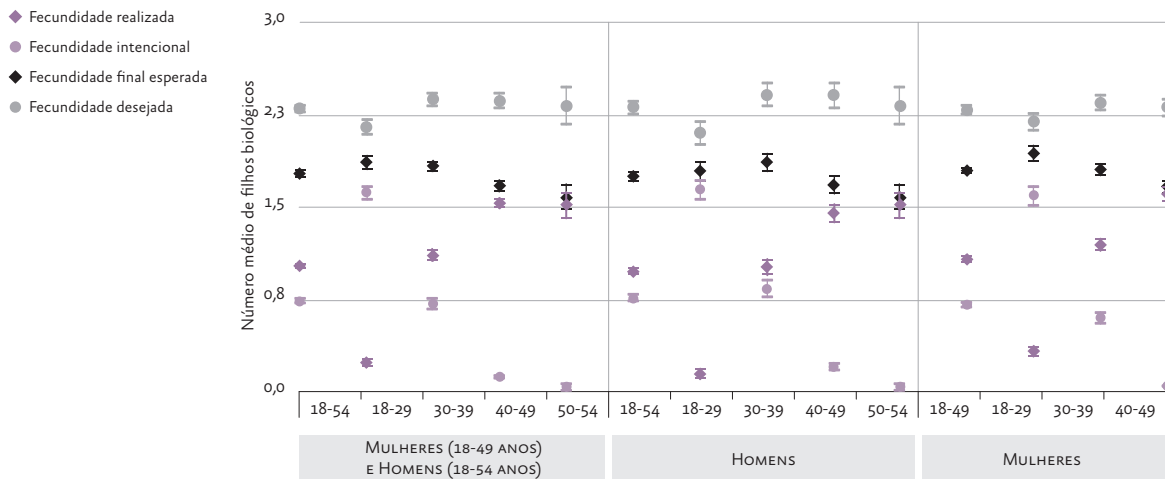


Com 95 % de confiança, estima-se que a fecundidade realizada das mulheres se situe, em média, entre 1,05 e 1,11 filhos biológicos e a dos homens entre 0,95 e 1,02. A fecundidade realizada aumenta com a idade e é sempre menor entre os homens do que entre as mulheres em todas as faixas etárias, sendo que a fecundidade intencional masculina tende a ser superior à das mulheres,

nomeadamente, nas idades mais tardias (Figura 3.2). Nos grupos etários mais velhos, tanto entre as mulheres, como entre os homens, a fecundidade realizada não difere significativamente da fecundidade final esperada, uma vez que a sua fecundidade intencional é quase nula.

No geral, a fecundidade desejada e a fecundidade final esperada apresentam um comportamento semelhante quer no caso dos homens, quer no das mulheres, sendo a fecundidade desejada sempre superior à fecundidade final esperada. Com 95 % de confiança estima-se que a fecundidade desejada se situe, em média, entre 2,27 e 2,34 filhos biológicos, e a fecundidade final esperada entre 1,75 e 1,81.

Figura 3.2 Estimativas para os valores da média, respeitantes às fecundidades realizada, intencional total, final esperada e desejada ao longo da vida, e respetivos intervalos de confiança a 95 %.



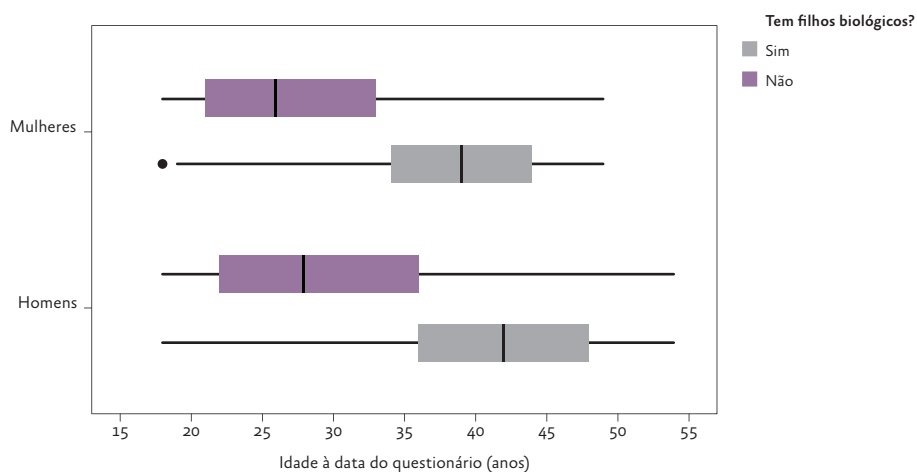
3.2. Fecundidade Realizada – quem não tem vs. quem tem filhos

Nesta secção analisaremos com maior detalhe a fecundidade realizada, procurando, em particular, focar as características de quem não tem filhos relativamente a quem tem filhos biológicos. Apresentaremos graficamente alguns determinantes (onde privilegiaremos o nível de escolaridade, a condição perante o trabalho, a idade de entrada no mercado de trabalho, a existência de conjugalidade e a idade à primeira coabitação e a conciliação entre trabalho e família) e, no final, faremos uma breve síntese de outras conclusões relevantes retiradas da análise dos dados. Como na fase de modelação iremos considerar os grupos etários dos 18 aos 29 anos e dos 30 aos 39 anos, e apresentamos para algumas variáveis a caracterização destas faixas etárias.

A maior parte dos indivíduos tem filhos, sendo superior a percentagem de mulheres com filhos do que a de homens. Com 95 % de confiança, estima-se que entre 56,9 % e 61,0 % dos homens têm filhos e entre 63,2 % e 66,0 % das mulheres também têm filhos.

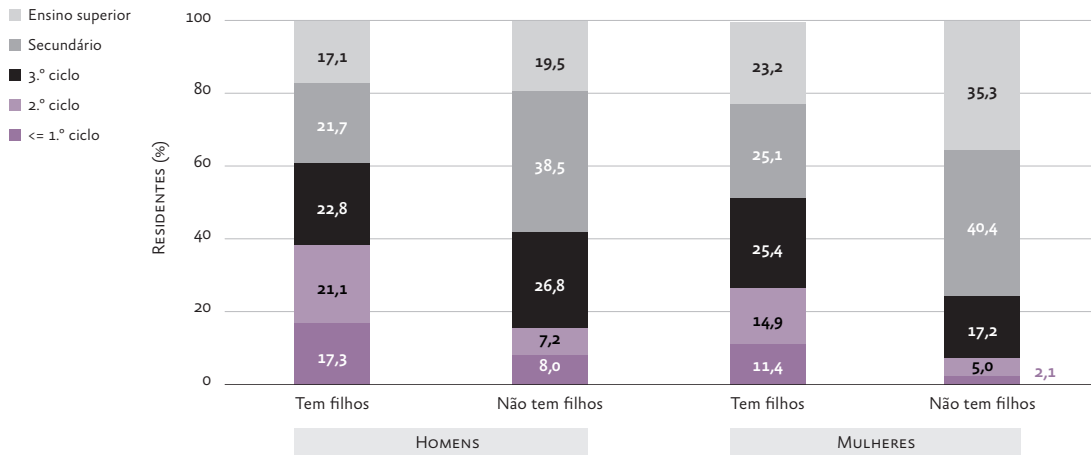
Como seria de esperar, são essencialmente os mais novos que (ainda) não têm filhos (Figura 3.3). De entre os homens sem filhos, mais de metade tem menos de 30 anos de idade, e entre as mulheres sem filhos essa percentagem é ainda mais elevada. A salientar que atualmente é quase uma raridade uma mulher com 18 anos já ter tido filhos.

Figura 3.3 Distribuição da idade dos indivíduos por existência de filhos biológicos e sexo (todos os indivíduos).



Nos indivíduos sem filhos predomina a escolaridade ao nível do secundário e superior, ao passo que entre os que têm filhos o mais usual é possuírem até ao 3.º ciclo do ensino básico (Figura 3.4). A escolaridade está relacionada com o sexo ($P < 0,001$), tendo as mulheres um nível de escolaridade superior ao dos homens, sendo essa superioridade mais evidente nos residentes que ainda não transitaram para a parentalidade.

Figura 3.4 Distribuição da escolaridade por existência de filhos biológicos e sexo (todos os indivíduos).



Considerando apenas os indivíduos entre os 18 e os 29 anos, a percentagem dos que possuem nível de instrução superior é naturalmente menor do que a registada no global, e, em contrapartida, é superior a percentagem dos que possuem ensino secundário e 3.º ciclo (Figura 3.5). No caso do ensino superior, estas diferenças são mais acentuadas entre os que têm filhos, ao passo que no nível de instrução secundário é entre quem não tem filhos.

Figura 3.5 Distribuição da escolaridade por existência de filhos biológicos e sexo (indivíduos dos 18 aos 29 anos).

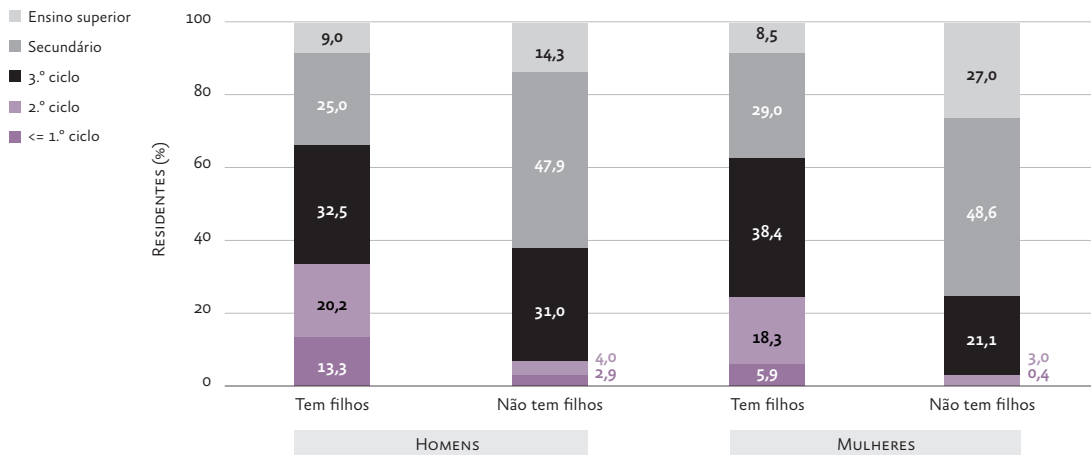
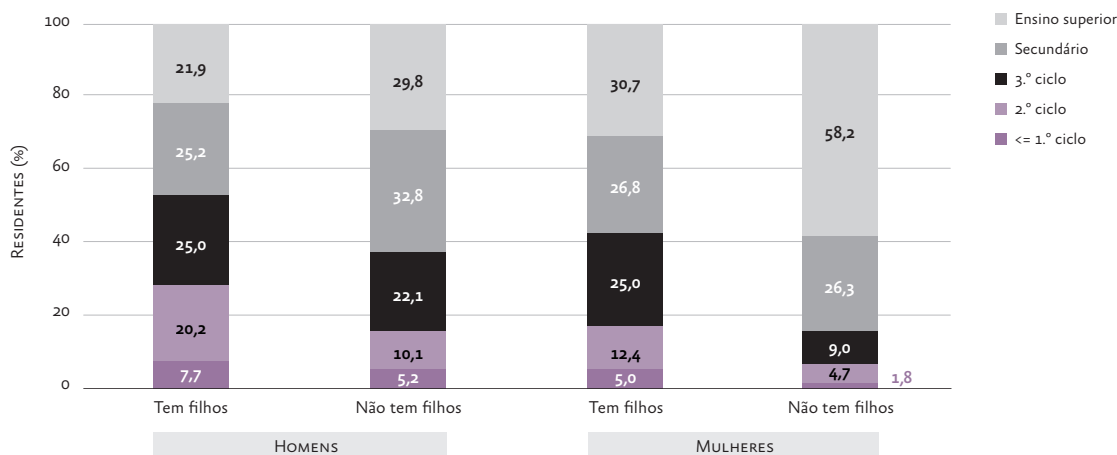


Figura 3.6 Distribuição da escolaridade por existência de filhos biológicos e sexo (indivíduos dos 30 aos 39 anos).



Comparando o nível de escolaridade dos indivíduos entre os 30 e os 39 anos com o grupo geral, tanto entre as mulheres, como entre os homens sem filhos, a percentagem com ensino secundário é inferior à geral, sendo a diferença mais acentuada no grupo das mulheres, e, em contrapartida, é superior a percentagem com ensino superior (Figura 3.6). No caso dos que têm filhos, a percentagem com ensino superior também é maior, sendo menor a percentagem com escolaridade até ao 1.º ciclo.

A condição perante o trabalho é similar para os homens e mulheres e parece, de alguma forma, condicionar a fecundidade, sendo muito superior a percentagem de indivíduos empregados entre quem tem filhos do que entre quem não tem filhos (Figura 3.7). Contudo, de entre quem não tem filhos destaca-se a elevada percentagem de trabalhadores com contrato com termo ou com contrato de prestação de serviços (por exemplo, recibos verdes), tanto para os homens, como para as mulheres, relativamente a quem tem filhos.

Para os indivíduos entre os 18 e os 29 anos, entre os que não têm filhos a percentagem de estudantes é maior do que a registada no geral, sendo menor a percentagem de trabalhadores com contrato sem termo (Figura 3.8). Entre os homens com filhos é menor a percentagem dos trabalhadores sem contrato e maior a dos trabalhadores com contrato com termo/recibos verdes, comparativamente ao grupo geral, e entre as mulheres com filhos é menor a percentagem das trabalhadoras com contrato sem termo e maior a percentagem de desempregadas.

Para os indivíduos entre os 30 e os 39 anos, entre os que não têm filhos (tanto homens, como mulheres) há uma maior percentagem de indivíduos com contrato sem termo do que a registada no geral (Figura 3.9). Nas mulheres

sem filhos, a categoria doméstica é quase inexistente. Nos homens com filhos o padrão é similar ao observado no grupo geral.

Figura 3.7 Distribuição da condição perante o trabalho por existência de filhos biológicos e sexo, (todos os indivíduos).

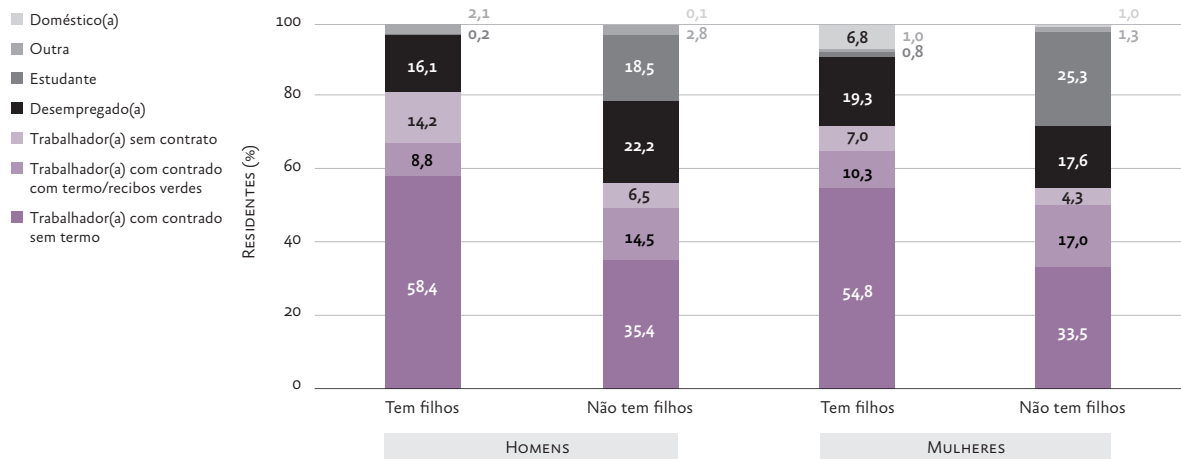


Figura 3.8 Distribuição da condição perante o trabalho por existência de filhos biológicos e sexo (indivíduos dos 18 aos 29 anos)⁵.

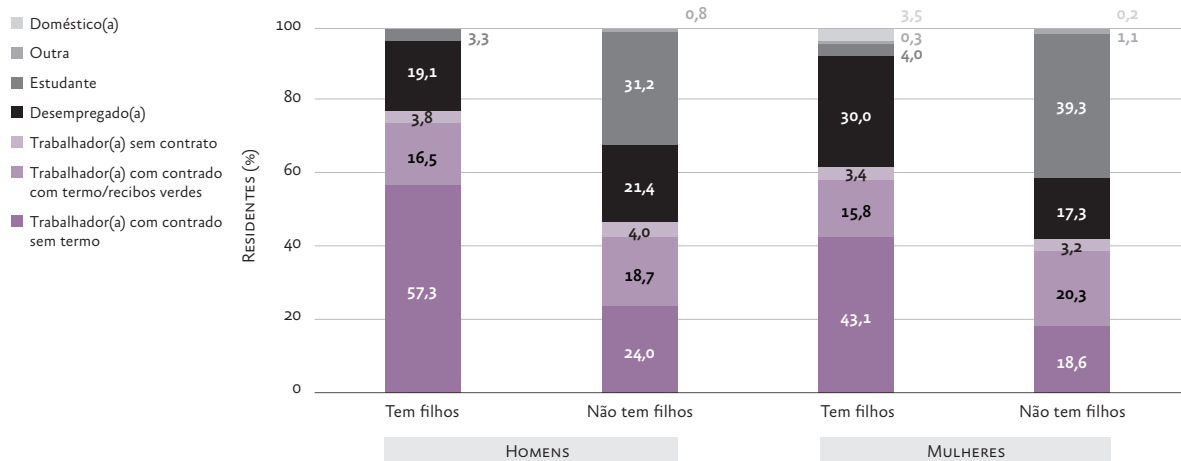
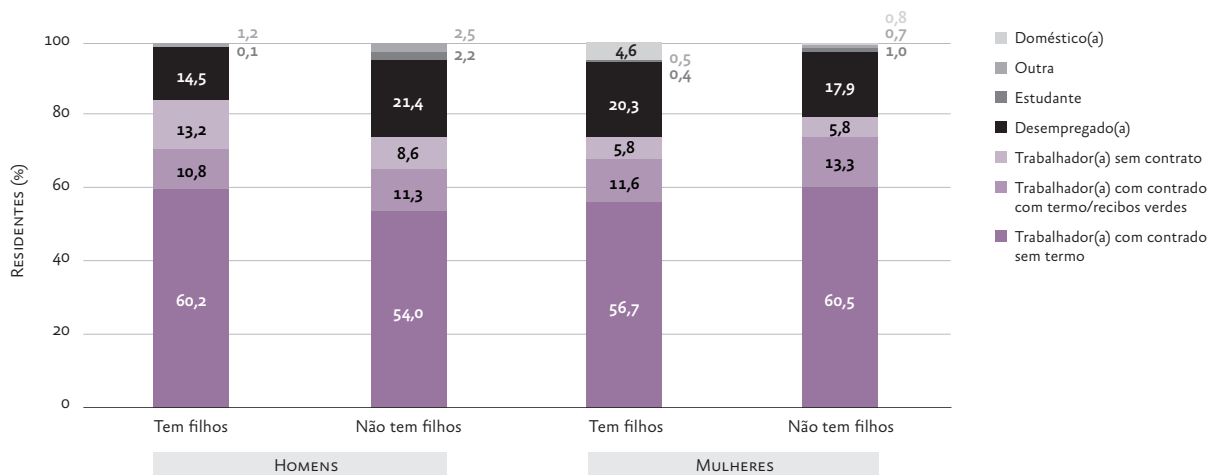


Figura 3.9 Distribuição da condição perante o trabalho por existência de filhos biológicos e sexo (indivíduos dos 30 aos 39 anos).



De entre os que já tiveram pelo menos um trabalho pago, os que não têm filhos entraram no mercado de trabalho mais tarde do que aqueles que têm filhos, sendo esta diferença mais evidente nos homens (Figura 3.10). O mais comum foi os homens sem filhos terem o seu primeiro emprego pago aos 18 anos, estimando-se que 46 % conseguiram-no com mais de 18 anos, ao passo que para os homens com filhos o mais frequente foi terem começado a trabalhar aos 16 ou aos 18 anos, estimando-se que apenas 31 % fizeram-no depois dos 18 anos. Entre as mulheres, o mais usual foi terem tido o seu primeiro trabalho pago aos 18 anos, mas estima-se que 45 % das mulheres sem filhos fizeram-no no máximo aos 18 anos, enquanto entre as mulheres com filhos essa percentagem é de 55 %.

Figura 3.10 Distribuição da idade, em anos, ao primeiro emprego pago por existência de filhos biológicos e sexo (todos os indivíduos).

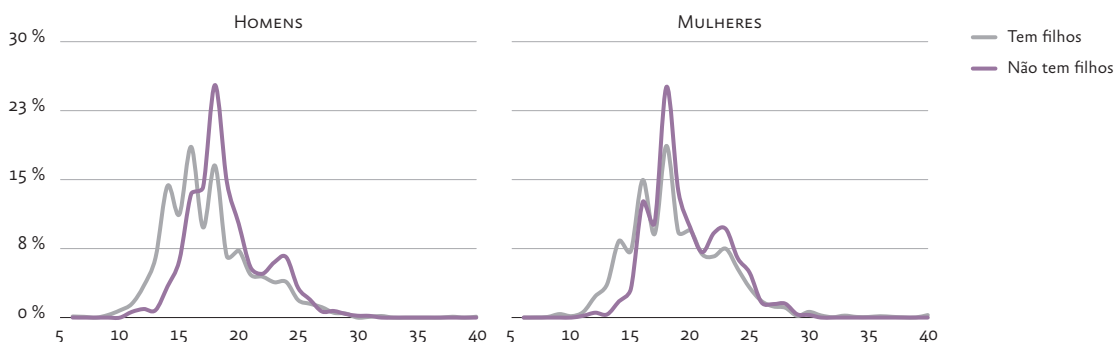
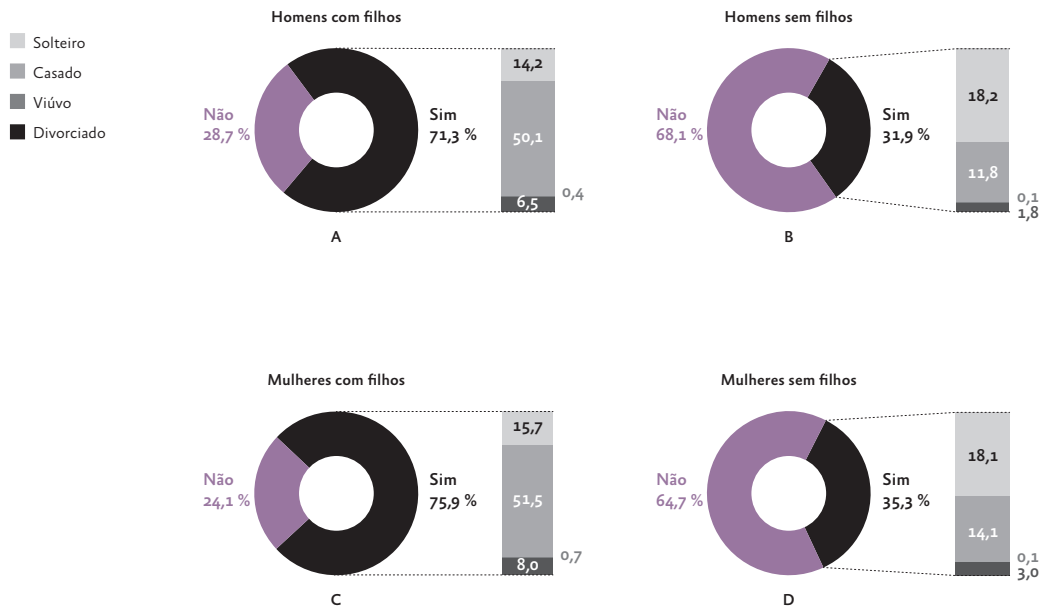
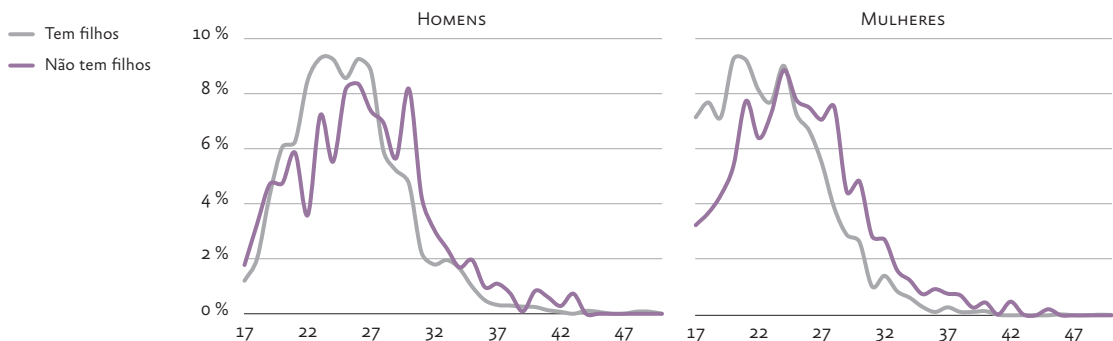


Figura 3.11 Experiência de pelo menos uma coabitação, com ou sem casamento, e atual estado civil, por existência de filhos biológicos e sexo (todos os indivíduos).



De entre os que já tiveram experiência de coabitação, de modo geral, quer os homens, quer as mulheres sem filhos coabitaram pela primeira vez numa idade mais tardia do que aqueles que têm filhos (Figura 3.12). Estima-se que 55 % dos homens sem filhos coabitaram pela primeira vez depois dos 25 anos, contra 45 % dos homens com filhos. As mulheres têm a sua primeira experiência de coabitação mais cedo do que os homens, estimando-se que coabitaram pela primeira vez depois dos 25 anos 45 % das mulheres sem filhos e 27 % das mulheres com filhos.

Figura 3.12 Distribuição da idade, em anos, à primeira coabitação por existência de filhos biológicos e sexo (em que 17 representa antes dos 18 anos) (todos os indivíduos).



Tanto os homens, como as mulheres consideram que a opção mais favorável para a conciliação do trabalho com a vida familiar é a mulher trabalhar a tempo parcial fora de casa (Figura 3.13). No entanto, para o pai, tradicionalmente considerado como o “chefe de família”, a opção considerada ideal é trabalhar a tempo inteiro fora de casa (Figura 3.14). Em relação à mãe, a segunda opção mais favorável difere entre quem tem e não tem filhos, pois os que têm filhos indicam que o ideal é a mãe não trabalhar, enquanto os que não têm filhos indicam que o ideal seria a mãe trabalhar a tempo inteiro fora de casa.

Figura 3.13 Distribuição da opção ideal em termos de conciliação entre trabalho e vida familiar em relação à mãe, por existência de filhos biológicos e sexo (todos os indivíduos).

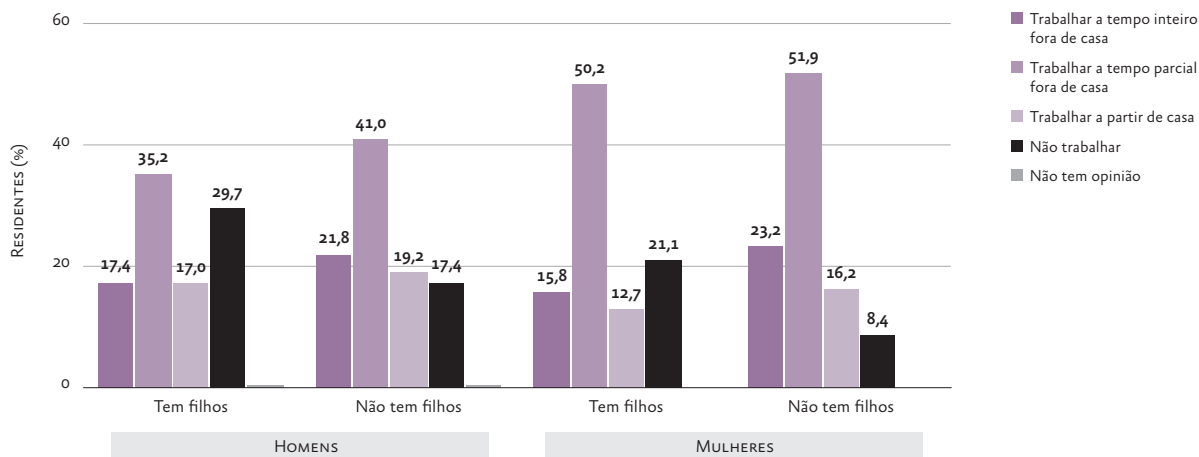
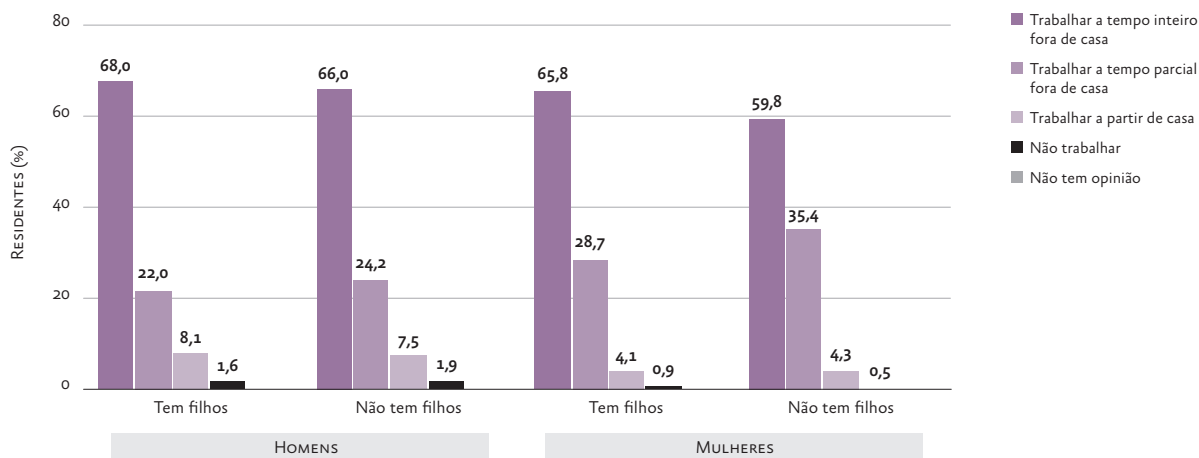


Figura 3.14 Distribuição da opção ideal em termos de conciliação entre trabalho e vida familiar em relação ao pai, por existência de filhos biológicos e sexo (todos os indivíduos).



Em seguida, apresentamos uma breve síntese de outros resultados considerados relevantes para a caracterização que temos vindo a fazer, analisando o efeito de variáveis como a idade, a situação conjugal atual, o grau de urbanização, as horas trabalhadas no mercado de trabalho, entre outras.

- De um modo geral, são os mais novos os que (ainda) não experimentaram a parentalidade, sendo pouco comum uma mulher com 18 anos já ter tido essa experiência.
- Quanto à conjugalidade, o mais comum é que os indivíduos que têm filhos vivam com um cônjuge ou companheiro(a), sendo essa realidade mais acentuada entre os homens (90,8 %) do que entre as mulheres (83,0 %), ao passo que para quem não tem filhos o mais frequente é não viver em conjugalidade (79,1 % dos homens e 74,3 % das mulheres).
- Não há diferença significativa entre as horas de trabalho dos trabalhadores com e sem filhos, em ambos os sexos.
- Para os homens, o facto de terem ou não filhos não depende do grau de urbanização da zona onde vivem ($P = 0,121$), não se verificando o mesmo para as mulheres ($P < 0,001$). A percentagem de mulheres com filhos a residir em áreas pouco povoadas é superior à das mulheres a viver nessas zonas que não têm filhos, verificando-se o inverso relativamente às áreas densamente povoadas.
- A fecundidade realizada (média estimada = 0,96 filhos, $IC_{95\%} = (0,91; 1,00)$) dos que vivem em áreas densamente povoadas é inferior à dos que vivem nas restantes áreas, especialmente nas áreas pouco povoadas (média estimada = 1,14 filhos, $IC_{95\%} = (1,09; 1,20)$).
- Comparando os comportamentos por sexo, apenas nas áreas pouco povoadas as mulheres têm, em média, uma fecundidade realizada (média estimada = 1,23 filhos, $IC_{95\%} = (1,17; 1,29)$) superior à dos homens (média estimada = 1,06 filhos, $IC_{95\%} = (0,97; 1,15)$).
- Nos agregados com rendimento *per capita*⁵ mais baixo, as mulheres têm uma fecundidade realizada (média estimada = 1,49 filhos, coeficiente de variação (CV) = 3 %) superior à dos homens (média estimada = 1,23 filhos, CV = 4 %).
- A fecundidade realizada diminui com o aumento do rendimento *per capita* do agregado familiar até 1000 € mensais, invertendo-se a tendência nos residentes com rendimento *per capita* superior a 1000 €, ultrapassando, neste caso, a fecundidade realizada na classe dos que pertencem a agregados com rendimentos entre 500 € e 1000 € mensais⁶.
- De entre quem não tem filhos, estima-se que 43 % dos homens e 44 % das mulheres tenham um rendimento *per capita*, do agregado, superior a 500 €, ao passo que essa percentagem é inferior, em pelo menos 10 pontos

⁵ Esta variável não foi observada diretamente com o questionário. O rendimento *per capita*, do agregado, estimado para o residente foi obtido dividindo o rendimento modal da classe de rendimento pela dimensão do agregado familiar. Optou-se pela análise do rendimento *per capita* por se considerar que o rendimento total não traduz da melhor forma as condicionantes originadas pela situação financeira do agregado familiar.

⁶ O rendimento *per capita* está dependente da dimensão do agregado familiar. De entre duas famílias com igual rendimento global, a que tiver mais membros (supostamente mais filhos) terá menor rendimento *per capita*.

percentuais, junto dos que têm filhos, sendo a desigualdade maior nas mulheres.

Avaliando segundo outro ponto de vista que entra em linha de conta com as opiniões transmitidas pelos respondentes, podemos eleger um novo conjunto de conclusões pertinentes.

- De modo geral, os homens e as mulheres, com e sem filhos, tendem a ter a mesma opinião sobre:
 - A importância de se terem ou não filhos para a sua realização pessoal, ou seja, se “uma mulher e um homem precisam de ter filhos para se sentirem realizados”;
 - A presença materna e paterna junto dos filhos em idade pré-escolar, *i.e.*, se “é prejudicial para a criança que a mãe e o pai trabalhem fora de casa”;
 - As implicações para a fecundidade do adiamento da maternidade, ou seja, sobre se “o desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social ativa influencia a decisão das mulheres sobre não terem filhos” e sobre se “algumas mulheres adiam o nascimento do primeiro filho ou de um filho e acabam por desistir tendo em conta a sua idade”;
 - As relações com os filhos alicerçadas numa maior autonomia feminina, *i.e.*, “uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação com os seus filhos tão boa como uma mãe que trabalha em casa” e “uma mulher pode criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável”.
- Estima-se que mais de 80 % dos homens e mulheres com e sem filhos concordam que:
 - “O desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social ativa influencia a decisão das mulheres sobre não terem filhos”;
 - “Algumas mulheres adiam o nascimento do primeiro filho ou de um filho e acabam por desistir tendo em conta a sua idade”.

No entanto, as diferenças entre homens e mulheres acentuam-se nos seguintes casos:

- Estima-se que mais de 70 % das mulheres concordam que “uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação com os seus filhos tão boa como uma mãe que trabalha em casa”, sendo essa percentagem 10 % inferior junto dos homens.
- A questão em relação à qual homens e mulheres mais discordam é se “é prejudicial para uma criança até à idade escolar que o pai trabalhe fora de casa”, com percentagens estimadas muito próximas dos 80 % para os homens e um pouco superiores para mulheres.

Finalmente, em termos de opinião:

- As mulheres que pensam vir a ter filhos divergem relativamente às mulheres que não querem ter filhos nos aspetos relativos à realização pessoal:
 - Uma mulher precisa de ter filhos para se sentir realizada (discordam 44,9 % e 70,0 %, respetivamente).
 - Um homem precisa de ter filhos para se sentir realizado (discordam 52,4 % e 72,3 %, respetivamente).

3.3. Fecundidade Desejada – quem quer vs. quem não quer ter filhos

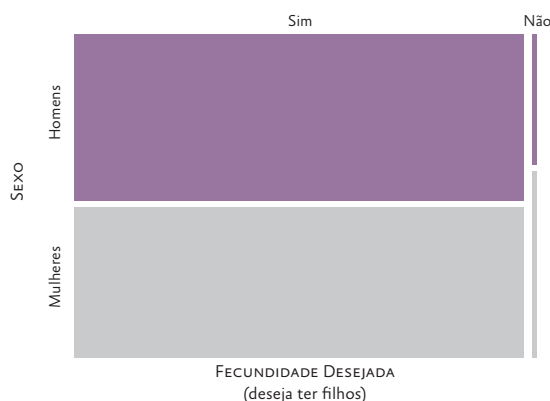
Nesta secção, focaremos a nossa análise na Fecundidade Desejada (FD), ou seja, no número de filhos que uma pessoa deseja ter ao longo da vida. Será dada uma especial atenção a quem não deseja vs. quem deseja ter filhos, em função do número de filhos que deseja ter.

Para esta análise⁷, e tal como se verificará nos pontos subsequentes, recorreremos em alguns casos à elaboração de gráficos de tipo “mosaico”. No eixo horizontal será representada a fecundidade desejada pelos indivíduos, enquanto o eixo vertical variará consoante as variáveis em foco. Neste tipo de gráfico os “mosaicos” que o compõem refletem a sua expressividade e serão apresentados, de um modo geral, em função do sexo dos indivíduos.

Iniciando o nosso estudo pela identificação das principais características dos indivíduos sob a perspetiva da sua FD, poucos são aqueles que não desejam ter filhos, estimando-se que correspondam somente a cerca de 5 % de todos os indivíduos (IC_{95 %} = (4,5 %; 5,6 %)).

Entre os que não desejam ter filhos observa-se uma percentagem ligeiramente superior de mulheres (Figura 3.15). No entanto, não existe relação significativa entre o desejo de ter ou não filhos e o sexo (P = 0,751).

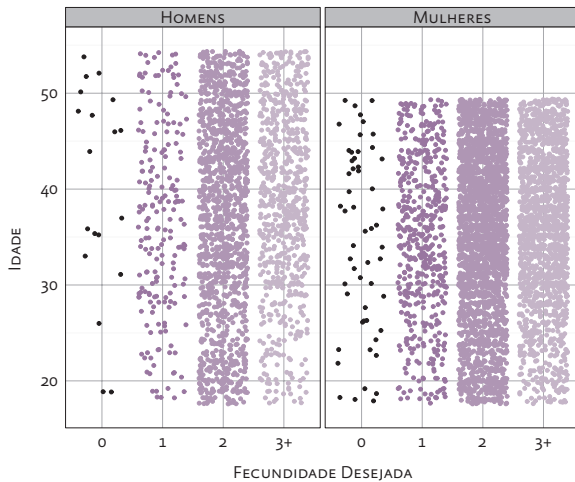
Figura 3.15 Fecundidade Desejada em função do sexo dos indivíduos.



⁷ Esta análise teve em consideração todos os indivíduos, *i. e.*, homens dos 18 aos 54 anos e mulheres dos 18 aos 49 anos.

O padrão de comportamento por idades parece ser semelhante entre sexos, quer os indivíduos desejem ou não ter filhos (Figura 3.16). De registar a maior dispersão entre as idades de quem não deseja ter filhos, o que indica que é algo transversal a todas as idades.

Figura 3.16 Fecundidade Desejada em função do sexo e da idade dos indivíduos.



Através da informação apresentada na Figura 3.17, podemos verificar que não existem diferenças entre sexos relativamente ao desejo de terem ou não filhos, tendo em conta a naturalidade dos indivíduos.

O facto de se desejar ter filhos e o estado civil do indivíduo parecem estar também relacionados. Na Figura 3.18 podemos observar, para ambos os sexos, que a maior parte dos indivíduos se encontrava casada à data do inquérito, existindo também uma proporção bastante relevante de solteiros. Os divorciados e os viúvos são em muito menor número, sendo que os viúvos representam uma proporção quase insignificante.

De forma geral, de entre quem não deseja ter filhos, constatamos que a maior parte é solteira. As mulheres solteiras que não desejam filhos são em maior proporção que os homens solteiros, bem como as mulheres divorciadas relativamente aos homens divorciados, sendo a proporção de mulheres casadas que não desejam ter filhos bastante menor que a de homens casados nas mesmas condições.

Figura 3.17 Fecundidade Desejada em função da naturalidade dos indivíduos, por sexo.

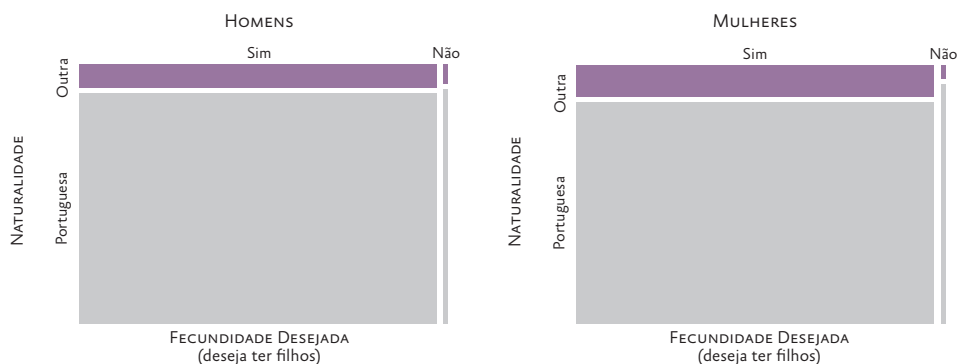
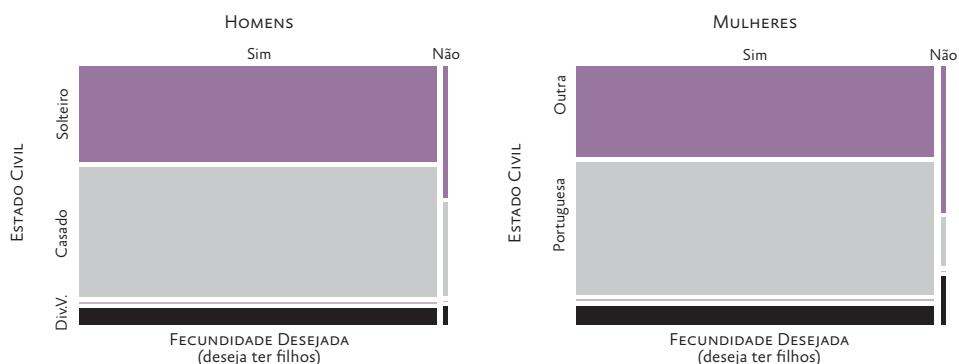


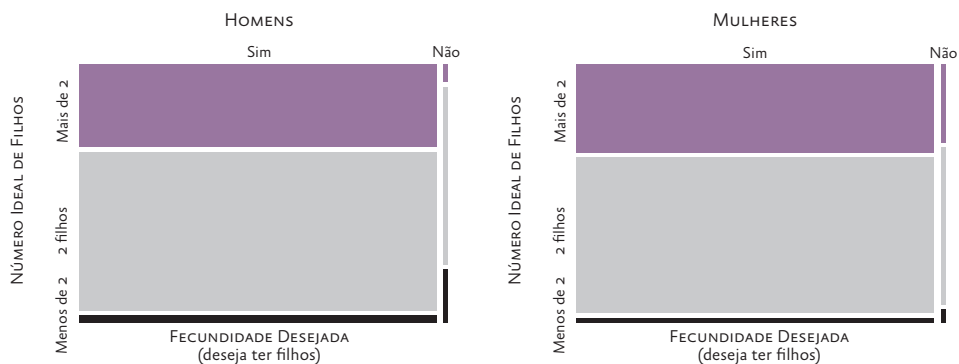
Figura 3.18 Fecundidade Desejada em função do estado civil, por sexo.



⁸. O número ideal de filhos refere-se a uma qualquer família, considerada em termos gerais, não à do respondente.

Através da Figura 3.19 podemos constatar que, no que respeita à dimensão familiar ideal⁸, existem diferenças entre homens e mulheres que não desejam ter filhos, sendo que estas diferenças são mais visíveis entre os homens que referem o ideal de, no máximo, um filho na família.

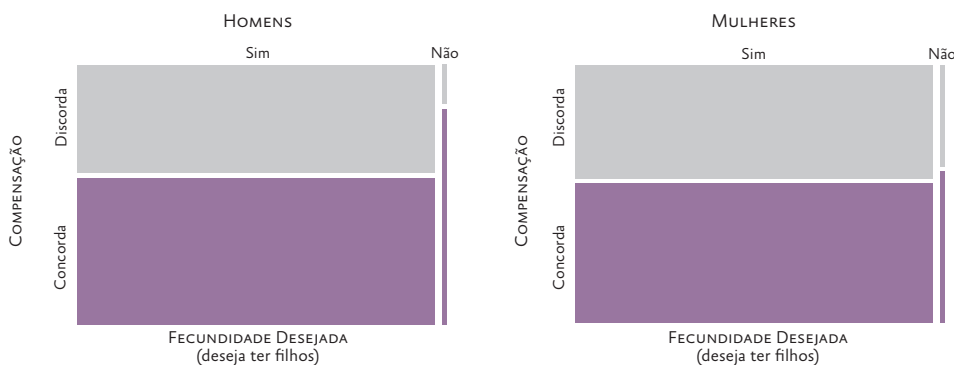
Figura 3.19 Fecundidade Desejada em função da opinião dos indivíduos sobre o número ideal de filhos para uma família, por sexo.



A percepção pessoal e individual que cada um dos indivíduos tem sobre o custo dos filhos, seja ele pessoal, social, em tempo ou simplesmente monetário, é um outro fator importante para quem deseja ter filhos e que pode influenciar o comportamento e as decisões de fecundidade.

Centrando a nossa atenção na opinião dos indivíduos sobre o facto de ser “preferível ter um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos” (denominada de “efeito compensação”, ao longo do estudo), cujos resultados se encontram apresentados na Figura 3.20, podemos comprovar a existência de diferenças, ainda que ténues, entre os dois sexos. Entre quem afirma não desejar ter filhos, os homens, na sua esmagadora maioria, afirmam concordar com esta afirmação, enquanto as mulheres se dividem de uma forma quase equilibrada entre as duas opiniões.

Figura 3.20 Fecundidade Desejada em função da opinião própria dos indivíduos sobre o facto de ser preferível ter um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos (compensação), por sexo.



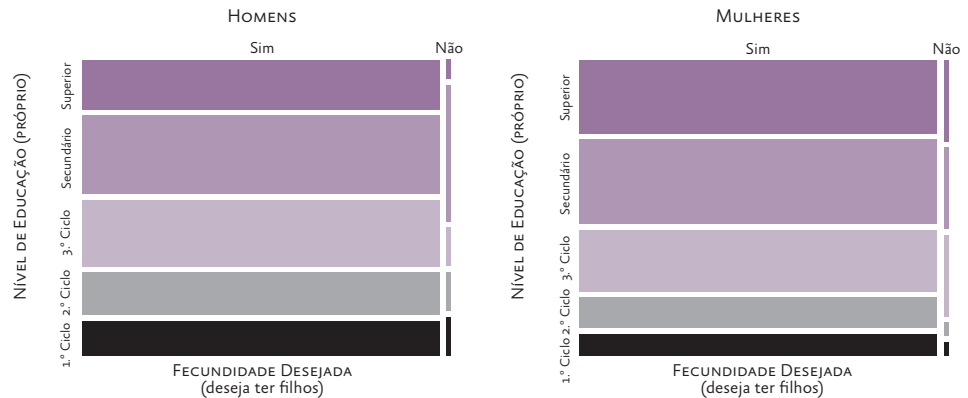
Não raras vezes, a educação, a par do rendimento familiar ou do próprio são dois dos fatores mais frequentemente referidos quando se coloca a questão da alteração de comportamentos de fecundidade, não apenas em termos de se terem ou não filhos, mas também do número de filhos que se tem, que se pretende vir a ter ou que se deseja.

No respeitante ao nível de educação dos indivíduos, representado na Figura 3.21, podemos constatar que tanto homens, como mulheres se concentram no nível de educação correspondente ao ensino secundário, sendo as mulheres que maior representatividade têm em termos de ensino superior completo. Pelo contrário, os homens tendem a concentrar-se nos dois níveis mais baixos de educação (até ao 1.º e 2.º ciclos do ensino básico).

Entre aqueles indivíduos que não desejam ter filhos, verificamos que existem diferenças entre ambos os sexos. Se no caso dos homens se observa

claramente que predominam os indivíduos com nível de instrução secundário, as mulheres distribuem-se desde as categorias do 3.º ciclo do ensino básico até ao ensino superior.

Figura 3.21 Fecundidade Desejada em função do nível de educação dos indivíduos, por sexo.



Se entre os homens que não desejam ter filhos o mais comum é o rendimento *per capita* do agregado familiar ser mais baixo do que entre os que desejam ter filhos (Figura 3.22), entre as mulheres tal não se verifica. No caso das mulheres que não desejam ter filhos regista-se uma maior frequência das que possuem rendimentos *per capita* mais elevados do que a registada entre as que desejam ter. De forma geral, tanto os homens (principalmente) quanto as mulheres que não desejam ter filhos tendem a concentrar-se nos rendimentos *per capita* mais baixos (inferiores a 500 €).

Figura 3.22 Fecundidade Desejada em função do rendimento *per capita* do agregado familiar dos indivíduos, por sexo.

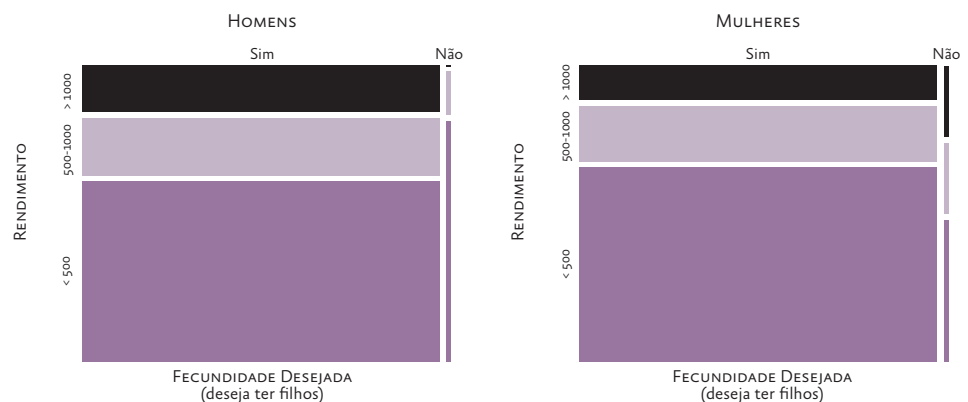
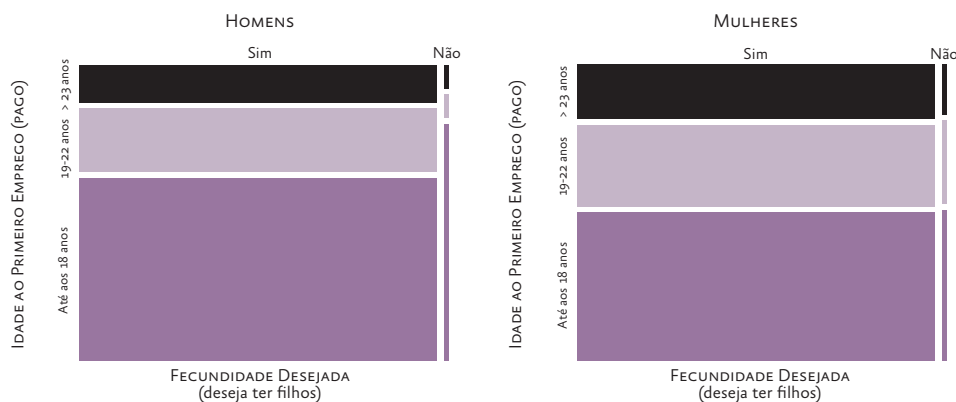


Figura 3.23 Fecundidade Desejada em função da idade ao primeiro emprego dos indivíduos, por sexo.



Associada à importância que o escalão de rendimento *per capita* do agregado parece recolher na decisão de se terem filhos, uma outra variável que se revela igualmente importante é a idade ao primeiro emprego pago, que se encontra representada na Figura 3.23. O simples facto de um indivíduo entrar no mercado de trabalho e obter autonomia financeira mais tardiamente pode não só influenciar o seu tempo de entrada na parentalidade, como também ser um fator importante no seu desejo de ter filhos ou não.

Verifica-se que existem algumas diferenças entre os sexos, especialmente para os que não desejam ter filhos, registando-se uma maior predominância de indivíduos que entraram mais cedo no mercado de trabalho entre os homens do que entre as mulheres. Importa ainda referir que é inclusivamente entre os homens, quem quer ter *vs.* quem não quer ter filhos, que se registam as maiores diferenças entre os que desejam ter filhos e os que não o desejam. Sendo que o mais usual entre os homens é terem tido um primeiro emprego pago até aos 18 anos de idade, observa-se uma maior representatividade entre os que não desejam ter filhos.

3.4. Fecundidade Final Esperada – quantos filhos espera vir a ter

Após uma breve análise dos padrões de fecundidade baseados em diferentes abordagens sobre a fecundidade portuguesa, tais como a Fecundidade Realizada e a Fecundidade Desejada, e uma vez que a parte seguinte deste estudo se centra na Fecundidade Intencional (diferencial de fecundidade registado entre FFE e FR), importa analisar e caracterizar primeiramente os indivíduos tendo em conta a sua expectativa de fecundidade para o final da sua vida reprodutiva, ou seja, a sua Fecundidade Final Esperada (FFE)⁹.

⁹ Esta análise teve em consideração todos os indivíduos, *i. e.*, homens dos 18 aos 54 anos e mulheres dos 18 aos 49 anos.

Metade dos indivíduos espera finalizar o seu período reprodutivo com 2 filhos (50,9 %, $IC_{95\%} = (49,4\%; 52,4\%)$) e menos de 10 % perspetivaram não ter filhos (8,3 %, $IC_{95\%} = (7,5\%; 9,0\%)$). A opção pelo filho único está no horizonte de um quarto dos residentes (25,4 %, $IC_{95\%} = (24,3\%; 26,6\%)$), sendo residual a proporção daqueles que esperam ter pelo menos 4 filhos (3,3 %, $IC_{95\%} = (2,8\%; 3,8\%)$). Esta tendência é semelhante entre homens e mulheres (Tabela 3.1).

Concomitantemente, comparando os resultados obtidos relativamente à Fecundidade Desejada, estima-se que cerca de 3 % dos residentes desejam ter filhos mas não conseguirão concretizar essa sua pretensão ao longo de todo o seu curso de vida.

De um modo geral, a opção pelos dois filhos enquanto fecundidade final esperada (FFE) é a mais comum na população, quer a analisemos em função das diferentes categorias das variáveis de caracterização sociodemográfica, quer das variáveis referentes aos valores parentais ou às perspetivas pessoais, tal como apresentado na Tabela 3.1. A predominância do filho único apenas se regista entre os que no seu agregado parental têm pelo menos um enteado (41,3 %) ou consideram que o número ideal de filhos é inferior a dois (31,5 %). Entre os indivíduos cujo nível de escolaridade do pai e/ou da mãe corresponde ao ensino superior, ou que consideram que o número ideal de filhos é superior a dois, quase 20 % espera ter 3 filhos no final da sua vida reprodutiva. É entre os indivíduos que não tiveram uma experiência de conjugalidade (18,6 %) ou que não têm cônjuge (16,3 %) que se encontra com maior representatividade uma FFE de zero filhos.

Relativamente aos valores parentais e perspetivas pessoais, é de salientar apenas que existe uma relação significativa entre a opinião sobre a compensação e a FFE ($P < 0,001$). É entre os indivíduos que afirmam discordar de que a compensação é importante que se regista uma maior concentração na FFE de três filhos (17,2 %), enquanto entre aqueles que concordam com esta afirmação somente 6,5 % partilham da expectativa de vir a ter uma família mais numerosa.

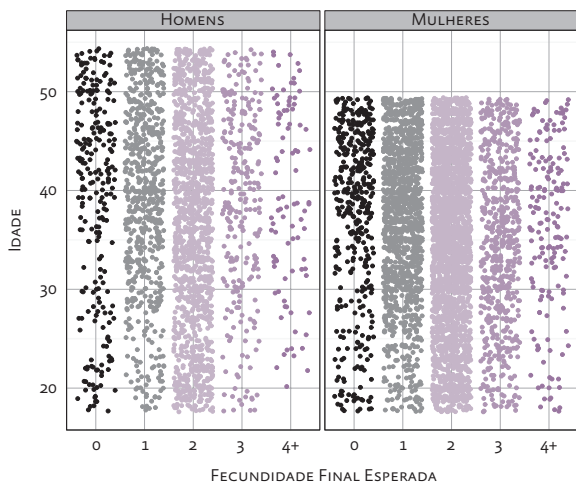
Tabela 3.1 Distribuição da Fecundidade Final Esperada dos indivíduos, em percentagem, nas categorias das variáveis selecionadas (os tons lilás escuro correspondem a proporções mais elevadas, enquanto os tons cinza claro correspondem a proporções mais baixas).

Variáveis	Categorias	FEC. FINAL ESPERADA				
		0	1	2	3	4 +
Sexo	Homem	9,3	25,6	51,5	10,2	3,5
	Mulher	7,4	25,9	51,4	12,2	3,2
Naturalidade	Portuguesa	8,4	25,6	52,1	10,9	2,9
	Outra	8,0	26,5	46,2	12,7	6,6
Dimensão da área de residência	Densamente povoada	9,1	26,0	47,9	13,0	4,1
	Medianamente povoada	8,5	25,2	53,9	9,9	2,5
	Pouco povoada	6,5	26,1	55,0	9,2	3,3
Nível de escolaridade do próprio	Até 1.º ciclo	11,8	24,1	40,5	15,2	8,4
	2.º ciclo	6,4	27,4	51,2	11,1	3,9
	3.º ciclo	7,9	28,5	52,5	8,9	2,2
	Ens. secundário	7,5	26,0	54,6	9,5	2,3
	Ens. superior	9,6	22,2	51,8	13,5	2,9
Nível de escolaridade do cônjuge	Até 1.º ciclo	3,3	28,1	45,2	13,4	10,0
	2.º ciclo	4,0	26,4	54,6	12,1	2,9
	3.º ciclo	2,8	34,3	51,3	9,6	2,0
	Ens. secundário	3,9	29,2	53,8	10,3	2,8
	Ens. superior	4,4	22,2	57,0	13,7	2,7
Composição do agregado parental de origem	Com ambos os pais	8,4	25,5	52,2	10,8	3,1
	Com o pai e sem a mãe	11,4	25,0	45,5	13,6	4,5
	Com a mãe e sem o pai	8,6	25,4	49,6	13,3	3,2
	Sem a mãe e sem o pai	6,3	33,1	40,2	12,6	7,9
Nível de escolaridade do pai	Até 1.º ciclo	8,5	27,6	50,2	10,3	3,4
	2.º ciclo	5,8	24,1	59,7	8,8	1,7
	3.º ciclo	8,5	24,7	54,1	10,7	2,0
	Ens. secundário	7,4	23,0	52,3	14,5	2,8
	Ens. superior	11,6	13,5	50,6	18,5	5,8
Nível de escolaridade da mãe	Até 1.º ciclo	8,6	27,4	50,5	10,2	3,4
	2.º ciclo	7,1	25,8	55,9	8,8	2,4
	3.º ciclo	7,6	22,5	56,3	11,0	2,5
	Ens. secundário	7,8	23,9	50,2	15,0	3,1
	Ens. superior	8,6	13,4	54,1	19,4	4,5
Número de irmãos	Até 5 irmãos	8,6	26,2	52,2	10,4	2,7
	Mais de 5 irmãos	6,7	21,9	45,8	16,6	8,9
Existência de separação dos pais	Não se separaram/Não viveu com os pais	8,2	25,6	52,5	10,7	2,9
	Sim/Nunca viveram juntos	9,8	24,4	48,2	12,9	4,8

Variáveis	Categorias	FEC. FINAL ESPERADA				
		0	1	2	3	4 +
Idade com que deixou de residir com o agregado parental de origem	Até aos 24 anos	8,0	25,4	51,9	11,3	3,2
	Aos 25 ou mais anos	9,3	26,6	49,9	11,0	3,1
Experiência de conjugalidade	Sim	4,8	28,7	51,4	11,4	3,7
	Não	18,6	17,1	51,8	10,4	2,2
Existência de enteados	Não	8,4	25,2	52,0	11,1	3,3
	Sim	9,2	41,3	31,2	12,8	5,5
Existência de trabalho do próprio	Não trabalha	11,3	21,1	49,7	12,6	5,3
	Menos de 36 horas	9,5	23,9	52,8	10,6	3,2
	36 ou mais horas	6,6	28,6	52,1	10,4	2,2
Condição perante o trabalho do cônjuge	Tem emprego	3,2	28,8	54,4	11,0	2,6
	Não tem cônjuge	16,3	21,7	48,9	10,3	2,9
	Não tem emprego	5,3	26,0	48,4	13,6	6,8
Idade ao primeiro emprego pago	Até aos 18 anos	7,7	27,3	49,6	11,7	3,8
	Entre os 19 e os 22 anos	7,8	27,7	53,4	9,2	2,0
	Aos 23 ou mais anos	10,2	23,1	52,6	10,9	3,2
Rendimento <i>per capita</i> do agregado familiar	Até 500 €	6,7	23,8	53,7	11,8	4,0
	500 – 1000 €	11,5	34,8	42,5	8,7	2,5
	Mais de 1000 €	11,1	21,6	54,3	11,4	1,6
Número ideal de filhos	Menos de 2 filhos	29,8	31,5	29,8	7,3	1,6
	2 filhos	8,8	29,6	52,7	6,9	2,0
	Mais de 2 filhos	5,3	17,7	51,6	19,4	6,1
Conciliação materna	Não trabalhar	8,6	27,2	49,0	10,3	4,8
	Trabalhar a tempo inteiro fora de casa	9,5	25,3	51,6	11,3	2,2
	Trabalhar a tempo parcial fora de casa	7,2	24,7	53,3	11,6	3,2
	Trabalhar a partir de casa	9,7	27,1	49,2	10,9	3,1
Presença materna	Concorda	7,6	28,1	50,4	10,0	4,0
	Discorda	9,0	24,0	52,1	11,9	2,9
Presença paterna	Concorda	7,7	30,9	49,5	8,8	3,1
	Discorda	8,5	24,7	51,9	11,6	3,4
Autonomia feminina	Concordância plena	8,8	24,8	52,0	11,5	2,8
	Alguma discordância	7,9	26,7	51,0	10,6	3,8
Adiamento da fecundidade	Concordância plena	8,3	25,5	52,0	11,0	3,2
	Alguma discordância	8,4	26,5	49,8	11,7	3,7
Importância da família	Concorda	7,4	25,9	52,3	10,9	3,6
	Discorda	10,9	25,3	49,3	11,9	2,7
Realização pessoal	Concordância plena	11,6	25,7	49,1	10,6	3,0
	Alguma discordância	4,2	25,8	54,3	12,0	3,7
Compensação	Discorda	6,5	14,1	56,9	17,2	5,3
	Concorda	9,7	34,5	47,5	6,5	1,9

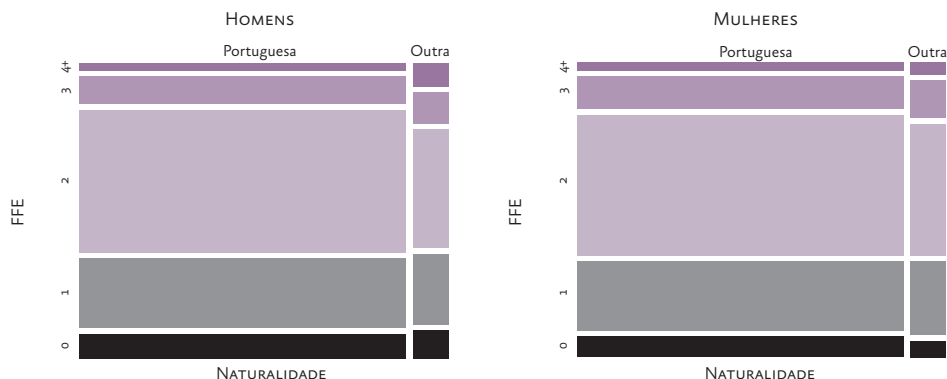
Na Figura 3.24, podemos observar que tanto os homens, como as mulheres que esperam não ter filhos, ou ter apenas um filho, de um modo geral, são pessoas com uma idade mais avançada (maior predominância de indivíduos com 35 ou mais anos). Para quem espera vir a ter dois, três ou mais filhos, o padrão por idades é semelhante. Observa-se uma ligeira diferença na distribuição das idades entre homens e mulheres que esperam terminar o seu ciclo reprodutivo com quatro ou mais filhos, apresentando as mulheres uma maior concentração nas idades mais elevadas.

Figura 3.24 Distribuição da idade dos indivíduos por Fecundidade Final Esperada e sexo.



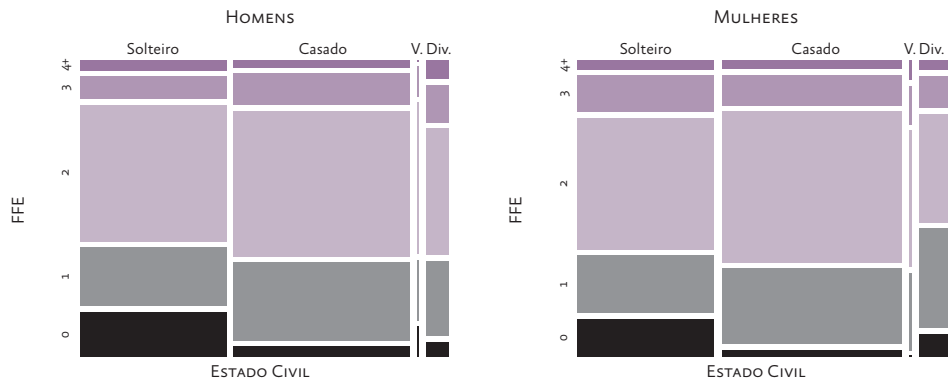
Apresenta-se, na Figura 3.25, a distribuição de homens e mulheres tendo em conta a sua FFE, considerando a nacionalidade (portuguesa vs. outra), sendo que não se identificam diferenças entre os sexos. Os indivíduos de outra nacionalidade que não a portuguesa apresentam um maior enquadramento em valores mais elevados referentes à FFE (pelo menos três filhos) em detrimento dos dois filhos.

Figura 3.25 Fecundidade Final Esperada em função da nacionalidade dos indivíduos, por sexo.



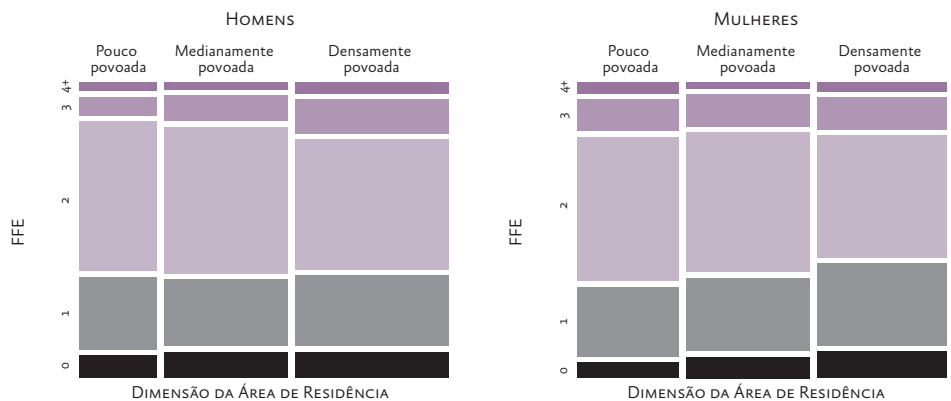
Na Figura 3.26 pode observar-se que a maioria dos indivíduos, de ambos os sexos, tem uma fecundidade final esperada igual a 2 filhos, qualquer que seja o estado civil. A exemplo do verificado entre os indivíduos que não desejam ter filhos (ver Figura 3.18), é entre os homens e mulheres solteiros que a FFE igual a zero filhos tem mais expressão.

Figura 3.26 Fecundidade Final Esperada em função do estado civil dos indivíduos, por sexo.



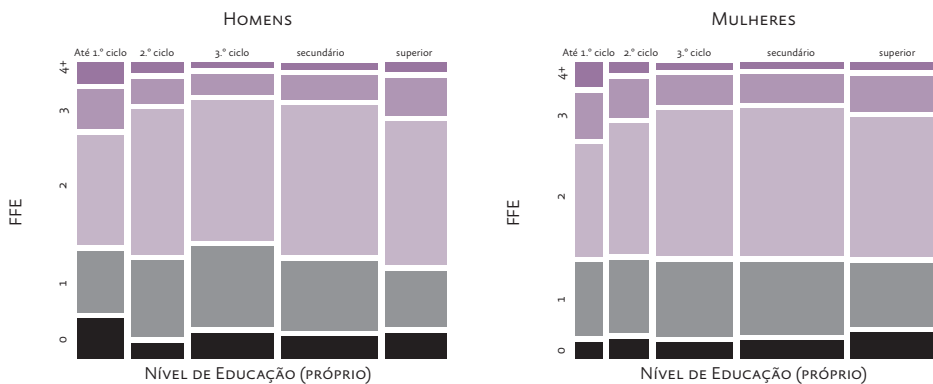
No respeitante à dimensão da área de residência (Figura 3.27), além dos resultados obtidos mostrarem, uma vez mais, que a maioria dos indivíduos reside em áreas densa ou medianamente povoadas, verificamos que são os que moram em áreas densamente povoadas os que menos esperam uma fecundidade final de 2 filhos. Nas áreas pouco povoadas observa-se uma ligeira diferença na FFE entre os sexos, com os homens a revelarem uma FFE de zero filhos superior, proporcionalmente, à das mulheres, e observando-se o inverso quanto à FFE de 3 filhos.

Figura 3.27 Fecundidade Final Esperada em função da dimensão da área de residência dos indivíduos, por sexo.



De acordo com o nível de escolaridade, apresentado na Figura 3.28, e uma vez mais de acordo com os resultados anteriormente apresentados neste estudo, verifica-se uma ligeira diferença no padrão entre sexos, sendo o comportamento associado a fecundidades mais baixas mais estável entre as mulheres do que entre os homens. Identifica-se em ambos os sexos uma maior tendência entre os indivíduos com os níveis de instrução mais baixos (até ao 1.º e 2.º ciclos) para uma FFE de três ou quatro filhos. Observa-se ainda que, entre aqueles com educação até o 1.º ciclo, os homens revelam uma FFE de zero filhos superior à das mulheres.

Figura 3.28 Fecundidade Final Esperada em função do nível de educação dos indivíduos, por sexo.



Por analogia ao observado na Figura 3.28, na Figura 3.29 apresentamos a distribuição dos indivíduos de acordo com a sua FFE em função do nível de instrução do(a) cônjuge/companheiro(a), caso o(a) a tenham. Neste caso, as diferenças entre homens e mulheres são em tudo semelhantes às observadas anteriormente. Contudo, destaca-se em ambos os sexos uma redução na expectativa de que a FFE seja igual a zero, o que indicia que associada à conjugalidade esteja a existência de filhos.

Figura 3.29 Fecundidade Final Esperada em função do nível de educação do(a) cônjuge/companheiro(a) dos indivíduos, por sexo.

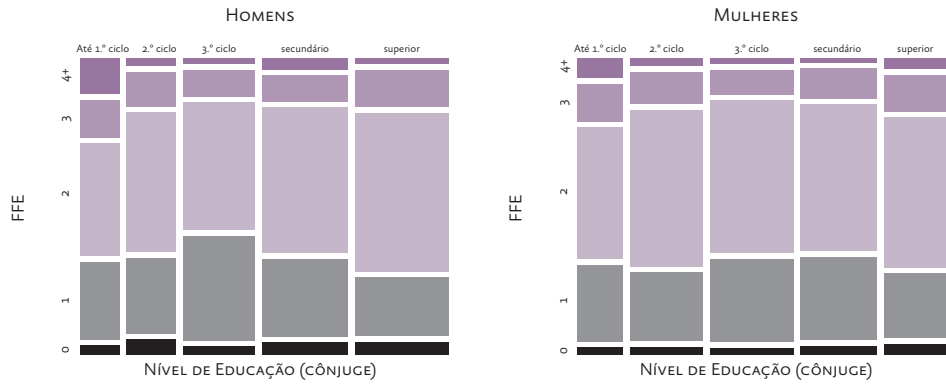
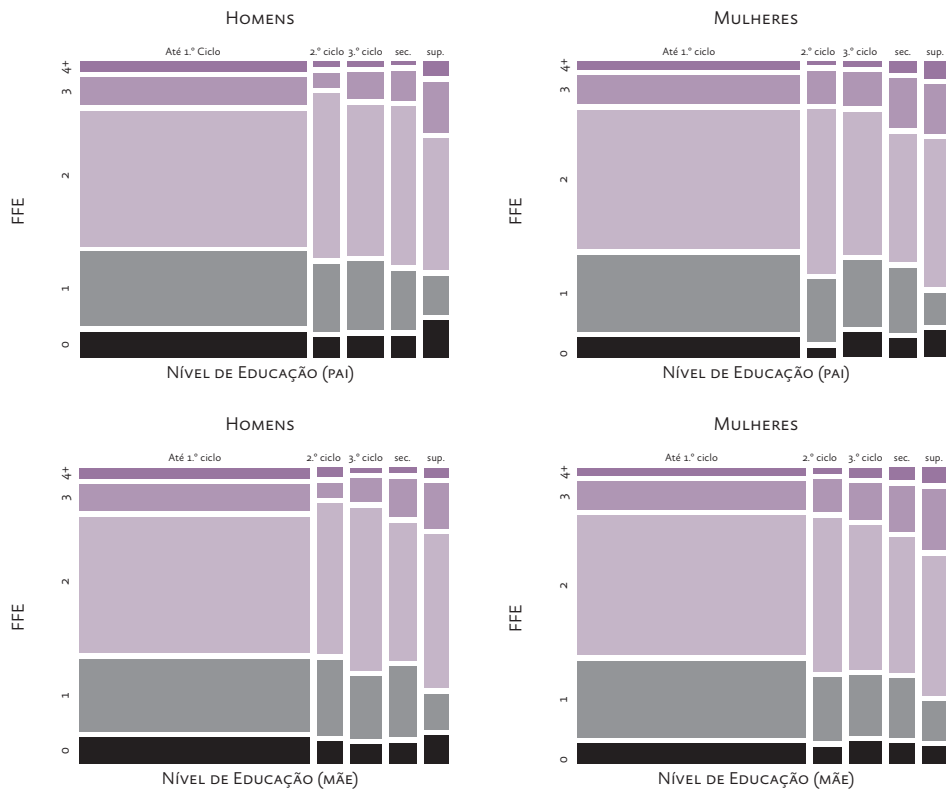


Figura 3.30 Fecundidade Final Esperada em função do nível de educação do pai dos indivíduos (a, b) e segundo o nível de educação das mães dos indivíduos (c, d), por sexo.

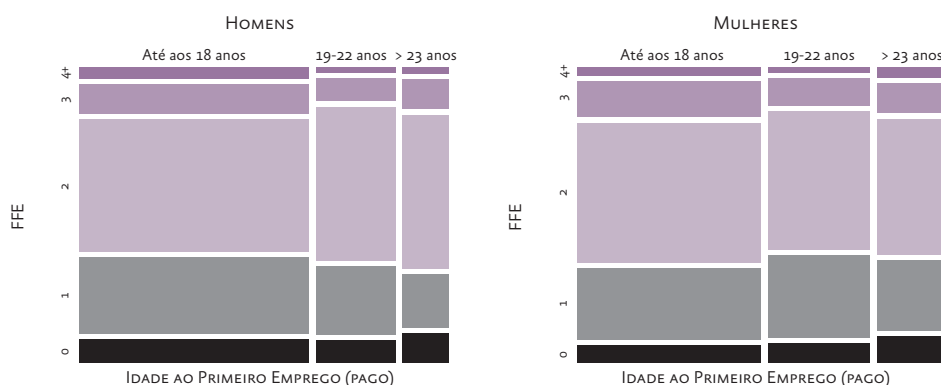


Em sentido oposto ao que foi verificado no respeitante ao nível de educação tanto do próprio indivíduo, como do seu cônjuge, através da Figura 3.29 e da Figura 3.30 podemos verificar que o nível de educação dos pais se concentra essencialmente até ao 3.º ciclo do ensino básico, independentemente do sexo

dos indivíduos. Podemos verificar que são aqueles cujos pais detêm um nível de escolaridade mais elevado que esperam uma FFE também mais elevada.

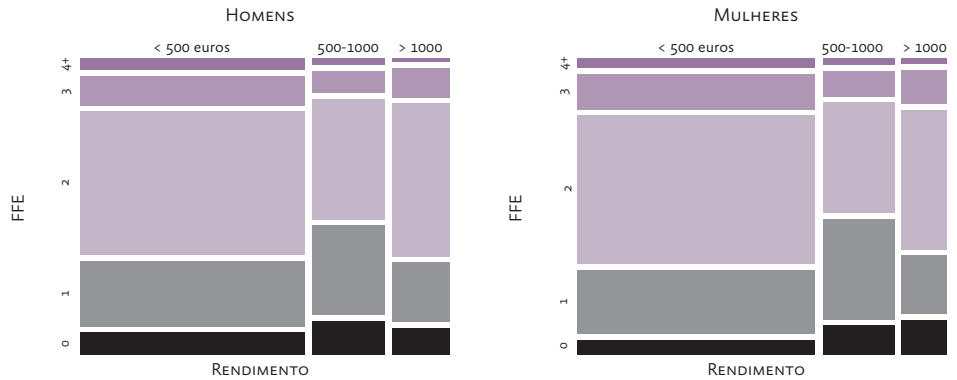
Entre homens e mulheres que já tiveram, pelo menos, um emprego pago, observa-se que, considerando a idade ao primeiro emprego apresentada na Figura 3.31, existem algumas diferenças entre os sexos nos três grupos de idades, com os homens a apresentarem um comportamento contrário ao das mulheres na FFE até aos 2 filhos. No caso dos homens verifica-se que a fecundidade final esperada de filho único diminui com o aumento da idade ao primeiro emprego, aumentando a FFE de dois filhos. Para as mulheres, observa-se o comportamento inverso. Verifica-se ainda que para os que começaram a trabalhar mais cedo (até aos 18 anos), bem como para quem começou mais tarde (depois dos 23) existe uma maior expectativa relativamente a uma fecundidade final esperada de três ou mais filhos.

Figura 3.31 Fecundidade Final Esperada em função da idade ao primeiro emprego pago dos indivíduos, por sexo.



Outro fator, apontado insistentemente pela maioria dos casais como um dos fatores de maior importância para a decisão de se terem filhos, é o rendimento do agregado familiar. De um modo geral, o padrão da distribuição da FFE por rendimento *per capita* do agregado familiar é semelhante entre os sexos (Figura 3.32). Dado que o rendimento *per capita* está relacionado com a dimensão do agregado familiar atual, não é de estranhar que sejam aqueles que atualmente têm um rendimento *per capita* até 500 € os que esperam atingir uma fecundidade final mais elevada, na medida em que provavelmente são os que já no momento atual possuem uma família com maior dimensão. A opção pelo filho único está presente com maior incidência entre os que têm rendimentos *per capita* entre os 500 € e os 1000 €.

Figura 3.32 Fecundidade Final Esperada em função do rendimento *per capita* do agregado familiar dos indivíduos, por sexo.



A Figura 3.33 apresenta os resultados referentes a quem concorda ou discorda de que “é preferível ter somente um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos”. Podemos, assim, verificar que, de forma geral, a maioria dos indivíduos afirma concordar com esta afirmação, independentemente do sexo. Além disso, o padrão comportamental por categoria de opinião é semelhante entre os homens e as mulheres.

Figura 3.33 Fecundidade Final Esperada em função da opinião própria dos indivíduos sobre o facto de ser preferível ter um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos (compensação), por sexo.

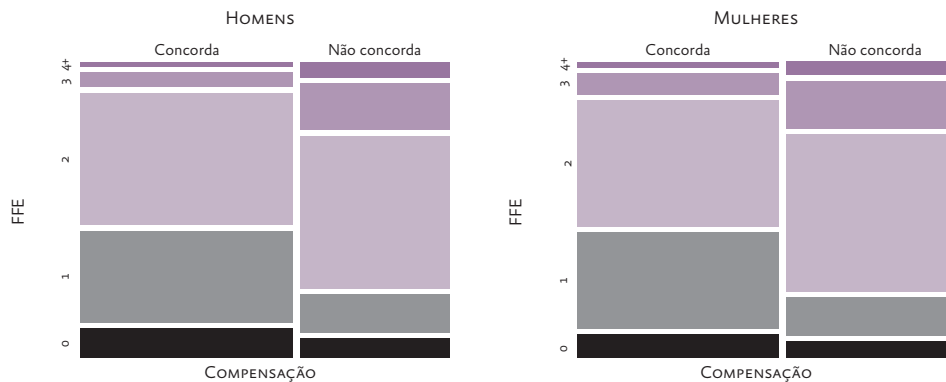
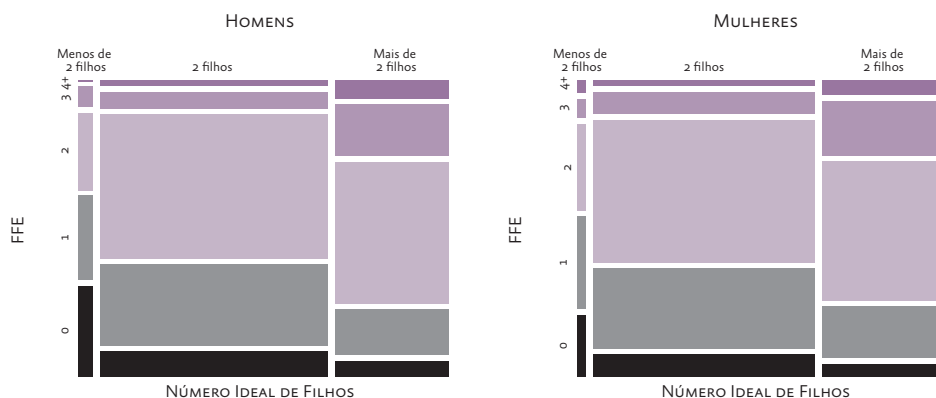


Figura 3.34 Fecundidade Final Esperada em função da opinião dos indivíduos sobre o número ideal de filhos para uma família, por sexo.



O número ideal de filhos (Figura 3.34) é outra das variáveis que não só poderá interferir diretamente na FFE, mas também no diferencial entre FFE e FR (fecundidade intencional), como veremos na secção seguinte. Independentemente do sexo, observamos que a maioria dos indivíduos tem dois filhos como ideal para uma família, sendo estes que, como seria de esperar, concentram a sua FFE essencialmente em torno de 1 e de 2 filhos. Por outro lado, e mais uma vez de uma forma também expectável, são os indivíduos que partilham de um número ideal de filhos superior a dois os que esperam ter uma FFE mais elevada. Apenas uma minoria dos homens e das mulheres considera que o ideal para uma família é ter no máximo um filho, ao passo que a expectativa de permanecer sem filhos é mais elevada entre os homens.

3.5. Fecundidade Intencional – diferencial da Fecundidade Final Esperada e Fecundidade Realizada

No momento presente, em que a fecundidade registada em Portugal apresenta valores extremamente baixos, importa não só perceber como proporcionar as condições necessárias para que a FFE seja atingida, mas também para que aqueles que não pretendem ter filhos (ou que já os tenham) coloquem pelo menos em hipótese uma (nova) experiência de maternidade/paternidade. É, assim, de crucial importância não deixar de parte os padrões de comportamento associados à Fecundidade Intencional (FI), ou seja, à diferença entre o número de filhos que se espera vir a ter para além dos que já se têm¹⁰.

Mais de metade dos indivíduos (55,5 %, IC₉₅% = (54,2 %; 56,8 %)) considera que o seu ciclo reprodutivo está encerrado, ou seja, já não pretende vir a ter mais filhos para além dos que já tem. Aproximadamente um em cada cinco

¹⁰ Esta análise teve em consideração todos os indivíduos, *i. e.*, homens dos 18 aos 54 anos e mulheres dos 18 aos 49 anos.

residentes estão a um filho de atingir a sua FFE (19,0 %, $IC_{95\%} = (18,0\%; 20,1\%)$) e um quinto ainda espera ter dois filhos para além dos que já tem (19,5 %, $IC_{95\%} = (18,4\%; 20,7\%)$), sendo residual a proporção dos que apresentam uma FI de, pelo menos, três filhos.

Na Tabela 3.2 apresenta-se a distribuição do número de filhos que os indivíduos pretendem ter para além dos que já têm, considerando algumas características sociodemográficas e algumas variáveis que traduzem valores parentais ou perspetivas futuras (onde os 100 % são obtidos através do somatório “em linha”). Pela análise da referida Tabela, podemos constatar que os que afirmam com maior frequência já ter atingido a sua fecundidade final esperada são aqueles que:

1. pertencem ao sexo feminino;
2. cujo nível de instrução do pai e/ou da mãe não ultrapassa o 1.º ciclo do ensino básico;
3. não contaram com a presença de ambos os pais no seu agregado parental de origem;
4. têm mais de 5 irmãos;
5. têm enteados;
6. participam no mercado de trabalho;
7. partilham a vida com o seu cônjuge/companheiro(a) (independentemente deste trabalhar ou não) ou, pelo menos, já experienciaram alguma relação de conjugalidade;
8. tiveram o seu primeiro emprego até aos 18 anos;
9. o rendimento mensal *per capita* do agregado familiar é no máximo de 500 €;
10. partilham da opinião de que a melhor opção para se conciliar a vida familiar com a maternidade é não trabalhar (conciliação materna);
11. concordam que é prejudicial para uma criança em/até à idade escolar que a mãe trabalhe fora de casa (presença materna);
12. são da opinião de que uma criança precisa de ambos os pais presentes para crescer equilibrada (importância da família, de um ponto de vista tradicional);
13. discordam de que é preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos (efeito de compensação).

Tabela 3.2 Distribuição da Fecundidade Intencional dos indivíduos, em percentagem, nas categorias das variáveis selecionadas (os lilás escuro correspondem a proporções mais elevadas, enquanto os tons cinza claro correspondem a proporções mais baixas).

Variáveis	Categorias	FEC. INTENCIONAL			
		0	1	2	3 +
Sexo	Homem	24,6	29,1	38,9	7,4
	Mulher	33,4	29,9	28,9	7,8
Naturalidade	Portuguesa	28,5	29,3	34,7	7,5
	Outra	9,0	25,0	31,0	35,0
Dimensão da área de residência	Densamente povoada	48,0	22,1	23,0	6,9
	Medianamente povoada	54,7	20,6	21,3	3,5
	Pouco povoada	57,5	19,9	19,6	3,0
Nível de escolaridade do próprio	Até 1.º ciclo	83,2	9,1	6,0	1,6
	2.º ciclo	72,8	17,9	7,4	1,9
	3.º ciclo	53,2	22,5	22,0	2,3
	Ens. secundário	38,9	22,8	31,2	7,0
	Ens. superior	42,0	25,2	24,8	8,0
Nível de escolaridade do cônjuge	Até 1.º ciclo	91,0	6,2	1,7	1,0
	2.º ciclo	80,0	15,7	3,7	0,5
	3.º ciclo	70,5	21,8	6,9	0,8
	Ens. secundário	60,3	27,6	9,8	2,2
	Ens. superior	57,0	26,0	13,7	3,3
Composição do agregado parental de origem	Com ambos os pais	29,7	29,1	33,9	7,4
	Com o pai e sem a mãe	21,4	28,6	28,6	21,4
	Com a mãe e sem o pai	22,8	30,7	36,6	9,9
	Sem a mãe e sem o pai	35,5	35,5	22,6	6,5
Nível de escolaridade do pai	Até 1.º ciclo	62,3	20,2	14,6	2,9
	2.º ciclo	31,4	19,4	44,0	5,1
	3.º ciclo	38,5	24,7	30,5	6,3
	Ens. secundário	31,5	24,6	33,5	10,4
	Ens. superior	28,9	21,3	35,6	14,2
Nível de escolaridade da mãe	Até 1.º ciclo	64,1	19,3	14,1	2,5
	2.º ciclo	30,4	26,7	37,7	5,1
	3.º ciclo	25,9	26,2	39,8	8,0
	Ens. secundário	26,5	27,6	35,1	10,8
	Ens. superior	27,3	19,0	37,6	16,1
Número de irmãos	Até 5 irmãos	27,1	30,2	35,1	7,6
	Mais de 5 irmãos	56,5	20,3	15,9	7,2
Existência de separação dos pais	Não se separaram/não viveu com os pais	30,7	29,3	33,1	6,9
	Sim/nunca viveram juntos	20,2	28,9	39,3	11,6

Variáveis	Categorias	FEC. INTENCIONAL			
		0	1	2	3 +
Idade com que deixou de residir com o agregado parental de origem	Até aos 24 anos	26,8	26,6	37,9	8,7
	Aos 25 ou mais anos	38,1	39,9	18,3	3,7
Experiência de conjugalidade	Sim	45,0	35,0	16,8	3,3
	Não	1,1	19,9	63,8	15,2
Existência de enteados	Não	28,5	29,5	34,3	7,8
	Sim	59,1	27,3	13,6	0,0
Existência de trabalho do próprio	Não trabalha	20,0	23,2	45,2	11,6
	Menos de 36 horas	33,0	29,2	31,1	6,6
	36 ou mais horas	33,9	33,4	27,2	5,4
Condição perante o trabalho do cônjuge	Tem emprego	45,7	36,6	15,0	2,7
	Não tem cônjuge	8,1	22,5	56,3	13,1
	Não tem emprego	52,0	29,4	13,7	4,9
Idade ao primeiro emprego pago	Até aos 18 anos	37,3	30,0	26,9	5,7
	Entre os 19 e os 22 anos	28,4	31,9	33,7	6,0
	Aos 23 ou mais anos	24,4	33,8	33,8	8,1
Rendimento <i>per capita</i> do agregado familiar	Até 500 €	57,7	18,6	19,4	4,3
	500 – 1000 €	37,1	29,0	28,2	5,8
	Mais de 1000 €	48,9	22,0	22,8	6,4
Número ideal de filhos	Menos de 2 filhos	60,0	21,2	15,3	3,5
	2 filhos	51,7	22,3	23,0	3,0
	Mais de 2 filhos	53,0	19,0	19,7	8,3
Conciliação materna	Não trabalhar	43,0	31,6	20,3	5,1
	Trabalhar a tempo inteiro fora de casa	24,4	30,1	37,8	7,7
	Trabalhar a tempo parcial fora de casa	27,4	28,7	35,5	8,4
	Trabalhar a partir de casa	26,3	28,7	36,5	8,4
Presença materna	Concorda	32,8	29,1	31,7	6,3
	Discorda	26,8	29,6	35,0	8,5
Presença paterna	Concorda	25,6	30,7	36,9	6,8
	Discorda	29,9	29,1	33,1	7,9
Autonomia feminina	Concordância plena	27,0	29,0	35,3	8,6
	Alguma discordância	31,9	29,9	31,9	6,3
Adiamento da fecundidade	Concordância plena	29,6	29,7	33,2	7,5
	Alguma discordância	27,6	28,9	35,6	7,9
Importância da família	Concorda	32,2	30,0	31,3	6,6
	Discorda	22,5	27,7	39,9	10,0
Realização pessoal	Concordância plena	25,8	28,9	36,4	8,9
	Alguma discordância	33,6	30,5	30,2	5,8
Compensação	Concorda	26,7	31,2	36,3	5,8
	Discorda	32,9	27,1	29,9	10,1

Por outro lado, quem maioritariamente se encontra a uma distância de 1 filho face à sua FFE são aqueles que:

1. afirmam que o seu agregado parental de origem era somente composto pelo pai, pela mãe ou por nenhum dos pais;
2. deixaram de residir com o agregado parental de origem após os 25 anos de idade;
3. trabalham mais de 36 horas semanais;
4. entraram no mercado de trabalho (1.º emprego pago) somente após os 23 anos.

No respeitante a quem se encontra a 2 filhos da sua FFE, podemos verificar que quem mais frequentemente referiu esse diferencial foram aqueles que:

1. pertencem ao sexo masculino;
2. têm naturalidade portuguesa;
3. o nível de ensino do pai e/ou da mãe se situa no ensino secundário ou superior;
4. o agregado parental de origem era composto por, pelo menos, um dos pais;
5. deixaram de residir com o agregado parental de origem antes dos 25 anos;
6. não experienciaram nenhum tipo de conjugalidade até ao momento (continuando sem cônjuge/companheiro(a));
7. não participavam no mercado de trabalho à data do inquérito;
8. tiveram o seu primeiro emprego pago após os 18 anos de idade.

Por último, importa ainda referir que poucos são aqueles que se encontram a 3 ou mais filhos da sua FFE, mas destes destacam-se claramente os indivíduos cuja naturalidade é distinta da portuguesa.

Para que a análise apresentada não suscite dúvida, é importante salientar que as características apresentadas anteriormente não foram avaliadas tendo em conta qualquer tipo de relação, mas, sim, sendo exclusivas entre si.

A análise da Figura 3.35 demonstra que a maioria dos indivíduos que já atingiu a sua fecundidade final esperada ($FI = 0$) está casada, divorciada, ou é viúva. Relativamente aos solteiros, verificamos que estes têm, na sua maioria, a intenção de vir a ter dois filhos.

Figura 3.35 Fecundidade Intencional em função do estado civil dos indivíduos, por sexo.

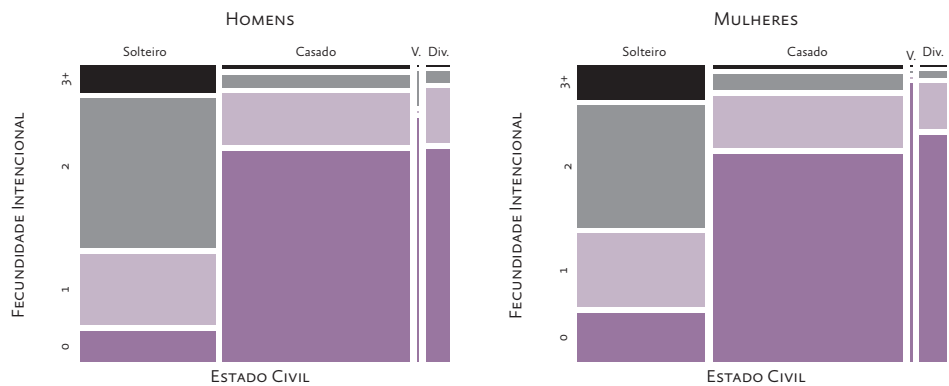
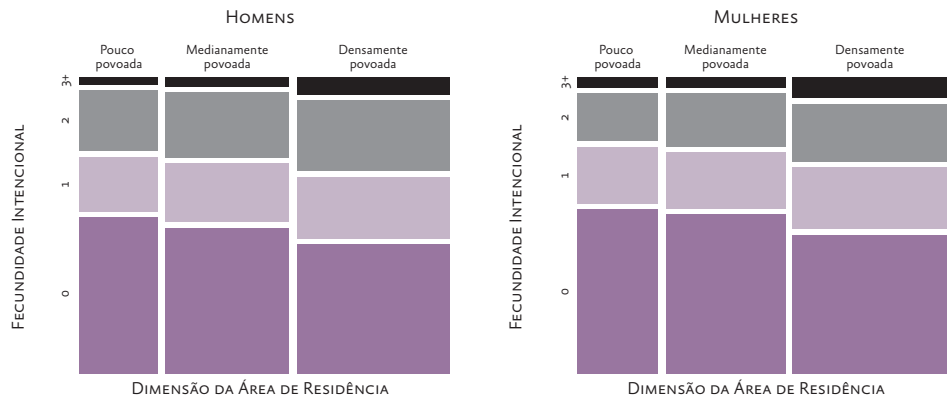


Figura 3.36 Fecundidade Intencional em função da dimensão da área de residência dos indivíduos, por sexo.



A Figura 3.36 mostra um padrão de diminuição nos valores da FI igual a zero e de crescimento nas FI iguais ou superiores a 2, partilhado por ambos os sexos, com o aumento da densidade de povoamento da área de residência. Ou seja, se é entre os que vivem em áreas pouco povoadas que encontramos aqueles que mais frequentemente atingiram a sua FFE, nas zonas densamente povoadas é onde residem aqueles que estão mais aquém de satisfazerem a sua expectativa, no que ao número esperado de filhos diz respeito.

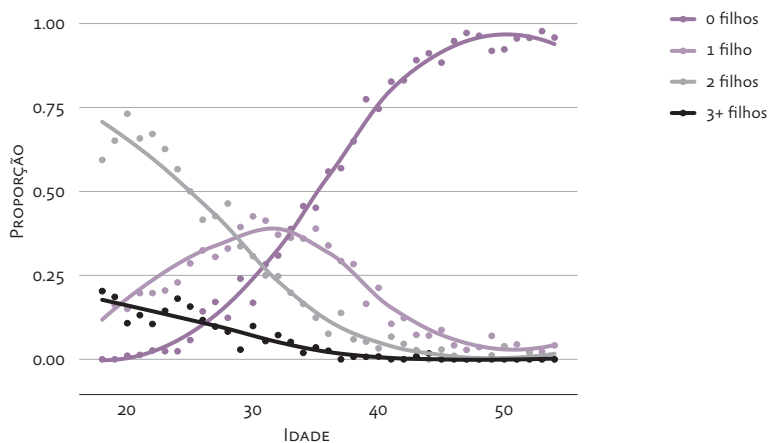
A Figura 3.37 apresenta, por idade, a distribuição dos indivíduos de acordo com o número de filhos adicionais que pretendem ter, ou seja, a sua fecundidade intencional. A informação associada aos *círculos* representados no gráfico corresponde aos valores efetivamente obtidos, ao passo que as *linhas* resultam da aplicação de uma técnica estatística de alisamento de dados que nos permite ter uma perspetiva mais detalhada dos padrões comportamentais associados.

Tal como seria expectável, é possível identificar que a proporção de jovens que já atingiram a sua FFE é bastante reduzida, invertendo-se a situação nas idades mais avançadas (Figura 3.37). Por exemplo, se aos 20 anos é residual a percentagem de indivíduos que já deu por encerrado o seu ciclo reprodutivo, aos 50 anos quase todos já o fizeram.

Considerando, agora, aqueles que estão a um filho de atingir a sua FFE (FI = 1), pode observar-se que se concentram essencialmente entre os 25 e os 35 anos de idade. A baixa proporção de indivíduos mais jovens associada a esta categoria poderá indicar que, na generalidade, estes pretendem ter mais do que um filho, enquanto o declínio registado em idades mais avançadas poderá estar relacionado com o facto de já ter sido concretizada a sua FFE.

Como seria previsível, com o aumento da idade observa-se uma redução na proporção de indivíduos que pretende ter pelo menos 2 filhos. De notar que são os jovens até aos 30 anos os que mais se encontram a uma distância de dois filhos de atingirem a sua FFE (FI = 2).

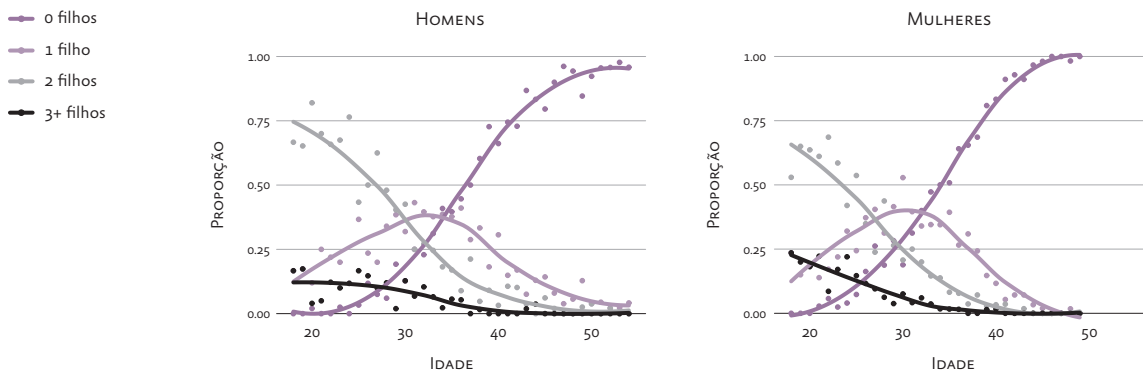
Figura 3.37 Proporção de indivíduos de acordo com a sua Fecundidade Intencional, em função da idade.



Diferenciando, agora, entre ambos os sexos (Figura 3.38), podemos constatar que a distribuição das proporções referentes à representatividade dos indivíduos de acordo com as diferentes categorias de FI é bastante idêntica à observada na Figura 3.37. Junto dos mais jovens há a referir que a expectativa de ainda virem a ter dois filhos adicionais é superior no caso dos homens (aos 18 anos é de aproximadamente 75 % e 70 %, respetivamente para homens e mulheres), enquanto a intenção de virem a ter ainda mais 3 ou mais filhos é superior entre as mulheres (aproximadamente 25 % das mulheres com 18 anos, comparativamente a cerca de 15 % de homens). Adicionalmente, com

o aumento da idade verifica-se um decréscimo mais acentuado na FI de 2 e 3 ou mais filhos, o que denota que são as mulheres mais jovens que estão mais afastadas da concretização da sua FFE, comparativamente aos homens. Por fim, há a salientar que são as mulheres que mais cedo atingem a sua FFE. Por exemplo, se aos 30 anos de idade cerca de 25 % destas já atingiram a sua FFE, no caso dos homens essa proporção ronda apenas os 20 %.

Figura 3.38 Proporção de indivíduos de acordo com a sua Fecundidade Intencional, em função da idade e do sexo.



O facto de um nível de instrução mais elevado ser, não raras vezes, apontado em diversos estudos como um dos motivos mais influentes para uma entrada tardia na parentalidade (*e.g.*, Sobotka, 2008; Billari e Philipov, 2004; Lappegård e Rønsen, 2005), pode igualmente contribuir, por essa mesma razão, para fazer variar o nível de FI e a capacidade de concretização da FFE de cada indivíduo. Contrariamente, uma transição mais precoce poderá dar origem a que sejam os indivíduos com menores níveis de instrução os que já concretizaram a sua FFE.

Entre homens e mulheres regista-se um padrão semelhante no comportamento ao longo das diferentes idades, em função da FI e do nível de instrução (Figura 3.39). Seja qual for o nível de instrução, são os indivíduos mais velhos e que provavelmente já fecharam o seu ciclo reprodutivo os que manifestam menor intenção, e os mais novos que, porventura ainda não o tendo iniciado, maior intenção têm de ainda vir a ter filhos. Entre os que ainda esperam ter pelo menos mais dois filhos, verificamos que existe uma maior concentração em idades jovens (até aos 30 anos) nos que possuem um nível de instrução de 3.º ciclo ou secundário. As mulheres com instrução até ao 1.º ciclo concentram-se nas idades mais avançadas, independentemente do nível de FI, comparativamente às que possuem outro nível de escolaridade. Esta diferença não é tão

patente no caso dos homens. Este resultado está, obviamente, associado ao aumento da escolaridade das mulheres registado nos últimos anos.

Figura 3.39 Fecundidade Intencional em função da idade e do nível de educação dos indivíduos, por sexo.

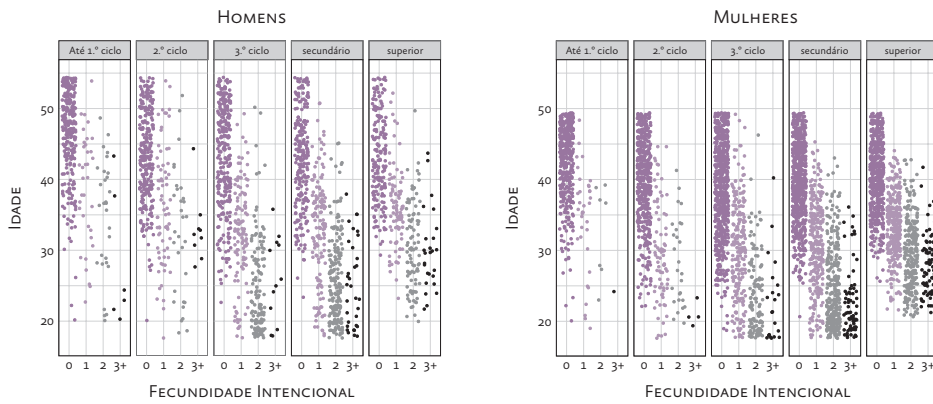
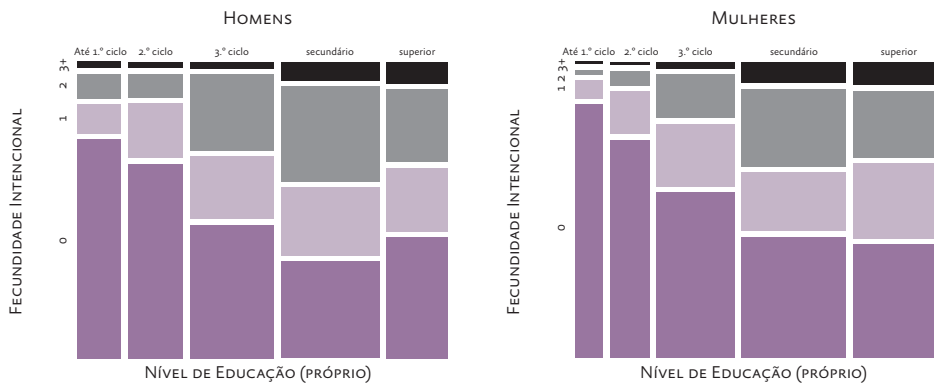


Figura 3.40 Fecundidade Intencional em função do nível de educação dos indivíduos, por sexo.



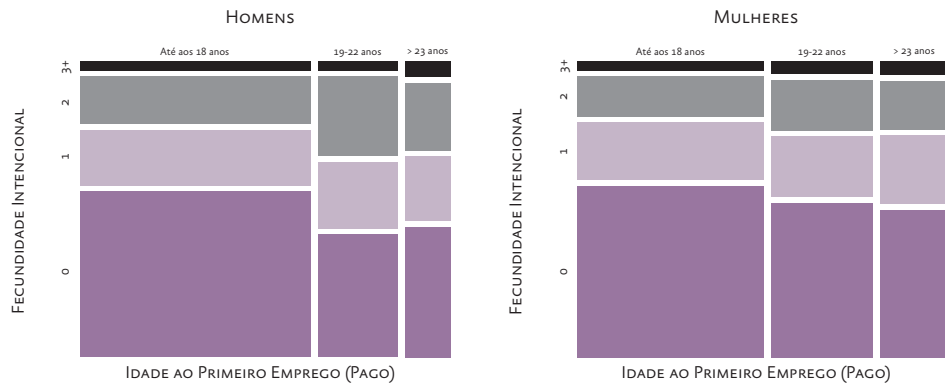
Complementando a análise anterior com a Figura 3.40, constata-se que são os indivíduos com mais baixos níveis de escolaridade os que mais referem já ter atingido a sua FFE. Os que completaram, no mínimo, o ensino secundário são os que mais frequentemente afirmam estar a, pelo menos, 2 filhos da sua FFE. Adicionalmente, podemos ainda referir que os padrões de fecundidade intencional de homens e mulheres se distinguem principalmente em função de quem completou até ao 3.º ciclo do ensino básico e de quem, pelo menos, completou o ensino secundário.

O rendimento é outro dos fatores importantes para que os comportamentos de fecundidade sejam entendidos em toda a sua expressão. Este argumento

é frequentemente usado não só para justificar o adiar da entrada na parentalidade, como também para justificar diferenças em termos do número de filhos que se espera ter ao longo da vida (Sobotka, 2013; Adsera, 2006a; Koehler *et al.*, 2006; Lutz *et al.*, 2006).

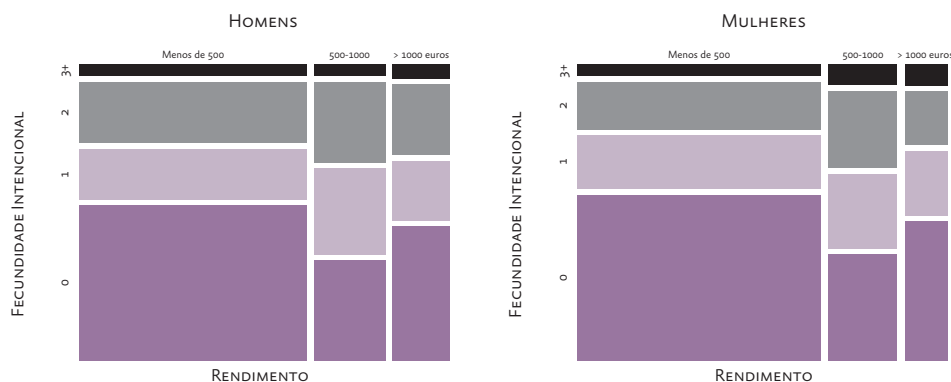
Uma das questões associadas ao rendimento é a idade de entrada no mercado de trabalho e, por conseguinte, a idade em que se começou a auferir rendimento e a adquirir autonomia financeira. Tanto entre os homens, como entre as mulheres verifica-se que, para quem teve o seu primeiro emprego pago até aos 18 anos (o mais usual), a maioria já não espera ter mais filhos (Figura 3.41), e os que entraram mais tarde no mercado de trabalho são aqueles que se encontram mais afastados da concretização da sua FFE.

Figura 3.41 Fecundidade Intencional em função da idade ao primeiro emprego pago, por sexo.



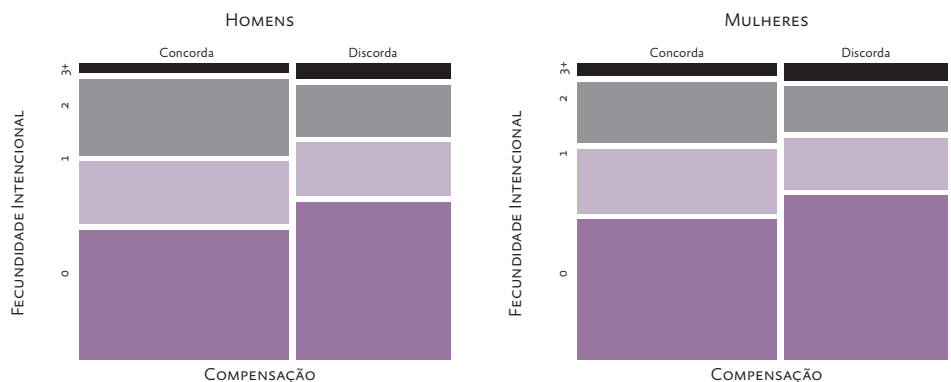
O baixo rendimento *per capita* do agregado familiar parece ter uma maior influência na decisão de se terem mais filhos, entre as mulheres (Figura 3.42). Para aqueles cujo rendimento é inferior a 500 €, observa-se que a percentagem de indivíduos que não pretendem ter mais filhos é superior entre as mulheres. Esta diferença entre sexos é esbatida com o aumento do rendimento. Para aqueles cujo agregado possui um rendimento *per capita* superior a 1000 €, regista-se uma maior intenção junto dos homens do que das mulheres no caso daqueles que apresentam uma diferença de dois filhos para a sua FFE, ao passo que se regista uma maior frequência entre as mulheres do que entre os homens no caso de quem ainda pretende vir a ter três ou mais filhos.

Figura 3.42 Fecundidade Intencional em função do rendimento familiar *per capita* dos indivíduos, por sexo.



A percepção que cada indivíduo tem sobre o seu próprio rendimento (atual e futuro) e as suas necessidades financeiras para o dia a dia, tal como as expectáveis no futuro, pode também influenciar a fecundidade. Deste modo, a Figura 3.43 representa a Fecundidade Intencional em função da opinião sobre o facto de se concordar ser preferível ter um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos. Independentemente do sexo dos indivíduos, verificamos que são aqueles que discordam desta afirmação que mais se aproximam da sua FFE (FI = 0).

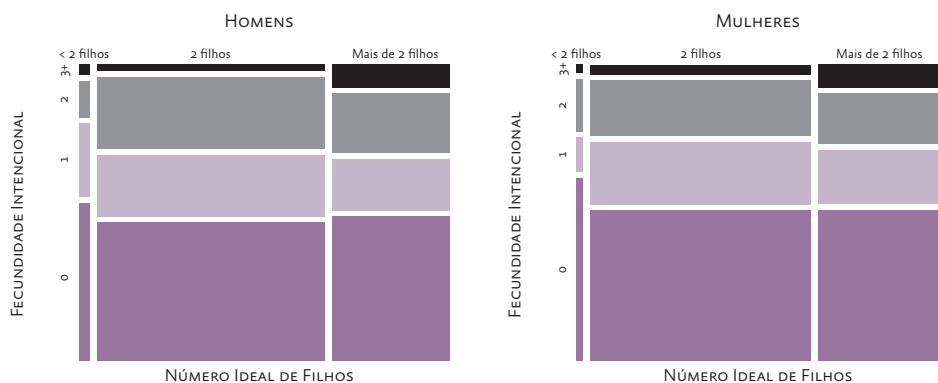
Figura 3.43 Fecundidade Intencional em função da opinião própria dos indivíduos sobre o facto de ser preferível ter um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos (compensação), por sexo.



O facto de um indivíduo ter um número ideal de filhos mais baixo poderá contribuir positivamente para que a sua FFE seja alcançada mais cedo. Através da Figura 3.44 podemos constatar que, tanto para homens, como para mulheres, o padrão é semelhante. Os que consideram que o número ideal de filhos é

inferior a 2 são os que mais se concentram numa FI igual a zero. Em sentido inverso, é entre aqueles que consideram que para uma família o número ideal de filhos é superior a 2 que se observa uma maior concentração dos que ainda pretendem ter pelo menos três filhos.

Figura 3.44 Fecundidade Intencional em função da opinião dos indivíduos sobre o número ideal de filhos para uma família, por sexo.



Capítulo 4

Adiamento da entrada na parentalidade: a decisão em relação ao *tempo*

“Tradicionalmente homens e mulheres têm no seu projeto de vida a construção de uma família, em que ter filhos é um objetivo fundamental” (Beck e Beck-Gernsheim, 2002: 87). Desta forma, uma das principais questões da atualidade é a de compreender o que leva os jovens de hoje a adiarem a concretização desse objetivo. Importa compreender quais são os obstáculos que levam ao crescente adiamento e o que é decisivo na transição para a parentalidade. Têm hoje os jovens projetos de vida diferentes dos dos jovens das gerações anteriores? Serão estes novos projetos de vida o resultado de alterações de condutas individuais, ou de novas normas sociais? Influenciada pelas transformações socioeconómicas e pelo aumento do nível de escolaridade, a transição para a parentalidade desempenha, presentemente, um papel central na definição das trajetórias familiares. Além de que, na perspectiva da teoria da individualização, também os valores dos indivíduos se têm alterado e hoje a importância da família, a autonomia feminina e o desejo de uma vida com a possibilidade de se oferecerem melhores condições de vida aos filhos colocam pais e futuros pais no contexto de uma fecundidade desejada em torno de 2 filhos.

Nesta secção pretendemos dar resposta a estas questões e compreender o que leva os pais a experienciarem a sua primeira parentalidade e, seguidamente, o que os leva a transitarem para o segundo e terceiro filhos (quando o decidem fazer). Com o objetivo fundamental de se compreenderem estas dinâmicas de transição, e no contexto das alterações individuais e sociais observadas nas últimas décadas em Portugal, foram utilizadas duas abordagens. Numa perspectiva demográfica tradicional foram construídas tábuas de fecundidade que permitem calcular essas taxas em função da idade e identificar as idades médias para cada uma das referidas transições. Posteriormente, foi utilizada uma estimação recorrendo-se à análise de sobrevivência, uma vez que as variáveis com interesse explicativo (na idade ao nascimento do primeiro, segundo e terceiro filhos) são censuradas¹¹ para alguns indivíduos (no primeiro caso, os que ainda não têm filhos e pensam vir a ter; no segundo, os que têm um

¹¹. Dados censurados ocorrem quando para alguns indivíduos não se verificou o evento de interesse (durante o tempo de análise); evento de interesse que, neste caso, é definido como o nascimento do primeiro, segundo ou terceiro filhos.

filho e pensam vir a ter o segundo; e, finalmente, os que, já tendo o segundo filho, pensam ainda ter o terceiro).

Antes de realizarmos o estudo acima referido, parece-nos bastante importante caracterizar as mulheres grávidas que estavam, portanto, a fazer a transição para o primeiro filho no momento da realização do inquérito, porque nos possibilita uma melhor compreensão da realidade atual.

4.1. Em transição: as mulheres grávidas que estão a fazer a sua transição para o primeiro filho

Com base apenas nas respostas das mulheres¹² (Tabela 4.1), estima-se que a idade média das que estavam a fazer a transição para o primeiro filho, no ano de 2013, era de 28,3 anos (valor muito próximo daquele apresentado pela *Human Fertility Database*¹³). Adicionando-se a informação dada pelos cônjuges ou companheiros acerca da idade das suas companheiras, a idade média ao nascimento do primeiro filho é superior em um ano e revela um valor muito próximo do estimado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) para o ano de 2013.

Examinando-se apenas a transição dentro da conjugalidade (seja ela casamento ou coabitação), evidencia-se que a idade média ao primeiro nascimento tende a ocorrer mais tardiamente. Considerando-se apenas as respostas das mulheres em conjugalidade, estima-se que esta transição ocorra aproximadamente aos 30,5 anos. Quando se examinam as informações dadas apenas pelos companheiros, esta idade tende a ser ainda mais tardia, cerca de 1,3 anos a mais. Tais diferenças podem resultar de possíveis erros ou confusão nas idades referidas pelos companheiros, o que permite pensar que as respostas das próprias inquiridas possam ser mais fiáveis.

Nas análises subsequentes procurar-se-á evidenciar a transição para a parentalidade, considerando apenas as respostas dadas pelas mulheres, tomando como parâmetros as transições precoces (até aos 28 anos de idade) e as transições “tardias”, ou seja, aquelas que acontecem após a idade média de entrada na maternidade, em Portugal, no ano em análise. Como primeira observação, importa referir que foi tomado como ponto de corte a idade média (e não a mediana) e, por este motivo, a distribuição de ambas as transições encontra-se bastante próxima, embora não equivalente: a transição precoce representa 49,7 % e a transição tardia representa 50,3 %.

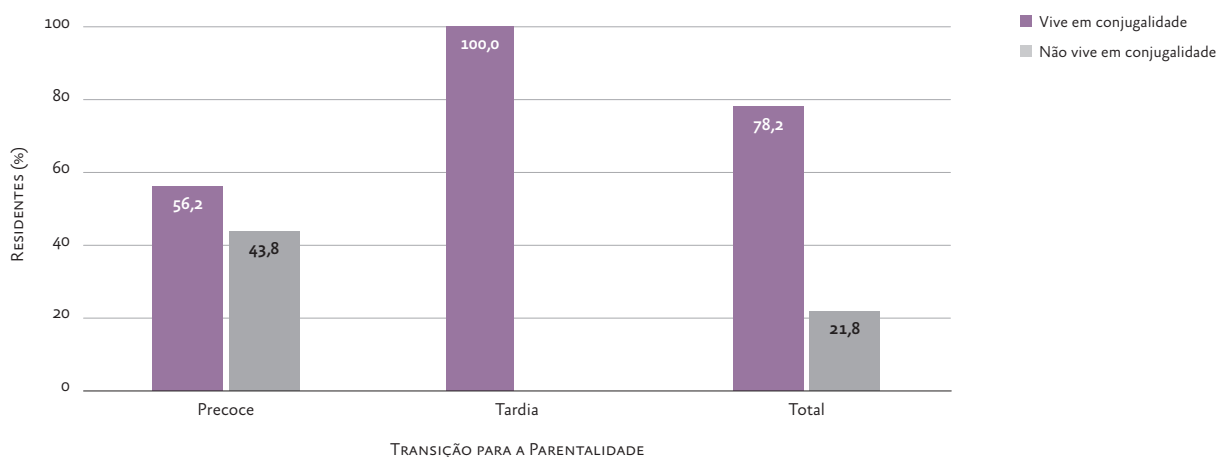
¹² Nesta análise foram consideradas as mulheres com idades compreendidas entre os 18 e os 49 anos.

¹³ *Human Fertility Database*, disponível para consulta em <http://www.humanfertility.org/cgi-bin/main.php>.

Tabela 4.1 Média, mediana e desvio-padrão das idades das mulheres que estão a fazer a sua transição para o 1.º filho.

	Apenas a resposta das próprias mulheres	Resposta das próprias mulheres e dos cônjuges ou companheiros	Companheiras grávidas	Mulheres em conjugalidade (apenas resposta das próprias inquiridas)
Mediana	30	30	33	30
Média	28,3	29,5	31,8	30,5
Desvio-padrão	5,3	4,9	3,0	4,8

Figura 4.1 Transições precoces e tardias segundo a conjugalidade da mulher grávida à espera do 1.º filho.



Enquanto a transição tardia se concentra dentro da conjugalidade, 43,8 % das transições precoces ocorrem fora desta (Figura 4.1). No cômputo total (agregando-se as transições precoces e tardias), 78,2 % dos primeiros nascimentos ocorrem dentro das uniões (legais ou de facto), sendo que 47,2 % ocorrem dentro do casamento e 31,0 % em coabitação.

Face à elevada percentagem das transições que ocorrem no interior de uma relação conjugal, é possível referir que um relacionamento conjugal ainda permanece como elemento decisivo para a entrada na parentalidade (Aassve *et al.*, 2012; Bongaarts, 1998; Merz e Liefbroer, 2010).

A situação mais comum é transitar vivendo em conjugalidade e sobretudo quando ambos os elementos do casal possuem um trabalho remunerado (Tabela 4.2), seja a transição precoce ou (principalmente) tardia. Desta forma, ao que tudo indica, a transição para a parentalidade ocorre quando o casal já se encontra de certa forma “estabelecido” no mercado de trabalho (Adsera, 2006a; Billari e Kohler, 2009).

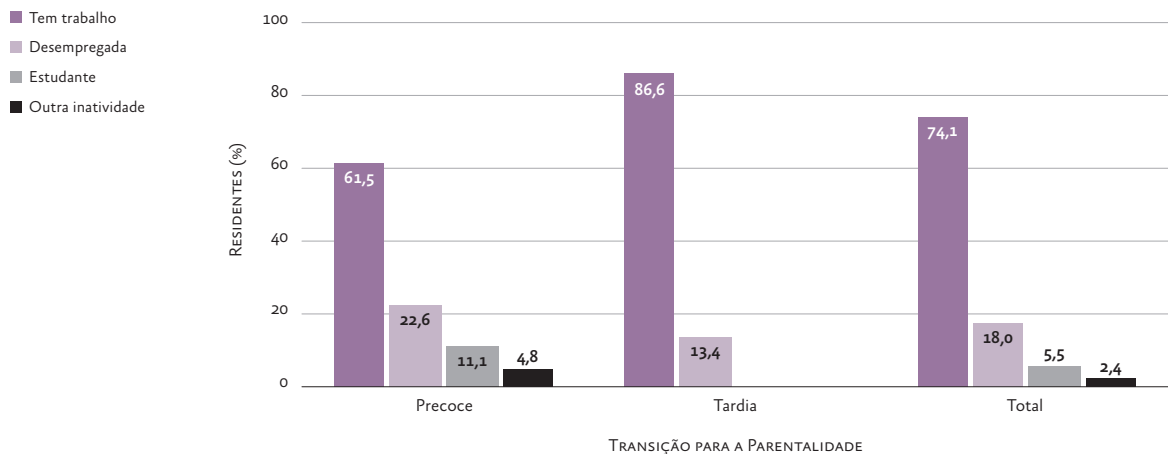
Tabela 4.2 Transições precoces e tardias segundo a condição perante o trabalho do cônjuge ou companheiro da mulher grávida à espera do 1.º filho.

Transição	SITUAÇÃO PERANTE O TRABALHO DO CASAL E DA MULHER (%) ¹⁴				
	Ambos com trabalho	Apenas um trabalha	Ambos sem trabalho	Sem cônjuge ou companheiro e com trabalho	Sem cônjuge ou companheiro e sem trabalho
Precoce	42,5	7,8	5,8	13,9	29,9
Tardia	82,5	14,3	3,2	0,0	0,0
Total	62,7	11,1	4,5	6,9	14,9

¹⁴ Por uma questão de arredondamentos, a soma em linha pode não corresponder a 100 %.

Considerando apenas em relação a estas mulheres a participação no mercado de trabalho, confirma-se que tanto as transições precoces, quanto as tardias (principalmente) tendem a ocorrer sobretudo quando as mulheres têm um trabalho remunerado (Figura 4.2). São ainda poucos os casos daquelas que fazem a sua transição enquanto estão a estudar, sendo este sobretudo o caso das transições precoces (11,1 %).

Figura 4.2 Transições precoces e tardias segundo a situação da mulher, grávida à espera do 1.º filho, perante o trabalho.



Apesar da grande maioria dos primeiros nascimentos ocorrer numa situação de conjugalidade, uma fração superior a 1/5 (essencialmente entre os mais jovens, como se depreende pela Figura 4.1) ocorre fora desta, justificando-se assim um olhar mais atento para este tipo de transição. Neste sentido, começa-se por se explorarem as suas proporções segundo algumas características.

Tabela 4.3 Transição fora da conjugalidade, segundo algumas características selecionadas das mulheres a transitarem atualmente para o seu 1.º filho.

Nível de escolaridade	Até ao básico (%)	Secundário (%)	Superior
	21,1	78,9	-
Condição perante o trabalho	Tem trabalho	Desempregado	Estudante
	31,8	42,5	23,1
Escolaridade do agregado de origem	Ambos os pais com ensino até ao básico	Ao menos um com ensino secundário	Ao menos um com ensino superior
	100,0	-	-
Número de irmãos ¹	Um	Dois	Três ou mais
	45,9	30,1	24,0
Dimensão da área de residência	Densamente povoada	Medianamente povoada	Pouco povoada
	13,2	62,7	24,1

¹ Nenhuma destas mulheres mencionou a ausência de irmãos, o que indica que não vêm de agregados de filhos únicos.

Começando por se analisar o nível de escolaridade deste conjunto de mulheres, torna-se evidente que a maior parte tem no máximo o ensino secundário, sendo oriundas de agregados com baixos níveis de ensino e de famílias com três ou mais filhos (54,1 %) e com residência, sobretudo, em áreas medianamente povoadas (Tabela 4.3). Quanto aos projetos reprodutivos futuros, quase 1/5 encontra-se indeciso, cerca de ¼ pretende ficar com um filho único, 11,5 % desejam ter uma família mais alargada (com três filhos) e a grande maioria (quase 46 %) pretende ter dois filhos (Figura 4.3).

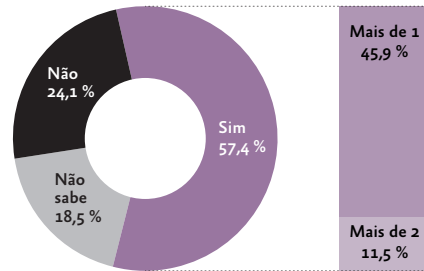
Tabela 4.4 Transição fora da conjugalidade, segundo a residência com o agregado parental de origem e a existência de primeira conjugalidade, das mulheres a transitarem atualmente para o seu 1.º filho.

Agregado e conjugalidade	Não	Sim
Reside com o agregado parental de origem	18,5 ¹	81,5 ²
Existência de primeira conjugalidade	49,7	50,3

¹ As mulheres que já não residem com o agregado parental de origem reportam que deixaram de residir para constituírem família.

² Entre as que residem com o agregado parental de origem, 88,2 % não vivem com cônjuge ou companheiro, 1,6 % vivem com cônjuge e 12,2 % vivem com companheiro.

Figura 4.3 Pretensão reprodutiva das mulheres, a transitarem atualmente para o seu 1.º filho, de terem mais filhos.



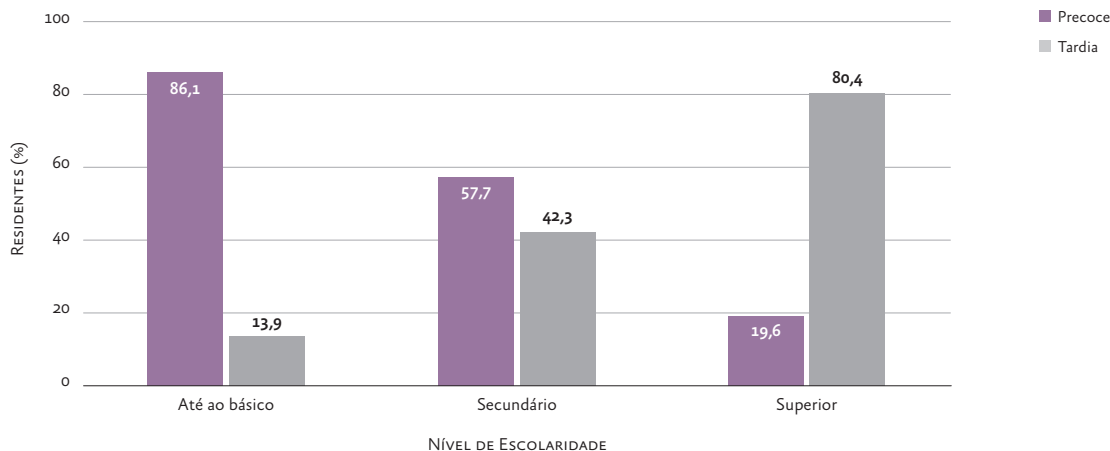
Face aos crescentes níveis de desemprego, uma das possíveis razões para esta considerável proporção de mulheres a residirem no agregado parental de origem, sem contar com a presença do cônjuge ou companheiro, poderá ser a emigração do companheiro. De igual forma, pode-se especular que sejam também estes os motivos pelos quais as mulheres, que deixaram de residir com o agregado parental de origem para constituírem família (18,5 %), reportaram não viver atualmente com os seus cônjuges ou companheiros. Se assim for, a proporção de gravidezes que foram geradas dentro de um relacionamento conjugal (embora os seus filhos possam vir a nascer fora deste) é bastante superior à anteriormente apresentada. Enquanto na Figura 4.1 a proporção das que vivem em conjugalidade é de 78,2 %, se adicionarmos aquelas que, apesar de não viverem atualmente com um cônjuge/companheiro, reportaram já ter experimentado uma primeira conjugalidade, a proporção sobe para 89,2 %, o que novamente evidencia o peso da conjugalidade na transição para a parentalidade, como sugere a bibliografia corrente (*i.e.*, Aassve *et al.*, 2012; Merz e Liefbroer, 2010; Spéder e Kapitány, 2009; Tanturri e Mencarini, 2008).

Retomando novamente as questões relativas às transições precoces e tardias, explora-se a seguir a escolaridade das mulheres segundo o *tempo* da sua transição. Enquanto as mulheres com ensino básico são caracterizadas por uma fecundidade precoce, aquelas com ensino superior são marcadas, sobretudo, por uma transição mais tardia (Figura 4.4). Desta forma, confirma-se que o prolongamento das trajetórias escolares implica um protelamento da maternidade para idades mais tardias (Adsera, 2006b; Barber, 2001; Billari e Kohler, 2009; Van de Kaa, 2002).

Entre aquelas com níveis de ensino intermédios, as suas transições tendem a ocorrer antes dos 29 anos, não sendo sobretudo desprezível a proporção (42,3 %) daquelas que também tendem a adiar o nascimento do primeiro filho para idades mais tardias. A distribuição da fecundidade precoce, segundo o nível de escolaridade, apresenta as seguintes percentagens: 30,3 % (básico),

56,3 % (secundário) e 13,4 % (superior), enquanto na fecundidade tardia estas percentagens são respetivamente: 4,8 %, 40,8 % e 54,4 % (dados não mostrados na Figura 4.4).

Figura 4.4 Transições precoces e tardias, segundo o nível de escolaridade da mulher grávida à espera do 1.º filho.



Na Tabela 4.5 pode observar-se que quanto maior o nível de escolaridade dos pais, mais tardias tendem a ser as transições para a maternidade. Aquelas cujos pais têm menores níveis de escolaridade transitam mais cedo, enquanto as oriundas de agregados de maior escolaridade tendem a transitar, na sua grande maioria, a partir dos 29 anos de idade, o que sugere que os contextos de socialização (Ajzen e Klobas, 2013; Testa, 2010; Udry, 1983) também influenciam o *tempo* da transição para a maternidade.

De um modo geral, quanto maior o número de irmãos, mais precoce é a transição, constituindo exceção o facto de se terem três ou mais irmãos, caso em que a transição tardia tende a ser maior que a precoce. As filhas únicas (nenhum irmão, incluindo os meios irmãos) tendem a fazer a sua transição mais tardiamente, e entre aquelas com dois irmãos destaca-se a elevada proporção das que transitam mais cedo. A grande maioria das mulheres que está a transitar já não reside no agregado parental de origem (79,4 %), contudo, entre as que ainda residem, a maioria situa-se na transição precoce.

Quanto à caracterização da dimensão do local de residência, pode-se dizer que as áreas densamente povoadas são caracterizadas, em grande parte, pela ocorrência das transições tardias, sendo as transições precoces mais comuns nas áreas pouco povoadas e sobretudo medianamente povoadas. Quanto à caracterização das transições segundo o tamanho do aglomerado de residência, a distribuição da transição precoce é de 12,7 % nas áreas densamente povoadas,

64 % nas áreas medianamente povoadas e 23,3 % nas áreas pouco povoadas, sendo a distribuição da transição tardia, respectivamente, de 48,8 %, 36,1 % e 15,1 % (valores não apresentados na Tabela 4.5), confirmando-se assim a menor ocorrência de transições tardias em aglomerados pouco povoados, bem como a menor proporção de transições precoces nas áreas densamente povoadas.

Embora as que transitam mais cedo apresentem uma maior proporção entre as que desejam ter filhos, a maioria delas pretende ter apenas mais um filho, atingindo, assim, a família normativa de dois filhos. Já as que fazem a sua transição mais tardiamente apresentam uma maior proporção entre as que já não desejam ter mais filhos e um menor grau de indecisão, mas também uma intenção de atingir ordens de paridade mais elevadas.

Entre aquelas que pretendem ter apenas mais um filho, este desejo é mais evidente entre as que fazem a sua transição mais cedo, enquanto as que desejam ter dois ou mais filhos concentram-se sobretudo nas transições tardias. Segundo Maciel (2015), para as grávidas que estavam a realizar a sua transição para a maternidade no ano de 2013, apenas cerca de 13 % daquelas em transição precoce pretendiam ter uma família de três ou mais filhos, ao passo que para aquelas em transição tardia o percentual era de 30 %.

Evidencia-se, assim, que a preferência por famílias mais alargadas tende a ser mais elevada nas transições tardias, marcadas por um maior nível de educação, enquanto a preferência pela família de dois filhos é mais acentuada nas transições precoces, marcadas por um menor nível de educação (Maciel, 2015). Esta intenção de se ter um número de filhos mais elevado entre as mulheres mais instruídas não é, contudo, uma particularidade portuguesa. Estudos, como por exemplo o de Mills *et al.* (2008), bem como o de Spéder e Kapitány (2009) também apontam na mesma direção.

Quando se consideram as proporções das que concordam que é preferível ficar pelo filho único desde que este tenha menos restrições, o grau de concordância entre as que transitam mais cedo é de 63,0 %, enquanto o das que transitam mais tardiamente é de apenas 37,5 %, o que por seu turno indica que, além daquelas que transitam mais precocemente não pretenderem ter descendências mais alargadas, elas parecem ainda mais suscetíveis a permanecerem com um único filho se considerarem que a situação é adversa à chegada de um segundo filho, como também concluiu Maciel (2015).

Tabela 4.5 Transições precoces e tardias, segundo algumas características selecionadas das mulheres grávidas à espera do 1.º filho.

Variável	Categorias	Precoce (%)	Tardia (%)		
Escolaridade do agregado de origem	Ambos os pais com ensino até ao básico	60,7	39,3		
	Ao menos um com ensino secundário	20,8	79,2		
	Ao menos um com ensino superior	11,4	88,6		
Número de irmãos	Nenhum	22,6	77,4		
	Um	44,6	55,4		
	Dois	75,2	28,8		
	Três ou mais	43,0	57,0		
Reside com o agregado parental de origem	Não (79,4 %)	37,1	62,9		
	Sim (20,6 %)	98,4	1,6		
Dimensão da área de residência	Densamente povoada	20,5	79,5		
	Medianamente povoada	63,7	36,3		
	Pouco povoada	60,3	39,7		
Pretensão de ter mais filhos	Não	44,7	55,3		
	Sim		+1= 61,1	+1= 38,9	
			50,5	+2= 34,1	49,5
				+2= 65,9	
				+3= 0	+3= 100
Não sabe	66,3	33,7			
Compensação ¹	Concorda	62,6	37,4		

¹ É preferível ter um só filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos?

Como síntese, pode-se dizer que é entre as mulheres que em 2013 estavam a entrar mais cedo na maternidade em que se evidenciam os contextos sociais mais vulneráveis. Este parece ser, entretanto, um padrão que se vem mantendo já há algum tempo, uma vez que Almeida *et al.* (1998), a partir da utilização dos dados do “Inquérito à Fecundidade e Família de 1997”, também já referiam a ocorrência de tal situação. Uma parte considerável destas mulheres estava a realizar a sua transição fora da conjugalidade, em situação de desemprego e a residir no agregado parental de origem. São ainda provenientes de agregados com baixos níveis de escolaridade, sendo também elas marcadas por um baixo nível de ensino.

Já aquelas que estavam a fazer a sua transição mais tardiamente, faziam-no em contextos bastante mais seguros, como concluiu Maciel (2015). A sua transição concentra-se dentro da conjugalidade, sendo que a situação mais comum era ambos os elementos do casal terem emprego. Tendem ainda a apresentar níveis de escolaridade elevados e a fazer a sua transição fora do agregado parental de origem, o que significa que já haviam constituído um lar independente.

Parece, assim, que o adiamento da transição para a maternidade tem como principal tendência uma ocorrência em contextos sociais mais seguros, sem, contudo, apontar para preferências de filhos únicos. No entanto, na medida em que os percursos reprodutivos dessas mulheres podem ser marcados por situações de insegurança, parece aceitável concluir que muitas das transições para as segundas e terceiras ordens de nascimento poderão não vir a ocorrer, conduzindo então às descendências de filho único. No caso das que transitam mais cedo, apesar da transição para a maternidade ser marcada por uma maior “vulnerabilidade”, note-se a elevada proporção daquelas que acham “preferível ter um só filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos”, o que pode indicar que a transição para ordens posteriores requer um ambiente mais estável.

4.2. Da entrada na parentalidade ao terceiro filho: o tempo

Ao longo de várias décadas a fecundidade foi analisada na perspectiva de que a idade das mulheres era fator fundamental, uma vez que é condicionada pela idade enquanto fator biológico. A idade assumiu-se, assim, no passado da análise demográfica como variável fundamental para explicar os comportamentos fecundos.

No entanto, e desde a introdução generalizada de medidas de contraceção eficazes, a partir da década de 50 do século XX, a decisão reprodutiva passou gradualmente a ser encarada como uma prerrogativa do casal e não somente como uma simples função de reprodução humana. Resultado desta evolução, o fator idade deixou de desempenhar um papel exclusivo na explicação dos comportamentos de fecundidade, permitindo a entrada nos modelos demográficos de outros fatores igualmente importantes, como a paridade (Chiang, 1984).

Com o objetivo de se encontrarem os determinantes da transição para a parentalidade em Portugal e, em sequência, da transição para o segundo, terceiro e mais filhos, para os diferentes níveis de paridade, começou-se por uma análise seguindo a perspectiva demográfica, em sentido estrito. Para tal, utilizou-se o método de cálculo das tábuas de fecundidade.

No contexto demográfico de análise da fecundidade, considerando a distribuição dos nascimentos de acordo com a idade e a paridade, o Índice Sintético de Fecundidade (ISF) é uma das medidas que nos permite efetivamente proceder a uma análise da evolução da fecundidade do momento. Sendo um indicador sintético, permite aos demógrafos a construção de um indicador que mede o número médio de nascimentos que ocorrem, por mulher, numa dada população, se as condições daquele momento se mantiverem constantes ao longo do curso de vida fértil, não sendo para tal necessário que os

comportamentos das coortes se completem. O nível de detalhe da informação disponível, em particular o número de mulheres residentes por idade e de acordo com o número de filhos tidos, com base nos dados do IFEC2013, permite-nos aumentar o grau de precisão dos indicadores calculados, possibilitando uma maior consistência nos resultados.

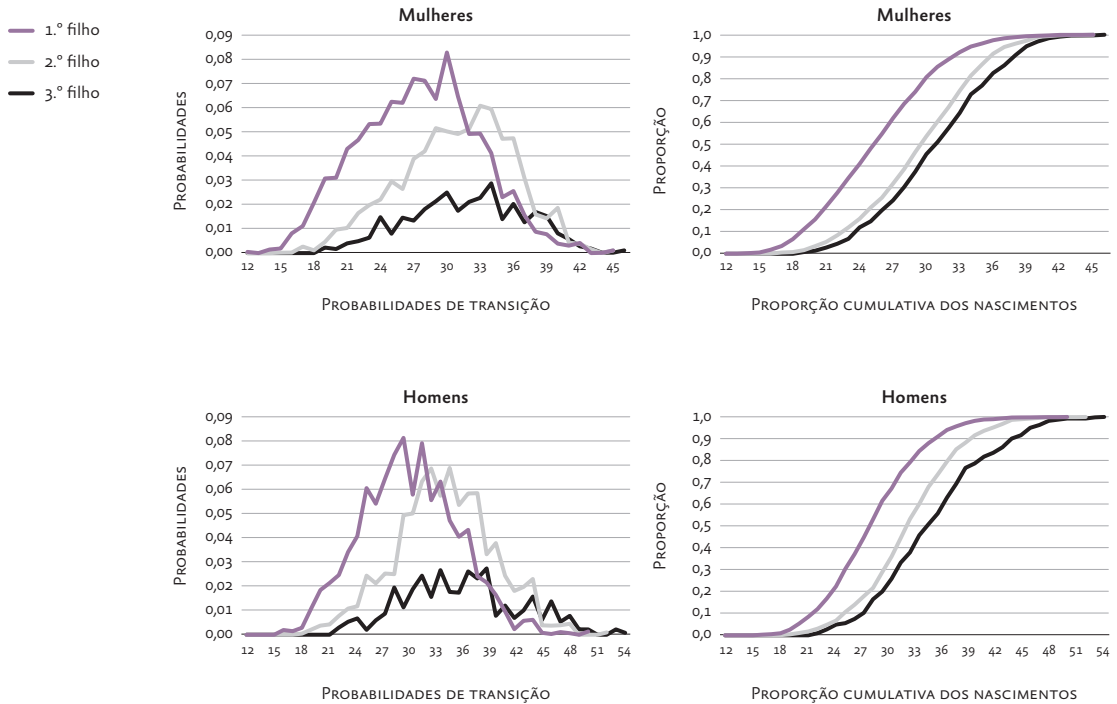
As tábuas de fecundidade são uma alternativa mais completa que o *simplex* cálculo do Índice Sintético de Fecundidade. Contudo, a sua utilização tem sido reduzida ao longo do tempo. Atualmente os dados disponibilizados pela *Human Fertility Database* vieram dar maior ênfase à utilização deste método de análise da fecundidade. Estas tábuas são análogas às conhecidas tábuas de mortalidade. No entanto, e contrariamente ao que acontece com as tábuas de mortalidade, com as tábuas de fecundidade não se pretende analisar diretamente o tempo dos nascimentos (por analogia com a esperança de vida), mas, sim, os níveis e as tendências da fecundidade de acordo com a idade e a ordem dos nascimentos.

A construção das tábuas de fecundidade aqui apresentadas para homens e mulheres (Tabela C.1 a Tabela C.6, Anexo C), onde se assume a existência de uma coorte fictícia com origem no ano civil de 2013, permite fundamentalmente compreender a forma como uma determinada população, ou grupo de indivíduos, transita entre as várias ordens de nascimento. Nestas tábuas calculam-se as probabilidades de transição para o primeiro, segundo e terceiro ou mais filhos, que podem ser interpretadas como uma simples taxa de fecundidade geral por idades, uma vez que ambas as medidas relacionam o número de nascimentos em cada ordem de nascimento com as mulheres expostas ao evento.

Existem, entre homens e mulheres, diferenças substanciais no *tempo* em que estes realizam a sua fecundidade, sendo as mulheres as que mais cedo entram na parentalidade e, conseqüentemente, têm os filhos subseqüentes mais cedo (Figura 4.5a, Figura 4.5c e Tabela C.1 a Tabela C.6, Anexo C). As mulheres atingem um máximo na transição para a parentalidade aos 30 anos, enquanto os homens atingem esse máximo entre os 29 e os 31 anos.

A análise da proporção dos nascimentos, através do seu valor cumulativo (Figura 4.5b, Figura 4.5d e Tabela C.1 a Tabela C.6, Anexo C), permite identificar que, na transição para o segundo filho, o adiamento com maior relevância parece ser feminino, comparativamente ao adiamento masculino. Contudo, na transição para o terceiro ou mais filhos observa-se que as mulheres transitam mais rapidamente para esta ordem de nascimento e que este é um comportamento contínuo ao longo de todo o período reprodutivo, por oposição a um abrandamento dos homens nesta transição, principalmente, depois dos 38 anos.

Figura 4.5 Probabilidades de transição (a, c) e proporção cumulativa dos nascimentos (b, d), por ordem do nascimento e sexo, em Portugal, em 2013.



As transformações da fecundidade em Portugal, ainda que com um desfazamento temporal, são análogas às encontradas no contexto europeu (capítulo 2), apresentando uma fecundidade em declínio e um considerável aumento da idade média à fecundidade, designadamente nas últimas décadas.

O cálculo da idade média da fecundidade está dependente dos dados disponíveis. Tradicionalmente, em demografia, o cálculo desta idade média tem por base todas as mulheres em idade fértil (dos 15 aos 50 anos exatos), estando ou não sujeitas ao risco do evento ocorrer, que, no caso da fecundidade, é definido como o nascimento de cada filho e a ordem de nascimento do mesmo. No entanto, existem diferenças de aproximadamente um a dois anos na idade média da fecundidade divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pela *Human Fertility Database* (HFD). Estas diferenças devem-se ao facto de, no primeiro caso, serem consideradas todas as mulheres (em idade fértil) num determinado ano civil, ao passo que, no segundo caso, se incluem somente as mulheres em idade fértil sem filhos, e, conseqüentemente, excluem do cálculo todas as outras, ou seja, apenas são consideradas as mulheres expostas ao evento.

Os valores apresentados na Tabela 4.6 foram estimados tendo em conta que, para a idade média ao nascimento do primeiro filho, foram apenas

considerados homens e mulheres sem filhos; na idade média ao nascimento do segundo, considerados apenas os indivíduos que já tinham o primeiro filho; e, conseqüentemente, para o cálculo da idade média ao terceiro filho foram considerados apenas aqueles que já tinham o segundo. Verifica-se que as mulheres apresentam uma idade média ao nascimento do primeiro, segundo e terceiro filhos sempre menor que a dos homens.

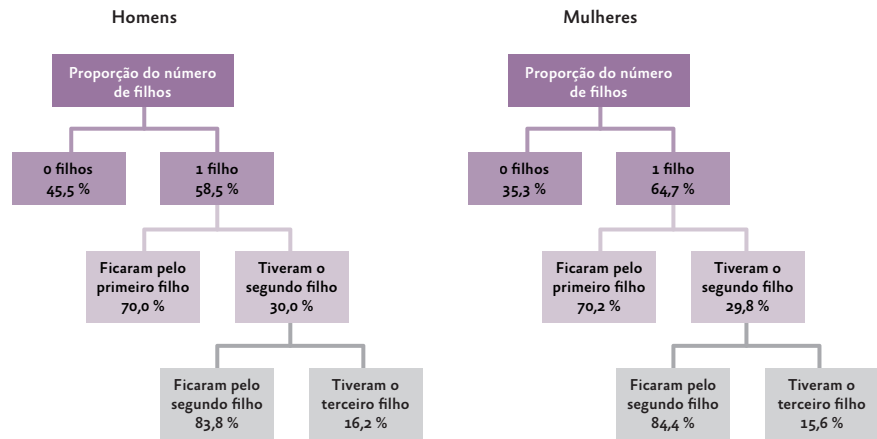
Tabela 4.6 Idade média ao nascimento do 1.º, 2.º e 3.º filhos, e respetivos desvios-padrão estimados, por sexos, em Portugal no ano de 2013.

	Homens		Mulheres	
	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão
1.º filho	30,15	5,21	28,01	5,35
2.º filho	33,88	5,25	31,43	5,07
3.º filho	35,36	6,24	32,39	5,26

No ano de 2013, de acordo com o INE, a idade média à fecundidade foi de aproximadamente 31 anos. Nesse ano, a idade média estimada ao nascimento do primeiro filho, no caso das mulheres, foi de aproximadamente 28 anos, e ao nascimento do segundo e terceiro filhos, de 31 e 32 anos, respetivamente (Tabela 4.6). Esta proximidade de valores vem reforçar não só a relevância do impacto do *tempo* na decisão de fecundidade dos casais, mas também na redução do *quantum* (1,21 filhos por mulher no ano referido).

Em Portugal, no ano de 2013, estima-se que 46 % dos homens (entre os 18 e os 54 anos) e 35 % das mulheres (entre os 18 e os 49 anos – considerado como período fértil) não tinham filhos (Figura 4.6). Apenas uma reduzida proporção de indivíduos tinha mais do que um filho (18 % dos homens e 19 % das mulheres). De entre os que transitaram para o primeiro filho, as percentagens dos que transitaram para o segundo são semelhantes entre homens e mulheres (cerca de 30 %). A mesma semelhança entre homens e mulheres observa-se na percentagem dos que transitaram para o terceiro filho (aproximadamente 16 %).

Figura 4.6 Proporção de homens, entre os 18 e os 54 anos, e mulheres, entre os 18 e os 49 anos, residentes em Portugal, que em 2013 não tinham filhos, tinham 1, 2 ou 3 filhos.



A tendência de proximidade entre os comportamentos dos indivíduos com dois e três filhos (ou mais), apesar do seu reduzido contributo para o total de nascimentos, tem vindo a ser identificada igualmente na literatura europeia (Beck e Beck-Gernsheim, 2002). Nas décadas mais recentes, a análise da fecundidade na Europa revelou como característica fundamental da atualidade o adiamento na constituição das famílias, em particular na idade dos pais ao nascimento dos filhos, e a conseqüente diminuição da dimensão familiar, com famílias que desejam dois filhos, mas ficam muitas vezes pelo primeiro (Frejka, 2010; Kohler e Ortega, 2002; Kohler *et al.*, 2005; Sobotka, 2004).

Nas secções seguintes deste capítulo exploramos os determinantes da entrada na parentalidade e da transição para o segundo e terceiro filhos, identificando potenciais fatores explicativos do adiamento na transição para a parentalidade.

4.3. A transição para a parentalidade – primeiro, segundo e terceiro filhos

Com a evolução da sociedade, as normas sociais perderam o seu peso institucional e as famílias, bem como as suas dinâmicas, alteraram-se, num processo crescente de individualização. A *negociação* entre o casal substituiu, em parte, no processo de decisão de fecundidade, a função das normas e das regras sociais tradicionalmente estabelecidas. A parentalidade passou a ser uma questão de escolha, uma estratégia concertada entre o casal, no momento em que ambos se sentem preparados para terem filhos. Importa, contudo, reforçar a ideia de que os modelos familiares ou as normas sociais não se perderam nesta

transformação da construção da família, mas que apenas se transformaram (Sobotka, 2004).

No contexto destas alterações e com o objetivo de se identificarem os determinantes da transição para a parentalidade (primeiro filho) e para o segundo e terceiro filhos, utilizou-se a análise de sobrevivência, uma vez que as variáveis resposta de interesse (idade ao nascimento do primeiro filho, segundo e terceiro filhos) são censuradas¹⁵ para alguns indivíduos. Para esta análise, truncou-se¹⁶ a amostra nos 40 anos de idade, dado que depois desta idade os eventos são raros (Figura 4.5a e Figura 4.5c) e mesmo inexistentes para algumas categorias das variáveis consideradas na análise. Deste modo, o grupo alvo de investigação para a identificação das determinantes de entrada na parentalidade foram os indivíduos entre os 18 e os 40 anos, residentes em Portugal, no ano de 2013.

Com esta abordagem pretende-se, para além de identificar, aferir igualmente o efeito dos determinantes da transição para o primeiro, segundo e terceiro (ou mais) filhos. Começamos o estudo com a análise do efeito univariado¹⁷ de diversas variáveis, no evento de interesse, recorrendo à estimação das curvas Kaplan-Meier (K-M), à semelhança de outros estudos demográficos de análise da parentalidade e da fecundidade (Mayer e Schulze, 2013; Eryurt e Koc, 2012; Baschieri e Hinde, 2007; Kantorová, 2004).

Numa analogia com a análise da mortalidade em demografia, as curvas K-M podem ser interpretadas como curvas de sobrevivência de uma tábua de mortalidade, onde se apresenta a probabilidade de sobrevivência entre cada evento, sendo que no caso da mortalidade o evento é a morte. Desta forma, no contexto do presente estudo, através desta primeira abordagem, é possível compreender com maior exatidão a existência de semelhanças ou dissemelhanças entre diferentes categorias de resposta de uma determinada variável, por meio das probabilidades de transição que lhe estão associadas (Willekens, 2014; Eryurt e Koc, 2012).

Tendo por base uma perspectiva longitudinal, foram consideradas para as transições em estudo as variáveis apresentadas na Tabela C.7 (Anexo C), onde se apresentam também as suas diferentes categorias. Como foi descrito acima, nas secções seguintes apresenta-se uma análise detalhada da evolução das curvas K-M que dizem respeito aos indivíduos entre os 18 e os 40 anos, residentes em Portugal no ano de 2013, (1) em “risco” de transitarem para a parentalidade, (2) em “risco” de transitarem para o segundo filho e (3) em “risco” de transitarem para o terceiro filho.

As alterações dos comportamentos dos indivíduos estão relacionadas não apenas com os valores e atitudes dominantes no contexto familiar, mas também dependem das experiências vividas pelo casal, ou por cada um dos seus

¹⁵ O que significa que para alguns indivíduos não se verificou o evento de interesse durante o tempo de análise.

¹⁶ A truncatura ocorre quando, devido a um processo de seleção no planeamento do estudo, é considerada somente uma parte dos indivíduos a quem ocorreu determinado evento de interesse.

¹⁷ O efeito univariado diz respeito ao efeito de uma determinada variável independente, no comportamento da variável resposta, sem ter em conta a presença de outras variáveis independentes.

membros individualmente, enquadrados pelas circunstâncias resultantes de alterações dos padrões demográfico e de formação das famílias, importando, por isso, obter um modelo, estatística e demograficamente, parcimonioso que tenha em linha de conta todos estes contextos (Giddens, 1991; Beck, 1992; Aassve *et al.*, 2013). A procura de um resultado que melhor explique os comportamentos daqueles que decidiram transitar para a parentalidade e, posteriormente, para os restantes filhos permitirá, subsequentemente, elucidar os decisores políticos, contribuindo para o delineamento de medidas de intervenção futura.

¹⁸. Sendo que a análise de sobrevivência mede o tempo que decorre até ao acontecimento de qualquer evento de interesse e que características como, por exemplo, o nível de instrução, a idade ao primeiro emprego ou o número de irmãos podem ser alteradas quando se trata de um estudo *follow up*, quando tal não acontece, como é o caso de um inquérito num dado momento, único no tempo, a abordagem é necessariamente diferente. Dado que o presente estudo tem por base um inquérito, à semelhança de estudos anteriores utilizando o mesmo tipo de dados (Mayer e Schulze, 2013; Eryurt e Koc, 2012; Baschieri e Hinde, 2007; Kantorová, V., 2004; Kreyenfeld, 2002 e 2004), considerou-se que as características apontadas pelos indivíduos à data do referido inquérito (2013) eram idênticas às observadas à data do nascimento de cada um dos filhos.

Uma vez que as probabilidades relativas a determinadas variáveis têm associadas diferentes intensidades, é nossa intenção que todos os indicadores possam refletir essas mesmas intensidades e que possíveis efeitos das alterações em determinadas características dos indivíduos possam ser identificados através da análise dessas mesmas diferenças. O facto de calcularmos estas probabilidades (e as respetivas intensidades) de transição com base em dados censurados faz com que a melhor forma de se medirem tais intensidades seja através da aplicação de modelos que permitam essa abordagem, tais como o método de Kaplan-Meier, Nelson Aalen, ou até pela construção de simples tábuas de fecundidade. Por outro lado, a análise de trajetórias de vida é, muitas vezes, baseada na interpretação de estados e sequências de eventos, sendo que a sintetização de histórias de vida é, não raras vezes, descrita através do cálculo de probabilidades de transição para um determinado estado¹⁸.

Esta análise resulta da interdependência entre uma análise de coortes reais e sintéticas. O cálculo rigoroso das taxas de transição no respeitante à entrada na parentalidade é extremamente importante para que se obtenham estimativas, também elas, com elevado grau de precisão. No entanto, e uma vez que a informação referente às diferentes trajetórias de vida se encontra quase sempre incompleta, não refletindo coortes completas, a agregação de informação proveniente de diversos indivíduos traduz-se na obtenção de taxas de transição, não só mais facilmente identificáveis, como também mais ajustadas à realidade. Deste modo, a metodologia utilizada no cálculo revelou-se crucial para a obtenção de resultados mais fidedignos (Tomé, 2015; Aalen *et al.*, 2008; Willekens, 2006 e 2014).

4.3.1. A transição para a parentalidade (primeiro filho)

“Homens e mulheres estão a tornar-se visíveis no contexto da família, que deixou de ser encarada como um todo, cada elemento está ligado à sua família através de diferentes expectativas e interesses, cada um experimentando diferentes oportunidades e deveres, mas cada um com o seu papel social e familiar

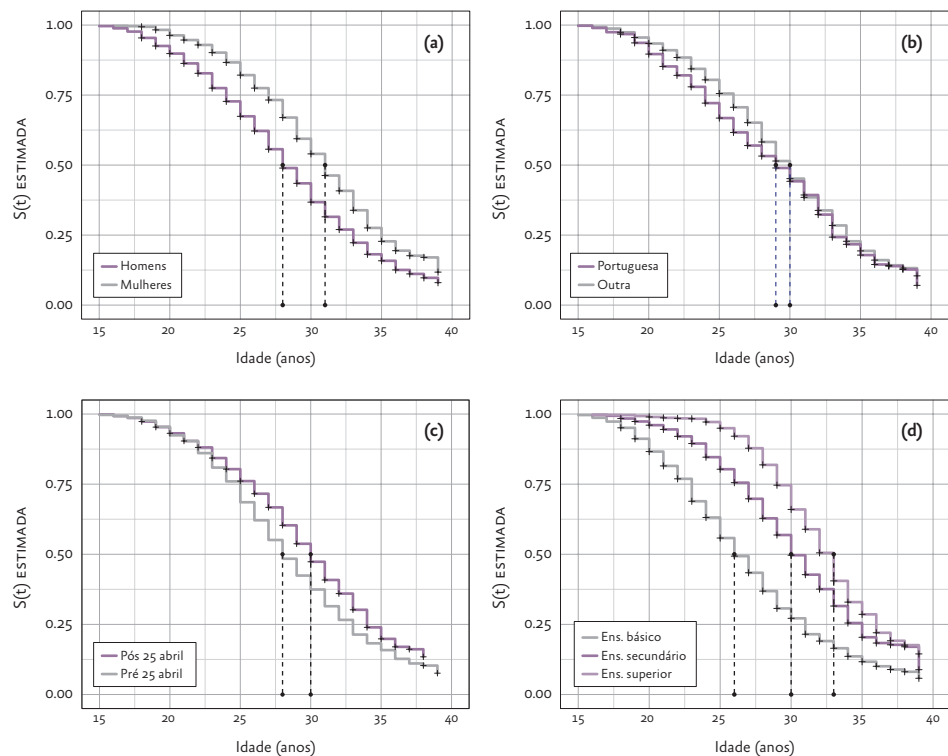
(...)” (Beck e Beck-Gernsheim, 2002: 90). Podemos então esperar observar um comportamento que indicie diferentes atitudes entre homens e mulheres, no que à transição para a parentalidade diz respeito? Sabemos à partida que homens e mulheres, embora partilhem o desejo de serem pais, desejam transitar para a parentalidade com diferentes ritmos.

Na Figura 4.7 encontramos a evolução das curvas Kaplan-Meier (K-M) relativas a quatro características (variáveis) do indivíduo consideradas relevantes: o sexo, a nacionalidade, a geração e o nível de instrução do próprio. Da análise desta Figura verifica-se que:

- São as mulheres que mais cedo entram na parentalidade, representando aproximadamente 58 % das mulheres entre os 18 e os 39 anos (Figura 4.7a). Enquanto metade tem o seu primeiro filho antes dos 28 anos, no caso dos homens, a idade mediana é de 31 anos. Para ambos os sexos, verifica-se que a fecundidade adolescente é praticamente inexistente.
- A naturalidade é uma variável de interesse pelo impacto que os comportamentos de fecundidade dos países de origem dos indivíduos possam ter na fecundidade portuguesa, para além do impacto direto do acréscimo de nascimentos originado pela imigração jovem. Contudo, o comportamento dos indivíduos de naturalidade portuguesa ou de outra naturalidade, residentes em Portugal no ano de 2013, é muito semelhante, designadamente, depois dos 30 anos, sendo as idades medianas de transição iguais a 30 anos para os portugueses e a 29 anos para os restantes indivíduos (Figura 4.7b).
- No respeitante aos comportamentos demográficos, as gerações de pertença de cada um dos intervenientes podem ser determinantes para o comportamento de fecundidade e, conseqüentemente, para o nascimento do primeiro filho. Com a transformação do padrão de fecundidade imediatamente após a Revolução de abril de 1974, que se alterou depois de 1981, importa identificar se a transição para a parentalidade foi realizada de forma diferente em função da geração de pertença. Na Figura 4.7c, para dois conjuntos de gerações, um que agrupa os nascidos antes e outro que agrupa os nascidos depois de 1974, pode observar-se que até aos 25 anos os comportamentos foram semelhantes para ambos os grupos de gerações. Embora depois desta idade se diferenciem ligeiramente, uma vez que os indivíduos nascidos no “pós 25 de abril” transitaram mais tarde para a parentalidade, as idades medianas diferem em apenas 2 anos, sendo de 28 anos para os indivíduos nascidos no “pré 25 de abril” e de 30 anos para os que nasceram após a Revolução. A diferença é mais acentuada no período em que a probabilidade é maior para ambos os grupos de gerações, o qual ocorre entre os 24 e os 35 anos.

• O fator educação distingue-se na literatura como uma das características adquiridas pelos indivíduos que mais influenciam a transição para a parentalidade e, conseqüentemente, os níveis de fecundidade (Billari e Philipov, 2004; Bratti, 2002; Kreyenfeld, 2002; Lappegård e Rønsen, 2005). Parece premissa largamente aceita a de que as mulheres com níveis de educação superiores adiam por mais tempo a sua fecundidade, como resultado do maior tempo que despendem com a sua educação e devido ao conseqüente adiamento da sua entrada no mercado de trabalho. São os indivíduos com escolaridade até ao ensino básico os que entram primeiro na parentalidade (Figura 4.7d), registando uma idade mediana de 26 anos, enquanto os indivíduos com nível de educação correspondente ao ensino secundário apresentam uma idade mediana de 30 anos. Já os indivíduos com o nível de instrução mais elevado – ensino superior – apresentam uma idade mediana de 33 anos. De observar ainda que, para estes últimos, o risco maior de transitarem para a parentalidade acontece já depois dos 25 anos.

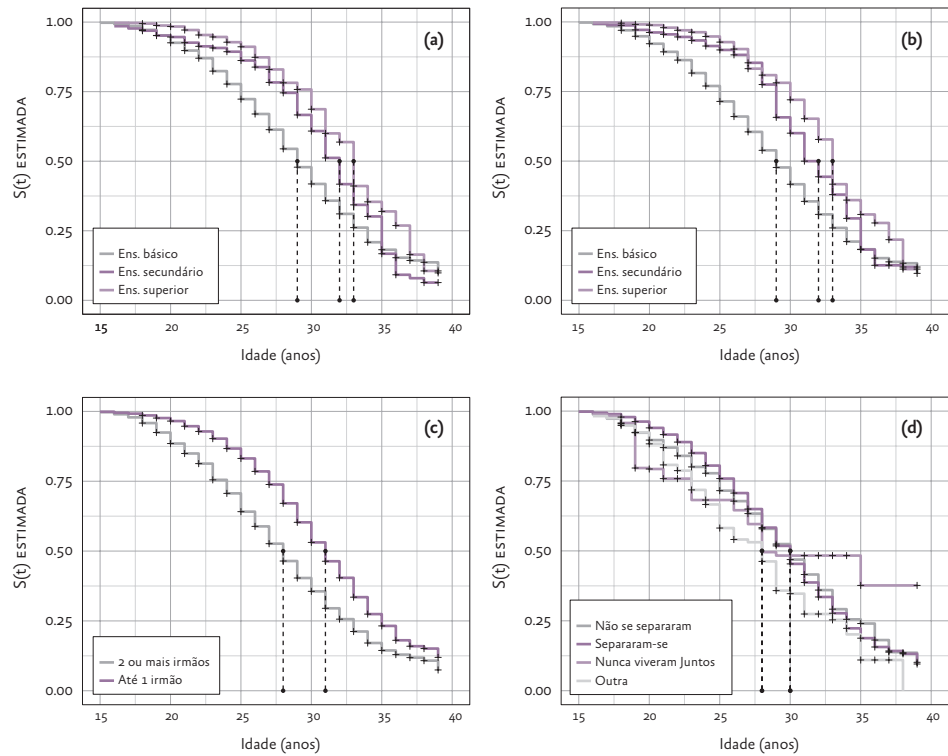
Figura 4.7 Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: sexo (a), nacionalidade (b), geração (c) e nível de instrução do próprio (d).



O nível de instrução dos progenitores deve ser tido também em atenção na perspectiva de que este poderá condicionar o contexto familiar e social de cada indivíduo. Outras características, como o número de irmãos e a existência ou não de separação dos pais também podem ser determinantes no adiamento da transição para a parentalidade e até mesmo na decisão de não transitar. Assim, na Figura 4.8 é possível analisar o comportamento daqueles que, em 2013, entre os 18 e os 40 anos haviam transitado para a parentalidade, de acordo com o nível de instrução do pai e da mãe, número de irmãos e existência de separação dos pais.

- Relativamente à influência do nível de instrução do pai e da mãe (Figura 4.8a e Figura 4.8b), podemos verificar que são os indivíduos em que o pai ou a mãe detêm um nível de instrução até ao ensino básico (inclusive) que mais cedo transitam para a parentalidade (com uma idade mediana de 29 anos). No caso dos indivíduos cujo pai ou mãe tem/têm o ensino secundário ou superior, verificamos uma ligeira diferença, sendo que, para ambos, consoante se trate do pai ou da mãe, a mediana é de 32 e 33 anos, respetivamente. Neste caso, o período de maior probabilidade de transição inicia-se por volta dos 27 anos.
- Além disso, o número de irmãos (Figura 4.8c) pode influenciar a forma como os casais se comportam relativamente à formação da família, bem como no *quantum* e no *tempo* da sua fecundidade. São os indivíduos sem irmãos, ou com apenas um irmão, os que mais tardiamente transitam para a parentalidade, com uma diferença de três anos na idade mediana em relação aos que têm dois ou mais irmãos (com idades medianas de 31 e 28 anos, respetivamente). Para quem não tem irmãos, ou tem apenas um, o período com maior probabilidade de transição ocorre entre os 25 e os 35 anos.
- Ainda no contexto familiar, a existência de separação dos pais poderá ser preponderante na decisão de se entrar na parentalidade e ter igualmente influência no número de filhos. Como se observa na Figura 4.8d, os indivíduos cujos pais se tenham separado ou não (ou seja, indivíduos que viveram com ambos os pais) transitam mais tardiamente (idade mediana de 30 anos) do que aqueles cujos pais nunca viveram juntos, ou aqueles que, por circunstâncias várias, nunca viveram com os seus progenitores (idade mediana de 28 anos). Refira-se, contudo, que esta diferença é apenas marginalmente significativa.

Figura 4.8 Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: nível de instrução do pai (a), nível de instrução da mãe (b), número de irmãos (c) e existência de separação dos pais (d).

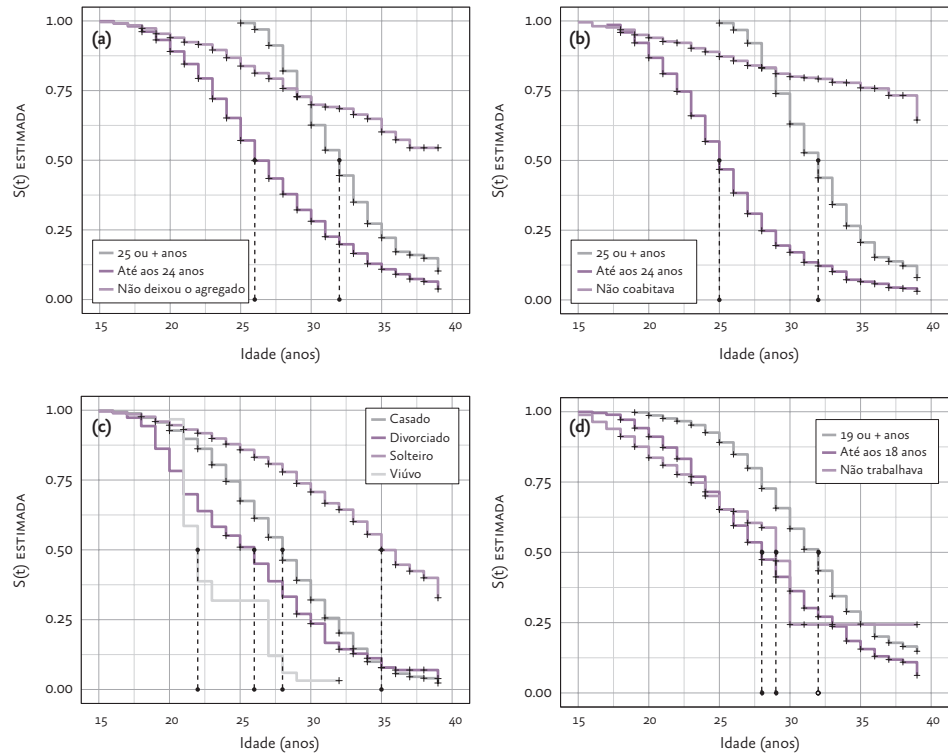


Reflexo da necessidade de estabilidade económica por parte dos casais, assiste-se ao adiamento da formação da família e das transições para a parentalidade, com aparente efeito na diminuição do número de filhos, uma vez que uma união mais tardia potencia um primeiro nascimento também mais tardio, uma maior dificuldade em transitar para o segundo filho e uma conformação com o número de filhos que se tem, mesmo que seja inferior ao desejado (Maciel, 2015). Os jovens de hoje deixam cada vez mais tarde os seus agregados parentais de origem, e a idade à primeira coabitação (com ou sem casamento) aumentou nos últimos anos. Tem-se observado um adiamento na entrada da vida ativa não apenas no feminino, mas também no masculino, fruto do prolongamento dos percursos escolares e das dificuldades de inserção no mercado de trabalho (Billari e Kohler, 2002).

Na Figura 4.9 é possível observar a evolução para aqueles que transitaram ou estão em risco de transitar para a parentalidade, em função da idade em que deixaram o agregado parental de origem, a idade em que coabitaram pela primeira vez antes do nascimento do primeiro filho, o estado civil e a idade ao primeiro emprego. A Figura mostra que:

- Relativamente à idade em que os indivíduos deixaram de viver no agregado parental de origem (Figura 4.9a), verifica-se que são aqueles que deixam o agregado mais cedo os que mais rapidamente transitam para a parentalidade (idade mediana de 32 anos para os que o fizeram a partir dos 25 anos e de 26 para os que o fizeram antes daquela idade). Entre os indivíduos que viviam (ou vivem ainda) com o agregado parental de origem, ao nascimento do seu primeiro filho, apenas 45 % transitaram para a parentalidade, pelo que para este grupo de indivíduos não é possível estimar a idade mediana de transição.
- Quando analisada a idade à primeira coabitação (Figura 4.9b), as estimativas K-M relativas aos indivíduos que nunca coabitaram, ou não coabitavam quando transitaram para a parentalidade, revelam que estes têm um comportamento diferente dos restantes. A diferença, em termos da idade mediana, entre os que coabitaram pela primeira vez até aos 24 anos (idade mediana 25 anos) e os que apenas o fizeram depois desta idade é de 7 anos, sendo que para os primeiros o período de maior risco termina aproximadamente aos 28 anos, enquanto para os segundos ocorre entre os 25 e os 35 anos.
- São os solteiros os que mais tarde entram na parentalidade (Figura 4.9c), com uma idade mediana igual a 35 anos, por oposição aos indivíduos viúvos ou divorciados que são os que mais cedo transitaram (idades medianas iguais a 22 e 26 anos, respetivamente). Os indivíduos casados têm uma idade mediana de transição para o primeiro filho igual a 28 anos, apresentando um comportamento muito idêntico ao dos divorciados, sendo as curvas praticamente sobrepostas a partir dos 33 anos. Esta proximidade de comportamentos poderá ser explicada, nomeadamente, pelo facto de os indivíduos casados, ou que já experienciaram uma forma de conjugalidade, apresentarem comportamentos e atitudes muito semelhantes perante a parentalidade (Bettio e Villa, 1998).
- Também a entrada no mercado de trabalho parece condicionar substancialmente a formação da família com filhos. Se os jovens casais procuram estabilidade de emprego, que por sua vez lhes permitirá adquirir estabilidade económica e financeira para constituir família, e esta ocorre cada vez mais tarde, então é esperado um adiamento na idade ao nascimento do primeiro filho. Na Figura 4.9d verificamos que são os indivíduos que começam a trabalhar depois dos 18 anos os que mais tarde transitam para a parentalidade, com uma idade mediana de 32 anos. Os outros dois grupos têm probabilidades de transição muito semelhantes, sendo a idade mediana igual a 28 anos para quem começa a trabalhar antes dos 19 anos e igual a 29 anos para quem não trabalhava antes do nascimento do primeiro filho e/ou nunca trabalhou.

Figura 4.9 Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: idade a que deixou de residir com o agregado parental de origem (a), idade a que coabitou pela primeira vez (b), estado civil (c) e idade ao primeiro emprego (d).



Como temos vindo a referir, para Beck (1992) e Giddens (1992), entre outros autores que teorizaram sobre estas questões, a sociedade de hoje é marcada pela individualização. A sociedade ultrapassou restrições impostas por códigos morais e costumes tradicionais em direção a outros menos rígidos, em que as principais mudanças foram estimuladas pela prosperidade económica, pelo aumento dos níveis de instrução e por um estado social mais igualitário. As estruturas sociais, a religião e a família podem parecer enfraquecidas, homens e mulheres deixaram de ter as suas escolhas preestabelecidas e passaram a tomar as suas próprias decisões sem tantos condicionalismos, nomeadamente, no respeitante à formação da família, criando as suas próprias biografias, ajustando-se às suas circunstâncias e aos valores morais e societários.

O papel de homens e mulheres alterou-se no contexto das famílias e hoje importa não só compreender qual a perceção dos indivíduos sobre a conciliação entre trabalho e família, quer do ponto de vista materno, quer paterno, como também em relação ao facto do pai ou da mãe trabalharem fora de casa poder influenciar negativamente o adiamento da fecundidade. Deste modo, a Figura 4.10 apresenta as curvas de K-M relativas à opinião sobre a

conciliação materna e paterna entre trabalho e família e a opinião sobre a presença materna e paterna junto dos filhos em/até à idade escolar:

- Os indivíduos que consideram que o melhor é uma mulher não trabalhar fora de casa apresentam uma maior probabilidade de transitarem mais cedo para a parentalidade, com uma idade mediana de 28 anos, por oposição a uma idade mediana de 31 anos para os que consideram que uma mãe deve conciliar a vida familiar com o seu emprego, ainda que a representação gráfica mostre que os que assim pensam iniciam mais cedo a transição (Figura 4.10a).

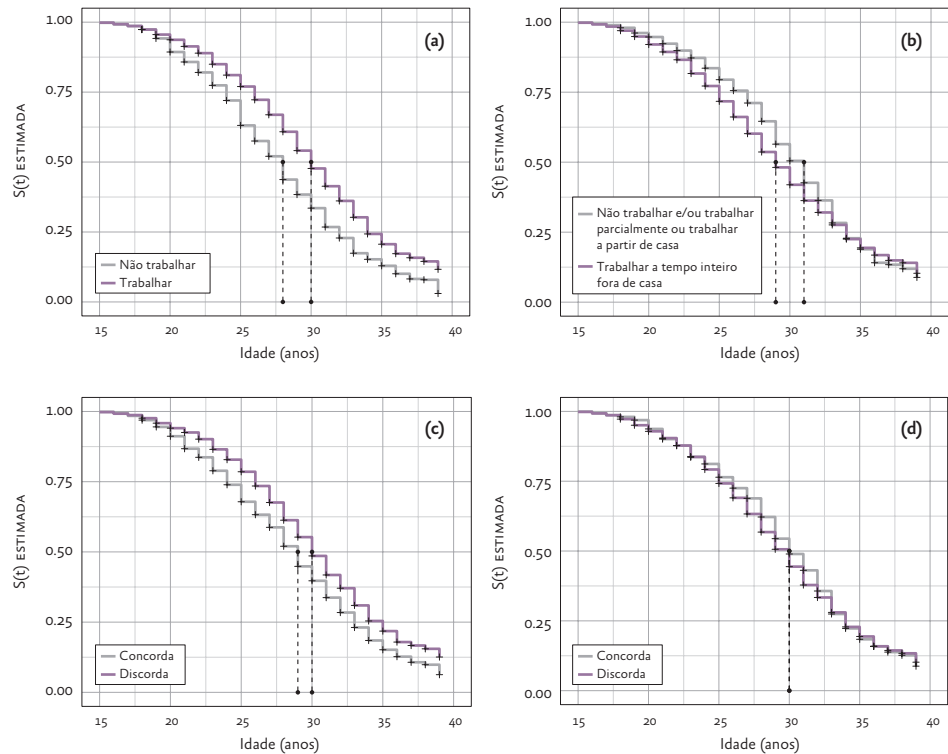
- Quando se coloca esta questão relativamente à conciliação entre família e trabalho para o caso do pai, a percepção é diferente (Figura 4.10b). Os que consideram que o importante é que o pai trabalhe a tempo inteiro fora de casa transitam mais cedo para a parentalidade (idade mediana de transição igual a 29 anos) do que aqueles que referem que, para conciliar família e trabalho, o pai deverá trabalhar parcialmente ou trabalhar em casa (idade mediana igual a 31 anos). Destaca-se, no entanto, que depois dos 33 anos as curvas de K-M para as duas categorias se sobrepõem.

- Na opinião sobre a presença materna¹⁹ e paterna²⁰, apenas na questão da presença materna (Figura 4.10c) se destaca um comportamento ligeiramente diferente entre os indivíduos que concordam ou não com esta questão. São aqueles que discordam que poderá ser prejudicial para uma criança que a mãe trabalhe fora de casa que mais tarde têm o seu primeiro filho. No entanto, a diferença entre estes e os que concordam que poderá ser prejudicial, no que diz respeito à idade mediana, é de apenas um ano (29 e 30 anos, respetivamente). Verifica-se também que no caso desta questão ser colocada no contexto do pai e não da mãe não existem diferenças e a idade mediana (30 anos), bem como o comportamento dos indivíduos que concordam ou discordam desta questão são idênticos (Figura 4.10d).

¹⁹ É prejudicial para uma criança em/até à idade escolar que a mãe trabalhe fora de casa?

²⁰ É prejudicial para uma criança em/até à idade escolar que o pai trabalhe fora de casa?

Figura 4.10 Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: conciliação materna (a) e paterna (b) em termos de trabalho e família e a presença materna (c) e presença paterna (d).



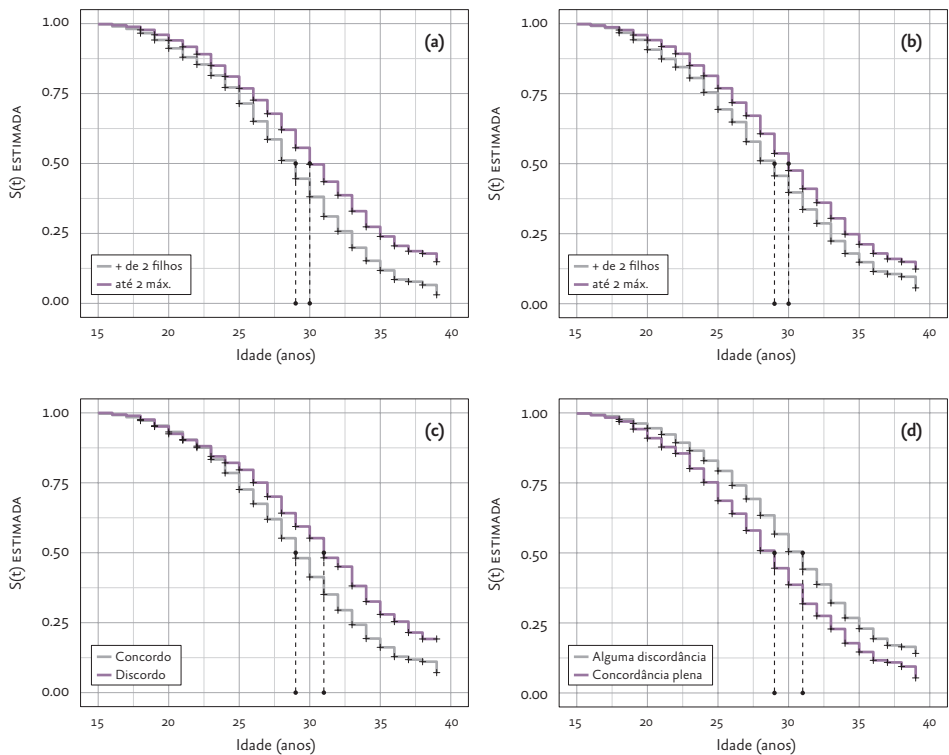
As sociedades contemporâneas são hoje caracterizadas por uma crescente individualização, em que é fundamental para o próprio indivíduo ser livre para decidir sobre as suas próprias escolhas (Billari e Wilson, 2001). Contudo, levantam-se novas questões relacionadas, designadamente, com as alterações na fecundidade desejada e na dimensão familiar considerada ideal, com a importância dada à família na sociedade de hoje e ainda questões associadas à realização pessoal individual. Apresentam-se assim, na Figura 4.11, as variáveis relativas à fecundidade desejada pelos indivíduos com idades entre os 18 e os 40 anos, bem como ao número de filhos que cada indivíduo considera ser o ideal para uma família, à importância da família e à forma de realização pessoal:

- No que concerne à variável número desejado de filhos (Figura 4.11a), verifica-se que apresenta um comportamento semelhante à variável número ideal de filhos para uma família (Figura 4.11b). Em ambas as variáveis, as idades medianas coincidem nas suas categorias. Em ambos os casos, ao valor de mais de dois filhos associa-se uma transição para a parentalidade em idades mais jovens (idade mediana de 29 anos), enquanto os indivíduos que se identificam com o desejo de uma família menor (inferior a dois filhos) transitam um pouco mais tarde (idade mediana

de 30 anos). Estas semelhanças são ainda mencionadas por Sobotka e Beaujouan (2014) que consideram que os ideais em relação ao tamanho de uma família em abstrato refletem o número de filhos que um indivíduo considera ideal para a sua própria família e que teria em condições ideais.

• As questões relacionadas com a importância da família (Figura 4.11c) e com a realização pessoal (Figura 4.11d) têm na sua base a complexidade das novas formas de família, assim como do papel de cada indivíduo no contexto não apenas da família, mas também na sociedade. Aqueles que discordam que uma criança precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada (Figura 4.11c) são os que mais tarde transitam para a parentalidade, conjuntamente com aqueles que discordam, de alguma forma, de que uma mulher ou um homem precisa de um filho para se sentir realizada/o (Figura 4.11d), registando idades medianas de 31 anos.

Figura 4.11 Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: fecundidade desejada (a), número ideal de filhos numa família (b), importância da família (c) e realização pessoal (d).



Analisando, ainda, influências ao nível dos valores, normas e atitudes, designadamente, os relacionados com o adiamento da entrada na parentalidade, na Figura 4.12 apresentam-se as variáveis relativas à autonomia feminina²¹, adiamento²² e compensação²³.

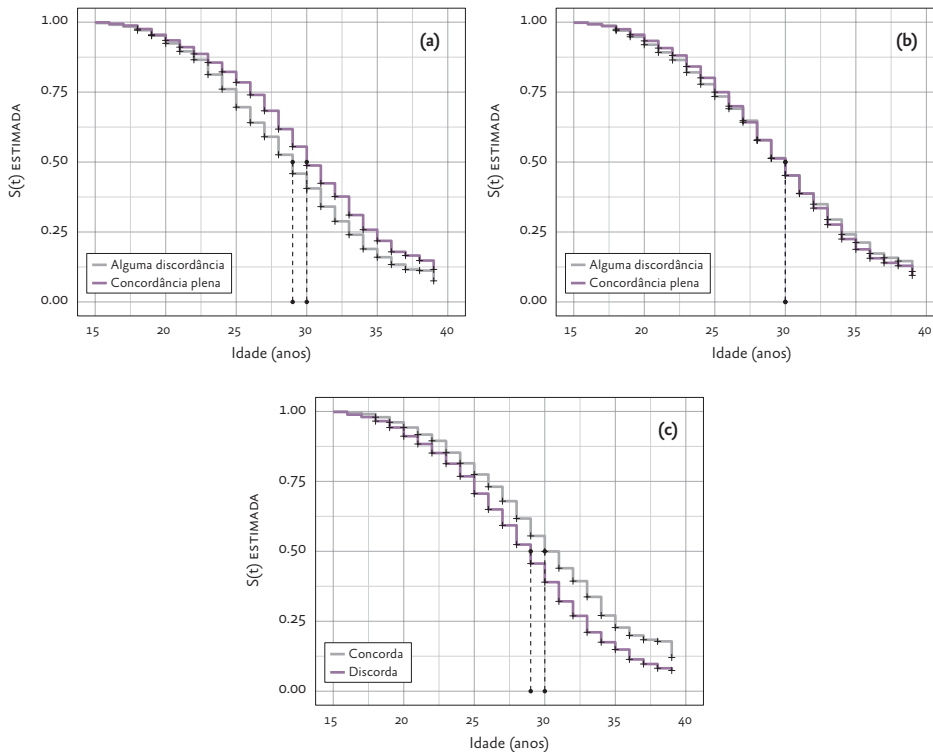
21. As mães que trabalham fora de casa podem ter uma relação tão boa com os seus filhos quanto as mães que trabalham em casa? E uma mulher pode criar um filho sozinho sem querer ter uma relação estável?

23. É preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições do que ter mais filhos?

22. O desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social ativa influencia a decisão das mulheres sobre não terem filhos? E algumas mulheres adiam o nascimento dos filhos e acabam por desistir de ter filhos tendo em conta a sua idade?

- Relativamente às questões da autonomia feminina (Figura 4.12a), são aqueles que concordam plenamente com a capacidade de uma mulher conciliar a vida profissional e familiar de forma equilibrada, bem como de poder criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável, os que transitam mais tarde para a parentalidade, apresentando uma idade mediana de 30 anos.
- Por outro lado, quanto ao desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social ativa, no caso das mulheres, e à afirmação de que as mulheres adiam o nascimento dos filhos e acabam por desistir de ter filhos devido à idade (Figura 4.12b), verifica-se a mesma idade mediana (30 anos) quer para indivíduos que concordam plenamente, como para aqueles que apresentam alguma discordância em relação a estas questões, assim como o comportamento de entrada na parentalidade é em tudo semelhante, não se registando diferenças significativas entre as duas curvas.
- Por fim, quanto à compensação (Figura 4.12c), observamos que os comportamentos ao longo das idades, tal como as idades medianas, são muito próximos para os que concordam (30 anos) e para os que discordam (29 anos) de que é preferível ter apenas um filho com mais oportunidades e menos restrições do que ter mais filhos. Apesar das idades medianas diferirem em apenas um ano, esta diferença é significativa e pode afirmar-se que quem concorda entra mais tarde na parentalidade.

Figura 4.12 Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: autonomia feminina (a), adiamento (b), e compensação (c).



Com base na análise anteriormente apresentada, verificamos que são diversas as características, percepções e opiniões que, numa análise univariada, se mostram significativas para se explicar o adiamento da fecundidade em Portugal, *i. e.*, o aumento da idade de entrada na parentalidade. Através de uma análise descritiva e detalhada, verificou-se que a idade mediana de transição para a parentalidade se situa em torno dos 29/30 anos. Observou-se ainda que, de todas as variáveis analisadas, apenas a presença paterna e as opiniões respeitantes ao adiamento não apresentaram diferenças estatisticamente significativas (Tabela C.8, Anexo C).

Desta análise, destaca-se também o impacto das questões relacionadas com o aumento da escolaridade, uma vez que, influenciado pelos contextos e transformações sociais e económicas, o nível educacional afeta o calendário da parentalidade, desempenhando um papel central na definição da trajetória dos percursos de vida individuais. Em países como Itália, Portugal ou Espanha, a massificação do acesso à educação e a explosão da presença do sexo feminino no ensino superior resultou num adiamento significativo com impacto na diminuição da natalidade (Tomé, 2015).

²⁴ O pressuposto dos riscos proporcionais significa que os riscos associados a um indivíduo são proporcionais aos de um outro, ou seja, os riscos associados aos diferentes indivíduos, neste caso em relação à transição para a parentalidade, terão de ser proporcionais entre os diferentes indivíduos inquiridos.

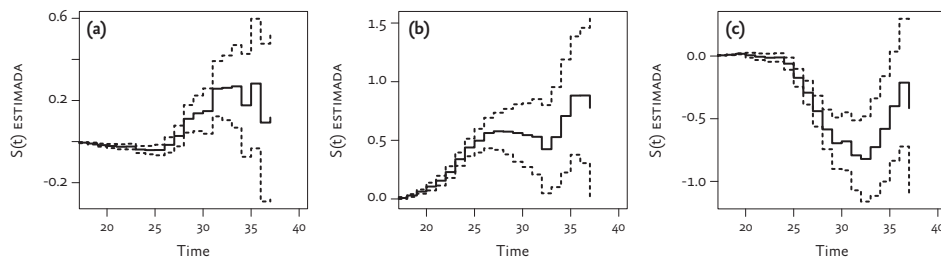
A construção de um modelo de análise de sobrevivência que nos permita identificar os determinantes na transição para a parentalidade de homens e mulheres, residentes em Portugal em 2013, foi igualmente um dos objetivos traçados. Para o atingir, começou-se por se ajustar um modelo de Cox, apresentado na Tabela C.9 (Anexo C). Contudo, para algumas variáveis deste modelo não se verifica o pressuposto dos riscos proporcionais²⁴. As únicas variáveis em que tal pressuposto pode ser admitido são a fecundidade desejada, a autonomia feminina, a importância da família e a compensação.

Atendendo a que não se verificou o pressuposto dos riscos proporcionais, testaram-se outras abordagens, como o ajustamento de um modelo aditivo de Aalen (Tabela C.10, Anexo C), considerando as mesmas variáveis e interações que se tinham revelado significativas no modelo de Cox. Os resultados foram consistentes com os obtidos no modelo de Cox, em termos do sinal dos coeficientes, mas a variável importância da família deixou de ser significativa, bem como o facto de não se trabalhar, no caso dos homens, e ainda um dos coeficientes de uma das interações (nível de instrução e a idade à primeira coabitação).

Através da representação gráfica da função de regressão acumulada é possível observar o efeito das variáveis ao longo do período em estudo. Deste modo, a partir do modelo de Aalen, por representação das estimativas da função de regressão acumulada e respetivos intervalos de confiança a 95 %, podemos tecer algumas considerações acerca do efeito das variáveis.

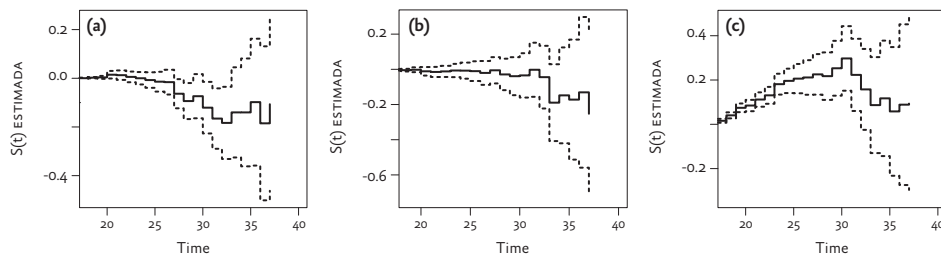
- Para quem coabitou com idade igual ou superior a 25 anos, o facto de ter uma educação até ao ensino secundário conduz a um maior risco de ser pai ou mãe pela primeira vez entre os 28 e os 33 anos, aproximadamente, sendo o efeito não significativo antes e depois deste intervalo etário (Figura 4.13a).
- Para quem coabitou antes dos 25 anos, caso tenha educação até ao ensino secundário, o risco aumenta de forma acentuada até aos 27, sendo novamente maior a partir dos 33 anos. Entre os 27 e os 33 anos, a diferença dos riscos acumulados é aproximadamente constante entre os que têm educação até ao ensino secundário e os que têm educação ao nível do ensino superior (Figura 4.13b).
- Para os que têm ensino superior, quem coabitou com 25 ou mais anos tem um risco menor de transitar entre os 25 e os 33 anos do que quem coabitou antes daquela idade, invertendo-se o comportamento a partir daí (Figura 4.13c).

Figura 4.13 Função de regressão acumulada e respetivos intervalos de confiança a 95 % para a educação até ao ensino secundário vs. educação ao nível do ensino superior para quem coabitou com 25 ou mais anos (a); para a educação até ao ensino secundário vs. educação ao nível do ensino superior para quem coabitou antes dos 25 anos (b); para quem coabitou com 25 ou mais anos vs. quem coabitou antes dos 25 anos com educação ao nível do ensino superior (c).



- Não se registam diferenças significativas entre as mulheres e os homens que começaram a trabalhar depois dos 18 anos (Figura 4.14a).
- Não se registam diferenças significativas entre as idades ao primeiro emprego no caso dos homens (Figura 4.14b).
- Já entre as mulheres a diferença é significativa até cerca dos 32 anos, sendo constante o maior risco de transição para as que começaram a trabalhar mais cedo (Figura 4.14c).

Figura 4.14 Função de regressão acumulada e respetivos intervalos de confiança a 95 % para mulheres vs. homens que começaram a trabalhar depois dos 18 anos (a); para os homens que começaram a trabalhar até aos 18 anos vs. homens que começaram a trabalhar depois dos 18 anos (b); para as mulheres que começaram a trabalhar até aos 18 anos vs. mulheres que começaram a trabalhar depois dos 18 anos (c).

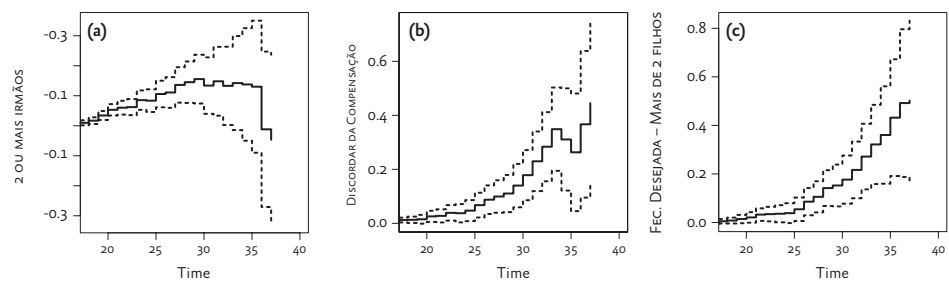


- O facto de se terem dois ou mais irmãos aumenta o risco de entrada na parentalidade de forma constante até cerca dos 30 anos, tendo um efeito nulo a partir dessa idade (Figura 4.15a).
- Para aqueles que discordam de que é preferível ter apenas um filho com mais oportunidades e menos restrições do que ter mais filhos, o risco de se

entrar na parentalidade aumenta de forma aproximadamente constante até aos 25 anos, acentuando-se muito esse aumento até aos 33 anos (Figura 4.15b).

- Relativamente aos que desejam ter dois filhos, o risco de se entrar na parentalidade é maior até aos 25 anos, acentuando-se muito a partir dessa idade (Figura 4.15c).

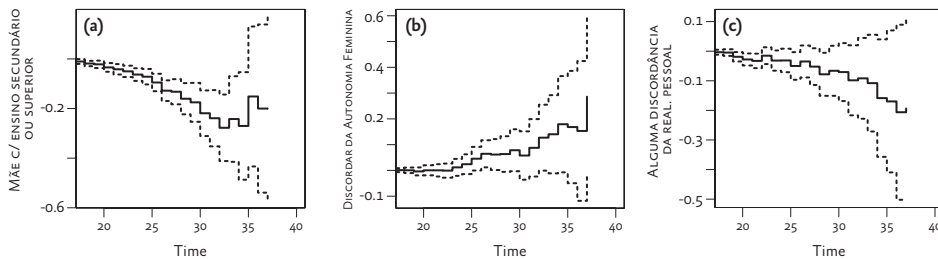
Figura 4.15 Função de regressão acumulada e respetivos intervalos de confiança a 95 % para quem tem dois ou mais irmãos vs. quem tem até no máximo um (a); para os que discordam de que é preferível ter apenas um filho com mais oportunidades e menos restrições do que ter mais filhos vs. os que concordam (b); para os que desejam ter mais de dois filhos vs. os que desejam no máximo dois (c).



- O facto de a mãe ter uma educação ao nível do ensino secundário ou superior diminui o risco de entrada na parentalidade de forma acentuada entre os 22 e os 32 anos, altura a partir da qual o efeito da educação da mãe passa a ser nulo (Figura 4.16a).

- Apesar da variável que relacionámos com a afirmação de autonomia feminina ser significativa no modelo, em termos da função de regressão acumulada não se observam diferenças significativas entre os que discordam e os que concordam (Figura 4.16b), o mesmo se constatando para a variável realização pessoal (Figura 4.16c).

Figura 4.16 Função de regressão acumulada e respectivos intervalos de confiança a 95 % para a educação da mãe ao nível do secundário ou superior vs. até ao básico (a); para os que discordam com o empenho de uma mulher em conciliar a vida profissional e familiar de forma equilibrada, bem como em criar um filho sozinha (b); para os que discordam, de alguma forma, de que uma mulher ou um homem precisam de um filho para se sentirem realizados (c).



Ainda no contexto da transição para a parentalidade, considerou-se a abordagem paramétrica, não se tendo obtido um modelo que se ajustasse adequadamente aos dados. Ainda assim, o modelo Weibull foi o que pareceu ajustar-se melhor (Tabela C.11, Anexo C), aparentando subestimar as estimativas antes dos 30 anos e sobrestimá-las depois dos 35 anos. O ajustamento deste modelo, que apresenta “melhores” resultados entre os 30 e os 35 anos, pode ser explicado pela concentração de nascimentos em torno desta idade (Tabela 4.6). Os resultados obtidos com o modelo de Weibull foram consistentes com os obtidos para os modelos anteriores.

Em síntese, entre as variáveis que se mostram significativas nos vários modelos para se explicar a transição para a parentalidade, podem destacar-se como fatores potenciadores:

- A mãe ter uma educação até ao 3.º ciclo do ensino básico;
- O indivíduo ter educação até ao ensino secundário e ter coabitado antes dos 25 anos;
- Ser mulher e ter começado a trabalhar antes dos 18 anos;
- Desejar ter mais de dois filhos;
- Ter dois ou mais irmãos;
- Discordar da compensação (ser preferível ter menos filhos com mais oportunidades).

Estes fatores, denominados de potenciadores, favorecem uma transição mais rápida para a parentalidade. Nesse sentido, reforça o que foi observado na análise das tábuas de fecundidade, bem como nas probabilidades de transição (Figura 4.5) e nas curvas de sobrevivência (Figura 4.7), e que são as mulheres que efetivamente mais cedo entram na parentalidade, quando comparadas

com os homens. Contudo, tal como Zhang (2008) identificou, existe uma idade mediana de entrada na parentalidade para os homens superior à das mulheres (em média, dois a três anos superior).

4.3.2. A transição para o segundo filho

A partir de meados do século XIX até à segunda metade do século XX, o modelo vigente, *i.e.*, o modelo de famílias alargadas (com três ou mais filhos) foi gradualmente substituído pelo modelo de famílias com apenas dois filhos. Um conjunto diferenciado de questões económicas, sociais, políticas e culturais está na raiz do desencadear deste processo. Esta evolução caracterizou, nos finais do século XX, o comportamento de fecundidade em toda a Europa, ainda antes do acentuado adiamento da fecundidade (Frejka, 2008).

A esta primeira alteração do padrão familiar, relativamente ao *quantum*, junta-se uma segunda alteração que, no final do século XX e na primeira década do século XXI, caracterizou a Europa: o gradual e acentuado aumento da idade média da fecundidade. O adiamento da entrada na parentalidade poderá ter como consequência o adiamento do nascimento dos filhos seguintes, no caso de o casal pretender ter mais do que um filho. Assim, e conhecendo como resultado da análise anterior que a idade mediana na transição para a parentalidade se situa, de um modo geral, entre os 29 e os 30 anos, importa analisar os determinantes na transição para o segundo filho. Tendo em conta a informação de que é mínima a diferença entre a idade média ao nascimento do primeiro filho e a idade média ao nascimento de um filho, em Portugal, em 2013, poder-se-á, à partida, conjecturar que existem poucos indivíduos que prosseguem para o segundo filho. Por esta razão, torna-se ainda mais relevante compreender quais as principais diferenças entre os que transitaram para a parentalidade e os que, em seguida, transitaram para o segundo filho.

A Figura 4.17 mostra a evolução das curvas K-M relativas a quatro características principais: sexo, naturalidade, geração e nível de instrução do próprio.

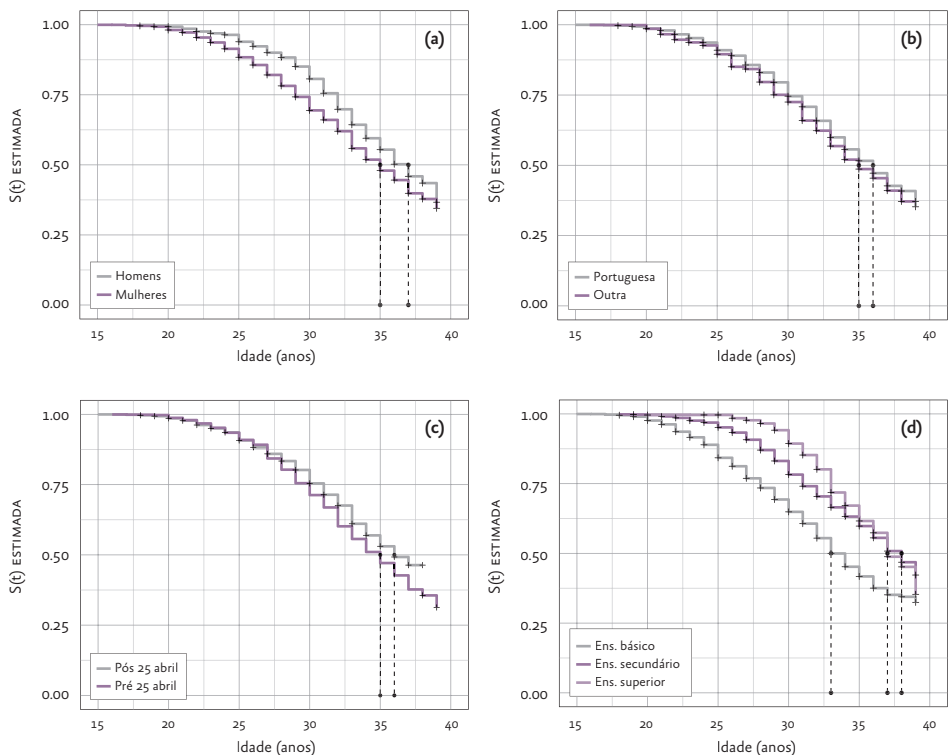
- Entre os indivíduos com um primeiro filho que decidiram transitar para um segundo, são as mulheres que o fazem mais cedo (Figura 4.17a), sendo que, destas, metade transita até aos 35 anos, enquanto para os homens a idade mediana é igual a 37 anos.
- No caso da naturalidade (Figura 4.17b), observa-se um comportamento muito semelhante entre os indivíduos portugueses e os não portugueses, sendo que as idades medianas variam apenas em um ano (36 e 35 anos, respetivamente). Neste caso a diferença não é estatisticamente significativa.
- São os indivíduos das gerações mais novas (nascidas após 1974) que mais tarde transitam para o segundo filho. No entanto, e embora a idade

mediana de transição seja, nestes casos, igual a 36 anos, a verdade é que a diferença entre as gerações é de apenas um ano, uma vez que, para as gerações nascidas antes de 1974 e que transitaram para o segundo filho, a idade mediana é de 35 anos (Figura 4.17c). No entanto, trata-se de uma diferença estatisticamente significativa.

- Relativamente à variável nível de instrução (Figura 4.17d), observa-se que os indivíduos com ensino superior adiam por mais tempo o nascimento do segundo filho. A sua idade mediana é quatro anos superior à dos indivíduos com ensino básico e um ano superior à dos indivíduos com ensino secundário (33 e 37 anos, respetivamente). A diferença de somente um ano na idade mediana entre os indivíduos com ensino secundário e os indivíduos com ensino superior é reflexo de um comportamento semelhante na transição para o segundo filho, principalmente depois dos 35 anos, em que as curvas se sobrepõem.

Embora não se identifiquem, empiricamente, diferenças significativas entre as distintas categorias, nas variáveis sexo, naturalidade e geração, a variável educação destaca-se pelo seu comportamento.

Figura 4.17 Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: sexo (a), naturalidade (b), geração (c) e nível de instrução do próprio (d).

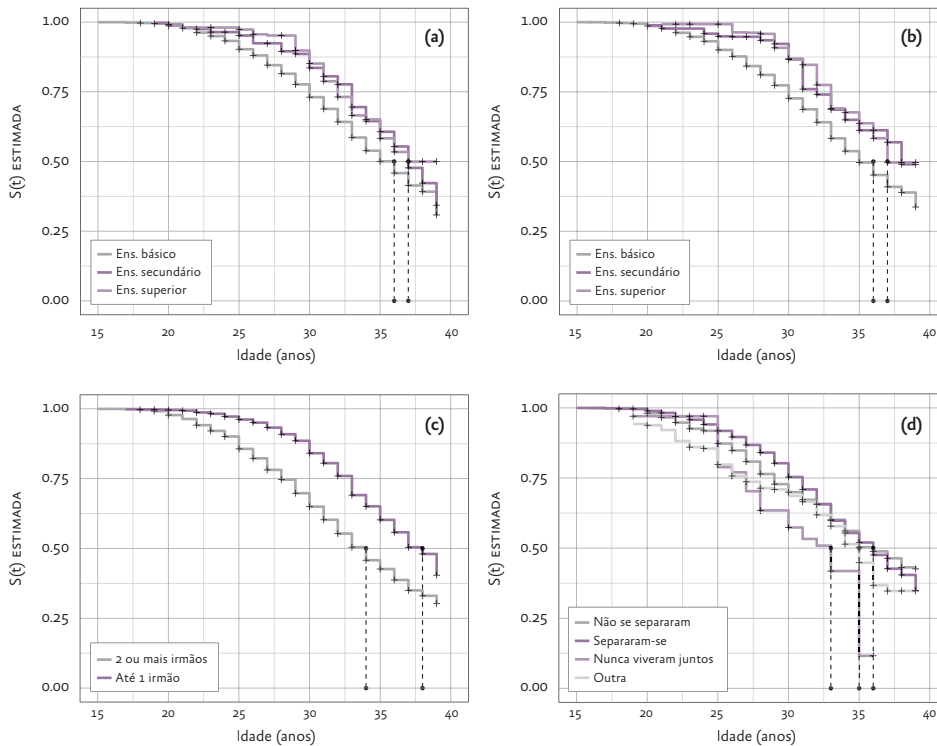


Diferentes variáveis podem condicionar o momento da tomada de decisão de se terem mais filhos, podendo ser o nível de instrução dos progenitores uma variável a ter-se em consideração, uma vez que poderá condicionar o percurso escolar dos próprios indivíduos. Além de questões relativas ao nível de instrução dos pais, diferentes características do contexto familiar de origem, tais como o número de irmãos e a existência, ou não, de separação dos pais, merecem ser analisadas.

Na Figura 4.18 é possível observar o comportamento de transição para o segundo filho, de acordo com o nível de instrução do pai e da mãe, número de irmãos e existência de separação dos pais.

- Relativamente à influência do nível de instrução do pai e da mãe (Figura 4.18a e Figura 4.18b), observa-se que aqueles cujos pai ou mãe têm um nível de instrução mais baixo, têm um segundo filho mais cedo (idade mediana de 35 anos), enquanto um nível de instrução mais elevado dos pais tem um efeito negativo na transição, aumentando o seu adiamento. Neste caso, o período de maior probabilidade de transição inicia-se perto dos 30 anos.
- Pode ser expectável que indivíduos de famílias numerosas desejem ter famílias de maior dimensão e assim transitem mais cedo para a parentalidade e para o segundo filho. O número de filhos dos atuais pais pode assim ser condicionado pelo número de filhos dos seus próprios pais (ou dos atuais avós). Assim, na Figura 4.18c observa-se que aqueles que têm dois ou mais irmãos têm o seu segundo filho mais cedo que os indivíduos oriundos de famílias de, no máximo, um irmão (idades medianas iguais a 34 e 38 anos, respetivamente). Para quem não tem irmãos, ou tem apenas um, o período que detém maior probabilidade de transição ocorre a partir dos 28 anos.
- Quanto à existência de separação dos pais (Figura 4.18d), é possível verificar que, à semelhança do que acontecia na transição para a parentalidade, também aqui a separação ou não dos pais não apresenta comportamentos contrastantes. São aqueles cujos pais não se separaram os que mais tarde transitam para o segundo filho, apresentando uma idade mediana de 36 anos. A diferença é, neste caso, apenas marginalmente significativa.

Figura 4.18 Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: nível de instrução do pai (a), nível de instrução da mãe (b), número de irmãos (c) e existência de separação dos pais (d).



Os baixos níveis de fecundidade, o aumento do número de coabitações e do número de nascimentos ocorridos fora do casamento, bem como o aumento das taxas de divorcialidade são vistos como fatores de desinstitucionalização da família (Bettio e Villa, 1998). Contudo, como referimos anteriormente, os jovens estão também dependentes da obtenção de (alguma) estabilidade económica (e de emprego) que lhes permita deixar o agregado parental de origem e formar a sua própria família.

A Figura 4.19 diz respeito ao estudo do comportamento da transição para o segundo filho em função da idade em que se deixou de residir com o agregado parental de origem, da idade em que coabitou pela primeira vez, do estado civil e da idade ao primeiro emprego.

- Os indivíduos que não deixaram o agregado parental, bem como os que o fizeram antes dos 25 anos apresentam até aos 32 anos comportamentos muito semelhantes, sendo, a partir dessa altura, maior o risco de transição para os que deixaram de residir mais tarde (Figura 4.19a). São, no entanto, aqueles que deixaram de residir com o seu agregado parental de origem depois dos 25 anos que mais tarde tiveram o segundo filho, com uma idade mediana de 38 anos. Repare-se, ainda, que para quem deixou de

²⁵ Os indivíduos foram questionados quanto à idade à sua primeira coabitação; se a resposta foi “nunca coabitou” para os indivíduos que têm filhos, assumimos que essa característica se mantém ao longo do estudo. O mesmo se verificou nos casos em que, em relação à variável participação no mercado de trabalho, a resposta foi “nunca trabalhou”.

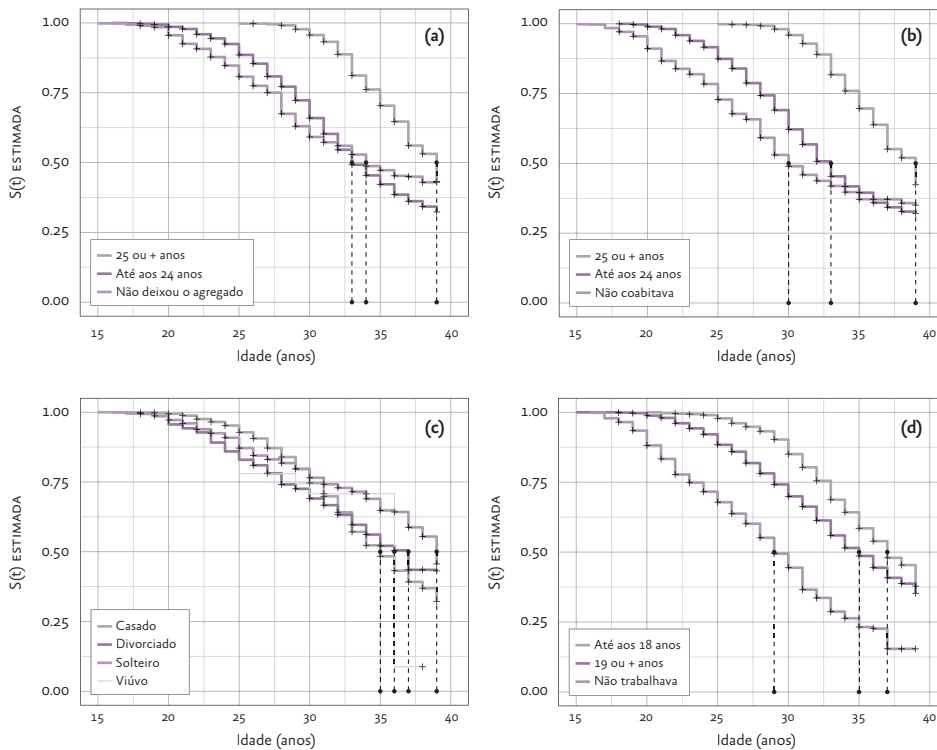
residir com o agregado depois dos 25 anos é, sensivelmente, a partir dos 29 anos que tem maior probabilidade de transição para o segundo filho.

- Importa também analisar os comportamentos dos indivíduos na perspetiva da idade a que coabitaram pela primeira vez (Figura 4.19b), verificando-se que os que não coabitavam à data do nascimento do primeiro filho²⁵, ou que o fizeram antes dos 25 anos, apresentam maiores probabilidades de transitarem para o segundo filho, com uma mediana de 30 e 33 anos, respetivamente. Para estas duas categorias, o período de maior risco ocorre até às idades medianas de transição. Em oposição, os que coabitaram depois dos 25 anos transitam mais tardiamente que os restantes, apresentando uma idade mediana de 38 anos.

- Para a variável estado civil, contrariamente ao que aconteceu na transição para o primeiro filho, verifica-se que as diferenças são menos pronunciadas (Figura 4.19c). No entanto, pode observar-se que os indivíduos casados têm um menor risco de transição que os divorciados até cerca dos 30 anos, altura em que as duas curvas se sobrepõem. Por outro lado, os solteiros, que em idades mais jovens apresentam um maior risco de transitar, a partir dos 30 anos são quem apresenta o menor risco de transição para o segundo filho. Uma vez mais, são os indivíduos que já experienciaram pelo menos uma conjugalidade, além dos que na atualidade estão casados, os que têm uma idade mediana de transição mais baixa (35 anos para os casados, 36 para os viúvos e 37 para os divorciados). Já os solteiros apresentam uma idade mediana de 39 anos.

- Os indivíduos que começaram a trabalhar somente depois dos 18 anos transitam mais tardiamente para o segundo filho (idade mediana igual a 37 anos) do que os que começaram a trabalhar antes (idade mediana igual a 35 anos), e ainda mais tarde que aqueles que não trabalhavam antes do nascimento do primeiro filho (idade mediana igual a 29 anos) (Figura 4.19d).

Figura 4.19 Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: idade a que deixou de residir com o agregado parental de origem (a), idade a que coabitou pela primeira vez (b), estado civil (c) e idade ao primeiro emprego (d).



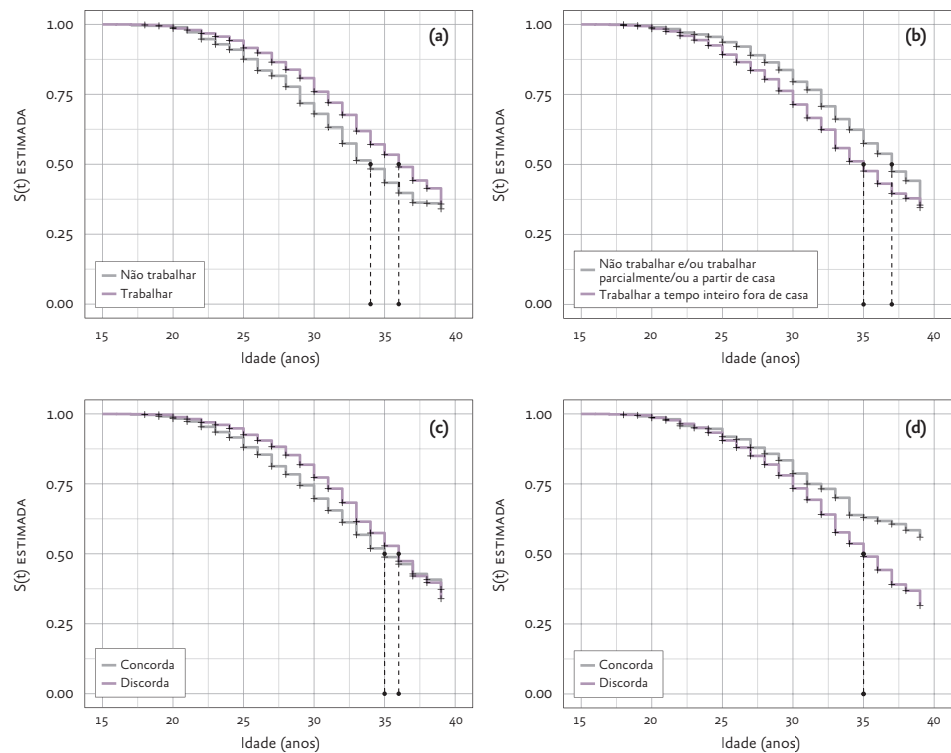
Como também já foi mencionado, o papel de homens e mulheres alterou-se no contexto da família e hoje pretende-se não só compreender a perceção que cada indivíduo tem sobre a conciliação entre trabalho e família, quer no caso da mãe (conciliação materna), quer na do pai (conciliação paterna), mas também o facto de o pai ou a mãe trabalharem fora de casa poder influenciar negativamente o adiamento da idade em que se tem não apenas o primeiro, mas também o segundo filho.

A Figura 4.20 apresenta as curvas tendo em consideração a opinião sobre a conciliação materna e paterna, entre trabalho e família, e a opinião sobre a presença materna e paterna no caso das crianças em/até à idade escolar.

- Relativamente à perceção da conciliação materna entre trabalho e família (Figura 4.20a), são aqueles que consideram que o melhor é uma mulher não trabalhar que apresentam probabilidade de, mais cedo, decidirem ter o segundo filho, com uma idade mediana de 34 anos; enquanto os que consideram que uma mãe deve conciliar a vida familiar com o seu emprego apresentam uma mediana de 36 anos.

- Já na perspectiva da percepção da conciliação paterna (Figura 4.20b) a situação altera-se e são os que consideram que é importante o pai trabalhar a tempo inteiro fora de casa que mais cedo transitam para o segundo filho, com uma idade mediana de 35 anos, comparativamente a 37 anos para os restantes.
- Quanto às questões da presença materna (Figura 4.20c) e paterna (Figura 4.20d), são aqueles que concordam que poderá ser prejudicial para uma criança que a mãe trabalhe fora de casa que mais tarde têm o seu segundo filho. Contudo, para a presença paterna a diferença de comportamentos é apenas marginalmente significativa.

Figura 4.20 Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: conciliação materna (a) e paterna em termos de trabalho e família (b), e a presença materna (c) e presença paterna (d).



Na Figura 4.21 apresentam-se as curvas em função da fecundidade desejada, bem como do número de filhos considerado ideal para uma família e da importância atribuída à família e aos filhos para a realização pessoal dos indivíduos.

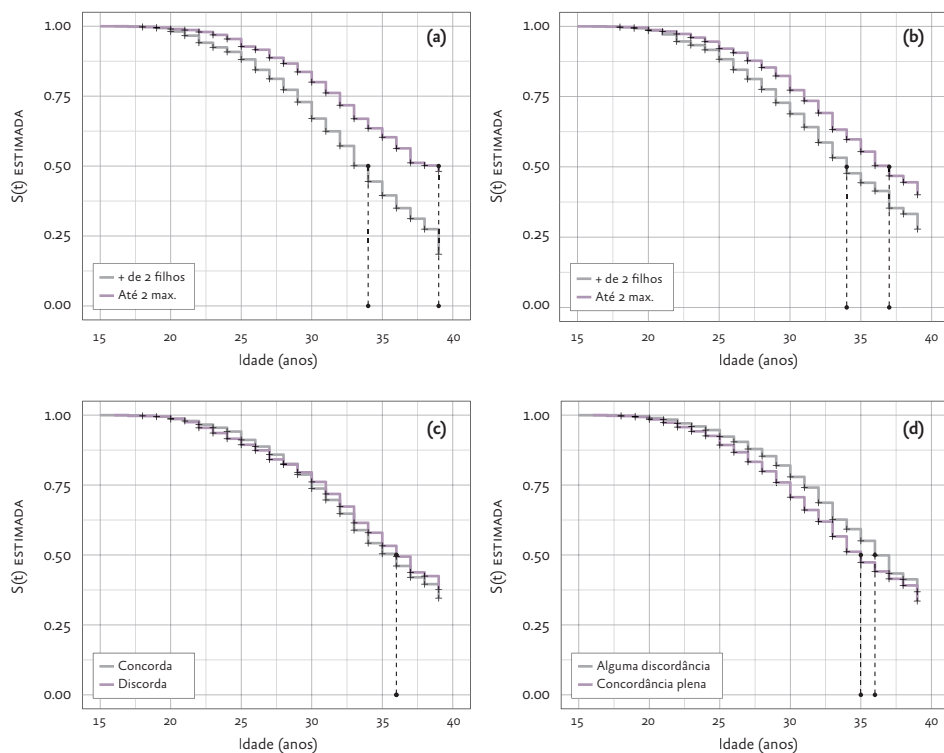
- Relativamente à fecundidade desejada (Figura 4.21a), verifica-se que a curva apresenta um comportamento semelhante à do número de filhos considerado ideal para uma família (Figura 4.21b), sendo a idade mediana a que transitaram para o segundo filho também semelhante. Em ambos os casos, os que desejam ou consideram que dois ou mais filhos é o ideal

para uma família são os que apresentam uma idade mediana mais baixa (34 anos). Já os indivíduos que desejam até dois filhos no máximo apresentam uma idade mediana de 39 anos (Figura 4.21a), e os que consideram que o ideal para uma família é, também, no máximo dois filhos têm uma idade mediana de 37 anos (Figura 4.21b).

- No respeitante às questões relacionadas com a importância da família (Figura 4.21c), verificamos que não existem diferenças entre os comportamentos dos que concordam e os dos que discordam sobre se uma criança precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada, apresentando a mesma idade mediana, igual a 36 anos.

- Os indivíduos que apresentam uma concordância total com a afirmação de que um indivíduo precisa de um filho para se sentir realizado transitam mais cedo para o segundo filho, com uma idade mediana de 35 anos, um ano menos dos que revelam alguma discordância (Figura 4.21d). Apesar da diferença ser pequena, esta é estatisticamente significativa.

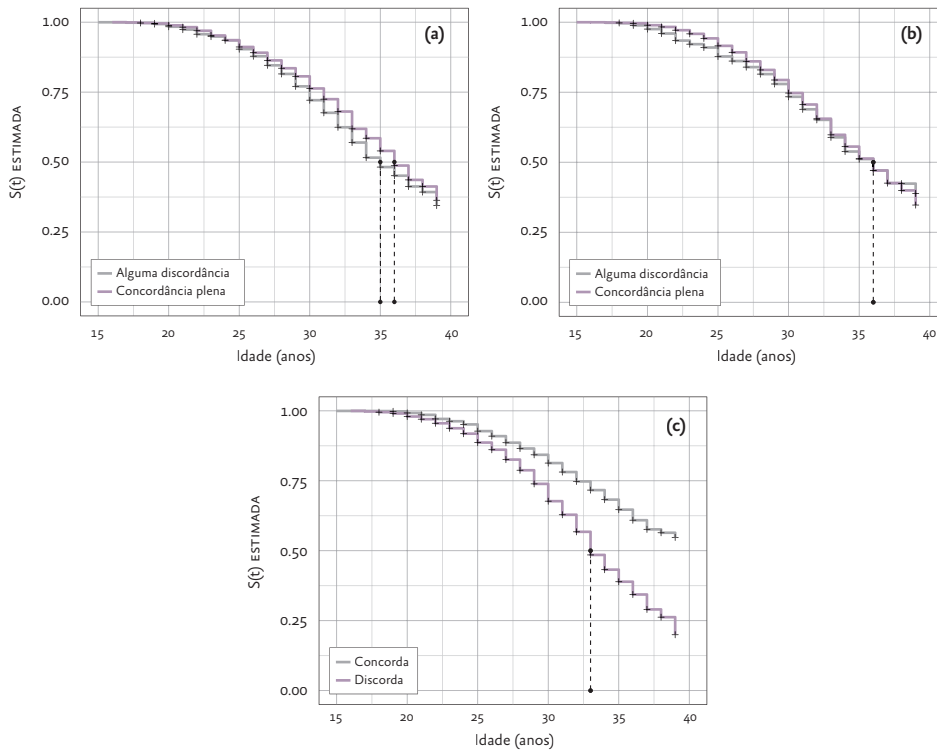
Figura 4.21 Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: fecundidade desejada (a), número ideal de filhos numa família (b), importância da família (c) e realização pessoal (d).



Por fim, e ainda tendo em conta os valores, as atitudes e as perceções dos indivíduos, apresentam-se na Figura 4.22 as curvas, tendo como referência o posicionamento relativamente à autonomia feminina, ao desejo de adiamento por parte das mulheres e à concordância com a compensação (menos filhos com mais oportunidades).

- Os indivíduos que concordam plenamente com a capacidade de uma mulher em conciliar a vida profissional e familiar de forma equilibrada, bem como de criar os filhos sozinha, transitam mais tarde para o segundo filho, apresentando uma idade mediana de 36 anos, e existindo uma diferença de um ano relativamente aos que apresentam alguma discordância (Figura 4.22a). Contudo, esta diferença é apenas marginalmente significativa.
- No que ao adiamento diz respeito, medido através das opiniões sobre o impacto do desejo das mulheres por uma vida profissional bem-sucedida, como pela opinião do efeito do adiamento em termos de nascimentos adiados e não recuperados, ou mesmo de nascimentos completamente renunciados, verifica-se que não há diferenças significativas em relação a estas questões, quer concordem, quer não concordem plenamente, estimando-se para ambos os grupos uma idade mediana de transição para o segundo filho igual a 36 anos (Figura 4.22b).
- Finalmente, quanto à compensação (Figura 4.22c), concluímos que os que concordam que é preferível ter apenas um filho com mais oportunidades e menos restrições do que ter mais filhos transitam mais tardiamente para o segundo filho.

Figura 4.22 Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: autonomia feminina (a), adiamento (b), e compensação (c).



À semelhança do que concluímos no estudo da transição para a parentalidade apresentado na secção anterior, identificamos também aqui diversas características, percepções e opiniões que, nesta primeira análise univariada, se mostram significativas na identificação dos determinantes na transição para o segundo filho, em Portugal. Verificou-se ainda que, das diferentes variáveis analisadas, apenas a naturalidade, o adiamento e a importância da família não apresentam diferenças estatisticamente significativas entre as suas categorias.

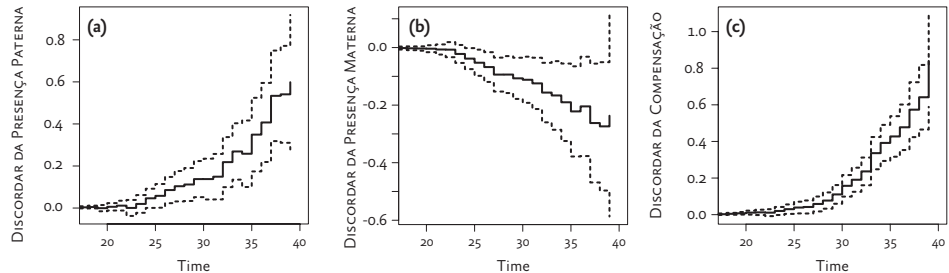
A Tabela C.12 (Anexo C) apresenta os coeficientes estimados para o modelo de Cox, na transição para o segundo filho, bem como os respetivos desvios-padrão estimados e valores p associados das variáveis que compõem o modelo ajustado neste caso.

Contudo, e embora se possa considerar que, de forma geral, os fatores determinantes que parecem explicar a transição para a parentalidade esclarecem genericamente a transição para o segundo filho, à semelhança do modelo anterior (Tabela C.12 do Anexo C), também este não cumpre o pressuposto dos riscos proporcionais. Não podemos, no entanto, ignorar, do ponto de vista sociodemográfico, as tendências dos comportamentos aqui observadas.

O modelo aditivo de Aalen, também neste caso, mostrou resultados coerentes com os obtidos no modelo de Cox. Os resultados do modelo de Aalen, por representação das estimativas da função de regressão acumulada e respectivos intervalos de confiança a 95 %, são apresentados nas Figuras seguintes, podendo encontrar-se os coeficientes estimados na Tabela C.13 do Anexo C.

- Aqueles que discordam da importância da presença paterna têm um maior risco a partir dos 25 anos, sendo mais acentuado a partir dos 32 anos (Figura 4.23a).
- Por outro lado, os indivíduos que discordam da necessidade da presença materna têm um menor risco a partir dos 25 anos, o qual é constante com o tempo (Figura 4.23b).
- Quem discorda de que é preferível ter apenas um filho com mais oportunidades e menos restrições do que ter mais filhos tem um risco maior de transição, o qual se acentua bastante por volta dos 30 anos (Figura 4.23c).

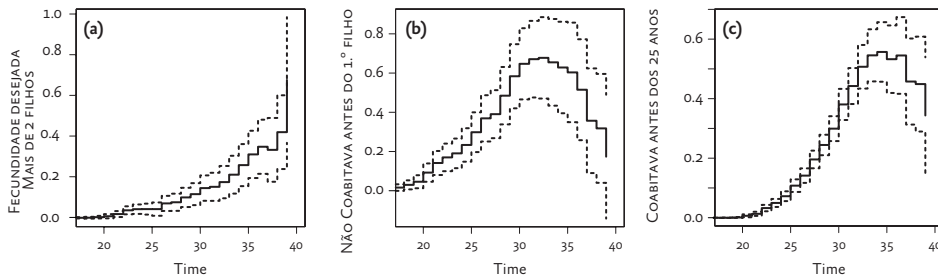
Figura 4.23 Função de regressão acumulada e respectivos intervalos de confiança a 95 % para aqueles que discordam da importância da presença paterna vs. aqueles que concordam (a); para aqueles que discordam da importância da presença materna vs. aqueles que concordam (b); para os que discordam de que é preferível ter apenas um filho com mais oportunidades e menos restrições do que ter mais filhos vs. os que concordam (c).



- Quem deseja ter mais de dois filhos tem um maior risco de transição para o segundo filho a partir dos 25 anos (Figura 4.24a).
- Por outro lado, aqueles que não coabitavam ao nascimento do primeiro filho têm um maior risco de transição (constante até cerca dos 32 anos) do que os que coabitaram depois dos 25 anos (Figura 4.24b), sendo a diferença dos riscos acumulados aproximadamente constante entre os 32 e os 36 anos, altura em que passa a ser maior o risco para os que coabitaram depois dos 25 anos.
- Também os que coabitaram mais cedo têm um maior risco (constante até cerca dos 35 anos) do que os que coabitaram depois dos 25 anos (Figura

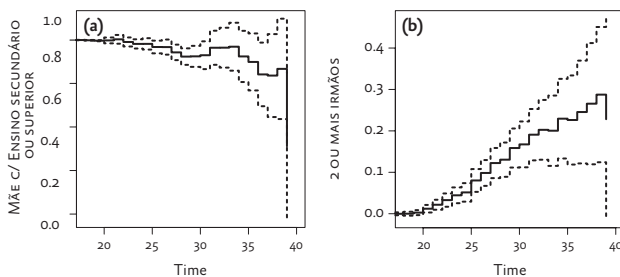
4.24c), sendo a diferença dos riscos acumulados aproximadamente constante depois dessa idade.

Figura 4.24 Função de regressão acumulada e respectivos intervalos de confiança a 95 % para aqueles que desejam ter mais de dois filhos vs. aqueles que desejam ter no máximo dois (a); para aqueles que nunca coabitaram vs. aqueles que coabitaram pela primeira vez depois dos 25 (b); para aqueles que coabitaram pela primeira vez antes dos 25 vs. aqueles que coabitaram pela primeira vez depois dos 25 (c).



Apesar do nível de escolaridade da mãe se ter mostrado significativo no modelo de Aalen, as curvas da função de regressão acumulada não evidenciam riscos diferentes entre os dois níveis de ensino mais elevados: secundário e superior (Figura 4.25a). Já o facto de se terem dois ou mais irmãos aumenta o risco de transição para o segundo filho, sendo esse risco mais acentuado depois dos 25 anos (Figura 4.25b).

Figura 4.25 Função de regressão acumulada e respectivos intervalos de confiança a 95 % para aqueles cujas mães têm até ao ensino secundário e superior vs. aqueles cujas mães têm o ensino básico (a); para os que têm dois ou mais irmãos vs. os que têm no máximo um irmão (b).



À semelhança do realizado na transição para a parentalidade, também aqui se considerou o ajustamento do modelo a uma distribuição paramétrica. O modelo de Weibull foi o que melhor se ajustou aos dados, embora não se possa considerar que algum dos modelos que se aplicaram tenha um bom

ajustamento aos dados. Os resultados foram consistentes com os obtidos anteriormente, embora no modelo de Weibull o nível de escolaridade da mãe deixasse de ser significativo (Tabela C.14, Anexo C).

Em síntese, entre as variáveis que se mostram significativas nos vários modelos para se explicar a transição para o segundo filho, podem destacar-se como fatores potenciadores:

- O desejar ter mais de dois filhos;
- O ter dois ou mais irmãos;
- O nunca ter coabitado²⁶ ou tê-lo feito antes dos 25 anos;
- O discordar das questões relativas à presença paterna e da compensação;
- O concordar com as questões relativas à presença materna na vida de uma criança em/até à idade escolar.

²⁶ Possivelmente porque se casaram sem terem previamente coabitado, pois muitos respondentes casados não experienciaram a coabitação.

Recorde-se, uma vez mais, que os fatores potenciadores devem ser interpretados como aqueles que propiciam um determinado evento, que nesta secção se refere à transição para o segundo filho. Estes fatores devem ser encarados como aqueles que levaram os indivíduos que transitaram para o segundo filho a fazê-lo mais cedo. Esta perspectiva reforça a análise realizada na secção 4.2, através das curvas de probabilidades (Figura 4.5) que indicavam para homens e mulheres um comportamento relativamente homogéneo na sua transição para o segundo filho, apresentando uma diferença nas idades médias de aproximadamente 3 anos (2,45 anos).

Se na transição para a parentalidade, o sexo e a educação surgem como duas das variáveis fundamentais para a explicação do adiamento da entrada na parentalidade, já na transição para o segundo filho parecem não existir diferenças entre homens e mulheres, uma vez que esta variável sexo não se revelou significativa, bem como parece não existirem diferenças dependentes do nível de instrução (Tabela C.8 do Anexo C). No entanto, mantém-se a importância da fecundidade desejada, do número de irmãos, da idade à primeira coabitação e da variável compensação. A estas, acresce agora o efeito da opinião sobre a presença paterna e materna.

4.3.3. A transição para o terceiro filho

A semelhança em termos do comportamento dos indivíduos com dois e três filhos, identificada na Figura 4.5 4.5b e Figura 4.5d através da proporção cumulativa de nascimentos, contrasta, contudo, com o número efetivo de indivíduos que transitaram do segundo para o terceiro filho. Somente 16 % de homens e mulheres transitaram do segundo filho para o terceiro (Figura 4.6). Porém, e como referido na secção introdutória deste capítulo, esta tendência

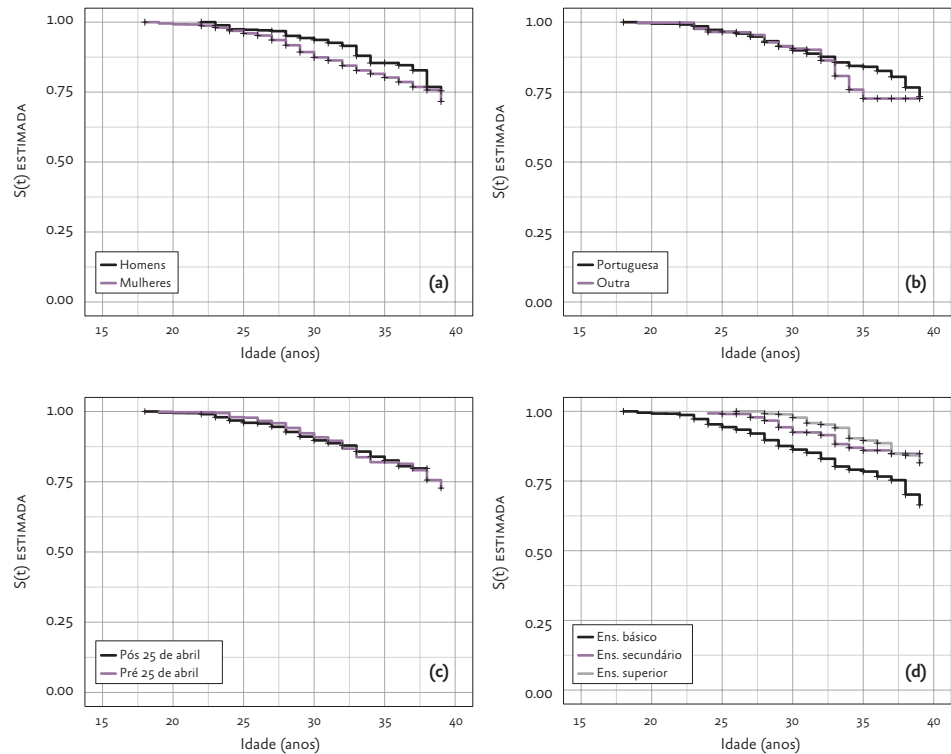
é transversal à maioria dos países europeus, observando-se, nomeadamente, naqueles que apresentam um número médio de filhos por mulher inferior a 1,5 (Mills e Balbo, 2011; Frejka, 2010; Kohler *et al.*, 2005; Berinde, 1999).

Com o acentuar da tendência de um número médio de filhos que fica essencialmente pelo primeiro nascimento (Tomé, 2015; Sobotka e Beaujouan, 2014), em que uma reduzida proporção transita para o segundo filho, importa compreender quais os determinantes na transição para o terceiro. No contexto desta transição, e considerando a abordagem metodológica utilizada nas anteriores análises, a obtenção da idade mediana em função de cada uma das variáveis em estudo e para cada uma das suas categorias é condicionada pelo reduzido número de observações. Ainda assim, recordemos que a idade média de homens e mulheres com dois filhos que transitaram para o terceiro é de, aproximadamente, 35 e 32 anos, respetivamente (Tabela 4.6).

Na Figura 4.26 apresentam-se as curvas K-M relativas a quatro características principais do indivíduo, a saber, o sexo, a naturalidade, a geração e o nível de instrução do próprio.

- Dos indivíduos com dois filhos e que transitaram para o terceiro, apesar da probabilidade de transição das mulheres ser maior que a dos homens, estas diferenças não são significativas. O período de maior risco de transitar ocorre a partir dos 27 anos (Figura 4.26a).
- No caso da naturalidade (Figura 4.26b), observa-se um comportamento semelhante para os indivíduos portugueses e para os restantes até aos 32/33 anos, sendo que após estas idades o risco de transitar para o terceiro filho parece ser maior para os indivíduos nascidos fora de Portugal. Contudo, a diferença entre as duas curvas K-M não é estatisticamente significativa.
- Numa perspetiva estritamente demográfica, a questão da geração de pertença é fundamental, procurando-se, por isso, identificar diferenças de comportamento entre indivíduos nascidos antes e depois da Revolução de abril de 1974. No entanto, verifica-se que na transição para o terceiro filho não existem efetivamente diferenças entre gerações (Figura 4.26c).
- Relativamente à variável nível de instrução (Figura 4.25.d), observa-se que, uma vez mais, são aqueles que apresentam níveis de escolaridade mais baixos os que mais cedo transitam para o terceiro filho. Observa-se também que as duas curvas K-M para os ensinos secundário e superior são muito próximas.

Figura 4.26 Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: sexo (a), naturalidade (b), geração (c) e nível de instrução do próprio (d).

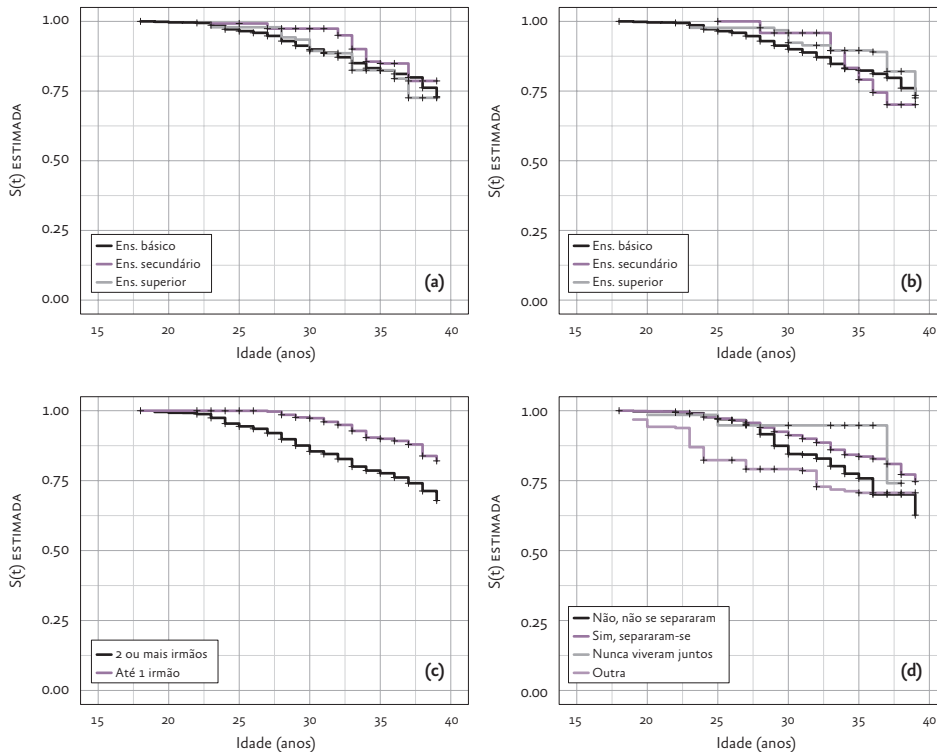


A tomada de decisão da transição para o terceiro filho, assim como para as anteriores transições, pode ser condicionada pelo agregado familiar de origem, em que características como o nível de instrução do pai ou da mãe, o número de irmãos e a existência ou não de separação dos pais são fatores importantes. Assim, na Figura 4.27 é possível analisar a transição para o terceiro filho, de acordo com estas variáveis.

- Relativamente à influência do nível de instrução do pai e da mãe (Figura 4.27a e Figura 4.27b), não se registam diferenças significativas entre os três níveis de instrução.
- A dimensão do agregado parental de origem, nomeadamente, o número de irmãos que cada indivíduo tem, pode aumentar ou diminuir as probabilidades de este desejar ter uma família de maior dimensão. A Figura 4.27c reflete de certa forma a tendência observada nas anteriores transições (Figura 4.8c e Figura 4.18c), em que são aqueles com dois ou mais irmãos que mais cedo transitam para o filho seguinte, neste caso, para o terceiro filho.
- Ainda no âmbito da influência do agregado parental de origem, em função do facto de os pais se terem ou não separado (Figura 4.27d),

os comportamentos são semelhantes, e as diferenças observadas, nomeadamente, um maior risco de transição a partir dos 30 anos no caso em que os pais não se separaram, não são estatisticamente significativas.

Figura 4.27 Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: nível de instrução do pai (a), nível de instrução da mãe (b), número de irmãos (c) e existência de separação dos pais (d)



O adiamento do início da coabitação/casamento é condicionado, à partida, pelo adiamento da saída de casa dos pais, que influencia posteriormente a idade em que os pais transitam também para as paridades seguintes, quando o decidem fazer. No entanto, também a idade ao primeiro emprego poderá influenciar as referidas transições, uma vez que os jovens casais só mais tardiamente atingem a estabilidade económica e profissional (Billari e Kohler, 2002; Bettio e Villa, 1998). Na Figura 4.28 é possível analisar a forma como os indivíduos transitam para o terceiro filho, de acordo com a idade com que estes deixaram o agregado parental de origem, a idade à primeira coabitação, o estado civil e a idade ao primeiro emprego.

- Os indivíduos que viviam ainda com o agregado parental de origem aquando do nascimento do primeiro filho são os que mais cedo transitaram para o terceiro filho. Já os indivíduos que mais tarde deixaram o seu agregado de origem apresentam o menor risco de transitar para o

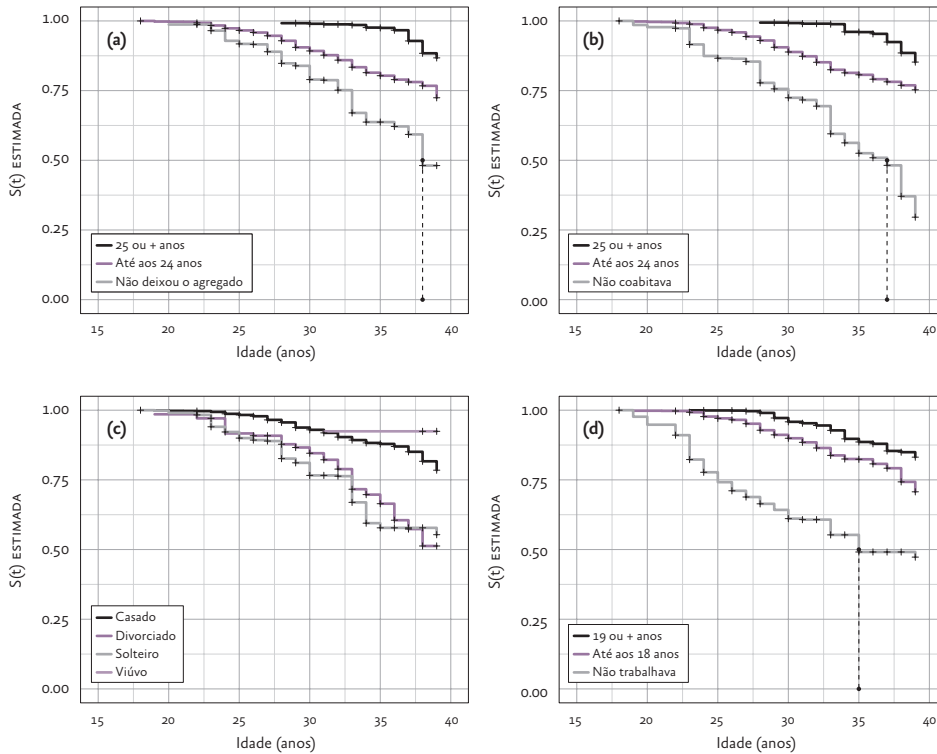
terceiro filho, sendo apenas depois dos 35 anos que esse risco se torna mais relevante. Numa situação intermédia encontram-se os indivíduos que deixaram o agregado de origem antes dos 25 anos (Figura 4.28a).

- Por analogia, a idade à primeira coabitação (Figura 4.28b) apresenta comportamentos em tudo semelhantes aos observados na variável anterior, em que são aqueles que não coabitam ou não coabitavam antes do nascimento do primeiro filho que mais cedo transitam para o terceiro nascimento. São, por sua vez, os que experienciaram a primeira coabitação depois dos 25 anos os que têm menor risco de transitar para o terceiro filho. Por exemplo, observa-se que, para uma pessoa de 35 anos, a probabilidade de ter transitado para o 3.º filho é um pouco menos de 50 % caso não tenha coabitado antes do nascimento do primeiro, cerca de 20 % caso o tenha feito até aos 24 anos e apenas de 5 % no caso de ter coabitado com 25 ou mais anos.

- Na transição para o terceiro filho, relativamente ao estado civil (Figura 4.28c), podemos identificar comportamentos análogos entre divorciados e solteiros, com probabilidades de transição muito próximas. Por outro lado, os casados são os que mais tarde fazem a transição para o terceiro filho.

- Os indivíduos que começaram a trabalhar depois dos 18 anos (Figura 4.28d) são os que mais tarde transitam para o terceiro filho, comparativamente com os que começaram a trabalhar antes, o que aliás se tinha observado na transição para a parentalidade (Figura 4.9d) e para o segundo filho (Figura 4.19d). São os que aquando do nascimento do seu primeiro filho não trabalhavam que mais cedo transitam para os segundo e terceiro filhos, apresentando nesta última transição um risco maior até aos 35 anos.

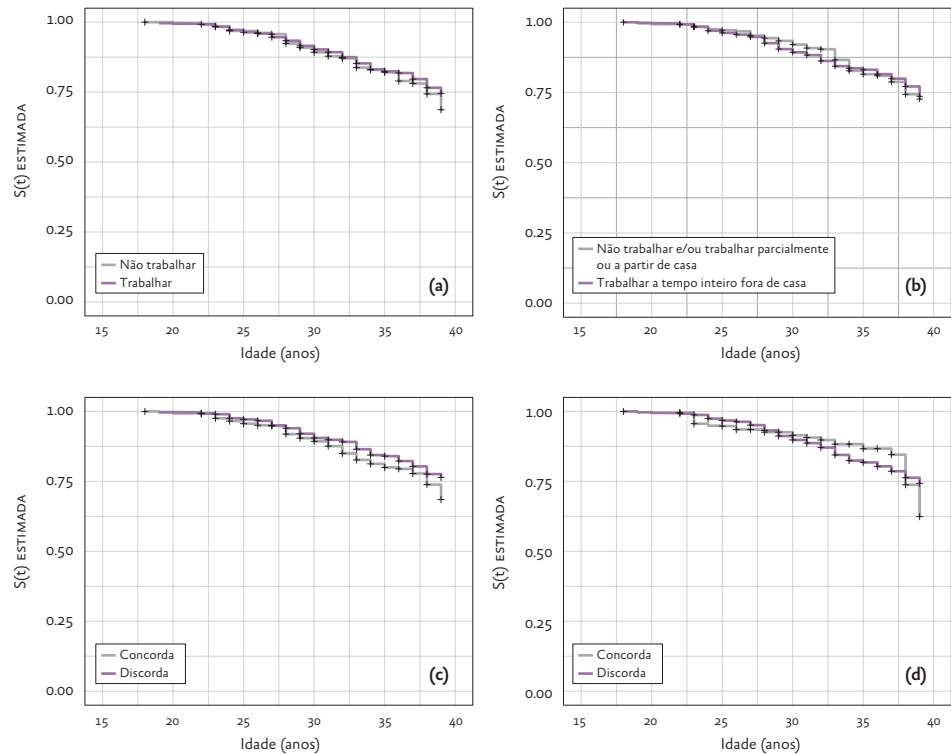
Figura 4.28 Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: idade a que deixou de residir com o agregado parental de origem (a), idade a que coabitou pela primeira vez (b), estado civil (c) e idade ao primeiro emprego (d).



A possibilidade de conciliação materna e paterna entre trabalho e família e a opinião sobre a presença de ambos os pais até à idade escolar dos filhos podem ser igualmente fatores importantes da transição para o terceiro filho. A Figura 4.29 apresenta as curvas K-M relativas à opinião dos indivíduos sobre a conciliação materna e paterna entre trabalho e família e a opinião sobre a importância da presença materna e paterna junto dos filhos até à idade escolar.

- Relativamente à perceção da conciliação materna e paterna (Figura 4.29a e Figura 4.29b) não se identificam diferenças significativas na transição para o terceiro filho.
- Também não se registam diferenças significativas entre os indivíduos que concordam ou discordam de que é prejudicial para uma criança em/até à idade escolar que a mãe trabalhe fora de casa (Figura 4.29c) e os que concordam ou discordam de que é prejudicial que o pai trabalhe fora de casa.

Figura 4.29 Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: conciliação materna (a) e paterna em termos de trabalho e família (b) e a presença materna (c) e presença paterna (d).



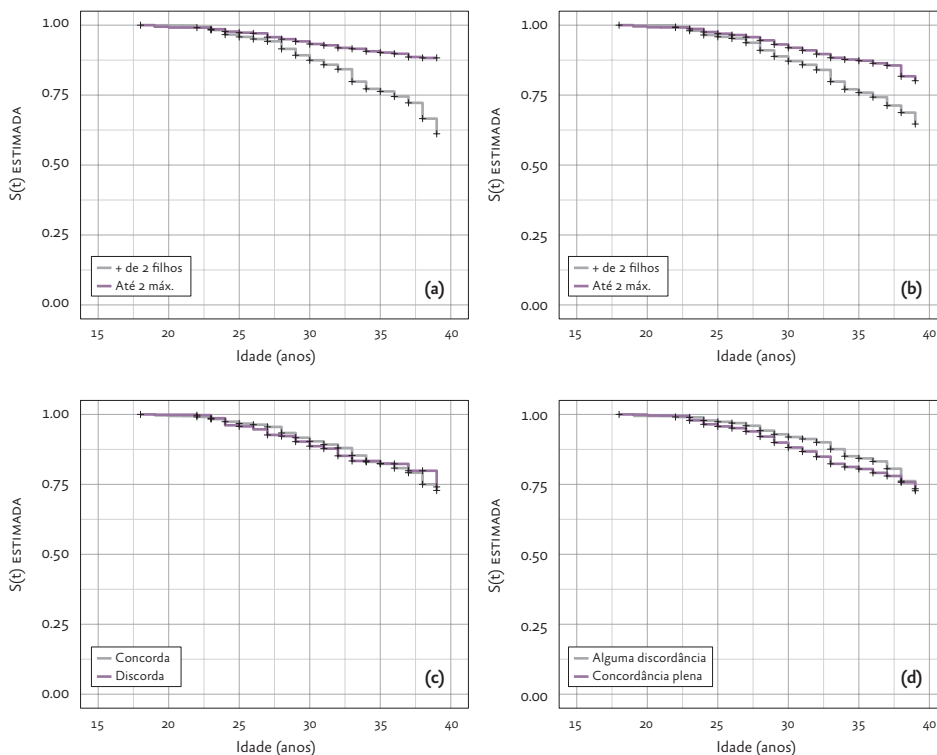
Sobotka e Beaujouan (2014) identificaram que, na sua maioria, os jovens casais europeus, embora desejem ter pelo menos dois filhos, nas últimas décadas apresentam uma forte tendência para permanecerem apenas com um filho único. Também a perceção dos indivíduos relativamente às questões relacionadas com a importância que cada qual atribui à constituição de uma família, tal como o facto de o nascimento de um filho ser considerado uma forma de realização pessoal, é destacada por Billari e Wilson (2001) como um fator importante nas transições entre as várias paridades.

A Figura 4.30 apresenta as curvas de transição para o terceiro filho, considerando a fecundidade desejada dos indivíduos, o número ideal de filhos numa família, qualquer que ela seja (não necessariamente a do indivíduo), a importância da família e a realização pessoal através da parentalidade.

- Os indivíduos que desejam um número de filhos maior que dois (Figura 4.30a), bem como aqueles que consideram que para uma família o número ideal de filhos é também superior a dois (Figura 4.30b) são os que mais cedo transitam para o terceiro filho, apresentando em ambos os casos um risco maior depois dos 28 anos.

- Relativamente às questões relacionadas com a importância da família (Figura 4.30c), não se identificam diferenças significativas na transição para o terceiro filho. Não existem, assim, diferenças entre os que concordam e os que discordam de que uma criança precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada.
- Também não se registam diferenças significativas entre aqueles que concordam e aqueles que discordam de que um homem ou uma mulher precisam de um filho para se sentirem realizados, apesar de graficamente parecer que os que concordam têm um risco ligeiramente maior, nomeadamente depois dos 27/28 anos (Figura 4.30d).

Figura 4.30 Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: fecundidade desejada (a), número ideal de filhos numa família (b), importância da família (c) e realização pessoal (d).



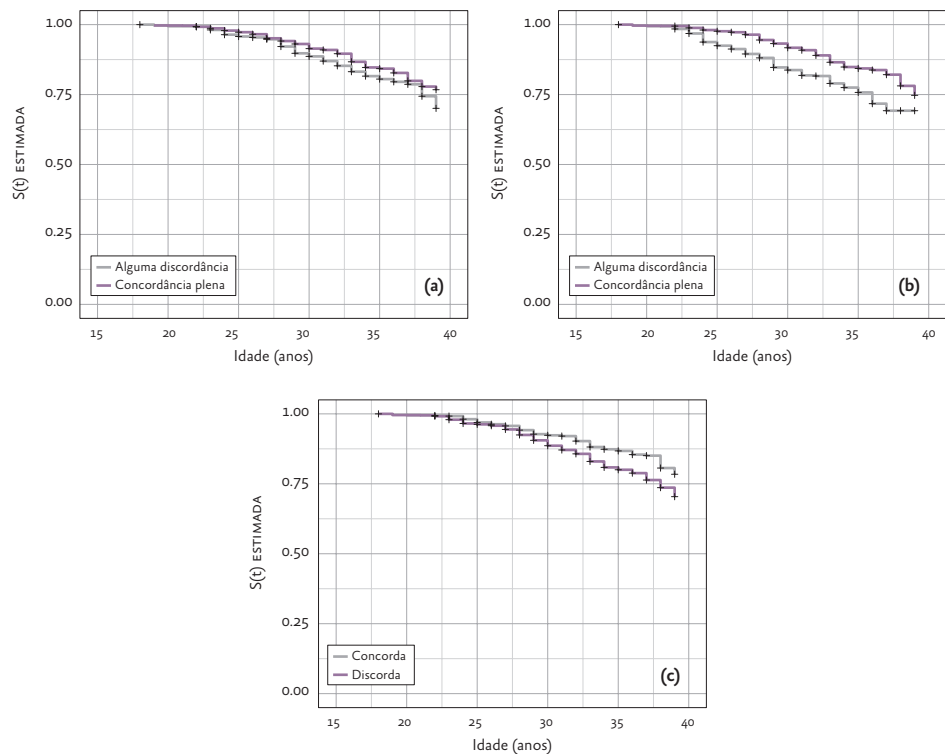
Finalmente, e ainda no contexto dos valores individuais e sociais relacionados com o adiamento da entrada na parentalidade e paridades seguintes, a Figura 4.31 apresenta-nos a transição para o terceiro filho, considerando as variáveis que relatam a perceção relativamente à autonomia feminina, ao adiamento da fecundidade por parte das mulheres e à compensação.

- Não se registam diferenças significativas entre os indivíduos que discordam e os que não discordam da importância da capacidade de uma

mulher conciliar vida profissional e vida familiar de forma equilibrada, bem como da sua aptidão em criar um filho sozinha (Figura 4.31a).

- Relativamente às questões do adiamento da entrada na parentalidade, avaliado quer através do desejo por uma vida profissional bem-sucedida, quer pelas implicações do adiamento em si, observam-se diferenças significativas, contrariamente ao que acontecia nas anteriores transições (Figura 4.31b). São efetivamente aqueles que apresentam alguma discordância em relação a estas questões que mais cedo transitam para o terceiro filho.
- Por fim, e no que às questões da compensação diz respeito, verifica-se que são aqueles que discordam de que é preferível ter apenas um filho com mais oportunidades e menos restrições do que ter mais filhos que têm um maior risco de transitar para o terceiro filho, mas as diferenças são apenas significativas a partir dos 30 anos (Figura 4.31c).

Figura 4.31 Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: autonomia feminina (a), adiamento (b) e compensação (c).

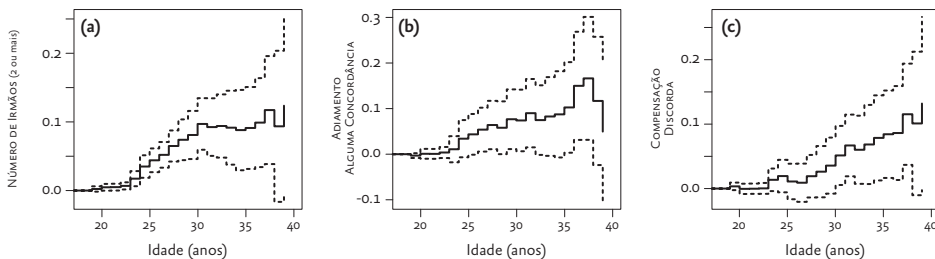


Também para o caso da transição para o terceiro filho, começámos por ajustar um modelo de Cox cujos coeficientes, bem como os respetivos desvios-padrão estimados e valores p associados, são apresentados na Tabela C.15 (Anexo C).

Uma vez mais, e à semelhança do que aconteceu nas transições anteriores, também nesta transição, para algumas das variáveis consideradas, não se verificou o pressuposto dos riscos proporcionais. Considerando as mesmas variáveis do modelo de Cox, ajustou-se o modelo aditivo de Aalen (Tabela C.16 do Anexo C). O efeito de cada variável foi novamente analisado com base na representação gráfica das estimativas acumuladas e respetivos intervalos de confiança a 95 %.

- O facto de se terem dois ou mais irmãos aumenta o risco de transição para o terceiro filho até aos 30 anos (mais acentuado a partir dos 25 anos), sendo a partir dessa idade a diferença dos riscos acumulados aproximadamente constante (Figura 4.32a).
- Para os indivíduos que discordam parcialmente das questões do adiamento, o risco de transição é maior entre os 25 e os 32/33 anos (Figura 4.32b).
- Os indivíduos que discordam de que é preferível ter apenas um filho com mais oportunidades e menos restrições do que ter mais filhos têm um maior risco de transitar para o terceiro filho, mas apenas entre os 30 e os 38 anos (Figura 4.32c).

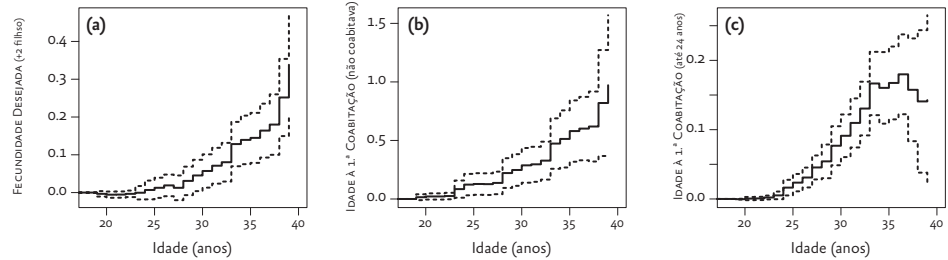
Figura 4.32 Função de regressão acumulada e respetivos intervalos de confiança a 95 % para indivíduos com dois ou mais irmãos vs. indivíduos com no máximo um irmão (a); para aqueles que discordam parcialmente das questões do adiamento vs. os que concordam plenamente (b); para os que discordam de que é preferível ter apenas um filho com mais oportunidades e menos restrições do que ter menos filhos vs. os que concordam (c).



- Quem deseja ter mais de dois filhos tem maior risco de transição, sendo a diferença significativa depois dos 30 anos (Figura 4.33a).
- Por outro lado, aqueles que não coabitavam ao nascimento do primeiro filho²⁷ apresentam um maior risco em transitarem para o terceiro filho do que os que coabitaram com 25 ou mais anos, parecendo esse risco acentuar-se próximo dos 35 anos (Figura 4.33b).
- Os indivíduos que coabitaram antes dos 25 anos têm um maior risco de transição entre os 25 e os 35 anos, sendo a partir dessa idade a diferença dos riscos acumulados, entre estes e os que coabitaram com 25 ou mais anos, aproximadamente constante (Figura 4.33c).

²⁷ Provavelmente, o facto de não ter coabitado pode indicar que é solteiro ou que se tenha casado sem coabitar.

Figura 4.33 Função de regressão acumulada e respetivos intervalos de confiança a 95 % para indivíduos que desejam ter mais de dois filhos vs. indivíduos que desejam ter no máximo dois (a); para aqueles que nunca coabitaram vs. aqueles que coabitaram pela primeira vez depois dos 25 (b); para aqueles que coabitaram pela primeira vez antes dos 25 vs. aqueles que coabitaram pela primeira vez depois dos 25 (c).



Considerou-se também nesta transição o ajustamento de modelos paramétricos, mas os ajustamentos ainda apresentaram resultados menos aceitáveis do que os obtidos para as transições anteriores, pelo que optámos por não apresentar os resultados de qualquer modelo.

Em síntese, são fatores potenciadores na transição para o terceiro filho:

- O desejar ter mais de dois filhos;
- O ter dois ou mais irmãos;
- O nunca ter coabitado ou tê-lo feito antes dos 25 anos;
- O discordar das questões relativas ao adiamento e à compensação.

4.4. A transição para os que adiaram até aos 40 e mais anos

Nas anteriores análises, procurou-se encontrar os fatores determinantes nas diferentes transições para os indivíduos entre os 18 e os 39 anos, considerando ainda, numa primeira abordagem, as mulheres grávidas no ano de 2013. Na presente secção procura-se dar resposta à caracterização dos indivíduos que transitaram para as diferentes paridades depois dos 40 anos (primeiro, segundo e terceiro filhos).

Sendo que o número de nascimentos depois dos 40 anos é reduzido em Portugal e que 80 % dizem respeito ao nascimento do primeiro filho, enquanto os restantes 20 % correspondem aos segundos e terceiros nascimentos, a presente análise foca-se, por essa razão, na transição para o primeiro e segundo filhos.

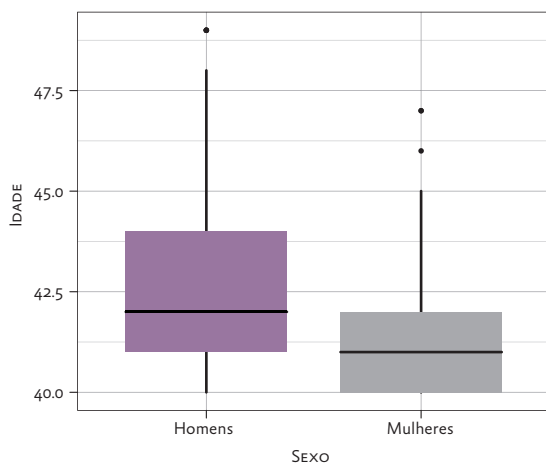
A análise apresentada nesta secção é diferente das anteriores, assentando essencialmente numa análise descritiva recorrendo a gráficos do tipo mosaico, a partir dos quais serão caracterizadas as proporções de indivíduos em função de diferentes características sociodemográficas.

4.4.1. A transição para a parentalidade a partir dos 40 anos

Na transição para a parentalidade a partir desta idade, importa desde já referir que os nascimentos ocorridos depois dos 39 anos pertencem essencialmente a homens, com uma representatividade de aproximadamente 73 % do total de primeiros filhos.

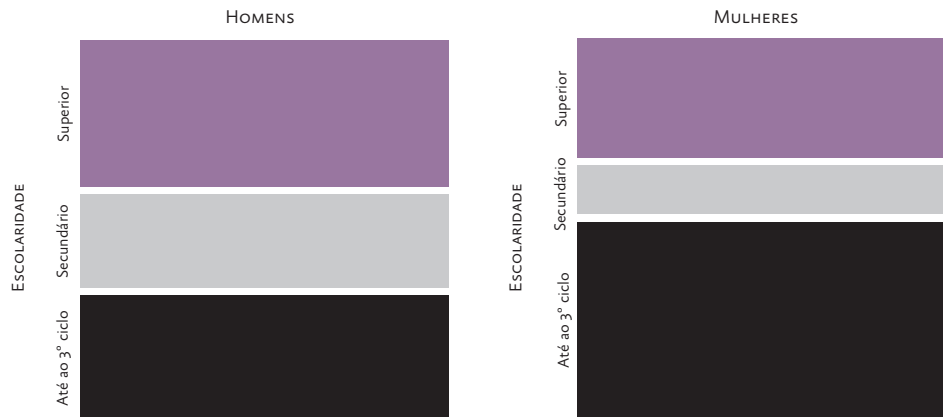
Os homens e as mulheres que transitaram para a parentalidade depois dos 39 anos fizeram-no, maioritariamente (78 %), entre os 40 e os 44 anos (Figura 4.34). Metade das mulheres fê-lo até aos 41 anos, enquanto para os homens a idade mediana regista mais um ano de idade (42 anos). Observa-se uma maior dispersão nas idades em que os homens entraram na parentalidade, o que é explicado pelo facto de para eles o ciclo reprodutivo se prolongar até idades mais tardias do que para as mulheres.

Figura 4.34 Distribuição da idade dos indivíduos que transitaram para o primeiro filho a partir dos 40 anos, por sexo.



Quanto ao nível de instrução, verifica-se na Figura 4.35 que, para homens e mulheres, o nível de ensino menos comum é o secundário, com uma frequência de 25 % e 13 %, respetivamente. Contudo, as diferenças entre sexos evidenciam-se no nível de instrução mais comum em cada um. De entre os homens que transitaram para a parentalidade depois dos 39 anos, 40 % têm ensino superior. No caso das mulheres predominam os níveis de instrução mais baixos, com uma frequência de aproximadamente 54 % até ao 3.º ciclo do ensino básico.

Figura 4.35 Distribuição do grau de instrução dos indivíduos dos 40 aos 49 anos que transitaram para o primeiro filho depois dos 40 anos, por sexo.



Quase 90 % dos indivíduos, quer homens, quer mulheres, que tiveram o primeiro filho após os 40 anos são portugueses (Tabela 4.7), sendo que estes homens e mulheres apresentam proporções idênticas.

De entre os indivíduos que transitaram para a parentalidade, 60 % vivem com cônjuge. Contudo, quando estes valores são analisados por sexos, verifica-se que é entre os homens que esta situação é mais comum (aproximadamente 66 %), enquanto 45 % das mulheres vivem com cônjuge e 45 % vivem com companheiro (Tabela 4.7).

Ao nível de instrução está muitas vezes associada a questão da estabilidade económica. Nesse sentido, considerando o rendimento *per capita* do agregado familiar (Tabela 4.7), verificamos que entre as mulheres que transitaram para o primeiro filho a partir dos 40 anos predominam os rendimentos *per capita* baixos (até 500 €). Porém, entre os homens esta questão inverte-se, uma vez que é mais comum um nível de rendimentos mais elevado (mais de 1000 €). Uma vez mais recordemos que são os homens com níveis de instrução mais elevados os que mais transitaram, logo aqueles que podem apresentar rendimentos *per capita* superiores em oposição às mulheres.

Um pouco mais de metade dos indivíduos que transitaram tem dois ou mais irmãos. Tendo em consideração o que nos diz a teoria da individualização, e embora a proporção não seja muito superior em relação à dos indivíduos com até um irmão, estas diferenças podem ser explicadas pelo impacto que o contexto familiar de origem possa ter no indivíduo (Beck e Beck-Gernsheim, 2002). De seguida iremos centrar a nossa atenção em algumas variáveis que permitam caracterizar aquele contexto.

Mais de 80 % dos indivíduos que transitaram para o primeiro filho aos 40 anos ou mais são filhos de pai e/ou mãe com, no máximo, o 3.º ciclo do ensino

básico. Esta característica é em tudo semelhante entre homens e mulheres. Não podemos deixar de ter em atenção que os pais destes indivíduos pertencem a gerações onde os baixos níveis de instrução são mais comuns.

No caso de mais de 90 % os pais nunca se separaram (Tabela 4.7). Também neste caso devemos ter em atenção que os pais destes indivíduos pertencem a gerações onde não era muito vulgar os indivíduos se separarem.

Tabela 4.7 Algumas características dos indivíduos dos 40 aos 49 anos que transitaram para o primeiro filho depois dos 40 anos, por sexo.

Variável	categorias	% todos (H+M)	% mulheres	% homens
Naturalidade	Portuguesa	86,9	87,6	86,7
	Outra	13,1	12,4	13,3
Estado civil	Solteiro	54,7	49,4	56,2
	Casado	35,6	41,8	33,9
	Divorciado	9,7	8,8	9,9
	Viúvo	-	-	-
Situação conjugal atual	Não tem/vive com cônjuge/companheiro(a)	11,2	9,7	11,7
	Vive com cônjuge	60,2	45,2	65,9
	Vive com o(a) companheiro(a)	28,6	45,1	22,4
Rendimento <i>per capita</i>	Até 500 €	37,0	48,0	32,9
	Entre 500 € e 1000 €	28,2	31,7	26,9
	Mais de 1000 €	34,8	20,3	40,2
N.º de irmãos	Até 1 irmão	43,5	47,9	41,8
	2 ou mais irmãos	56,5	52,1	58,2
Nível de escolaridade do pai	Até ao 3.º ciclo	81,6	78,4	82,6
	Secundário	7,5	6,6	7,7
Nível de escolaridade da mãe	Superior	11,1	15,0	9,7
	Até ao 3.º ciclo	87,5	85,9	88,1
	Secundário	8,7	6,2	9,7
Existência de separação dos pais	Superior	3,8	7,9	2,2
	Não	96,5	87,6	100,0
Idade à primeira coabitação	Sim	3,5	12,4	0,0
	Até aos 24 anos	9,2	12,2	8,2
Idade ao primeiro emprego	Aos 25 ou mais anos	90,8	87,8	91,8
	Até aos 18 anos	49,2	38,9	52,9
	Entre os 18 e os 22 anos	17,9	18,8	17,6
Número ideal de filhos para uma família	23 ou mais anos	32,9	42,3	29,5
	Menos de dois filhos	2,1	7,9	0,0
	2 filhos	56,1	61,6	54,0
Fecundidade desejada	Mais de 2 filhos	41,8	30,5	46,0
	Menos de dois filhos	18,9	27,2	15,8
	2 filhos	37,5	37,6	37,4
	Mais de 2 filhos	43,6	35,2	46,8

Na transição para a parentalidade, a idade a que o indivíduo coabita pela primeira vez, bem como a idade ao primeiro emprego são fatores determinantes para a concretização da transição (Tomé, 2015). No caso dos indivíduos com idades entre os 40 e os 49 anos que transitaram para a parentalidade (pela primeira vez) após os 40 anos, mais de 90 % coabitaram pela primeira vez somente a partir dos 25 anos (Tabela 4.7). Além disso, ao considerar a idade ao primeiro emprego, observa-se que cerca de metade começou a trabalhar antes dos 18 anos. Contudo, o comportamento não é transversal a ambos os sexos. Entre os homens, mais de metade começou a trabalhar mais cedo, enquanto entre as mulheres o mais frequente foi a entrada mais tardia no mercado de trabalho (42 %).

Considerando o número ideal de filhos para uma família e a fecundidade desejada por estes indivíduos, destaca-se, logo à partida, uma diferença no comportamento entre as duas variáveis (Tabela 4.7). Assim, o mais comum entre os indivíduos que só transitaram para a parentalidade após os 40 é considerarem que o número ideal de filhos numa família é de dois. No entanto, dividem-se quanto ao número desejado de filhos, repartindo-se entre os dois e os 3 ou mais filhos. Estas transições tardias elucidam-nos a respeito do quanto a fecundidade desejada ou idealizada poderá ficar aquém da fecundidade realizada, já que é reduzida (20 %) a proporção daqueles que avançaram para um segundo ou terceiro nascimento.

No contexto da transição para a parentalidade, foi anteriormente identificada, ao longo deste capítulo, a importância das questões dos valores parentais, atitudes e normas sociais na concretização da fecundidade. Assim, de entre os indivíduos que tiveram o primeiro filho aos 40 ou mais anos, considerando a sua opinião em questões relativas à realização pessoal (Tabela 4.8), existe uma divisão entre sexos, na medida em que mais de 60 % das mulheres revelam alguma discordância de que “uma mulher ou um homem precisam de ter filhos para se sentirem realizados”; no caso dos homens, 58 % concordam totalmente com esta afirmação.

Tabela 4.8 Alguns valores dos indivíduos dos 40 aos 49 anos que transitaram para o primeiro filho depois dos 40 anos, por sexo.

Variável	categorias	% todos (H+M)	% mulheres	% homens
Realização pessoal ¹	Concordância plena	52,9	38,4	58,4
	Alguma discordância	47,1	61,6	41,6
Autonomia feminina ²	Concordância plena	65,3	69,7	63,7
	Alguma discordância	34,7	30,3	36,3
Adiamento da fecundidade ³	Concordância plena	69,9	53,8	76,0
	Alguma discordância	30,1	46,2	24,0
Compensação ⁴	Concorda	39,5	49,5	35,8
	Discorda	60,5	50,5	64,2

¹ Uma mulher ou homem precisa de ter filhos para se sentir realizada(o)?

² As mães que trabalham fora de casa podem ter uma relação tão boa com os seus filhos quanto as mães que trabalham em casa? E uma mulher pode criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável?

³ O desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social ativa influencia a decisão das mulheres sobre não terem filhos? E as mulheres adiam o nascimento dos filhos e acabam por desistir de ter filhos devido à sua idade?

⁴ É preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições do que ter mais filhos?

Destaca-se ainda que cerca de 65 % dos indivíduos que transitaram nesta idade concordam que as mães que trabalham fora de casa podem ter uma relação tão boa com os seus filhos quanto as mães que trabalham em casa, e também que uma mulher pode criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável (Tabela 4.8).

Do mesmo modo, cerca de três em cada quatro homens que transitaram para a parentalidade aos 40 ou mais anos concordam plenamente que o “desejo de uma carreira profissional e social ativa leva as mulheres a não terem filhos”, assim como que “as mulheres adiam o nascimento dos seus filhos por tanto tempo que acabam por desistir devido à sua idade”. Entre as mulheres regista-se uma divisão na opinião sobre esta questão.

As mulheres também se dividem na opinião que têm sobre se “é preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições do que ter mais filhos”, enquanto os homens tendem a discordar desta afirmação.

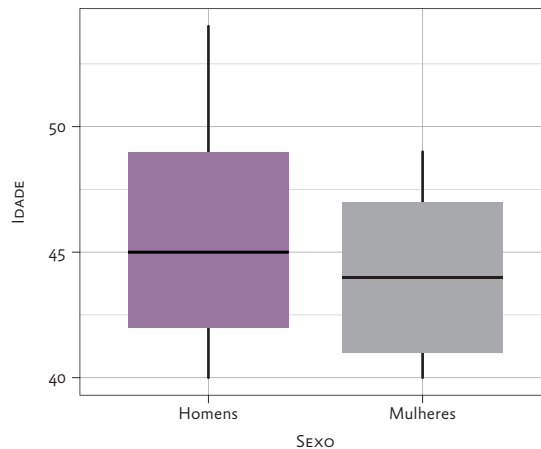
4.4.2. A transição para o segundo filho

Caracterizados os indivíduos que entraram na parentalidade a partir dos 40 anos, importa agora caracterizar os indivíduos que transitaram para o segundo filho nas mesmas idades. Incluem-se nesta análise as mulheres que tiveram o seu segundo filho entre os 40 e os 49 anos e os homens entre os 49 e os 54 anos.

Numa análise em função do sexo e da idade (Figura 4.36), verifica-se que, na transição para o segundo filho com 40 e mais anos, metade das mulheres fê-la até aos 44 anos, enquanto os homens a fizeram até aos 45. Importa também

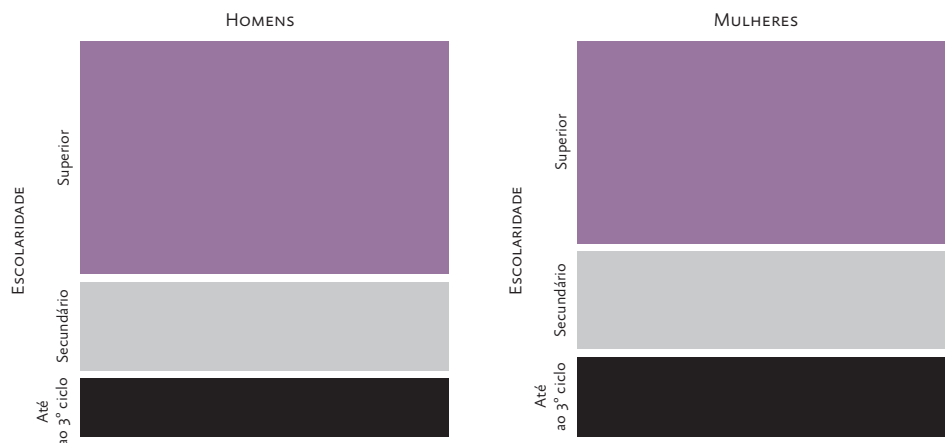
referir que estes nascimentos se encontram divididos entre 60 % para homens e 40 % para mulheres.

Figura 4.36 Distribuição da idade dos indivíduos que transitaram para o segundo filho depois dos 40 anos, por sexo.



Quase 90 % dos indivíduos que transitaram para o segundo filho após os 40 anos são portugueses (Tabela 4.7) e possuem níveis de instrução elevados. Contrariamente ao observado entre os que tiveram o seu primeiro filho nas mesmas idades, homens e mulheres que tiveram o segundo filho têm níveis de instrução similares, predominando entre ambos o nível de ensino superior (Figura 4.37). Desta forma, apesar do indiscutível protelamento dos projetos parentais originado pelo aumento dos níveis de escolaridade, são as pessoas mais instruídas as que ainda conseguem ampliar a sua família em idades mais tardias.

Figura 4.37 Distribuição do grau de instrução dos indivíduos dos 40 aos 49 anos que transitaram para o segundo filho depois dos 40 anos, por sexo.



De entre os indivíduos que aos 40 anos ou depois transitaram para o segundo filho, mais de 75 % vivem com cônjuge. Observa-se, contudo, uma incidência maior entre os homens. Destaca-se ainda que de entre as mulheres que transitaram para o segundo filho aproximadamente 20 % vivem fora de uma relação conjugal, casamento ou coabitação (Tabela 4.1).

Também em oposição ao observado na transição para o primeiro filho, em cuja análise diferenças ao nível do rendimento *per capita* do agregado foram observadas entre homens e mulheres, na transição para o segundo filho verifica-se que mais de 60 % dos indivíduos que transitaram são os que apresentavam mais baixo rendimento, não existindo diferenças significativas entre homens e mulheres.

Mais de metade destes homens e mulheres tem dois ou mais irmãos. Uma vez mais, este comportamento pode ser explicado pela transformação de comportamentos, por um crescente processo de individualização na sociedade, bem como pelo facto de as gerações mais velhas terem tradicionalmente famílias de maior dimensão. Beck (1992) defende que, embora os valores sociais e a forma como a família é encarada na sociedade tenham mudado, na verdade, os indivíduos pertencentes a gerações mais velhas (e mesmo os mais novos) permanecem fiéis a questões relacionadas com o seu processo de socialização, no qual a dimensão e a composição do seu agregado familiar de origem continuam a influenciar as suas decisões de fecundidade. Estas questões parecem explicar o facto de serem aqueles que provêm de famílias mais alargadas os que mais cedo transitam para a parentalidade, como também para as ordens de nascimento seguintes.

Para mais de 90 % dos indivíduos que transitaram para o segundo filho após os 40 anos, os seus pais possuem, no máximo, o 3.º ciclo do ensino básico, não existindo diferenças substanciais entre homens e mulheres e entre o nível de instrução dos seus pais e mães. Além disso, os pais nunca se separaram (Tabela 4.9). Na transição para a parentalidade e para o segundo filho, a idade em que o indivíduo coabita pela primeira vez, bem como a idade ao primeiro emprego pago são fatores relevantes para a concretização da transição, como aliás se referiu anteriormente.

Tabela 4.9 Algumas características dos indivíduos dos 40 aos 54 anos que transitaram para o segundo filho depois dos 40 anos, por sexo.

Variável	categorias	% todos (H+M)	% mulheres	% homens
Naturalidade	Portuguesa	87,3	85,8	88,4
	Outra	12,7	14,2	11,6
Estado civil	Solteiro	9,0	12,1	6,9
	Casado	77,5	72,5	80,7
	Divorciado	12,3	13,3	11,6
	Viúvo	1,2	2,1	0,8
Situação conjugal atual	Não tem/vive com cônjuge/companheiro(a)	14,3	20,9	10,0
	Vive com cônjuge	75,5	69,4	79,4
	Vive com o(a) companheiro(a)	10,2	9,7	10,6
Rendimento <i>per capita</i> do agregado familiar	Até 500 €	60,1	60,8	59,7
	Entre 500 € e 1000 €	24,5	26,5	23,2
	Mais de 1000 €	15,4	12,8	17,1
N.º de irmãos	Até 1 irmão	41,1	40,7	41,4
	2 ou mais irmãos	58,9	59,3	58,6
Nível de escolaridade do pai	Até ao 3.º ciclo	90,9	90,1	91,5
	Secundário	5,5	7,0	4,5
	Superior	3,6	2,9	4,0
Nível de escolaridade da mãe	Até ao 3.º ciclo	91,9	91,3	92,2
	Secundário	4,9	4,7	5,0
	Superior	3,2	4,0	2,8
Existência de separação dos pais	Não	89,7	86,5	91,7
	Sim	10,3	13,5	8,3
Idade à primeira coabitação	Até aos 24 anos	41,9	53,2	34,7
	Aos 25 ou mais anos	58,1	46,8	65,3
Idade ao primeiro emprego	Até aos 18 anos	63,1	52,7	69,7
	Entre os 18 e os 22 anos	22,8	30,6	17,8
	23 ou mais anos	14,1	16,7	12,5
Número ideal de filhos para uma família	Menos de dois filhos	4,0	3,8	4,1
	2 filhos	65,6	64,2	66,5
	Mais de 2 filhos	30,4	32,0	29,4
Fecundidade desejada	Menos de dois filhos	16,1	20,4	13,3
	2 filhos	58,6	52,5	62,6
	Mais de 2 filhos	25,3	27,1	24,1

O mais comum (65 %) para os homens foi coabitar pela primeira vez somente aos 25 anos ou mais tarde, enquanto mais de metade das mulheres começou a coabitar antes dos 25 anos. Em oposição, a maioria dos que transitaram para o segundo filho, independentemente do sexo, começou a trabalhar antes dos 18 anos de idade.

Tendo em consideração o número ideal de filhos para uma família e a fecundidade desejada, destaca-se, à partida, uma grande semelhança no comportamento das duas variáveis (Tabela 4.9). É transversal a preferência pelo número 2, quer no ideal, quer no número desejado de filhos.

De entre os indivíduos que tiveram o seu segundo filho aos 40 ou mais anos, considerando a sua opinião individual em questões relativas à realização pessoal e à autonomia feminina (Tabela 4.9), existe uma divisão de opiniões entre sexos. Mais de metade das mulheres refere alguma discordância de que “uma mulher ou um homem precisam de ter filhos para se sentirem realizados”, enquanto os homens tendem a concordar totalmente com esta questão. Mais de 50 % das mulheres concordam plenamente que “as mães que trabalham fora de casa podem ter uma relação tão boa com os seus filhos quanto as mães que trabalham em casa” e também que “uma mulher pode criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável” (Tabela 4.9). Em sentido oposto, mais de 50 % dos homens apresentam alguma discordância em relação a estas afirmações.

Tabela 4.10 Alguns valores dos indivíduos dos 40 aos 54 anos que transitaram para o segundo filho depois dos 40 anos, por sexo.

Variável	categorias	% todos (H+M)	% mulheres	% homens
Realização pessoal ¹	Concordância plena	50,5	43,0	55,5
	Alguma discordância	49,5	57,0	44,5
Autonomia feminina ²	Concordância plena	49,0	56,2	44,3
	Alguma discordância	51,0	43,8	55,7
Adiamento ³	Concordância plena	79,5	74,2	83,1
	Alguma discordância	20,5	25,8	16,9
Compensação ⁴	Concorda	65,7	68,3	64,0
	Discorda	34,3	31,7	36,0

¹ Uma mulher ou homem precisa de ter filhos para se sentir realizada(o)?

² As mães que trabalham fora de casa podem ter uma relação tão boa com os seus filhos quanto as mães que trabalham em casa? E uma mulher pode criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável?

⁴ O desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social ativa influencia a decisão das mulheres sobre não terem filhos? E as mulheres adiam o nascimento dos filhos e acabam por desistir de ter filhos devido à sua idade?

³ É preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições do que ter mais filhos?

De entre os que tiveram o segundo filho, no grupo de idades em análise, podemos observar que pelo menos 3 em cada 4 concordam plenamente que “o desejo de uma carreira profissional e social ativa leva as mulheres a não terem filhos”, assim como que “as mulheres adiam o nascimento dos seus filhos por tanto tempo que acabam por desistir devido à sua idade”. Do mesmo modo, a maior parte (cerca de 65 %) dos indivíduos concorda que “é preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições do que ter mais filhos”.

4.5. Discussão dos resultados

A análise demográfica clássica assenta no estudo dos comportamentos de fecundidade femininos. No entanto, o presente estudo possibilita que a análise da fecundidade seja realizada tendo em conta homens e mulheres. A análise descritiva realizada ao longo deste trabalho corrobora os resultados defendidos por Zhang (2008), que identificou uma idade mediana de entrada na parentalidade para os homens superior à das mulheres (em média dois a três anos superior). No entanto, e apesar de homens e mulheres apresentarem comportamentos de entrada na parentalidade diferentes, interessa compreender e identificar os determinantes dessas transições.

A educação e o contexto social de origem dos indivíduos surgem, na literatura, como características essenciais, relacionadas com o adiamento da fecundidade ao nível individual. A evolução registada nos níveis educacionais e o aumento das possibilidades no mercado de trabalho intensificaram o impacto que o aumento do nível de instrução tem na decisão de se entrar na parentalidade (Bhrolcháin e Beaujouan, 2012). De facto, os resultados obtidos ao longo do estudo evidenciam que o nível de educação se destaca como uma das variáveis potenciadoras do adiamento da fecundidade. Kreyenfeld (2004), num estudo sobre as motivações e decisões de transição para a parentalidade, concluiu que, mais do que a economia, a educação é fator-chave no adiamento da fecundidade. Anteriormente, em 2002, a mesma autora identificou a existência de uma reduzida janela de tempo entre os nascimentos do primeiro e segundo filhos, resultado do adiamento na entrada para a parentalidade e da concentração nos anos imediatamente a seguir ao nascimento do primeiro filho da decisão de transitar para o segundo.

O constante e crescente adiamento da fecundidade foi também identificado por Bettio e Villa (1998) e por Billari e Kohler (2002) como estando associado ao adiamento da idade com que cada indivíduo deixa o seu agregado parental de origem, assim como à idade de entrada no mercado de trabalho. Na nossa análise não só foi possível identificar essa tendência, observando-se um adiantamento na parentalidade para aqueles que tardiamente deixaram a casa da sua infância e para os que mais tarde começaram a trabalhar, como foi ainda possível perceber que o início tardio da coabitação aumenta o tempo de espera para o nascimento do primeiro e segundo filhos.

Ainda que nesta análise o contexto social não seja objeto de estudo, o contexto familiar e a experiência familiar passada são partes importantes da análise e tidos em consideração como fatores potenciadores do adiamento da fecundidade. À semelhança de Castro Martin (1992), foi também possível identificar que a dimensão familiar de origem influencia as decisões de fecundidade. Indivíduos oriundos de famílias pequenas transitam mais tardiamente

para a parentalidade. Por oposição, o número de irmãos, o número de filhos desejados, bem como o número de filhos ideal para uma família parecem ser variáveis com uma influência positiva, como similarmente Cramer identificou num estudo de 1980. Estas três variáveis destacam-se já como influenciadoras do resultado final de fecundidade e parecem estar relacionadas entre si. Todavia, estas questões foram também identificadas mais recentemente por Sobotka e Beaujouan (2014). Embora nesta fase do nosso estudo não seja ainda possível identificar tal relação, foi já possível constatar que as estimativas das idades medianas daqueles que desejam ter dois ou mais de dois filhos; dos que consideram que o tamanho de uma família ideal é de dois ou mais de dois filhos; e dos que tiveram dois ou mais irmãos, são muito semelhantes, sendo estes que transitam mais cedo para a parentalidade e, conseqüentemente, mais cedo têm também o segundo filho.

A entrada na idade adulta e as formas de constituição duma família têm-se alterado nas últimas décadas, como referimos, enquanto resultado de uma nova sociedade caracterizada pela individualização, em que/na qual a livre escolha ao nível do indivíduo é atributo fundamental. As famílias atuais são o resultado de comportamentos cada vez mais heterogêneos que refletem diferentes valores individuais (Billari e Wilson, 2001), ainda que as normas morais socialmente impostas possam continuar a condicionar os comportamentos familiares e individuais (Micheli e Bernardi, 2003). Ao longo da nossa análise foi de certa forma possível identificar a existência de comportamentos individuais diferenciados que concorrem, todavia, para um resultado coletivo *mais uniforme* em termos de adiamento da parentalidade, em que se destaca, por exemplo, que os indivíduos que discordam de que uma criança precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada; que consideram importante que uma mulher possa conciliar a vida familiar e laboral; ou ainda que consideram que uma mulher possa ser autónoma e criar os seus filhos sozinha, são de forma geral os que mais tarde transitam para o primeiro e segundo filhos.

A entrada na parentalidade passou a ser o resultado da influência conjugada de diferentes variáveis que, analisadas separadamente, nos permitiram compreender a forma como cada uma delas potencia ou não o prolongar do adiamento da fecundidade. Contudo, a melhor forma de se conhecerem de facto os determinantes desta transição, assim como das subseqüentes, é através de modelos conjuntos por meio dos quais as relações e interações entre as diferentes variáveis possam ser tidas em conta.

Em nota final refere-se que continuaremos ao longo do estudo a testar qual a melhor abordagem que permita assegurar que estas são as variáveis mais relevantes na explicação da transição para a (primeira) parentalidade e

para o segundo filho, e, simultaneamente, a medir a intensidade dos efeitos dos determinantes encontrados.

Após termos avaliado como se processam em Portugal os tempos das diferentes transições, comparando os intervalos entre os nascimentos do primeiro, segundo e terceiro filhos, em termos das idades no momento da transição e das variáveis que influenciam o adiamento, centrámos a nossa atenção nos fatores responsáveis pela decisão de não se ter transitado, ou seja, de não se terem filhos.

Capítulo 5

Determinantes da decisão de não ter filhos

A primeira análise que se impõe é a de se saber o que distingue quem não tem de quem tem filhos. O que pode fazer a diferença? Quais os fatores que podemos considerar determinantes para a decisão de não se terem filhos?

Nos dias de hoje, as características individuais continuarão a ser determinantes? Mas, entre estas, as adquiridas ao longo do curso de vida estarão a ganhar importância? Para aquela decisão, ser-se homem ou mulher, ser-se mais ou menos jovem será mais influente do que, por exemplo, ter-se ou não um nível de instrução superior?

Estaremos a caminhar para uma sociedade em que as variáveis diretamente relacionadas com os contextos individuais possam estar a ganhar capacidade explicativa na previsão do comportamento de fecundidade? O que podem significar o processo de individualização e o individualismo num quadro de continuada e tão baixa fecundidade (Beck e Beck-Gernsheim, 2002)? Será que o crescente processo de individualismo e secularização está a minar a satisfação da parentalidade, fazendo com que esta deixe de ser uma condição básica para se alcançar a autorrealização (Sobotka, 2008; Frejka, 2008)?

A sociedade portuguesa modificou-se profundamente ao longo das últimas décadas. Todavia, apesar do declínio registado na natalidade e da conseqüente redução do número de filhos por casal, a família continua a ser central na vida dos indivíduos, e ter uma relação conjugal estável parece manter-se como pré-condição para se terem filhos (Aassve *et al.*, 2012; Barber, 2001; Billari e Kohler, 2002; Spéder e Kapitány, 2009; Schoen *et al.*, 1999).

Adicionalmente, discute-se ainda a mudança de valores, individuais e sociais, nas sociedades contemporâneas, em particular os relacionados com a formação da família, e as motivações para a parentalidade, bem como o valor dos filhos (Almeida *et al.*, 1998; Cunha, 2007; Giddens, 2006; Guerreiro e Abrantes, 2007).

As diferentes análises estatísticas que se seguem iniciam-se sempre por uma análise descritiva dos dados e posteriormente apresentam os resultados da modelação estatística. O grupo de idades em estudo será, sempre que tal se justifique em termos de comportamento fecundo, subdividido entre o grupo

²⁸. No quadro atual, à fecundidade registada no conjunto dos indivíduos com idades inferiores a 30 anos designa-se por fecundidade *precoce* e à fecundidade observada a partir dos 30 anos de idade, por oposição, denomina-se fecundidade *tardia*.

dos 18 aos 29 anos²⁸ e o grupo dos 30 aos 39 anos. Nos casos em que não se encontrem diferenças significativas entre os dois grupos, os modelos de análise incidirão sobre o conjunto dos indivíduos com idades entre os 18 e os 39 anos.

Este capítulo segue a seguinte sequência: em primeiro lugar, identifica os fatores responsáveis pela decisão de não se terem filhos em Portugal em 2013, seja esta uma decisão temporária ou permanente; em segundo lugar, centra-se na avaliação dos determinantes da decisão permanente de não se terem filhos, analisando, no caso de quem não tem filhos, a intenção de também não vir a ter; em terceiro lugar, incide a observação naqueles que nunca desejaram ter filhos ao longo de toda a sua vida reprodutiva; em quarto, procuramos conhecer quem afirma que não terá (mais) filhos, porque não pode por razões de saúde; e, finalmente, avaliamos os motivos responsáveis por, na generalidade, não se querer ter (ou ter mais) filhos.

5.1. Determinantes para a decisão de não ter transitado para a parentalidade

As transformações da fecundidade em Portugal e o seu persistente declínio ao longo de consecutivas décadas estão associados a um abrangente processo de mudanças sociais e económicas que teve igualmente lugar em diversas sociedades europeias a partir de meados do século passado (Adsera, 2006a; Bloom e Sousa-Poza, 2010; Merz e Liefbroer, 2010), genericamente designado por Segunda Transição Demográfica. Dentre estas mudanças, uma que assumiu particular visibilidade foi aquela relacionada com o *tempo* da parentalidade, habitualmente designada por adiamento.

A introdução generalizada de modernos e eficazes métodos de contraceção permitiu desvincular gradualmente a sexualidade da procriação (Giddens, 2006), tornando as decisões reprodutivas numa prerrogativa dos indivíduos e dos casais, que passaram a poder escolher o *quantum* e o *tempo* das suas decisões de fecundidade. A alteração do calendário reprodutivo (*tempo*) vem-se consolidando numa contínua entrada na parentalidade em idades cada vez mais tardias (Bongaarts, 1998; Sobotka, 2008; Lesthaeghe, 2010).

Tendo em conta o consecutivo adiamento dos projetos parentais, nesta secção pretende-se precisamente identificar os determinantes para a decisão de não se ter transitado para a parentalidade. Como a variável a estudar é dicotómica: 0 – Tem filhos (transitou); 1 – Não tem filhos (não transitou), foram ajustados dois modelos de regressão logística, considerando as variáveis da Tabela D.2 do Anexo D, controlando para a idade, o sexo e a educação: um modelo para os indivíduos entre os 18 e os 29 anos e outro considerando os

indivíduos entre os 30 e os 39 anos. Com esta abordagem, pretendeu-se identificar os determinantes para cada um destes dois grupos etários.

Realizou-se uma análise preliminar dos indivíduos que não tinham transitado para a parentalidade, relativamente aos que já tinham feito essa transição, por classe etária, em função de algumas variáveis, tais como a idade dos indivíduos, o sexo, o nível de escolaridade, a existência de coabitação (atual ou passada), o número de horas de trabalho, o rendimento *per capita* do agregado familiar, o número ideal de filhos e a tomada de posição perante a compensação entre número de filhos e suas oportunidades.

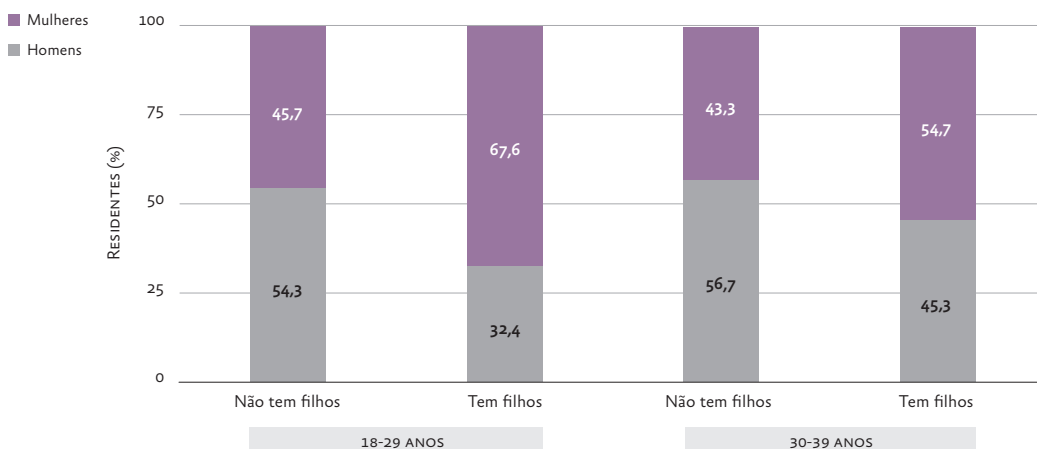
Para o grupo dos mais jovens (menos de 30 anos) verifica-se que, de um modo geral, são os indivíduos com 25 ou mais anos que já têm filhos (Figura 5.1a), sendo a idade dos homens superior à das mulheres. A mesma tendência é verificada para o segundo grupo etário (30-39 anos), sendo que metade das mulheres com filhos tem pelo menos 35 anos e metade dos homens tem 36 ou mais anos (Figura 5.1b). Em oposição, encontramos aqueles indivíduos que ainda não têm filhos (decisão temporária ou permanente), em que a maioria dos indivíduos do primeiro grupo etário tem até 23 anos (Figura 5.1a) e a maioria do segundo grupo tem até 33 anos (Figura 5.1b).

Figura 5.1 Distribuição das idades (18 a 29 anos (a) e 30 a 39 anos (b)) por existência de filhos biológicos e sexo.



A proporção de homens e mulheres é similar para ambos os grupos etários entre os que não têm filhos, sendo que entre estes predominam os homens, e para os que já transitaram para a parentalidade predominam as mulheres. A par da tendência entre os homens em entrarem na parentalidade mais tardiamente, os homens evidenciam uma diferente fecundidade realizada. Tanto para aqueles com idades entre os 18 e 29 anos, como para os que têm entre 30 e 39 anos, a percentagem de homens é superior entre quem não tem filhos do que entre quem tem filhos, sendo que esta diferença é mais acentuada para o grupo dos mais jovens (Figura 5.2).

Figura 5.2 Distribuição do sexo por existência de filhos biológicos e idade (indivíduos dos 18 aos 39 anos).



De entre os indivíduos com filhos predominam aqueles com um nível de instrução até ao 3.º ciclo (Tabela 5.3). Porém, quando consideramos os que não têm filhos, a distribuição do nível de escolaridade parece distinguir-se entre os dois grupos etários, na medida em que para estes indivíduos predomina: o secundário no grupo dos mais jovens e o superior no grupo dos mais velhos. Apesar da percentagem daqueles com ensino secundário ser mais elevada entre quem não tem filhos do que entre quem tem filhos, é no caso dos mais jovens que se registam as maiores diferenças percentuais.

Tabela 5.1 Distribuição do nível de escolaridade, horas de trabalho e rendimento *per capita* do agregado familiar por existência de filhos biológicos e idade (indivíduos dos 18 aos 39).

Variável	Categorias	INDIVÍDUOS DOS 18 AOS 29 ANOS		INDIVÍDUOS DOS 30 AOS 39 ANOS	
		Não tem filhos	Tem filhos	Não tem filhos	Tem filhos
Nível de escolaridade do próprio	Até ao 3.º ciclo	31,7	63,8	27,9	47,2
	Secundário	48,2	27,5	30,1	26,1
	Superior	20,1	8,7	42,0	26,7
Existência de trabalho do próprio	Não trabalha	55,5	32,9	23,7	21,3
	Menos de 36 horas	36,8	57,1	64,6	65,8
	36 ou mais horas	7,8	10,0	11,7	12,9
Rendimento <i>per capita</i> do agregado familiar	Até 500 €	66,3	86,1	35,8	67,9
	Entre 500 € e 1000 €	21,8	10,5	41,7	17,7
	Mais de 1000 €	12,0	3,3	22,5	14,4

Tanto para aqueles com idades entre os 18 e os 29 anos, como para os que têm entre 30 e 39 anos, a percentagem daqueles que não trabalham é mais elevada entre quem não tem filhos do que entre quem já transitou para a parentalidade, sendo que esta diferença é muito mais acentuada para o grupo dos mais jovens (Tabela 5.3). De referir que, entre os que têm entre 30 e 39 anos, a percentagem daqueles que trabalham pelo menos 36 horas é semelhante, quer tenham ou não filhos.

O rendimento parece influenciar as decisões (temporárias ou permanentes) de fecundidade (Tabela 5.3). Para ambos os grupos etários, a maioria dos indivíduos que têm filhos apresenta rendimentos *per capita* inferiores a 500 €, o que em parte se explica pela dimensão do agregado familiar. Quando consideramos aqueles que não transitaram para a parentalidade, o efeito do rendimento parece diferenciar-se consoante os grupos de idades. Se para a maioria dos mais jovens sem filhos predominam rendimentos inferiores a 500 €, para os mais velhos predominam rendimentos intermédios (entre 500 € e 1000 €).

Para ambos os grupos etários, concluímos que a esmagadora maioria dos indivíduos com filhos já experienciou um relacionamento conjugal, sendo menos de 10 % dos que têm filhos os que nunca tiveram essa experiência (Figura 5.3). No entanto, é possível distinguir duas situações quando consideramos aqueles que não têm filhos. Se, para os indivíduos com idades entre os 18 e 29 anos, a maioria dos indivíduos que não têm filhos nunca coabitou, por outro lado, concluímos que para os mais velhos esta situação inverte-se, sendo maior a percentagem de indivíduos que já teve ou que tem uma relação de conjugalidade.

Figura 5.3 Distribuição da experiência de coabitação por existência de filhos biológicos e idade (indivíduos dos 18 aos 39 anos).

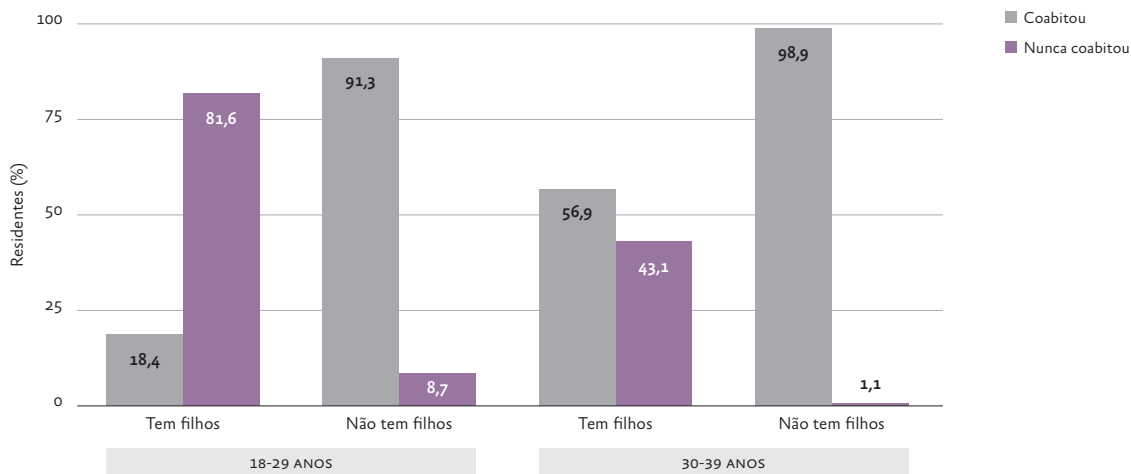


Tabela 5.2 Distribuição do número ideal de filhos e opinião sobre a compensação por existência de filhos biológicos e idade (indivíduos dos 18 aos 39).

Variável	Categorias	INDIVÍDUOS DOS 18 AOS 29 ANOS		INDIVÍDUOS DOS 30 AOS 39 ANOS	
		Não tem filhos	Tem filhos	Não tem filhos	Tem filhos
Número ideal de filhos numa família	Menos de dois filhos	4,3	1,4	5,2	1,9
	Dois filhos	67,0	60,8	71,0	62,5
	Mais de dois filhos	28,7	37,8	23,7	35,6
Compensação ¹	Concorda	71,7	58,6	64,1	50,4
	Discorda	28,3	41,4	35,9	49,6

¹ É preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos?

Para todos os indivíduos dos 18 aos 39 anos, o número de filhos considerado ideal para uma família é predominantemente de dois (Tabela 5.2). É entre os que têm filhos que se registam com maior frequência os ideais mais alargados.

Apenas os indivíduos dos 30 aos 39 anos e com filhos se dividem quanto à opinião sobre se “é preferível ter um filho com menos restrições e mais oportunidades a ter mais filhos” (Tabela 5.2). Os outros, de um modo geral, tendem a concordar com esta posição, especialmente os que ainda não realizaram a sua transição para a maternidade/paternidade.

5.1.1. Indivíduos entre os 18 e os 29 anos

Começamos por identificar os determinantes para a decisão de não se ter entrado na parentalidade, considerando apenas os indivíduos com menos de 30 anos. Esta amostra é constituída por 1738 indivíduos de ambos os sexos, sendo que a esmagadora maioria destes indivíduos não tem filhos (77 %) e os restantes têm pelo menos um filho.

O modelo ajustado que iremos analisar revelou um bom ajustamento aos dados, com um valor R^2 de Nagelkerke igual a 63 % e capacidade discriminativa excepcional ($AUC = 0,94$). As estimativas dos seus coeficientes estão apresentadas na Tabela D.2 (Anexo D).

Para o modelo dos indivíduos mais jovens, os seguintes fatores não se revelaram significativos para explicar a não entrada na parentalidade (assinalando-se a azul as variáveis que não se mostraram significativas na análise univariada, isto é, sem ser em presença de outras):

- a) naturalidade;
- b) dimensão da área de residência;
- c) nível de escolaridade;
- d) situação perante o trabalho do cônjuge ou companheiro(a);

- e) composição do agregado parental de origem;
- f) existência de separação dos pais;
- g) idade com que deixou de residir com o agregado parental de origem;
- h) nível de escolaridade do pai;
- i) número de irmãos;
- j) existência de enteados;
- k) idade ao primeiro emprego pago;
- l) existência de trabalho;
- m) importância da presença materna;
- n) importância da presença paterna;
- o) número de filhos que considera ideal numa família;
- p) atitude perante a necessidade de ter filhos para se sentir realizado(a);
- q) tomada de posição perante a compensação entre número de filhos e suas oportunidades;
- r) autonomia feminina;
- s) adiamento;
- t) importância da família.

Todas as restantes variáveis mantiveram-se significativas no modelo final, embora, por vezes, com menos categorias do que as apresentadas na Tabela D.1 (Anexo D). Os resultados do modelo permitem identificar como **fatores explicativos das decisões de fecundidade**:

- a) **sexo;**
- b) **idade do indivíduo;**
- c) **nível de escolaridade da mãe;**
- d) **conciliação materna;**
- e) **nível de escolaridade próprio, cujo efeito depende do rendimento;**
- f) **existência de algum tipo de relacionamento conjugal (atual ou passado), cujo efeito depende do rendimento;**
- g) **rendimento, cujo efeito depende do nível de escolaridade do próprio e da existência de algum tipo de relacionamento conjugal (atual ou passado).**

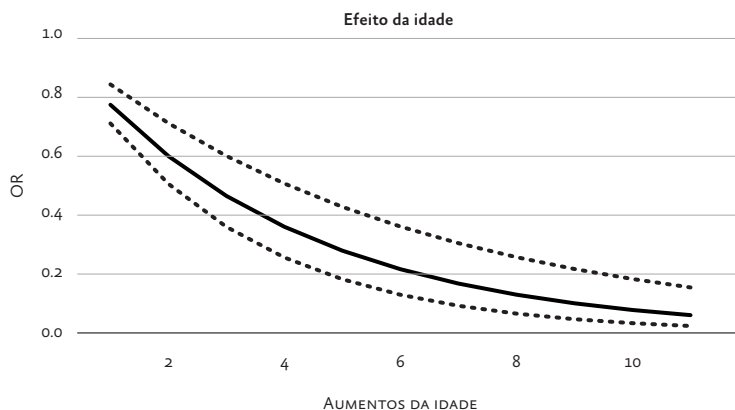
Para os indivíduos com menos de 30 anos e para valores fixos em relação às restantes variáveis, podemos concluir que:

- Os homens têm, aproximadamente, 3 vezes mais possibilidades de não terem transitado para a parentalidade do que as mulheres (OR = 3,25; IC₉₅ % = (1,98; 5,34));
- Com o aumento da idade diminui a possibilidade destes indivíduos não terem entrado na parentalidade (Figura 5.4); por exemplo, um indivíduo

com mais um ano que outro tem 23 % menos possibilidades de não ter entrado (OR = 0,77; IC_{95%} = (0,71; 0,84)) e um indivíduo com mais 5 anos que outro tem 72 % menos possibilidades de não ter feito essa entrada (OR = 0,28; IC_{95%} = (0,18; 0,43));

- Os indivíduos cujas mães têm pelo menos o 2.º ciclo têm quase o dobro das possibilidades de não terem transitado para a parentalidade do que aqueles cujas mães têm até ao 1.º ciclo (OR = 1,80; IC_{95%} = (1,10; 2,93));
- Os indivíduos que consideram que a conciliação materna e a vida familiar passa por trabalhar, seja a tempo parcial ou a tempo inteiro, fora de casa ou a partir de casa têm aproximadamente o triplo das possibilidades de não terem entrado na parentalidade do que os que consideram que esta conciliação passa por não trabalhar (OR = 3,3; IC_{95%} = (1,65; 6,57));
- Dos indivíduos que têm rendimentos *per capita* inferiores a 500 €, os que têm o secundário ou um nível de escolaridade superior têm aproximadamente o triplo das possibilidades de não terem realizado a transição para a parentalidade do que os que têm até ao ensino básico (OR = 3,2; IC_{95%} = (1,78; 5,77)); já para os que têm rendimentos superiores a 500 €, o nível de escolaridade não é significativo para explicar o facto de uma dada pessoa não ter feito essa transição;
- Os indivíduos que nunca experienciaram um relacionamento conjugal têm mais possibilidades de não terem transitado para a parentalidade do que aqueles que já o fizeram ou que atualmente vivem numa relação conjugal. Porém, o aumento dessas possibilidades é muito mais acentuado para os que têm rendimentos mais baixos (OR = 51,67; IC_{95%} = (26,33; 101,38)) do que para os que têm rendimentos superiores a 500 € (OR = 6,58; IC_{95%} = (2,27; 19,11));
- Dos indivíduos que alguma vez experienciaram um relacionamento conjugal, os que têm rendimentos *per capita* superiores a 500 € têm mais possibilidades de não terem entrado na parentalidade do que os que têm rendimentos mais baixos. Contudo, o aumento dessas possibilidades é mais acentuado no caso dos indivíduos que têm até ao ensino básico (OR = 26,34; IC_{95%} = (9,68; 71,69)) do que os que têm o secundário ou um nível de escolaridade superior (OR = 5,68; IC_{95%} = (2,80; 11,52));
- Dos indivíduos que nunca vivenciaram um relacionamento conjugal, o rendimento não é significativo para explicar o facto de uma dada pessoa não ter transitado para a parentalidade, seja qual for o nível de escolaridade considerado.

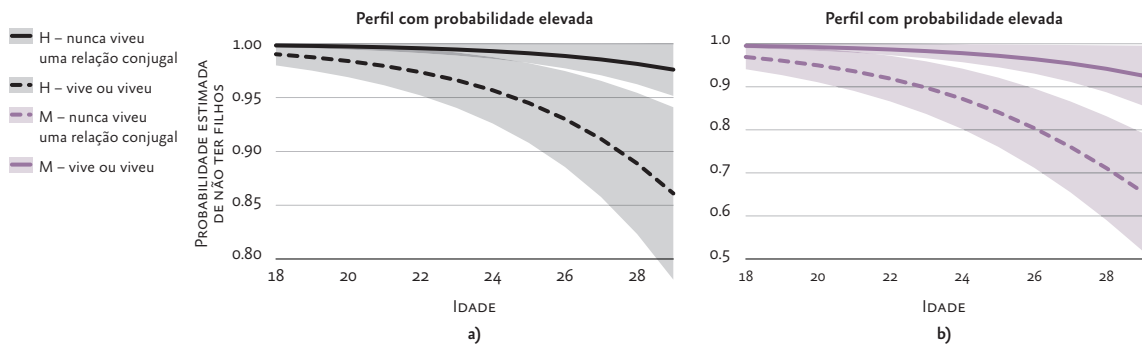
Figura 5.4 OR e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) para diferentes aumentos da idade, considerando indivíduos entre os 18 e os 29 anos.



Com o modelo de regressão logística obtido podemos ainda traçar perfis com probabilidade elevada para os indivíduos com menos de 30 anos não terem transitado para a parentalidade.

Como exemplo, apresentamos o perfil para o qual se fixam características potenciadoras para os indivíduos com menos de 30 anos não terem filhos. Consideramos os indivíduos com o ensino secundário ou um nível de escolaridade superior, cujas mães têm pelo menos o 2.º ciclo, que têm rendimentos superiores a 500 € e que consideram que a conciliação materna e a vida familiar passa por participar no mercado de trabalho. Na Figura 5.5 pode observar-se como varia, em função da idade, a probabilidade de um indivíduo com este perfil não ter filhos, considerando ambos os sexos e se existe ou não um relacionamento conjugal (atual ou passado). Repare-se que, para o perfil em causa, o facto de um indivíduo nunca ter experienciado um relacionamento conjugal aumenta acentuadamente a probabilidade de não ter transitado para a parentalidade. No caso dos homens verificam-se diferenças a partir dos 25 anos e das mulheres a partir dos 22 anos.

Figura 5.5 Evolução do perfil de probabilidade elevada de indivíduos com menos de 30 anos não terem transitado para a parentalidade, em função da idade e existência de algum relacionamento conjugal, para os homens (a) e para as mulheres (b).



Estes resultados permitem confirmar que o aumento da idade tende a reduzir as possibilidades de não se entrar na parentalidade, mesmo quando consideramos apenas os indivíduos mais jovens. Repare-se que a decisão de não se terem filhos, seja esta uma decisão temporária ou permanente, também é diferenciada entre homens e mulheres, confirmando-se que são os homens os mais suscetíveis de não terem filhos.

O nível de escolaridade volta a surgir como um elemento significativo na decisão (temporária ou permanente) de não se terem filhos. À semelhança do verificado em diferentes estudos (Adsera, 2006b; Bongaarts, 2003; Billari e Kohler, 2002; Mills *et al.*, 2011), confirma-se assim que são aqueles com um nível de escolaridade mais elevado que adiam os projetos de fecundidade. Todavia, para os indivíduos mais jovens, não é apenas o seu nível de escolaridade que influencia esta decisão. Efetivamente, um nível de escolaridade mais elevado das mães também faz aumentar as possibilidades destes indivíduos não terem filhos.

Repare-se que a ausência de um relacionamento conjugal (atual ou passado) é extremamente importante para se explicar a decisão (temporária ou permanente) de não se terem filhos, o que vem confirmar a importância das questões de conjugalidade. O mesmo se verifica em relação ao rendimento dos indivíduos, visto que as questões financeiras também assumem grande relevância na tomada de decisão dos mais jovens. Para este grupo de indivíduos, confirma-se que aqueles com rendimentos mais elevados são mais propensos a não terem filhos do que aqueles com rendimentos mais baixos.

É de salientar ainda, no que respeita aos valores dos mais jovens, que apenas os desafios da conciliação materna entre a vida familiar e o trabalho são determinantes para se explicar a decisão (temporária ou permanente) de

não se terem filhos, sendo que os que consideram que esta conciliação passa por trabalhar sejam mais propensos a não terem filhos.

Contudo, importa também perceber se as condicionantes mencionadas anteriormente são também determinantes para os indivíduos mais velhos. Neste sentido, de seguida, identificamos os determinantes de não se terem filhos para os indivíduos com idades entre 30 e 39 anos.

5.1.2. Indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos

Para se identificarem os determinantes específicos de quem não tem filhos, para os indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos, aplicámos a mesma metodologia e considerámos as mesmas variáveis da Tabela D.1 (Anexo D). Esta amostra é constituída por 2778 indivíduos de ambos os sexos, sendo que 26 % dos indivíduos não têm filhos e os restantes têm pelo menos um filho.

O modelo revelou um bom ajustamento aos dados, apresentou um valor de R^2 de Nagelkerke igual a 49 % e tem uma excelente capacidade discriminativa (AUC = 0,89). As estimativas dos seus coeficientes estão apresentadas na Tabela D.3 (Anexo D).

Para o modelo dos indivíduos dos 30 aos 39 anos não se revelaram significativos para explicar a não entrada na parentalidade os seguintes fatores (assinalando-se a azul as variáveis que não se mostraram significativas, nem mesmo na análise univariada, isto é, sem ser em presença de outras):

- a) naturalidade;
- b) dimensão da área de residência;
- c) nível de escolaridade;
- d) situação perante o trabalho do cônjuge ou companheiro(a);
- e) composição do agregado parental de origem;
- f) nível de escolaridade do pai e da mãe;
- g) nível de escolaridade do próprio;
- h) número de irmãos;
- i) existência de enteados;
- j) idade ao primeiro emprego pago;
- k) presença materna;
- l) presença paterna;
- m) número de filhos que considera ideal para uma família;
- n) autonomia feminina;
- o) conciliação materna;
- p) adiamento;
- q) importância da família.

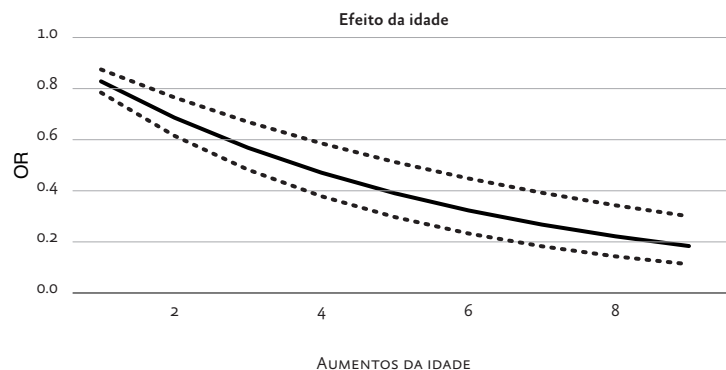
Todas as restantes variáveis mantiveram-se significativas no modelo final. Os resultados do modelo permitem identificar como **fatores explicativos da decisão de não se ter transitado para a parentalidade**:

- a) **sexo;**
- b) **idade do indivíduo;**
- c) **existência de separação dos pais;**
- d) **idade com que deixou de residir com o agregado parental de origem;**
- e) **existência de trabalho;**
- f) **rendimento;**
- g) **existência de algum tipo de relacionamento conjugal (atual ou passado);**
- h) **atitude perante a necessidade de ter filhos para se sentir realizado;**
- i) **tomada de posição perante a compensação entre número de filhos e suas oportunidades.**

Para os indivíduos com aquelas idades e para valores fixos em relação às restantes variáveis, podemos concluir que:

- Os homens têm 1,5 vezes mais possibilidades de não terem transitado para a parentalidade, relativamente às mulheres (OR = 1,53; IC_{95%} = (1,13; 2,08)); para os mais velhos a diferença entre o comportamento dos homens e das mulheres atenua-se, relativamente aos mais jovens;
- Com o aumento da idade diminui a possibilidade destes indivíduos não terem filhos (Figura 5.6); por exemplo, um indivíduo com mais um ano que outro tem 16 % menos possibilidades de não ter feito a sua transição para a parentalidade (OR = 0,84; IC_{95%} = (0,79; 0,88)), e um indivíduo com mais 5 anos que outro tem 59 % menos possibilidades de não ter tido filhos (OR = 0,41; IC_{95%} = (0,31; 0,54));

Figura 5.6 OR e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) para diferentes aumentos da idade, considerando indivíduos entre os 30 e os 39 anos.

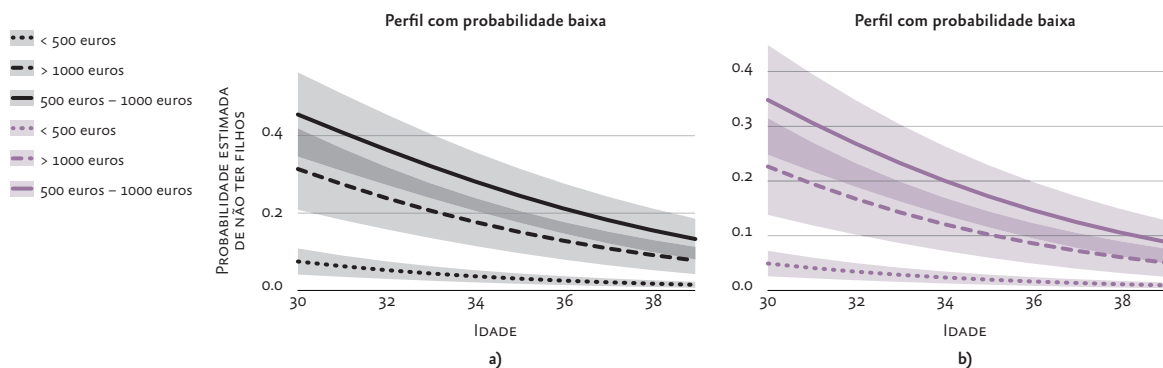


- Os indivíduos que não têm trabalho apresentam, aproximadamente, o dobro das possibilidades de não terem transitado para a parentalidade do que aqueles que têm trabalho (OR = 1,92; IC₉₅ % = (1,26; 2,90));
- Um indivíduo cujos pais se tenham separado ou cujos pais nunca viveram juntos tem o dobro das possibilidades de não ter entrado na parentalidade do que um indivíduo cujos pais não se separaram (OR = 2,03; IC₉₅ % = (1,32; 3,11));
- Um indivíduo que deixou de residir com os pais depois dos 24 anos tem 43 % mais possibilidades de não ter transitado para a parentalidade do que um que tenha saído da casa do agregado parental mais cedo (OR = 1,43; IC₉₅ % = (1,04; 1,96)). Já quando comparamos aqueles que não deixaram de residir com os pais com os restantes, concluímos que estes indivíduos têm 4 vezes (OR = 3,97; IC₉₅ % = (2,10; 7,53)) mais possibilidades de não terem filhos do que os que saíram de casa antes dos 25 anos, e 3 vezes (OR = 2,78; IC₉₅ % = (1,48; 5,22)) mais possibilidades de não terem filhos do que os que deixaram de residir mais tarde;
- Os indivíduos que nunca experienciaram um relacionamento conjugal têm mais possibilidades de não terem entrado na parentalidade do que aqueles que já o fizeram ou que atualmente vivem numa relação conjugal (OR = 54,35; IC₉₅ % = (26,58; 111,11));
- Os indivíduos cujo agregado tem rendimentos *per capita* mais elevados têm mais possibilidades de não terem transitado para a parentalidade do que os que pertencem a agregados com rendimentos *per capita* inferiores a 500 €. Sendo que: os que têm rendimentos entre 500 € e 1000 € têm 10 vezes (OR = 9,95; IC₉₅ % = (6,75; 14,67)) mais possibilidades de não terem tido filhos do que os que têm rendimentos inferiores a 500 €; e os que têm rendimentos superiores a 1000 € têm 6 vezes mais possibilidades (OR = 5,47; IC₉₅ % = (3,51; 8,53)) de não terem transitado do que os que têm rendimentos inferiores a 500 €. Por outro lado, também concluímos que os indivíduos que têm rendimentos entre os 500 € e 1000 € têm mais possibilidades de não serem pais ou mães do que aqueles com rendimentos superiores a 1000 € (OR = 1,82; IC₉₅ % = (1,23; 2,68));
- Quem discorda plenamente de que um homem ou uma mulher precisa de ter filhos para se sentir realizado(a) tem o dobro das possibilidades de não ter entrado na parentalidade (OR = 2,01; IC₉₅ % = (1,48; 2,74));
- Quem considera que é preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos tem cerca de 1,5 vezes mais possibilidades de não ter tido filhos (OR = 1,57; IC₉₅ % = (1,15; 2,13)).

²⁹ No contexto do estudo, características que protegem significam características que aumentam as chances.

Em seguida, apresentamos o perfil para o qual se fixam características que protegem²⁹ os indivíduos com idades compreendidas entre os 30 e os 39 anos de não terem transitado para a parentalidade. Nesta situação, consideramos os indivíduos que alguma vez experienciaram um relacionamento conjugal, que têm trabalho, cujos pais não se separaram, que deixaram de residir com o agregado de origem antes dos 25 anos, que concordam que um homem ou mulher precisa de ter filhos para se sentir realizado(a) e que discordam de que é preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições. Na Figura 5.7 pode observar-se como varia, em função da idade, a probabilidade de não ter tido filhos de um indivíduo com este perfil, considerando ambos os sexos e consoante o rendimento. Repare-se que para indivíduos de ambos os sexos, com idades entre os 30 e os 39 anos, o facto de terem rendimentos baixos diminui significativamente a probabilidade de não terem transitado para a parentalidade, seja qual for a idade considerada. Para o perfil em causa, e considerando ambos os sexos, não há diferenças significativas entre os indivíduos que têm rendimentos entre os 500 € e 1000 € e os que têm rendimentos superiores a 1000 €.

Figura 5.7 Evolução do perfil de probabilidade baixa de indivíduos, com idades entre os 30 e os 39 anos, não terem transitado para a parentalidade, em função da idade e do rendimento, para os homens (a) e para as mulheres (b).



À semelhança do verificado para os indivíduos mais jovens, confirma-se que a idade, o sexo, a ausência de algum tipo de relacionamento conjugal (atual ou passado) e o rendimento surgem como elementos determinantes para se explicar o facto de estes indivíduos não terem filhos. Porém, para os mais velhos, são aqueles com intermédios rendimentos *per capita* do agregado (entre os 500 € e os 1000 €) os mais suscetíveis de não terem filhos. Adicionalmente, a participação no mercado de trabalho surge como um fator essencial nas decisões destes indivíduos. Apesar da decisão de não se terem filhos não ser

diferenciada entre quem trabalha mais e menos de 36 horas semanais, concluímos que não ter um trabalho remunerado aumenta as possibilidades de não se terem filhos.

Se para os mais jovens é determinante o nível de escolaridade do próprio ou da mãe, o mesmo não se verifica para os mais velhos. Ora, ambos os fatores mencionados perdem a sua influência, destacando-se agora os contextos de socialização, seja pela significância da experiência de ruturas conjugais dos pais, ou da idade com que os indivíduos deixaram de residir com o agregado parental de origem. Assim, podemos afirmar que os contextos familiares exercem uma forte influência nas decisões reprodutivas dos indivíduos.

Repare-se também na relevância que os valores assumem quando nos focamos nos indivíduos mais velhos. Se para os mais jovens apenas os desafios da conciliação materna entre a vida familiar e o trabalho influenciam a decisão (temporária ou permanente) de não terem filhos, para os mais velhos destaca-se o efeito de outras variáveis. São aqueles que concordam que é melhor terem menos filhos para que estes tenham mais recursos e aqueles que discordam sobre o facto de a realização pessoal passar pelos projetos parentais os mais suscetíveis de não terem filhos.

Após termos identificado os fatores que influenciam a decisão (temporária ou permanente) de não se terem filhos, importa agora distinguir e identificar o perfil daqueles que pretendem permanecer sem filhos até ao final da sua vida reprodutiva. Neste sentido, identificamos de seguida os determinantes da decisão permanente de não se terem filhos, considerando, primeiro, aqueles com idades entre os 18 e os 29 anos e, posteriormente, aqueles entre os 30 e os 39 anos.

5.2. Determinantes para a decisão de tencionar não ter filhos (decisão permanente)

No IFEC2013 os indivíduos foram interrogados sobre se tinham algum filho e, também, se ainda pretendiam ter um (ou mais) filhos durante a sua vida reprodutiva. Aqueles que responderam que não tinham filhos e não pretendiam tê-los foram considerados como tendo tomado uma decisão definitiva, denominada de *childlessness* permanente. Por oposição, aqueles que não tendo filhos mas que pretendiam vir a tê-los foram considerados como estando numa situação não definitiva, apelidada de *childlessness* temporário.

Dos residentes em Portugal à data do Inquérito à Fecundidade, estima-se que 38,5 % dos indivíduos ainda não tinham filhos biológicos. Excluindo aqueles (1,1 %) que, apesar de não terem filhos, ainda não têm definida a sua decisão reprodutiva (indecisos, não sabem), 8,3 % dos residentes em Portugal

esperam permanecer sem filhos no termo da sua vida reprodutiva, enquanto 29,2 % esperam ser *childlessness* apenas temporariamente.

A grande maioria (75 %) dos indivíduos que, ainda não tendo filhos, pretendem vir a tê-los tem menos de 30 anos de idade, enquanto 65 % dos indivíduos que não têm, nem pretendem vir a ter filhos têm uma idade superior a 35 anos.

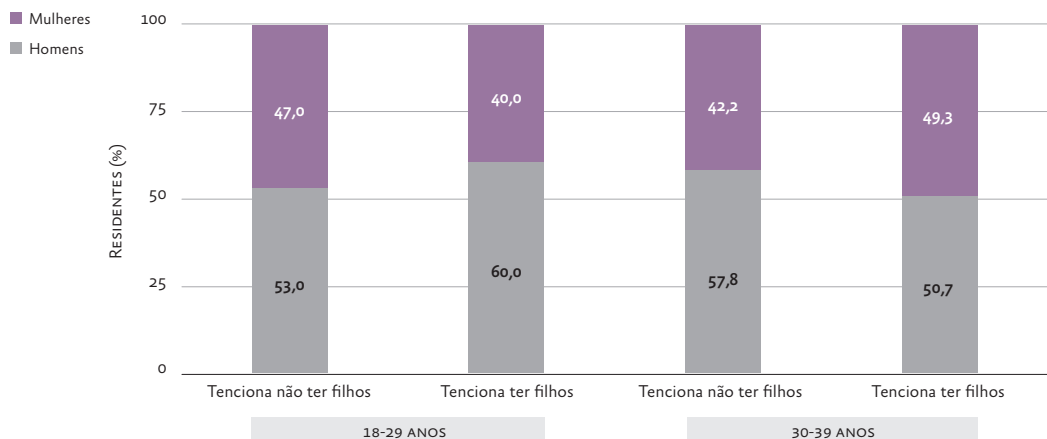
Neste estudo, como pretendemos encontrar os determinantes da decisão de se permanecer *childlessness* permanente *versus* *childlessness* temporário, foram excluídos os indivíduos que já tinham entrado na parentalidade. Ficámos, assim, com uma subamostra de 2416 indivíduos de ambos os sexos.

Uma vez mais, a variável que nos interessa explicar é dicotómica (0 – *Childlessness* temporário; 1 – *Childlessness* permanente), pelo que a ferramenta estatística mais indicada é novamente a regressão logística, a qual permitirá definir o perfil dos indivíduos que pretendem terminar o seu período reprodutivo sem transitarem para a parentalidade.

Neste caso também tentámos a abordagem usada no caso anterior, construindo modelos distintos para os indivíduos entre os 18 e os 29 anos e para os indivíduos entre os 30 e os 39 anos. No entanto, para os mais jovens o evento de interesse é mais raro.

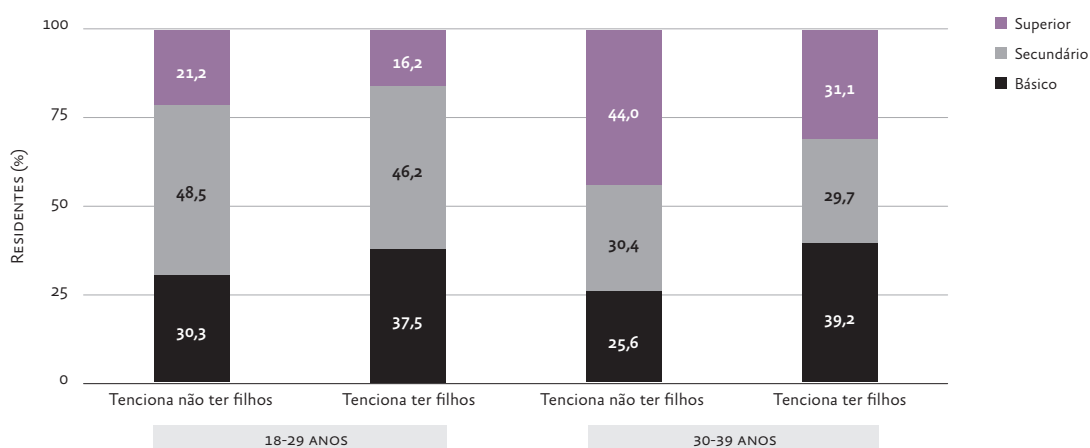
Numa análise preliminar, observa-se que, entre os indivíduos com menos de 29 anos, a proporção de homens que pretendem permanecer sem filhos (*childlessness* permanente) é superior à das mulheres. Já no caso do grupo dos 30-39 anos, a proporção de homens e mulheres que pretendem não transitar para a parentalidade é bastante semelhante (Figura 5.8).

Figura 5.8 Distribuição do sexo dos indivíduos dos 18 aos 39 anos, sem filhos, segundo a intenção de permanecerem sem filhos (*childlessness* permanente).



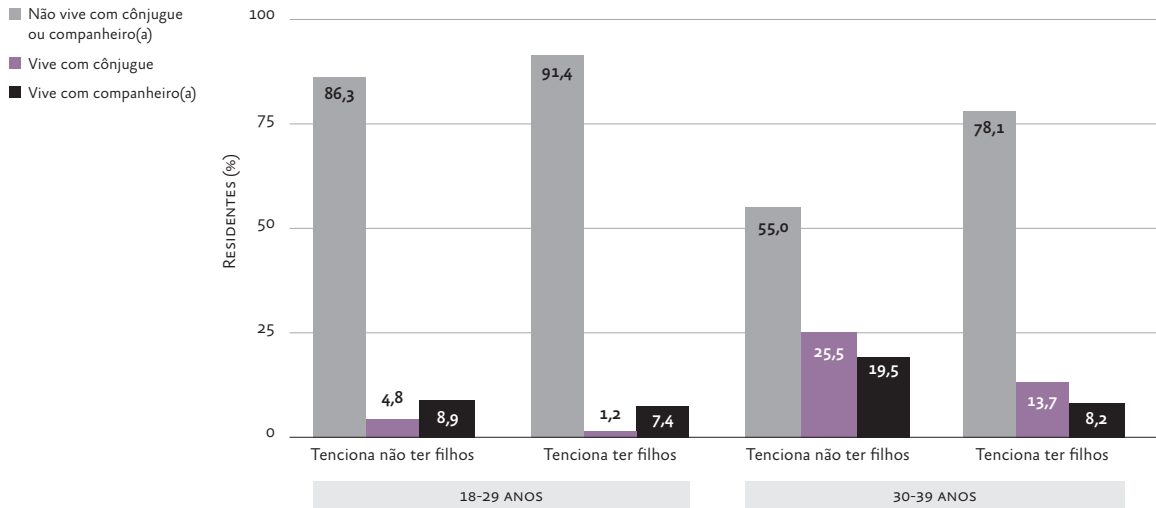
No caso dos indivíduos com idades entre os 18 e os 29 anos, observa-se uma proporção mais elevada de indivíduos com nível de instrução secundário, tanto entre quem pretende quanto entre quem não pretende transitar para a parentalidade. Entre quem tem entre 30 e 39 anos regista-se uma maior predominância de indivíduos com nível de instrução superior entre os que tencionam ter filhos (*childlessness* temporário), enquanto entre os que não têm intenção de vir a ter filhos (*childlessness* permanente) predomina o ensino básico (Figura 5.9).

Figura 5.9 Distribuição dos indivíduos sem filhos, segundo a intenção de permanecerem sem filhos (*childlessness* permanente) e o nível de escolaridade.



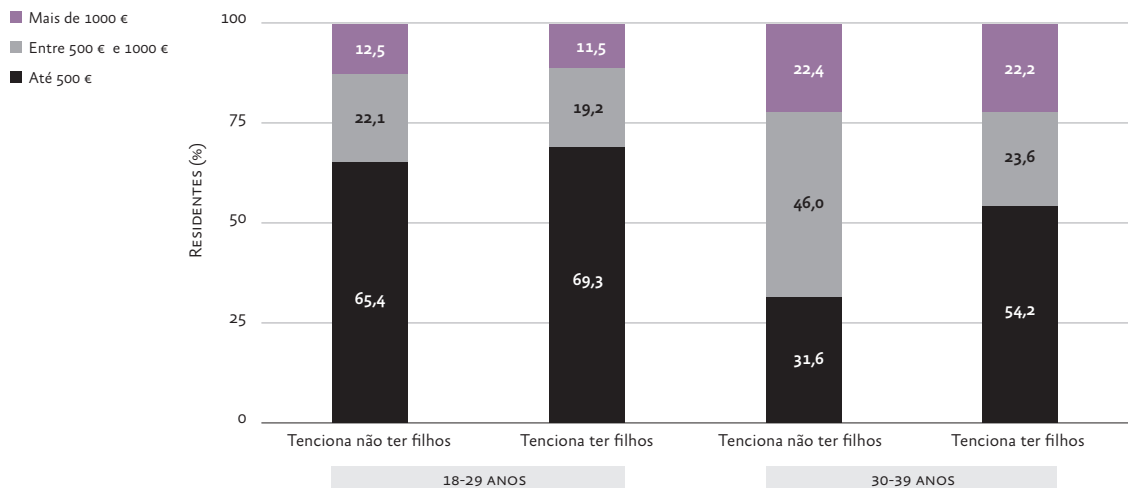
Entre estes indivíduos sem filhos, em ambos os grupos etários, quer tencionem ou não entrar na parentalidade, o mais comum é não viverem em conjugalidade (sem cônjuge ou companheiro(a)), sendo esta realidade mais acentuada entre os mais jovens (Figura 5.10). É interessante notar que a situação conjugal está relacionada com o desejo de se permanecer sem filhos, sendo mais evidente no grupo etário dos 30 aos 39 anos, em que/no qual (optar) a proporção de indivíduos a viverem com cônjuge/companheiro(a) entre os que tencionam permanecer sem filhos é menos de metade da registada entre os que têm intenção de vir a tê-los.

Figura 5.10 Distribuição dos indivíduos sem filhos, segundo a intenção de permanecerem sem filhos (*childlessness* permanente) e a situação de conjugalidade.



Entre os mais jovens, apesar de predominarem os rendimentos *per capita* (do agregado) mais baixos, tal não parece ser um entrave à vontade de se tornarem pai ou mãe (Figura 5.11). Entre os indivíduos dos 30 aos 39 anos que não pretendem ter filhos, quase metade (46 %) dos indivíduos enquadra-se no rendimento *per capita* situado entre 500 e 1000 €, enquanto entre os que pretendem ter filhos, mais de metade possui rendimentos *per capita* inferiores a 500 €.

Figura 5.11 Distribuição dos indivíduos sem filhos, segundo a intenção de permanecerem sem filhos (*childlessness* permanente) e a classe de rendimento *per capita* do agregado familiar.



Através da Tabela 5.3 observa-se que o ideal de dois filhos constitui a opção da maioria dos indivíduos de ambos os grupos etários, quer tencionem ou não ter filhos. Como era de esperar, as maiores proporções dos que referem um ideal inferior a dois filhos são encontradas entre aqueles que pretendem permanecer sem filhos, e os ideais mais alargados, ou seja, com três ou mais filhos, são encontrados entre os que tencionam transitar para a parentalidade. Entretanto, curiosamente, em ambos os grupos etários aqueles que pretendem continuar sem filhos demonstram proporções bastante próximas no que concerne ao ideal menor que dois e maior que dois.

Através da Tabela 5.3 constata-se ainda que as maiores proporções de alguma discordância sobre se “um homem/uma mulher precisam de ter filhos para se sentirem realizados” são registadas entre os indivíduos que não tencionam ser pais. Entretanto, não deixa de ser curioso constatar que uma fração razoável dos que concordam que é necessário terem filhos para se sentirem realizados pretendam permanecer sem filhos.

Para o grupo dos menores de 30 anos de idade (Figura 5.12) verifica-se uma semelhança entre as idades dos que não têm filhos, quer os tencionem ter ou não. Entre os indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos (Figura 5.13), verifica-se ainda de forma interessante que as idades medianas de homens e mulheres são coincidentes, tanto entre os que pretendem permanecer sem filhos, como entre os que tencionam ter filhos. A registar ainda que os indivíduos que pretendem ter filhos são de um modo geral mais velhos do que os que não tencionam ter essa experiência.

Tabela 5.3 Distribuição de algumas características, segundo a intenção de permanecerem sem filhos (indivíduos dos 18 aos 39 anos).

Variável	Categorias	INDIVÍDUOS DOS 18 AOS 29 ANOS		INDIVÍDUOS DOS 30 AOS 39 ANOS	
		Tenciona não ter filhos	Tenciona ter filhos	Tenciona não ter filhos	Tenciona ter filhos
Número ideal de filhos numa família	Menos de dois	16,2	2,4	17,8	2,1
	Dois	68,8	67,7	65,8	71,5
	Mais de dois	15,0	29,9	16,4	26,4
Realização pessoal ¹	Concordância plena	72,8	57,0	68,9	58,3
	Alguma discordância	27,2	43,0	31,1	41,7

¹ Realização pessoal: Uma mulher ou um homem precisa de ter filhos para se sentir realizada(o)?

Figura 5.12 Idade mediana dos indivíduos sem filhos (com idades entre os 18 e os 29 anos), segundo a intenção de permanecerem sem filhos (*childlessness* permanente) e o sexo.

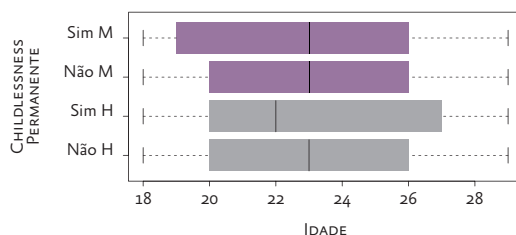
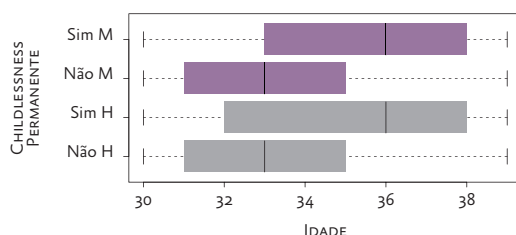


Figura 5.13 Idade mediana dos indivíduos sem filhos (com idades entre os 30 e os 39 anos), segundo a intenção de permanecerem sem filhos (*childlessness* permanente) e o sexo.



5.2.1. Indivíduos entre os 18 e os 29 anos

A amostra neste caso é constituída por 1284 indivíduos de ambos os sexos com menos de 30 anos e sem filhos. A esmagadora maioria destes indivíduos pretende vir a ter filhos (90 %) e os restantes poderão vir a ser *childlessness* permanente.

O modelo de regressão logística ajustado não revelou um bom ajustamento aos dados, pois apresentou um valor de R^2 de Nagelkerke baixo (12 %), e tem uma fraca capacidade discriminativa (AUC = 0,67). Deste modo, apenas reportamos o sentido das variáveis potenciadoras de serem *childlessness* permanente.

Concluimos que os **indivíduos com menos de 30 anos que têm mais possibilidades de não transitarem para a parentalidade** são os **homens que trabalham menos de 36 horas**, que **vivem em áreas densamente ou medianamente povoadas**, cujas **mães têm um nível de escolaridade inferior ao 3.º ciclo do ensino básico**, que **consideram que o número ideal de filhos para uma família é inferior a 2** e que **discordam plenamente de que um homem ou uma mulher precisa de ter filhos para se sentir realizado(a)**.

5.2.2. Indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos

Para os indivíduos com idades compreendidas entre os 30 e os 39 anos aplicou-se a mesma metodologia. Neste caso, a amostra em questão é constituída por 690 indivíduos de ambos os sexos, sem filhos, sendo que a maioria destes indivíduos pretende vir a ter filhos (77 %).

O modelo revelou um bom ajustamento aos dados, apresentando um valor de R^2 de Nagelkerke igual a 23 %, e tem uma capacidade discriminativa aceitável (AUC = 0,79). As estimativas dos seus coeficientes estão apresentadas na Tabela D.4 (Anexo D).

De acordo com a análise realizada, os seguintes fatores não se revelaram significativos para se explicar o facto de uma dada pessoa não pensar vir a ter filhos (assinalando-se a azul as variáveis que não se mostraram significativas, nem mesmo na análise univariada, isto é, sem ser em presença de outras):

- a) naturalidade;
- b) dimensão da área de residência;
- c) estado civil;
- d) rendimento *per capita* do agregado familiar;
- e) composição do agregado parental de origem;
- f) idade com que deixou de residir com o agregado parental de origem;
- g) nível de escolaridade do pai e da mãe;
- h) existência de separação dos pais;
- i) ser filho(a) único(a);
- j) ter enteados;
- k) conciliação entre trabalho e vida familiar;
- l) presença paterna;
- m) presença materna;
- n) considerar prejudicial que algum dos pais se ausente para participar no mercado de trabalho quando os filhos ainda estão em idade pré-escolar;
- o) julgar preferível ter um só filho com mais oportunidades e menos restrições;
- p) valorização da autonomia feminina;
- q) adiamento da fecundidade.

Podemos concluir, em função dos resultados obtidos, que são **fatores explicativos para a decisão de se permanecer definitivamente sem filhos para os indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos:**

- a) idade;
- b) educação do próprio;
- c) número de filhos considerado ideal para uma família;

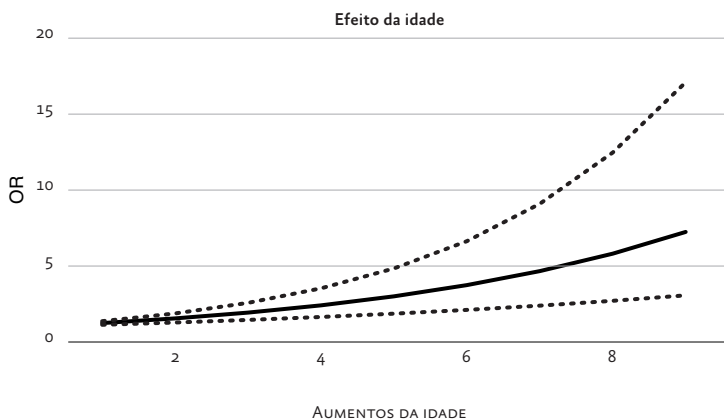
- d) importância de ter filhos em termos de autorrealização (realização pessoal);**
- e) ter cônjuge ou companheiro(a) e a situação do cônjuge ou companheiro(a) perante o trabalho;**
- f) influência do número de horas semanais despendidas no mercado de trabalho,** que depende do sexo;
- g) sexo,** cujo efeito depende do número de horas semanais despendidas no mercado de trabalho.

Assim, para perfis fixos em relação às restantes variáveis do modelo, podemos concluir, para os indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos, que:

- Com o aumento da idade aumenta a possibilidade destes indivíduos não quererem ter filhos (Figura 5.14); por exemplo, um indivíduo com mais um ano que outro tem 25 % mais de possibilidades de ser *childlessness* permanente (OR = 1,25; IC_{95%} = (1,13; 1,37)), e um indivíduo com mais 5 anos que outro tem 3 vezes mais possibilidades de se tornar *childlessness* permanente (OR = 3,00; IC_{95%} (OR) = (1,87; 4,84));
- Uma pessoa com educação até ao ensino básico tem 3 vezes mais possibilidades de permanecer sem filhos do que uma outra que tenha o ensino secundário ou superior (OR = 3,25; IC_{95%} (OR) = (1,54; 6,87));
- Apesar do número ideal de filhos não se ter revelado determinante (ao nível de significância de 5 %) no que respeita à decisão de *childlessness* permanente, podemos afirmar que indivíduos com ideais mais baixos (2 filhos ou menos) apresentam mais possibilidades de permanecerem definitivamente sem filhos do que aqueles que têm ideais mais altos (superiores a dois filhos);
- Aqueles para quem a realização pessoal não passa pelo projeto de parentalidade também apresentam o dobro das possibilidades de permanecerem sem filhos, relativamente aos que consideram que tanto homens quanto mulheres precisam de ser pai ou mãe para se sentirem realizados (OR = 2,06; IC_{95%} = (1,08; 3,94));
- As possibilidades de se permanecer sem filhos também são afetadas pela quantidade de horas semanais dedicadas ao trabalho remunerado: um homem que não tenha trabalho remunerado ou que trabalhe até 36 horas por semana apresenta o triplo das possibilidades de permanecer sem filhos do que um homem que trabalhe 36 horas ou mais (OR = 3,36; IC_{95%} = (1,52; 7,41)); para as mulheres, as horas de trabalho não mostraram ter uma influência significativa na sua decisão reprodutiva; desta forma, para esta tomada de decisão em particular, o facto de se ter um emprego a tempo inteiro é mais relevante para os homens do que para as mulheres;

- O facto de um indivíduo ter cônjuge ou companheiro(a) e a situação perante o trabalho do cônjuge também são determinantes para se explicarem as intenções reprodutivas destes indivíduos: quem não tem cônjuge ou companheiro(a) tem 4 vezes mais possibilidades de permanecer sem filhos do que aqueles que têm cônjuge/companheiro(a) integrado no mercado de trabalho (OR = 3,97; IC_{95%} = (1,84; 8,57)); entre os indivíduos que têm cônjuge ou companheiro, concluímos que aqueles cujo cônjuge não tem um trabalho têm mais possibilidades de serem *childlessness* permanente do que aqueles cujo cônjuge está integrado no mercado de trabalho (OR = 3,66; IC_{95%} = (1,12; 11,90));
- As possibilidades destes indivíduos permanecerem *childlessness* são diferenciadas entre mulheres e homens conforme a sua participação no mercado de trabalho: para aqueles indivíduos de ambos os sexos que trabalham 36 horas semanais ou mais, são as mulheres que têm mais possibilidades de não transitarem para a parentalidade (OR = 3,40; IC_{95%} = (1,52; 7,60)); porém, quando se considera o cenário em que ambos os sexos trabalham menos de 36 horas por semana, não se verificam diferenças significativas entre as intenções reprodutivas dos homens e mulheres.

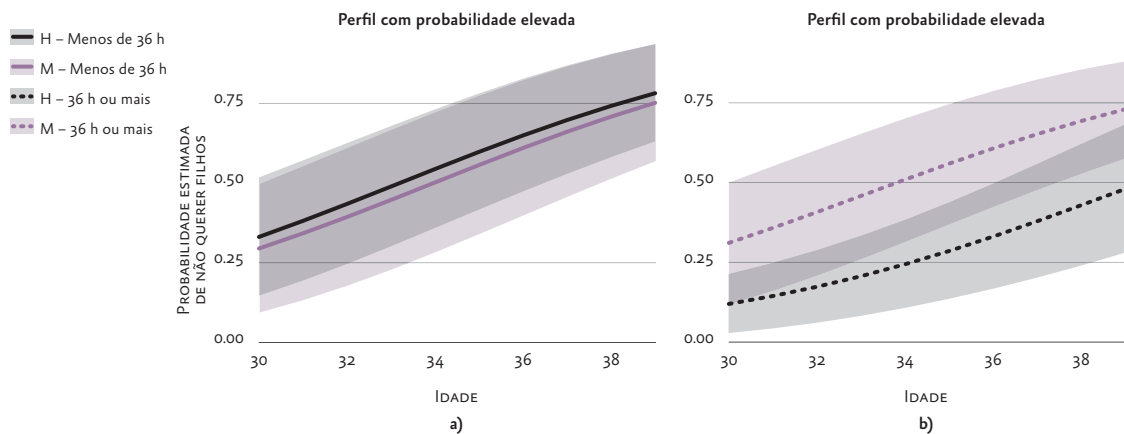
Figura 5.14 OR e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) para aumentos da idade.



Finalmente, analisamos um perfil com probabilidade elevada dos indivíduos permanecerem *childlessness*, fazendo variar a idade, o sexo e o número de horas de trabalho pago. Neste perfil consideramos os indivíduos que tenham um nível de educação até ao ensino básico, que não tenham cônjuge ou companheiro, que tenham um número ideal de filhos igual ou inferior a dois e que discordem plenamente de que a realização pessoal passe pelos projetos de parentalidade (Figura 5.15). Embora as mulheres pareçam ter mais probabilidades de permanecerem *childlessness* relativamente aos homens, principalmente

quando estas trabalham 36 horas ou mais por semana, podemos observar que, em quaisquer dos cenários, não existem diferenças estatisticamente significativas entre ambos. De facto, o que ambos os perfis evidenciam é que, quer entre os homens, quer entre as mulheres, as probabilidades de não se experienciar a parentalidade tendem a aumentar conforme o avançar da idade.

Figura 5.15 Para indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos, evolução do perfil com probabilidade elevada dos indivíduos permanecerem *childlessness*, em função da idade, do sexo e do número de horas de trabalho pago.



5.3. Determinantes para a decisão de não ter desejado ter filhos ao longo da vida reprodutiva

Embora o *childlessness* permanente não pareça ser a força motriz da baixa fecundidade portuguesa, o facto é que a ocorrência deste evento tem vindo a intensificar-se em muitos países desenvolvidos (Basten, 2009; Van de Kaa, 2002), ao mesmo tempo que a procriação vem deixando de ser considerada como uma função inerente aos percursos individuais e dos casais (Sobotka, 2008; Merz e Liefbroer, 2010), tornando-se antes função das suas preferências. Neste âmbito, a autorrealização e a felicidade dos indivíduos nem sempre estão dependentes da presença de filhos.

Se, outrora, tanto a maternidade quanto a paternidade eram vistas como fonte fundamental de estatuto social (Tanturri e Mencarini, 2008) e uma família alargada era essencial para o bom desempenho da economia familiar (Giddens, 2006; Cunha, 2007), atualmente abre-se um leque de diferentes fontes onde os indivíduos procuram encontrar prazer e satisfação, sendo que a parentalidade pode ser encarada, por muitos, como uma atividade concorrente

com outras fontes de gratificação ou aspirações individuais (Barber, 2001; Weston e Qu, 2001).

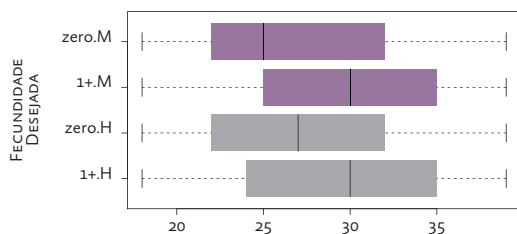
Sendo a parentalidade uma prerrogativa individual ou o resultado de uma negociação em casal, assume particular importância o estudo dos indivíduos que pretendem construir um projeto de vida à margem da criança, em função das suas características inatas e adquiridas.

Nesta secção analisaremos quem não desejou ter filhos (*i.e.*, desejou zero filhos) ao longo da vida reprodutiva, relativamente a quem desejou pelo menos um (0 – Desejou ter filhos; 1 – Não desejou ter filhos), em função de algumas variáveis, tais como a idade dos indivíduos, o sexo, o nível de escolaridade, a situação conjugal, o número de horas de trabalho, o rendimento *per capita* do agregado, o número ideal de filhos e a tomada de posição perante a compensação entre número de filhos e suas oportunidades. Nesta análise iremos considerar indivíduos com idades entre os 18 e os 39 anos.

Os indivíduos que desejaram ter pelo menos um filho tendem a ser mais velhos do que os que não desejaram ter filhos, sendo que metade dos indivíduos que desejaram ter um ou mais filhos tem pelo menos 30 anos (Figura 5.16).

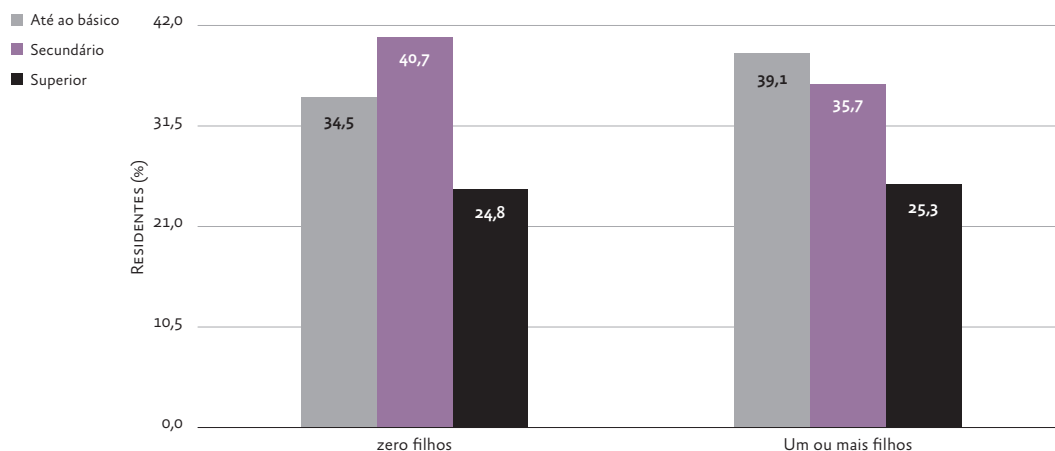
A proporção de homens e mulheres é similar, quer tenham desejado ter filhos (49,2 % de homens e 50,2 % de mulheres) ou não (50 % de ambos os sexos).

Figura 5.16 Distribuição das idades (em anos) por ter desejado filhos ao longo da vida e pelo sexo (indivíduos dos 18 aos 39 anos).



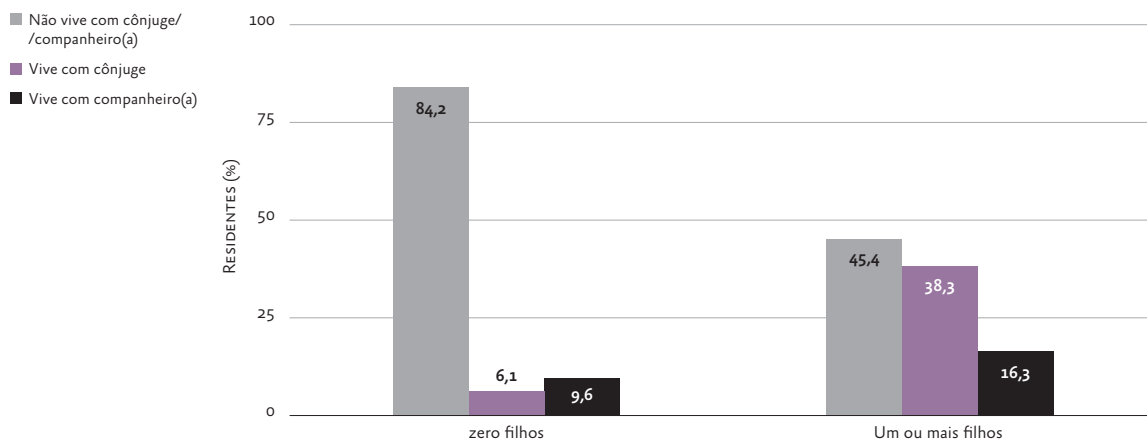
Se entre os indivíduos que desejaram ter filhos predominam aqueles com um nível de instrução até ao básico, seguido do ensino secundário, verifica-se o contrário entre os que não desejaram ter filhos (Figura 5.17). A percentagem de indivíduos com nível de instrução superior é semelhante entre os dois grupos.

Figura 5.17 Distribuição da escolaridade por ter desejado filhos ao longo da vida (indivíduos dos 18 aos 39 anos).



A esmagadora maioria dos indivíduos que não desejaram filhos não tem cônjuge ou companheiro(a) ou, se tem, não vive com ele(a), sendo quase o dobro do registado entre os que desejaram ter filhos (Figura 5.18). A salientar, no entanto, que um pouco mais de metade dos indivíduos que desejaram, pelo menos, um filho ao longo da sua vida coabita com o cônjuge/companheiro(a).

Figura 5.18 Distribuição da situação conjugal por ter desejado filhos ao longo da vida (indivíduos dos 18 aos 39 anos).



A percentagem daqueles indivíduos que não trabalham é mais elevada entre quem não desejou ter filhos do que entre quem desejou (Tabela 5.4). Pelo contrário, a percentagem daqueles que trabalham menos de 36 horas é mais elevada para os que desejaram ter filhos ao longo da vida do que para os que não desejaram filhos.

Também parece existir um comportamento distinto em função do rendimento *per capita* do agregado (Tabela 5.4). Apesar da maioria dos indivíduos apresentar rendimentos *per capita* inferiores a 500 €, a percentagem daqueles com rendimentos *per capita* até 500 € é mais reduzida entre quem não desejou filhos do que entre quem desejou pelo menos um.

Tabela 5.4 Distribuição de algumas variáveis por ter desejado filhos ao longo da vida (indivíduos dos 18 aos 39 anos).

Variável	Categorias	Zero filhos	Um ou mais filhos
Existência de trabalho do próprio	Não trabalha	48,7	34,4
	Menos de 36 horas	38,3	54,8
	36 ou mais horas	13,0	10,8
Rendimento <i>per capita</i> do agregado familiar	Até 500 €	57,9	63,9
	Entre 500 € e 1000 €	25,4	22,3
	Mais de 1000 €	16,7	13,8
Número ideal de filhos numa família	Menos de dois filhos	19,3	2,0
	Dois filhos	68,4	65,4
	Mais de dois filhos	12,3	32,6
Compensação ¹	Concorda	74,3	60,4
	Discorda	25,7	39,6

¹ É preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos?

A maioria destes indivíduos considera que o número ideal de filhos para uma família é igual a dois (Tabela 5.4). Observa-se que a maior percentagem de ideais inferiores a dois ocorre entre os que não desejaram filhos, ocorrendo o inverso quando consideramos os que têm ideais superiores a dois.

Quer desejem ou não filhos, predominam aqueles que concordam que é preferível ter apenas um filho com menos restrições e mais oportunidades a ter mais filhos, sendo esta proporção mais elevada para os que não desejaram filhos do que para os que desejaram pelo menos um (Tabela 5.4).

Recorremos à mesma metodologia utilizada para diferenciar o *childlessness* permanente do temporário, com o objetivo de se encontrarem os determinantes dos indivíduos que reportaram uma fecundidade desejada igual a zero, ou seja, que não desejaram ter filhos ao longo da sua vida reprodutiva, tendo em consideração as variáveis que constam da Tabela D.1 (Anexo D). Importa ainda referir que a grande maioria destes indivíduos é aquela que deverá ser *childlessness* permanente, o que significa que os resultados deste modelo serão muito próximos daqueles verificados para o *childlessness* definitivo ou permanente.

O presente modelo considera todos os indivíduos com idades entre os 18 e os 39 anos. Obteve-se um bom ajustamento do modelo aos dados, tendo

o mesmo apresentou um valor de R^2 de Nagelkerke igual a 23 %, e excelente capacidade discriminativa ($AUC = 0,83$). As estimativas dos seus coeficientes encontram-se apresentadas na Tabela D.5 (Anexo D).

De acordo com a análise realizada, os fatores seguintes não se revelaram significativos para se explicar o facto de uma determinada pessoa não ter desejado filhos ao longo de toda a sua vida reprodutiva (assinalando-se a azul as variáveis que não se mostraram significativas na análise univariada, isto é, na ausência das restantes variáveis):

- a) idade;
- b) naturalidade;
- c) dimensão da área de residência;
- d) composição do agregado parental de origem;
- e) nível de escolaridade do próprio;
- f) nível de escolaridade dos pais;
- g) existência de separação dos pais;
- h) ser filho(a) único(a);
- i) idade com que deixou de residir com o agregado parental de origem;
- j) ter enteados;
- k) experiência de conjugalidade;
- l) situação do cônjuge ou companheiro perante o trabalho;
- m) idade em que teve o seu primeiro emprego;
- n) a conciliação entre trabalho e vida familiar;
- o) importância da presença materna;
- p) importância da presença paterna;
- q) considerar prejudicial que tanto o pai quanto a mãe se ausentem para participarem do mercado de trabalho quando os filhos ainda estão em idade pré-escolar;
- r) julgar preferível ter um só filho com mais oportunidades e menos restrições;
- s) valorizar a autonomia feminina;
- t) adiamento feminino.

Em função dos resultados obtidos, conclui-se que **são fatores significativos para a decisão de não se ter desejado ter filhos:**

- a) **situação conjugal;**
- b) **rendimento;**
- c) **número de filhos considerado ideal para uma família;**
- d) **importância de ter filhos em termos de autorrealização;**
- e) **sexo**, cujo efeito depende das horas de trabalho semanal;
- f) **número de horas de trabalho semanal**, dependendo do sexo.

Assim, para estes indivíduos com idades entre os **18 e os 39 anos**, com perfis fixos em relação às restantes variáveis do modelo, podemos concluir que:

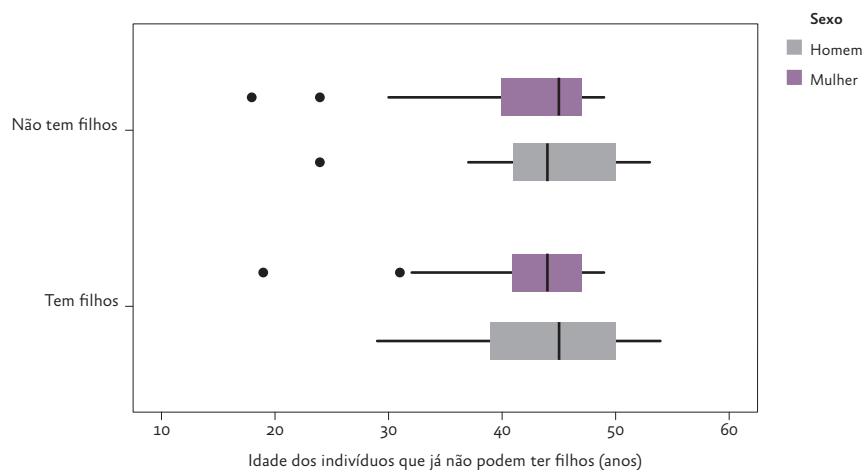
- Os que não têm um cônjuge ou companheiro revelam mais possibilidades de terem uma fecundidade desejada de zero filhos. Concluímos que estes indivíduos têm 8 vezes (OR = 8,07; IC_{95%} = (4,29; 15,19)) mais possibilidades de não terem desejado filhos do que os que vivem com um cônjuge; e que têm um pouco mais do dobro das possibilidades de não terem desejado filhos, relativamente aos que vivem com um companheiro (OR = 2,27; IC_{95%} = (1,35; 3,84)). Por outro lado, os que vivem com um companheiro apresentam 3,5 vezes mais possibilidades de não terem desejado filhos do que os que vivem com um cônjuge (OR = 3,55; IC_{95%} = (1,65; 7,63));
- Os indivíduos que têm rendimentos *per capita* superiores a 500 € também apresentam maiores possibilidades de não terem desejado filhos do que aqueles que têm rendimentos inferiores (OR = 1,47; IC_{95%} = (1,06; 2,04));
- O número ideal de filhos também influencia o desejo de se terem ou não filhos. Aqueles que consideram que o número ideal de filhos para uma família é inferior a dois apresentam quase 8 vezes mais possibilidades de não terem desejado transitar para a parentalidade, relativamente a quem considera que o ideal é terem-se 2 filhos (OR = 7,91; IC_{95%} = (4,87; 12,83)). Já quando se comparam aqueles que consideram que o ideal é terem-se dois filhos, relativamente aos que têm ideais mais alargados, ou seja, maiores que dois, os resultados indicam que aqueles com ideais iguais a 2 têm o dobro das possibilidades de não terem desejado filhos (OR = 2,32; IC_{95%} = (1,47; 3,64)). Estes resultados indicam que quanto menores os ideais, maiores são as possibilidades de não se terem desejado filhos;
- Aqueles para os quais a realização pessoal não passa pelo projeto de parentalidade apresentam quase 4 vezes mais possibilidades de não terem desejado filhos do que aqueles que consideram que tanto os homens quanto as mulheres precisam de ser pais ou mães para se sentirem realizados (OR = 3,85; IC_{95%} = (2,58; 5,77));
- O efeito da quantidade de horas semanais dedicadas ao trabalho remunerado depende do sexo dos indivíduos. Os homens que não têm um trabalho remunerado ou que trabalham menos de 36 horas semanais têm um pouco mais do dobro das possibilidades de não terem desejado filhos, relativamente aos seus homólogos que trabalham 36 horas ou mais (OR = 2,39; IC_{95%} = (1,47; 3,88)); para as mulheres não se registaram diferenças estatisticamente significativas entre aquelas que trabalham mais ou menos do que 36 horas por semana, indicando que jornadas de trabalho mais extensas são mais relevantes para os homens do que para as mulheres.

5.4. Caracterização de quem não pode ter filhos pela sua condição perante a parentalidade

Parece-nos importante analisar os indivíduos *sem filhos* e que reportaram não poder tê-los, assim como aqueles que, tendo filhos, também relataram não poder ter mais filhos. Estima-se que, entre estes, os indivíduos sem filhos sejam 1,8 % do total da população, sendo que destes mais de metade (55 %) pertence ao sexo feminino. A idade média destes indivíduos, tanto entre os homens, como entre as mulheres, é de cerca de 43 anos. Esta elevada idade média sugere, por um lado, que a “impossibilidade” de conceber se agrave com o avançar da idade – dada a menor capacidade de procriar nas idades mais tardias (Mills *et al.*, 2011; Morgan, 1991) – e, por outro lado, também é possível que as reais proporções de pessoas nesta situação possam estar subestimadas, na medida em que os mais jovens só poderão vir a tomar conhecimento da dificuldade em conceber a partir do momento em que decidirem ter filhos e não obtiverem sucesso nas suas tentativas (Maciel, 2015).

Os indivíduos com, pelo menos, um filho mas que não podem ter mais filhos representam 2,6 % da população, sendo que quase 2/3 destes são do sexo feminino. Em média, os homens são um pouco mais velhos (44,5 anos) do que as mulheres (43,2 anos). Tomando como referência a mediana, constata-se que metade dos homens tem pelo menos 45 anos e que metade das mulheres, no mínimo, 44 anos (Figura 5.19). É importante ainda referir que não existem informações sobre se “o não poder ter (mais) filhos” se deve especificamente a problemas de infertilidade ou se, de outra forma, são outros problemas de saúde que impedem estes indivíduos de terem (mais) filhos.

Figura 5.19 Distribuição da idade, em anos, dos indivíduos que não podem ter (mais) filhos, por sexo e pela condição de parentalidade.



Como se pode observar na Tabela 5.5, entre os indivíduos que não podem ter filhos, enquanto a maioria daqueles que são *childlessness* não vive em conjugalidade, para os que já são pais ou mães passa-se exatamente o contrário: quase 94 % vivem em união, sendo que a situação mais comum é ser-se casado(a). No que respeita à condição perante o trabalho, embora a circunstância mais frequente seja ter-se emprego, de entre os que não têm filhos salienta-se a elevada percentagem (aproximadamente 24 %) com incapacidade permanente para o trabalho. De referir que a condição de doméstica é a mais habitual entre aqueles que já têm algum filho.

Outro aspeto peculiar, e que marca uma grande distinção entre estes indivíduos conforme a sua situação perante a parentalidade, relaciona-se com a “razão que motivou a saída do agregado parental de origem”, quando esta teve lugar. Entre os que são pais ou mães, 73 % deixaram de residir com o agregado parental de origem quando resolveram iniciar uma relação conjugal, sendo escassos (2,3 %) os casos daqueles que ainda residem com os pais, como aliás seria expectável. Para os que não têm filhos, apenas 20 % deixaram a casa dos pais para se casarem ou coabitarem, sendo, contudo, mais surpreendente a fração daqueles que ainda continuam a residir com o agregado de origem (26 %). Também é entre estes últimos que o desejo de “viver só” tende a ser mais frequente.

Relativamente ao nível de escolaridade dos pais, a maioria destes indivíduos são oriundos de agregados com mais baixos níveis de escolaridade, sendo que as proporções em ambos os grupos (com ou sem filhos) não apresentam grandes diferenças. Quanto ao nível de escolaridade do próprio indivíduo, este tende a concentrar-se também no ensino básico, o que já era de certa forma expectável, dado o elevado peso que este nível de ensino representa, nomeadamente para as gerações mais velhas, como é o caso daqueles que não podem ter (mais) filhos, como se verifica pela sua elevada idade média e mediana.

E ainda, como um reflexo desta elevada idade média, não surpreende que a maioria destes indivíduos tenha nascido em famílias com três ou mais filhos (o próprio indivíduo acrescido do número de irmãos). Note-se que a grande maioria destes indivíduos nasceu antes da década de 1970, quando a fecundidade portuguesa ainda era relativamente alta.

No que concerne ao número de filhos considerado ideal para uma família, a grande maioria remete para o ideal de dois ou mais filhos. Contudo, cabe aqui a ressalva de que estes ideais possam ser válidos apenas para as famílias de uma forma geral e não para si próprios. Também não foi possível desvendar se entre estes indivíduos houve algum desejo de entrarem na parentalidade, ou, no caso daqueles que já entraram, se havia um desejo de terem mais filhos do que aqueles que efetivamente tiveram, uma vez que a questão acerca da fecundidade desejada ao longo da vida não foi aplicada a nenhum destes indivíduos.

Na Tabela 5.6 podemos observar que, para os indivíduos que têm filhos, a maioria concorda que a realização pessoal passa pelos projetos de parentalidade, sendo que esta posição tende a variar intensamente conforme o sexo, revelando-se mais evidente entre os homens. Enquanto mais de 70 % destes últimos concordam que a realização pessoal passa pela paternidade e pela maternidade, entre as mulheres pouco mais de metade admite que a realização pessoal passe pela maternidade e quase 60 % discordam de que passe pela paternidade. Também é entre os que já têm filhos que se verifica uma mais elevada proporção dos que discordam de que seja “preferível ter um só filho com mais oportunidades a ter mais filhos”.

Para aqueles sem filhos, de uma forma geral, passa-se o contrário do observado no grupo anterior, com a maioria discordando de que a realização pessoal dependa da presença de filhos, sendo que esta posição não é, contudo, unânime entre os sexos. Quando se examina a posição dos homens e mulheres separadamente, 60 % dos homens defendem que para se sentirem realizados é preciso terem filhos, enquanto entre as mulheres não se verifica o mesmo (nem para a maternidade, e menos ainda para a paternidade), sugerindo, assim, que a parentalidade seja mais “imprescindível” à realização dos homens do que das mulheres. De referir que os indivíduos sem filhos tendem a apresentar uma maior concordância de que seja preferível ter um só filho com mais oportunidades, a ter mais filhos.

Tabela 5.5 Indivíduos que não podem ter filhos, pela condição de parentalidade, segundo características selecionadas.

Variável	Categorias	Sem filhos e não podem tê-los (%)	Com filhos e não podem ter mais (%)
Sexo	Homem	45,2	34,6
	Mulher	54,8	65,4
Situação de conjugalidade	Sem cônjuge ou companheiro(a)	51,9	6,3
	Com cônjuge	42,2	81,5
	Com companheiro(a)	5,9	12,2
Nível de escolaridade	Até ao básico	59,9	71,5
	Secundário	11,3	19,5
	Superior	28,8	9,0

Condição perante o trabalho	Com emprego	49,8	63,6
	Desempregado(a)	20,0	23,2
	Reformado(a)/pensionista	4,2	1,0
	Incapacitado(a) permanente para o trabalho	23,8	0,6
	Doméstico(a)	2,2	10,6
	Outra situação de inatividade	-	1,0
Qualificações do agregado de origem	Ambos os pais até ao básico	86,4	89,0
	Ao menos um com ensino secundário	5,4	4,1
	Ao menos um com ensino superior	5,8	3,4
	Não sabe	2,4	3,5
Número de irmãos	Nenhum	13,1	1,6
	Um	27,9	21,1
	Dois	16,7	13,0
	Três ou mais	42,3	64,3
Razão principal da cessação de coabitação com quem viveu até aos 15 anos	Estudos	15,8	1,1
	Casamento ou coabitação	20,2	72,9
	Vontade de viver só	12,6	2,2
	Motivos profissionais	10,6	9,8
	Outros motivos	5,0	9,3
	Não sabe/ Não respondeu	9,7	2,4
Dimensão da área de residência	Nunca deixou de residir	26,1	2,3
	Densamente povoada	32,5	33,6
	Medianamente povoada	57,3	45,0
Número ideal de filhos numa família ¹	Pouco povoada	10,2	21,4
	Nenhum	1,9	1,0
	Um	9,5	1,7
	Dois	45,2	52,5
	Três ou mais	41,5	43,6
Presença de filhos	Não sabe	1,9	1,2
	Não	95,3	-
	Adotados	4,4	0,0
	Enteados	0,3	5,3 ^(A)
	Biológicos	-	100

¹ Dimensão ideal para uma família, qualquer que ela seja.

^(A) Entre os que já entraram na parentalidade, todos os que têm enteados têm também filhos biológicos.

Tabela 5.6 Distribuição de alguns valores acerca da parentalidade entre os indivíduos que não podem ter filhos, pela sua condição de parentalidade e sexo.

Valores	Posição	SEM FILHOS E NÃO PODEM TÊ-LOS (%)			COM FILHOS E NÃO PODEM TER MAIS (%)		
		Homem	Mulher	Ambos	Homem	Mulher	Ambos
Uma mulher precisa de ter filhos para se sentir realizada	Concorda	45,9	42,0	43,8	71,3	53,8	59,7
	Discorda	54,1	58,0	56,2	28,7	46,2	40,3
Um homem precisa de ter filhos para se sentir realizado	Concorda	60,3	36,1	47,0	72,3	41,4	52,3
	Discorda	39,7	63,9	53,0	27,7	58,6	47,7
É preferível ter um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos	Concorda	55,0	58,8	57,1	38,0	41,8	40,5
	Discorda	45,0	41,2	42,9	62,0	58,2	59,5

5.5. Motivos para não querer ter/ter mais filhos

Para esta análise foram excluídos os indivíduos que indicaram não saber se queriam ter filhos ou ter mais filhos, mas que ainda assim responderam à parte do inquérito referente aos motivos para não se querer ou não se querer ter mais filhos.

Pela análise da Figura 5.20, tanto entre os que já têm filhos, como os que não têm filhos, os motivos considerados mais importantes para não terem filhos ou não terem mais filhos foram os motivos económicos (83 %) e os profissionais (63 %).

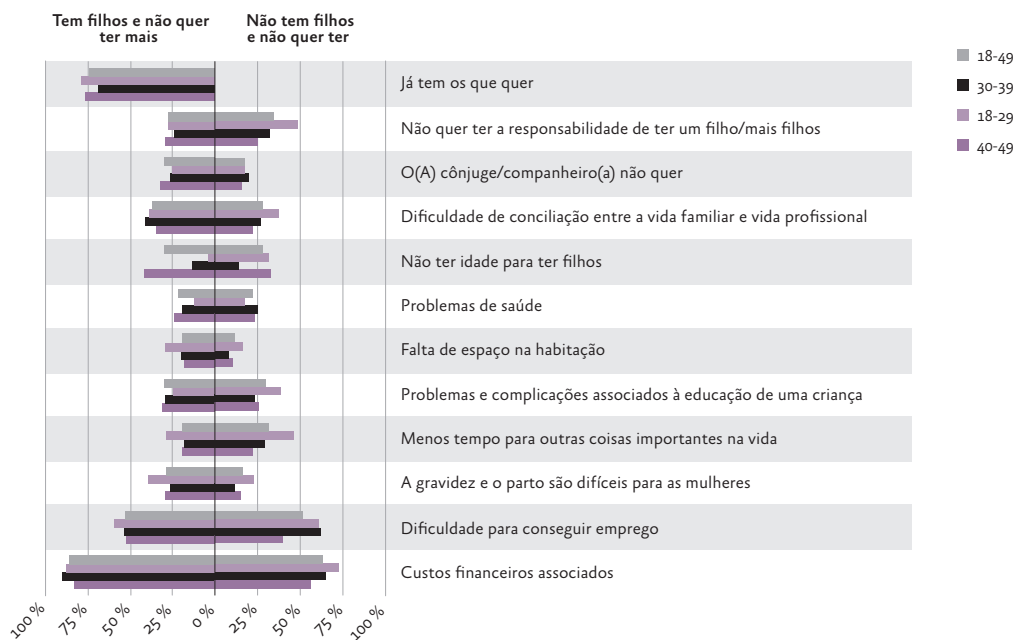
Verifica-se que existem algumas diferenças por classe etária. Tanto no caso de quem tem filhos, como de quem não tem, salienta-se que para quase metade dos residentes mais velhos a idade é um entrave para não voltarem a ter filhos. Este motivo é também apontado por mais de um quarto dos mais jovens que não tiveram filhos, o que parece indicar que não tiveram filhos por considerarem que “ainda” não têm idade para os terem.

Para os mais jovens e sem filhos, a situação profissional, que sabemos estar muito instável, parece ser um dos principais motivos para não quererem ter filhos. A importância que o motivo “não querer assumir a responsabilidade de ter um filho” tem para este grupo pode dever-se também a essa mesma instabilidade profissional.

De seguida, realizou-se uma análise multivariada dos motivos, por classe etária, com vista a distinguir os indivíduos segundo a sua decisão sobre não quererem ter ou não quererem ter mais filhos. Nesta análise, optou-se sempre por se considerar o sexo, o facto de se terem ou não filhos e o nível de escolaridade do próprio, como variáveis passivas (*i.e.*, não são usadas na construção das dimensões), de modo a averiguar sobre uma possível relação com os

motivos para não pretenderem alterar a sua fecundidade realizada. Os resultados relativos ao grupo etário dos 40 aos 49 anos serão apresentados somente no capítulo 7.3.

Figura 5.20 Importância atribuída a cada um dos motivos para não querer ter/ter mais filhos, por classe etária (as percentagens podem ser consultadas na Tabela D.6 e na Tabela D.7 do Anexo D).



5.5.1. Indivíduos com idades entre os 18 e os 29 anos

Estima-se que 14,3 % dos residentes com idade entre os 18 e os 29 anos considerem que o seu ciclo reprodutivo está fechado, e, destes, cerca de metade (52,0 %) nem chegará a vivenciar a parentalidade.

Figura 5.21 Motivos considerados importantes para não ter/não ter mais filhos, pelos residentes com idade entre os 18 e os 29 anos.



Entre quem não tem filhos, verifica-se que a percentagem de mulheres que mencionaram como motivos relevantes o facto de terem menos tempo para outras coisas importantes na vida, a dificuldade de conciliação entre a vida familiar e a profissional e não terem idade para ter filhos é muito superior à dos homens (Figura 5.21). Pelo contrário, os homens referiram mais vezes que as mulheres a dificuldade para se conseguir emprego.

Entre quem tem filhos, salienta-se que cerca de 8 em cada 10 homens referiram já ter os filhos que queriam, sendo este valor muito superior ao observado entre as mulheres.

Tal como a idade e a saúde, a dificuldade da gravidez e do parto assumem uma importância muito superior entre as mulheres.

Tanto para os homens, como para as mulheres o hedonismo³⁰ está mais patente entre os que não têm filhos.

Numa análise multivariada sobre a importância dos motivos para não se pretender aumentar a sua fecundidade realizada, foi excluído o motivo de “falta de espaço na habitação”, por apresentar um fraco poder discriminativo e, portanto, não contribuir para a definição de cada uma das dimensões seguidamente identificadas. Foi possível resumir a informação relacional entre as variáveis em quatro fatores, ou dimensões, que explicam 54 % da

³⁰. Hedonista é entendido, no texto, como uma pessoa que vê os bens materiais como os mais importantes na sua vida e que partilha a ideia de que é possível a realização do máximo de utilidade (felicidade) com o mínimo de restrições pessoais.

variância (Tabela D.8 do Anexo D). As quatro dimensões obtidas, tendo em conta as variáveis que mais contribuem para a sua definição, podem ser nomeadas como:

1. Hedonismo e estilos de vida:
 - Menos tempo para outras coisas importantes na vida,
 - Dificuldade de conciliação entre vida familiar e vida profissional,
 - Problemas e complicações associados à educação de uma criança,
 - Não quer ter a responsabilidade de ter um filho/mais filhos,
 - Problemas de saúde.
2. (In)Estabilidade económica
 - Dificuldade para conseguir emprego,
 - Custos financeiros associados.
3. Gravidez, conciliação e idade:
 - A gravidez e o parto são difíceis para as mulheres,
 - Dificuldade de conciliação entre vida familiar e vida profissional,
 - Não ter idade para ter filhos,
 - Não quer ter a responsabilidade de ter um filho/mais filhos.
4. Negociação entre o casal e idade:
 - O(A) cônjuge/companheiro(a) não quer,
 - Não ter idade para ter filhos.

A primeira dimensão reflete uma associação entre o hedonismo e o estilo de vida mais ativo, do ponto de vista social, por parte do estrato mais jovem em idade reprodutiva. A segunda dimensão distingue os jovens em função da sua situação económica e profissional. A terceira dimensão opõe a opinião sobre a gravidez e a dificuldade de conciliação entre a vida familiar e a vida profissional em relação à idade e à responsabilidade de ter um filho/mais filhos. Finalmente, a quarta dimensão opõe a vontade do cônjuge à idade.

Com base nestas 4 primeiras dimensões identificaram-se 5 perfis de indivíduos (Figura 5.22 a Figura 5.24³¹). Posteriormente, procedeu-se à classificação dos residentes, com idades entre os 18 e os 29 anos, tendo-se identificado 5 grupos homogéneos de pessoas que corresponderam aos perfis identificados e cujas principais características são (Figura D.1 e Tabela D.9 do Anexo D):

- Grupo 1 – residentes (cerca de 36 %) que só consideram importante, para a sua decisão de não terem filhos ou não quererem ter mais filhos, a instabilidade financeira. Os indivíduos com escolaridade ao nível do 1.º ciclo e os homens tendem a ajustar-se mais a este perfil. Observa-se que 40 % dos indivíduos deste grupo estão a viver com os pais, o que pode indicar que estão a atravessar um período de dificuldades económicas e profissionais.

³¹ Para facilitar a leitura destas figuras representaram-se apenas as categorias das variáveis que mais contribuíram para a definição das dimensões consideradas. Apresentam-se os pares de dimensões que melhor permitem identificar os perfis.

- Grupo 2 – compreende cerca de 19 % dos residentes que se distinguem dos restantes por considerarem os motivos associados ao hedonismo como justificação para não quererem ter ou não quererem ter mais filhos. Este grupo é composto essencialmente por indivíduos sem filhos, em que 70 % vivem com os pais. Parece assim tratar-se de indivíduos que pretendem desfrutar a vida sem vivenciarem a parentalidade (pelo menos, até ao momento).
- Grupo 3 – abrange aproximadamente 14 % dos residentes. Este grupo é constituído maioritariamente por mulheres que, para além do receio associado à gravidez e ao parto, também têm dificuldade em conciliar a vida profissional e familiar, não sendo a idade, nem o assumir das responsabilidades associadas a ter-se um filho ou mais filhos importantes para a sua decisão.
- Grupo 4 (cerca de 18 %) – distingue-se dos restantes pelo facto de referir que a falta de vontade do(a) cônjuge/companheiro(a) é motivo importante para a sua decisão, aliada ao facto de não quererem assumir a responsabilidade de terem um filho ou mais filhos.
- Grupo 5 – residentes (cerca de 23 %) que apenas não consideram importante para a sua decisão a negociação entre o casal. Este é o grupo que apresenta a maior percentagem de mulheres e com mais elevados níveis de escolaridade.

Figura 5.22 Representação da primeira e segunda dimensão da análise multivariada da importância dos motivos atribuída pelos residentes com idade entre os 18 e os 29 anos e que não querem ter ou ter mais filhos (35 % da variância é explicada por estas duas componentes).

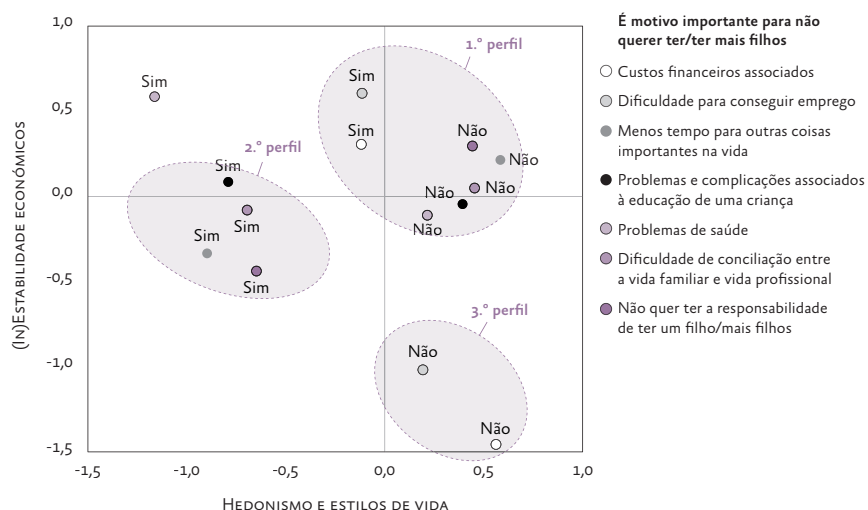


Figura 5.23 Representação da segunda e terceira dimensão da análise multivariada da importância dos motivos atribuída pelos residentes com idade entre os 18 e os 29 anos e que não querem ter ou ter mais filhos (26 % da variância é explicada por estas duas componentes).

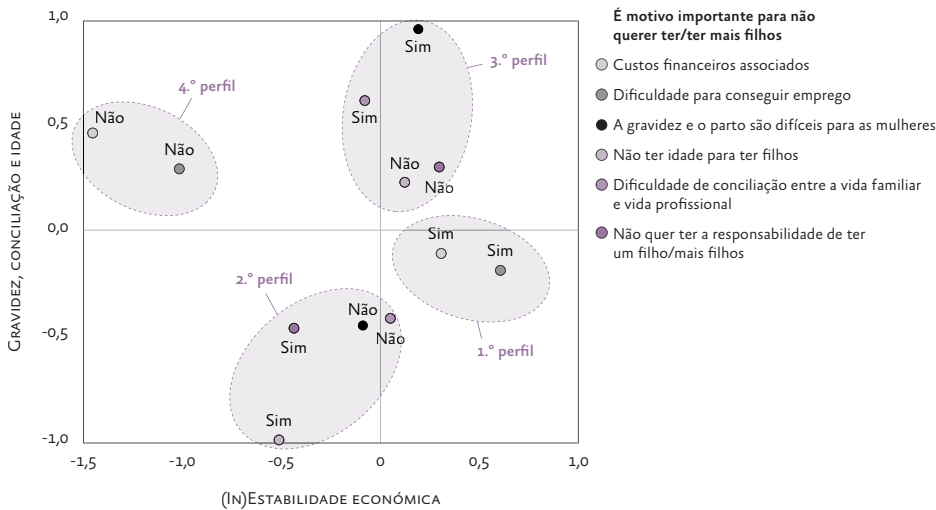
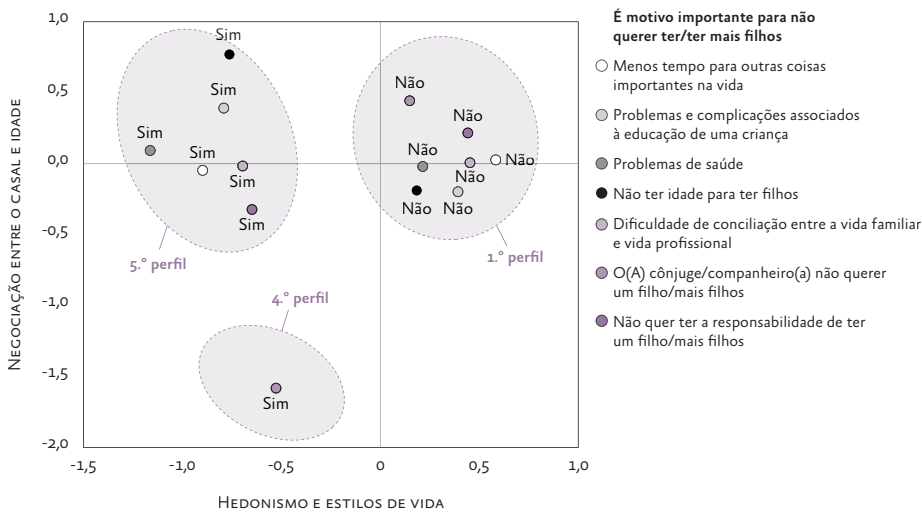


Figura 5.24 Representação da primeira e quarta dimensão da análise multivariada da importância dos motivos atribuída pelos residentes com idade entre os 18 e os 29 anos e que não querem ter ou ter mais filhos (32 % da variância é explicada por estas duas componentes).



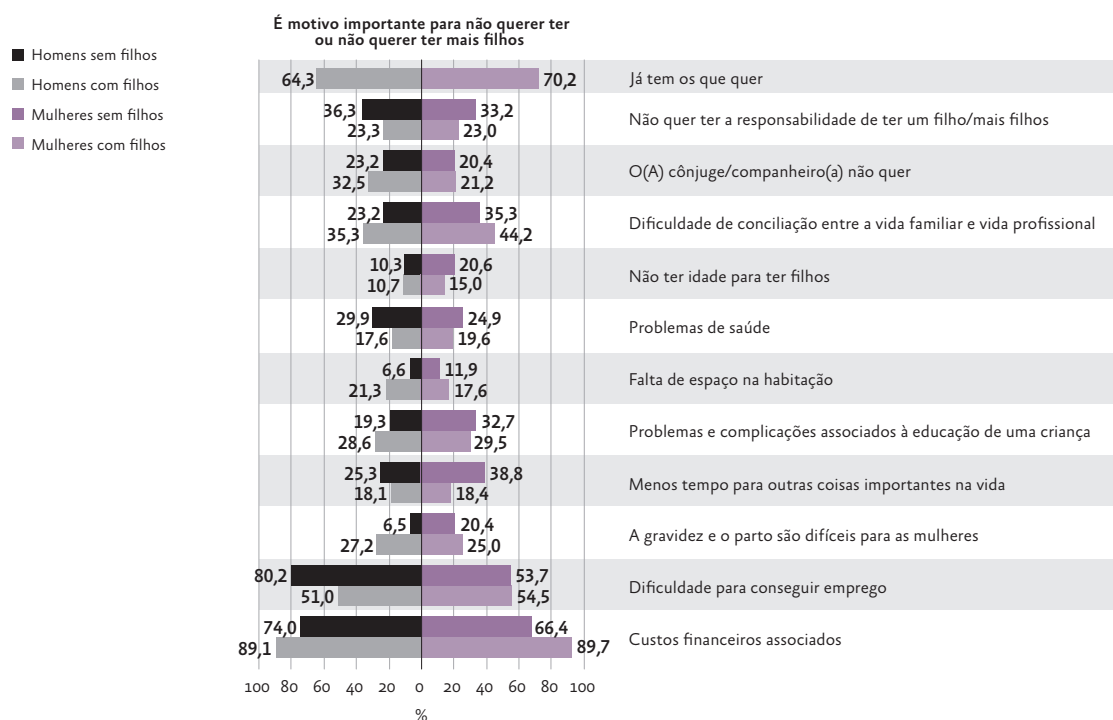
5.5.2. Indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos

Estima-se que metade dos residentes com idade entre os 30 e os 39 anos considera que o seu ciclo reprodutivo está concluído, e, destes, cerca de um em cada dez não terá filhos.

Entre quem não tem filhos, verifica-se que a percentagem de homens que mencionou como motivo importante a dificuldade para conseguir emprego é muito superior em relação às mulheres (Figura 5.25). Pelo contrário, as mulheres referem, mais que os homens, o facto de terem menos tempo para outras coisas importantes na vida, a dificuldade de conciliação entre a vida familiar e a vida profissional e também os problemas e complicações associados à educação de uma criança.

Tanto para os homens, como para as mulheres, as dificuldades de conciliação são mais mencionadas por quem tem filhos, ao passo que os motivos ligados ao hedonismo são mais referidos pelos que não têm filhos.

Figura 5.25 Motivos considerados importantes para não ter/não ter mais filhos, pelos residentes com idade entre os 30 a 39 anos.



Numa análise multivariada sobre a importância dos motivos para não se pretender aumentar a sua fecundidade realizada, foram excluídos os motivos “a gravidez e o parto são difíceis para as mulheres” e “o(a) cônjuge/companheiro(a)

não quer”, por apresentarem um fraco poder discriminativo e, nessa medida, não contribuírem para a definição de cada uma das dimensões seguidamente identificadas. Foi possível resumir a informação relacional entre as variáveis em quatro fatores, ou dimensões, que explicam 54 % da variância (Tabela D.10 do Anexo D). As três dimensões obtidas, tendo em conta as variáveis que mais contribuem para a sua definição, podem ser nomeadas como:

1. Hedonismo e estilos de vida:

- Problemas e complicações associados à educação de uma criança,
- Não quer ter a responsabilidade de ter um filho/mais filhos,
- Menos tempo para outras coisas importantes na vida,
- Falta de espaço na habitação,
- Dificuldade de conciliação entre a vida familiar e a vida profissional.

2. (In)Estabilidade económica e conciliação:

- Dificuldade para conseguir emprego,
- Custos financeiros associados,
- Menos tempo para outras coisas importantes na vida,
- Dificuldade de conciliação entre a vida familiar e a vida profissional.

3. Custos financeiros, saúde e idade:

- Problemas de saúde,
- Custos financeiros associados,
- Não ter idade para ter filhos.

Comparando este grupo etário com o dos 18 aos 29 anos, pode observar-se a semelhança entre as dimensões identificadas, variando a ordenação dos motivos com a classe etária.

Figura 5.26 Representação da primeira e segunda dimensão da análise multivariada dos motivos atribuídos pelos residentes com idade entre os 30 e os 39 anos e que não querem ter ou ter mais filhos (36 % da variância é explicada por estas duas componentes).

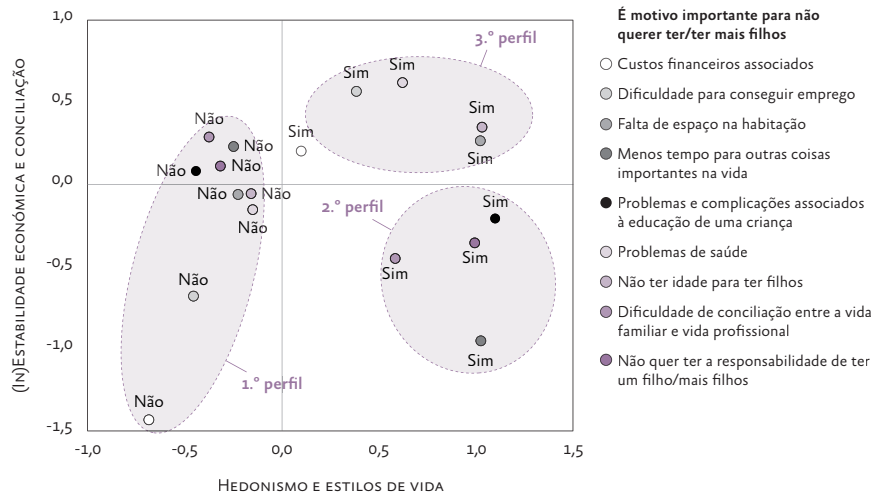
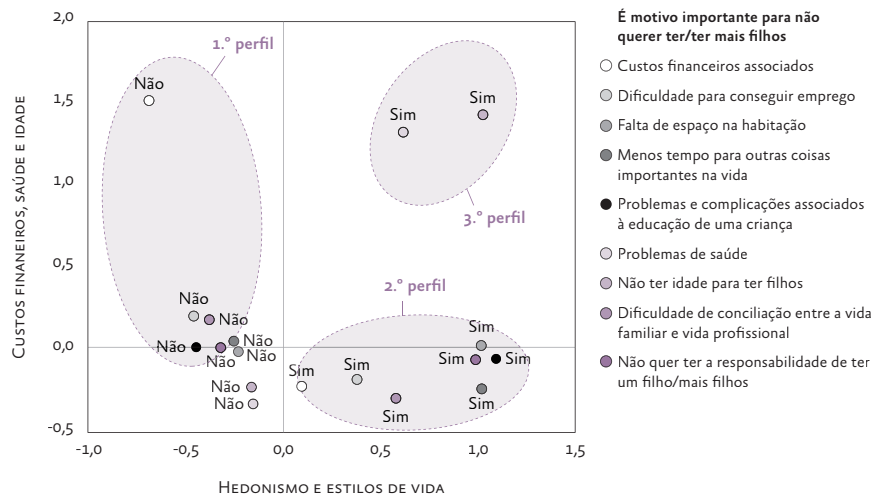


Figura 5.27 Representação da primeira e terceira dimensão da análise multivariada dos motivos atribuídos pelos residentes com idade entre os 30 e os 39 anos e que não querem ter ou ter mais filhos (36 % da variância é explicada por estas duas componentes).



No grupo de residentes com idades entre os 30 e os 39 anos, a primeira dimensão também revela uma relação entre a vida profissional e social ativa que é difícil de conciliar com a vida familiar. A dimensão 2 associa a instabilidade económica às dificuldades de conciliação entre a vida familiar, a vida social e a vida profissional. A terceira dimensão opõe os custos financeiros

à saúde e à idade, o que indica a existência de 2 grupos que se distinguem por: 1) a saúde e a idade não são um problema e na sua decisão conta apenas a questão financeira (eventualmente este grupo poderá ser constituído por indivíduos com idades mais próximas dos 30 anos, *i. e.*, pouco acima dos 30); 2) indivíduos com estabilidade económica, mas possivelmente com problemas de saúde associados (nomeadamente, problemas de infertilidade), por consequência, à idade.

Com base nas 3 primeiras dimensões identificaram-se 3 perfis de pessoas. Posteriormente, procedeu-se à classificação dos residentes, com idades entre os 30 e os 39 anos, tendo sido identificados 3 grupos homogéneos que corresponderam aos perfis identificados e cujas principais características são (Figura 5.26 e Figura 5.27, e Figura D.2 e Tabela D.11 do Anexo D):

- Grupo 1 (cerca de 52 %) – Estes indivíduos distinguem-se dos restantes por atribuírem menos importância aos custos financeiros e à dificuldade de conseguirem emprego. Para além disso, de um modo geral, todos os motivos são considerados não importantes para a sua decisão. Estamos, portanto, perante um grupo de indivíduos que não quer ter filhos, porque essa é a sua vontade.
- Grupo 2 (cerca de 33 %) – Residentes para os quais os motivos associados ao hedonismo e às dificuldades de conciliação são os principais obstáculos ao aumento da sua fecundidade.
- Grupo 3 (cerca de 15 %) – Os problemas de saúde e não terem idade para ter filhos são os motivos que os distinguem.

5.6. Discussão de resultados

Dada a entrada mais tardia dos homens na vida reprodutiva, confirmam-se as expectativas iniciais de que são eles os mais prováveis a não terem de facto entrado na parentalidade. Face ao contínuo adiamento da fecundidade para idades mais tardias, quer entre os homens, quer entre as mulheres (Kohler *et al.*, 2006; Lesthaeghe, 2010; Sobotka, 2008), confirma-se ainda que o aumento da idade tende a reduzir as possibilidades de não se ter experienciado a parentalidade.

Contudo, se, por um lado, os mais jovens ainda podem protelar o nascimento dos filhos para idades mais tardias (Merz e Liefbroer, 2010), o avançar da idade tende a reduzir as intenções de fecundidade, fazendo com que aqueles que atinjam idades mais avançadas sem vivenciarem a parentalidade sejam mais suscetíveis de nunca a experienciar (Morgan, 1991). Como destacam Merz e Liefbroer (2010), Morgan (1991), Weston e Qu (2001), a infecundidade (*childlessness* permanente) pode ser o desfecho final de consecutivos adiamentos e

de uma maior relutância em se terem filhos (Rowland, 1998) nas idades mais avançadas, quando os “limites sociais” parecem anteceder os limites biológicos (Billari *et al.*, 2011).

É claro que, para alguns, a parentalidade pode nunca ter sido um projeto a realizar-se, uma vez que tal condição vem deixando de ser uma particularidade inerente às biografias individuais (Merz e Liefbroer, 2010; Sobotka, 2008), tornando-se antes uma opção cada vez menos estereotipada e cada mais aceite e frequente (Basten, 2009; Koropeckyj-Cox e Pendel, 2007; Sobotka, 2008, 2009; Tanturri e Mencarini, 2008; Van de Kaa, 2002), constituindo, por isso, um importante indício das mudanças nas normas e valores sociais que vêm acompanhando o declínio da fecundidade ao longo do último meio século (Ajzen e Klobas, 2013; Lesthaeghe, 2010). Todavia, se por um lado a maioria dos indivíduos que não desejaram ter filhos ao longo do seu período reprodutivo deverá ser *childlessness* permanente por opção, o contrário não é verdadeiro, ou seja, nem todos os que deverão permanecer *childlessness* sempre colocaram o projeto parental de parte.

Ainda no que respeita à idade, não se tendo encontrado evidências de que os mais jovens, ou os mais velhos sejam mais suscetíveis de nunca terem desejado ter filhos, pode-se dizer que o facto de não se desejar ter filhos afeta de forma semelhante os indivíduos residentes em Portugal, nas suas mais diversas idades, e que, apesar do aumento da importância dos valores relativos à autorrealização (Torres, 2001; Guerreiro e Abrantes, 2007; Hakim, 2008; Lesthaeghe, 2010), não se verifica entre os mais jovens uma maior tendência para abrir mão do projeto parental.

Entre os mais jovens, os indivíduos oriundos de agregados onde a mãe tenha um nível de ensino um pouco mais elevado são mais propensos a ainda não terem filhos do que aqueles descendentes de mães com níveis de ensino inferiores. No caso dos indivíduos entre os 30 e os 39 anos, estas maiores possibilidades pertencem àqueles cujos pais experienciaram ruturas conjugais. Pode-se admitir que os contextos de socialização continuam ainda a exercer uma significativa influência nas decisões reprodutivas, como propõem Ajzen (1991), Ajzen e Klobas (2013), Testa (2010), Testa e Grilli (2006), Udry (1983), entre outros. Não deixa de ser interessante notar-se ainda que um estudo de Domínguez-Folgueras e Castro-Martín (2008) para as mulheres residentes em Portugal e Espanha revelou que aquelas que experienciaram a separação dos pais são mais propensas a coabitarem do que a casarem-se legalmente, o que novamente evidencia que os contextos de socialização podem afetar tanto os percursos conjugais, quanto os percursos reprodutivos.

Adicionalmente, a dimensão familiar ideal, uma parte integrante do contexto social e normativo, continua a influenciar as decisões reprodutivas

(Goldstein *et al.*, 2003; Hin *et al.*, 2011; Testa e Grilli, 2006; Testa, 2012), uma vez que são aqueles com mais baixos ideais os que maiores possibilidades apresentam de não desejarem ter filhos, bem como de não transitarem para a parentalidade. Indubitavelmente, como defende Bongaarts (1998), a dimensão ideal familiar é um dos principais determinantes do comportamento reprodutivo, sendo ainda um dos determinantes mais críticos sobre a evolução da fecundidade futura. Como os ideais de fecundidade tendem a refletir as normas sociais vigentes (Koropeckyj-Cox e Pendel, 2007; Merz e Liefbroer, 2010; Testa, 2010), um possível declínio na dimensão familiar ideal pode indiciar uma mais difícil recuperação da fecundidade nos anos vindouros, bem como a sua estabilização em limiares bem inferiores ao necessário para garantir a renovação das gerações, ou mesmo um mais acentuado declínio populacional (Sobotka, 2009).

As questões relativas aos valores parentais e sociais sobressaem, assim, como de grande relevância na análise da fecundidade, como aliás defendem Ariès (1980), Lesthaeghe (2010) e Van de Kaa (2002). Ao mesmo tempo a que se assiste a uma maior tolerância por diferentes estilos de vida, incluindo aqueles que não contemplam a presença de filhos (Ajzen e Klobas, 2013; Sobotka, 2008, 2009; Tanturri e Mencarini, 2008), a parentalidade, embora amplamente desejada (Frejka, 2008; Morgan e Rackin, 2010; Sobotka, 2008), já não é para muitos uma condição básica para se alcançar a autorrealização (Merz e Liefbroer, 2010; Sobotka, 2008). Desta forma, não surpreende que indivíduos que nunca desejaram ter filhos, bem como aqueles que deverão nunca os vir a ter sejam aqueles que discordam de que a realização pessoal passe pelos projetos parentais.

Contudo, ao invés de se apontar para uma possível perda do valor social da criança (Cunha, 2005), importa evidenciar que são aqueles para quem é preferível ter menos filhos, desde que estes tenham melhores oportunidades futuras, os mais prováveis a não terem entrado na parentalidade, o que pode indicar que restrições financeiras (ou de tempo) que possam comprometer as oportunidades futuras dos filhos constituem um fator restritivo da capacidade para se entrar na parentalidade, o que confirmaria a suposição da compensação “quantidade vs. qualidade”, como proposto por Becker (1960) e Becker e Lewis (1974), em que se associa o declínio da fecundidade a um crescente investimento em cada criança. É aliás neste sentido que apontou Bandeira (2012) ao analisar o declínio da fecundidade portuguesa ao longo das últimas décadas: em benefício do futuro dos filhos tornou-se imperativo controlar e limitar o número de filhos.

Os desafios da conciliação entre vida familiar e trabalho remunerado também podem influenciar a transição para a parentalidade. Embora estes desafios

tendam a afetar mais as mulheres (McDonald, 2006; Morgan e Rackin 2010; Torres, 2001; Van Peer, 2002; Wall e Guerreiro, 2005), os resultados apontam que os homens também são afetados. Pessoas que consideram que a melhor forma de “conciliação” é não trabalhar, *home-centered*, conforme terminologia de Hakim (2003, 2008), são mais propensas a terem entrado na parentalidade do que aquelas que tendem a valorizar a participação no mercado de trabalho, o que suporta o argumento de que a concorrência entre trabalho e fecundidade pode nem sempre ser favorável a esta última (Demeny, 2003; Lesthaeghe, 2010).

Quando se avalia a forma como homens ou mulheres participam no mercado de trabalho, nomeadamente, nas idades entre os 30 e os 39 anos, a relação entre fecundidade e mercado de trabalho revela-se diferenciada, indicando que nem sempre é unidirecional (Lanzieri, 2013). A relação entre participação no mercado de trabalho e fecundidade pode diferir não só consoante as diferentes idades (Adsera, 2006a), mas também entre os sexos. Neste caso, os homens revelam-se mais afetados pela ausência de um emprego a tempo inteiro, já que aqueles que não trabalham ou trabalham menos de 36 horas por semana são mais propensos a não transitarem para a parentalidade do que aqueles com uma jornada de trabalho mais intensa (36 horas ou mais). De referir ainda que os homens com uma jornada de trabalho menos extensa são mais suscetíveis de não terem desejado ter filhos, relativamente àqueles que trabalham mais horas por semana.

Já entre as mulheres não há diferenças estatisticamente significativas, no que respeita às possibilidades de permanecerem *childlessness* ou de não terem desejado filhos, consoante a sua jornada de trabalho seja mais ou menos extensa, o que corrobora o argumento de Cunha (2005) sobre a inexistência de evidências que confirmem que as mulheres mais ativas sejam mais propensas a recusarem os seus papéis maternos do que as menos ativas.

Similarmente, a par das transformações nas formas de se vivenciar a intimidade (Almeida *et al.*, 2002; Giddens, 1993) e do aumento expressivo dos nascimentos fora do casamento (Lesthaeghe, 2010; Van de Kaa, 2002), a presença de um relacionamento conjugal, ainda que na forma da coabitação, cuja importância tem vindo a aumentar (Almeida *et al.*, 1998; Guerreiro e Abrantes, 2007; Sobotka, 2008; Van de Kaa, 2002), permanece um elemento fulcral para a entrada na parentalidade, bem como para o desejo de se ter pelo menos um filho (Aassve *et al.*, 2012; Kohler *et al.*, 2006; Morgan e Rackin, 2010; Qu *et al.*, 2000; Schoen *et al.*, 1999; Tanturri e Mencarini, 2008), uma vez que aqueles que não têm cônjuge ou companheiro apresentam mais possibilidades de não terem desejado filhos, bem como de não transitarem para a parentalidade.

Por outro lado, o facto dos indivíduos serem solteiros potencia a decisão (temporária ou permanente) de não terem filhos, sendo que ser-se casado, viúvo

ou divorciado tem o efeito oposto. Apesar do estado civil também aparecer como uma variável importante para se explicarem as decisões de fecundidade, concluímos que a situação conjugal ou a experiência de conjugalidade (atual ou passada) são mais significativas para se explicar a decisão de não se terem filhos, permitindo-nos compreender melhor o fenómeno em causa.

As questões económicas e financeiras também assumem grande relevância, pois afetam a capacidade que os indivíduos têm (ou acreditam ter) para suportar a criação dos filhos (Ajzen, 1991; Ajzen e Klobas, 2013). Assim, o facto de uma pessoa não ter trabalho ou ter baixos rendimentos é possível que venha a afetar a sua capacidade de ter filhos (ou, neste caso, de entrar na parentalidade), sendo ainda expectável que aqueles com mais baixos rendimentos e sem um(a) companheiro(a) com trabalho que permita associar os rendimentos para reduzir a sensação de insegurança (Aassve *et al.*, 2012; Barber, 2001; Weston e Qu, 2001) sejam mais propensos a não terem transitado para a parentalidade, bem como de não virem a transitar.

Contudo, o efeito do rendimento parece não ser unidirecional. Se, por um lado, maiores rendimentos podem produzir maior sensação de segurança e maior aptidão para suportar a criação dos filhos, por outro lado, como referido anteriormente, aqueles que tendem a valorizar estilos de vida mais voltados para uma maior independência (Hakim, 2003, 2008) e autorrealização (Van de Kaa, 2002) podem não estar dispostos a colocar em causa tais estilos de vida, em virtude da chegada de uma criança.

Apesar de maiores níveis de escolaridade implicarem, regra geral, um adiamento da entrada na parentalidade (Adsera, 2006b; Billari e Kohler, 2002; McDonald, 2006; Mills *et al.*, 2011; Sobotka, 2008), quando olhamos apenas para aqueles que ainda não fizeram tal transição nas idades entre os 30 e os 39 anos, são os indivíduos com maiores níveis de instrução os que demonstram maior intenção de vir a ter filhos. Estes resultados não são, contudo, uma singularidade da sociedade portuguesa, uma vez que diferentes estudos apontam na mesma direção (*i.e.*, Mills *et al.*, 2008; Spéder e Kapitány, 2009), ou seja, para uma maior intenção entre os segmentos com maior escolaridade.

Considerando que maiores níveis de escolaridade podem ser assumidos como uma *proxy* para uma maior capacidade quer de se entrar, quer de se ser bem-sucedido no mercado de trabalho e obterem-se melhores rendimentos (Aassve *et al.*, 2012; Spéder e Kapitány, 2009), pode-se dizer que pessoas com maiores níveis de escolaridade têm também maior capacidade de suportar os custos da entrada na parentalidade (Mills *et al.*, 2011), enquanto para aqueles que, apesar de terem mais baixos níveis de ensino, ultrapassaram a barreira dos 30 anos sem entrarem na parentalidade – situação em que o adiamento não é movido pelos investimentos em educação – pode haver uma maior

dificuldade, como a falta de recursos para suportar tais custos, nomeadamente em contextos nos quais a parentalidade tem assentado em requisitos cada vez mais exigentes (Sobotka, 2008).

Depois de, neste capítulo, termos analisado em pormenor os fatores responsáveis pela decisão de não se terem filhos, de acordo com os dados recolhidos no Inquérito à Fecundidade 2013, no capítulo seguinte centrámo-nos no estudo dos determinantes em relação ao *quantum*, número de filhos na decisão de fecundidade.

Não limitámos a análise apenas ao número de filhos tidos, mas também aos desejados e àqueles que se esperam vir a ter no final da vida reprodutiva. Para se encontrarem as razões do afastamento entre o número de filhos que se espera ter no final e o que se tinha à data do inquérito, modelámos também esta diferença que nos pode revelar indícios da trajetória futura da fecundidade em Portugal. Finalmente, encerramos o próximo capítulo com a análise dos motivos apontados pelos residentes no nosso país para quererem ter (mais) filhos.

Capítulo 6

Determinantes da decisão de fecundidade: a decisão em relação ao *quantum*

As alterações demográficas registadas ao longo dos últimos anos nas sociedades desenvolvidas encontram-se intimamente relacionadas com as diferentes formas como as próprias sociedades têm de encarar o envelhecimento em si, ou seja, não raras vezes ouvimos dizer que a idade real corresponde a uma outra, geralmente inferior, num período transato (Goldstein e Cassidy, 2014). Estas novas perspetivas sobre a idade, fruto de um desenvolvimento bastante positivo em termos da longevidade, levam a que a perceção individual de cada um se diferencie e que as suas decisões familiares sejam cada vez mais determinadas em função de decisões individuais (Beck e Beck-Gernsheim, 2002). Estas decisões individuais, por sua vez, também podem ser influenciadas pela aprendizagem social (Myrskillä e Margolis, 2014), pois comportamentos que outrora não eram aceites disseminam-se mais facilmente entre atores sociais, e a conduta individual vai sendo influenciada pelas experiências vividas pelos que nos são próximos, principalmente familiares e amigos. Ainda, e seguindo mais uma vez Beck e Beck-Gernsheim (2002), estas decisões individuais estão atualmente menos condicionadas por variáveis que podem ser consideradas inatas (*i.e.*, a composição do agregado parental de origem), em detrimento das características adquiridas (*i.e.*, o nível de escolaridade do próprio).

Diversos estudos, tais como o de Myrskillä *et al.* (2013) e os de Sobotka (2013, 2004), identificaram o adiamento como sendo o principal fator da baixa fecundidade observada no início dos anos 90 do século passado. No entanto, um outro importante aspeto deve ser tido em conta: aparentemente, a maioria dos indivíduos deseja e espera ter uma fecundidade final entre um e, no máximo, dois filhos (Myrskillä e Margolis, 2014). Um dos determinantes avançados para esta alteração nos comportamentos de fecundidade (concentração a níveis baixos) é a aprendizagem social, *i.e.*, através da observação dos seus pares, os indivíduos identificam os aspetos que reconhecem como positivos e negativos e baseiam as suas próprias decisões de parentalidade (*tempo* e *quantum*) nessa mesma avaliação (Mongomery e Casterline, 1996). Assim, podemos concluir que não deixa de ser importante avaliar se os determinantes

para a decisão de se terem filhos se encontram correlacionados com a própria aprendizagem pessoal e social, que se inicia no seio da família de origem e termina na própria experiência e percepção individual.

No entanto, apesar destas alterações demográficas estarem essencialmente relacionadas com o período temporal em que os casais tomam as suas decisões e com as circunstâncias que enfrentam, na realidade, diferentes gerações podem ser “afetadas” por outras alterações registadas ao nível do período, ou, tal como Goldstein e Cassidy (2014) referem, todas as gerações se encontram expostas a possíveis choques num determinado período ou momento (damos como exemplo a recente crise económica e financeira) que podem influenciar a fecundidade do momento, incidindo em particular no *tempo* da fecundidade (aumentando o adiamento).

Alguns autores estudaram o impacto que a dimensão da família, e em particular o número de filhos, tem na realização pessoal e verificaram que o tempo extra que os pais passam com os filhos, no caso concreto de famílias mais numerosas, é essencial para a sua realização pessoal (Sandberg e Rafail, 2014). No entanto, o contexto social dos indivíduos, bem como os instrumentos que níveis de instrução mais elevados conferem aos pais e a possibilidade de terem um emprego estável são características que influenciam o concretizar das intenções de fecundidade, ou, até, o facto de terem objetivos de fecundidade mais elevados (Fahlen, 2013).

É neste sentido, e uma vez que as diferentes fecundidades em foco neste estudo variam em função (e vão-se adaptando) das circunstâncias da vida dos indivíduos, ou seja, ao longo do seu curso de vida, que é importante investigar se os determinantes que influenciam estas fecundidades são similares em diferentes segmentos da vida. Daí que se torna indispensável construir dois modelos estatísticos diferentes para se analisar o *quantum* da fecundidade. Assim, a nossa análise foca-se em dois segmentos de idades distintos entre si: entre os 18 e os 29 anos de idade (em que a fecundidade se pode considerar mais *precoce*); e entre os 30 e os 39 anos de idade (em que a fecundidade, a existir, se pode reconhecer como mais *tardia*).

Sempre diferenciando entre os dois segmentos de idades distintos, pretendemos avaliar, entre outros fatores, se é possível destacar alterações dignas de registo, no respeitante à alteração dos valores e atitudes individuais, tal como ao contexto social e normativo, pois a alteração dos valores parentais numa sociedade poderá tornar-se a norma e contribuir para influenciar (no caso, negativamente) o *tempo* e o *quantum* da fecundidade. Podemos também considerar ser expectável que a própria aprendizagem social e individual (sendo esta resultante de experiências passadas do próprio indivíduo) influencie as

decisões de fecundidade entre pares (Myrskillä e Margolis, 2014; Ajzen, 1991; Ajzen e Fishbein, 2005; Bongaarts, 2003; Testa e Grilli, 2006).

Também as características individuais, quer as inatas, quer as adquiridas, tal como os valores e atitudes relacionados com a família e os filhos, nomeadamente, o papel da compensação (*quantidade vs. qualidade*, na terminologia de Becker), serão variáveis essenciais na nossa abordagem para que a realidade portuguesa seja caracterizada com rigor, permitindo diferenciar comportamentos em relação a estudos também baseados em dados de um único momento, mas recolhidos em inquéritos anteriores.

Por forma a que se identifiquem quais as variáveis com maior impacto nas diferentes fecundidades em estudo, esta secção analisa, em separado, a fecundidade realizada, estudando-se os determinantes: para o filho único (distinguindo os residentes com idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos e os com idades entre os 30 e os 39 anos) e para um dado número de filhos; para a fecundidade desejada, os determinantes para o número desejado de filhos; para a fecundidade final esperada, diferenciando entre os determinantes para quem espera ter somente um filho, ou mais; para que a fecundidade final esperada seja atingida; e, por último, para querer ter/ter mais filhos (dos 18 aos 29 e dos 30 aos 39 anos).

6.1. Fecundidade Realizada

6.1.1. Determinantes para ter um filho único

Tendo-se constatado que a parentalidade permanece extremamente desejada, uma vez que apenas 8,3 % dos residentes em Portugal relataram que não desejam ter filhos, as baixas taxas de fecundidade recentemente verificadas em Portugal, que no ano de 2013 originaram que se atingisse o mais baixo valor já registado do Índice Sintético de Fecundidade, colocando o país definitivamente entre aqueles convencionalmente chamados de “*lowest-low fertility*”, conforme a terminologia adotada por Kohler, Billari e Ortega (2002), parecem particularmente tributárias da idade mais tardia em que homens e mulheres tendem a entrar na parentalidade.

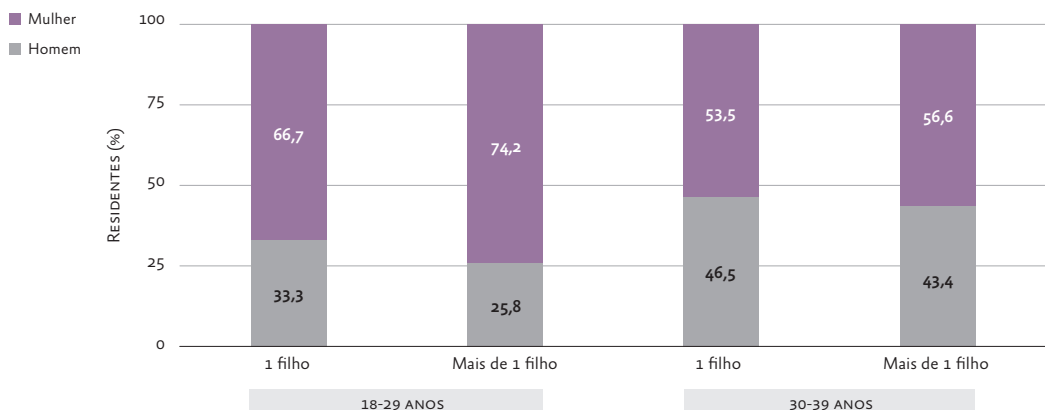
E ainda, sendo a parentalidade a aspiração da maioria dos residentes em Portugal, a baixa fecundidade portuguesa parece ser o resultado não apenas do adiamento do primeiro filho, mas de um outro adiamento menos visível que recai sobre o nascimento quer do segundo filho, quer de nascimentos de ordens superiores (Cunha, 2012; Oliveira, 2012), resultando, assim, da combinação de uma considerável parcela de indivíduos com apenas um filho com uma outra de indivíduos sem filhos (Maciel, 2015).

Desta forma, um olhar que se impõe é aquele que vem dar conta das principais condicionantes para que os indivíduos não tenham transitado para o segundo filho ou para ordens de nascimento posteriores. Tendo-se concluído que a idade constitui uma forte condicionante nas sucessivas transições, pretende-se também saber em que medida o adiamento do nascimento do primeiro filho influencia que os indivíduos tenham atualmente este único filho.

Assim, nesta secção pretende-se identificar, entre os indivíduos que já entraram na parentalidade, os principais determinantes para a decisão de não terem progredido para o segundo filho (ou subsequente), tendo como fecundidade realizada apenas um único filho. Tal como nas abordagens anteriores, a variável de interesse é dicotómica e definida como: 0 – para quem progrediu para um segundo filho (ou posterior); 1 – para quem tem apenas um único filho. Para a análise em questão foram ajustados dois modelos de regressão logística, um para os indivíduos com idades entre os 18 e os 29 anos e outro para os indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos, tendo igualmente em consideração cada uma das variáveis anteriormente referidas (Tabela D.1 do Anexo D).

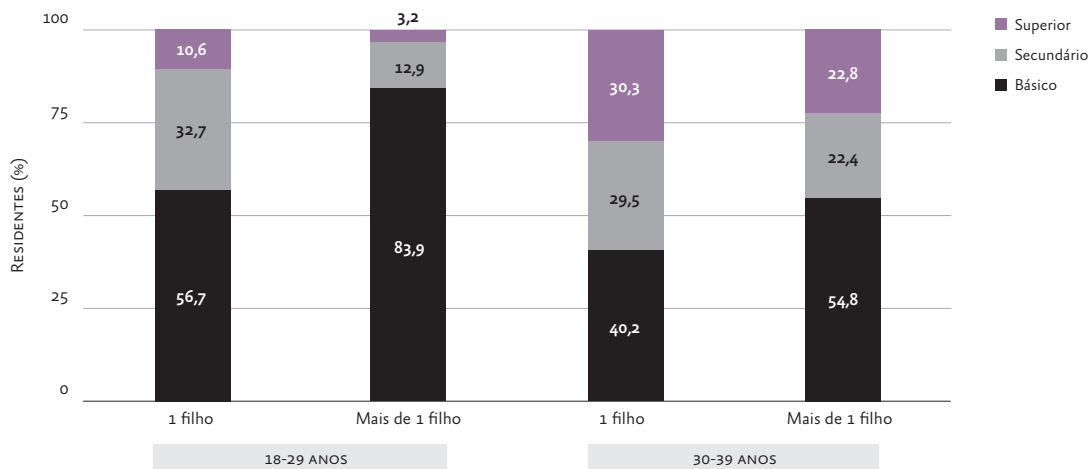
Numa análise preliminar, considerando apenas os residentes dos 18 aos 39 anos e com filhos (Figura 6.1), observa-se que, face à entrada mais tardia dos homens na vida reprodutiva, no grupo etário 18-29 anos são as mulheres que apresentam um maior índice de transição para a parentalidade e principalmente para as segundas ordens de nascimento, relativamente aos homens. Já no grupo etário dos 30 aos 39 anos, a situação tende a ser um pouco mais equilibrada entre os sexos, reduzindo-se a assimetria entre homens e mulheres no que respeita à transição para o segundo filho (ou posterior). Enquanto no grupo etário mais jovem apenas cerca de 20 % dos homens ultrapassavam um filho único, no grupo etário seguinte esta proporção era de cerca de 44 % (dados não mostrados na Figura 6.1).

Figura 6.1 Distribuição dos indivíduos em função da fecundidade realizada, segundo o sexo (indivíduos dos 18 aos 39 anos com filhos).



Enquanto entre os indivíduos com idades entre os 18 e os 29 anos, com pelo menos dois filhos, é reduzida a fração daqueles que têm ensino superior e, em menor extensão, também a daqueles que têm ensino secundário, essas proporções tendem a aumentar quando se considera o grupo etário dos 30 aos 39 anos. Contudo, como um reflexo da maior importância que o ensino básico tem nestes grupos, nomeadamente no grupo mais jovem no qual representa 63 % do total de observações, são aqueles com este nível de ensino que apresentam maiores proporções dos que têm dois ou mais filhos, mas também dos que têm apenas um único (Figura 6.2).

Figura 6.2 Distribuição dos indivíduos em função da fecundidade realizada, segundo o nível de escolaridade (indivíduos dos 18 aos 39 anos e com filhos).



Para ambos os grupos etários, é entre os que têm mais do que um filho que se verifica a maior proporção dos que vivem com cônjuge, sendo mais acentuada entre os indivíduos dos 30 aos 39 anos (Figura 6.3). É interessante notar-se, entretanto, no grupo etário mais jovem, a elevada percentagem dos que têm apenas um filho que vivem em coabitação, sendo similar à dos que vivem com cônjuge, o que parece indiciar que o casamento não é uma condição essencial para se entrar na parentalidade, sendo contudo mais relevante, provavelmente, para se transitar para o segundo filho. No grupo dos 30 aos 39 anos, tanto os indivíduos com apenas um filho, quanto os indivíduos com dois ou mais filhos (principalmente) tendem a situar-se no grupo dos casados. Esta proporção mais elevada de indivíduos com cônjuge, neste grupo etário, em detrimento de uma proporção mais baixa de indivíduos em coabitação, sugere ser indicativa do aumento da tendência para coabitação entre as gerações mais jovens, ainda que como um primeiro estágio da vida a dois (Maciel, 2015).

Figura 6.3 Distribuição dos indivíduos, dos 18 aos 39 anos e com filhos, em função da fecundidade realizada, segundo a situação de conjugalidade.

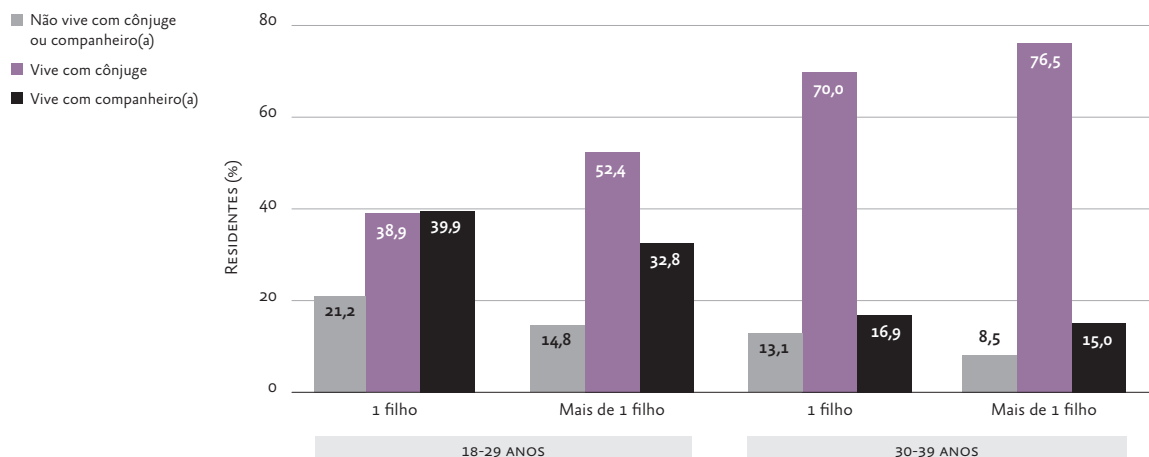


Tabela 6.1 Distribuição de algumas características em função da fecundidade realizada (indivíduos dos 18 aos 39 anos e com filhos).

Variável	Categorias	INDIVÍDUOS DOS 18 AOS 29 ANOS		INDIVÍDUOS DOS 30 AOS 39 ANOS	
		Um filho	Dois ou mais filhos	Um filho	Dois ou mais filhos
Número ideal de filhos numa família	Menos de dois	2,0	0,0	1,9	1,5
	Dois	63,8	51,6	66,9	57,2
	Mais de dois	34,2	48,4	31,2	41,3
Rendimento <i>per capita</i> do agregado familiar	Até 500 €	82,2	100,0	55,5	82,7
	Entre 500 € e 1000 €	13,7	0,0	29,8	3,2
	Mais de 1000 €	4,1	0,0	14,7	14,1
Compensação ¹	Concorda	66,2	32,8	61,8	35,9
	Discorda	33,8	67,2	38,2	64,1

¹ É preferível ter um só filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos.
Nota: os 100 % são obtidos através do somatório "em linha" para cada variável.

Tal como observado anteriormente no estudo de outros tipos de fecundidade e de outros grupos etários, o ideal de dois filhos constitui, inegavelmente, a dimensão familiar mais popular entre os residentes em Portugal dos 18 aos 39 anos (Tabela 6.1). O ideal de dois filhos tende a ser mais acentuado entre aqueles que têm apenas um único filho e nomeadamente para os indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos. Como seria expectável, o ideal familiar de três ou mais filhos tende a ser mais elevado entre os que já ultrapassaram a descendência do filho único e ainda, e em particular, entre os mais jovens.

A esmagadora maioria destes indivíduos com idades inferiores aos 40 anos de idade possui um rendimento *per capita* do agregado até 500 €, sendo

esta realidade mais acentuada entre os que já transitaram para um segundo filho, provavelmente em função da própria repartição dos recursos por mais uma criança (Tabela 6.1).

Independentemente do grupo etário que se analisa, nota-se que é entre os que têm apenas um filho que existe maior concordância com a afirmação de que “é preferível ter um só filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos” (Tabela 6.1).

A Figura 6.4 e a Figura 6.5 revelam que as mulheres entraram mais cedo na parentalidade, relativamente aos homens, sendo que quanto mais precoce for esta entrada, mais elevada tende a ser a fecundidade. Note-se que, entre os mais jovens (18-29 anos), metade das mulheres com dois ou mais filhos teve o seu primeiro filho até aos 20 anos de idade, e que entre os homens esta idade foi de cerca de 21 anos, enquanto para aqueles que têm apenas um filho estas idades são, respetivamente, de 23 anos (mulheres) e de 24 anos (homens). De referir ainda que os indivíduos dos 30 aos 39 revelaram uma entrada mais tardia na parentalidade, sendo a diferença (relativamente ao grupo mais jovem) de aproximadamente 5 anos entre os que têm mais do que um filho e de aproximadamente 6 anos entre os que têm apenas um filho.

Figura 6.4 Idade mediana com que os indivíduos com idades entre os 18 e os 29 anos tiveram o seu primeiro filho, segundo o sexo.

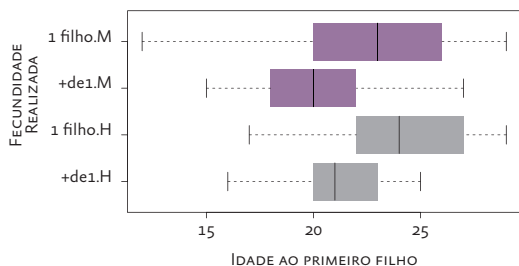
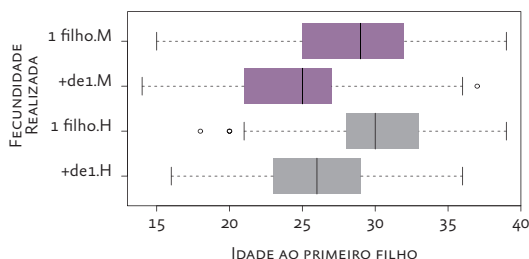


Figura 6.5 Idade mediana com que os indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos tiveram o seu primeiro filho, segundo o sexo.



6.1.1.1. Indivíduos com idades entre os 18 e os 29 anos

Sendo o adiamento do segundo filho (ou de ordem superior) uma das razões citadas como responsável pela baixa fecundidade portuguesa (Cunha, 2012; Oliveira, 2012), começamos por identificar os principais determinantes para que um dado indivíduo, que já tenha entrado na parentalidade, não tenha avançado para um segundo nascimento, tendo como fecundidade realizada um único filho, quando esse indivíduo se encontra com idades entre 18 e 29 anos.

A par do contínuo adiamento da fecundidade para idades cada vez mais tardias, a proporção de indivíduos com idades inferiores aos 30 anos e que já tenham entrado na parentalidade é bastante mais reduzida, sendo a amostra constituída por apenas 390 indivíduos, em que a grande maioria (76 %) tem apenas um filho, enquanto 24 % têm dois ou mais filhos.

Para este modelo, as variáveis “experiência de conjugalidade”, “rendimento”, “escolaridade do pai”, “escolaridade da mãe” e “existência de enteados” não puderam ser utilizadas, devido a um número muito reduzido de observações na categoria de interesse. No caso da variável “existência de enteados”, por exemplo, havia apenas um indivíduo com simultaneamente “mais de um filho” e “enteados”. No caso do nível de escolaridade do pai e da mãe constatou-se, inclusive, a inexistência de observações entre os indivíduos com uma fecundidade realizada superior a um filho e cujos pais possuíssem um nível de instrução acima do ensino básico.

Sendo a amostra deste modelo bastante reduzida, diversas variáveis tiveram de ser ainda dicotomizadas à partida, pelos motivos acima expostos, ou seja, ausência ou insuficiente número de observações em algumas categorias. Como exemplos desta situação, pode-se referir o nível de escolaridade do indivíduo, sendo raros os casos daqueles com ensino secundário e principalmente com ensino superior que tinham mais do que um filho. No caso do estado civil, constatou-se, nomeadamente, a inexistência de viúvos na amostra.

Como forma de se contornar o problema, ou seja, de não se excluirmos categorias com observações insuficientes, optou-se pela dicotomização de diversas variáveis, sacrificando, em troca, alguma informação.

O modelo ajustado para os indivíduos com idades entre os 18 e os 29 anos (Tabela E.1 do Anexo E) mostrou um muito bom ajustamento aos dados, com um R^2 de Nagelkerke igual a 52 %, e também uma excelente capacidade discriminativa ($AUC = 0,87$). Contudo, grande parte das variáveis utilizadas não se revelaram significativas conjuntamente com outras, não contribuindo assim para se explicar o facto de uma dada pessoa não ter progredido para uma segunda, ou posterior ordem de nascimento. Neste caso, comparámos indivíduos cuja fecundidade realizada é de apenas um filho, relativamente àqueles com dois ou mais filhos. Tal como nos modelos anteriores, a azul referem-se

aquelas variáveis que não se mostraram significativas, nem mesmo na análise univariada, para um valor $p \leq 0,25$:

- a) sexo;
- b) composição do agregado parental de origem;
- c) existência de separação dos pais;
- d) estado civil;
- e) idade ao primeiro emprego;
- f) número ideal de filhos para uma família;
- g) importância da presença paterna;
- h) realização pessoal;
- i) naturalidade;
- j) situação perante o trabalho do cônjuge (quando a conjugalidade tem lugar);
- k) dimensão da área de residência;
- l) importância da presença materna e da família;
- m) idade com que deixou de residir com o agregado parental de origem;
- n) percepção sobre a autonomia feminina;
- o) percepção sobre o adiamento feminino;
- p) conciliação materna.

Os resultados do modelo permitiram identificar como **fatores que contribuem para se explicar o facto de um determinado indivíduo não ter transitado para um segundo filho, ou seja, ter apenas um filho:**

- a) horas de trabalho semanal;
- b) idade;
- c) situação conjugal;
- d) idade ao nascimento do primeiro filho;
- e) nível de escolaridade;
- f) número de irmãos;
- g) compensação.

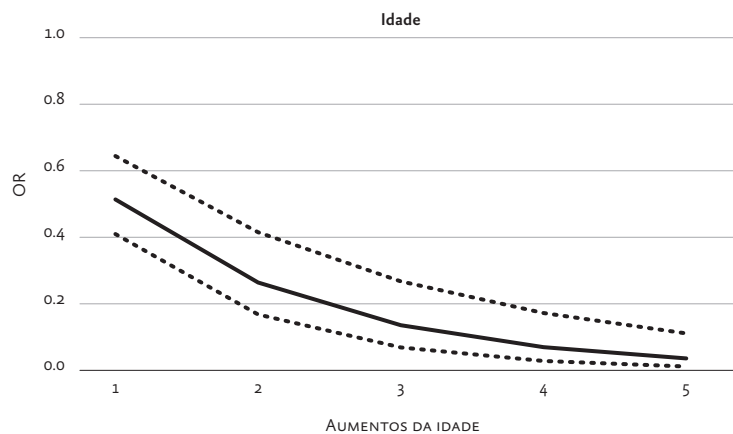
Assim, para valores fixos em relação às restantes variáveis do modelo, podemos concluir que:

- Aqueles que trabalham mais de 35 horas por semana têm quase 5 vezes mais possibilidades de terem uma fecundidade realizada de apenas um filho, relativamente àqueles que não trabalham ou trabalham no máximo até 35 horas (OR = 4,73; IC₉₅ % = (1,90; 11,8));
- Quem não vive nenhum tipo conjugalidade apresenta cerca de 4,5 vezes mais possibilidades de ter apenas um filho do que aqueles que vivem com um cônjuge (OR = 4,53; IC₉₅ % = (1,40; 14,7)); e aqueles que vivem

com companheiro têm 2,5 vezes mais possibilidades de terem apenas um filho do que os que vivem com um cônjuge (OR = 2,59; IC_{95%} = (1,01; 6,61)). Desta forma, as maiores chances de não se ter progredido para uma fecundidade superior a um filho pertencem àqueles que não vivem em conjugalidade e, a seguir, àqueles que vivem com companheiro, sendo os indivíduos com cônjuge os mais suscetíveis a terem progredido para o segundo filho (ou subsequente);

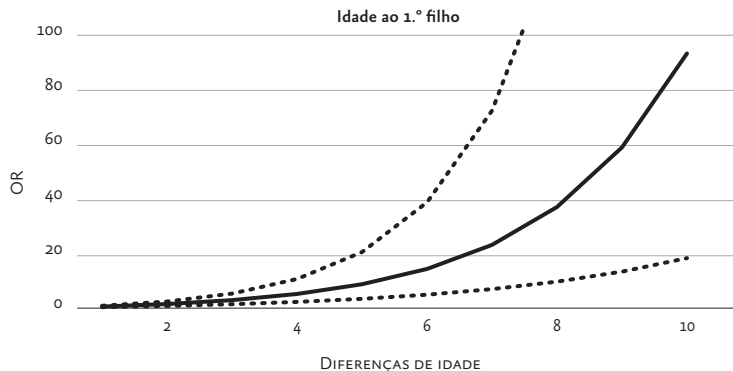
- Os indivíduos com ensino secundário ou superior apresentam quase 6 vezes mais possibilidades (OR = 5,6; IC_{95%} = (2,03; 15,8)) de terem apenas um filho, relativamente aos que tenham no máximo o ensino básico;
- Também aqueles que não têm irmãos ou que tenham no máximo um irmão revelam maiores possibilidades (OR = 2,46; IC_{95%} = (1,10; 5,71)) de não terem transitado para um segundo filho, relativamente aos que são provenientes de agregados com três ou mais filhos (incluindo o próprio indivíduo);
- Os que consideram que é preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos têm 7 vezes mais possibilidades de não terem progredido para um segundo filho (ou posterior), relativamente aos que discordam (OR = 2,59; IC_{95%} = (1,01; 6,61));
- Quanto maior a idade do indivíduo, menores as possibilidades de não ter transitado para o segundo filho (Figura 6.6). Um indivíduo com mais um ano que outro tem cerca de metade das possibilidades de não ter um segundo filho (OR = 0,51; IC_{95%} = (0,41; 0,64)); caso a diferença de idades aumente para 5 anos, a redução destas possibilidades é de 90 % (OR = 0,1; IC_{95%} = (0,01; 0,11));

Figura 6.6 OR e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) para diferentes aumentos da idade, considerando os indivíduos com idade entre os 18 e os 29 anos.



• A idade ao nascimento do primeiro filho é um dos determinantes mais importantes na explicação para a fecundidade realizada de filho único, sendo que quanto maior for a idade ao nascimento do primeiro filho, maiores são as possibilidades de não se ter prosseguido para um segundo filho (Figura 6.7). Uma pessoa que teve o seu primeiro filho um ano mais tardiamente que uma outra tem 57 % (OR = 1,57 IC_{95 %} = (1,34; 1,84)) mais possibilidades de não ter um segundo filho. Se esta diferença de idade for de 3 anos mais tarde, estas possibilidades elevam-se para quase 4 vezes (OR = 3,90; IC_{95 %} = (2,42; 6,68)), e se for de 5 anos, aumentam para cerca de 10 vezes mais (OR = 9,66 IC_{95 %} = (4,37; 21,37)).

Figura 6.7 OR e respectivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) para diferenças na idade ao nascimento do primeiro filho, considerando os indivíduos com idade entre os 18 e os 29 anos.



6.1.1.2. Indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos

Tendo-se analisado os principais determinantes para que os indivíduos com idades entre os 18 e os 29 anos não tenham transitado para um segundo filho, pretende-se agora fazer o mesmo exercício para os indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos, utilizando a mesma metodologia. Sabendo-se que o adiamento (*tempo*) é comumente referido como um dos determinantes mais críticos do nível de fecundidade atual, o que se pretende é exatamente conhecer quais são os principais fatores responsáveis pelo adiamento do nascimento do segundo filho, que, conforme salientam Cunha (2012) e Oliveira (2012), tem sido um adiamento menos visível. Esta nova amostra foi constituída por 2011 observações, em que 52 % têm apenas um filho e os restantes, dois ou mais filhos.

O modelo de regressão logística para os indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos (Tabela E.2 do Anexo E) também revelou muito bom ajustamento aos dados, com um R² de Nagelkerke igual a 42 %, e também muito boa capacidade discriminativa (AUC = 0,86). A exemplo do modelo construído

para os mais jovens (18-29 anos), parte considerável das variáveis utilizadas não se revelou significativa para se explicar o facto de um determinado indivíduo ter apenas um filho, ou seja, não ter transitado para um segundo filho (assinalando-se a azul as variáveis que não se mostraram significativas, nem mesmo na análise univariada):

- a) situação perante o trabalho do cônjuge (quando a conjugalidade tem lugar);
- b) naturalidade;
- c) estado civil;
- d) número de horas trabalhadas semanalmente;
- e) idade com que deixou de residir com o agregado parental de origem;
- f) dimensão da área de residência;
- g) nível de escolaridade do pai;
- h) nível de escolaridade da mãe;
- i) idade ao primeiro emprego;
- j) número ideal de filhos para uma família;
- k) realização pessoal;
- l) perceção sobre a autonomia feminina;
- m) conciliação materna;
- n) composição do agregado parental de origem;
- o) existência de separação dos pais;
- p) importância da presença materna;
- q) importância da família;
- r) perceção sobre o adiamento feminino;
- s) razão por ter deixado de residir no agregado parental de origem (quando esta saída teve lugar).

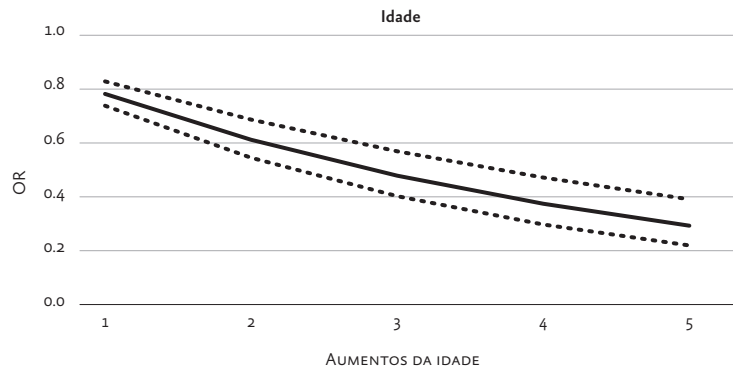
Tendo as restantes variáveis permanecido significativas no modelo final, identificam-se como **fatores explicativos para a decisão de não se ter transitado para um segundo filho**:

- a) **sexo**;
- b) **idade**;
- c) **idade ao nascimento do primeiro filho**;
- d) **situação conjugal**;
- e) **rendimento *per capita* do agregado familiar**;
- f) **nível de escolaridade**;
- g) **número de irmãos**;
- h) **importância da presença paterna**;
- i) **compensação**.

Mantendo-se os demais valores fixos para as restantes variáveis, conclui-se que:

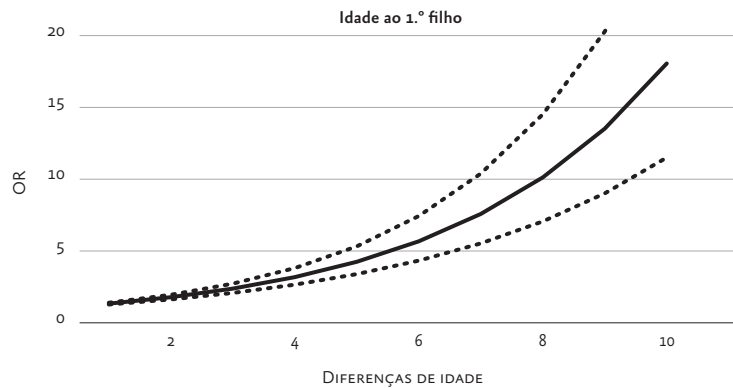
- As mulheres têm cerca de 1,5 vezes mais possibilidades de terem uma fecundidade realizada de apenas um filho, relativamente aos homens (OR = 1,53; IC_{95%} = (1,11; 2,11));
- Quem não vive nenhum tipo de conjugalidade tem 2,5 vezes mais possibilidades de não ter progredido para o segundo filho do que aqueles que vivem com um cônjuge ou companheiro (OR = 2,56; IC_{95%} = (1,55; 4,21));
- Neste grupo etário, os indivíduos com ensino até ao básico têm quase 3 vezes mais possibilidades (OR = 2,98; IC_{95%} = (1,84; 4,82)) de terem apenas um filho, relativamente aos que têm ensino superior; enquanto os que possuem ensino secundário têm o dobro das possibilidades, também relativamente aos que possuem ensino superior (OR = 2,2; IC_{95%} = (1,39; 3,50)), o que permite concluir que são os indivíduos com ensino superior os mais suscetíveis a terem ultrapassado as descendências de filho único;
- Os que têm um rendimento *per capita* do agregado familiar entre 500 € e 1000 € têm cerca de 14 vezes mais possibilidades de não terem transitado para o segundo filho do que aqueles que têm um rendimento até 500 € (OR = 14,2; IC_{95%} = (7,76; 25,9)); não existindo, contudo, diferenças estatisticamente significativas para quem tem um rendimento superior a 1000 €, relativamente aos que têm um rendimento até 500 €;
- Para quem tem até dois irmãos, as possibilidades de ter apenas um filho são 2,5 vezes maiores, relativamente aos que são originários de famílias mais alargadas (OR = 2,56; IC_{95%} = (1,55; 4,21));
- Os que consideram que é preferível ter-se só um filho com mais oportunidades e menos restrições a terem-se mais filhos têm um pouco mais do triplo das possibilidades de não terem progredido para um segundo ou terceiro filho, relativamente aos que discordam (OR = 3,31; IC_{95%} = (2,45; 4,49));
- Quem concorda que é prejudicial para uma criança até à idade escolar que o pai trabalhe fora de casa tem quase o dobro das possibilidades de ter apenas um filho do que quem discorda (OR = 1,68; IC_{95%} = (1,11; 2,53));
- Quanto mais avançada é a idade do indivíduo, menores são as possibilidades de não ter transitado para o segundo filho (Figura 6.8). Um indivíduo com mais um ano do que outro tem 22 % menos possibilidades de não ter um segundo filho (OR = 0,78; IC_{95%} = (0,74; 0,83)); caso a diferença de idades seja de 5 anos, a redução destas possibilidades é de 71 % (OR = 0,29; IC_{95%} = (0,22; 0,39));

Figura 6.8 OR e respectivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) para diferentes aumentos da idade, considerando os indivíduos com idade entre os 30 e os 39 anos.



- Quanto maior for a idade ao nascimento do primeiro filho, maiores são as possibilidades de não se ter avançado para um segundo filho (Figura 6.9). Uma pessoa que teve o seu primeiro filho um ano mais tarde que outra tem 34 % (OR = 1,34 IC₉₅ % = (1,28; 1,40)) mais possibilidades de não ter um segundo filho. Se esta diferença de idade for de 3 anos, as possibilidades aumentam para quase 2,5 vezes mais (OR = 2,38 IC₉₅ % = (2,08; 2,73)), e se a diferença for de 5 anos, as possibilidades são cerca de 4 vezes mais (OR = 4,25 IC₉₅ % = (3,39; 5,32)).

Figura 6.9 OR e respectivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) para diferenças na idade ao nascimento do primeiro filho, considerando os indivíduos com idade entre os 30 e os 39 anos.



6.1.2. Determinantes para ter um dado número de filhos

Após termos identificado os determinantes para o filho único, importa também perceber como evoluiu o *quantum*, ou seja, como se comportou a fecundidade em Portugal. Neste caso, assume grande importância a identificação das variáveis que explicam a decisão de se ter um determinado número de filhos.

Neste sentido, considerando apenas aqueles indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 39 anos, e tendo como dimensões os contextos familiares de origem, a situação conjugal, os comportamentos geracionais, os contextos socioeconómicos, as origens sociais e as características do processo de transição para a vida adulta, foi nosso objetivo modelar o número de filhos. Das várias abordagens testadas, a que se mostrou mais adequada foi o ajustamento de um modelo de Poisson. Com este modelo pretendemos identificar os fatores que potenciam o aumento do número médio de filhos por indivíduo.

Para ajustar este modelo recorreremos a uma amostra constituída por 4516 indivíduos de ambos os sexos, com idades entre os 18 e os 39 anos. O modelo ajustado revelou um bom ajustamento aos dados, sendo que se obteve um R^2 igual a 60 %. As estimativas dos seus coeficientes estão apresentadas na Tabela E.3 (Anexo E).

Para o modelo ajustado, os seguintes fatores não se revelaram significativos para se explicar o número médio de filhos estimado (assinalando-se a azul as variáveis que não se mostraram significativas na análise univariada, isto é, na ausência das restantes variáveis):

- a) naturalidade;
- b) dimensão da área de residência;
- c) composição do agregado parental de origem;
- d) nível de escolaridade do pai;
- e) nível de escolaridade da mãe;
- f) existência de separação dos pais;
- g) idade ao primeiro emprego pago;
- h) horas de trabalho;
- i) nível de escolaridade do cônjuge ou companheiro(a);
- j) existência de enteados;
- k) número de filhos que considera ideal para uma família;
- l) conciliação materna;
- m) conciliação paterna;
- n) importância da presença materna;
- o) importância da presença paterna;
- p) autonomia feminina;
- q) adiamento;

- r) importância da família;
- s) atitude perante a necessidade de ter filhos para se sentir realizado.

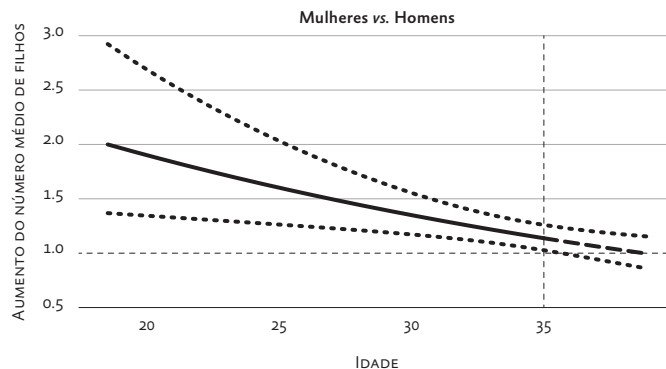
Todas as restantes variáveis mantiveram-se significativas no modelo final, embora, por vezes, com menos categorias do que as apresentadas na Tabela D.1 (Anexo D). Os resultados do modelo permitem identificar como **fatores explicativos do aumento do número médio de filhos**:

- a) **idade do indivíduo**;
- b) **sexo**, cujo efeito depende da idade do indivíduo;
- c) **nível de escolaridade**, cujo efeito depende da idade do indivíduo;
- d) **existência de um cônjuge ou companheiro**, cujo efeito depende da idade do indivíduo;
- e) **número de irmãos**;
- f) **idade com que deixou de residir com o agregado parental de origem**;
- g) **rendimento *per capita* do agregado familiar**, cujo efeito depende da idade do indivíduo;
- h) **tomada de posição perante a compensação entre o número de filhos e suas oportunidades**.

Para indivíduos entre 18 e 39 anos e para valores fixos em relação às restantes variáveis, podemos concluir que **o número médio de filhos aumenta**:

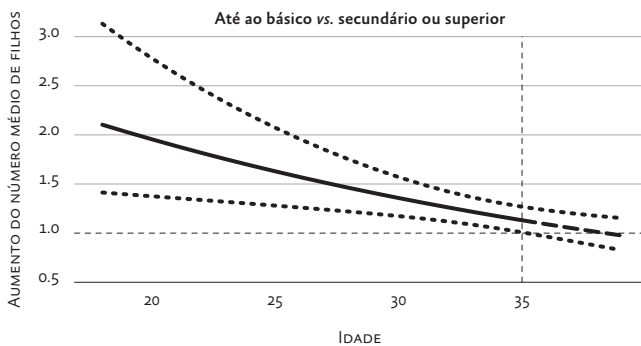
- Para as mulheres até aos 35 anos (Figura 6.10), sendo que dos 35 aos 39 anos as diferenças entre os sexos não são significativas;

Figura 6.10 Aumento do número médio de filhos e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) das mulheres relativamente aos homens, em função da idade dos indivíduos (a interrupção da linha contínua por uma linha a tracejado marca a idade a partir da qual a diferença entre as mulheres e os homens não é significativa).



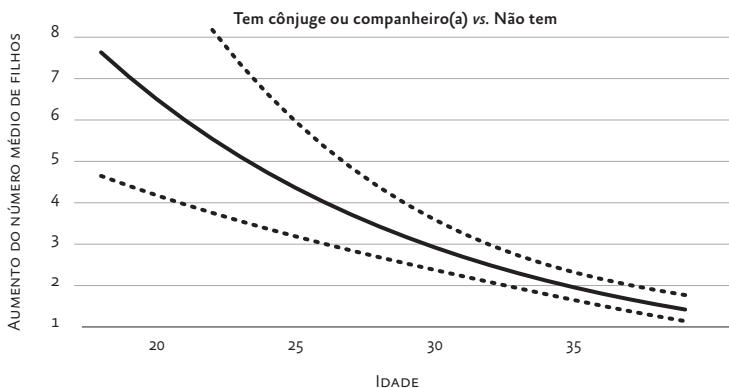
- Para aqueles com ensino até ao básico, relativamente aos que têm ensino secundário ou superior, refletindo a tendência de adiamento do projeto parental protagonizado por indivíduos com maiores níveis de escolaridade. Porém, o aumento do número médio de filhos atenua-se com a idade, até que a partir dos 35 anos (Figura 6.11) as diferenças entre os níveis de escolaridade não são significativas;

Figura 6.11 Aumento do número médio de filhos e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) dos que têm até ao ensino básico relativamente aos que têm o ensino secundário ou ensino superior, em função da idade dos indivíduos (a interrupção das linhas contínuas por linhas a tracejado marca as idades a partir das quais as diferenças não são significativas).



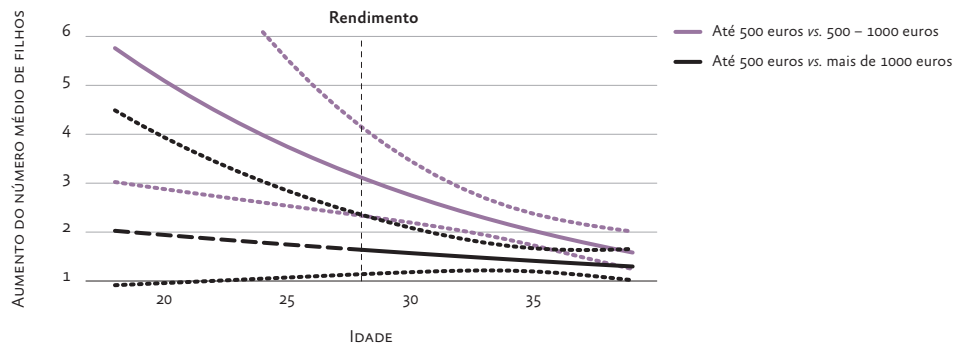
- Para aqueles que vivem com cônjuge ou companheiro(a). Contudo, as diferenças da variação no número médio de filhos entre os que vivem ou não com cônjuge ou companheiro(a) atenuam-se com a idade dos indivíduos (Figura 6.12);

Figura 6.12 Aumento do número médio de filhos e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) dos que têm cônjuge ou companheiro(a) relativamente aos que não têm, em função da idade dos indivíduos.



- O número médio também aumenta em 27 % ($IC_{95\%} = (1,10; 1,47)$) para aqueles que são oriundos de famílias mais alargadas, ou seja, com mais de 5 irmãos;
- Observa-se um aumento de 20 % ($IC_{95\%} = (1,07; 1,35)$) para aqueles que deixaram de residir com os pais antes dos 25 anos, relativamente aos que o fizeram depois, e de 2,5 vezes ($IC_{95\%} = (1,92; 3,36)$) para aqueles que deixaram de residir com os pais antes dos 25 anos, relativamente aos que nunca o fizeram;
- Aumento em 35 % ($IC_{95\%} = (1,22; 1,49)$) para aqueles que discordam de que é preferível ter-se apenas um filho com menos restrições e mais oportunidades a terem-se mais filhos;
- Para aqueles com rendimentos *per capita* do agregado até 500 €, relativamente àqueles com rendimentos *per capita* entre 500 € e 1000 € e relativamente àqueles com rendimentos *per capita* superiores a 1000 € e com mais de 22 anos (Figura 6.13), possivelmente em função da própria repartição dos recursos por um maior número de filhos. Em ambos os casos, as diferenças no número médio de filhos atenuam-se com a idade dos indivíduos, o que indica que também a idade é um elemento central no *quantum* da fecundidade.

Figura 6.13 Aumento do número médio de filhos e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) dos que têm rendimentos até 500 € relativamente aos que têm rendimentos superiores, em função da idade dos indivíduos (a interrupção da linha tracejada por uma linha contínua marca a idade a partir da qual a diferença é significativa).



³² Características potenciadoras do número médio de filhos podem ser entendidas como as características que favorecem a que os indivíduos tenham, em média, um maior número de filhos.

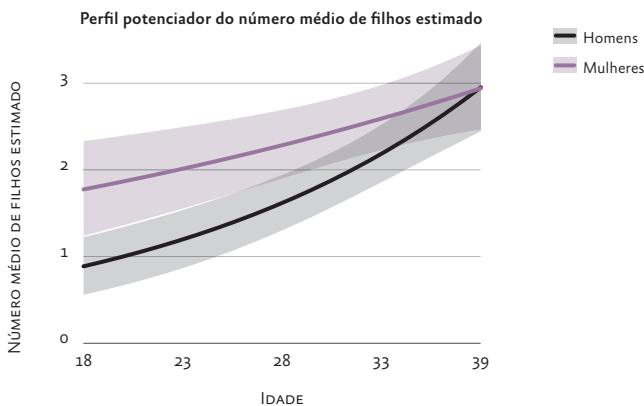
Com base no modelo de regressão de Poisson obtido, podemos ainda traçar perfis em que o número médio de filhos estimado é mais elevado.

Como exemplo, apresentamos o perfil para o qual se fixam as características potenciadoras³² dos indivíduos, com idades entre os 18 e os 39 anos, para um **maior número médio de filhos**. Neste sentido, consideramos os indivíduos com um **nível de escolaridade até ao básico**, que vivem com **cônjuge**

ou companheiro(a), que têm mais de 5 irmãos, que deixaram de residir com os pais até aos 24 anos, com rendimentos *per capita* do agregado inferiores ou iguais a 500 € e que discordam de que é preferível ter-se apenas um filho com menos restrições e mais oportunidades a terem-se mais filhos. Na Figura 6.14 pode observar-se como varia, em função da idade, o número médio de filhos estimado para indivíduos com este perfil, considerando ambos os sexos.

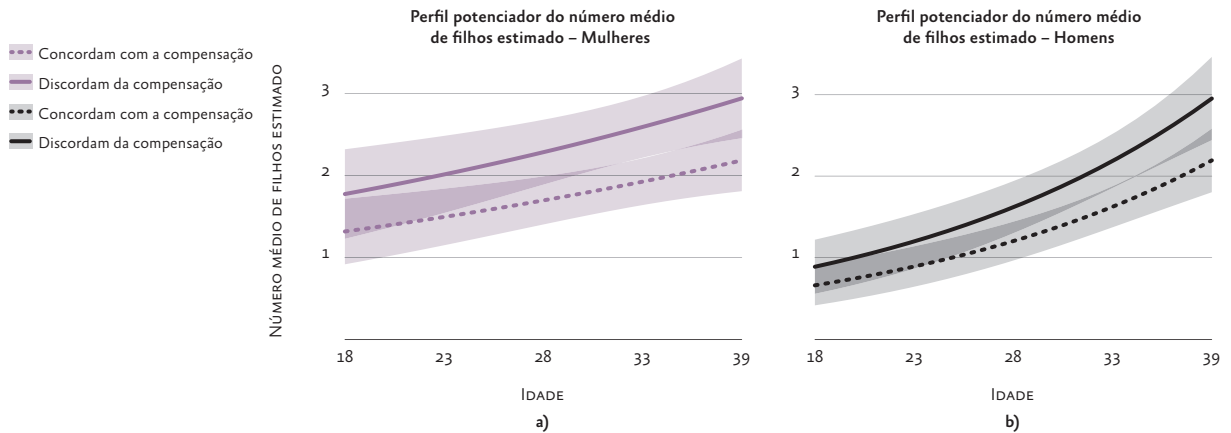
Repare-se que, para o perfil em causa, o número médio de filhos estimado é superior para as mulheres, seja qual for a idade considerada, e que as diferenças entre os sexos são mais acentuadas para os mais jovens, sendo significativas até aos 25 anos. Por exemplo, de entre os indivíduos com 20 anos, estima-se que as mulheres com este perfil têm em média 1,86 filhos ($IC_{95\%} = (1,34; 2,38)$), enquanto os homens com a mesma idade e o mesmo perfil têm em média 0,99 filhos ($IC_{95\%} = (0,66; 1,33)$). Já se considerarmos os indivíduos com o mesmo perfil, porém mais velhos, nomeadamente com 35 anos, estima-se que as mulheres têm em média 2,67 filhos ($IC_{95\%} = (2,28; 3,06)$) e os homens 2,35 filhos ($IC_{95\%} = (1,99; 2,70)$), o que parece sinalizar uma maior habilidade entre os homens na recuperação dos nascimentos, uma vez que a diferença do número médio de filhos entre ambos os sexos tende a esbater-se.

Figura 6.14 Número médio de filhos estimado e respetivos IC a 95 % para o perfil potenciador, em função do sexo e da idade dos indivíduos.



Se no perfil anteriormente definido fizermos variar a tomada de posição perante a compensação entre o número de filhos e as suas oportunidades (Figura 6.15), concluímos que, tanto para as mulheres, como para os homens, o número médio de filhos estimado reduz-se para aqueles que consideram que é preferível terem apenas um filho com menos restrições e mais oportunidades a terem mais filhos. Contudo, as diferenças são apenas estatisticamente significativas para as mulheres entre os 32 e os 36 anos.

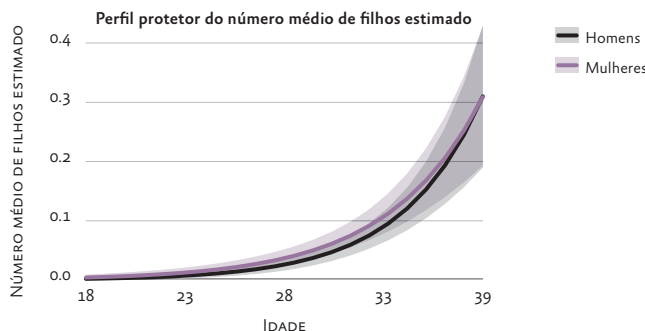
Figura 6.15 Número médio de filhos estimado e respectivos IC a 95 % para o perfil potenciador, em função da compensação e da idade dos indivíduos, para as mulheres (a) e para os homens (b).



Por outro lado, podemos definir o perfil daqueles indivíduos cujas características resultam em estimativas de um baixo número médio de filhos. Seja qual for a idade e o sexo dos indivíduos, estima-se que o **número médio de filhos** tende a ser mais **baixo** para aqueles indivíduos que têm um **nível de escolaridade igual ao secundário ou superior**, que **não têm cônjuge ou companheiro**, que **têm até 5 irmãos**, que **nunca deixaram de residir com os pais**, que **têm rendimentos per capita do agregado entre 500 € e 1000 €** e que **concordam que é preferível terem apenas um filho com menos restrições e mais oportunidades a terem mais filhos**. Na Figura 6.16 pode observar-se que, apesar do número médio de filhos aumentar com a idade, a média estimada permanece muito reduzida, sendo praticamente nula até aos 28 anos. Pode ainda observar-se que não existem diferenças significativas entre ambos os sexos.

³³: Fator protetor do número médio de filhos pode ser entendido como as características que favorecem a que os indivíduos tenham, em média, um menor número de filhos.

Figura 6.16 Número médio de filhos estimado e respectivos IC a 95 % para o perfil protetor³³, em função do sexo e da idade dos indivíduos.



À semelhança do que distingue aqueles indivíduos que têm apenas um filho dos que têm dois ou mais, estes resultados permitem identificar o efeito de variáveis como a idade, o sexo, o nível de escolaridade, a situação conjugal, o rendimento ou mesmo a tomada de posição perante a compensação entre o número de filhos e as suas oportunidades, como determinantes da fecundidade realizada. Confirma-se assim que estes são fatores-chave na análise do comportamento reprodutivo. Repare-se que níveis de escolaridade e rendimentos mais baixos estão associados a médias estimadas mais elevadas, o que vem confirmar os resultados das análises anteriores. O mesmo se pode afirmar em relação ao efeito da situação conjugal e da compensação, sendo que são exatamente aqueles que vivem com cônjuge ou companheiro e que discordam de que é preferível terem menos filhos para que estes tenham mais oportunidades os que apresentam uma fecundidade realizada mais elevada. Adicionalmente, voltamos a evidenciar a forte influência dos contextos de socialização no comportamento reprodutivo, seja através da significância do número de irmãos ou da idade com que estes indivíduos deixaram de residir com o agregado parental de origem.

Como referimos, este modelo para a fecundidade realizada permite estimar o número médio de filhos para indivíduos com um determinado perfil. No caso de conseguirmos estimar o número de indivíduos na população com aquele perfil, então, conseguimos estimar o número esperado de filhos de todos os indivíduos com o referido perfil.

Para esta componente do estudo vamos considerar um perfil constituído por mulheres entre os 30 e os 39 anos que deixaram de residir com o agregado familiar de origem com 25 ou mais anos, que têm menos de 5 irmãos, que vivem com cônjuge ou companheiro e que concordam com a compensação.

Usando os dados do IFEC conseguimos estimar o número de mulheres, em 2013, com este perfil e com instrução ao nível do ensino secundário ou superior e um rendimento *per capita* do agregado baixo (menos de 500 €) ou intermédio (entre 500 € e 1000 €).

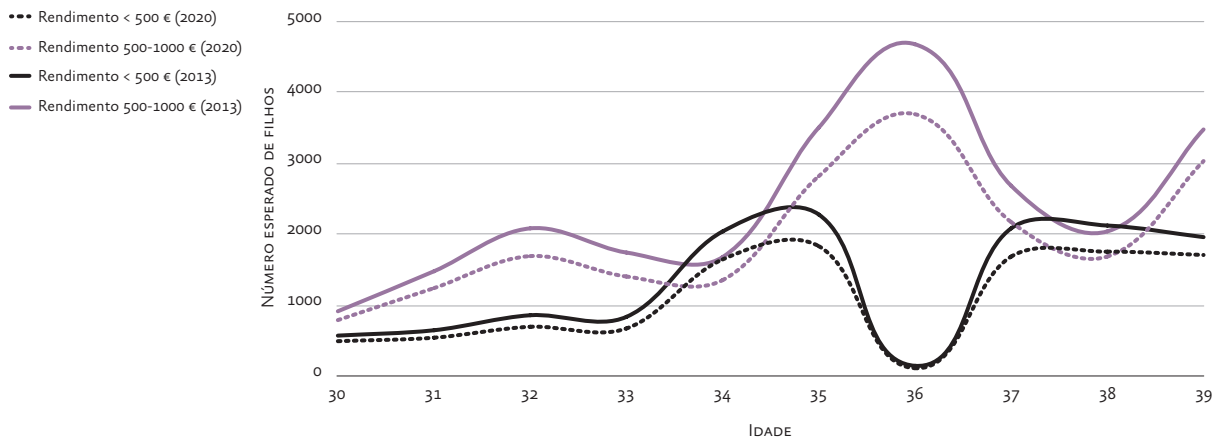
Por outro lado, conhecendo a projeção de indivíduos com estas idades em 2020³⁴, usando um estimador do tipo de Lincoln-Petersen (Seber, 1982), conseguimos estimar o número de mulheres com as mesmas características. Consequentemente, multiplicando o número de indivíduos com aquelas características em 2013 e em 2020 pelo número médio de filhos estimado pelo modelo de Poisson, obtemos o número esperado de filhos em cada idade e em cada um dos dois momentos.

Pela observação da Figura 6.17 podemos concluir que:

³⁴ Projeção da população masculina e feminina, utilizando um cenário tendencial de evolução das variáveis microdemográficas, entre 1981 e 1991.

- O número esperado de filhos para mulheres com aquelas características será menor em 2020 do que foi em 2013, para todas as idades, sendo a diferença mais acentuada para rendimentos *per capita* mais elevados;
- Para rendimentos *per capita* mais baixos, a diferença entre 2020 e 2013 é maior para as mulheres com 34 e 35 anos e a partir dos 37 anos, sendo praticamente nula (e com um número esperado de filhos muito pequeno) aos 36 anos, idade esta em que ocorre a maior diferença para rendimentos *per capita* mais elevados.

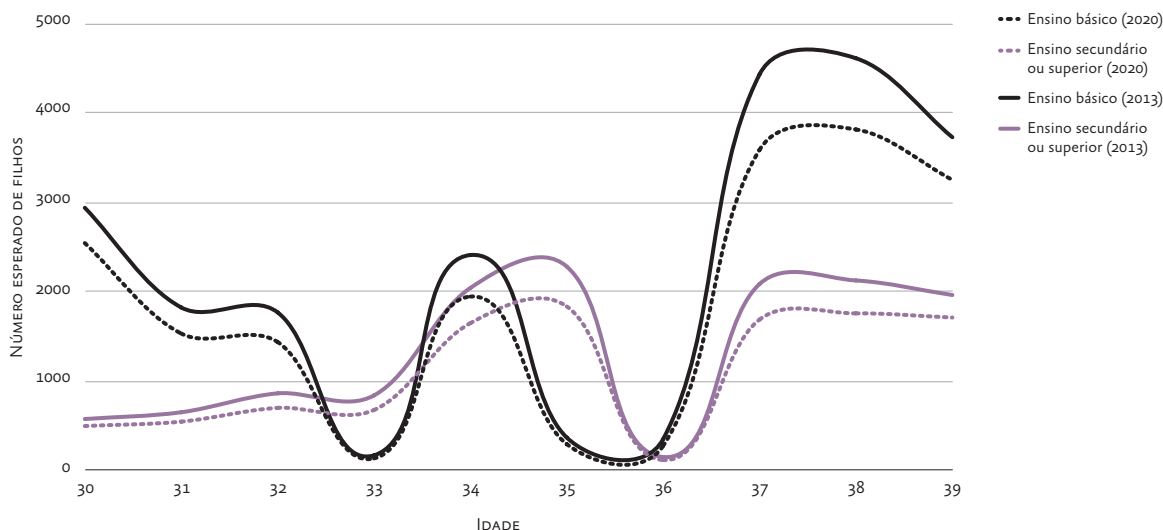
Figura 6.17 Número esperado de filhos em 2013 e projetado para 2020 para mulheres com um dado perfil, em função da idade, para dois níveis de rendimento e ensino secundário ou superior.



Consideramos agora as mulheres com o mesmo perfil, mas com rendimentos baixos (menos de 500 €) e com instrução ao nível do ensino básico ou ao nível do ensino secundário ou superior. De forma análoga ao caso anterior, obtivemos o número esperado de filhos em cada idade para mulheres com as referidas características. Pela observação da Figura 6.18 podemos concluir que:

- O número esperado de filhos será menor em 2020 do que foi em 2013, para todas as idades, sendo a diferença globalmente mais acentuada para quem tem o ensino básico;
- Para mulheres com ensino básico, a diferença entre 2020 e 2013 é maior para as mulheres a partir dos 37 anos, sendo os valores muito próximos para mulheres com 33, 35 e 36 anos; já para as mulheres com o ensino secundário ou superior as diferenças são mais pronunciadas aos 34 e 35 anos e a partir dos 37 anos, sendo muito pequenas até aos 33 anos e praticamente inexistentes aos 36 anos.

Figura 6.18 Número esperado de filhos em 2013 e projetado para 2020 para mulheres com um dado perfil, em função da idade, para ensino secundário ou superior ou ensino básico e rendimento *per capita* do agregado inferior a 500 €.



Em conclusão, mantendo a tendência demográfica recente e reproduzindo o mesmo número médio de filhos estimado pelo modelo para cada idade, para as mulheres com o perfil acima descrito o número de nascimentos viria a ser menor em 2020, independentemente do nível de rendimento ou de educação utilizados na simulação. Poder-se-ia esperar, contudo, nesta faixa etária um menor decréscimo no caso das mulheres com níveis de instrução mais elevados.

A questão que se coloca é a de se saber se o que se espera atingir nos próximos anos é ou não um reflexo do desejo dos portugueses. Neste sentido, importa agora encontrar os fatores que explicam a fecundidade desejada, para, desta forma, tentar compreender o que distingue aqueles indivíduos que desejam ter mais filhos.

6.2. Fecundidade Desejada: determinantes para o número desejado de filhos

Como referido anteriormente, o número de filhos desejados ao longo da vida tende a ser bastante semelhante ao número de filhos considerado como ideal para uma família, sendo ambas as medidas uma componente essencial no delineamento dos projetos de fecundidade, na medida em que sinalizam uma maior (ou menor) disposição para acolher um determinado número de filhos (Maciel, 2015). Entretanto, assim como o número ideal de filhos, a fecundidade desejada ao longo da vida sugere ser uma fecundidade a ser realizada apenas

sob circunstâncias também ideais (Bongaarts, 1998; Testa e Grilli, 2006; Testa, 2012; Sobotka, 2009).

Neste sentido, considerando também aqueles indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 39 anos, procurou-se ajustar um modelo para a fecundidade desejada ao longo da vida. Contudo, numa primeira abordagem verificamos que o número de pessoas que entre estas idades não desejou ter filhos ao longo de toda a sua vida é muito mais baixo (apenas 1 %) do que seria de esperar se a variável resposta seguisse uma distribuição de Poisson. Por isso, não foi possível ajustar um modelo de Poisson com valores da bondade do ajustamento minimamente aceitáveis.

Tendo-se constatado que a parentalidade é um desejo transversal à maioria dos residentes em Portugal, os dados sinalizam na mesma direção apontada por Maciel (2015) na análise para Portugal e por Tanturri e Mencarini (2008) na análise para a Itália, de que a ausência de filhos no termo da vida reprodutiva, pelo menos nestes dois países, ao invés de constituir uma escolha deliberada, parece ser antes o resultado de uma série de circunstâncias que condicionam os percursos de vida dos indivíduos, já que a extrema maioria dos indivíduos acalenta, ou pelo menos acalentou, o desejo de ser (ou ter sido) pai/mãe.

Assim, tendo em conta a baixa percentagem de indivíduos entre os 18 e os 39 anos que colocou de lado o projeto parental, ou seja, não desejou ter filhos ao longo da vida, e visto já termos identificado as características potenciadoras daqueles indivíduos cujo desejo foi construir um projeto de vida à margem da criança, tentámos ajustar um modelo de Categoria Adjacente (considerando as categorias 1, 2 e 3 ou mais filhos) para se identificarem os fatores que diferenciam aqueles indivíduos dos que desejam ter mais um filho. Para tal, recorremos a uma amostra constituída por 4205 indivíduos com idades entre os 18 e os 39 anos. Porém, também neste caso, o modelo de Categoria Adjacente não revelou um ajustamento aos dados que permitisse avançar para a sua interpretação e, em particular, para a quantificação dos efeitos das variáveis significativas, como se fez em casos anteriores.

Deste modo, nesta secção apenas vamos reportar o sentido das variáveis potenciadoras (que favorecem) do desejo de se ter mais um filho. Assim, apresentam maiores possibilidades de desejarem ter mais um filho os indivíduos com as seguintes características:

- possuam nível de instrução superior;
- que não sejam divorciados;
- que residam em áreas densamente povoadas;
- que tenham pelo menos um irmão;
- que considerem que a conciliação paterna e a vida familiar passa por trabalhar a tempo inteiro a partir de casa ou a tempo parcial fora de casa;

- que discordem de que é preferível terem só um filho com mais oportunidades e menos restrições a terem mais filhos;
- e que concordem que as mulheres têm vindo a adiar os seus projetos de fecundidade, seja pelo desejo de uma carreira profissional, como pelo desejo de terem uma vida social ativa.

Note-se que, apesar da idade ser um fator relevante no comportamento reprodutivo (Billari e Kohler, 2009; Sobotka, 2009; Spéder e Kapitány, 2009), no que concerne ao desejo de se terem mais filhos, esta variável perde a sua importância face à educação ou até ao estado civil, por exemplo. Neste sentido, é necessário destacar a influência do estado civil no que respeita ao desejo de se terem mais filhos. Apesar da situação conjugal continuar a revelar um papel determinante para se explicarem as intenções reprodutivas dos portugueses, estes resultados também apontam para uma elevada influência do estado civil, sendo que a circunstância de divorciado diminui o desejo de se terem mais filhos.

Outra questão que importa salientar é o facto do prolongamento das trajetórias escolares, ao qual estão associados indivíduos com níveis de escolaridade superiores, conduzir ao desejo de se terem mais filhos. Apesar de associarmos adiamentos da fecundidade a níveis de escolaridade superiores (Adsera, 2006b; Bongaarts, 2003; Billari e Kohler, 2002; Mills *et al.*, 2011), concluímos que são exatamente estes indivíduos os que desejam ter mais filhos.

Uma vez mais, constata-se que a compensação entre o número de filhos e as suas oportunidades futuras é uma das mais fortes condicionantes dos desejos dos portugueses, sendo que aqueles que discordam de que é melhor terem menos filhos para que estes tenham mais recursos são mais suscetíveis de desejarem ter mais filhos.

6.3. Fecundidade Final Esperada

6.3.1. Determinantes para esperar ter apenas um filho

Como referimos anteriormente, a baixa fecundidade portuguesa parece ser o resultado não apenas do adiamento do primeiro filho, mas também de um outro adiamento que incide sobre as ordens de paridade superiores a um filho. Tendo-se encontrado as principais condicionantes para que os indivíduos não tenham transitado para o segundo filho, ou para posteriores ordens de nascimento, achamos ser de particular relevância caracterizar também aqueles indivíduos que, tendo transitado para o primeiro filho, já dão por encerrada a sua carreira reprodutiva.

Assim, nesta secção pretende-se identificar, entre os indivíduos que já entraram na parentalidade, os principais determinantes para a decisão de não pretenderem progredir para o segundo (ou subsequente) filho, tencionando, assim, terminar o seu período reprodutivo com apenas este único filho. Para esta análise foram considerados apenas os indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 39 anos e que já entraram na parentalidade. Também neste caso, realizámos o ajustamento de um modelo de regressão logística com a variável de interesse, sendo definida como: 0 – progrediu ou pretende progredir para o segundo (ou posterior) filho; 1 – não pretende progredir para um segundo filho, terminando o período reprodutivo com apenas um único filho.

Esta amostra é constituída por 2409 observações, sendo que 75 % dos indivíduos têm um filho e pretendem transitar para um segundo filho (ou posterior), enquanto os restantes têm um filho e não pretendem ter mais nenhum.

Numa análise preliminar, constata-se que, para ambos os sexos, a proporção é idêntica para os que pretendem manter a sua fecundidade atual de um filho e para os que esperam ter dois ou mais filhos (Tabela 6.2). Entre os que pretendem ter uma fecundidade final esperada de filho único verifica-se uma maior proporção de indivíduos com nível de instrução secundário do que superior, ao passo que entre os que esperam ter pelo menos dois filhos a proporção de indivíduos com estes dois níveis de instrução é similar.

O mais comum entre estes indivíduos, independentemente de tencionarem terminar o seu período reprodutivo com um ou mais filhos, é viverem em conjugalidade (Tabela 6.2). No entanto, há que registar que essa percentagem é superior entre os que pretendem transitar para, pelo menos, o segundo filho, sendo inferior a percentagem dos que não vivem com o cônjuge/companheiro(a) e que são justamente aqueles que mais perspetivam ficar pelo filho único.

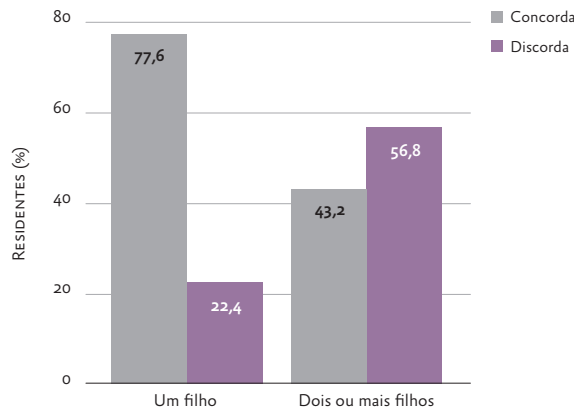
Salienta-se, também, que a maioria dos agregados dos indivíduos com filhos possui um rendimento *per capita* do agregado inferior a 500 €, sendo essa percentagem superior entre os indivíduos que esperam ter mais do que um filho (Tabela 6.2). Esta última constatação é, em parte, justificada pelo facto dos indivíduos que atualmente têm mais do que um filho estarem enquadrados no grupo dos que pretendem terminar o seu período reprodutivo com dois ou mais filhos. De notar a maior percentagem de indivíduos com rendimentos *per capita* situados entre os 500 € e os 1000 € entre aqueles que não pretendem transitar para o segundo filho, comparativamente aos que pretendem terminar o seu período fecundo com dois ou mais filhos. Já entre os que têm rendimentos superiores a 1000 €, a proporção dos que pretendem ter no termo da sua vida reprodutiva dois ou mais filhos é superior à dos que pretendem ficar pelo filho único.

Também aqui se destaca um ideal de dois filhos para uma família como sendo a preferência mais comum entre ambos os grupos, independentemente de pretenderem ficar pelo filho único ou, pelo contrário, ter mais que um filho ao longo da vida. Interessante notar que, entre os que deverão ficar pelo filho único, apenas uma fração muito reduzida considera que o filho único seja a descendência ideal para uma família, sendo que cerca de 3 em cada 4 indivíduos referem que o ideal para uma família é terem dois filhos. De referir ainda que é entre aqueles que esperam ter uma fecundidade final superior a um filho que foram reportados, com maior frequência, os ideais mais alargados, ou seja, com três ou mais filhos.

Tabela 6.2 Distribuição de algumas características em função da fecundidade final esperada (indivíduos dos 18 aos 39 anos e com filhos).

Variável	Categorias	FECUNDIDADE FINAL ESPERADA	
		Um filho	Dois ou mais filhos
Sexo	Homem	41,6	43,2
	Mulher	58,4	56,8
Nível de escolaridade	Básico	49,4	50,6
	Secundário	30,5	25,3
	Superior	20,1	24,1
Situação conjugal	Não vive com cônjuge/ companheiro(a)	17,9	1,3
	Vive com cônjuge	61,8	68,2
	Vive com companheiro(a)	20,3	20,5
Número ideal de filhos numa família	Menos de dois	3,0	1,4
	Dois	76,4	57,4
	Mais de dois	20,6	41,2
Rendimento <i>per capita</i> do agregado familiar	Até 500 €	67,5	73,0
	Entre 500 € e 1000 €	24,2	13,5
	Mais de 1000 €	8,3	13,5

Figura 6.19 Distribuição dos indivíduos segundo a fecundidade final esperada e o concordar ou discordar de que “é preferível ter um só filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos” (indivíduos dos 18 aos 39 anos e com filhos).



O concordar que “é preferível ter um só filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos” é uma das características que mais distingue os que almejam ter uma descendência de filho único daqueles que pretendem ter dois ou mais filhos, conforme se depreende da Figura 6.19. Enquanto mais de $\frac{3}{4}$ dos indivíduos que não pretendem transitar para um segundo filho concordam que é preferível terem um só filho para que este tenha mais oportunidades, entre os que desejam ter uma família com pelo menos dois filhos esta proporção reduz-se praticamente a metade.

De um modo geral, a idade, quer dos homens, quer das mulheres que pretendem ficar apenas com o filho que já têm, é mais elevada (cerca de dois anos) que a daqueles que pretendem terminar a sua vida reprodutiva com dois ou mais filhos (Figura 6.20). Entre estes últimos, metade das mulheres tem no máximo 25 anos e metade dos homens tem até aos 27 anos.

A Figura 6.21 retrata a idade em que homens e mulheres transitaram para a parentalidade, conforme o desejo de permanecerem com apenas um filho ou, pelo contrário, terem uma fecundidade igual ou superior a dois filhos. As mulheres transitam para a maternidade mais cedo do que os homens transitam para a paternidade, sendo que, em ambos os sexos, aqueles que transitam mais tardiamente revelam o desejo de não progredirem para um segundo filho.

Figura 6.20 Distribuição da idade dos indivíduos, com idades entre os 18 e os 39 anos e com filhos, segundo a fecundidade final esperada e o sexo.

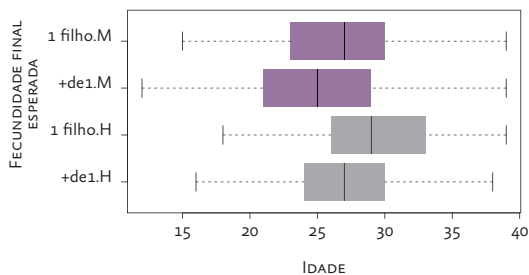
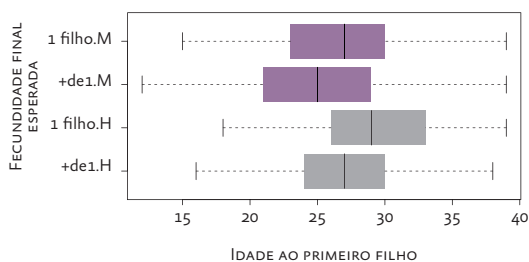


Figura 6.21 Idade com que os indivíduos, dos 18 aos 39 anos, tiveram o seu primeiro filho, segundo a fecundidade final esperada e o sexo.



Debruçando-nos agora sobre o modelo de regressão logística que procura caracterizar os indivíduos que pretendem ter apenas um único filho como descendência final, definiu-se como variável resposta: 0 – fecundidade final esperada superior a um filho e 1 – fecundidade final esperada de filho único. As variáveis utilizadas neste modelo foram as mesmas dos modelos anteriores (Tabela D.1 do Anexo D).

Este modelo de regressão logística (Tabela E.4 no Anexo E) revelou um bom ajustamento aos dados, com um R^2 de Nagelkerke igual a 21 %, e uma boa capacidade discriminativa ($AUC = 0,78$). A exemplo dos modelos anteriores, parte das variáveis utilizadas não permaneceram significativas conjuntamente com as demais variáveis do modelo. Algumas destas variáveis apenas foram significativas na análise univariada e outras não o foram em nenhum momento, ou seja, nem na análise univariada, nem conjuntamente com as demais variáveis (variáveis assinaladas a azul):

- a) experiência de conjugalidade;
- b) situação do cônjuge perante o trabalho (quando a conjugalidade tem lugar);
- c) estado civil;
- d) número de irmãos;

- e) idade ao primeiro emprego;
- f) importância da presença paterna;
- g) importância da presença materna;
- h) razão da saída do agregado parental (quando esta teve lugar);
- i) idade com que deixou de residir com agregado parental de origem;
- j) naturalidade;
- k) número de horas de trabalho semanal;
- l) dimensão da área de residência;
- m) composição do agregado parental de origem;
- n) existência de separação dos pais;
- o) nível de escolaridade do pai;
- p) nível de escolaridade da mãe;
- q) importância da família;
- r) perceção sobre o adiamento;
- s) perceção sobre a autonomia feminina;
- t) perceção sobre a realização pessoal;
- u) perceção sobre a conciliação materna.

Os resultados deste modelo de regressão logística permitem identificar como **fatores explicativos para a decisão de se pretender permanecer apenas com um filho no término da vida reprodutiva:**

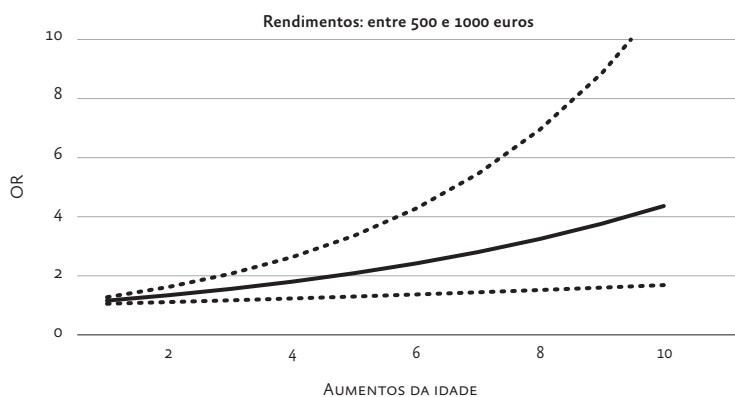
- a) **sexo;**
- b) **idade;**
- c) **idade ao nascimento do primeiro filho;**
- d) **rendimento *per capita* do agregado,** cujo efeito depende da idade dos indivíduos;
- e) **nível de escolaridade;**
- f) **situação conjugal;**
- g) **ter deixado de residir no agregado parental de origem;**
- h) **existência de enteados;**
- i) **número ideal de filhos para uma família;**
- j) **compensação.**

Para os indivíduos com idades entre os 18 e os 39 anos e para valores fixos em relação às restantes variáveis, podemos concluir que:

- As mulheres têm quase 1,5 vezes mais possibilidades de não progredirem para um segundo filho, relativamente aos homens (OR = 1,43; IC_{95%} = (1,06; 2,22));

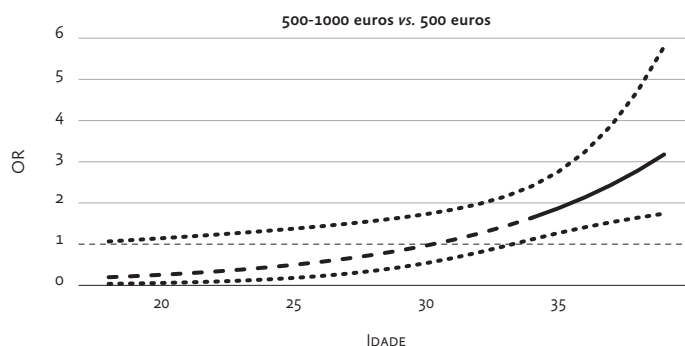
- Quem não vive com cônjuge ou companheiro tem 2/3 mais possibilidades de também permanecer com apenas um filho, relativamente aos que vivem em conjugalidade (OR = 1,65; IC_{95 %} = (1,10; 2,48));
- Indivíduos que tenham algum enteado têm cerca de 3 vezes mais possibilidades de permanecerem com apenas um filho biológico, quando comparados com aqueles que não tenham enteados (OR = 3,27; IC_{95 %} = (1,73; 6,16));
- Aqueles que nunca deixaram de residir com o agregado parental de origem para constituírem um domicílio independente têm o dobro das possibilidades de se manterem com apenas um único filho do que os que já não residem com o seu agregado de origem (OR = 2,04; IC_{95 %} = (1,17; 3,57));
- Os indivíduos com nível de ensino até ao básico têm quase o dobro das possibilidades de permanecerem com apenas um filho, relativamente àqueles que tenham um nível de ensino superior (OR = 1,76; IC_{95 %} = (1,12; 2,76));
- Os que consideram que é preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos têm 4 vezes mais possibilidades de ficarem pelo filho único, relativamente aos que discordam (OR = 4,09; IC_{95 %} = (3,10; 5,54));
- Para aqueles que têm um rendimento *per capita* do agregado entre 500 € e 1000 €, o aumento da idade potencia a que permaneçam com apenas um filho (Figura 6.22). Um indivíduo um ano mais velho tem 16 % (OR = 1,16 IC_{95 %} = (1,05; 1,27)) mais possibilidades de não transitar para um segundo filho. Se esta diferença de idade for de 3 anos, estas possibilidades elevam-se para 46 % (OR = 1,46 IC_{95 %} = (1,17; 2,07)), enquanto para uma diferença de 5 anos estas possibilidades aumentam 80 % (OR = 1,80 IC_{95 %} = (1,80; 2,64));

Figura 6.22 OR e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) para diferentes aumentos da idade considerando os indivíduos com idade entre os 18 e os 39 anos e com rendimento *per capita* do agregado entre 500 € e 1000 €.



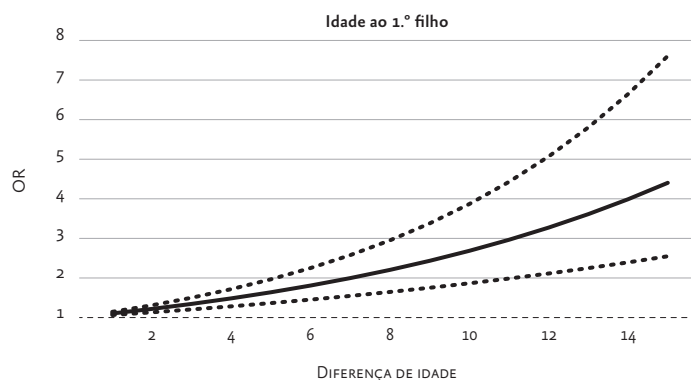
- A partir dos 34 anos, os que têm rendimentos *per capita* do agregado entre 500 € e 1000 € têm mais possibilidades de não transitarem ou terem transitado para o segundo filho do que aqueles que têm rendimentos até 500 € (Figura 6.23);

Figura 6.23 OR e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) para os indivíduos que têm um rendimento *per capita* do agregado entre 500 € e 1000 €, em relação aos que têm um rendimento inferior a 500 €, em função da idade (a interrupção da linha contínua pela linha a tracejado marca as idades entre as quais as diferenças não são significativas).



- Quanto maior for a idade ao nascimento do primeiro filho, maiores são as possibilidades de não se progredir para um segundo (ou posterior) filho (Figura 6.24). Uma pessoa que teve o seu primeiro filho um ano mais tarde que outra tem 10 % (OR = 1,10 IC_{95%} = (1,06; 1,14)) mais possibilidades de não ter um segundo filho. Se esta diferença de idade for de 3 anos, estas possibilidades sobem para 35 % (OR = 1,35 IC_{95%} = (1,21; 1,50)), se for de 5 anos, aumentam para 64 % (OR = 1,64 IC_{95%} = (1,37; 1,)) e se for para uma diferença de 10 anos, estas possibilidades são quase o triplo (OR = 2,69 IC_{95%} = (1,87; 3,87)).

Figura 6.24 OR e respectivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) para diferenças na idade ao nascimento do primeiro filho, considerando os indivíduos entre os 18 e os 39 anos.



6.3.2. Determinantes para o número esperado de filhos

Nesta secção pretendemos analisar o número de filhos que os indivíduos esperam ter no final da sua vida reprodutiva. Esta análise reúne o número de filhos biológicos que os indivíduos têm, acrescido do número de filhos que ainda esperam ter ao longo dos seus anos férteis. A análise desta componente pode constituir um importante instrumento para os decisores políticos, pois sinaliza quem são os indivíduos mais recetivos à chegada de um filho adicional, permitindo assim o delineamento de medidas de proteção ou de incentivo mais dirigidas e, conseqüentemente, mais eficazes.

Desta forma, considerando também apenas aqueles indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 39 anos, pretendemos modelar a fecundidade final esperada (número de filhos que se têm, acrescido do número de filhos que ainda se pretendem vir a ter).

Numa primeira abordagem, verificamos que o número de pessoas que nestas idades esperam não ter filhos até ao final da sua vida reprodutiva é muito mais baixo (7 %) do que seria de esperar, se a variável resposta seguisse uma distribuição de Poisson. Por isso, também neste caso, recorrer a um modelo de Poisson não se revelou eficaz, pois o baixo número de zeros da variável resposta resultou em fracos ajustamentos do modelo e o modelo não se mostrou adequado.

Tendo em conta a baixa percentagem de indivíduos que entre estas idades esperam não ter filhos e visto que já identificámos as características potenciadoras no caso daqueles indivíduos que esperam permanecer sem filhos até ao final da sua vida reprodutiva, recorreremos a um modelo ordinal da Categoria Adjacente, considerando as categorias 1, 2, 3 e 4 ou mais filhos. Com este modelo pretendemos identificar os fatores que diferenciam aqueles indivíduos dos quais se espera que no final da sua vida reprodutiva venham a ter mais um filho.

Para ajustar o modelo recorreremos a uma amostra constituída por 4171 indivíduos de ambos os sexos, com idades entre os 18 e os 39 anos. O modelo ajustado revelou um bom ajustamento aos dados, sendo que se obteve um R^2 de McFaden igual a 49 %. As estimativas dos seus coeficientes estão apresentadas na Tabela E.5 (Anexo E).

Para o modelo ajustado, os seguintes fatores não se revelaram significativos para a FFE (assinalando-se a azul as variáveis que não se mostraram significativas na análise univariada, isto é, na ausência das restantes variáveis):

- a) naturalidade;
- b) existência de cônjuge ou companheiro(a);
- c) composição do agregado parental de origem;
- d) nível de escolaridade do pai;
- e) existência de separação dos pais;
- f) idade com que deixou de residir com o agregado parental de origem;
- g) idade ao primeiro emprego pago;
- h) horas de trabalho;
- i) nível de escolaridade do cônjuge ou companheiro(a);
- j) Rendimento *per capita* do agregado familiar;
- k) existência de enteados;
- l) conciliação materna;
- m) importância da presença materna e paterna;
- n) autonomia feminina;
- o) adiamento;
- p) importância da família;
- q) atitude perante a necessidade de ter filhos para se sentir realizado.

Todas as restantes variáveis mantiveram-se significativas no modelo final, embora, por vezes, com menos categorias do que as apresentadas na Tabela D.1 (Anexo D). Os resultados do modelo permitem identificar como **fatores explicativos da FFE**:

- a) **idade do indivíduo**;
- b) **sexo**, cujo efeito depende da idade do indivíduo;
- c) **nível de escolaridade**, cujo efeito depende da idade do indivíduo, da idade ao nascimento do primeiro filho e da compensação;
- d) **dimensão da área de residência**;
- e) **número de irmãos**;
- f) **nível de escolaridade da mãe**;
- g) **idade ao nascimento do primeiro filho**, cujo efeito depende do nível de escolaridade do indivíduo;
- h) **número de filhos que considera ideal para uma família**;

i) conciliação paterna;

j) tomada de posição perante a compensação entre o número de filhos e as suas oportunidades, cujo efeito depende do nível de escolaridade do indivíduo.

Para indivíduos entre os 18 e os 39 anos e para valores fixos em relação às restantes variáveis, podemos concluir que:

- a partir dos 27 anos, os homens têm mais possibilidades de esperar ter mais um filho do que as mulheres (Figura 6.25);

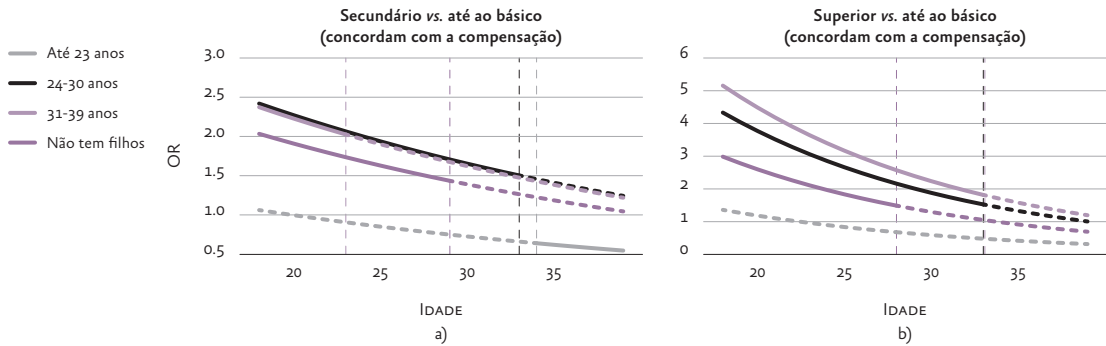
Figura 6.25 OR e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) dos homens em relação às mulheres, em função da idade dos indivíduos (a interrupção da linha a tracejado por uma linha contínua marca a idade a partir da qual a diferença é significativa).



- o efeito do nível de escolaridade depende da idade do indivíduo, da idade ao nascimento do primeiro filho e da tomada de posição perante a compensação entre o número de filhos e as suas oportunidades:

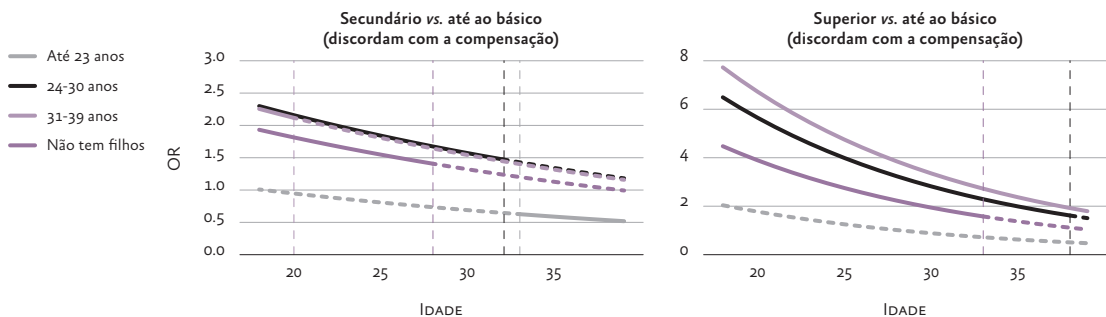
- de entre os que concordam que é preferível ter apenas um filho com menos restrições e mais oportunidades a ter mais filhos, concluímos que, de uma forma geral, os que têm o ensino secundário (Figura 6.26a) ou o superior (Figura 6.26b) apresentam mais possibilidades de esperar ter mais um filho do que os que têm até ao básico. Porém, as diferenças entre aqueles que têm níveis de escolaridade superiores e os que têm até ao básico dependem da idade ao nascimento do primeiro filho e são mais acentuadas para os que tiveram o primeiro filho depois dos 23 anos. Para além disso, em qualquer um dos cenários, estas diferenças atenuam-se com a idade, sendo que o efeito do nível de escolaridade deixa de ser significativo a partir de determinadas idades;

Figura 6.26 OR e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) dos que têm o ensino secundário em relação aos que têm até ao básico (a) e dos que têm o ensino superior em relação aos que têm até ao básico (b) e que concordam com a compensação, em função da idade dos indivíduos e da idade ao nascimento do primeiro filho (a interrupção das linhas contínuas por linhas a tracejado marcam as idades a partir das quais as diferenças não são significativas e vice-versa).



· de entre os que discordam de que é preferível ter apenas um filho para que este tenha menos restrições e mais oportunidades, também concluímos que os que têm o ensino secundário (Figura 6.27a) ou o ensino superior (Figura 6.27b) apresentam mais possibilidades de esperar ter mais um filho do que os que têm até ao básico. Também neste caso podemos concluir que o efeito do nível de escolaridade se atenua com a idade dos indivíduos e que a partir de determinadas idades deixa de ser significativo;

Figura 6.27 OR e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) dos que têm o ensino secundário em relação aos que têm até ao básico e que discordam da compensação, em função da idade dos indivíduos e da idade ao nascimento do primeiro filho (a interrupção das linhas contínuas por linhas a tracejado marcam as idades a partir das quais as diferenças não são significativas e vice-versa).



- os que residem em áreas densamente povoadas têm 36 % mais possibilidades (OR = 1,36; IC_{95%} = (1,19; 1,55)) de esperar ter mais um filho do que os que residem em áreas medianamente ou pouco povoadas;
- os que têm mais de 3 irmãos têm 67 % mais possibilidades (OR = 1,67; IC_{95%} = (1,38; 2,02)) de esperar ter mais um filho do que os que têm 3 ou menos irmãos;
- aqueles cujas mães têm o ensino superior têm 37 % mais possibilidades (OR = 1,37; IC_{95%} = (1,09; 1,71)) de esperar ter mais um filho do que aqueles cujas mães tenham até ao ensino secundário;
- o efeito da idade ao nascimento do primeiro filho depende do nível de escolaridade dos indivíduos, sendo que, regra geral, quando mais tardia for a idade ao nascimento do primeiro filho, menores são as possibilidades de se esperar ter mais um filho:
 - de entre os que têm até ao ensino básico, para os que tiveram o primeiro filho até aos 23 anos as possibilidades de esperar ter mais um filho aumentam:
 - › 2,5 vezes em relação aos que tiveram o primeiro filho entre os 24 e os 30 anos (OR = 2,49; IC_{95%} = (1,88; 3,30));
 - › mais de 4 vezes em relação aos que tiveram o primeiro filho entre os 31 e os 39 anos (OR = 4,21; IC_{95%} = (2,53; 7,02));
 - › quase 3 vezes em relação aos que ainda não tiveram filhos (OR = 2,88; IC_{95%} = (2,14; 3,88));
 - de entre os que têm o ensino secundário, os que tiveram o primeiro filho até aos 24 anos têm o dobro das possibilidades de esperar ter mais um filho do que os que tiveram o primeiro filho entre os 31 e os 39 anos (OR = 1,88; IC_{95%} = (1,08; 3,29));
 - de entre os que têm ensino superior, a idade ao nascimento do primeiro filho não é significativa.
- os que consideram que o número ideal de filhos para uma família é superior a dois têm o dobro das possibilidades de esperar ter mais um filho (OR = 2,00; IC_{95%} = (1,73; 2,31));
- aqueles que consideram que a conciliação paterna e a vida familiar passa por trabalhar a partir de casa ou a tempo parcial fora de casa têm 21 % mais possibilidades (OR = 1,21; IC_{95%} = (1,06; 1,39)) de esperar ter mais um filho do que aqueles que consideram que esta conciliação passa por trabalhar a tempo inteiro fora de casa;
- o efeito da compensação depende do nível de escolaridade; os que discordam de que é preferível ter apenas um filho com menos restrições e mais oportunidades a ter mais filhos têm mais possibilidades de esperar ter mais um filho, porém, o aumento dessas possibilidades é mais acentuado

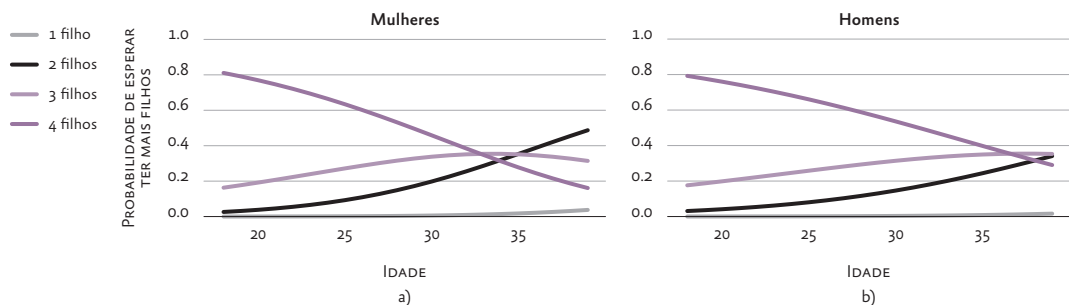
para aqueles que têm o ensino superior (OR = 3,41; IC₉₅% = (2,60; 4,46)) do que para os que têm até ao básico (OR = 2,27; IC₉₅% = (1,83; 2,82)) ou o secundário (OR = 2,16; IC₉₅% = (1,70; 2,74)).

Com o modelo de categoria adjacente podemos ainda traçar perfis de probabilidade elevada. Para além disso, estes modelos têm a particularidade de, para o mesmo perfil, podermos traçar a probabilidade da FFE, sendo igual a 1, 2, 3 e 4 ou mais filhos.

Como exemplo, apresentamos o perfil para o qual se fixam as seguintes características: indivíduos com um **nível de escolaridade superior**, que **residem em áreas densamente povoadas**, que têm **mais de 3 irmãos**, cujas **mães têm o ensino superior**, que tinham **menos de 24 anos quando do nascimento do primeiro filho**, que consideram que o **número ideal de filhos é superior a dois**, que consideram que a **conciliação paterna e a vida familiar passa por trabalhar a partir de casa ou a tempo parcial fora de casa** e que **discordam de que é preferível terem apenas um filho com menos restrições e mais oportunidades a terem mais filhos**. Na Figura 6.28 pode observar-se como varia, em função da idade e do sexo, a probabilidade de indivíduos com este perfil terem uma FFE igual a 1, 2, 3 e 4 ou mais filhos.

Repare-se que, para o perfil em causa, tanto para os homens, como para as mulheres, a probabilidade destes indivíduos terem uma FFE de apenas 1 filho é praticamente nula, seja qual for a idade considerada. Também se conclui que, para o perfil escolhido, a probabilidade da FFE ser igual a 1 ou 2 filhos aumenta com a idade dos indivíduos, invertendo-se esta tendência quando consideramos a probabilidade da FFE ser igual a 4 ou mais filhos (Figura 6.28).

Figura 6.28 Probabilidade estimada de esperar ter 1, 2, 3 ou 4 ou mais filhos, em função da idade dos indivíduos, para as mulheres (a) e para os homens (b).



Este modelo também permitiu identificar um **perfil de probabilidade elevada da FFE ser igual a 1 filho**. Primeiro, consideramos aqueles indivíduos que tiveram o **primeiro filho até aos 23 anos** (Figura 6.29) e, em seguida,

aqueles que tiveram o **primeiro filho entre os 31 e os 39 anos** (Figura 6.30). Em ambos os casos, consideramos aqueles que residem em **áreas medianamente povoadas**, que têm **até 3 irmãos**, cujas **mães têm até ao ensino secundário**, que consideram que o **número ideal de filhos é igual ou inferior a dois**, que consideram que a **conciliação paterna e a vida familiar passa por trabalhar a tempo inteiro fora de casa** e que **concordam que é preferível ter apenas um filho com menos restrições e mais oportunidades a ter mais filhos**.

Na Figura 6.29 e na Figura 6.30 pode observar-se como varia, em função da idade, do sexo e do nível de escolaridade, a probabilidade de indivíduos com estes perfis terem uma FFE = 1. Para os que tiveram o primeiro filho mais cedo, tanto para os homens, como para as mulheres com mais de 27 anos, a probabilidade destes indivíduos terem uma FFE = 1 é mais elevada no caso dos que têm um nível de escolaridade superior e mais baixa no caso dos que têm um nível de escolaridade até ao básico (Figuras 6.29). Já para os que tiveram o primeiro filho mais tarde, concluímos que esta situação se inverte, sendo os que têm nível de instrução até ao ensino básico os que apresentam uma maior probabilidade da sua FFE ser igual a 1 filho, seja qual for a idade considerada (Figuras 6.30). Note-se que para qualquer uma das situações consideradas é possível observar um comportamento, de probabilidades estimadas, análogo entre homens e mulheres com a mesma idade.

Figura 6.29 Probabilidade estimada de esperar ter 1 filho, em função da idade dos indivíduos e do nível de escolaridade, para as mulheres (a) e para os homens (b), e considerando aqueles que tiveram o primeiro filho até aos 24 anos.

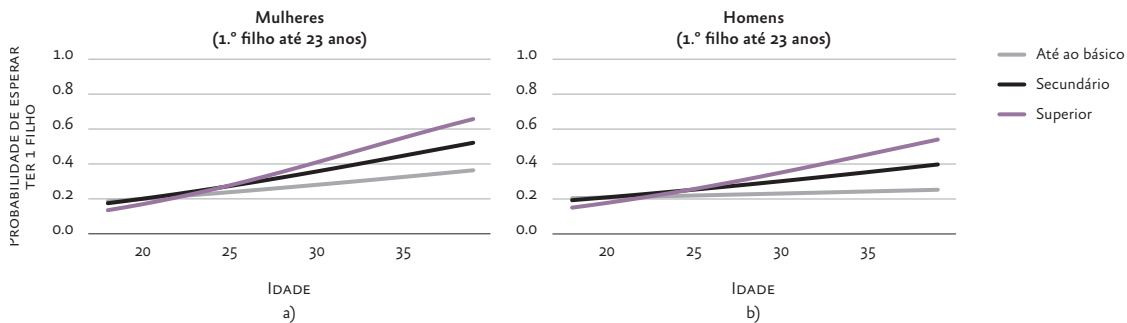
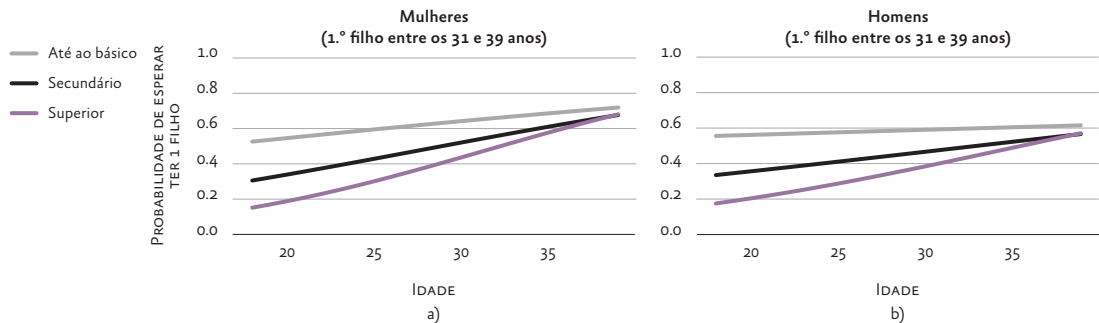


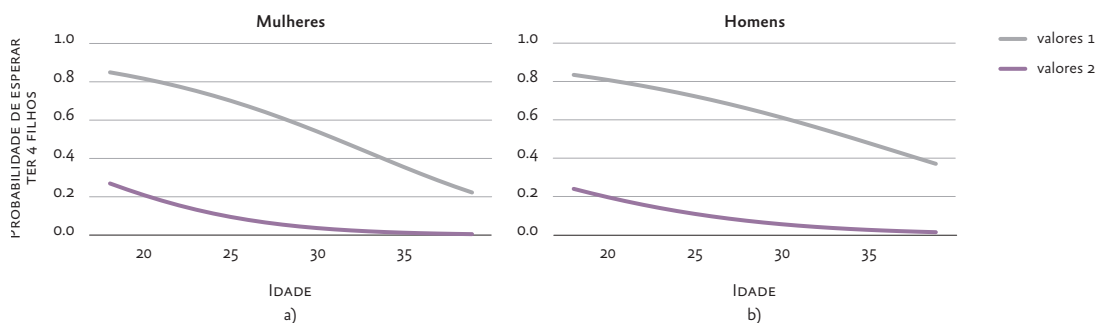
Figura 6.30 Probabilidade estimada de esperar ter 1 filho, em função da idade dos indivíduos e do nível de escolaridade, para as mulheres (a) e para os homens (b), e considerando aqueles que tiveram o primeiro filho entre os 31 e os 39 anos.



Finalmente, apresentamos **um perfil de probabilidade elevada de esperar ter 4 ou mais filhos**, para o qual fazemos variar algumas variáveis que são determinantes para se explicar a fecundidade final esperada (Figuras 6.31). Tanto para os homens, como para as mulheres, consideramos agora aqueles indivíduos que tiveram o **primeiro filho entre os 24 e os 30 anos**, que têm o **ensino superior**, que **residem em áreas densamente povoadas**, que têm **mais de 3 irmãos** e cujas **mães têm o ensino superior**. Nas linhas contínuas das Figuras 6.31 consideramos aqueles com *ideais do número de filhos superior a dois*, que consideram que a *conciliação paterna e a vida familiar passa por trabalhar a partir de casa ou a tempo parcial fora de casa e que discordam de que é preferível ter apenas um filho com menos restrições e mais oportunidades a ter mais filhos (valores 1)*. Por outro lado, nas linhas tracejadas consideramos aqueles indivíduos com *ideais do número de filhos reduzido*, que consideram que a *conciliação paterna e a vida familiar passa por trabalhar a tempo inteiro fora de casa e que concordam que é preferível ter apenas um filho com menos restrições e mais oportunidades a ter mais filhos (valores 2)*.

Tanto para os homens, como para as mulheres com este perfil, a probabilidade destes indivíduos esperarem ter 4 ou mais filhos diminui com a idade, sendo muito superior para os indivíduos que se enquadram no perfil com os valores 1 (Figura 6.31). Por outro lado, esta probabilidade é praticamente nula a partir dos 25 anos para os indivíduos que se enquadram no perfil definido para os valores 2.

Figura 6.31 Probabilidade estimada de esperar ter 4 filhos ou mais, em função da idade dos indivíduos e dos seus valores, para as mulheres (a) e para os homens (b).



Estes resultados permitem identificar perfis potenciadores de diferentes FFE, consoante a idade, o sexo, o nível de escolaridade do próprio e da mãe, o número de irmãos, a idade ao nascimento do primeiro filho e alguns valores relativos à parentalidade. Porém, destacamos que aqueles que esperam ter mais filhos têm níveis de escolaridade superiores, assim como as suas mães, e têm mais irmãos. Deste modo, uma vez mais, podemos afirmar que o nível de escolaridade e os contextos familiares surgem como elementos-chave para se explicarem as intenções reprodutivas destes indivíduos. Todavia, nesta análise verificamos que o efeito do número de irmãos é distinto, sendo que o entendimento de família alargada parece coincidir com as famílias com mais de 3 irmãos.

Repare-se também no efeito da idade ao nascimento do primeiro filho, sendo que se confirma que aqueles que tiveram o primeiro filho mais cedo são também mais suscetíveis de se esperar que tenham mais filhos. Deste modo, a idade ao nascimento do primeiro filho afirma-se com uma das componentes mais importantes da fecundidade final esperada (Adsera, 2011a; Maciel *et al.*, 2012a; Rowland, 1998).

Os valores parentais também desempenham um papel extremamente importante. Tanto o efeito do número ideal de filhos, como a importância da presença paterna ou a compensação entre número de filhos e restrições são fatores determinantes da fecundidade final esperada. De facto, esperam ter mais filhos os indivíduos com ideais mais alargados (mais de 2 filhos) que consideram que é preferível que o pai trabalhe em casa ou fora de casa a tempo parcial e que discordam de que é preferível terem-se menos filhos para que estes tenham mais recursos.

Após a análise dos determinantes da fecundidade realizada, desejada e final esperada, importa agora distinguir o que diferencia o número de filhos que se espera ter e o que efetivamente se concretiza. Neste sentido, de seguida, identificamos os fatores que diferenciam a fecundidade final esperada da fecundidade realizada para aqueles indivíduos com idades entre os 18 e os 39 anos.

6.4. Determinantes para a diferença entre a Fecundidade Final Esperada e a Fecundidade Realizada para os indivíduos entre os 18 e os 39 anos

Numa sociedade em que parece prevalecer um quadro de baixa fecundidade, a maioria dos jovens partilha da pretensão de formar uma família e ter filhos. No entanto, tal como vimos anteriormente, esse objetivo é muitas vezes adiado, por força das mais diversas circunstâncias. Recordamos também que Sobotka e Beaujouan identificaram, em 2014, uma tendência em toda a Europa de um desejo generalizado por dois filhos, mas uma fecundidade realizada de somente um filho, ou seja, de acordo com os autores, num número considerável de países europeus, nomeadamente em países com baixos níveis de fecundidade (como Portugal), existe um diferencial considerável entre o número de filhos que se deseja e o que efetivamente se concretiza.

Esta expectativa leva a que, no momento de constituição da família, ou muito antes até, os indivíduos idealizem um número de filhos que gostariam de ter, mas muitos deles acabam por não atingir esse ideal. A realização do IFEC2013, além da mais-valia inequívoca da recolha de informação recente sobre os comportamentos de fecundidade em Portugal, possibilita o estudo da diferença entre o número de filhos tidos (FR) e o número de filhos que ainda se espera vir a ter no término da vida reprodutiva (FFE). O diferencial entre estes dois valores corresponde à intenção de fecundidade, ou seja, ao número de filhos que ainda se tenciona vir a ter ao longo do curso de vida (FI) e, nos casos em que este último valor for igual a zero, dá-nos indicação de quem já atingiu a sua fecundidade final esperada (FFE).

O estudo em profundidade da FI permite identificar, em particular, razões para ainda não se ter atingido a FFE e quais as variáveis com influência significativa no processo de adaptação da intenção de fecundidade ao longo do curso de vida. Esta informação transferida para os decisores políticos permitir-lhes-á intervir eficazmente, de modo a possibilitarem aos cidadãos, que assim o desejarem, concretizarem ainda essa FFE na sua plenitude. Aquela intervenção, através de medidas de políticas públicas, poderá contribuir para, pelo menos, atenuar a tendência de declínio da fecundidade observada em Portugal, nomeadamente no que aos mais jovens diz respeito.

Nesta secção pretende-se identificar quais os determinantes do diferencial entre a FFE e a FR, de modo a conhecerem-se quais as variáveis que podem conduzir no futuro a uma diminuição daquele diferencial. Para tal, o estudo incidirá sobre a variável FI. Por forma a não focarmos a nossa análise em categorias com um nível de representatividade insignificante, foram consideradas quatro categorias para a FI = 0 – o indivíduo encontra-se a zero filhos da sua fecundidade final esperada, logo a FFE foi atingida; FI = 1 – o indivíduo

encontra-se a um filho de atingir a sua FFE; FI = 2 – o indivíduo encontra-se a dois filhos de atingir a sua FFE; FI = 3+ – o indivíduo encontra-se a 3 ou mais filhos de atingir a sua FFE. Como estamos perante uma variável categórica ordinal, a ferramenta estatística utilizada foi a regressão logística ordinal.

A análise exploratória realizada inicialmente e apresentada na secção 3.5 permitiu perceber que a idade é um fator extremamente importante para que o diferencial em estudo se esbata. Deste modo, optou-se por se construir um modelo único para os indivíduos com idades entre os 18 e os 39 anos. Foram excluídas desta análise as pessoas que se encontravam indecisas quanto à possibilidade de virem a ter um filho ou virem a ter mais filhos, bem como aquelas que não pretendiam ter filhos.

Assim, a subamostra em estudo é composta por 4144 inquiridos, dos quais, 1218 (aproximadamente 29 %) são homens e 2926 (cerca de 71 %) são mulheres. Esta subamostra corresponde aproximadamente a 54 % do total dos indivíduos inquiridos.

Numa análise preliminar entre os residentes com idades compreendidas entre os 18 e os 39 anos verificamos que existem algumas diferenças que se podem, desde já, assinalar, consoante o número de filhos que ainda esperam vir a ter (Tabela 6.3):

- Entre os que estão mais aquém da sua FFE predominam níveis de educação mais elevados do que entre os que já fecharam o seu ciclo reprodutivo;
- Quem tem uma fecundidade intencional de zero filhos ou um filho, de um modo geral, vive em conjugalidade, sendo que quem ainda está mais distante (pelo menos a dois filhos de distância) da sua FFE não vive nem com o cônjuge, nem com o(a) companheiro(a) ou então nem sequer o(a) tem;
- Aqueles que consideram que o número ideal de filhos para uma família é de dois concentram-se essencialmente numa fecundidade intencional de até dois filhos, sendo que quem está a pelo menos três filhos da sua FFE considera que o número ideal de filhos é superior a dois;
- Apesar do rendimento *per capita* do agregado familiar até 500 € ser o nível de rendimento predominante, parece ser ainda mais frequente entre os que não esperam ter mais filhos do que entre os que já têm;
- Embora a maioria dos indivíduos concorde que é preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições do que ter mais filhos, tal ainda é mais frequente entre os que têm uma fecundidade intencional de até dois filhos.

Pelo contrário, aparenta que, independentemente da sua fecundidade intencional, os indivíduos parecem partilhar da mesma opinião sobre algumas questões. De uma forma geral, observa-se que (Tabela 6.3):

- Consideram que a conciliação materna passa por trabalhar a tempo parcial fora de casa, sendo esta opinião ainda mais evidente entre as mulheres;
- Discordam de que é prejudicial para a criança em/até à idade escolar que a mãe trabalhe fora de casa, sendo esta ideia mais acentuada entre as mulheres;
- Discordam de que é prejudicial para a criança em/até à idade escolar que o pai trabalhe fora de casa;
- Concordam que “as mães que trabalham fora de casa podem ter uma relação tão boa com os seus filhos quanto as mães que trabalham em casa” e que “uma mulher pode criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável”;
- Concordam que o desejo de uma mulher ter uma carreira profissional pode estar associado com o facto desta não ter filhos e que um adiamento contínuo até idades mais avançadas poderá ter o mesmo efeito;
- Concordam que uma criança precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada;
- E demonstram alguma discordância acerca de que uma mulher ou homem precisa de ter filhos para se sentir realizada(o).

Tabela 6.3 Algumas características dos indivíduos dos 18 aos 39 anos, segundo a sua Fecundidade Intencional.

Variável	Categorias	FECUNDIDADE INTENCIONAL							
		0		1		2		3+	
		H %	M %	H %	M %	H %	M %	H %	M %
Nível de escolaridade do próprio	Até ao 3.º ciclo	62,0	52,5	44,5	35,6	37,2	22,3	25,6	12,9
	Secundário	20,7	27,7	35,9	30,5	42,9	44,6	43,9	45,2
	Superior	17,3	19,8	19,6	33,9	19,9	33,1	30,5	41,9
Situação conjugal atual	Não tem/vive com cônjuge/ companheiro(a)	8,3	16,0	37,4	32,7	79,9	71,8	74,7	80,6
	Vive com cônjuge	72,5	68,8	42,3	46,3	9,6	13,8	14,5	10,8
	Vive com o(a) companheiro(a)	19,2	15,2	20,3	21,0	10,5	14,4	10,8	8,6
Rendimento per capita do agregado familiar	Até 500 €	75,0	79,7	56,5	63,6	59,3	60,4	62,0	54,8
	500 € – 1000 €	11,6	12,2	29,1	23,6	24,0	27,6	19,0	26,9
	Mais de 1000 €	13,4	8,1	14,4	12,8	16,7	12,0	19,0	18,3
Número ideal de filhos	Menos de 2 filhos	3,3	1,6	4,4	1,1	1,4	2,1	3,6	1,1
	2 filhos	67,7	66,9	69,1	66,7	70,2	64,2	36,9	42,4
	Mais de 2 filhos	29,0	31,5	26,5	32,2	28,4	33,7	59,5	56,5
Conciliação materna	Não trabalhar	28,1	20,1	20,0	14,2	12,0	6,2	15,9	5,3
	Trabalhar a tempo inteiro fora de casa	16,8	17,8	25,2	17,9	21,8	25,4	24,4	18,1
	Trabalhar a tempo parcial fora de casa	36,9	48,9	36,0	54,0	45,1	54,3	41,5	59,6
	Trabalhar a partir de casa	18,2	13,2	18,8	13,9	21,1	14,1	18,2	17,0

Variável	Categorias	FECUNDIDADE INTENCIONAL							
		0		1		2		3+	
		H %	M %	H %	M %	H %	M %	H %	M %
Presença materna ¹	Concorda	48,4	38,4	36,9	37,9	40,2	29,6	39,8	23,7
	Discorda	51,6	61,6	63,1	62,1	59,8	70,4	60,2	76,3
Presença paterna ²	Concorda	20,3	12,2	20,5	16,5	22,0	15,8	18,1	12,9
	Discorda	79,7	87,8	79,5	83,5	78,0	84,2	81,9	87,1
Autonomia feminina ³	Concordância plena	41,7	58,3	51,2	58,0	53,0	64,5	60,2	65,6
	Alguma discordância	58,3	41,7	48,8	42,0	47,0	35,5	39,8	34,4
Adiamento da fecundidade ⁴	Concordância plena	80,1	75,4	75,7	77,6	73,1	77,4	71,1	78,5
	Alguma discordância	19,9	24,6	24,3	22,4	26,9	22,6	28,9	21,5
Importância da família ⁵	Concorda	82,7	70,9	72,9	68,1	70,5	54,1	66,3	51,6
	Discorda	17,3	29,1	27,1	31,9	29,5	45,9	33,7	48,4
Realização pessoal ⁶	Concordância plena	52,0	45,6	49,5	37,0	42,4	30,6	36,1	29,3
	Alguma discordância	48,0	54,4	50,5	63,0	57,6	69,4	63,9	70,7
Compensação ⁷	Concorda	56,2	54,7	66,2	61,4	67,3	62,4	46,2	47,3
	Discorda	43,8	45,3	33,8	38,6	32,7	37,6	53,8	52,7

¹ É prejudicial para uma criança em/até à idade escolar que a mãe trabalhe fora de casa?

² É prejudicial para uma criança em/até à idade escolar que o pai trabalhe fora de casa?

³ As mães que trabalham fora de casa podem ter uma relação tão boa com os seus filhos quanto as mães que trabalham em casa? E uma mulher pode criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável?

⁴ O desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social ativa influencia a decisão das mulheres de não terem filhos? E as mulheres adiam o nascimento dos filhos e acabam por desistir de ter filhos devido à sua idade?

⁵ Uma criança precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada?

⁶ Uma mulher ou homem precisa de ter filhos para se sentir realizada(o)?

⁷ É preferível ter-se só um filho com mais oportunidades e menos restrições a terem-se mais filhos?

Para a construção do modelo foram consideradas as variáveis apresentadas na Tabela E.6 (Anexo E). De acordo com a análise realizada, os seguintes fatores não se revelaram significativos para se explicar o diferencial entre FFE e FR (nota: todas as variáveis consideradas mostraram-se significativas na análise univariada, isto é, sem ser em presença de outras):

- a) naturalidade;
- b) composição do agregado parental de origem;
- c) nível de escolaridade do pai;
- d) nível de escolaridade da mãe;
- e) número de irmãos;
- f) existência de separação dos pais;
- g) experiência de conjugalidade;
- h) existência de enteados;
- i) existência de trabalho do próprio;
- j) condição perante o trabalho do(a) cônjuge/companheiro(a);
- k) idade ao primeiro emprego pago;
- l) conciliação materna;

- m) presença materna;
- n) presença paterna;
- o) autonomia feminina;
- p) adiamento da fecundidade;
- q) importância da família;
- r) realização pessoal.

Do total de 27 variáveis consideradas, somente nove apresentaram significância estatística para se explicar o diferencial de fecundidade em estudo (Tabela E.7 do Anexo E):

- a) **idade do próprio;**
- b) **sexo;**
- c) **dimensão da área de residência;**
- d) **nível de escolaridade do próprio;**
- e) **nível de escolaridade do cônjuge;**
- f) **idade com que deixou de residir com o agregado parental de origem;**
- g) **rendimento *per capita* do agregado familiar;**
- h) **número ideal de filhos para uma família;**
- i) **compensação.**

O modelo apresentado revelou um bom ajustamento aos dados com um R^2 de Nagelkerke igual a 59 % e de MacFaden igual a 62 %. O modelo ajustado é apresentado na Tabela E.7 (Anexo E). Trata-se de um modelo de *odds* proporcionais parciais, pois para a variável número ideal de filhos o pressuposto da proporcionalidade não foi satisfeito e, como tal, foram estimados os coeficientes associados a cada categoria da variável resposta. Tal como anteriormente, serão usadas as siglas OR e IC para se designarem a razão de possibilidades e os intervalos de confiança, respetivamente.

Importa mencionar que, apesar de muitas das categorias iniciais se diferenciarem qualitativamente, no modelo obtido para o diferencial entre fecundidade final esperada e fecundidade realizada, algumas não diferem estatisticamente entre si, pelo que se procedeu à junção dessas categorias nos casos que se entendeu que esse agrupamento fazia sentido no contexto da modelação, por forma a obter-se um modelo o mais parcimonioso possível.

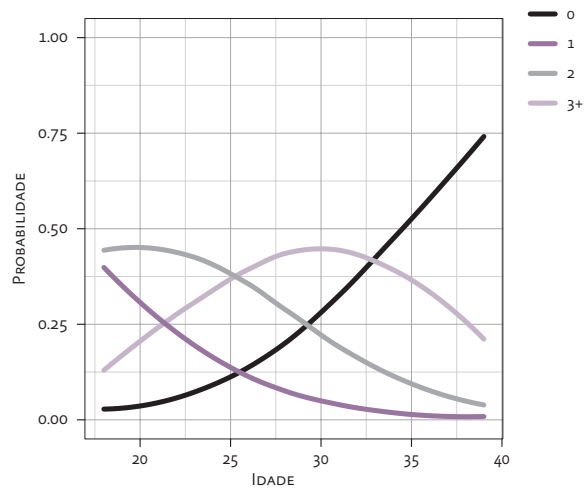
Com base nos resultados apresentados na Tabela E.7 (Anexo E), para os indivíduos com idades inferiores a 40 anos podemos concluir que:

- Por cada ano a mais na idade do indivíduo, a possibilidade de se aproximar da sua FFE (isto é, de se aproximar de um diferencial de 0 filhos) aumenta 21 % (OR = 0,79; IC_{95 %} = (0,77; 0,81));

- Os homens têm 1,3 vezes mais possibilidades de terem um diferencial de fecundidade maior do que o das mulheres (OR = 1,28; IC_{95%} = (1,00; 1,63));
- Um indivíduo residente numa área densamente povoada tem 1,5 vezes mais possibilidades de ter um diferencial de fecundidade maior (OR = 1,48; IC_{95%} = (1,17; 1,88)) do que um indivíduo que viva numa área medianamente povoada ou pouco povoada;
- Aqueles com uma carreira escolar mais longa são os que maiores possibilidades têm de se afastar da sua FFE, quer relativamente ao próprio ou ao cônjuge. No caso do *próprio*, aqueles que apresentam um nível de escolaridade correspondente ao ensino secundário/superior registam aproximadamente 1,5 vezes mais possibilidades (OR = 1,53; IC_{95%} = (1,15; 2,04)) de terem um diferencial de fecundidade maior. No caso do *cônjuge*, essas possibilidades são idênticas (OR = 1,51; IC_{95%} = (1,14; 2,00)) quando se compara quem tem ensino secundário/superior com quem tem um nível de escolaridade até ao ensino básico;
- Um indivíduo que deixe de partilhar a residência do seu agregado parental de origem somente após os 25 anos de idade tem 1,7 vezes mais possibilidades de ter um diferencial de fecundidade maior (OR = 1,67; IC_{95%} = (1,29; 2,16)) quando comparado com um indivíduo que tenha deixado de residir com o agregado mais cedo;
- Aqueles que discordam de que “é preferível ter somente um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos” têm quase 1,5 vezes mais possibilidades (OR = 1,44; IC_{95%} = (1,13; 1,83)) de registarem um diferencial de fecundidade mais elevado quando comparados com aqueles que revelaram concordar com esta questão;
- Podemos observar que, na generalidade, são aqueles que afirmam que o seu *número ideal de filhos* é superior a 2 os que mais possibilidades têm de apresentar um maior diferencial entre a fecundidade esperada e a realizada. Este aumento de possibilidades vai desde 1,7 vezes, quando se consideram os que estão a 1 ou mais filhos da sua FFE (OR = 1,71; IC_{95%} = (1,29; 2,26)), até cerca de 5 vezes quando se consideram os que estão a 3 ou mais filhos da sua FFE (OR = 4,90; IC_{95%} = (2,33; 10,28));
- Por último, verificamos ainda que são os que se inserem no escalão de rendimento *per capita* do agregado entre 500 € e 1000 € os que maiores possibilidades têm de se afastar da sua FFE. Quem tem um rendimento *per capita* neste escalão tem aproximadamente 4 vezes mais possibilidades do que quem tem um rendimento *per capita* inferior (OR = 3,82; IC_{95%} = (2,86; 5,26)).

Na Figura 6.32 podemos observar as probabilidades estimadas para o diferencial entre a FFE e a FR, ou seja, a fecundidade intencional, em função da idade. Se aos 18 anos de idade a probabilidade de já se ter atingido a FFE for praticamente nula, aos 39 anos essa probabilidade é de aproximadamente 75 %. Os indivíduos entre os 25 e os 35 anos de idade são os que mais probabilidades têm de estar a somente um filho de atingirem a sua FFE, ou seja, de terem uma fecundidade intencional de 1 filho. As pessoas com, no máximo, 25 anos de idade são as que maiores probabilidades têm de se encontrar a, pelo menos, dois filhos da sua FFE.

Figura 6.32 Probabilidade estimada que um indivíduo tem de se enquadrar em diferentes níveis de fecundidade intencional ao longo da idade.



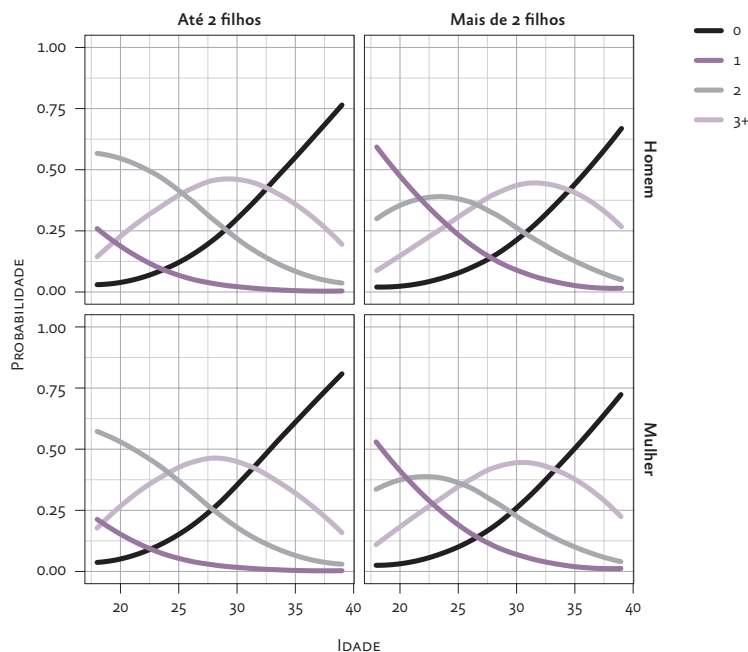
Tomando como exemplo as probabilidades obtidas de acordo com o sexo dos inquiridos e com a sua opinião sobre o número de filhos que consideram ideal para uma família, apresentadas na Figura 6.33, verificamos que, apesar de não encontrarmos diferenças substanciais entre homens e mulheres, as probabilidades estimadas para quem considera que o número ideal será até 2 filhos diferem substancialmente daqueles que consideram como ideal um número superior a 2.

Estima-se também que as probabilidades de um determinado indivíduo se encontrar a 3 ou mais filhos da sua FFE são mais elevadas em idades jovens, mas também entre aqueles que consideram um ideal de família até 2 filhos. Quem considera que o número ideal de filhos para uma família é superior a 2 tem maiores probabilidades de atingir a sua FFE em idades mais avançadas.

Apesar dos padrões de probabilidades apresentados na Figura 6.33 estarem, na sua generalidade, em consonância com os da Figura 6.32, podemos

destacar que, considerando a variável em foco, as alterações mais significativas estão relacionadas com os diferenciais de 2 e 3 ou mais filhos.

Figura 6.33 Probabilidade estimada que um indivíduo tem de se enquadrar em diferentes níveis de fecundidade intencional ao longo da idade, segundo o sexo e o seu número ideal de filhos para uma família.



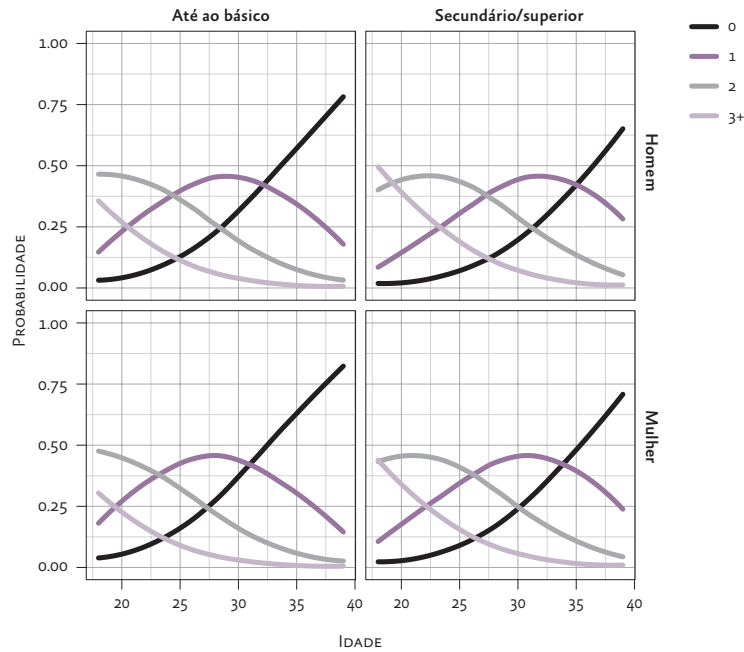
A Figura 6.34 apresenta as probabilidades estimadas não só de acordo com o sexo dos indivíduos inquiridos, mas também segundo o seu nível de escolaridade. Novamente, as probabilidades estimadas apresentam características bastante semelhantes às obtidas para a totalidade dos inquiridos, no entanto, apresentam diferenças de acordo com o nível de ensino.

Assim, podemos concluir que são aqueles que encerram mais cedo a sua trajetória escolar, ou seja, que detêm um nível de ensino mais baixo, que, de uma forma geral, têm maiores probabilidades de atingirem em idades mais jovens a sua FFE.

E ainda, mesmo sendo os mais jovens que comumente têm maiores probabilidades de estar a 2 ou 3 e mais filhos da sua FFE, as probabilidades mais elevadas daqueles que se encontram somente a 1 filho da sua FFE são claramente distintas entre os dois níveis de ensino em análise. Portanto, se para aqueles que, independentemente do sexo, têm apenas até ao ensino básico e ainda apresentam uma fecundidade intencional de 1 filho, as probabilidades mais elevadas concentram-se entre os 25 e os 30 anos, no respeitante a quem

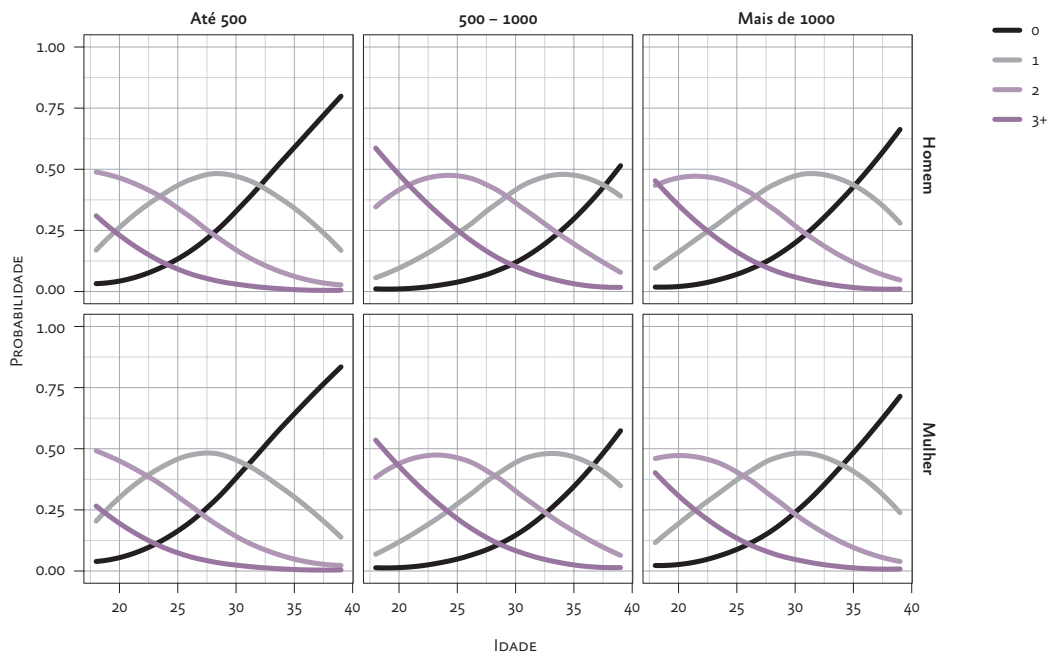
detém um nível de escolaridade de secundário ou superior, as probabilidades mais elevadas concentram-se entre os 30 e os 35 anos de idade.

Figura 6.34 Probabilidade estimada que um indivíduo tem de se enquadrar em diferentes níveis de fecundidade intencional ao longo da idade, segundo o sexo e o nível de escolaridade do próprio.



Na Figura 6.35 podemos observar a variação das probabilidades segundo a idade e em função do rendimento *per capita* do agregado familiar e do sexo. De uma forma geral, podemos verificar que são aqueles cujo rendimento *per capita* do agregado familiar é inferior a 500 € que atingem a sua FFE mais rapidamente. Observa-se, ainda, um claro deslocamento em direção a idades mais avançadas nas probabilidades de se encontrarem somente a um filho da sua FFE para os indivíduos com um rendimento *per capita* entre 500 € e 1000 €, sendo que as restantes são bastante idênticas quando diferenciadas somente entre homens e mulheres.

Figura 6.35 Probabilidade estimada que um indivíduo tem de se enquadrar em diferentes níveis de fecundidade intencional ao longo da idade, segundo o sexo e o rendimento *per capita* do agregado familiar do próprio.



De seguida, tendo em conta os determinantes atrás identificados, apresentam-se alguns perfis com probabilidades elevadas de um indivíduo se aproximar da sua FFE, fazendo variar o sexo e a idade. Considerando indivíduos que **residem numa área medianamente ou pouco povoada**, tendo o **próprio ou o cônjuge um nível de escolaridade até ao ensino básico**, que **deixaram de residir com o agregado parental até aos 24 anos**, com um **rendimento *per capita* do agregado familiar até 500 €**, que consideram que o seu **número ideal de filhos é até 2** e que **discordam** de que “é preferível ter somente um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos”, observamos que:

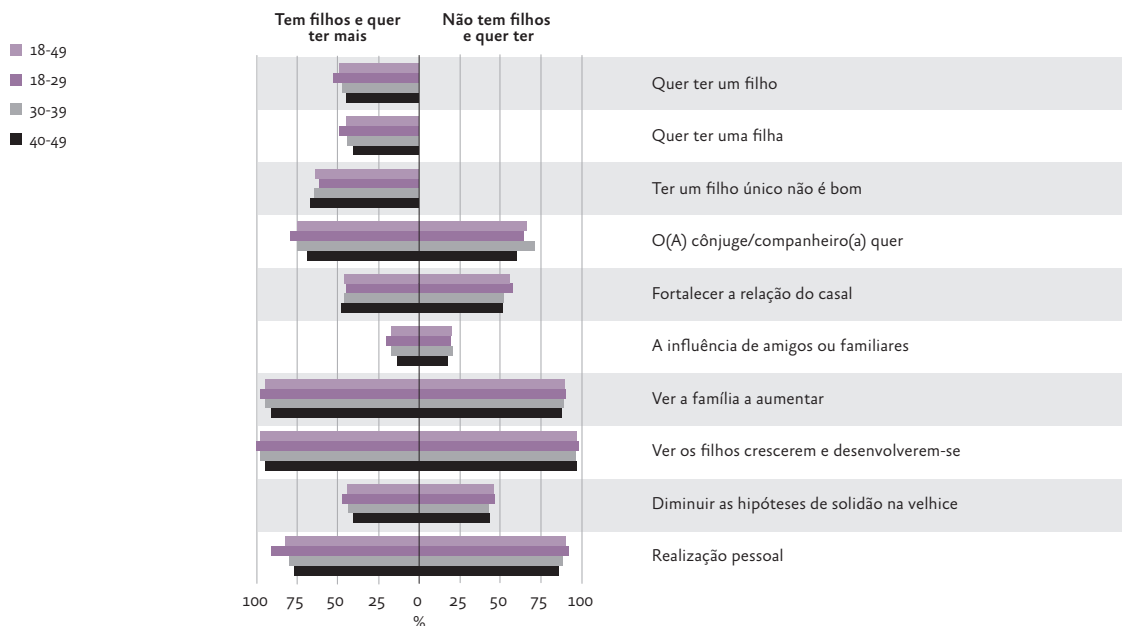
- **Perfil 1:** uma mulher com 20 anos de idade tem uma probabilidade estimada igual a 51 % de estar a 1 filho da sua FFE, e igual a 30 % de estar a 2 filhos;
- **Perfil 2:** uma mulher com 30 anos tem aproximadamente uma probabilidade estimada igual a 69 % de já ter concretizado a sua FFE, e igual a 27 % de estar a 1 filho de a concretizar;
- **Perfil 3:** uma mulher com 39 anos tem uma probabilidade estimada igual a 95 % de já ter atingido a sua FFE e, portanto, de não ter mais filhos para além dos que já tem;

- **Perfil 4:** um homem com 20 anos tem uma probabilidade estimada igual a 48 % de estar a 1 filho da sua FFE, e igual a 35 % de estar a 2 filhos;
- **Perfil 5:** um homem com 30 anos tem uma probabilidade estimada igual a 63 % de já ter concretizado a sua FFE, e igual a 31 % de probabilidades de estar a 1 filho de a concretizar;
- **Perfil 6:** um homem com 39 anos tem uma probabilidade estimada igual a 94 % de já ter atingido a sua FFE e, assim, de já não ter mais filhos do que aqueles que já tem.

6.5. Motivos para querer ter/ter mais filhos

Para esta análise foram excluídos os indivíduos que indicaram não saber se queriam ter filhos ou ter mais filhos, mas que ainda assim responderam à parte do inquérito referente aos motivos.

Figura 6.36 Importância atribuída a cada motivo para ter/ter mais filhos, por classe etária (as percentagens podem ser consultadas na Tabela E.8 e na Tabela E.9 do Anexo D).



Como se pode observar pela Figura 6.36, tanto os motivos “ver os filhos crescerem e desenvolverem-se”, como “ver a família aumentar” são considerados importantes por quase todos os indivíduos, quer estes já tenham ou não filhos. A realização pessoal também foi bastante referida.

Entre quem tem filhos e quer vir a ter mais, verifica-se que há uma ligeira redução na percentagem de pessoas que consideram os vários motivos importantes, exceto no caso dos motivos “fortalecer a relação do casal” e “ter um filho único não é bom”, os quais ganham um pouco mais de importância com o aumento da idade.

Entre quem não tem filhos e pensa vir a ter, as diferenças entre classes etárias são muito reduzidas.

De seguida, realizou-se uma análise multivariada dos motivos, por classe etária, com o objetivo de se distinguirem os indivíduos segundo a sua decisão sobre quererem ter ou quererem ter mais filhos. Nesta análise, optou-se sempre por se considerar o sexo, a habilitação literária do próprio e o facto de ter ou não filhos como variáveis passivas, *i.e.*, variáveis que não são usadas na construção das dimensões, de modo a averiguar-se sobre uma possível relação com os motivos, por forma a alterar-se a fecundidade realizada. Os resultados relativos ao grupo etário dos 40 aos 49 anos serão apresentados somente no capítulo 7.4.

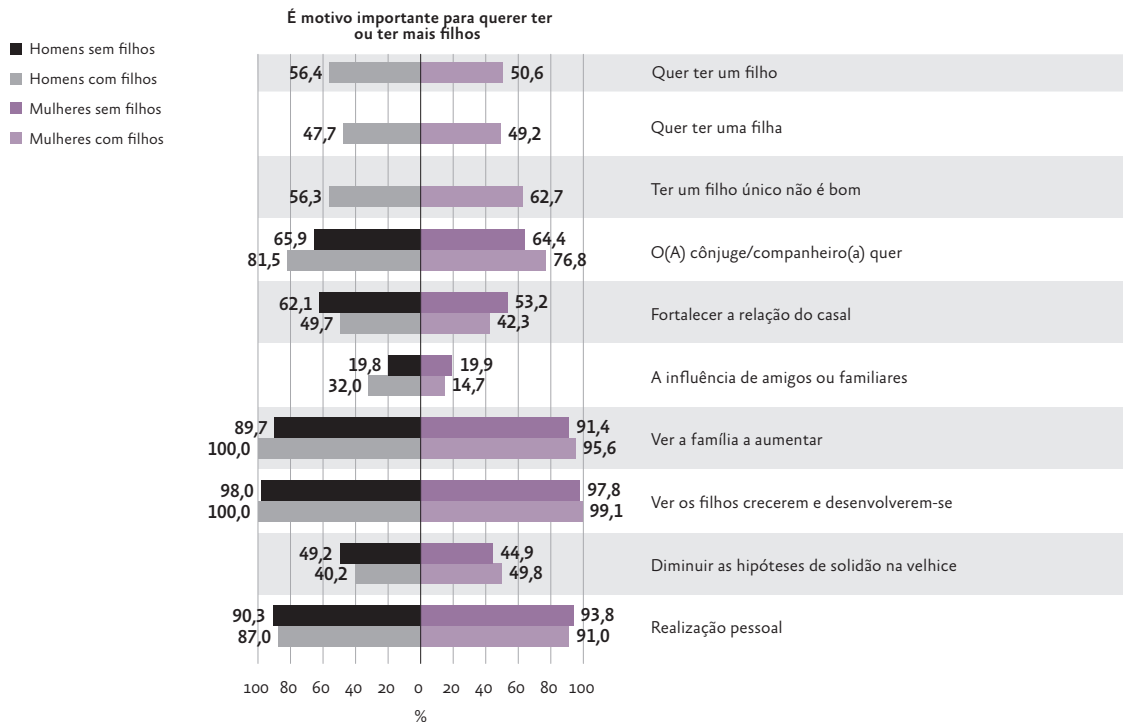
6.5.1. Indivíduos com idades entre os 18 e os 29 anos

No grupo etário dos 18 aos 29 anos de idade estima-se que 83,5 % dos residentes pretendem aumentar a sua fecundidade realizada e, destes, só 14,2 % já têm filhos.

Para os homens com filhos é indiscutível que a consolidação da família seja obtida através dos filhos (Figura 6.37). São também os homens que referem mais vezes que o fortalecimento da relação do casal é um motivo importante para a sua decisão de quererem ter filhos ou terem mais filhos.

Entre quem tem filhos, a influência dos amigos é mais forte entre os homens do que entre as mulheres. Em contraste, o motivo “diminuir as hipóteses de solidão na velhice” ganha maior importância junto das mulheres do que dos homens.

Figura 6.37 Motivos considerados importantes para quererem ter ou quererem ter mais filhos, pelos residentes com idade entre os 18 e os 29 anos.



Numa análise multivariada sobre a importância dos motivos para se pretender aumentar a sua fecundidade realizada, foram excluídos os motivos “o(a) cônjuge quer” e a “realização pessoal”, por apresentarem um fraco poder discriminativo e, portanto, não contribuir para a definição de cada uma das dimensões a seguir identificadas. Foi possível resumir a informação relacional entre as variáveis em dois fatores, ou dimensões, que explicam 54 % da variância (Tabela E.10 do Anexo E). As duas dimensões obtidas, tendo em conta as variáveis que mais contribuem para a sua definição, podem ser nomeadas como:

1. Relacionamentos (pessoais e conjugais):
 - Fortalecer a relação do casal,
 - Diminuir as hipóteses de solidão na velhice,
 - A influência de amigos ou familiares.
2. Consolidação da família (através dos filhos):
 - Ver os filhos crescerem e desenvolverem-se,
 - Ver a família a aumentar.

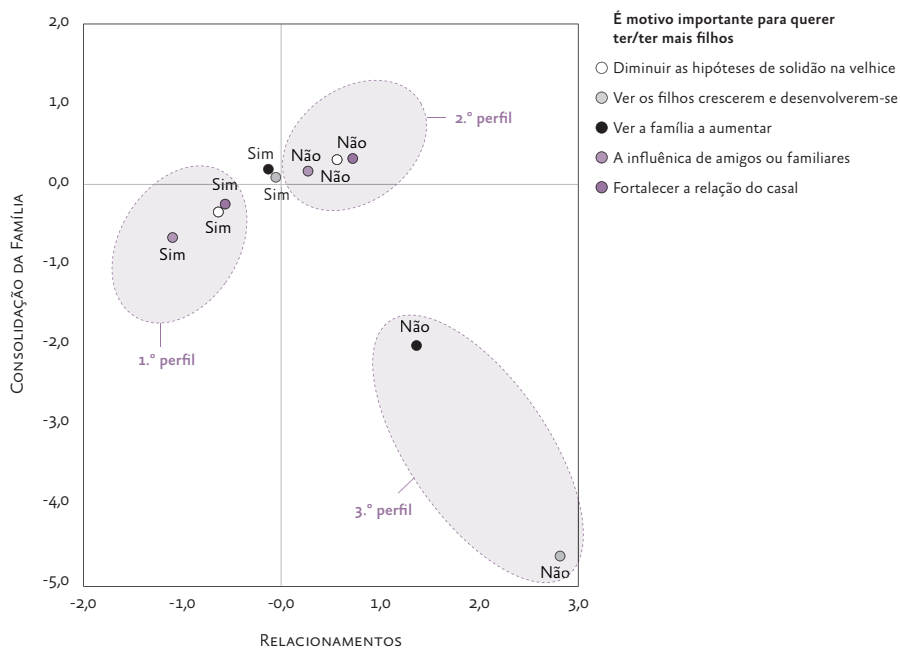
Foi averiguada a associação entre as diferentes variáveis que expressam valores morais que afetam a conduta dos indivíduos e as variáveis sexo, ter ou

não filhos e nível de escolaridade, com a inclusão destas variáveis *a posteriori* nesta análise, tendo todas elas revelado ausência de capacidade de diferenciação (resultados não apresentados).

Com base nas duas primeiras dimensões identificaram-se três perfis de indivíduos (Figura 6.38). Posteriormente, procedeu-se à classificação dos residentes, com idade entre os 18 e os 29 anos, tendo-se também identificado três grupos homogêneos de indivíduos que corresponderam aos perfis identificados e cujas principais características são (Figura E.1 e Tabela E.11 do Anexo E):

- Grupo 1 – residentes (cerca de 70 %) que valorizam a consolidação da família/relação do casal e os relacionamentos na sua decisão. Os indivíduos com um nível de instrução até ao 1.º ciclo tendem a ficar neste grupo.

Figura 6.38 Representação da primeira e segunda dimensão da análise multivariada dos motivos para querer ter ou terem mais filhos, para os residentes com idade entre os 18 e 29 anos (54 % da variância é explicada por estas duas componentes).

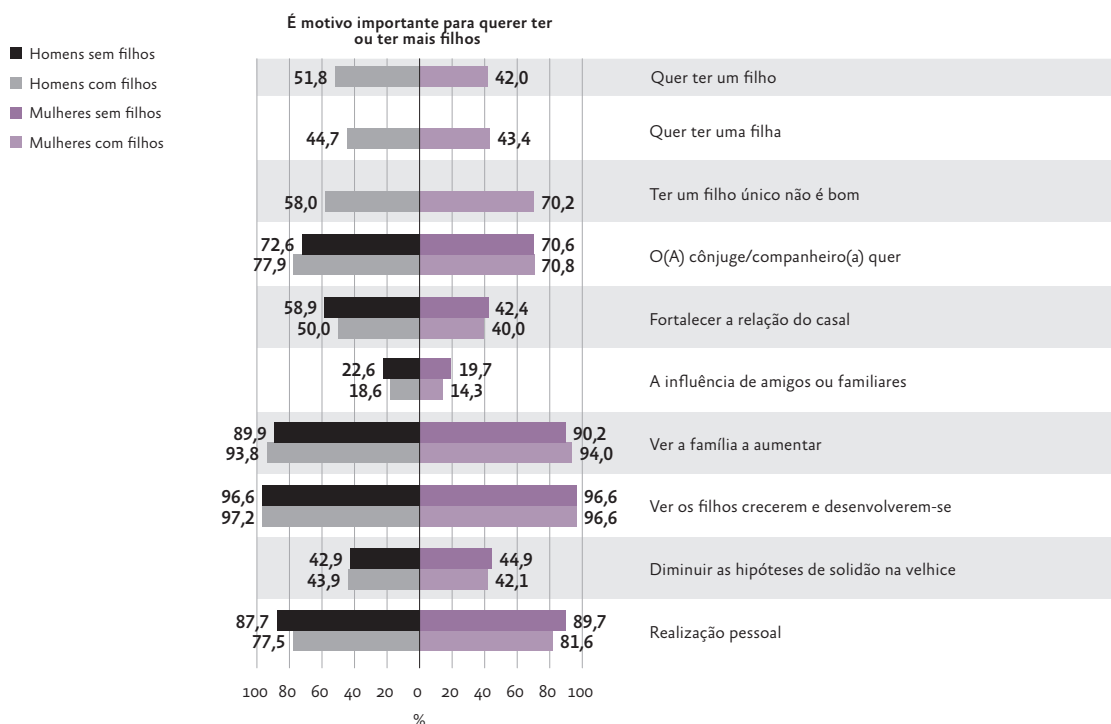


- Grupo 2 – residentes (aproximadamente 28 %) para os quais a consolidação da família (através dos filhos) é importante para a sua decisão de terem filhos ou terem mais filhos, mas os relacionamentos não o são.
- Grupo 3 – residentes (somente 2 %) que, de um modo geral, desvalorizam quase todos os motivos. São, por isso, pessoas que querem ter filhos, porque é essa a sua vontade, independentemente da influência dos outros. Neste grupo encontram-se essencialmente pessoas sem filhos e com escolaridade elevada.

6.5.2. Indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos

Estima-se que quase metade (48,4 %) dos residentes com idade entre os 30 e os 39 anos considera que o seu ciclo reprodutivo está aberto e, destes, cerca de 46,7 % ainda não têm filhos.

Figura 6.39 Motivos considerados importantes para quererem ter ou quererem ter mais filhos, pelos residentes com idade entre os 30 e os 39 anos.

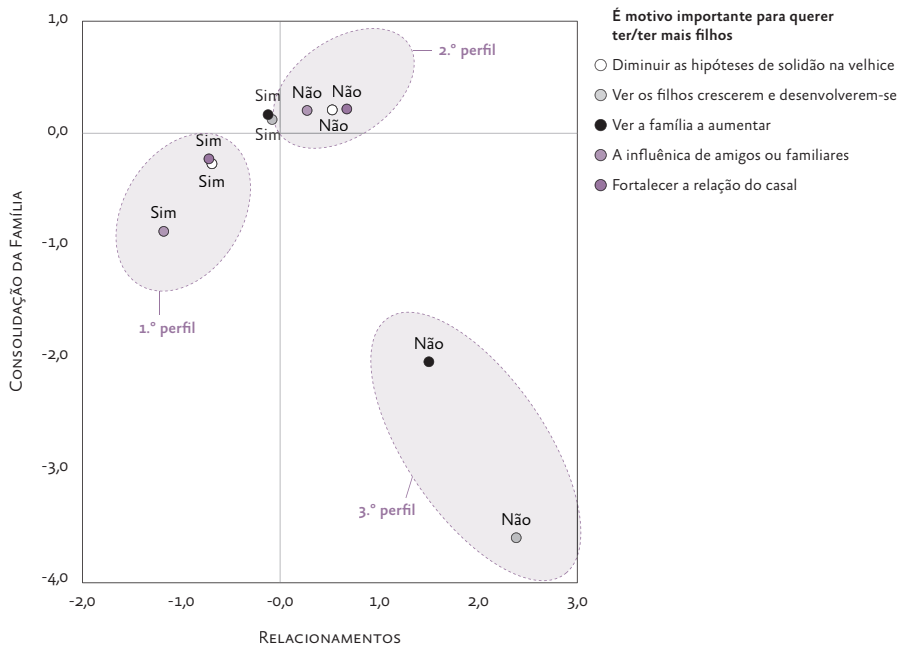


A distribuição dos motivos considerados importantes é semelhante entre ambos sexos e entre terem ou não filhos (Figura 6.39). Apenas há a observar que, entre quem tem filhos, foram os homens que referiram mais vezes (do que as mulheres) os motivos de diminuição das hipóteses de solidão na velhice e da influência dos amigos e familiares.

A análise multivariada sobre a importância destes motivos devolveu resultados similares aos obtidos no grupo etário anterior (18-29 anos). Os motivos “o(a) cônjuge/companheiro(a) quer” e a “realização pessoal” também apresentaram um fraco poder discriminativo. A informação relacional entre as variáveis foi resumida em duas dimensões iguais às definidas para os residentes mais jovens (secção 6.5.1), registando-se uma ligeira melhoria na percentagem da variância explicada (56 %, Tabela E.12 do Anexo E):

1. Relacionamentos (pessoais e conjugais);
2. Consolidação da família (através dos filhos).

Figura 6.40 Representação da primeira e segunda dimensão da análise multivariada dos motivos para quererem ter ou terem mais filhos, para os residentes com idades entre os 30 e 39 anos (56 % da variância é explicada por estas duas componentes).



Como se pode constatar, o espaço das dimensões representado na Figura 6.40 é semelhante ao da Figura 6.38. Portanto, identificaram-se os mesmos três tipos de perfis/grupos, diferindo apenas na sua dimensão (Figura E.2 e Tabela E.13 do Anexo E):

- Grupo 1 (cerca de 64 %) – residentes que valorizam a consolidação da família/relação do casal e os relacionamentos na sua decisão.
- Grupo 2 (cerca de 33 %) – residentes para os quais a consolidação da família (através dos filhos) é importante para a sua decisão de terem filhos ou terem mais filhos, mas os relacionamentos não o são.
- Grupo 3 (aproximadamente 3 %) – residentes que, de um modo geral, desvalorizam quase todos os motivos.

6.6. Discussão de resultados

Os resultados encontrados nas análises acima apresentadas demonstram que as possibilidades de se transitar para o segundo filho, bem como as possibilidades de se esperar ter mais um filho ou de terminar o período reprodutivo com apenas um filho são diferenciadas entre homens e mulheres. Como lembraram Almeida *et al.* (1998), se a fecundidade não constitui uma realidade apenas feminina, conhecer a realidade a partir da perspectiva masculina torna-se uma necessidade incontornável.

Face à entrada mais tardia dos homens na parentalidade, constata-se que, até um pouco acima dos trinta anos, as mulheres têm um número médio de filhos maior que os homens. Contudo, considerando-se apenas o grupo de indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos, verifica-se que as mulheres são mais suscetíveis de terem apenas um filho, apresentando ainda maiores possibilidades de findarem o seu período reprodutivo com apenas esse filho.

Como os custos de oportunidade têm sido tradicionalmente mais pesados para as mulheres, sendo elas as mais atingidas pelas dificuldades inerentes à conciliação entre a criação dos filhos e a vida profissional (Torres, 2001; Wall e Guerreiro, 2005; McDonald, 2006, 2008; Tanturri e Mencarini, 2008), as mulheres parecem ter menos capacidade para transitarem para o segundo filho, sendo ainda mais propensas a terminarem a sua vida reprodutiva com um único filho.

A idade confirma-se como um fator-chave na análise do comportamento reprodutivo (Billari e Kohler, 2009; Sobotka, 2009; Spéder e Kapitány, 2009), afetando simultaneamente as possibilidades de se ter um maior ou menor número de filhos, bem como a intenção de tê-los (Maciel *et al.*, 2012b). Se, por um lado, um aumento na idade favorece a que os indivíduos tenham transitado para um segundo ou terceiro filho, por outro lado, com o avançar dos anos assiste-se à diminuição das expectativas de se vir a ter mais filhos (Merz e Liefbroer, 2010), nomeadamente entre as mulheres, cujo período reprodutivo é mais limitado do que o masculino, enquanto entre os homens estas aspirações tendem a manter-se até idades um pouco mais tardias (Cunha, 2012).

Contudo, não é apenas a idade em que os indivíduos se encontram que afeta as suas decisões e os seus percursos reprodutivos. A idade ao nascimento do primeiro filho demonstra ser uma das componentes mais decisivas no que concerne tanto à fecundidade realizada quanto à fecundidade que se espera atingir (Adsera, 2011a; Maciel *et al.*, 2012a; Maciel, 2015; Rowland, 1998).

Com efeito, quanto maior for a idade ao nascimento do primeiro filho, maiores são as possibilidades de se ter apenas um filho e de permanecer apenas com este único filho como fecundidade final. Contudo, o efeito do adiamento

tem um impacto diferenciado conforme os distintos níveis de escolaridade. Se, por um lado, aqueles com ensino superior são os que mais adiam o nascimento do primeiro filho, apresentando por isso uma menor fecundidade realizada entre os indivíduos com idades inferiores aos 30 anos, por outro lado, a partir dos 30 anos são eles que demonstram uma maior capacidade para ultrapassarem as descendências de filho único, esperando ter assim uma fecundidade final superior a um filho.

Desta forma, pode dizer-se que, apesar dos prolongamentos das trajetórias escolares conduzirem a um inegável adiamento da fecundidade para idades mais tardias (Adsera, 2006b; Bongaarts, 2003; Billari e Kohler, 2002; Mills *et al.*, 2011;), não conduzem nem ao desejo de se terem menos filhos, nem ao objetivo de se ter apenas um filho como descendência final. Como referido anteriormente, este comportamento não é uma singularidade da sociedade portuguesa, tendo já outros estudos verificado uma tendência similar noutros países europeus (Mills *et al.*, 2008; Spéder e Kapitány, 2009).

Apesar das inegáveis alterações nos comportamentos da conjugalidade e da dissociação entre a parentalidade e a nupcialidade (Giddens, 1993; Almeida *et al.*, 1998), com um expressivo aumento tanto da coabitação quanto dos nascimentos ocorridos fora do casamento, duas premissas centrais da teoria da Segunda Transição Demográfica (Sobotka, 2008; Lesthaeghe, 2010), a presença de um(a) companheiro(a) que ofereça apoio na criação dos filhos, continua a ser de importância fundamental, tanto na sociedade portuguesa, como em diversas outras partes do mundo (Schoen *et al.*, 1999; Heiland *et al.*, 2008; Spéder e Kapitány, 2009; Mills *et al.*, 2011; Aassve *et al.*, 2012; Bongaarts, 1998). Desta forma, podemos apontar que o facto de não se viver em conjugalidade, seja com um(a) companheiro(a) ou cônjuge, potencia a que os indivíduos não tenham transitado para um segundo filho, que tenham um menor número médio de filhos e que sejam também mais propensos a terminarem o seu período reprodutivo com apenas um filho.

Para além da situação conjugal continuar a revelar um papel determinante na explicação das intenções reprodutivas dos residentes em Portugal, os resultados também apontam para a importância do estado civil. De facto, ser-se casado, viúvo ou divorciado são fatores potenciadores para um aumento do número médio de filhos, sendo que ser-se solteiro tem um efeito contrário. Porém, quando consideramos os desejos dos indivíduos, concluímos que o estado civil assume uma maior importância face à situação conjugal.

Se ter um cônjuge ou companheiro não é importante para se explicar o número de filhos que os portugueses desejam ter, o mesmo não se verifica em relação ao estado civil. Efetivamente, quando analisamos o efeito do estado civil, na ausência das restantes variáveis, concluímos que os casados ou viúvos

potenciam o desejo de terem mais filhos, relativamente aos solteiros. Já quando se considera esta variável na presença das restantes, esta situação altera-se, sendo que ser-se divorciado diminui o desejo de se terem mais filhos.

Estes resultados mostram que a fecundidade desejada é independente da situação conjugal, e que se se considerar apenas o efeito da variável isolada, os que passaram por um casamento “desejam mais filhos”. Logo, o facto de terem casado pode ser explicado por quererem constituir família e ter filhos. Já no conjunto com as outras variáveis, este dado perde importância, mas os divorciados (eventualmente, porque já estiveram casados e o casamento correu menos bem, à partida, do que o dos viúvos) diferem dos solteiros que, apesar de nunca terem casado, podem alguns estar a viver uma experiência de conjugalidade.

Tanto o nível de rendimento quanto o facto de se ter um trabalho remunerado têm-se tornado, cada vez mais, condições necessárias à concretização dos projetos de fecundidade (Spéder e Kapitány, 2009), por afetarem a segurança financeira e a capacidade dos indivíduos para transitarem para a parentalidade ou para alargarem a sua descendência. Se o desemprego temporário pode significar um bom momento para se terem filhos (Adsera, 2006a), o desemprego estrutural pode constranger a fecundidade, na medida em que este afeta a capacidade dos indivíduos suportarem tanto a entrada na parentalidade, como a chegada de uma criança adicional (Ajzen, 1991; Kohler *et al.*, 2006; Lutz *et al.*, 2006; Weston e Qu, 2001).

Além disso, as questões relativas ao emprego parecem ser diferenciadas tanto no que concerne ao sexo, como se evidenciou anteriormente, ao indicar que entre os homens a ausência de um trabalho a tempo inteiro era um fator restritivo para a sua entrada na parentalidade, mas também no que respeita à idade. Constatamos que a ausência de um trabalho a tempo inteiro entre os mais jovens (menores de 30 anos) afeta as suas possibilidades de terem transitado para um segundo filho, sendo que aqueles sem trabalho ou com trabalho a tempo parcial são mais propensos a não terem progredido para um segundo filho, tendo, portanto, uma fecundidade realizada de filho único.

No caso do rendimento, constata-se que o número médio de filhos é maior entre aqueles com rendimentos *per capita* do agregado até 500 €³⁵, relativamente aos que têm rendimentos *per capita* superiores, sendo que as diferenças tendem a atenuar-se com a idade. Embora este seja um padrão que necessite de ser mais bem compreendido, uma das possíveis explicações para que sejam os indivíduos com mais baixos rendimentos os que apresentam uma maior fecundidade pode estar também relacionada com a menor idade média de entrada na parentalidade, como se constatou anteriormente na análise da

³⁵ Dependendo o próprio rendimento *per capita* da dimensão do agregado familiar, um maior número de filhos pode implicar um mais baixo rendimento *per capita*.

transição, em que se evidenciou que as transições precoces eram marcadas por contextos sociais mais desfavorecidos.

Como a fecundidade também depende dos fatores de ordem econômica e social (Merz e Liefbroer, 2010), as questões relativas ao emprego e às incertezas econômica e financeira (Adsera, 2006a; Billari e Kohler, 2002; Domínguez-Folgueras e Castro-Martín, 2008; McDonald, 2006) têm uma relevância acrescida nesta decisão, condicionando inclusivamente a idade em que se dá a saída da casa do agregado parental de origem (Dalla Zuanna, 2001), uma fase de extrema influência na transição para a vida adulta e na aquisição de autonomia (Picoito, 2015).

São diversos os estudos que relacionam o adiamento dos planos reprodutivos com o adiamento da saída do agregado parental de origem (Almeida *et al.*, 1998; Billari e Kohler, 2002; Van de Kaa, 2002; Guerreiro e Abrantes, 2007; Mills *et al.*, 2011). Também neste estudo se verifica que a idade com que os indivíduos deixam de residir com o agregado parental de origem afeta não só as questões relativas à transição para a parentalidade, como se constatou anteriormente, mas também a fecundidade realizada e a fecundidade que se espera vir a ter no termo do período reprodutivo.

Comprova-se que aqueles que deixaram de residir com o agregado parental de origem mais tardiamente, ou que nunca chegaram a constituir um domicílio independente têm um número médio de filhos menor do que aqueles que o fizeram mais cedo, sendo que aqueles que, por alguma razão, ainda continuam a residir com o agregado de origem são também mais predispostos a terminarem o seu período reprodutivo com apenas um filho.

Face ao expressivo aumento do número de divórcios e das ruturas conjugais, as questões relativas às famílias “recompostas”, como seja a existência de filhos de um relacionamento anterior, tornam-se fatores importantes a adicionar-se à avaliação das decisões de fecundidade. As pessoas que experienciam ruturas conjugais e voltam a entrar em união poderão ser, por exemplo, mais suscetíveis a desejarem ter filhos em comum como forma de fortalecerem este “novo” laço conjugal (Lesthaeghe, 2010). Por outro lado, como referem Weston e Qu (2001) e Maciel (2015), a presença de filhos de um relacionamento anterior pode afetar as decisões sobre o *quantum* da fecundidade. É aliás neste sentido que apontam os resultados da análise da fecundidade final esperada de filho único, concluindo-se que aqueles que já têm algum enteado são mais propensos a desejarem ter apenas um único filho biológico como fecundidade final.

Tal como propõe a teoria da Segunda Transição Demográfica, as sociedades têm-se tornado cada vez mais impulsionadas por valores individualistas (Ariès, 1980; Van de Kaa, 1998, 2002), fazendo com que a influência dos contextos e das experiências individuais tendam a crescer em importância

(Heiland *et al.*, 2008), em detrimento da diminuição do peso das características “inatas” ou de socialização. Mas são diversos os estudos que reconhecem que os contextos de socialização ainda continuam a ter um peso substancial nas decisões de fecundidade, nomeadamente aquelas que versam sobre o *quantum* (número de filhos) (Barber, 2001; Goldstein *et al.*, 2003; Heiland *et al.*, 2008; Tanturri e Mencarini, 2008; Udry, 1983).

É também neste mesmo sentido que apontam os nossos resultados, através dos quais concluímos que a dimensão da família de origem (o número de irmãos), o nível de escolaridade da mãe, os ideais de fecundidade e os valores parentais continuam a ser de substancial importância no delineamento e concretização dos projetos de fecundidade. Ora, a família constitui a primeira instituição onde se dá a aprendizagem, produção e reprodução de determinados valores, tendo por isso uma poderosa influência na forma como os indivíduos concebem as suas aspirações, entre as quais, aquelas ligadas às pretensões reprodutivas (Udry, 1983; Koropecjy-Cox e Pendel, 2007; Merz e Liebroer, 2010).

Os resultados obtidos neste estudo mostram que aqueles indivíduos originários de agregados familiares mais alargados, ou seja, com um maior número de irmãos, são mais propensos a já terem transitado para o segundo filho, a terem um maior número médio de filhos e ainda a esperarem vir a ter mais filhos. É claro que, face ao intenso declínio da fecundidade portuguesa no decurso das últimas décadas, o conceito de família alargada varia entre as diferentes gerações. Ao que parece, para aqueles com idades inferiores aos 30 anos ter uma família alargada significa ter pelo menos dois irmãos, enquanto para as gerações mais velhas significa ter três ou mais irmãos.

Ainda relativamente ao agregado parental de origem, verifica-se que aqueles cujas mães possuem um nível de ensino superior apresentam mais possibilidades de esperar ter mais um filho do que aqueles cujas mães têm um mais baixo nível de escolaridade. Estes resultados vêm assim corroborar o argumento de que os contextos de socialização ainda continuam a refletir-se nas intenções reprodutivas de homens e mulheres.

Apesar dos ideais de fecundidade dos indivíduos não serem indicadores diretos da sua fecundidade, eles configuram-se como uma importante componente no que respeita à sua disposição para acolherem um maior ou menor número de filhos. Indicam, por isso, a direção em que se move a dimensão familiar idealmente desejada (Maciel, 2015), proporcionando uma melhor compreensão dos comportamentos reprodutivos atuais (Hin *et al.*, 2011), bem como da sua possível evolução futura, sendo ainda, em grande parte, um reflexo do contexto normativo no qual são concebidos (Goldstein *et al.*, 2003; Testa e Grilli, 2006; Udry, 1983).

Os ideais mais alargados, ou seja, de três ou mais filhos, favorecem a que os indivíduos esperem ter mais filhos, sendo assim menos predispostos a terminarem o seu período reprodutivo com apenas um filho. Por outro lado, constata-se que os ideais mais reduzidos contribuem para a persistência de taxas de fecundidade mais baixas (Goldstein *et al.*, 2003), na medida em que estão associados ao desejo por um menor número de filhos, contribuindo ainda para que a fecundidade seja também mais reduzida.

Um extenso corpo da literatura tem associado a redução intencional da fecundidade europeia ao aumento dos custos (tanto materiais quanto afetivos ou emocionais) dos filhos, ao mesmo tempo que estes vêm perdendo, em grande parte, as suas funções produtivas (Almeida *et al.*, 1998; Adsera 2006a, 2011; Bloom e Souza-Poza, 2010; Cunha, 2007; Demeny, 2003; Giddens, 2006; Oliveira, 2007; Qu *et al.*, 2000; Mendes, 1987). Tem sido ainda consensual que as motivações para a parentalidade são quase exclusivamente de natureza afetiva e emocional (Bandeira, 2012; Cunha, 2005, 2007; Giddens, 2006; Mendes, 1987; Sobotka, 2008), com uma tendência para se investir cada vez mais o máximo de recursos possível em cada filho.

Este progressivo aumento dos investimentos em cada filho tem tornado a parentalidade cada vez mais onerosa e simultaneamente implicado uma redução no seu *quantum*, na medida em que os recursos dos pais permanecem limitados (Giddens, 2006; Morgan e Rackin, 2010; Sobotka, 2008; Tanturri e Mencarini, 2008). Assim, a decisão sobre quantos filhos ter e quando tê-los tem sido cada vez mais uma decisão cuidadosamente pensada, refletindo uma preocupação com as suas oportunidades futuras (Maciel, 2015). Desta forma, o declínio intencional da fecundidade parece encontrar-se diretamente influenciado pelo crescente investimento em cada filho, naquilo a que Becker e colegas (Becker 1960; Becker e Lewis, 1974; Becker e Tomes, 1976) denominaram de “compensação da *quantidade* pela *qualidade*”.

É exatamente no sentido da literatura acima referida que apontam os resultados de diversas análises realizadas neste estudo. Verificámos que o facto de se achar que “é preferível ter um só filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos” é uma das mais fortes condicionantes, tanto para a fecundidade realizada quanto para a fecundidade que se espera atingir. As pessoas que concordam que é melhor terem menos filhos para que estes tenham mais recursos são mais propensas a, de facto, terem um menor número de filhos, uma mais baixa fecundidade realizada e a esperarem ter apenas um filho no termo da sua vida reprodutiva, enquanto aqueles que discordam de tal questão são mais propensos a desejarem um maior número de filhos e a esperarem vir a ter mais um filho.

Sendo os determinantes da fecundidade tão vinculados ao bem-estar e ao maior investimento afetivo e financeiro em cada filho, não surpreende que as possibilidades de se desejar ou de se esperar ter mais filhos ao longo da vida reprodutiva estejam associadas a atitudes que incluam a presença masculina nos cuidados com os filhos. Assim, o facto de se achar que para os homens é fundamental conciliar a vida profissional e familiar, seja através do trabalho a tempo parcial fora de casa ou a tempo inteiro a partir de casa, tem um efeito positivo sobre as possibilidades tanto de se desejar ter mais filhos quanto de se esperar ter mais um filho. E ainda no sentido de uma infância mais protegida, constatou-se igualmente que o facto de se achar que “é prejudicial, para uma criança até à idade escolar, que o pai trabalhe fora de casa” favorece a que os indivíduos não tenham transitado para um segundo filho.

Desta forma, medidas de política mais amigas da família, como aquelas que ofereçam maior segurança económica aos pais, ao reduzirem as incertezas sobre as oportunidades futuras dos filhos, poderão ter um efeito positivo sobre a fecundidade. Se o adiamento dos projetos parentais resulta principalmente das elevadas incertezas financeiras e económicas (Adsera, 2006a, 2011a; Cunha, 2005a; Lesthaeghe, 2010), a redução destas incertezas, juntamente com políticas que promovam um maior acesso ao emprego, poderá ter efeitos bastante positivos, quer entre os jovens que pretendem iniciar uma família, quer entre aqueles indivíduos que desejam ampliar a sua família (Mendes, 2012). Como os pais nutrem uma elevada expectativa na mobilidade social ascendente dos seus filhos, pode-se supor que políticas públicas que suportem amplamente o apoio a mais elevados níveis de ensino também poderão ser benéficas para a fecundidade, embora não devam ser pensadas apenas como políticas de cunho pró-natalista.

O principal enfoque da análise tem vindo a ser a população com idades abaixo dos 40 anos, população responsável pela grande maioria dos nascimentos que ocorrem anualmente no nosso país.

No entanto, apesar do seu menor contributo para o cômputo dos nascimentos nacionais, o comportamento de fecundidade dos indivíduos com idade superior a 40 anos é muito relevante para a compreensão da fecundidade portuguesa, razão pela qual foi igualmente estudado com detalhe. Os resultados apresentam-se em seguida.

Capítulo 7

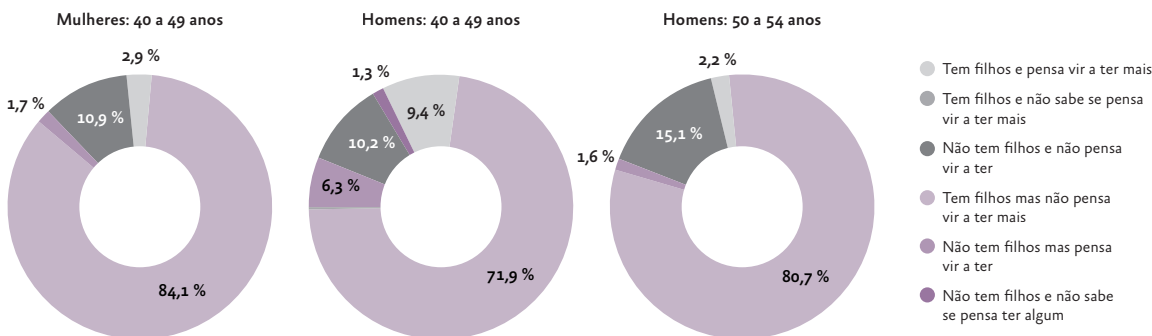
Análise dos indivíduos com 40 ou mais anos

Conforme referimos anteriormente, vamos nesta secção apresentar uma análise de dados caracterizadora do comportamento de fecundidade dos indivíduos com 40 ou mais anos, os quais não foram considerados nos modelos específicos por grupos etários que ajustámos nas secções anteriores, por se tratar de um grupo etário com um impacto residual em termos de fecundidade intencional. No entanto, a sua caracterização parece-nos muito importante para a compreensão dos comportamentos de fecundidade dos residentes em Portugal.

7.1. Caracterização geral

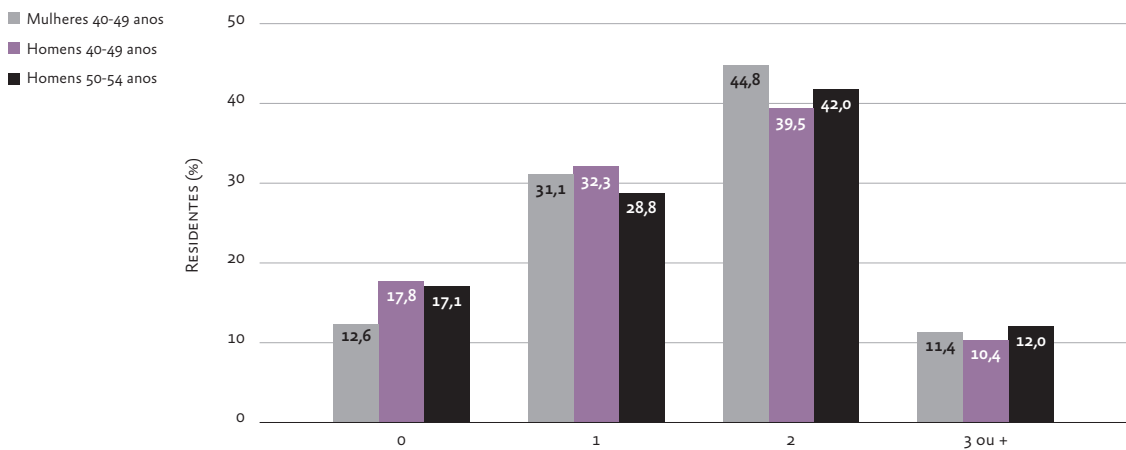
Como seria de esperar, a grande maioria das mulheres e homens com idades iguais ou superiores a 40 anos já entrou na parentalidade. Evidencia-se ainda que para aqueles que não fizeram tal transição, a proporção entre os que ainda o pretendem fazer é bastante reduzida, nomeadamente entre as mulheres. Para os que pretendem ampliar a sua família, ou seja, ter outro filho além dos que já têm, é no grupo dos homens com idades entre os 40 e os 49 anos em que se verifica a maior percentagem. Constata-se, assim, que as mulheres desta faixa etária entendem como praticamente concluída a sua vida reprodutiva, uma vez que é marginal a fração daquelas que tencionam entrar na parentalidade ou ter um filho adicional (Figura 7.1).

Figura 7.1 Fecundidade realizada e expectativa futura, por classe etária e sexo.



A distribuição da fecundidade realizada é, de forma geral, bastante similar entre os sexos e classes etárias. Embora as mulheres revelem uma menor intenção de vir a ter filhos, relativamente aos homens, é entre elas que se verifica, contudo, uma menor proporção dos que não transitaram para a parentalidade, bem como uma maior proporção dos que têm dois filhos (Figura 7.2), embora, neste último caso, as proporções entre ambos os sexos sejam bastante próximas. De referir ainda que em todas as faixas etárias 40-49 (mulheres) e 40-54 (homens) o mais frequente é terem 2 filhos e o menos frequente é terem 3 ou mais filhos, sendo esta proporção inclusivamente inferior à dos que não tiveram filhos e, principalmente, à dos que tiveram apenas um filho.

Figura 7.2 Distribuição da fecundidade realizada por classe etária e sexo.



Para as mulheres com idades entre os 40 e os 49 anos, a zona onde vivem está relacionada com a experiência de parentalidade ($P < 0,001$; Figura 7.3). Estima-se que mais de metade (54 %) das mulheres sem filhos reside em áreas densamente povoadas e apenas 12 % em áreas pouco povoadas. De entre as mulheres que têm filhos, há uma relação significativa entre a área de residência e a sua pretensão de ainda voltarem a ter filhos ($P = 0,035$), sendo que a maior parte delas reside em zonas densamente povoadas (Figura 7.4).

Se, por um lado, é nas áreas densamente povoadas onde se verifica uma maior proporção daqueles que não transitaram para a parentalidade (Figura 7.3), por outro lado, é também aí onde as intenções de transitarem, bem como de ampliarem a família são mais frequentes (Figura 7.4).

Figura 7.3 Distribuição do grau de urbanização por existência de filhos biológicos e sexo, na classe etária dos 40 aos 49 anos.

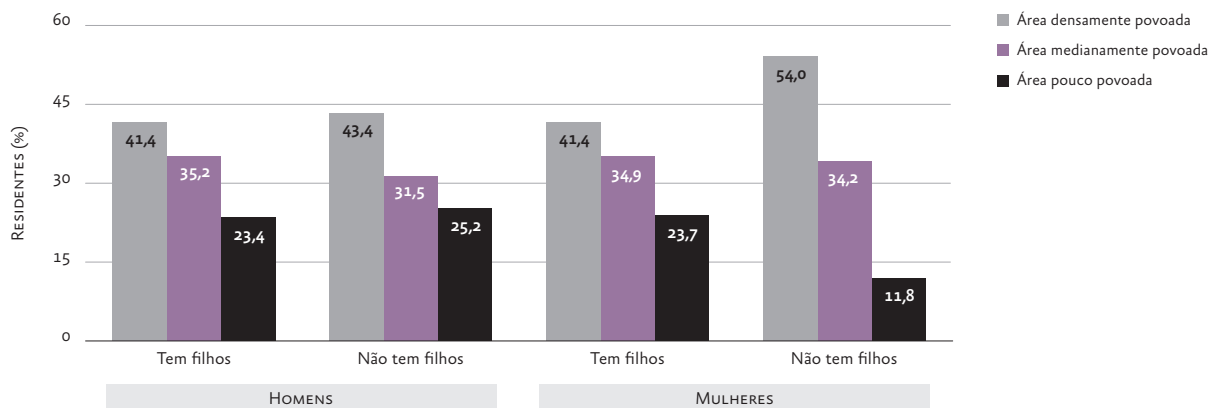
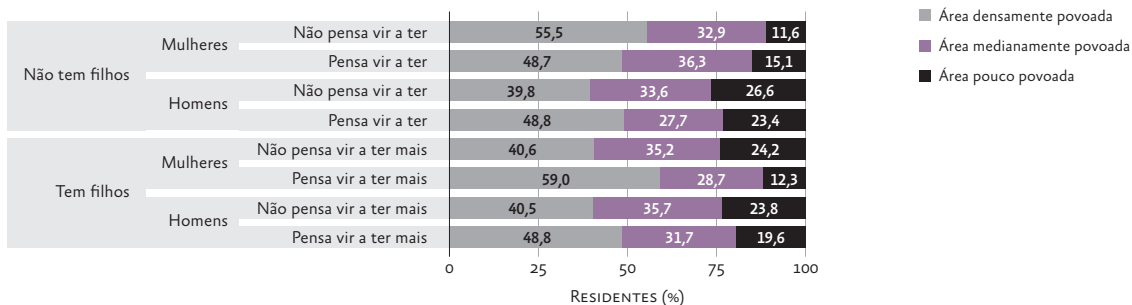
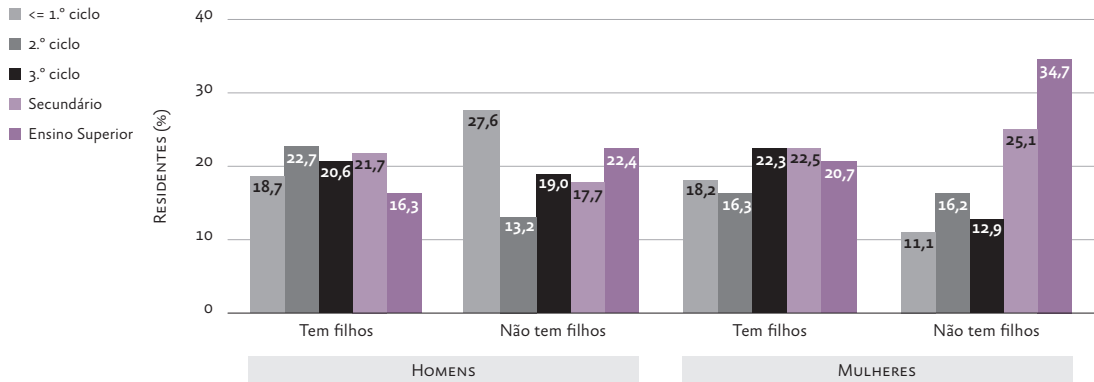


Figura 7.4 Distribuição do grau de urbanização por sexo e expectativa futura por existência de filhos biológicos, na classe etária dos 40 aos 49 anos.



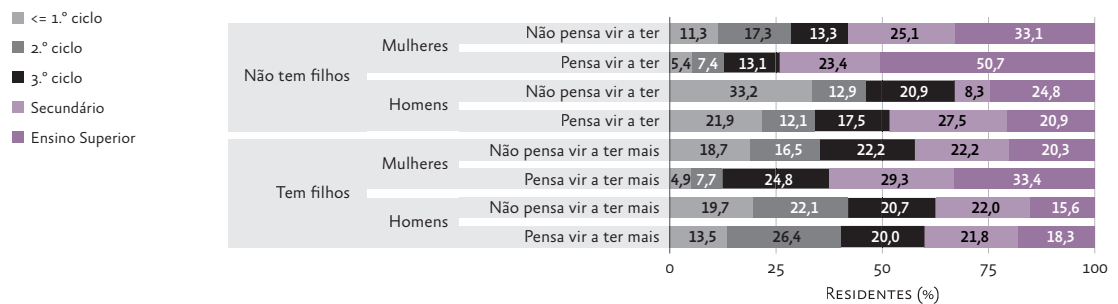
Nesta faixa etária, as mulheres apresentam, de um modo geral, um grau de escolaridade superior ao dos homens, sendo mais evidente entre os residentes sem filhos (Figura 7.5). Entre as mulheres sem filhos verifica-se que uma fração superior a 1/3 possui o ensino superior, enquanto entre os homens esta maior proporção é verificada sobretudo para aqueles com menores níveis de escolaridade.

Figura 7.5 Distribuição do nível de escolaridade por existência de filhos biológicos e sexo, na classe etária dos 40 aos 49 anos.



Embora se verifique que entre as mulheres sem filhos a proporção daquelas que têm o ensino superior é mais elevada, uma fração considerável destas ainda pretende ter filhos. Note-se que entre aquelas que ainda pretendem realizar a transição para a maternidade, 51 % têm ensino superior, ao passo que entre as que não pensam vir a ter filhos essa percentagem é de 33 % (Figura 7.6). De entre as que já experienciaram a transição, há também uma maior predominância de mulheres com formação mais elevada entre as que pretendem repetir essa experiência. De uma forma geral, quanto maior o nível de escolaridade, maior é a proporção das que ainda pretendem fazer a sua transição para a maternidade, bem como aumentar a sua descendência. Entre os homens que ainda não transitaram, a escolaridade também parece estar relacionada com a vontade de experienciarem a parentalidade, pois 48 % dos que pensam vir a ter filhos têm instrução secundária ou superior, ao passo que, entre os que não pretendem transitar para a paternidade, quase 67 % têm no máximo até ao ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos).

Figura 7.6 Distribuição do nível de escolaridade por sexo e expectativa futura por existência de filhos biológicos, na classe etária dos 40 aos 49 anos.



Analisando-se a condição perante a parentalidade e a situação no emprego, constata-se que, tanto entre os homens quanto entre as mulheres com filhos, a grande maioria possui uma relação laboral mais estável, ou seja, são trabalhadores cujos contratos não têm termo (Figura 7.7). Quando se examinam aqueles sem filhos, a situação tende a ser diferente consoante o sexo. Enquanto entre os homens se constata uma maior precariedade laboral – apenas 43 % usufruem de contratos sem termo –, entre as mulheres verifica-se o oposto, sendo a proporção das que têm contratos sem termo superior à das que têm contrato com vínculos mais precários.

Apesar de entre os indivíduos sem filhos, mas com intenção de virem a tê-los, a grande maioria usufruir de contratos sem termo, o mesmo se verifica entre os que não tencionam transitar para a parentalidade. No que respeita àqueles com filhos, curiosamente, a maior proporção dos homens que pretendem ampliar a sua família é observada entre os desempregados e entre os trabalhadores sem contrato. Já para as mulheres passa-se exatamente o contrário: a grande maioria das que pretendem ter mais um filho possui contrato sem termo, ao passo que apenas 16 % das desempregadas (contrastando com 35 % entre os homens) demonstraram tal intenção (Figura 7.8).

Figura 7.7 Distribuição da condição perante o trabalho por existência de filhos biológicos e sexo, na classe etária dos 40 aos 49 anos.

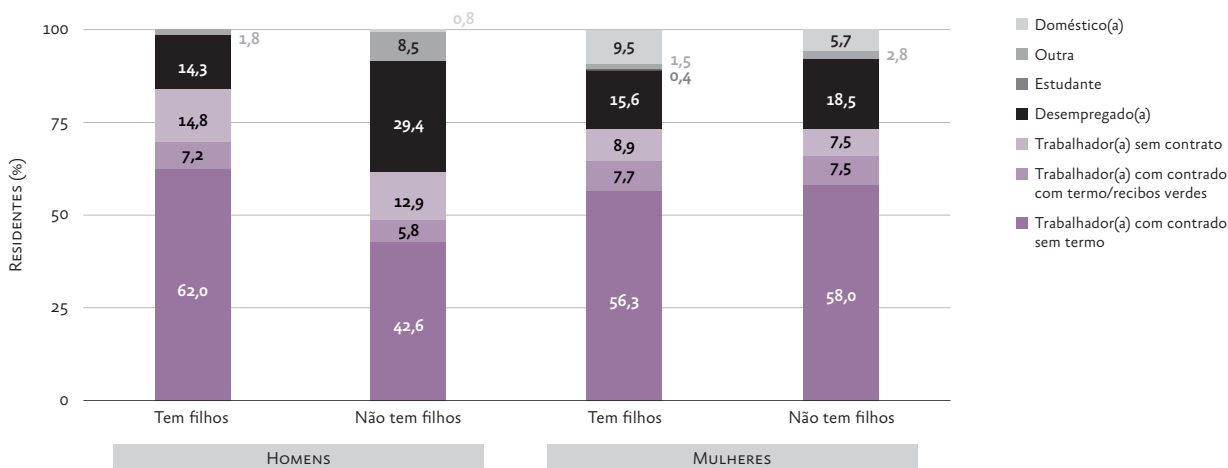
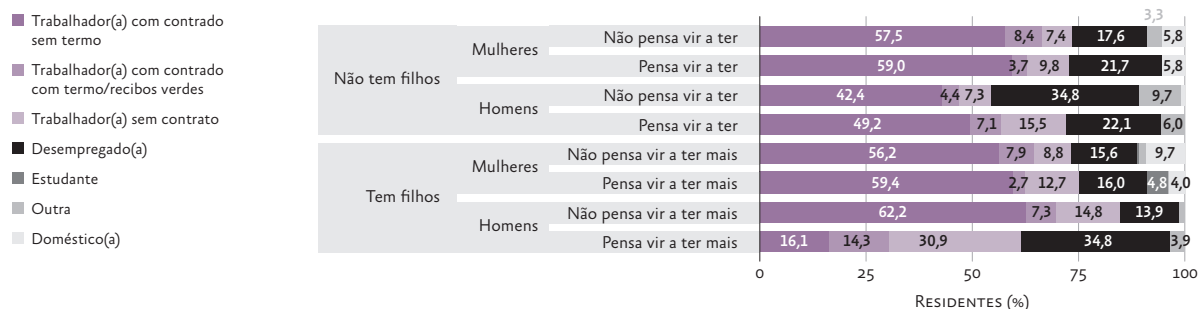
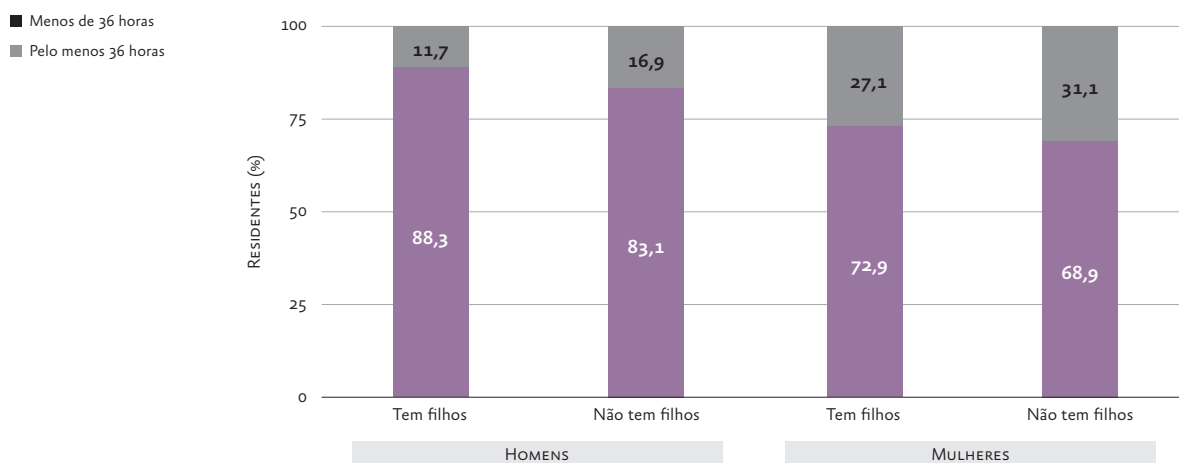


Figura 7.8 Distribuição da condição perante o trabalho por sexo e expectativa futura por existência de filhos biológicos, na classe etária dos 40 aos 49 anos.



Um primeiro aspeto que é possível identificar na Figura 7.9 é que o trabalho a tempo parcial (menos de 36 horas semanais) é a situação menos frequente entre os residentes em Portugal, tanto entre quem não tem filhos quanto entre quem tem filhos (principalmente), sendo ainda este tipo de trabalho menos frequente entre os homens do que entre as mulheres. Outro aspeto peculiar é que, em ambos os sexos, o trabalho a tempo parcial é mais frequente entre aqueles que não têm filhos do que entre os que têm. Para os homens com filhos, o emprego a tempo inteiro representa a realidade de 88 % dos casos e entre as mulheres de 73 %, sendo a maior percentagem de trabalho em *part-time* registada no caso das mulheres sem filhos.

Figura 7.9 Distribuição das horas de trabalho por existência de filhos biológicos e sexo, na classe etária dos 40 aos 49 anos.



Tendo em conta o rendimento *per capita* do agregado familiar entre quem não tem filhos, tanto nos homens, como nas mulheres predominam

os rendimentos entre os 500 e os 1000 €, enquanto entre os que têm filhos o rendimento predominante é entre os 300 e os 500 € (Figura 7.10). De salientar que neste grupo etário há uma maior percentagem de indivíduos com rendimentos entre os 500 € e 1000 € do que no grupo geral.

Como se observa na Figura 7.11, um quarto das mulheres sem filhos e que não pensam vir a tê-los tem rendimentos *per capita* superiores a 1000 € e 37 % tem rendimentos entre os 500 e os 1000 €, o que contrasta com os 7 % e os 65 %, respetivamente, de entre as que pretendem ainda vir a ter filhos. Desta forma, de entre as mulheres sem filhos e com rendimentos *per capita* superiores a 1000 €, a grande maioria não pretende transitar para a maternidade. Nos homens verifica-se o oposto, mas com diferenças muito menos acentuadas.

Figura 7.10 Distribuição do rendimento *per capita* do agregado familiar (em €) por existência de filhos biológicos e sexo, na classe etária dos 40 aos 49 anos.

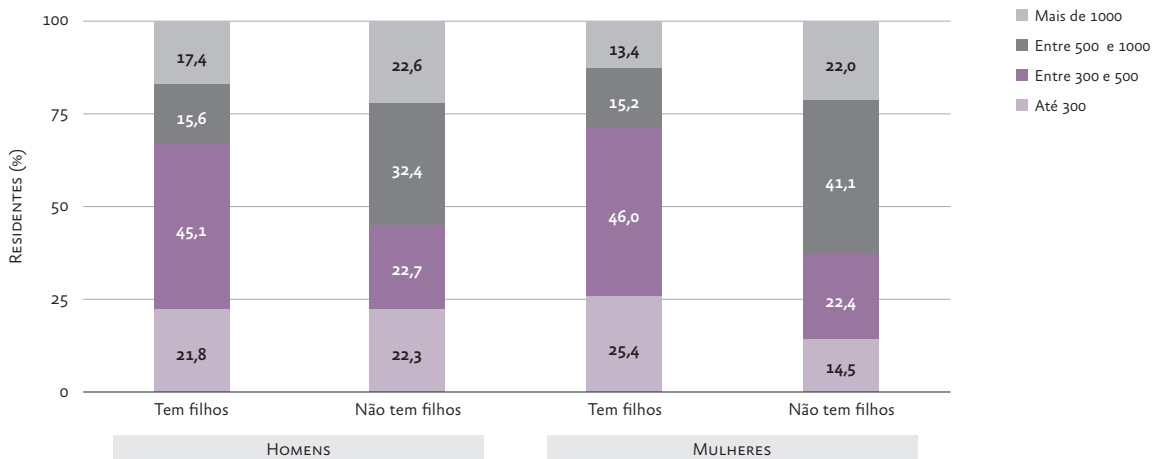
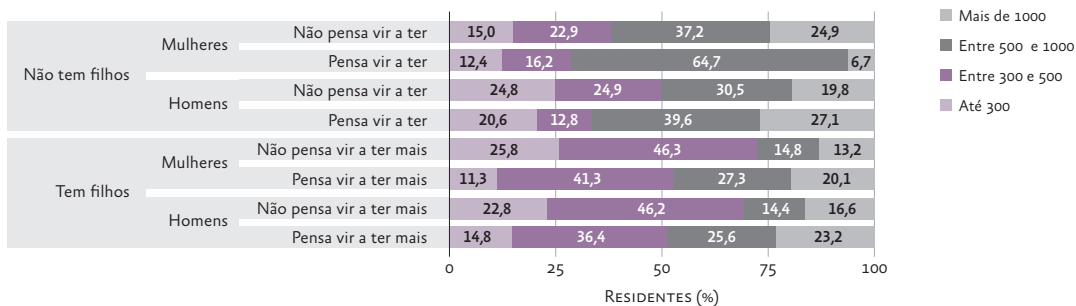


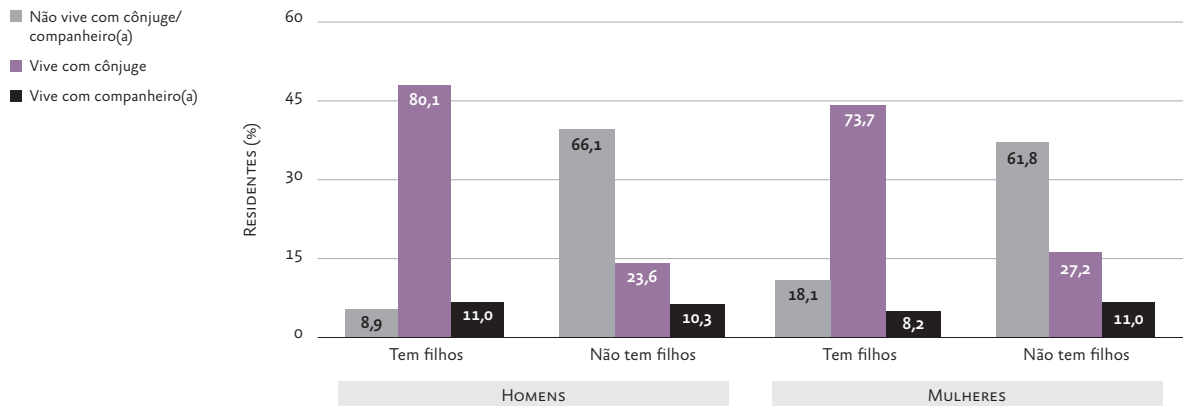
Figura 7.11 Distribuição do rendimento *per capita* do agregado familiar (em €) por sexo e expectativa futura por existência de filhos biológicos, na classe etária dos 40 aos 49 anos.



A situação conjugal é bastante diferente entre quem tem e quem não tem filhos (Figura 7.12). A maioria dos que têm filhos é casada (80 %) ou vive em

coabitação (11 %), ao passo que mais de metade dos que não têm filhos não está atualmente a viver em conjugalidade. Assim, para este grupo de pessoas, a existência de um relacionamento conjugal constitui um determinante fundamental nas questões relativas à parentalidade. E ainda relativamente àqueles que não têm filhos, a proporção dos que são casados ou vivem em coabitação, bem como dos que não têm cônjuge ou companheiro(a) é bastante semelhante em ambos os sexos.

Figura 7.12 Distribuição da situação conjugal atual por existência de filhos biológicos e sexo, na classe etária dos 40 aos 49 anos.



Entre quem não tem filhos, mais de metade das mulheres que ainda pensam vir a ter vive atualmente numa união legal (39 %) ou em coabitação (24 %), contrapondo-se ao que se regista entre as que já não pensam vir a ter filhos, em que a grande maioria (66 %) não vive em conjugalidade (Figura 7.13). Também entre os homens que, não tendo filhos, não tencionam vir a tê-los, verifica-se que uma parte considerável não vive em união. Contudo, é surpreendente a proporção daqueles que, não vivendo em conjugalidade, ainda esperam vir a ser pais (67 %).

Os residentes sem filhos são os que coabitaram pela primeira vez numa idade mais tardia, apresentando uma maior variabilidade na idade com que tiveram essa experiência (Figura 7.14 e Figura 7.15). De entre os residentes com filhos, de um modo geral, as mulheres coabitaram pela primeira vez em idades inferiores às dos homens.

Figura 7.13 Distribuição da situação conjugal atual por sexo e expectativa futura por existência de filhos biológicos, na classe etária dos 40 aos 49 anos.

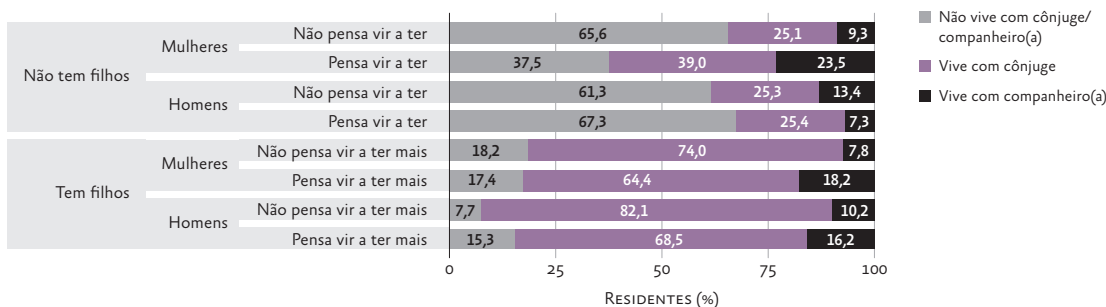
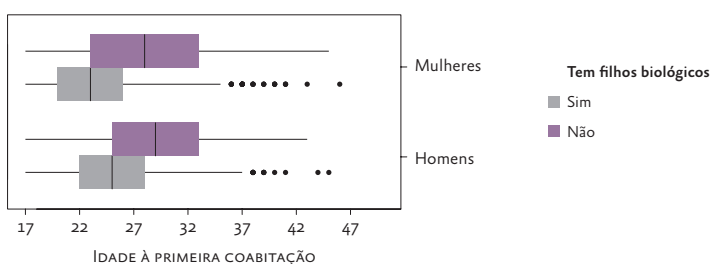
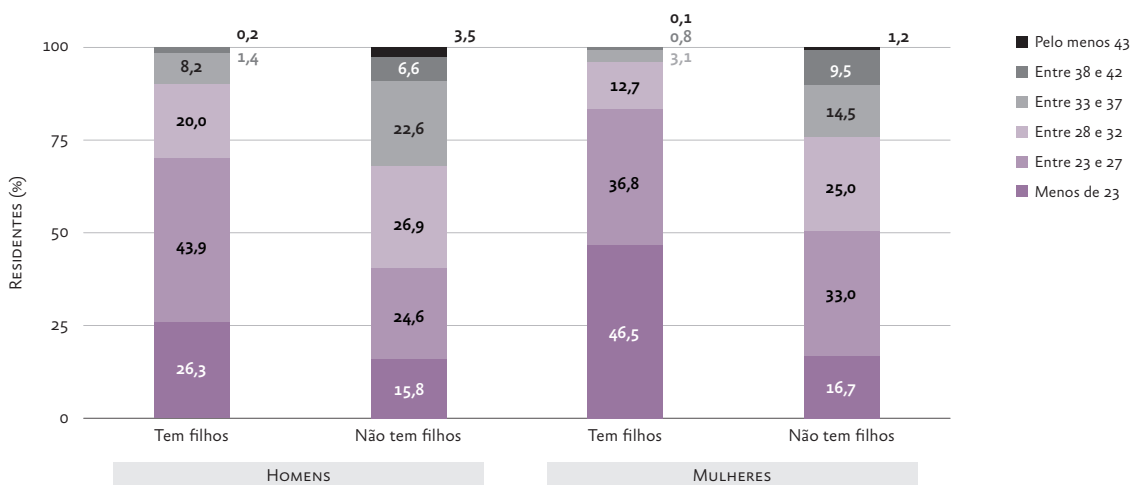


Figura 7.14 Distribuição da idade, em anos, à primeira coabitação por existência de filhos biológicos e sexo, na classe etária dos 40 aos 49 anos.



Conforme se verifica na Figura 7.15, a maior proporção dos indivíduos que têm filhos é encontrada entre os que tiveram a primeira coabitação até aos 27 anos de idade. Isto é sobretudo mais visível entre as mulheres: quanto menor a idade à primeira coabitação, maior a proporção das que têm filhos, sendo que quase metade destas coabitou com idades inferiores aos 23 anos.

Figura 7.15 Distribuição da idade, em anos, à primeira coabitação por existência de filhos biológicos e sexo, na classe etária dos 40 aos 49 anos.



De um modo geral, são os residentes com filhos aqueles que já deram por concluída a sua fecundidade, sendo também os que iniciaram uma experiência de conjugalidade mais precocemente e sendo ainda os que apresentam menor dispersão na idade com que tiveram essa experiência (Figura 7.16 e Figura 7.17).

Figura 7.16 Distribuição da idade, em anos, à primeira coabitação por sexo e expectativa futura por existência de filhos biológicos, na classe etária dos 40 aos 49 anos.

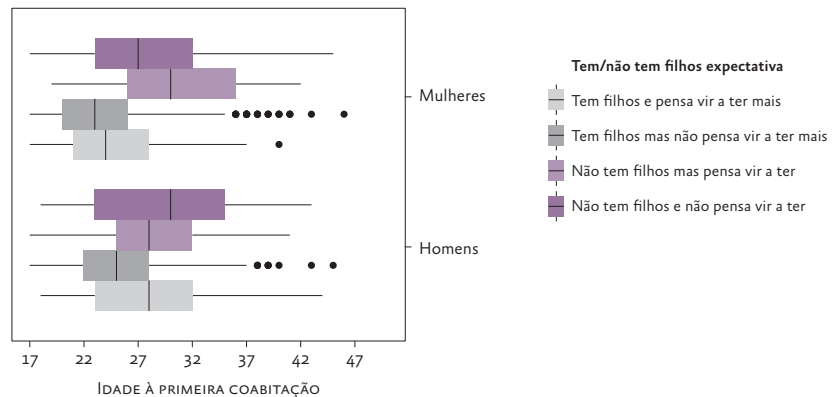
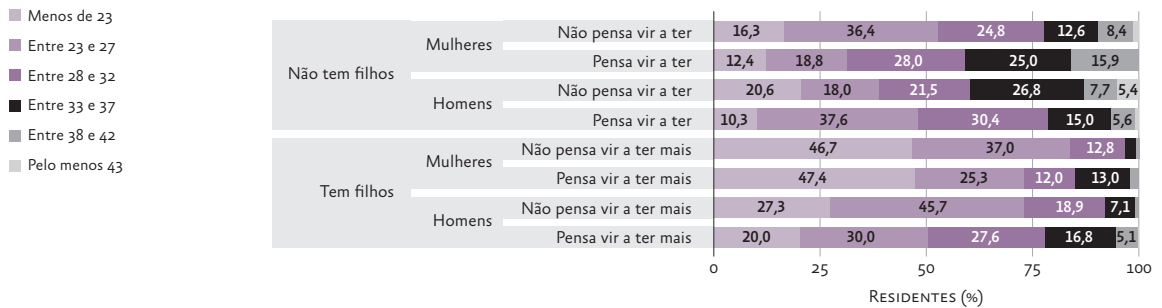


Figura 7.17 Distribuição da idade, em anos, à primeira coabitação por sexo e expectativa futura por existência de filhos biológicos, na classe etária dos 40 aos 49 anos.



7.2. Conciliação entre o trabalho e a vida familiar

Comparando com a análise realizada anteriormente (capítulo 3), que englobava todas as mulheres entre os 18 e os 49 anos e os homens entre os 18 e os 54 anos, os residentes entre os 40 e os 49 anos distinguem-se dos restantes por haver uma maior frequência de homens e mulheres a considerar que “para a mãe a opção ideal é não trabalhar” e uma menor frequência a considerar a opção “trabalhar a tempo inteiro fora de casa” (Figura 7.18).

Entre os homens, os que não pensam vir a ter filhos ou a ter mais filhos distinguem-se dos que ainda pretendem aumentar a sua fecundidade, por terem

indicado para a mãe com menos frequência a opção “trabalhar a tempo parcial fora de casa” e com maior frequência a opção “não trabalhar” (Figura 7.19).

A visão tradicional para a opção de “conciliação entre o trabalho do pai e a família” é partilhada tanto pelos homens, como pelas mulheres entre os 40 e 49 anos, quer tenham ou não filhos (Figura 7.20). Nas mulheres que ainda pretendem ter a experiência da maternidade verifica-se uma divisão entre as opções mais escolhidas: o pai a trabalhar a tempo inteiro ou a tempo parcial (Figura 7.21).

Figura 7.18 Distribuição da opção ideal para a conciliação materna do trabalho com a vida familiar por existência de filhos biológicos e sexo, na classe etária dos 40 aos 49 anos.

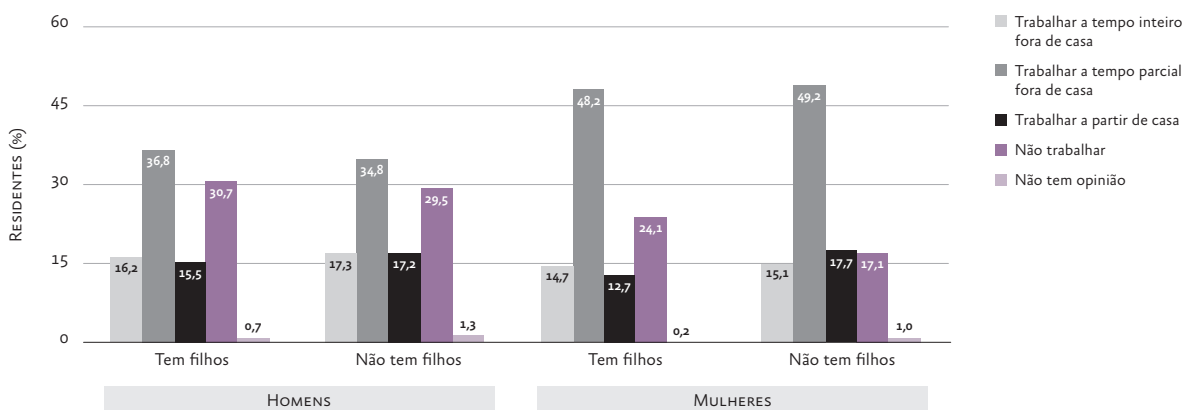


Figura 7.19 Distribuição da opção ideal para a conciliação materna do trabalho com a vida familiar por sexo e expectativa futura por existência de filhos biológicos, na classe etária dos 40 aos 49 anos.

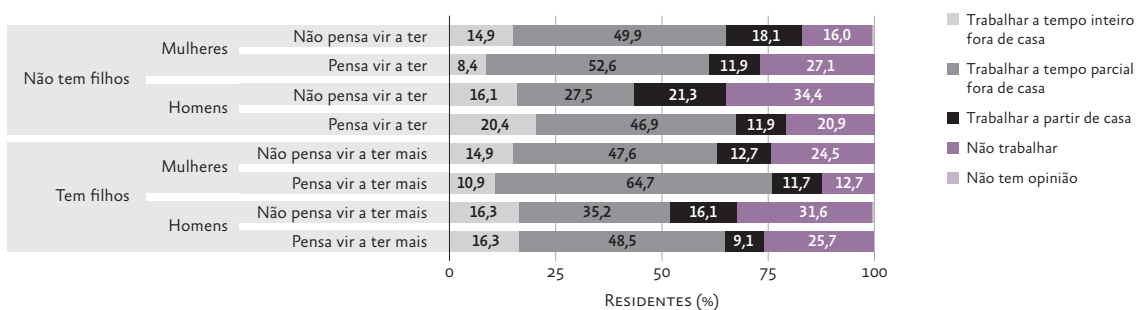


Figura 7.20 Distribuição da opção ideal para a conciliação paterna do trabalho com a vida familiar por existência de filhos biológicos e sexo, na classe etária dos 40 aos 49 anos.

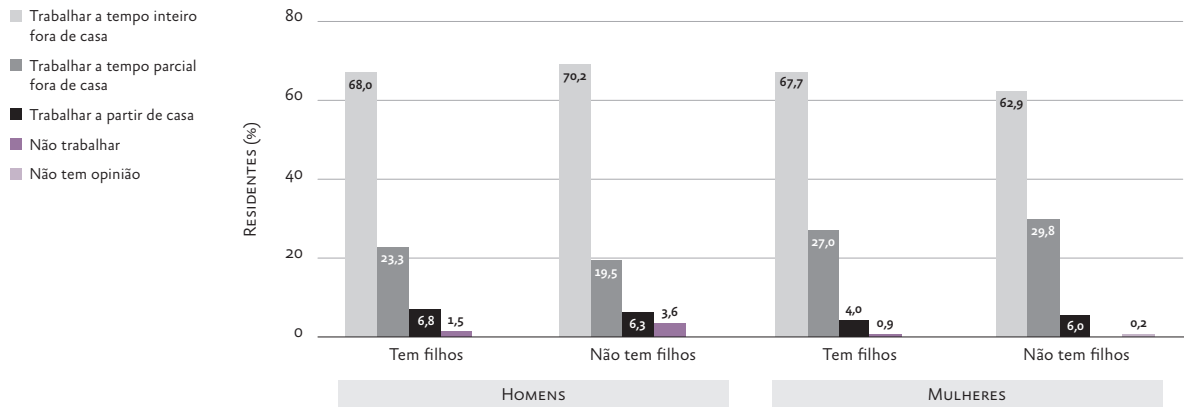
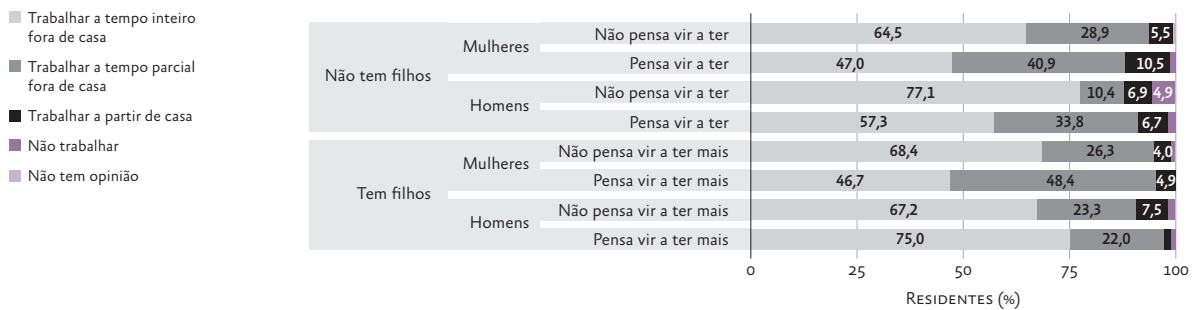


Figura 7.21 Distribuição da opção ideal para a conciliação paterna do trabalho com a vida familiar por sexo e expectativa futura por existência de filhos biológicos, na classe etária dos 40 aos 49 anos.



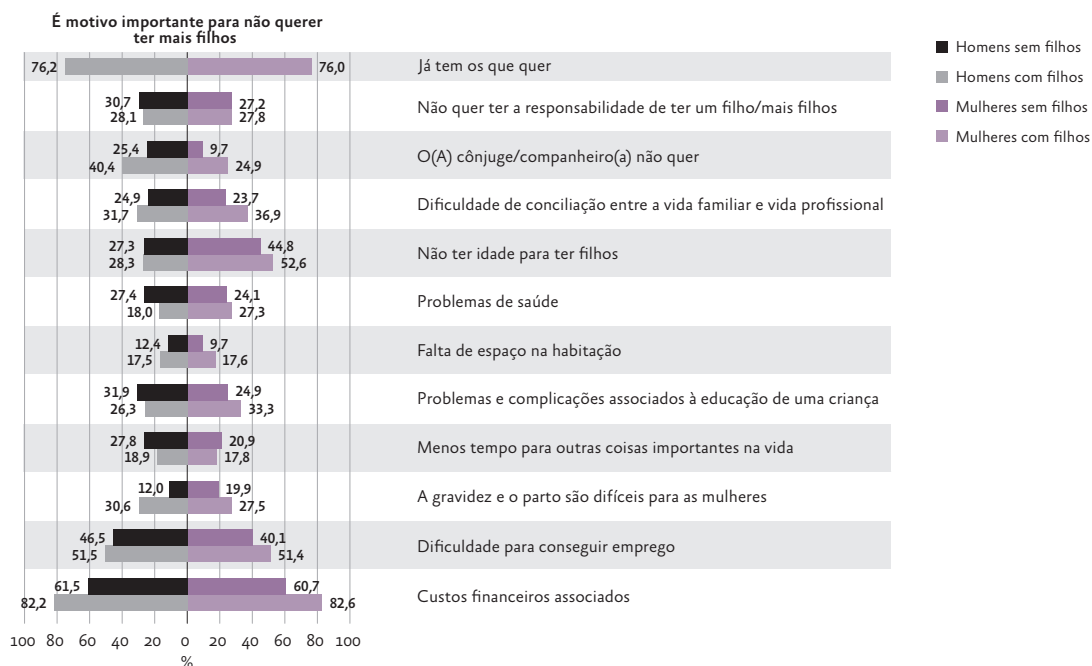
7.3. Motivos para não querer ter ou não querer ter mais filhos

No grupo etário dos 40 aos 49 anos de idade estima-se que 88,7 % dos residentes já tenham dado por encerrado o seu ciclo reprodutivo e, destes, cerca de 11,8 % nunca terão filhos³⁶. De referir que o *childlessness* nesse grupo etário é bastante superior ao verificado nos residentes como um todo, em que cerca de 8,3 % pretendem não experienciar a parentalidade, o que vem de encontro ao referido por Maciel (2015), assim como por Tanturri e Mencarini (2008), de que a ausência de filhos no termo da vida reprodutiva pode ser o resultado concreto de uma série de circunstâncias que condicionaram os percursos de vida dos indivíduos, levando-os a adiar indefinidamente o nascimento do primeiro filho até desistirem por completo.

³⁶ Para esta análise foram excluídos os indivíduos que indicaram não saber se queriam ter filhos ou ter mais filhos, mas que, apesar disso, responderam à parte do inquérito referente aos motivos para não se querer ou não se querer ter mais filhos.

Tal como no geral, neste grupo etário os motivos considerados mais importantes, indicados tanto pelos homens, como pelas mulheres que não pretendem alterar a sua fecundidade realizada, são essencialmente económicos (Figura 7.22).

Figura 7.22 Motivos considerados importantes para não se querer ter ou não se querer ter mais filhos, pelos residentes com idade entre os 40 e os 49 anos.



Como seria de esperar, para as mulheres a idade assume uma importância muito maior do que para os homens. Tanto os motivos económicos, bem como o não querer ter a responsabilidade de se ter(em) um filho/mais filhos são considerados importantes por uma maior percentagem de residentes com filhos do que sem filhos. Estima-se que cerca de 3/4 dos residentes com idade entre os 40 e os 49 anos e com filhos já têm o número de filhos que querem.

Numa análise multivariada sobre a importância dos motivos para não se pretender aumentar a sua fecundidade realizada, foram excluídos os motivos “o(a) cônjuge/companheiro(a) não quer” e a “gravidez e o parto são difíceis para a mulher”, por apresentarem um fraco poder discriminativo e, portanto, não contribuírem para a definição de cada uma das dimensões seguidamente identificadas. Foi possível resumir a informação relacional entre as variáveis em três fatores que explicam 49 % da variância. As três dimensões obtidas, tendo em conta as variáveis que mais contribuem para a sua definição, podem ser nomeadas como (Tabela F.1 do Anexo F):

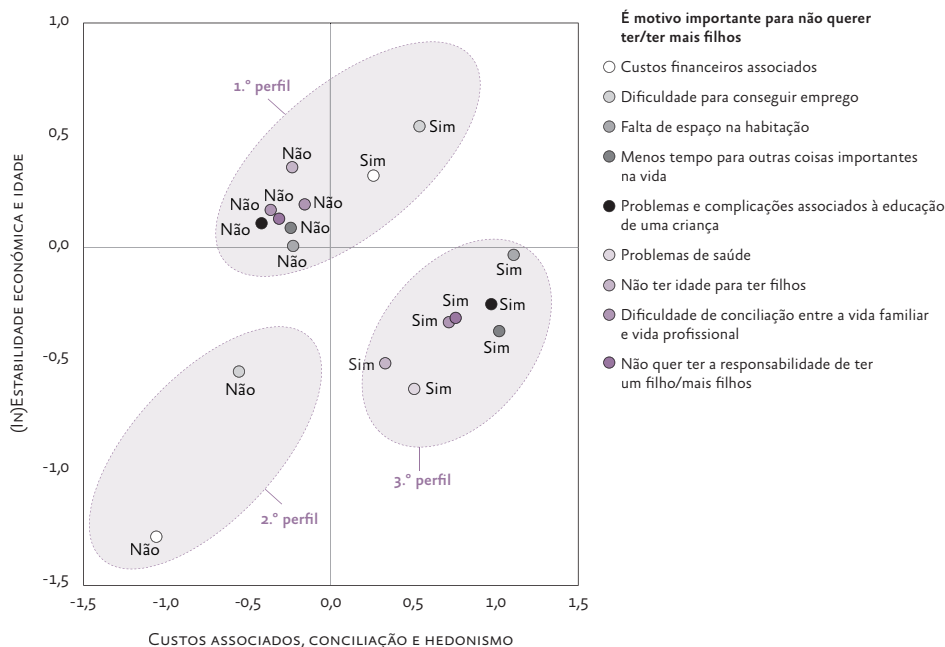
1. Custos associados, conciliação e hedonismo:

- Problemas e complicações associados à educação de uma criança,
 - Dificuldade para conseguir emprego,
 - Custos financeiros associados,
 - Dificuldade de conciliação entre a vida familiar e a vida profissional,
 - Falta de espaço na habitação,
 - Menos tempo para outras coisas importantes na vida,
 - Não querer ter a responsabilidade de ter um filho/mais filhos.
2. (In)Estabilidade económica e idade:
- Custos financeiros associados,
 - Dificuldade para conseguir emprego,
 - Não ter idade para ter filhos.
3. Saúde e estilos de vida:
- Problemas de saúde,
 - Menos tempo para outras coisas importantes na vida,
 - Não ter idade para ter filhos.

A primeira dimensão reflete uma associação entre os vários tipos de custos associados ao eventual aumento da fecundidade e o hedonismo (Figura 7.23). A dimensão dois opõe os indivíduos que consideram ser motivo importante para não terem ou não terem mais filhos os custos financeiros aos que consideram que o entrave é a idade. Por último, a terceira dimensão opõe a saúde e a idade ao “menos tempo para outras coisas importantes na vida” (Figura 7.24).

Foi estudada a associação entre os vários motivos e as variáveis sexo, ter ou não filhos e nível de escolaridade, com a inclusão *a posteriori* destas variáveis nesta análise, tendo todas elas revelado ausência de capacidade de diferenciação (resultados não apresentados).

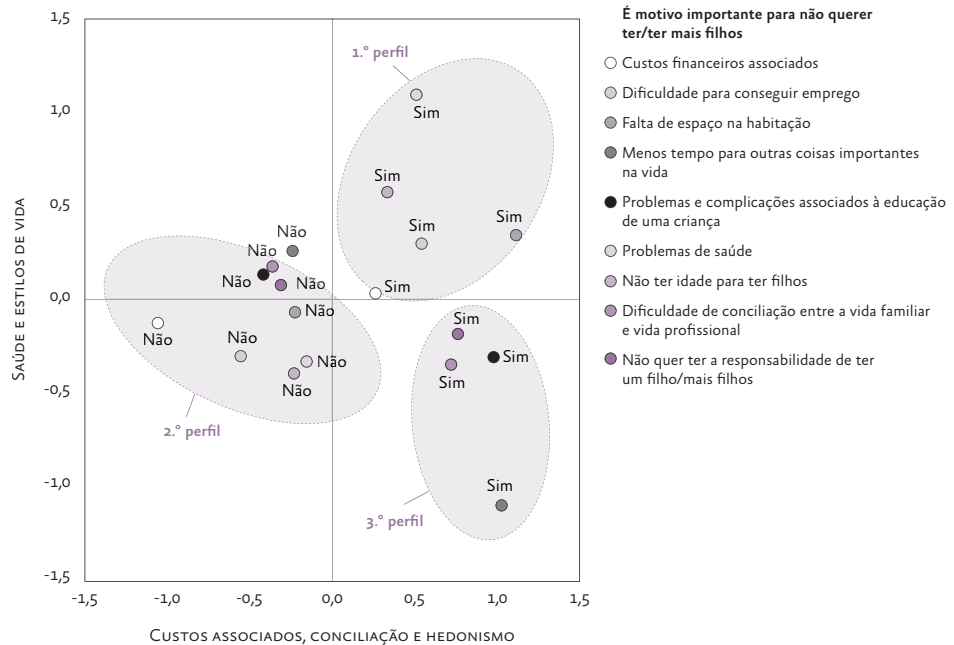
Figura 7.23 Representação da primeira e segunda dimensão da análise multivariada da importância dos motivos atribuída pelos residentes com idade entre os 40 e os 49 anos e que não querem ter ou ter mais filhos (37 % da variância é explicada por estas duas componentes).



Com base nas 3 primeiras dimensões identificaram-se três perfis de indivíduos (Figura 7.23 e Figura 7.24). Posteriormente, procedeu-se à classificação dos residentes, com idades entre os 40 e os 49 anos, e também foram identificados três grupos homogêneos de pessoas que revelaram corresponder aos perfis identificados. As principais características que diferenciam os residentes, com idades entre os 40 e os 49 anos, destes três grupos são (Figura F.1 e Tabela F.2 do Anexo F):

- Grupo 1 (cerca de 43 %): residentes que não querem ter filhos ou mais filhos, devido à sua situação económica ser instável.
- Grupo 2 (aproximadamente 34 %): indivíduos que não pretendem alterar a sua fecundidade realizada, apenas porque é essa a sua vontade. Metade dos indivíduos com formação superior encaixa-se neste perfil. Parece assim que se trata de pessoas que têm a sua vida profissional, económica e familiar estabilizada.
- Grupo 3 (cerca de 23 %): o hedonismo e a dificuldade de conciliação entre a vida familiar e a vida profissional são os principais motivos para a decisão de manterem o número atual de filhos.

Figura 7.24 Representação da primeira e terceira dimensão da análise multivariada da importância dos motivos atribuída pelos residentes com idade entre os 40 e os 49 anos e que não querem ter ou ter mais filhos (36 % da variância é explicada por estas duas componentes).



7.4. Motivos para querer ter ou querer ter mais filhos

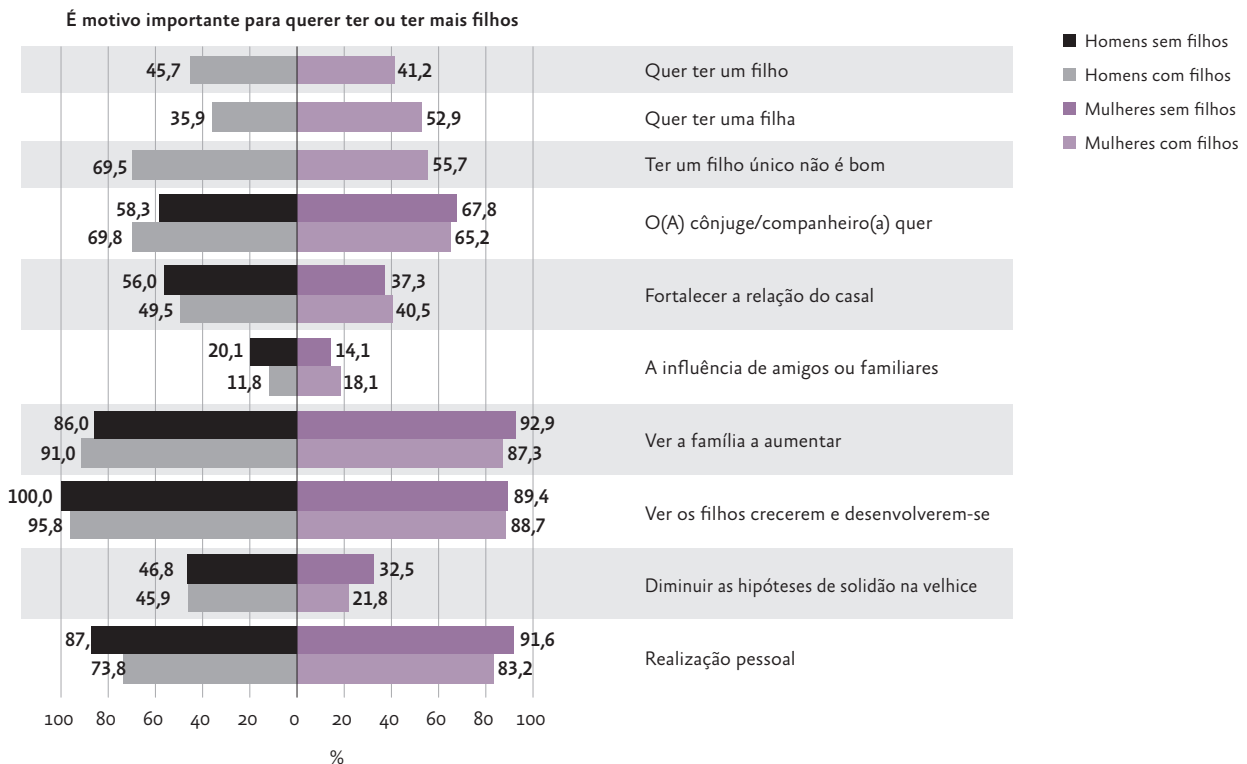
No grupo etário dos 40 aos 49 anos de idade estima-se que 9,9 % dos residentes pretendam aumentar a sua fecundidade realizada e, destes, 39,5 % ainda não tiveram filhos³⁷.

Os motivos considerados mais importantes, indicados tanto pelos homens, como pelas mulheres, deste grupo etário, que pretendem alterar a sua fecundidade realizada, são essencialmente de ordem familiar ou associados à realização familiar (Figura 7.25).

Tanto nos homens, como nas mulheres os motivos considerados importantes são similares entre quem tem e quem não tem filhos. Entre os sexos observam-se algumas diferenças. Se, por um lado, há uma maior percentagem de homens do que de mulheres que considera importante para a sua decisão que “ter um filho único não é bom”, bem como o “diminuir as hipóteses de solidão na velhice”, por outro lado, mais de metade das mulheres com filhos indicou ser um motivo importante “quererem uma filha”.

³⁷. À semelhança do se fez na secção anterior, nesta análise foram excluídos os indivíduos que indicaram não saber se queriam ter filhos ou ter mais filhos, mas que ainda assim responderam à parte do inquérito referente aos motivos.

Figura 7.25 Motivos considerados importantes para quererem ter ou quererem ter mais filhos, pelos residentes com idade entre os 40 e os 49 anos.



Numa análise multivariada sobre a importância dos motivos para se pretender aumentar a fecundidade realizada, foi possível resumir a informação relacional entre as variáveis em três fatores que explicam 58 % da variância (Tabela F.3 do Anexo F). As três dimensões obtidas, tendo em conta as variáveis que mais contribuem para a sua definição, podem ser nomeadas como:

1. Relacionamentos (pessoais e conjugais):

- Diminuir as hipóteses de solidão na velhice,
- A influência de amigos ou familiares,
- Fortalecer a relação do casal,
- Realização pessoal.

2. Consolidação da família (através dos filhos):

- Ver os filhos crescerem e desenvolverem-se,
- Ver a família a aumentar,
- O(A) cônjuge /companheiro(a) quer.

3. Negociação entre o casal (na constituição e crescimento da família):

- O(A) cônjuge/companheiro(a) quer,
- Ver a família a aumentar.

A primeira dimensão reflete uma associação entre os diferentes tipos de relacionamento e a realização pessoal (Figura 7.26). A segunda dimensão opõe a consolidação da família, através dos filhos, à vontade do(a) cônjuge ou companheiro(a). Finalmente, a terceira dimensão distingue os indivíduos que valorizam a negociação entre o casal nas decisões de constituição e crescimento da família (Figura 7.27).

Figura 7.26 Representação da primeira e segunda dimensão da análise multivariada da importância dos motivos atribuída pelos residentes com idade entre os 40 e os 49 anos e que querem ter filhos ou ter mais filhos (43 % da variância é explicada por estas duas componentes).

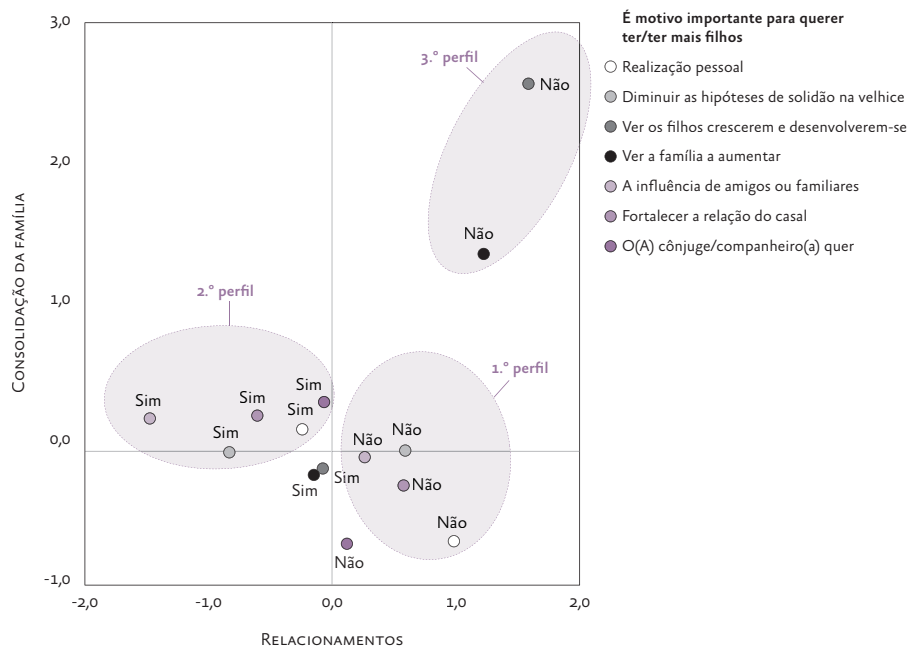
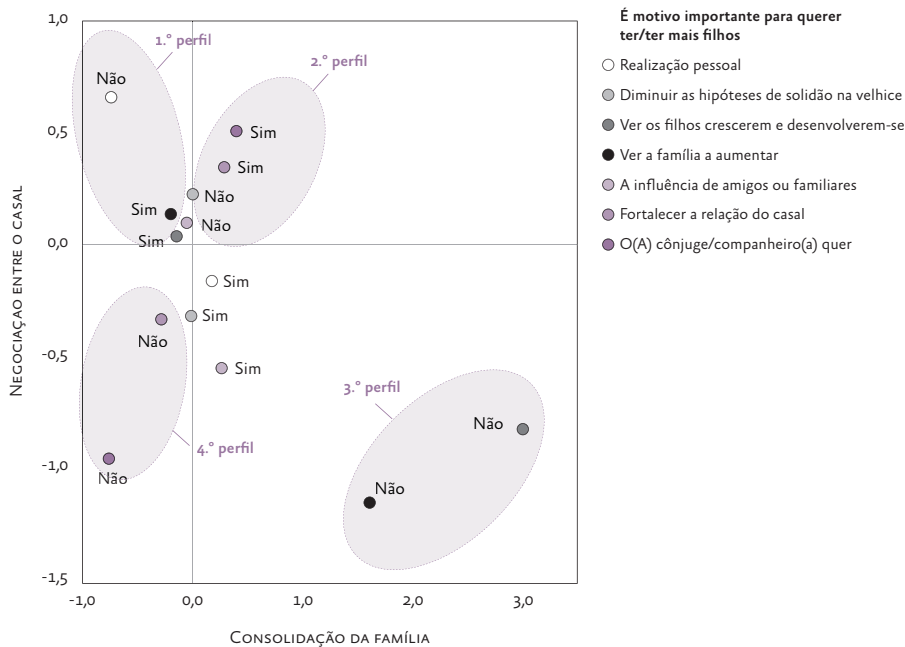


Figura 7.27 Representação da primeira e segunda dimensão da análise multivariada da importância dos motivos atribuída pelos residentes com idade entre os 40 e os 49 anos e que querem ter filhos ou ter mais filhos (43 % da variância é explicada por estas duas componentes).



Foi examinada a associação entre os vários motivos em análise e as variáveis sexo, ter ou não filhos e nível de escolaridade, através da inclusão *a posteriori* destas variáveis nesta análise, tendo todas elas revelado ausência de capacidade de diferenciação (resultados não apresentados).

Com base nas três primeiras dimensões identificaram-se quatro perfis de indivíduos (Figura 7.26 e Figura 7.27). Seguidamente, procedeu-se à classificação dos residentes, com idade entre os 40 e os 49 anos, e foram identificados quatro grupos homogêneos de pessoas que corresponderam aos perfis identificados, cujas principais características são (Figura F.2 e Tabela F.4 do Anexo F):

- Grupo 1 – é o grupo de maior dimensão. Compreende cerca de 43 % dos residentes que sustentam a sua decisão na importância da consolidação da família e da negociação entre o casal e desvalorizam os relacionamentos. Podemos assim considerar que têm uma visão tradicional sobre o relacionamento conjugal.
- Grupo 2 – residentes (quase 32 %) que se destacam dos restantes por serem os que mais valorizam a realização pessoal, o diminuir das hipóteses de solidão na velhice e ainda o fortalecimento da relação do casal. Trata-se de indivíduos que preservam todos os valores tradicionalmente

enraizados na sociedade. Este grupo é o que apresenta a maior percentagem de homens e também os menores níveis de escolaridade.

- Grupo 3 – constituído pela minoria (aproximadamente 8 %) que pretende ter filhos ou ter mais filhos para satisfazer a vontade do(a) cônjuge/companheiro(a). Este é o grupo com maior percentagem de indivíduos com filhos. A registar também a sua elevada escolaridade.
- Grupo 4 – abrange cerca de 17 % dos residentes que se evidenciam por não considerarem importante a vontade do(a) cônjuge/companheiro(a). Mais de metade dos indivíduos deste grupo não tem cônjuge /companheiro(a).

7.5. Valores relativos à família e aos filhos

No que respeita aos valores parentais, os homens concordam mais com a importância de se terem filhos para a realização pessoal do que as mulheres (Figura 7.28), e, entre os homens, os que já têm filhos concordam mais. As mulheres sem filhos são as que menos concordam que é necessária a presença materna e paterna para que a criança cresça equilibrada.

Numa análise multivariada, excluindo o “não sabe/não tem opinião”, foi possível resumir a informação relacional entre as variáveis em três fatores que explicam 60 % da variância. As três dimensões obtidas, tendo em conta as variáveis que mais contribuem para a sua definição, podem ser nomeadas como (Tabela F.5 do Anexo F):

1. Atitude face à parentalidade:

- Um homem precisa de ter filhos para se sentir realizado,
- Uma mulher precisa de ter filhos para se sentir realizada,
- Uma criança precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada,
- É prejudicial para uma criança até à idade escolar que a mãe trabalhe fora de casa.

2. Vida profissional dos pais:

- É prejudicial para uma criança até à idade escolar que a mãe trabalhe fora de casa,
- É prejudicial para uma criança até à idade escolar que o pai trabalhe fora de casa,
- Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação com os seus filhos tão boa, como uma mãe que trabalha em casa,
- Um homem precisa de ter filhos para se sentir realizado,
- Uma mulher precisa de ter filhos para se sentir realizada.

3. Monoparentalidade e oportunidades:

- Uma mulher pode criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável,

- Uma criança precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada,
- É preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições do que ter mais filhos.

Figura 7.28 Valores considerados importantes para quem tem e quem não tem filhos, pelos residentes com idade entre os 40 e os 49 anos.

Importância dos valores relativos à família e aos filhos

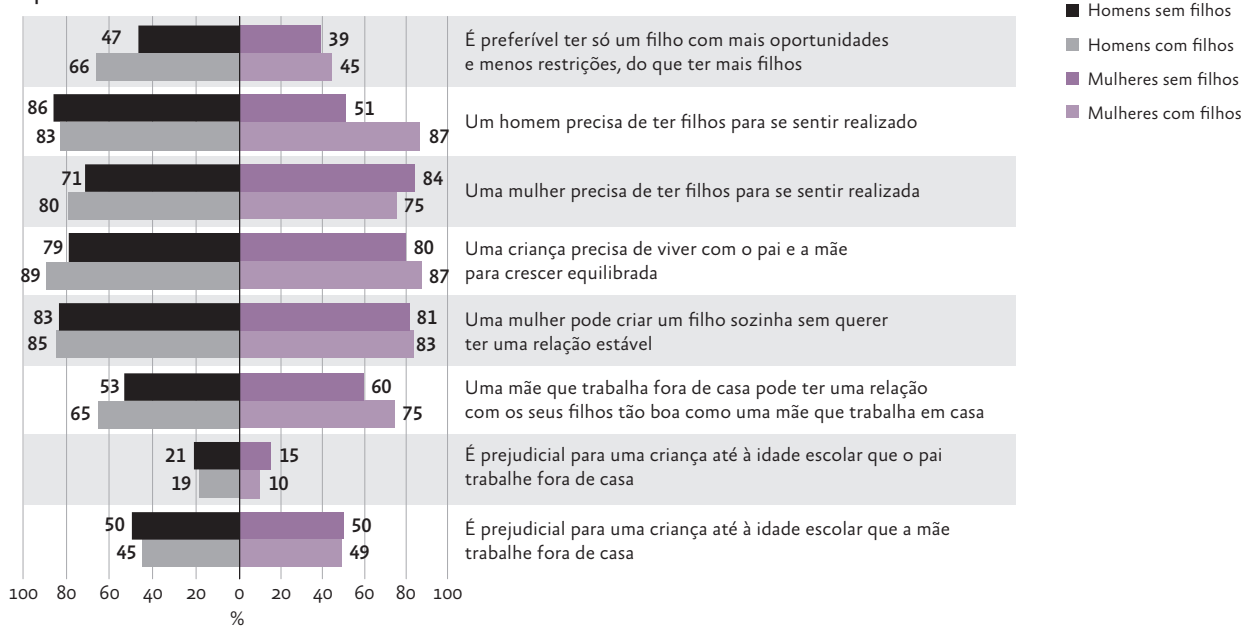
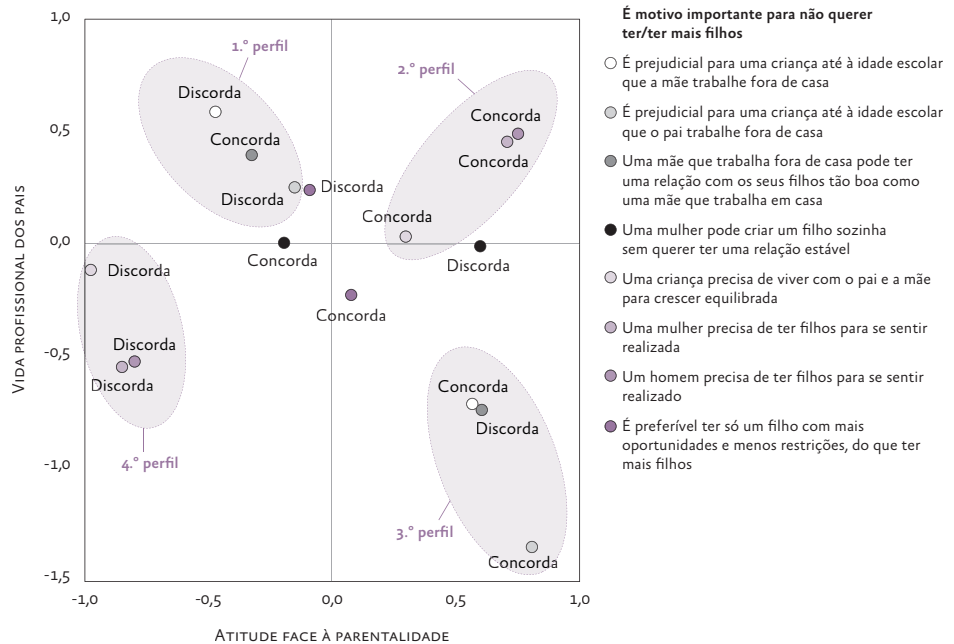


Figura 7.29 Representação da primeira e segunda dimensão da análise multivariada da concordância com os valores atribuída pelos residentes com idade entre os 40 e os 49 anos (47 % da variância é explicada por estas duas componentes).

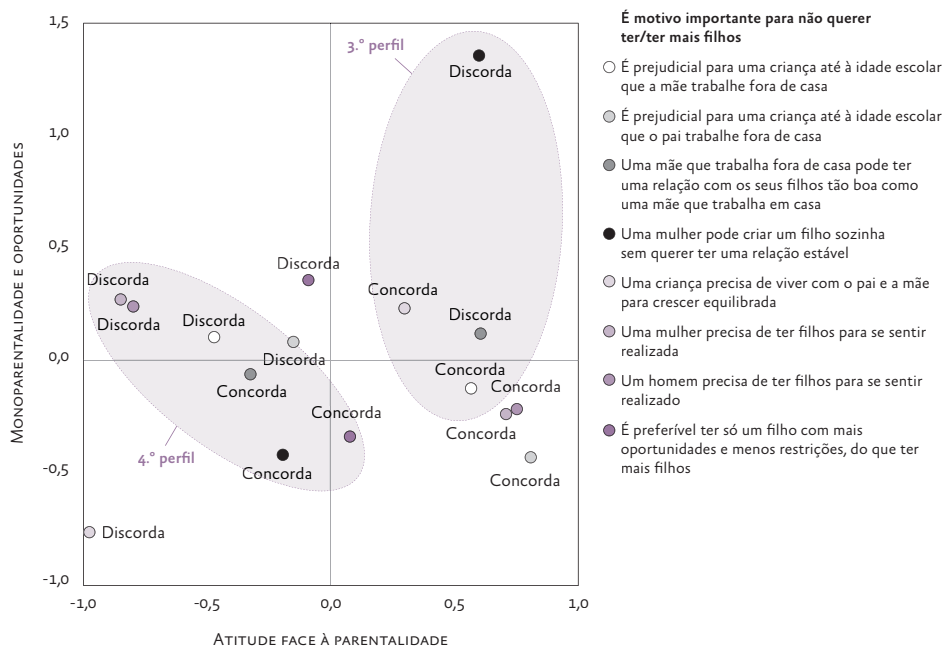


A primeira dimensão reflete a opinião dos indivíduos face à parentalidade. De um lado estão os indivíduos que têm uma visão mais conservadora e que consideram que a realização pessoal passa por ter filhos, que a mulher trabalhar fora de casa é prejudicial para o crescimento da criança e que a criança precisa de viver com os pais para crescer equilibrada. Do lado oposto estão os indivíduos com uma visão contrária, mais tolerante e menos tradicionalista (Figura 7.29).

A segunda dimensão opõe os indivíduos que consideram ser prejudicial para a criança que os pais trabalhem fora aos que consideram que a realização pessoal passa pela parentalidade e que uma mulher que trabalha fora de casa consegue ter uma relação com os seus filhos tão boa quanto uma mãe que trabalha em casa.

Finalmente, a terceira dimensão reflete uma associação entre a opinião de que uma família monoparental não prejudica o crescimento equilibrado da criança e a de que é preferível ter só um filho com mais oportunidades do que ter mais filhos (Figura 7.30).

Figura 7.30 Representação da primeira e terceira dimensão da análise multivariada da concordância com os valores atribuída pelos residentes com idade entre os 40 e os 49 anos (40 % da variância é explicada por estas duas componentes).



Foi, igualmente, estudada a associação entre os valores individuais considerados como provavelmente relevantes e as variáveis sexo, ter ou não filhos e nível de escolaridade, com a sua inclusão *a posteriori* nesta análise, tendo todas elas revelado ausência de capacidade de diferenciação (resultados não apresentados).

Com base nas 3 primeiras dimensões identificaram-se quatro perfis de indivíduos (Figura 7.29 e Figura 7.30). Em seguida, procedeu-se à classificação dos residentes, nas idades em análise, e foram identificados quatro grupos homogêneos de indivíduos que corresponderam aos perfis identificados, cujas principais características são (Figura F.3 e Tabela F.6 do Anexo F):

- Grupo 1 – mais de metade (59 %) dos indivíduos pertence a este grupo. São pessoas que se enquadram numa visão liberal sobre a parentalidade no que se refere à educação da criança, à vida profissional da mulher e à sua independência e autonomia.
- Grupo 2 – os residentes (cerca de 14 %) com uma visão tradicional que consideram que a realização pessoal passa por terem filhos e que é necessário uma criança crescer num agregado familiar tradicional. No entanto, não consideram que os pais trabalharem fora seja prejudicial

à educação da criança. Um quarto dos indivíduos deste grupo possui habilitação literária ao nível do ensino superior.

- Grupo 3 – constituído por cerca de 11 % dos residentes. Estes indivíduos têm a visão mais conservadora sobre a parentalidade. Distinguem-se dos residentes do segundo grupo por considerarem ser prejudicial à educação da criança os pais trabalharem fora. Este grupo é constituído maioritariamente (61 %) por homens e é o que regista a menor percentagem de indivíduos com maior nível de escolaridade.
- Grupo 4 – os indivíduos deste grupo (cerca de 16 % dos residentes) caracterizam-se por serem os mais liberais no que concerne à parentalidade, em que a independência da mulher e a monoparentalidade não são considerados prejudiciais ao crescimento da criança. Além disso, consideram que é preferível terem um só filho com mais oportunidades e menos restrições do que terem mais filhos.

7.6. Discussão de resultados

Os indivíduos aqui considerados são aqueles que, de certa forma, já deram por concluído o seu ciclo reprodutivo, sobretudo no caso das mulheres.

Entre os residentes em Portugal com 40 a 49 anos de idade, a existência de um relacionamento conjugal constitui um determinante fundamental nas questões relativas à parentalidade. E os que têm filhos experienciaram uma coabitação a uma idade mais jovem e, de um modo geral, vivem atualmente em conjugalidade.

Neste sentido, a afirmação de Bauschmid (1994) de que “*a família não é um conceito descontinuado*”, reforçada mais tarde por Beck e Beck-Gernsheim (2002), não deixa de ser atual e surge aparentemente fortalecida neste contexto. Homens e mulheres continuam no presente a formar as suas famílias, a desejar ter filhos e a concretizar esses seus desejos e intenções.

O desejo de se terem filhos, ou um determinado número de filhos, não desapareceu das agendas pessoais, adaptou-se, sim, às novas dinâmicas sociais e às circunstâncias individuais, tornando-se parte racional das estratégias de vida e tendo condicionado, de certa forma, o número de filhos no final das vidas reprodutivas dos indivíduos (Liefbroer, 2009; Sobotka, 2004).

Com o aumento da participação no mercado de trabalho, os homens, mas principalmente as mulheres, tiveram de aprender a conjugar o lugar na família e no mercado de trabalho (Billari e Kohler, 2002). Aliás, identificou-se que entre os motivos para não se ter ainda concretizado a sua fecundidade desejada/intencional, no caso dos indivíduos com idades entre os 40 e os 49 anos, se destaca a dificuldade de conciliar a vida profissional com a familiar.

Torna-se assim claro que, na evolução social da construção de uma família, o nascimento de um filho é um *risco* existencial, financeiro e social (Fahlén, 2013). E somente quando os indivíduos avaliam positivamente todos os riscos associados à parentalidade, ou ao nascimento de mais um filho é que estes decidem concretizar a sua fecundidade intencional. Observa-se neste estudo, por exemplo, que entre os 40 e os 49 anos, independentemente das suas motivações, mais de metade das mulheres sem filhos tenciona ainda vir a ter filhos e mais de 30 % tencionam ter mais filhos para além dos que já têm.

A incerteza económica está entre os principais fatores apontados pelos indivíduos, que se encontram perto do final da sua vida reprodutiva (nomeadamente as mulheres), para não terem um filho ou mais filhos. Tal incerteza gera insegurança, também identificada como determinante por Kreyenfeld (2004) e Adsera (2011), sendo ainda denominador comum nos seus estudos a instabilidade económica enquanto fator constrangedor no *tempo* e no *quantum* da fecundidade.

Fahlén (2013) identificou também na Suécia, Dinamarca e Hungria, países com fortes políticas de população, que na generalidade as mulheres adiam o nascimento dos filhos até atingirem uma estabilidade económica e profissional que considerem aceitável, sugerindo que o emprego é um requisito para a realização das intenções de fecundidade. A mesma autora identifica, no entanto, que em países com fracas políticas de apoio na conciliação entre família e emprego (*e.g.* Alemanha e Reino Unido), as mulheres com menores níveis de instrução utilizam, por vezes, o período de desemprego para concretizarem a sua fecundidade.

No contexto português foi possível identificar, na análise dos indivíduos entre os 40 e os 49 anos, que, entre homens e mulheres desempregados com filhos, são os homens com filhos os que mais ambicionam aumentar a família. Já entre os que não têm filhos, homens e mulheres desejam de igual forma aumentar a família (22 %).

As restrições económico-financeiras, apontadas como constrangimento na concretização da fecundidade ao longo do curso de vida e também no grupo de idades 40-49 anos, poderão constituir parte da explicação da diminuição da fecundidade realizada, compensada pela intenção de melhoria das condições de vida dos filhos. Ou seja, os portugueses consideram, de facto, mais importante terem apenas um filho com mais oportunidades e menos restrições do que terem mais filhos.

A perceção que os indivíduos têm desta combinação de fatores foi ao longo de todo o estudo designada por “compensação”. A compensação engloba em si aquilo que cada indivíduo ou casal considera ser de facto importante para dar ao seu filho (ou filhos). Sandberg e Rafail (2014) consideram que o aumento

do número de filhos é prejudicial para os já existentes, nomeadamente, tendo em consideração o tempo que os pais lhes dedicam. Para os autores, famílias com menos filhos proporcionam melhores condições no seio da família e mais oportunidades sociais. Beck e Beck-Gernsheim (2002) defendem, por outro lado, que existe um efeito social de compensação para todos os elementos da família quando esta é menor, incluindo para os próprios pais que dedicam assim mais tempo aos filhos, não se privando das suas próprias atividades sociais fora do contexto familiar.

A concretização da fecundidade intencional dos indivíduos encontra-se condicionada pelos riscos e incertezas associados aos contextos sociais e familiares envolventes e ainda pela necessidade de se assegurarem as condições que homens e mulheres consideram atualmente indispensáveis para viabilizarem tanto o nascimento quanto a criação de um filho. Para além destas condicionantes individuais e familiares que vão incidindo ao longo do curso de vida dos indivíduos, vão-se sucedendo outros riscos comuns às gerações a que os indivíduos pertencem, como aliás Goldstein e Cassidy (2014) defendem ao afirmar que todas as gerações se encontram expostas, coletivamente, aos acontecimentos do momento, os quais, no seu conjunto, irão também influenciar a fecundidade realizada pelos indivíduos no final do período reprodutivo.

Capítulo 8

Considerações finais

A necessidade de uma análise em profundidade do declínio da fecundidade em Portugal e da sua eventual especificidade no contexto europeu conduziu-nos ao longo desta investigação.

Em 2014, Portugal foi o país da Europa com o nível de fecundidade mais baixo, avaliado através do indicador mais comumente utilizado, o Índice Sintético de Fecundidade, que mede o número de filhos que, em média, uma mulher deixa na população no final do seu período fértil, mantendo-se as condições de fecundidade observadas. O valor referente a 2014, o último divulgado pelas estatísticas oficiais portuguesas, indica-nos um número ligeiramente acima de 1 filho (1,28), enquanto o valor estimado pela mesma fonte para o início da década de 70 do século XX era muito próximo de 3 filhos (2,99) por mulher em idade fértil.

Ao longo de várias décadas, a tendência de declínio foi-se agravando, tendo-se agudizado nos anos mais recentes, em particular, a partir de 2010. Para além da diminuição do número de filhos, as portuguesas e os portugueses foram sucessivamente adiando o nascimento dos filhos e, em particular com maior incidência nos anos mais recentes, o nascimento do primeiro filho.

A idade média ao nascimento de um filho (seja um primeiro, segundo, terceiro ou ainda de uma outra ordem de nascimento mais elevada) foi, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2014 igual a 31,5 anos, enquanto a idade média ao nascimento do primeiro filho subiu, pela primeira vez, aos 30,0 anos, quando em 1982 e em 1983 chegou a registar um valor médio de 23,5 anos³⁸. Esta proximidade de valores revela-nos a existência de um marcado adiamento no respeitante à idade em que se têm filhos em Portugal, em particular, o primeiro. Torna igualmente evidente uma opção pela concentração dos nascimentos à volta dos 30 anos, em mulheres com um número muito reduzido de filhos (próximo de 1) e com um espaçamento entre os nascimentos também estreitado, nos casos em que vão além do primeiro filho. Se o primeiro nasce, em média, quando a mulher tem 30 anos e todos os nascimentos ocorrem, em média, aos 31,5 anos, não resta muito tempo para se terem muitos filhos, nem parece que estejam a ser utilizados muitos

³⁸. O valor mais baixo registado desde o início da década de 70 do século passado até aos nossos dias.

anos do período fértil, de modo a possibilitar que tenha um maior número de filhos. Por seu lado, a existência de um limite biológico associado à idade condiciona fortemente a decisão de se terem filhos para além de uma dada idade, particularmente no caso das mulheres.

Estas características da fecundidade portuguesa mostram, por um lado, que o nosso comportamento de fecundidade se assemelha ao dos restantes países europeus no respeitante ao processo de declínio, iniciado eventualmente mais tarde, ao adiamento da idade média e à manutenção de um nível de fecundidade baixo. Por outro lado, manifestam-se algumas especificidades, tais como, o marcado adiamento da idade em que se tem o primeiro filho, que mantém uma tendência de aumento; a singular compressão dos nascimentos em torno da idade de 30 anos; e, apesar de uma proporção de mulheres sem filhos comparativamente bastante reduzida, a não recuperação no número de nascimentos nos anos imediatamente anteriores à Grande Recessão de 2008, quando a grande maioria dos países da Europa exibia evidentes sinais de inversão da tendência de declínio³⁹, com indícios de uma possível recuperação dos nascimentos adiados (Lanzieri, 2013).

Para além da caracterização do comportamento fecundo das mulheres num determinado ano ou período, é fundamental compreender o comportamento fecundo das diferentes gerações ao longo do seu ciclo de vida reprodutivo. Ou seja, poderemos esperar que os nascimentos adiados venham ainda a ser recuperados mais tarde? Se tal se verificar, as gerações mais jovens poderão vir a ter, no término da sua vida fértil, uma fecundidade, em média, muito similar à observada nas gerações mais velhas e superior à observada atualmente.

O IFEC 2013 permite-nos, pela primeira vez desde 1997, data do anterior Inquérito à Fecundidade realizado em Portugal (INE), dispor de dados para se realizarem diferentes tipos de análises que possibilitem não apenas caracterizar e identificar padrões de comportamento, como também conhecer os principais fatores responsáveis pelo declínio da fecundidade em Portugal.

Não existindo um padrão único, também não se identificará uma explicação única: grupos distintos apresentam comportamentos diferenciados, em função de circunstâncias diversas que os condicionaram e condicionam ao longo do curso de vida e que têm implicações diretas e/ou indiretas no modo como decidem o *quantum* (número de filhos) e o *tempo* (idade em que têm os filhos) da sua fecundidade. O nível de fecundidade que caracteriza o país não é senão o resultado do somatório, da combinação, de milhões de decisões (e indecisões) tomadas ao longo do curso de vida de cada indivíduo ou, se entendermos a decisão como sendo tomada em conjunto, de cada casal, na sua intimidade, mas nunca alheios às circunstâncias económicas e sociais que os rodeiam.

³⁹ De acordo com Goldstein, et al. (2009), na sua análise das tendências recentes da fecundidade na Europa identifica-se uma inversão generalizada na fecundidade dos chamados "*lowest-low fertility countries*", ou seja, naqueles que registavam a fecundidade mais baixa entre as baixas. Esta inversão foi, segundo os autores, particularmente vigorosa na Europa: o número de países com um ISF de 1,3 diminuiu de 21 em 2003 para 5 em 2008 (dos quais, 4 são países não europeus). Acrescentam ainda que esta inversão não se confinou a estes países de baixíssima fecundidade, mas que afetou todo o mundo desenvolvido.

Por todas estas razões, foram tomadas, à partida, algumas opções metodológicas que orientaram, elas próprias, a estratégia de investigação. Para além de todo o esforço de compreensão se sustentar numa análise de base demográfico-estatística com uma forte componente de modelação estatística, foi dada grande relevância à análise descritiva dos dados, como fonte de informação inicial, que sustentou a definição de outras abordagens metodológicas.

Para além da seleção do(s) método(s), tendo em conta a diversidade de circunstâncias que sabemos à partida condicionarem o contexto em que são tomadas as decisões de fecundidade⁴⁰, foi considerado que, a par de uma análise conjunta de todas as idades em observação (18-49 anos no caso das mulheres e 18-54 no dos homens), seria desejável examinar e estudar com maior detalhe, e em separado, o conjunto dos mais jovens (18-29 anos) e o dos menos jovens (30-39 anos), dentro das idades consideradas mais férteis em todo o período reprodutivo, e distingui-los ainda do grupo com idades mais avançadas (idades acima dos 40 anos).

Tendo em conta esta distinção em termos de idade, e de acordo com o que a literatura sobre esta temática defende, orientámos a nossa investigação no sentido de se perceber em que medida fatores como os contextos familiares de origem, as formas e os tempos da conjugalidade e ainda os valores individuais e sociais condicionam as decisões de fecundidade.

Seguindo os referenciais teóricos que, quer do ponto de vista da análise demográfica, quer da sociológica, tendem a explicar as alterações do comportamento reprodutivo, direcionámos a nossa pesquisa no sentido de se encontrarem as relações causa-efeito (as causas dos efeitos e também os efeitos das causas) que permitam elucidar e melhor compreender alguns comportamentos que consideramos responsáveis pela evolução da fecundidade em Portugal.

A primeira questão que quisemos estudar centrou-se, dada a sua importância, nos fatores que distinguem quem já transitou para a parentalidade de quem ainda não transitou. Apesar da baixa proporção de indivíduos sem filhos na população no final da sua vida fértil, essa proporção parece ter vindo a aumentar recentemente (Basten, 2009; Basten *et al.*, 2013; Cunha, 2012; Miettinen, *et al.*, 2015; Tanturri *et al.*, 2015) e é, em nosso entender, fundamental perceber o que os diferencia.

Tendo em consideração o adiar dos projetos parentais para idades cada vez mais tardias, o grupo de indivíduos sem filhos revelou-se bastante heterogéneo, pelo que entendemos ser de particular relevância distinguir também entre aqueles que não pretendem realizar tal transição e aqueles que apenas ainda não encontraram o momento adequado para a realizar. Desta forma, de entre este grupo de indivíduos que não entrou na parentalidade, identificou-se claramente um primeiro grupo que, (ainda) não tendo filhos, pretende vir

⁴⁰ De uma forma mais ou menos consciente, existe sempre, em nosso entender, uma tomada de decisão por parte de cada indivíduo ou casal.

a tê-los no futuro, e um segundo que pretende permanecer sem filhos. No primeiro caso trata-se de uma situação de carácter temporário, enquanto no segundo caso trata-se de uma decisão entendida como permanente e definitiva, na medida em que estes indivíduos pretendem permanecer sem filhos ao longo de toda a sua vida.

Ainda tendo em consideração a opção de aderir (ou não) ao projeto parental, encontramos um subgrupo constituído por aqueles que nunca desejaram ter filhos e que mereceu um estudo específico, não somente porque aparenta ter também vindo a aumentar a sua representatividade na população ultimamente (Goldstein *et al.*, 2003; Testa, 2007, 2012; Sobotka e Beaujouan, 2014), como é o único que se manifesta contrário à ideia de ter filhos no universo populacional.

A opção de se ter apenas um filho surge cada vez com maior frequência como uma decisão final, o que pode vir a dificultar uma inversão do declínio da fecundidade no nosso país. Acresce ainda que esta “opção” parece ser “forçada” pelas circunstâncias e pelas “condições de vida” que os indivíduos enfrentam, uma vez que, de acordo com os dados da maioria dos inquiridos sobre o tema, o número de filhos desejado é, para a maioria dos inquiridos, igual ou superior a 2 filhos. Para avaliar esta “aparente” contradição, e também porque em termos de previsão de comportamentos futuros, em particular de antecipação de uma possível recuperação dos nascimentos adiados, esta questão foi entendida como crucial, foi dada uma especial atenção às descendências de filho único.

Como a baixíssima fecundidade portuguesa parece ser particularmente tributária da idade mais tardia em que homens e mulheres tendem a entrar na parentalidade, também identificámos os determinantes que os levaram a não ter progredido para um segundo ou terceiro filho, ainda que como uma decisão temporária.

Uma das causas do declínio da fecundidade, quer em Portugal, quer no espaço europeu, foi a diminuição dos nascimentos de ordens superiores, isto é, diminuiu não apenas o número de segundos nascimentos, mas sobretudo de terceiros, quartos, quintos, ou de nascimentos de ordens subsequentes. Assim, procurámos identificar os fatores responsáveis por fazerem aumentar o número médio de filhos tidos.

No entanto, e como uma grande parte dos indivíduos (ainda) não tiveram filhos e (ainda) esperam vir a ter, focámos a nossa atenção numa outra dimensão que não apenas a fecundidade já realizada (FR – avaliada pelo número de filhos tidos) e que reputamos neste contexto como ainda mais relevante: a da fecundidade final esperada (FFE). No âmbito do estudo, a FFE é dada pelo somatório do número de filhos tidos com o número de filhos que cada indivíduo ainda pretende vir a ter. Esta dimensão de análise da fecundidade

é sobremaneira importante, porque nos fornece indícios muito claros sobre a possibilidade de aumento da fecundidade num futuro próximo, desde que a intenção de se vir a ter (mais) filhos exista e que os indivíduos que a manifestaram venham a ter condições para a concretizarem.

Este último aspeto é fundamental, na medida em que muitas vezes o número de filhos tidos no final do ciclo reprodutivo fica aquém da intenção, por incapacidade da sua realização plena, devido a condições de vida e circunstâncias adversas e inultrapassáveis. Neste sentido, a intervenção do Estado, através da definição de políticas públicas e da implementação de medidas concretas e dirigidas a estes cidadãos, pode contribuir eficazmente para se aumentarem as capacidades de concretização das intenções de quem pretende vir a ter (mais) filhos. Por todas estas razões, um outro nível de análise centrou-se na determinação dos fatores que, em Portugal, em 2013, levavam os indivíduos com apenas um único filho a darem por encerrada a sua vida reprodutiva. Neste sentido, procurámos distinguir a fecundidade final (FFE) de quem espera ter apenas um único filho no término da sua vida reprodutiva daqueles que esperam ter dois ou mais filhos.

A fim de complementar a avaliação das razões que explicam a divergência entre a intenção de se vir a ter um filho único e a de se terem mais filhos, tentámos ainda perceber como se diferenciam os residentes que assumem esperar vir a ter no final do seu período fecundo um número de filhos superior a um. Este constituirá um dos grupos populacionais mais recetivos a elevar a sua fecundidade e em que a incidência das medidas de política poderá vir a conseguir melhores resultados, admitindo que o pretendido seja garantirem-se as melhores condições para que se venha a concretizar totalmente a fecundidade intencional de cada cidadão.

Partindo deste último pressuposto, acreditando que, para intervir no sentido do que é pretendido pela população, é imprescindível conhecê-la melhor, procurámos perceber quais os fatores que permitem aos indivíduos aproximarem a sua fecundidade realizada daquela que é a pretendida no final da sua vida reprodutiva. Se considerarmos que a intervenção ao nível das políticas públicas pode contribuir para se alterar o curso da fecundidade no país, essa alteração terá de ter por base as expectativas, desejos e intenções manifestados pelos indivíduos e pelos casais. Daí a importância de se conhecer em que medida os indivíduos se afastam da sua fecundidade esperada e quais os fatores que explicam esse desfasamento, para que melhor se identifiquem as possibilidades e o direcionamento de uma (adequada) intervenção política.

Depois de encontrados os fatores que permitem aproximar a fecundidade do indivíduo da sua fecundidade final esperada, identificámos um outro grupo de indivíduos que na população pode ser muito suscetível a medidas futuras de

ação política ou ao qual simplesmente se deve estar muito atento em termos de evolução da capacitação para concretizarem a sua fecundidade, uma vez que deles dependerá a inversão (ou não) da tendência de declínio num futuro muito próximo: aqueles que, não tendo filhos (ainda), querem vir a ter. Com base na assunção da importância deste grupo de indivíduos, analisámos em profundidade os fatores que distinguem quem não tem e não tenciona ter filhos de quem não tem mas ainda pretende tê-los.

Consideramos os resultados destes últimos modelos como a “chave” para a compreensão dos percursos da fecundidade em Portugal nos próximos anos.

Todavia e porque, por um lado, aprendemos sempre com as experiências do passado e, por outro, ainda temos alguma expectativa de que se venham a recuperar nascimentos anteriormente adiados, analisámos também o que distingue, em termos de fecundidade, os indivíduos com 40 ou mais anos. O conhecimento do comportamento deste subconjunto da população também nos possibilita antevermos resultados em termos quase-finais, porque estes são indivíduos que se encontram muito próximos do final do seu ciclo reprodutivo. Apesar da expectativa manifestada por alguns de ainda virem a ter (mais) filhos, é notória a existência de uma idade reconhecida como “socialmente adequada” para se terem filhos e que se encontra muito abaixo do limite biológico em termos de fertilidade ou mesmo da sua fixação em termos de análise demográfica (no caso das mulheres, os 49 anos completos). De notar que, de acordo com os nossos resultados, esta “idade socialmente aceitável” se encontra delimitada tanto em termos de limite superior, como de limite inferior, ou seja, atualmente existe nas camadas jovens uma definição clara das idades em que (ainda) “não se tem idade para se terem filhos”, tal como para os mais velhos se admite que a partir de uma determinada idade (já) “não se tem idade para se terem filhos”.

Esta constatação conduz-nos a uma segunda vertente da nossa investigação, para além da análise das razões do declínio do número de filhos: o estudo do adiamento e das suas causas. A literatura mais recente é unânime em considerar o adiamento na idade em que se têm filhos como uma das principais causas do declínio da fecundidade nas últimas décadas (Billari, 2008; Kohler *et al.*, 2002; Frejka *et al.*, 2004; Frejka, 2010; Bongaarts *et al.*, 2012; Sobotka *et al.*, 2012). No entanto, se mulheres e homens adiam o momento em que têm os filhos, a fecundidade final não se alteraria se os nascimentos adiados viessem a ser recuperados mais tarde. Por isso, muitos autores acreditam que a inversão da tendência de declínio verificada entre 2000-2008 em alguns países europeus se deveu quase exclusivamente a uma desaceleração ou mesmo a uma interrupção no processo de adiamento que se vinha observando ao longo das últimas décadas. Todavia, este processo de autorregulação homeostática da população

não se veio a verificar em todos os países e foi subitamente perturbado pela recessão económica a partir de 2008.

O adiamento do nascimento do primeiro filho é um fator crucial para a evolução da fecundidade futura, condicionando não só os “tempos” da fecundidade, como também a “quantidade”, *i. e.*, o número de filhos que se tem no final da vida reprodutiva. Daí que o estudo do adiamento e das razões que o favorecem, não apenas no caso do nascimento do primeiro filho, como também do segundo, e ainda a identificação dos fatores que promovem em alguns indivíduos a transição para o terceiro filho se tenham tornado uma outra dimensão desta investigação.

Tendo em consideração a importância do adiamento, conduzimos a pesquisa no sentido da identificação dos fatores que conduzem a uma transição mais precoce, ou seja, a terem-se filhos mais cedo. Este conhecimento é muito importante, dado que se algumas medidas de política podem tender a promover um aumento do número de filhos, outras podem destinar-se a fomentar uma desaceleração, ou mesmo interrupção, do avanço da idade média ao nascimento do primeiro filho ou ainda uma antecipação do nascimento dos filhos subsequentes. A antecipação do nascimento do primeiro filho pode conduzir a condições mais favoráveis para o nascimento do segundo; a antecipação do segundo nascimento, através da redução de um grande espaçamento entre o primeiro e o segundo, pode constituir um entrave a que se venha a renunciar, mais tarde, a esse segundo nascimento.

Todas as análises que acabámos de sumarizar tiveram como principal objetivo conhecer e compreender os fatores determinantes da fecundidade em Portugal. Este objetivo central foi acompanhado pelo propósito de se perceberem antecipadamente quais as trajetórias mais prováveis para a fecundidade num futuro próximo, identificando quais os grupos que irão constituir-se como os principais responsáveis nessa evolução. Para esses casos, conhecer os fatores que influenciam e condicionam as suas intenções e decisões, possibilita ainda apontar alguns fatores suscetíveis de virem a ser apoiados, em termos de intervenção política, no sentido de se fazer aproximar o número de filhos que se tem daquele que se deseja e se tem intenção de vir a ter.

Apresentamos em seguida uma súmula dos principais resultados obtidos.

Quais os fatores que distinguem aqueles que não transitaram para a parentalidade daqueles que já transitaram?

Tendo em consideração que a condição de não se ter transitado para a parentalidade possa ser uma situação temporária ou permanente, constatámos a

existência de uma clara diferença de comportamentos entre os mais jovens, com idades até aos 29 anos, e os menos jovens, com idades entre os 30 e os 39 anos.

Para os indivíduos que têm idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos (Esquema 8.1), os resultados permitem concluir que os que têm rendimentos *per capita* do agregado familiar mais elevados e um nível de escolaridade superior ao secundário têm maior probabilidade de (ainda) não terem realizado a sua transição para a parentalidade. Esta mesma tendência é observada quando é tido em consideração o grau de instrução das mães dos indivíduos, pois aqueles cujas mães têm níveis de escolaridade superiores apresentam uma maior probabilidade de (ainda) não terem entrado na parentalidade. O facto de aqueles que possuem níveis de instrução mais elevados, e que se empenham fortemente para os conseguirem, adiarem todo o processo de transição para a vida adulta, devido ao alongamento do período de educação e do seu grau de envolvimento na aquisição de competências profissionais, resulta num aumento das possibilidades de não transitarem para a parentalidade antes dos 30 anos. Os rendimentos mais elevados estão habitualmente associados a níveis de empenhamento e de dedicação em tempo nas carreiras profissionais mais elevados, o que por sua vez também se pode tornar incompatível com a constituição de uma família com filhos. De notar a importância da escolaridade das mães neste contexto, apesar do desfazamento entre os níveis de instrução de ambas as gerações e de existir uma associação entre os níveis habilitacionais de mães e filhos.

Ainda no caso dos mais jovens, concluímos que são sempre os homens que revelam mais possibilidades de não terem (ainda) entrado na paternidade. As mulheres demonstram uma transição mais precoce para a maternidade, pelo que os homens, tendendo a ter filhos mais tarde do que as mulheres, evidenciam, num momento inicial, mais possibilidades de (ainda) não terem filhos⁴¹.

Também o facto de estes indivíduos nunca terem experienciado um relacionamento conjugal é determinante na transição quer para a maternidade, quer para a paternidade, apesar da influência desta variável ser mais acentuada para aqueles indivíduos que têm rendimentos *per capita* do agregado mais baixos⁴².

Para os indivíduos com idades até aos 30 anos, os valores individuais e sociais não se mostraram relevantes para se distinguir quem não iniciou o projeto parental de quem já o fez. No entanto, as questões relacionadas com a harmonização trabalho-família são determinantes para os mais jovens, na medida em que apenas as opiniões que concernem à conciliação da profissão materna e vida familiar mostraram desempenhar um papel decisivo. De facto, são os que consideram que, no caso da mãe, a conciliação entre a participação no mercado de trabalho e a vida familiar passa por trabalhar a

41. Não apenas na transição para a parentalidade, como também no momento de constituir família, homens e mulheres distinguem-se no respeitante à idade. As mulheres casam também mais cedo (em 2014, de acordo com os dados do INE, a idade ao 1.º casamento foi igual a 30,6 anos para as mulheres e a 32,1 anos para os homens), apesar de também em relação ao casamento se ter verificado um gradual e constante adiamento (em 1970, as mulheres casavam, em média, aos 24,3 e os homens aos 26,6 anos).

42. Relativamente à avaliação da idade de início da coabitação, os dados de que dispomos são muito escassos. Sabemos que o número de casais que coabitam tem vindo a aumentar significativamente e que a idade à primeira coabitação é muito mais baixa do que a idade ao primeiro casamento, até porque atualmente, na maior parte dos casos, o casamento segue-se a um período mais ou menos prolongado de coabitação (em 2014, a maioria dos casamentos caracterizou-se pela existência de residência anterior comum – 52 % do total). Segundo os nossos cálculos com base nos dados do IFEC2013, a idade média à primeira coabitação é igual a 25,5 anos e para as mulheres é de 23,5. Estudos recentes apontam para que nas últimas décadas a idade média à primeira coabitação tenha permanecido estável, ou tenha até diminuído ligeiramente, contrariamente ao adiamento verificado na idade ao primeiro casamento (Manning *et al.*, 2014).

tempo inteiro que apresentaram mais possibilidades de (ainda) não terem realizado a transição.

Quando consideramos os resultados obtidos para os indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos (Esquema 8.2), percebemos que o facto de não terem deixado de residir com os pais constitui-se como um fator que potencia a que os indivíduos não tenham transitado para a parentalidade.

Por oposição, filhos de pais separados têm mais possibilidades de também não serem (ainda) pais ou mães, sendo que o mesmo acontece para aqueles cujos pais nunca viveram juntos, o que parece significar que contextos familiares demasiado protetores ou, pelo contrário, mais instáveis podem vir a condicionar a transição para a parentalidade e, em consequência, as decisões de fecundidade.

No caso da participação no mercado de trabalho, é evidente a variação das possibilidades de se ter ou não iniciado o projeto parental em função da idade: para os mais jovens, com menos de 30 anos, o trabalho não se revela como um fator determinante na decisão de não terem transitado para a parentalidade, enquanto para os mais velhos, com idades entre os 30 e os 39 anos, concluímos que os que não têm trabalho, os desempregados, têm mais possibilidades de não terem tido nenhum filho.

Também para os indivíduos mais velhos, o facto de estes nunca terem experienciado uma vivência conjugal, atual ou anterior, é determinante no que respeita à entrada na parentalidade. Concluímos, como já referido, que os homens apresentam uma maior probabilidade de (ainda) não terem filhos, porém, para o grupo dos indivíduos mais velhos, as diferenças entre o comportamento dos homens e das mulheres atenuam-se.

Para o grupo dos mais velhos, os indivíduos residentes em agregados com rendimentos *per capita* de nível intermédio (entre 500 € e 1000 €) parecem ser os que revelam uma maior propensão para não terem filhos, contrariamente aos que auferem rendimentos inferiores.

A idade, tal como refere a literatura, também constitui um fator determinante nas questões relativas à fecundidade. Se, por um lado, os mais novos, dado o consecutivo adiamento do nascimento do primeiro filho, são mais suscetíveis de não terem iniciado o seu percurso reprodutivo, com o avançar da idade, e como seria de esperar, aumentam as possibilidades de já terem experimentado quer a maternidade, quer a paternidade.

Os valores morais e os princípios em função dos quais os indivíduos regem o seu comportamento, tal como o próprio contexto social e normativo, desempenham um papel explicativo relevante, principalmente para os indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos: aqueles que discordam de que ter filhos é condição essencial para que, homens e mulheres, se sintam completamente

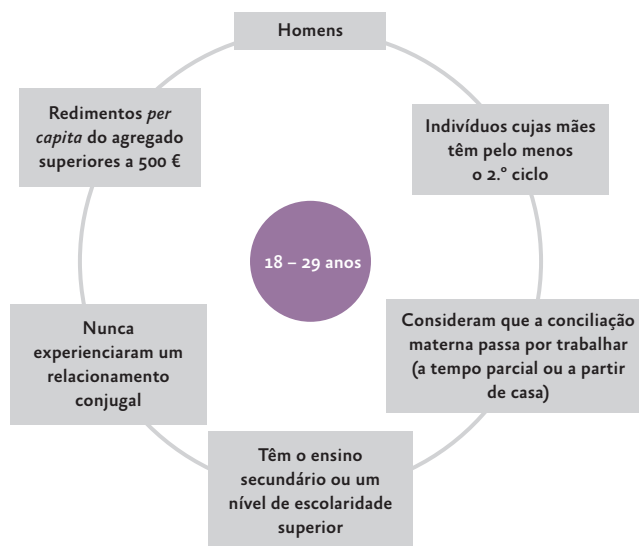
realizados, e ainda os que acreditam que é preferível ter menos filhos para que estes possam ter mais oportunidades e menos restrições demonstram efetivamente mais possibilidades de não terem efetuado a sua transição para a parentalidade.

Aparentemente, verifica-se um elevado grau de coerência entre o que as pessoas pensam e as suas decisões de fecundidade. Ao longo do curso de vida parece verificar-se um ajustamento entre o que é importante para um indivíduo e para o grupo social a que pertence e o seu comportamento fecundo. Daí a importância da idade em toda a nossa análise.

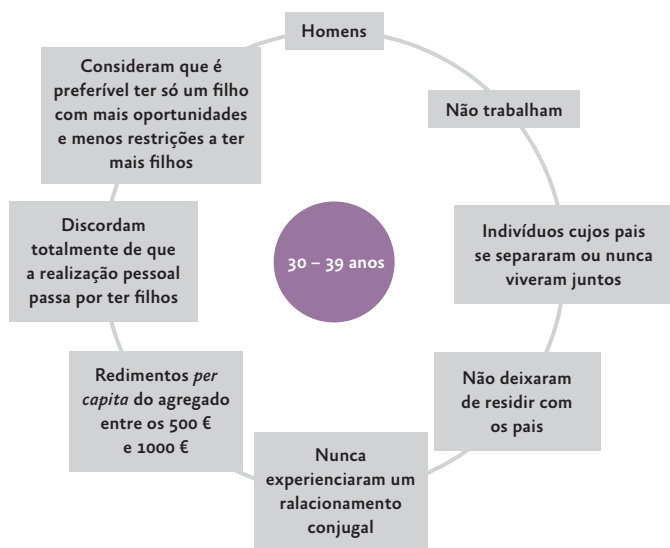
Mas este grupo de indivíduos que ainda não experienciou a parentalidade (38,5 % dos residentes) divide-se em dois subgrupos distintos: de um lado existem aqueles que não tencionam experimentar a parentalidade (8,3 %) e de outro lado os que mantêm expectativas de virem a ser pais (29,2 %)⁴³. Será sobre este segundo conjunto, constituído maioritariamente por jovens com menos de 30 anos, e que acalentam o desejo de maternidade ou paternidade, que importa caracterizar e perceber, no seu caso particular, que fatores podem ser alvo de intervenção política com o objetivo de se incentivar a sua fecundidade ou de a antecipar.

⁴³ Os restantes indivíduos, correspondendo a 1 % dos respondentes, afirmaram que “não têm filhos e não sabem se pensam vir a ter algum”.

Esquema 8.1 Características potenciadoras para que um indivíduo, com idade entre os 18 e os 29 anos, não tenha transitado para a parentalidade (temporária ou permanentemente).



Esquema 8.2 Características potenciadoras para que um indivíduo, com idade entre os 30 e os 39 anos, não tenha transitado para a parentalidade (temporária ou permanentemente).



Frequentemente, argumenta-se que o número de filhos que se tem fica muito aquém do número de filhos que se deseja e também que, na generalidade, a realização pessoal passa obrigatoriamente por se ser pai ou mãe.

Sabemos ainda que de entre os que, com idades até aos 40 anos, não têm filhos, a grande maioria (76 %) considera esse estado apenas temporário e não permanente, esperando revertê-lo ao longo do seu curso de vida, tendo no seu horizonte os limites impostos em termos de fertilidade.

Quais os fatores que distinguem quem não tem e não tenciona ter filhos de quem não tem mas ainda os espera vir a ter?

Neste caso também a importância da educação sobressai (Esquema 8.3). Na verdade, uma pessoa com instrução até ao básico tem maior propensão a permanecer sem filhos do que uma outra com o ensino secundário ou superior. Assim, investir na educação pode ser um fator potenciador da fecundidade futura.

Também em relação a quem não tem e não pretende ter filhos, quer um número ideal de filhos inferior a dois, quer a convicção de que a realização pessoal não passa pelo projeto de parentalidade influenciam significativamente e positivamente a decisão de permanecer sem filhos durante todo o seu curso de vida.

O tempo dedicado ao mercado de trabalho condiciona a decisão apenas no caso dos homens: um homem que não tenha trabalho ou que não trabalhe a tempo inteiro tem mais possibilidades de permanecer sem filhos. Já no caso

das mulheres, a diferença entre as mulheres que trabalham ou não a tempo inteiro não se mostrou significativa.

As diferenças entre homens e mulheres alteram-se com a idade: para os mais jovens, com menos de 23 anos, sem trabalho ou com trabalho a tempo parcial, as mulheres são menos suscetíveis de permanecerem sem filhos do que os homens; já a partir dos 43 anos a relação inverte-se, sendo elas as que revelam maiores possibilidades de não pretenderem ter filhos.

Por último, ressalta novamente a importância da existência de um relacionamento conjugal, casamento ou coabitação. A experiência de conjugalidade é um elemento central para os planos reprodutivos dos residentes em Portugal. O facto de até aos 36 anos de idade não se terem casado nem coabitado favorece a que homens e mulheres não tenham nem planeiem vir a ter filhos.

Esquema 8.3 Características potenciadoras para a decisão de se tencionar não ter filhos ao longo da vida reprodutiva, para os indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos.



Ainda, de entre os que não transitaram para a parentalidade e que consideram que não irão ter filhos, encontramos um subconjunto que não tem porque não pode (por exemplo, por questões de saúde) e um outro que não tem porque nunca os desejou ter.

Apesar de este ser um grupo extremamente minoritário na população, e embora a sua representatividade na população possa estar a aumentar, o seu comportamento tem sido pouco estudado. Daí a necessidade de, com base nos dados agora disponibilizados pelo IFEC, podermos identificar fatores que permitam explicar o comportamento daqueles que assumem nunca ter desejado experienciar a paternidade ou a maternidade.

Quais os fatores que permitem explicar o comportamento dos portugueses no que se refere a não desejarem (ou nunca terem desejado) ser pais ou mães?

Nesta análise considerámos o conjunto dos indivíduos com idades entre os 18 e os 39 anos, com o objetivo de se perceber o que pode contribuir para que não desejem ter filhos (Esquema 8.4).

A alteração dos valores e das normas respeitantes à família em geral e aos filhos em particular, tal como a afirmação de um certo individualismo⁴⁴ parecem contribuir significativamente para a explicação. Quer o considerar um número de filhos reduzido (inferior a dois) como o ideal para uma família, quer a convicção de que a realização pessoal não passa pelo projeto de parentalidade influenciam significativamente e positivamente a decisão de não terem desejado filhos ao longo da vida reprodutiva.

Também na relação com o mercado de trabalho se observa uma associação singular. Entre os indivíduos que referem não terem desejado ter filhos, os homens que dedicam ao mercado de trabalho até 36 horas por semana evidenciam propensões distintas. Assim, um homem que não trabalha a tempo inteiro tem uma possibilidade mais elevada de não desejar ou de não ter desejado ter filhos. No caso das mulheres, a sua participação no mercado de trabalho não influencia o desejo de virem a ser mães.

O facto dos indivíduos viverem com um cônjuge e de possuírem rendimentos *per capita* no seu agregado familiar inferiores a 500 € são dois fatores que fazem diminuir as possibilidades destes indivíduos não terem desejado filhos ao longo da vida. Acresce que os resultados ainda permitem concluir que são os que não têm cônjuge ou companheiro os mais propensos a não terem desejado filhos.

Se considerarmos que o vínculo do casamento pode significar que a relação se tornou mais estável, podemos concluir que essa perceção de estabilidade é um fator determinante, fazendo aumentar as possibilidades de se desejar ter filhos.

Em demografia, tal como em sociologia, nem sempre é fácil distinguir-se se procuramos explicar as causas dos efeitos ou os efeitos das causas⁴⁵. Isolando-se, por vezes, um único traço identificador como sendo a causa pode conduzir a uma simplificação traiçoeira, na medida em que as características dos indivíduos que fazem parte da população “*não se associam somente aos seus respetivos efeitos, mas fazem parte do mecanismo de causalidade em si mesmo*” (Smith, 2013: 20-21).

Esta associação influente de que quem é casado tem menor propensão para não desejar ter filhos obriga-nos a refletir sobre se aqueles que desejam ter filhos

44. Ou a consolidação do processo de individualização na sociedade (Beck, 2002).

45. “*Existe uma diferença entre a procura dos fatores que explicam o aumento do divórcio numa população – as causas de um efeito – e a questão do que poderia acontecer na sequência de uma alteração legislativa que liberalizasse o acesso ao divórcio – o efeito de uma causa*” (Festy, 2002, pp. 23-24, citado por Herbert Smith, 2013, pp. 13-14).

não procurarão mais cedo a estabilidade associada ao casamento, de modo a, com maior segurança, poderem concretizar o seu desejo de ter filhos.

A falta de um cônjuge ou companheiro, *i. e.*, o simples facto de não se viver em conjugalidade, não se ser casado, nem se viver em união de facto, torna os indivíduos mais propensos a não desejarem ter filhos. Seguindo o mesmo raciocínio, quem nunca desejou ser pai ou mãe não sentirá provavelmente tanta premência em iniciar uma relação conjugal.

Esquema 8.4 Características potenciadoras para a decisão de não se ter desejado filhos ao longo da vida reprodutiva, para os indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos.



Após termos identificado os determinantes nos casos de quem não tem filhos e de quem não deseja ou nunca desejou tê-los, passamos a centrar a nossa análise em quem tem filhos, começando por perceber o que diferencia quem tem um filho único e quais as razões para não ter decidido ter um segundo filho (ou terceiro, ou quarto...), tendo como fecundidade realizada apenas um único filho.

Quais os fatores que diferenciam quem tem um filho de quem tem mais filhos?

Também neste caso as razões que explicam não se ter progredido para um segundo ou terceiro filho são distintas, em função da idade, para indivíduos com menos de 30 anos ou com idade igual ou superior a 30 anos (Esquema 8.5 e Esquema 8.6).

Para os indivíduos com idades entre os 18 e os 29 anos, os resultados permitem concluir que os que não têm cônjuge ou companheiro, os mais jovens e

os que tiveram o primeiro filho mais tarde apresentam mais possibilidades de (ainda) terem apenas um único filho. Verifica-se a mesma tendência no grupo de indivíduos mais velhos, com idades entre os 30 e os 39 anos. Porém, para os indivíduos pertencentes a esta última faixa etária podemos acrescentar que o aumento das possibilidades de não terem progredido para um segundo filho (ou subsequente) não é tão acentuado. Deste modo, o efeito da situação conjugal, da idade do indivíduo e da idade aquando do nascimento do primeiro filho, no que concerne à decisão (temporária ou permanente) de não se ter avançado para um número de filhos igual ou superior a dois, parece ser mais decisivo para o grupo dos mais jovens.

A existência de uma união, a presença de um cônjuge ou companheiro, a idade do indivíduo e o adiamento da idade em que se tem o primeiro filho reforçam, assim, a sua importância na formulação das decisões de fecundidade.

Por oposição, o efeito do nível de escolaridade é diferenciado para os dois grupos de idades. Se, para os indivíduos com idades entre os 18 e os 29 anos, concluímos que são aqueles com níveis de escolaridade mais elevados (secundário ou superior) que apresentam mais possibilidades de não terem transitado para o segundo filho, para os mais velhos esta situação inverte-se. Neste caso, os resultados permitem concluir que, dos que chegam aos 30 anos com apenas um filho, são os que detêm um grau de escolaridade até ao ensino básico que apresentam mais possibilidades de não terem progredido para um segundo filho.

As diferenças observadas para os dois grupos de idades também são notórias quando analisamos o efeito do número de irmãos. Na verdade, são sempre aqueles que provêm de dimensões familiares mais reduzidas que apresentam mais possibilidades de terem, até ao momento, apenas um filho. Contudo, para os mais jovens, o efeito do número de irmãos faz-se sentir para aqueles que têm até 1 irmão, enquanto para o grupo dos mais velhos são os que têm até 2 irmãos que são mais propensos a não terem prosseguido para um segundo filho (ou posterior).

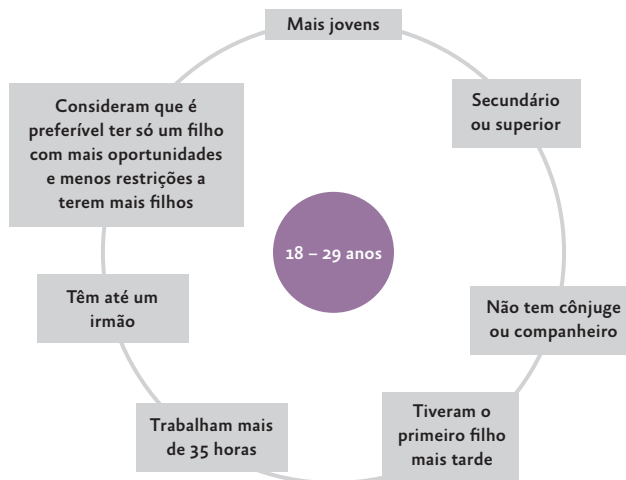
O efeito da participação no mercado de trabalho apenas é significativo para os indivíduos mais jovens, sendo que aqueles que trabalham mais de 35 horas semanais são mais suscetíveis de não terem o segundo filho. Concomitantemente, o efeito do sexo apenas se faz notar para os mais velhos, sendo que os resultados obtidos permitem concluir que, depois dos 29 anos, são as mulheres que apresentam mais possibilidades de não terem o segundo filho. Adicionalmente, é também para o grupo dos indivíduos mais velhos que o efeito do rendimento do agregado familiar se evidencia. Para os indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos, concluímos que os que têm rendimentos

do agregado de nível intermédio (entre 500 e 1000 € *per capita*) têm mais possibilidades de terem (ainda) apenas um filho.

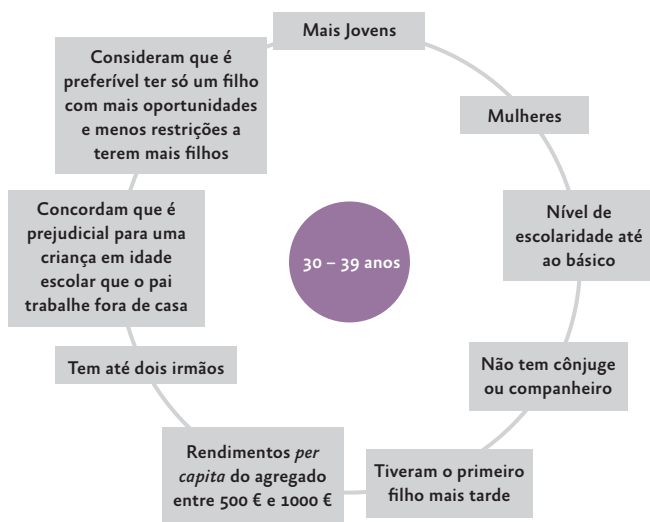
O efeito do quadro de valores individuais, familiares e sociais somente é determinante no que concerne à compensação entre número de filhos e restrições e à importância da presença paterna. Para ambos os grupos de idades, concluímos que os que concordam que é preferível ter-se apenas um filho com menos restrições e mais oportunidades a terem-se mais filhos apresentam mais possibilidades de não terem avançado para o segundo filho. Todavia, apenas para os indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos a opinião sobre a importância da presença paterna é determinante para se distinguirem aqueles indivíduos que têm um filho dos que têm mais do que um. Para estes indivíduos, podemos concluir que os que consideram que é prejudicial para uma criança em idade escolar que o pai trabalhe fora de casa são mais propensos a terem, até ao momento, apenas um filho.

Os nossos resultados mostram que, se para se ter o primeiro filho, a importância da presença materna junto dos filhos em/até à idade escolar é determinante, para se ter o segundo filho o que, pelo contrário, parece influenciar esta decisão é a maior disponibilidade do pai e o tempo que ele possa dispensar para dedicar à família e aos filhos.

Esquema 8.5 Características potenciadoras para que um indivíduo, com idade entre os 18 e os 29 anos, não tenha progredido para o segundo filho (ou posterior).



Esquema 8.6 Características potenciadoras para que um indivíduo, com idade entre os 30 e os 39 anos, não tenha progredido para o segundo filho (ou posterior).



Em seguida procurámos perceber quais as razões que originam um aumento do número médio de filhos.

Quais os fatores que contribuem para um aumento do número médio de filhos?

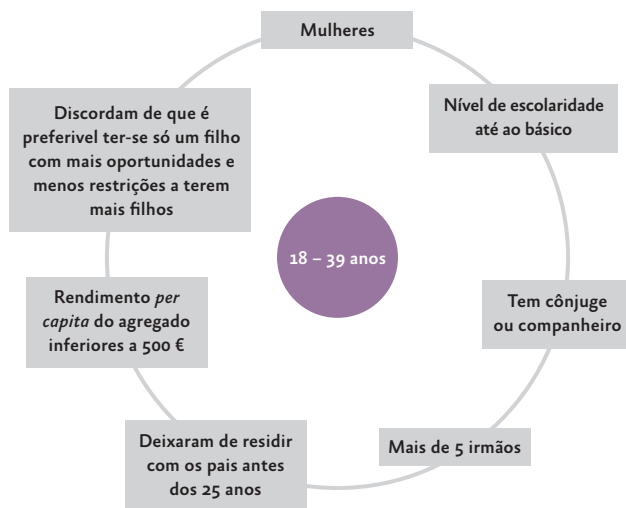
Para indivíduos com idades entre os 18 e os 39 anos (Esquema 8.7), os resultados permitem concluir que o número médio de filhos é superior para as mulheres com níveis de escolaridade até ao básico. Se, por um lado, são os homens com níveis de escolaridade superiores que têm mais possibilidades de não terem filhos, por outro, estima-se que são as mulheres com níveis de escolaridade mais baixos que apresentam um maior número médio de filhos.

Quando consideramos os resultados obtidos percebemos que, para os residentes em Portugal, o facto de se ter um cônjuge ou companheiro faz aumentar o número médio de filhos. O mesmo se verifica para aqueles indivíduos que provêm de famílias com maior número de irmãos e para os que deixaram de residir com os pais antes dos 25 anos. Estes resultados reforçam a ideia de que os contextos familiares de origem parecem condicionar as decisões de fecundidade.

Os indivíduos residentes em agregados com rendimentos *per capita* mais baixos (inferiores a 500 €) são os mais propensos a terem mais filhos em média, contrariamente aos que auferem rendimentos superiores, talvez como consequência da própria distribuição de recursos por mais membros na família.

Em termos dos valores parentais que desempenham um papel determinante no aumento do número médio de filhos, apenas um se revela significativo: a compensação entre número de filhos e restrições. De facto, é para os que concordam que é preferível ter-se apenas um filho com menos restrições e mais oportunidades a terem-se mais filhos que se estima um menor número médio de filhos. Estes resultados reforçam a ideia de que as restrições financeiras, ou de tempo, que podem comprometer futuras oportunidades para os filhos, são uma limitação ao aumento do número médio de filhos, logo um entrave ao aumento da fecundidade.

Esquema 8.7 Características potenciadoras de um maior número médio de filhos.



Uma grande parte dos indivíduos que têm atualmente um único filho desejaria ter mais filhos (cerca de 85 %), sendo intenção de alguns (32 %) virem a ter pelo menos um segundo filho.

Para além da compreensão dos determinantes da fecundidade atual de filho único, considerámos crucial para a (pre)visão do comportamento de fecundidade em Portugal conhecer quais os fatores que distinguem quem espera vir a ter no final da sua vida fértil apenas um único filho de quem, pelo contrário, espera vir a ter mais filhos.

Quais os fatores que distinguem uma fecundidade final esperada (FFE) de apenas um filho de uma fecundidade final esperada com mais filhos?

Na medida em que vamos estudar a intenção de se vir a ter um *vs.* mais filhos ao longo da vida fértil, focámos a nossa análise nos indivíduos com idades abaixo

dos 40 anos, uma vez que as gerações mais velhas mereceram uma análise em separado, tendo a maioria já concretizado as suas intenções de fecundidade, visto que muitos de entre eles já deram por encerrada a sua vida reprodutiva (Esquema 8.8).

Assim, para indivíduos com idades entre os 18 e os 39 anos, concluímos que as mulheres apresentam mais possibilidades de permanecerem apenas com o primeiro filho. O mesmo se verifica para aqueles que não têm cônjuge ou companheiro e para os que nunca deixaram de residir com o agregado parental de origem. Portanto, as relações de conjugalidade e os contextos familiares têm um papel relevante na intenção de se ter mais do que um filho.

Também a presença de filhos de um relacionamento anterior parece afetar as decisões de fecundidade, sendo que aqueles que têm pelo menos um enteado são mais suscetíveis de permanecerem apenas com um filho biológico.

À semelhança do que se verificou para a fecundidade realizada, concluímos que os que tiveram o primeiro filho mais tarde apresentam mais possibilidades de permanecerem com apenas esse filho. Deste modo, a idade ao nascimento do primeiro filho é um dos fatores mais decisivos no que concerne às intenções de fecundidade.

Adicionalmente, concluímos que o nível de escolaridade continua a ser também fundamental para se explicarem as intenções destes indivíduos, sendo que aqueles que possuem um nível de escolaridade superior são mais suscetíveis de tencionarem terminar o seu período reprodutivo com dois ou mais filhos do que os que têm níveis de escolaridade até ao básico.

O rendimento *per capita* do agregado familiar também é importante para se distinguirem aqueles que pretendem permanecer com apenas um filho dos que pretendem ter mais filhos. Porém, o efeito do rendimento só se faz sentir quando comparamos aqueles indivíduos com rendimentos *per capita* de nível intermédio (entre os 500 € e os 1000 €) com os que têm rendimentos *per capita* inferiores a 500 €. Para além disso, este efeito é condicionado pela idade dos indivíduos, pois é apenas a partir dos 34 anos que os que dispõem de rendimentos intermédios são mais propensos a permanecerem com apenas um filho do que aqueles com rendimentos mais baixos.

A compensação entre número de filhos e restrições volta a desempenhar um papel significativo nos propósitos de fecundidade. Mais uma vez, concluímos que é junto daqueles que concordam que é preferível ter-se apenas um filho com menos restrições e mais oportunidades a terem-se mais filhos que se podem esperar fecundidades mais reduzidas. De facto, os que concordam com a compensação apresentam mais possibilidades de permanecerem apenas com um filho único.

Esquema 8.8 Características potenciadoras para que um indivíduo, com idade entre os 18 e os 39 anos, tenha uma fecundidade final esperada de apenas um filho.



Com base na informação obtida através do estudo das intenções de fecundidade por parte dos residentes em Portugal, desagregámos ainda mais o nível de análise e avançámos na procura do conhecimento dos fatores que distinguem aqueles que esperam vir a ter mais do que um filho, no final da sua vida reprodutiva. Uma vez que nos continuamos a situar no campo das intenções reprodutivas, mantivemos a análise para o conjunto dos indivíduos com menos de 40 anos de idade.

Quais os fatores que diferenciam aqueles indivíduos que esperam ter uma maior fecundidade?

Para indivíduos entre os 18 e os 39 anos (Esquema 8.9), podemos concluir que as possibilidades destes indivíduos esperarem ter mais um filho aumentam para as mulheres com níveis de escolaridade superior. Se, para a fecundidade realizada, as mulheres com níveis de escolaridade mais baixos têm um maior número médio de filhos, quando consideramos a fecundidade final esperada são aquelas com níveis de escolaridade superiores que apresentam mais possibilidades de esperarem vir a ter no final da sua vida reprodutiva uma maior fecundidade.

Esta tendência mantém-se quando se considera o nível de escolaridade das mães destes indivíduos, sendo que aqueles cujas mães têm um nível de

escolaridade superior são mais propensos a esperarem atingir uma maior fecundidade final. Apesar dos níveis de escolaridade dos indivíduos e das suas mães não serem comparáveis, e de se acharem em certa medida associados, a tendência evidenciada é a de que quanto mais elevada for a escolaridade das mães, mais propensos são os indivíduos a não tencionarem ter apenas um único filho.

Os resultados obtidos permitem igualmente concluir que o facto destes indivíduos terem um cônjuge ou companheiro, de terem deixado de residir com os pais mais cedo ou de terem rendimentos *per capita* mais baixos não são fatores potenciadores de uma maior fecundidade final esperada, ao contrário do que se fez notar para a fecundidade realizada. O que significa que estas variáveis não são determinantes para se explicar o facto destes indivíduos terem uma fecundidade esperada no final da sua vida fértil superior a um filho.

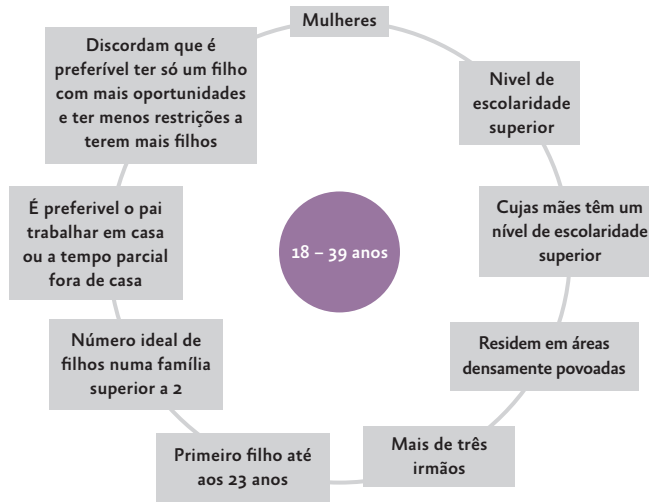
Simultaneamente, verificamos que o efeito do número de irmãos difere no respeitante à fecundidade final esperada, sendo que o efeito de família alargada parece coincidir com as famílias daqueles que têm mais de 3 irmãos. Efetivamente, são estes indivíduos que apresentam mais possibilidades de terem uma fecundidade final esperada mais elevada.

Também o facto de se residir em áreas mais densamente povoadas potencia uma fecundidade final esperada superior a um único filho.

A fecundidade final esperada também é influenciada pela idade ao nascimento do primeiro filho, sendo que quanto mais cedo ocorrer o nascimento do primeiro filho, maiores são as possibilidades de estes indivíduos esperarem vir a ter mais filhos.

Concluimos também que os valores individuais e sociais desempenham um papel mais relevante para a fecundidade final esperada do que para a fecundidade realizada. De facto, tanto o número ideal de filhos, como a importância da presença paterna ou a compensação entre número de filhos e restrições são determinantes para se explicar a fecundidade final esperada. São os indivíduos com ideais mais alargados (mais de 2 filhos) que consideram que é preferível que o pai trabalhe em casa ou fora de casa a tempo parcial e que discordam de que é preferível ter-se apenas um filho com menos restrições e mais oportunidades a terem-se mais filhos que apresentam mais possibilidades de terem uma maior fecundidade final esperada.

Esquema 8.9 Características potenciadoras de se ter uma fecundidade final esperada mais elevada.



Independentemente de se esperar ter, no final da vida, um maior ou menor número de filhos, o importante será conseguir ajustar o número de filhos tidos ao número que se pretendia vir a ter.

Todo o percurso da fecundidade nas últimas décadas só foi possível devido ao controlo que os indivíduos adquiriram sobre a sua própria fecundidade, através da existência, conhecimento e difusão da possibilidade de contraceção eficaz. Permitiu-lhes um controlo não apenas em relação ao número, como ao espaçamento entre nascimentos, podendo optar por vários métodos contraceptivos, em função do seu grau de fiabilidade e segurança, conseguindo, desse modo, ajustar os sucessivos nascimentos, quer em função do número de filhos que se pretendia ter no final do ciclo reprodutivo, quer do momento em que cada nascimento fosse mais desejável. Nos casos em que, por razões de infertilidade, não era possível terem-se filhos, também se tornou viável, até certo ponto, superar essa impossibilidade. Os avanços da ciência e da tecnologia têm permitido, a par das mudanças ideológicas e das transformações institucionais, que os indivíduos limitem a sua fecundidade com o objetivo de melhor se adaptarem às circunstâncias envolventes.

Em conformidade com este raciocínio, considerámos fundamental perceberem-se as razões que contribuem para aproximar a fecundidade realizada à que se espera atingir no final.

Quais os fatores que permitem aproximar a fecundidade do indivíduo da sua fecundidade final esperada?

Relativamente aos determinantes da diferença entre a fecundidade final esperada e a fecundidade realizada, para os indivíduos com idades entre os 18 e os 39 anos, as características sociodemográficas que explicam, em grande parte, as diferenças entre as referidas fecundidades reportam-se essencialmente aos atributos do indivíduo. Em 2012, Testa identificou, no seu estudo sobre a relação entre a fecundidade final esperada e a educação, que o aumento da escolaridade propicia um afastamento da fecundidade final esperada. Concluímos que, de acordo com os dados do IFEC2013, também se regista o mesmo comportamento entre ambas as variáveis, tanto no respeitante ao nível de instrução do próprio, como ao do seu cônjuge.

A educação aumentou as oportunidades de entrada no mercado de trabalho, proporcionando, nomeadamente às mulheres, uma nova perspetiva em relação à formação da família. O forte impacto da educação nas decisões de fecundidade tem uma contribuição positiva para o papel social de homens e mulheres, tal como um impacto negativo no *tempo* e no *quantum* da fecundidade. Sobotka (2015) afirma que “*países europeus com baixos níveis de fecundidade, revelam diferenças acentuadas nos diferenciais da dimensão familiar, onde são característica dominante os baixos níveis de fecundidade entre as mulheres com maiores níveis de instrução*”.

Na presente análise identificámos também que existe um maior afastamento da fecundidade final esperada por parte dos homens, o que pode, em parte, ser explicado pela entrada mais tardia na parentalidade por parte destes, tal como anteriormente referimos. Uma vez que a idade mediana de entrada na parentalidade para os homens é superior à das mulheres, implica que sejam estes que se vão mantendo mais afastados da sua fecundidade final esperada.

Outro resultado importante na identificação dos diferenciais de fecundidade está relacionado com a dimensão dos aglomerados populacionais onde os indivíduos residem, sendo que aqueles que residem em áreas densamente povoadas têm maiores possibilidades de se afastarem da sua fecundidade final esperada. Esta particularidade foi igualmente identificada na literatura e pode ser explicada pela estrutura populacional do país que se caracteriza por uma maior concentração de jovens nas áreas de maior densidade populacional.

Outro fator identificado como determinante dos diferenciais de fecundidade é a idade do indivíduo. Como seria expectável, os indivíduos que se encontram mais próximos da sua fecundidade final esperada são os mais velhos. Esta questão é explicada fundamentalmente pela evolução ao longo do

curso de vida, pelo ajustamento das intenções em função das circunstâncias e das restrições sentidas pelos indivíduos, bem como pelo maior tempo que tiveram para cumprir as suas metas reprodutivas, o que resulta numa maior proximidade entre o que se desejou e o que se concretizou no respeitante à fecundidade.

No conjunto das variáveis que refletem valores, individuais ou sociais, revelaram-se significativas somente duas para a explicação de uma maior aproximação entre a fecundidade realizada e a esperada. Os nossos resultados revelam que são aqueles que têm um ideal de dois filhos no máximo, bem como os que concordam que é preferível ter-se somente um filho com mais oportunidades e menos restrições a terem-se mais filhos, os que se encontram mais próximos da sua fecundidade final esperada, na medida em que também “optaram” por um mais reduzido número de filhos. A opção dos casais por providenciarem apenas a um filho todas e as melhores condições poderá condicionar, logo à partida, a sua fecundidade final esperada e fixá-la em torno de um reduzido número de filhos e, no limite, de um único filho.

Através da análise estatística realizada, identificámos os fatores diferenciadores entre os que têm e os que não têm filhos, entre os que pretendem e os que não pretendem tê-los e entre os que esperam ainda vir a ter (mais) filhos.

Tomando o grupo com 40 a 49 anos como um subconjunto da população com características distintas, constituído por indivíduos pertencentes a gerações mais velhas (nascidas entre 1963 e 1973), que apresentam diferentes comportamentos de fecundidade relativamente aos mais jovens (nascidos após 1974), identificámo-lo também como o grupo em que, em média, o número de filhos se encontrará mais próximo da fecundidade final esperada.

Que características distinguem os indivíduos com 40 ou mais anos?

A existência de um relacionamento conjugal constitui-se como um determinante fundamental nas questões relativas à parentalidade entre os residentes com idades entre os 40 e os 49 anos. Os que têm filhos coabitaram pela primeira vez com uma idade mais jovem e de, uma forma geral, vivem atualmente em conjugalidade, contrariamente ao registado entre os que não têm filhos.

Nesta faixa etária, entre os indivíduos que não pretendem ter ou vir a ter mais filhos, tendo em conta os motivos que consideraram importantes para essa sua decisão, foi possível distinguir $\frac{1}{4}$ dos residentes por considerarem que os motivos económicos não são de todo importantes, ao passo que outro $\frac{1}{4}$ atribuiu importância a estes motivos, bem como à idade.

Já entre os que pretendem vir a ter filhos ou repetir a experiência de parentalidade, cerca de metade destaca-se por considerar importantes os

relacionamentos quer pessoais, quer conjugais e cerca de 10 % não consideram importante nem a consolidação da coesão familiar através dos filhos, nem ver os filhos crescerem e desenvolverem-se.

Entre os indivíduos destas idades foi ainda possível distinguir os que tendem a ter uma visão menos “ditada pelas normas” e menos conservadora, discordando de que a realização pessoal passe pela experiência de se ser pai ou mãe, bem como que seja necessária a existência de um agregado familiar convencional, dos que atribuem um papel muito importante à presença da mãe no acompanhamento dos filhos, e dos que possuem uma atitude mais conservadora, considerando que a realização pessoal passa pela parentalidade e pela estrutura familiar tradicional.

Para além da identificação das razões da diminuição do número de filhos tidos, dos motivos que estão na base das intenções reprodutivas e da antecipação do comportamento futuro dos portugueses, foi considerado importante estudar em detalhe os determinantes do adiamento da idade ao nascimento dos filhos. O adiamento é, com efeito, a principal causa do declínio da fecundidade verificado nas últimas décadas em Portugal.

Quais os fatores que levam não só a transitar mais cedo para a parentalidade, como para o segundo e terceiro filhos?

Considerando o efeito conjunto de todas as variáveis, podemos concluir que são fatores potenciadores (embora alguns dependentes do tempo) para uma transição mais precoce para o primeiro, segundo ou terceiro filho (isto é, são fatores responsáveis pelo aumento do risco de se transitar mais cedo):

- Desejar ter mais de dois filhos;
- Ter dois ou mais irmãos;
- Discordar das questões relativas à compensação entre número de filhos e restrições, ou seja, discordar de que é preferível ter-se só um filho com mais oportunidades e menos restrições em detrimento de terem-se mais filhos;
- Ter coabitado antes dos 25 anos (no caso da transição para o primeiro filho, só é potenciador para indivíduos com educação até ao ensino secundário).

Identificámos que são as mulheres, os indivíduos cujas mães possuem um mais baixo nível de instrução e os que mais cedo começaram a trabalhar aqueles que mais cedo têm transitado para a parentalidade.

Por oposição, são fatores potenciadores exclusivamente na transição para o segundo filho: o facto de se discordar das questões relativas à presença

paterna, isto é, discordar de que é prejudicial para uma criança em/até à idade escolar que o pai trabalhe fora de casa; concordar com a necessidade da presença materna na vida de uma criança em/até à idade escolar, ou seja, concordar que é prejudicial para a criança que a mãe trabalhe fora de casa.

São potenciadores apenas na transição para o terceiro filho: discordar das questões relativas à percepção das causas do adiamento, o que se traduz em discordar de que o desejo de uma carreira profissional e vida pessoal e social ativa conduz as mulheres a não terem filhos e que, concomitantemente, as mulheres adiam o nascimento dos filhos e acabam por desistir de os ter, devido à idade.

Apenas os resultados da análise univariada mostram ainda outros fatores que são responsáveis por acelerarem todas as transições (para os primeiro, segundo e terceiro filhos):

- Embora os indivíduos com menores níveis de escolaridade tendam a iniciar mais precocemente a sua transição para o primeiro filho, nas transições de ordens mais elevadas a diferença entre os vários níveis de educação tende a esbater-se;
- Ter um número ideal de filhos igual ou maior do que dois;
- Deixar de viver com o agregado familiar de origem antes dos 25 anos;
- Discordar da afirmação de que é preferível ter-se só um filho com mais oportunidades e menos restrições do que terem-se mais filhos.

Seguindo a mesma abordagem metodológica, identificámos que são as mulheres que mais cedo transitam para o primeiro e segundo filhos, para além de que constituem fatores que aceleram somente estas duas transições (primeiro e segundo):

- Ter pais ou mães com níveis de educação mais baixos;
- Pertencer às gerações pré 25 de abril, *i. e.*, nascidas antes de 1974;
- Concordar totalmente com a necessidade de que uma mulher/um homem precisa de ter filhos para se sentir realizada(o);
- Considerar que uma mãe não deve trabalhar fora de casa;
- Considerar que o pai deve trabalhar fora de casa.

Os fatores que aceleram apenas a transição para a primeira parentalidade, continuando a ter em conta os resultados da análise univariada, são:

- Concordar com a importância da presença materna;
- Alguma discordância com o facto de que as mães que trabalham fora de casa podem ter uma relação tão boa com os seus filhos quanto as mães que não trabalham, e que uma mulher pode criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável;

- Concordar que uma criança precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada;
- Começar a trabalhar até aos 18 anos.

Com base nesta análise, pudemos ainda concluir que a transição para o segundo filho faz-se mais cedo apenas para quem concorda que a ausência paterna não é prejudicial e para quem não trabalhava quando nasceu o primeiro filho e/ou nunca trabalhou.

Finalmente, sempre sustentados pelo mesmo tipo de análise, pudemos também verificar que a transição para o terceiro filho se faz mais cedo para quem não trabalhava quando nasceu o primeiro filho e/ou nunca trabalhou.

Os resultados que, sequencialmente, fomos obtendo conduzem-nos a algumas reflexões.

Atualmente, os dados estatísticos mostram que são os países com maior desenvolvimento económico e social, níveis de educação da população feminina mais elevados e com maior taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho aqueles que registam uma inversão do declínio da fecundidade, apresentando taxas presentemente mais elevadas. Demonstra-se, assim, que o aumento da fecundidade coexiste com a circunstância das mães manterem uma vida profissional ativa. Concomitantemente, alguns autores apontaram o facto desta associação se verificar particularmente naqueles países em que, a par do crescimento económico, as políticas de família garantiram maiores níveis de igualdade entre homens e mulheres.

Pudemos concluir que as questões associadas ao bem-estar das famílias, ao rendimento, ao emprego e à idade de entrada no mercado de trabalho determinam indubitavelmente as decisões de fecundidade não apenas no respeitante ao *quantum*, número de filhos, como também ao *tempo*, idade em que se tem o primeiro filho, e ao espaçamento entre os nascimentos subsequentes.

Embora as questões da conciliação trabalho-família não se tenham assumido diretamente como determinantes, todos os resultados que foram sendo obtidos evidenciam a importância da harmonização entre a vida profissional e a familiar, com particular enfoque para a importância dos tempos (quantidade e qualidade) dedicados à família e aos filhos. Uma das notas mais relevantes é a percepção da importância da disponibilidade do pai para a família que começa a adquirir visibilidade e particular relevância nas decisões de fecundidade, especialmente na decisão de se ter ou não um segundo filho.

A educação modela as decisões, dado que os mais educados têm menos possibilidade de terem transitado para a parentalidade em idades mais precoces. No entanto, ao mesmo tempo adquirem maior capacidade para concretizarem

as suas intenções, acabando por esperar vir a ter mais filhos no final da sua vida fértil, uma vez que têm maiores probabilidades de sucesso no mercado de trabalho, bem como de auferir rendimentos mais elevados e de adotar comportamentos mais igualitários em relação ao género. Estas são as razões pelas quais apontamos, sem hesitação, a educação como uma variável-chave para a inversão do declínio da fecundidade em Portugal.

Todo o nosso estudo permite-nos constatar a importância dos valores e dos princípios que norteiam as decisões e os comportamentos, sejam individuais, familiares ou próprios do meio social envolvente, ou seja, dos contextos em que são tomadas as decisões. O número desejado de filhos, tal como o ideal para uma família, a relevância de se ser pai ou mãe para a realização pessoal, o papel da mãe e do pai junto dos filhos, sobretudo até à idade escolar, a influência dos pais, dos familiares e dos amigos, entre outros, constituem um quadro de referências que continua a influenciar as decisões. Um referencial mais conservador pode encorajar uma fecundidade mais elevada e mais precoce, mas é evidente a adoção de valores menos tradicionais pela maioria da população, o que favoreceu a emergência de um padrão de comportamento caracterizado pelo adiamento e por menos filhos. Novo modelo socialmente aceite e em relação ao qual aparentemente todos se sentem confortáveis.

A formação de uma união, seja um casamento ou um outro tipo de relação conjugal, é fundamental para a decisão de se terem filhos (tal como a sua existência para se decidir ter mais filhos). Esta dependência do estabelecimento de uma união prévia, da existência de conjugalidade, condiciona fortemente a fecundidade (ou a sua antecipação) no nosso país.

Uma outra característica que reputamos ser crucial, na medida em nos parece ser transversalmente aceite na sociedade portuguesa, é a de se reconhecer como positivo para o próprio, para a família no seu conjunto e para o(s) filho(s) em particular que é preferível terem-se menos filhos (um só filho) mas com mais oportunidades do que mais filhos com mais restrições. A expectativa de um futuro menos incerto, com a segurança de melhores condições de vida para um maior número de filhos (pelo menos para 2), faria, provavelmente, por si só, aumentar a fecundidade dos portugueses.

A correta avaliação da eficácia de diferentes medidas de política deve ter em conta o impacto da implementação de cada uma, tal como o impacto resultante da subtração de uma qualquer medida ao conjunto legislativo em vigor, só possível através da análise de dados individuais ao longo do tempo. Não tendo essa possibilidade, constatámos, contudo, a eventual importância das medidas de política e da intervenção governamental orientadas para os fatores responsáveis pela maior ou menor fecundidade, pela maior ou menor intensidade do adiamento dos nascimentos.

A tomada de decisão individual é sempre condicionada pelas circunstâncias que podem mostrar-se mais ou menos adversas. As intenções, formuladas tendo em conta as experiências individuais e o resultado da aprendizagem social dos indivíduos, frequentemente são alteradas e ajustadas em função daquelas mesmas circunstâncias. Conjunturas críticas, como a emergência da crise económica e financeira recente, podem ter efeitos perturbadores nas decisões de adiamento ou provocarem mesmo a renúncia a nascimentos anteriormente adiados, efeitos que podem ser transitórios ou definitivos, em termos individuais e de geração. A intervenção política pode minimizar também as consequências nefastas destas crises com que os indivíduos inesperadamente se defrontam ao longo do seu curso de vida e que fazem perigar uma decisão (por vezes ainda hesitante e vulnerável) demasiado sujeita a restrições e a condicionamentos.

Como qualquer outro estudo, também este apresenta várias limitações.

Trata-se de um estudo transversal e não de um estudo *follow-up*, pois os dados analisados são de um inquérito realizado num momento estanque no tempo (2013). Consequentemente, as conclusões reportam, em primeira instância, a esse instante e oferecem-nos um retrato momentâneo da realidade.

Aplicaram-se as técnicas estatísticas que se entenderam mais adequadas para se cumprirem os objetivos inicialmente definidos e que conduzissem a conclusões facilmente entendíveis.

Por vezes consideram-se variáveis que reportam circunstâncias conjunturais no momento do inquérito, como o rendimento *per capita* do agregado familiar ou o ter-se ou não trabalho e este ser ou não a tempo parcial. Neste caso, as conclusões terão de ser naturalmente interpretadas com algum cuidado, mas, entre não considerar qualquer informação acerca de variáveis que consideramos relevantes ou considerar este tipo de informação, optámos por incluí-las. Por exemplo, para questões como o ter-se ou não transitado para a parentalidade pareceu-nos importante perceber se o estado atual em termos de ter-se trabalho ou não, ainda que conjuntural, contribui ou não significativamente para o evento em estudo. Já o aspeto conjuntural desta variável é mais diluído se pensarmos na intenção ou no desejo de se terem filhos.

Por outro lado, houve várias questões de causa-efeito (como, por exemplo, se teve uma relação conjugal a pensar em ter filhos) que não foram colocadas aos inquiridos. Deste modo, alguns efeitos confundidores podem estar presentes nos resultados sem que tenha sido possível controlá-los estatisticamente.

Houve, também, diversas variáveis que não foram questionadas no IFEC2013, tal como a utilização de métodos contraceptivos, a orientação sexual dos inquiridos ou a existência de problemas de saúde relacionados

com a fecundidade (impotência e infertilidade, entre outras), que poderiam ser importantes para se explicarem comportamentos dos indivíduos, retirando, eventualmente, relevância estatística a outras que a tiveram na sua ausência.

Além disso, diversas questões foram dirigidas a um grupo restrito de indivíduos quando, em nosso entender, deveriam ter sido dirigidas a todos os inquiridos, o que também limitou a análise.

A amostra é constituída por um grupo de indivíduos com diferentes comportamentos de fecundidade, uma mistura de diferentes idades e gerações, com diferentes posicionamentos relativamente à família e aos filhos, com distintos percursos no mercado de trabalho, que, para além de transportarem consigo o reflexo de todas as mudanças geracionais, sobreviveram a conjunturas críticas marcantes, a alterações mais ou menos disruptivas do quadro institucional e do contexto social e normativo, em idades distintas e com múltiplas circunstâncias de vida.

Assim, quando caracterizamos esta população com base em determinados indicadores, por exemplo, no número médio de filhos da população residente em Portugal em 2013, o nosso objetivo foi o de tentar perceber o que se oculta por detrás dos números.

Acresce ainda que estes resultam da combinação de comportamentos individuais muito diferenciados que foram ocorrendo ao longo do curso de vida de cada um dos indivíduos residentes e que, num dado momento do tempo (2013), subitamente todos se integram e oferecem-nos um retrato momentâneo da realidade. Realidade do país, é certo, mas sem a correspondência total das múltiplas vivências dos indivíduos, sendo apenas a expressão resultante de comportamento(s) que aparenta(m) ser prevalente(s).

Não dispondo de dados que nos permitam acompanhar as decisões de fecundidade numa base longitudinal, tentámos compartimentar a população residente em função de características diferenciadoras elementares (tais como, ter ou não transitado para a parentalidade, desejar ou não filhos, ter ou não atingido já o número de filhos pretendido), isolar alguns grupos populacionais que, em resultado daquela caracterização, poderão vir a marcar a tendência futura da fecundidade em Portugal, tal como determinaram o seu passado. Numa fase seguinte, para cada um dos grupos populacionais em análise, identificámos os fatores potenciadores de determinados comportamentos e avaliámos qual a propensão no efeito-resposta a uma ação sobre aqueles fatores.

Pelas razões acima expostas, não deve surpreender o facto de algumas variáveis influenciarem de modo distinto diferentes comportamentos, como, por exemplo, o facto de se ser mulher poder simultaneamente potenciar, em função de diferentes contextos, um maior número médio de filhos ou revelar uma maior propensão para se pretender ter apenas um único filho e,

no final, porque já detentora de uma fecundidade, em média, mais elevada, esperar vir a ter um número mais elevado de filhos.

Em suma, se pretendermos identificar um traço que una as diferentes idades e gerações, homens e mulheres mais ou menos escolarizados, que marque transversalmente as suas trajetórias de vida e as harmonize em termos quer de uma maior ou menor adesão ao projeto parental, quer a um calendário de fecundidade mais ou menos tardio, parece-nos ser a convicção generalizada a prevalência difusa do efeito de *compensação*, na medida em que se entende que é preferível reduzir-se o número de filhos, de modo a assegurar um dado nível de bem-estar para si e para a sua família.

Parece-nos ainda que, no caso dos portugueses, não se trata meramente de se estar a caminhar para uma sociedade mais individualista e hedonista, pelo contrário, esta atitude aparenta estar muito associada ao altruísmo dos pais (e futuros pais), à sua capacidade não apenas de investirem nos filhos, como também de se sacrificarem para que estes possam vir a ter mais saúde, melhor educação, maiores probabilidades de sucesso no futuro.

Os mais jovens, os mais educados, aqueles que dispõem de maior rendimento parecem eventualmente um pouco mais desprendidos desta regra base, orientação fundadora do comportamento reprodutivo. Talvez porque preexistam a expectativa de poderem vir a concretizar um ideal mais alargado (embora este se centre sobretudo no número “dois”) e a percepção de que o seu capital escolar, familiar e social lhes permitam vantagens competitivas no futuro que lhes possibilitem garantir um futuro melhor a um maior número de filhos.

E tal como temos vindo a mencionar, existe a possibilidade de alguma causalidade inversa também nesta matéria, uma vez que os ideais parecem estar a ajustar-se a este modelo de comportamento comumente aceite.

A aprendizagem social, tal como as experiências vivenciadas pelos próprios indivíduos no passado vão dando forma aos ideais e, mais tarde, refletem-se nos comportamentos individuais e do casal.

A adoção de práticas contraceptivas eficazes, acessíveis e socialmente aceites possibilita que os indivíduos ajam de modo racional neste domínio e concretizem as suas aspirações. Mas não se trata apenas de existir facilidade de acesso, garantias de reduzidas falhas contraceptivas e manifesta disposição por parte dos casais para a sua utilização, como também esta práxis corresponde à emergência de um ideal de filhos mais reduzido. Ao longo dos últimos anos, o número de filhos considerado, em média, como ideal para uma família diminuiu, porque os ideais associados a um elevado número de filhos (a partir do terceiro) deixaram de estar tão representados, e não devido a um aumento significativo do número de pessoas com um ideal igual a zero filhos.

O ideal de família também se veio adaptando à forma de pensar e agir dominante na sociedade.

O adiamento revela-se uma variável-chave para a compreensão da situação recente da fecundidade em Portugal. O adiamento da idade em que se tem filhos foi mais do que o resultado de um processo de transição lenta e tardia para a vida adulta (adiamento na saída da escola, na entrada no mercado de trabalho, na saída de casa dos pais, na entrada na conjugalidade, na idade ao nascimento do primeiro filho – com esta ou outra qualquer sequência).

O adiamento, no caso da fecundidade, constitui-se como um instrumento de adaptação aos momentos de crise, de instabilidade e de insegurança. Perante a incerteza e a instabilidade ligadas à família de origem, à relação conjugal, à agudização da recessão económica, do desemprego e da precariedade do emprego, o adiamento surge como a arma dos que se consideram numa situação mais desfavorecida, tendo sempre como objetivo assegurar um futuro melhor para si e para os seus filhos.

Mas se, numa primeira fase, as transformações ideológicas conduziram a que se ajustasse a fecundidade baixando o número de filhos (redução do *quantum*), numa segunda, foi sem dúvida o adiamento (*tempo*) que deu forma ao declínio da natalidade em Portugal, à semelhança do que se verificou na maioria dos países do mundo industrializado.

E se o adiamento acelerou o declínio, a interrupção do adiamento com a conseqüente recuperação (de alguns) dos nascimentos adiados poderá, por si só, não apenas provocar um aumento do número total de nascimentos registados no país, invertendo a tendência de declínio verificada nos últimos anos, como também voltar a trazer o ISF para níveis próximos ou mesmo superiores a 1,5 filhos por mulher.

Uma última particularidade que distingue positivamente os residentes em Portugal: a maioria quer ter pelo menos um filho, a fecundidade desejada é, em média, de 2,3 filhos e a que esperam ter no final é bastante mais elevada que a atualmente verificada e próxima de 1,8 filhos.

Aparentemente, os mais jovens, também os mais educados, pretendem vir a ter uma maior dimensão familiar no final da sua vida fértil. Tendo esta pretensão como base, numa sociedade em que diferentes tipos de família coexistirão e evoluirão segundo as suas dinâmicas próprias, a consolidação dos ganhos em educação da população portuguesa e dos residentes em Portugal é o grande determinante da fecundidade no futuro.

Como reflexão final, apontamos que, para além do que cada um pode vir a decidir em termos da sua fecundidade, uma sociedade comprometida em contribuir para a concretização plena daquelas intenções individuais é essencial, podendo apoiar-se em medidas de política que: permitam que os jovens

entrem mais cedo no mercado de trabalho e que assegurem relações laborais menos incertas e precárias, de modo a que aqueles que pretendam ter (mais) filhos (mais) cedo os possam efetivamente vir a ter; visem a promoção de uma efetiva conciliação entre trabalho e família não apenas no caso das mulheres, mas também, e em particular, dos homens; sejam orientadas no sentido de garantirem a equidade entre homens e mulheres dentro e fora do mercado de trabalho, de modo a que pais (e futuros pais) possam ter a perceção de um ambiente mais favorável à fecundidade e propiciador de maior tranquilidade na criação dos filhos.

Bibliografia

- AALLEN, O.O., Borgan, O., e Gjessing, H.K. (2008). *Survival and event history analysis: a process point of view*. New York: Springer.
- AASSVE, A., Sironi M., e Bassi V. (2013). Explaining attitudes towards demographic behaviour. *European Sociological Review*, 29(2): 316-333.
- AASSVE, A., Goisis, A., e Sironi, M. (2012). Happiness and childbearing across Europe. *Social Indicators Research*, 108(1): 65-86.
- ADSERA, A. (2006a). An economic analysis of the gap between desired and actual fertility: The case of Spain. *Review of Economics of the Household*, 4(1): 75-95.
- ADSERA, A. (2006b). Marital fertility and religion in Spain, 1985 and 1999. *Population Studies*, 60(2): 205-221.
- ADSERA, A. (2011). Where are the babies? Labor market conditions and fertility in Europe. *European Journal of Population*, 27: 1-32.
- AJZEN, I. (1991). The theory of planned behaviour. *Organizational behavior and human decision processes*, 50(2): 179-211.
- AJZEN, I., e Klobas, J. (2013). Fertility intentions: An approach based on the theory of planned behavior. *Demographic Research*, 29(8): 203-232.
- ALMEIDA, A. N., Guerreiro, M. D., Lobo, C., Torres, A., e Wall, K. (1998). Relações Familiares: Mudança e Diversidade. In *Portugal, que Modernidade?* (Viegas, J. E Costa, A., Orgs.) Oeiras: Celta Editora.
- ARIÈS, P. (1980). Two successive motivations for the declining birth rate in the West. *Population and Development Review*, 6(4): 645-650.
- BANDEIRA, M. L. (2004). *Demografia: objecto, teorias e métodos*. Lisboa: Escolar Editora.
- BANDEIRA, M. L. (2012). O direito de procriar e algumas particularidades da população portuguesa. In *Roteiros do Futuro – Conferência “Nascer em Portugal”*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional – Casa da Moeda: 153-157.
- BARBER, J. S. (2001). Ideational influences on the transition to parenthood: Attitudes towards childbearing and competing alternatives. *Social Psychology Quarterly*, 64(2): 101-127.
- BASCHIERI, A., e Hinde, A. (2007). The proximate determinants of fertility and birth intervals in Egypt: An application of calendar data. *Demographic Research*, 16(3): 59-96.
- BASTEN, S. (2009). *Voluntary childlessness and being childfree. The Future of Human Reproduction*. Working paper, n.º 5.
- BASTEN, S., Sobotka, T., e Zeman, K. (2013). *Future fertility in low fertility countries*. Working paper 5/2013. Vienna: Vienna Institute of Demography.
- BAUSCHMID, E. (1994). Familie ist kein Auslaufmodell. *Suddeutsche Zeitung*, 4 January: 4.
- BECK U. (1992). *Risk Society: Towards a New Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- BECK, U., e Beck-Gernsheim, E. (2002). *Individualization*. SAGE Publications, London.

- BECKER, G. S. (1960). An economic analysis of fertility. *National Bureau of Economic Research*: 209-240.
- BECKER, G. S., e Lewis, H. G. (1974). Interaction between quantity and quality of children. *National Bureau of Economic Research*: 81-90.
- BETTIO F., e Villa P. (1998). A Mediterranean perspective on the breakdown of the relationship between participation and fertility. *Cambridge Journal of Economics*, 22(2): 137-171.
- BHROLCHÁIN, M., e Beaujouan, E. (2012). Fertility postponement is largely due to rising education enrolment. *Population Studies: A Journal of Demography*, 66(3): 311-327.
- BILLARI, F. (2008). Lowest-low fertility in Europe: Exploring the causes and finding some surprises. *The Japanese Journal of Population*, 6(1): 2-18.
- BILLARI F. C., e Wilson, C. (2001). *Convergence towards diversity? Cohort dynamics in the transition to adulthood in contemporary Western Europe*. MPIDR Working paper WP-2001-03. Rostock: Max Planck Institute for Demographic Research.
- BILLARI F.C., e Philipov D., (2004). Women's education and entry into first union. A simultaneous-hazard comparative analysis of Central and Eastern Europe. *Vienna Yearbook of Population Research 2004*, 91-110.
- BILLARI, F. C., e Kohler, H-P. (2002). *Patterns of lowest-low fertility in Europe*. MPIDR Working paper WP-2002-040. Rostock: Max Planck Institute for Demographic Research: 1-31.
- BILLARI, F. C., e Kohler, H-P. (2009). Fertility and happiness in the XXI century: Institutions, preferences, and their interactions. Presented at the *Annual Meeting of the Population Association of America*, Detroit.
- BILLARI, F.C., Goisis, A., Liefbroer, A. C., Settersten, R. A., Aassve, A., Hagestad, e G., Spéder, Z. (2011). Social age deadlines for the childbearing of women and men. *Human Reproduction*, 26(3): 616-622.
- BLAKE, J. (1981). The only child in America: prejudice versus performance. *Population and Development Review*, 7(1): 43-54.
- BLOOM, D. E., e Sousa-Poza, A. (2010). *Economic consequences of low fertility in Europe*. FZID Discussion papers 11-2010. University of Hohenheim, Center for Research on Innovation and Services (FZID).
- BONGAARTS, J. (1998). *Fertility and reproductive preferences in post-transitional societies*. Working paper n.º114. Population Council Policy Research Division.
- BONGAARTS, J. (2003). *Completing the fertility transition in the developing world: the role of educational differences and fertility preferences*. Working paper 177. Population Council Policy Research Division.
- BONGAARTS, J., e Sobotka, T. (2012). A demographic explanation for the recent rise in European fertility. *Population and Development Review*, 38(1): 83-120.
- BRATTI, M. (2003). Labour force participation and marital fertility of Italian women: The role of education. *Journal of Population Economics*, 16: 525-554.
- CARVALHO, H. (2008). *Análise multivariada de dados qualitativos: utilização da análise de correspondências múltiplas com o SPSS*. 2.ª Edição. Lisboa: Edições Sílabo.

- CASTRO-MARTIN, T. (1992). Delayed childbearing in contemporary Spain: trends and differentials. *European Journal of Population*, 8: 217-246.
- CHIANG, C. (1984). *The life table and its applications*. Malabar, Florida: Robert E Krieger Publishing Company.
- CRAMER, J. (1980). Fertility and female employment: problems of causal direction. *American Sociological Review*, 45(2): 167-190.
- CUNHA, V. (2005). A Fecundidade das famílias. In *Famílias em Portugal – percursos, interações, Redes Sociais* (Wall, K., Eds.). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais: 395-464.
- CUNHA, V. (2007). *O lugar dos filhos. Ideias, práticas e significados*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- CUNHA, V. (2012). As decisões reprodutivas na sociedade portuguesa: elementos para uma reflexão sobre o alcance e os limites das políticas públicas na natalidade. In *Roteiros do Futuro – Conferência “Nascer em Portugal”*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional – Casa da Moeda: 131-143.
- CUNHA, V. (2012b). Trajectórias não reprodutivas em três gerações de portugueses: incidência, circunstâncias, oportunidade. *Atas do VII Congresso Português de Sociologia*, APS. Porto.
- DEMENY, P. (2003). Population policy dilemmas in Europe at the dawn of the twenty-first century. *Population and Development Review*, 29(1): 1-28.
- DOMÍNGUEZ-FOLGUERAS, M., e Castro-Martín, T. (2008). Women’s changing socioeconomic position and union formation in Spain and Portugal. *Demographic Research*, 19(41): 1513-1550.
- DUNCAN, S., e Phillips, M. (2010) People who live apart together (LATs) – how different are they? *The Sociological Review*, 58(1), 112-134.
- ERYURT, M.A., e Koc, I. (2012). Internal migration and fertility in Turkey: Kaplan-Meier survival analysis. *International Journal of Population Research*, Vol. 2012, 11 p.
- FAHLÉN, S. (2013). Capabilities and childbearing intentions in Europe: The association between work-family reconciliation policies economic uncertainties and women’s fertility plans. *European Societies*, 15 (5): 639-662.
- FEENEY, G. (1983). Population dynamics based on birth intervals and parity progression. *Population Studies*, 37(1): 75-89.
- FREJKA, T. (2008). Parity distribution and completed family size in Europe: Incipient decline of the two-child family model? *Demographic Research*, 19(4): 47-72.
- FREJKA, T. (2010). *Cohort overlays of evolving childbearing patterns: How postponement and recuperation are reflected in period fertility trends*. MPIDR Working paper 2010-026. Rostock: Max Planck Institute for Demographic Research.
- FREJKA, T., e Sardon, J.-P. (2004). Childbearing trends and prospects in low-fertility countries: A cohort analysis. *European Studies of Population*, vol. 13.
- FREIJKA, T., e Sobotka, T. (2008). Fertility in Europe: diverse, delayed and below replacement. *Demographic Research*, 19: 15-46.

- GIDDENS, A. (1991). *Modernity and self-identity: self and society in the late modern age*. Cambridge: Blackwell.
- GIDDENS, A. (1993). *A transformação da intimidade: amor e erotismo nas sociedades modernas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (Unesp).
- GIDDENS, A. (2006). *O mundo na era da globalização* (Saul Barata, Trans.). 6.ª Edição. Lisboa: Editorial Presença.
- GOLDSTEIN, J, e Cassidy, T. (2014). A cohort model of fertility postponement. *Demography*, 51(5): 1797-1819.
- GOLDSTEIN, J., Lutz, W., Testa, e M. R. (2003). The emergence of sub-replacement family size ideals in Europe. *Population Research and Policy Review*, 22(5-6): 479-496.
- GOLDSTEIN, J. R., Sobotka, T., e Jasilioniene, A. (2009). The end of lowest-low fertility? *Population and Development Review*, 35(4): 663-700.
- GREENACRE, M. (2007). *Correspondence analysis in practice*. 2nd Ed. Boca Raton: Chapman e Hall/ CRC Press.
- GUERREIRO, M. D., e Abrantes, P. (2007). *Transições incertas. Os jovens perante o trabalho e a Família*. 2.ª Ed. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego (CITE).
- HAHS-VAUGHN, D. L. (2005). A primer for using and understanding weights with national datasets. *The Journal of Experimental Education*, 73: 221-248.
- HEILAND, F., Prskawetz, A., e Sanderson, W. C. (2008). Are individual's desired family sizes stable? Evidence from West Germany Panel Data. *European Journal of Population*, 24(2): 129-156.
- HENRY, L. (1951). Étude statistique de l'espacement des naissances. *Population*, 6(3): 425-444.
- HIN, S., Gauthier, A., Goldstein, J., e Bühler, C. (2011). Fertility preferences: what measuring second choices teaches us. *Vienna Yearbook of Population Research 2011*, 9: 131-156.
- HOSMER D., Lemeshow S., e Sturdivant, R. (2013). *Applied logistic regression*. 3rd Ed. New York: Wiley.
- HOSMER, D., Lemeshow, e May, S. (2008). *Applied Survival Analysis: regression modeling of time-to-event data*. 2nd Ed. New York: Wiley.
- INE. (2013). *Inquérito à fecundidade. Documento metodológico. Versão 1.0*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- KANTOROVÁ, V. (2004). *Family life transitions of young women in a changing society: first union formation and birth of first child in the Czech Republic. 1970-1997*. [Tese de Doutoramento.] Prague: Charles University.
- KISH, L. (1965). *Survey sampling*. New York, EUA: Wiley.
- KOHLER, H. P., Billari, F. C. E Ortega, J. A. (2002). The emergence of lowest-low fertility in Europe during the 1990s. *Population and Development Review*, 28(4): 641-680.

- KOHLER, H. P., Billari F., e Ortega J. (2006). Low and lowest-low fertility in Europe: causes, implications and policy options. In the baby bust: who will do the work? Who will pay the taxes? (F. R. Harris, Ed.) Lanham, MD: Rowman e Littlefield Publishers, 48-109.
- KOHLER, H. P., e Ortega, J.A., (2002). Tempo-adjusted period parity progression measures, fertility postponement and completed cohort fertility. *Demographic Research*, 6: 91-144.
- KOROPECKYJ-COX, T., e Pendel, G. (2007). The gender gap in attitudes about childlessness in the United States. *Journal of Marriage and Family*, 69(4): 889-915.
- KREYENFELD M., (2002). Time-squeeze, partner effect of self-selection. An investigation into the positive effect of women's education on second birth risk in West Germany. *Demographic Research*, 7(2): 15-48.
- KREYENFELD M., (2004). Fertility decisions in the FRG and GDR: an analysis with data from the German Fertility and Family Survey. *Demographics Research*, 3: 275-318.
- KULU, H., Boyle, P. (2009). High Fertility in City Suburbs: Compositional or Contextual Effects? *European Journal of Population*, 25(2): 157-174.
- LANZIERI, G. (2013). Towards a 'baby recession' in Europe? Differential fertility trends during the economic crisis. *Statistics in Focus 13-2013*. Luxembourg: Eurostat.
- LAPPEGÅRD, T., e Rønsen, M. (2005). The multifaceted impact of education on entry into motherhood. *European Journal of population*, 21(1): 31-49.
- LAWSON, D. W., e Mace, R. (2009). Trade-offs in modern parenting: a longitudinal study of sibling competition for parental care. *Evolution and Human Behavior*, 30(3): 170-183.
- LEE, R., e Mason, A. (2010). Fertility, human capital, and economic growth over the demographic transition. *European Journal of Population*, 26(2): 159-182.
- LEHTONEN, R., e Pahkinen, E. (2004). *Practical methods for design and analysis of complex surveys*. 2nd Edition. West Sussex, England: John Wiley e Sons Ltd.
- LESTHAEGHE, R. (2010). The unfolding story of the second demographic transition. *Population and Development Review*, 36(2): 211-251.
- LIEFBROER, A. C. (2009). Changes in family size intentions across young adulthood: a life-course perspective. *European Journal of Population*, 25(4): 363-386.
- LOHR, S. L. (2010). *Sampling: Design and Analysis*. 2nd Edition. Boston, EUA: Brooks/Cole, Cengage learning.
- LUMLEY, T. (2010). *Complex surveys: a guide to analysis using R*. Hoboken, New Jersey, EUA: Wiley.
- LUTZ, W., Skirbekk, V., e Testa, M. R. (2006). The low fertility trap hypothesis. Forces that may lead to further postponement and fewer births in Europe. *Vienna Yearbook of Population Research*, 167-192.
- MACIEL, A., Mendes, M. F. E Infante, P. (2012a). Alguns contributos para a caracterização da baixa fecundidade em Portugal. In *Atas das XIX Jornadas de Classificação e Análise de Dados (JOCLAD)*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística: 138-141.

- MACIEL, A., Mendes, M. F. E Infante, P. (2012b). Um perfil de quem tenciona ter filhos em Portugal – evidência a partir dos dados do Eurobarómetro 2006. *Livro de Resumos do IV Congresso Português de Demografia (APD)*. Évora, setembro de 2012.
- MACIEL, A. (2015). *Baixa fecundidade: adaptação tardia às mudanças estruturais ou consolidação da preferência por famílias de reduzidos padrões*. [Tese de doutoramento.] Universidade de Évora.
- MANNING, W. D., Brown, S.L., e Payne, K. K. (2014). Two decades of stability and change in age at first union formation. *Journal of Marriage and Family*, 76 (2): 247-463.
- MAYER, K. U., e Schulze, E. (2013). *Delaying parenthood in East and West Germany: a mixed-methods study of the onset of childbirth and the vocabulary of motives of women of the birth cohort of 1971*. The Demography of Europe. New York: Springer.
- MCCULLOCH, C. E., e Searle, S. R. (2001). *Generalized, linear and mixed models*. New York: John Wiley e Sons.
- MCDONALD, P. (2006). An assessment of policies that support having children from the perspective of equity, efficiency and efficacy. *Vienna Yearbook of Population Research*: 213-234.
- MCDONALD, P. (2008). Very low fertility consequences, causes and policy approaches. *The Japanese Journal of Population*, 6(1): 19-23.
- MENDES, M. F. (1987). Algumas questões teóricas e metodológicas sobre o custo económico da criança. *Análise Social*, XXIII(96): 311-332.
- MENDES, M. F. (2012). Declínio da fecundidade, adiamento e número ideal de filhos em Portugal: o papel das medidas de política. In *Roteiros do Futuro – Conferência “Nascer em Portugal”*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 91-109.
- MENDES, M. F., Tomé, L. P. (2014). Natalidade, nupcialidade e divorcialidade em Portugal. In *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa, 1950-2011: Evolução e perspetivas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- MERZ, E.-M., e Liefbroer, A. C. (2010). Attitudes about voluntary childlessness across Europe: the role of individual and cultural factors. Artigo apresentado na *European Population Conference 2010*. Vienna: 1-4 setembro 2010.
- MICHELI G., e Bernardi, L. (2012). *Two theoretical interpretations of the dissonance fertility intentions and behaviour*. MPIDR Working paper, WP 2003-009. Rostock: Max Planck Institute for Demographic Research.
- MIETTINEN, A., Rotkirch, A., Szalma, I., Donno, A., e Tanturri, M-L. (2015). *Increasing childlessness in Europe: Time trends and country differences*. *Families and Societies*. Working paper 33.
- MILLS, M., Mencarini, L., Tanturri, M. L., e Begall, K. (2008). Gender equity and fertility intentions in Italy and the Netherlands. *Demographic Research*, 18(1): 1-26.
- MILLS, M., Rindfuss, R. R., McDondald, P., e Velde, E. (2011). Why do people postpone parenthood? Reason and social policy incentives. *Human Reproduction Update*, 17(6): 848-860.

- MONTGOMERY, M. R., e Casterline, J. B. (1996). Social learning, social influence, and new models of fertility. *Population and Development Review*, (Supplement) 22: 151-175.
- MORGAN, S. P. (1991). Late nineteenth- and early twentieth-century childlessness. *American Journal of Sociology*, 97(3): 779-807.
- MORGAN, S. P., e Rackin, H. (2010). The correspondence between fertility intentions and behavior in the United States. *Population and Development Review*, 36(1): 91-118.
- MYRSKYLÄ, M., Goldstein, J., e Cheng, Y. (2013). New cohort fertility forecasts for the developed world: Rises, falls, and reversals. *Population and Development Review*, 39(1): 31-56.
- MYRSKILLÄ, M. E Margolis, R. (2014). Happiness: before and after the kids. *Demography*, 51(5): 1843-1866.
- NAZARETH, J. M. (1977). Análise regional do declínio da fecundidade da população portuguesa (1930-70). *Análise Social*, 52: 901-986.
- OLIVEIRA, I. T. (2007). Fecundidade e Educação. *Revista de Estudos Demográficos*, 40, 5-19.
- OLIVEIRA, I. T. (2012). A fecundidade em Portugal: uma análise segundo a ordem do nascimento. In *Roteiros do Futuro – Conferência “Nascer em Portugal”*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 111-128.
- OSBORNE, J. W. (2011). Best practices in using large, complex samples: the importance of using appropriate weights and design effect compensation. *Practical Assessment, Research e Evaluation*, 16: 1-7.
- PICOITO, M. C. (2015). *Jovens universitários, adiamento da fecundidade e a transição para a vida adulta em perspectiva: o olhar da Sociodemografia*. [Tese de doutoramento.] Universidade de Évora.
- PUUR, A., Olah, L. S., Tazi-Preve, M. I., e Dorbritz, J. (2008). Men's childbearing desires and views of the male role in Europe at the dawn of the 21st century. *Demographic Research*, 19(56): 1883-1912
- QU, L., Weston, R., e Kilmartin, C. (2000). Children? No children? Effect of changing personal relationships on decisions about having children. *Family Matters*, 57: 14-19.
- R Core Team. (2012). *R: a language and environment for statistical computing*. Viena, Austria: R Foundation for Statistical Computing. ISBN 3-900051-07-0. Obtido a 11 de março de 2014 em <http://www.R-project.org/>.
- REHER, D. S. (2011). Economic and social implications of the demographic transition. *Population and Development Review*, 37: 11-33.
- ROWLAND, D. T. (1998). *Cross-national trends in childlessness*. Working paper in *Demography* 73, Australian National University.
- RYDELL, I. (2002). Demographic patterns from the 1960s in France, Italy, Spain and Portugal. Apresentado no Seminar at Institute for Future Studies.
- SANDBERG, J., e Rafail, P. (2014). Family size, cognitive outcomes, and familial interaction in stable, two-parent families: United States, 1997-2002. *Demography*, 51(5): 1895-1931.

- SCHOEN, R., Astone, N.M., Kim, Y.J., e Nathanson, C. A. (1999). Do fertility intentions affect fertility behaviours? *Journal of Marriage and the Family*, 61(3): 790-799.
- SEBER, G. A. F. (1982). *The estimation of animal abundance and related parameters*. 2nd Ed. London: Griffin.
- SHORTER, E. (1995). *A Formação da Família Moderna*. Lisboa, Terramar.
- SMITH, H. (2013). *La causalité en sociologie et démographie. Retour sur le principe de l'action humaine*. Philadelphia, PA: Population Studies Center, University of Pennsylvania. PSC Working paper series, PSC 13-11.
- SOBOTKA, T. (2004). Is lowest-low fertility in Europe explained by the postponement of childbearing? *Population and Development Review*, 30: 195-220.
- SOBOTKA, T. (2008). Overview Chapter 6: The diverse faces of the Second Demographic Transition in Europe. *Demographic Research*, 19: 171-224.
- SOBOTKA, T. (2009). Sub-replacement fertility intentions in Austria. *European Journal of Population*, 25(4): 387-412.
- SOBOTKA, T. (2013) *Pathway to low fertility: European perspectives*. (Expert Paper 2013/8). New York: Population Division, Department of Economic and Social Affairs, United Nations.
- SOBOTKA, T. (2015). *Low fertility in Austria and the Czech Republic: gradual policy adjustments*. Working paper 2/2015. Vienna Institute of Demography.
- SOBOTKA T., e Beaujouan, É. (2014). Two is best? The persistence of a two-child family ideal in Europe. *Population and Development Review*, 40(3): 391-419.
- SOBOTKA, T., Zeman K., Lesthaeghe R., e Frejka T. (2012). Postponement and recuperation in cohort fertility: New methods and their application to European countries and the United States. *European Demographic Research Papers*, Vienna Institute of Demography.
- SPÉDER, Z., e Kapitány, B. K. (2009). How are time-dependent childbearing intentions realized? Realization, postponement, abandonment, bringing forward. *European Journal of Population*, 25: 503-523.
- SURKYN, J., e Lesthaeghe, R. (2004). Value orientations and the second demographic transition (SDT) in Northern, Western and Southern Europe: an update. *Demographic Research*, 3: 45-86.
- TANTURRI, M. L., e Mencarini, L. (2008). Childless or childfree? Paths to voluntary childlessness in Italy. *Population and Development Review*, 34(1): 51-77.
- TANTURRI, M. L., Mills, M., Rotkirch, A., Sobotka, T., Takács, J., Miettinen, A., Faludi, C., Kantsa, V., e Nasiri, D. (2015). State-of-the-art report childlessness in Europe. Families and Societies. *Working paper 32*.
- TESTA, M. R. (2007). Childbearing preferences and family issues in Europe: evidence from the Eurobarometer 2006 survey. *Vienna Yearbook of Population Research*: 357-379.
- TESTA, M. R. (2010). Child-number and child-timing intentions in a micromacro European framework. *European Demographic Research Paper 4*. Vienna Institute of Demography, Austrian Academy of Sciences: 1-36.

- TESTA, M. R. (2012). Family sizes in Europe: Evidence from the 2011 Eurobarometer Survey. *European Demographic Research Paper 2*. Vienna Institute of Demography, Austrian Academy of Sciences: 1-100.
- TESTA, M. R., e Grilli, L. (2006). The influence of childbearing regional contexts on ideal family size in Europe. *Population*, 61(1-2): 99-127.
- THOMAS, S. L., e Heck, R. H. (2001). Analysis of large-scale secondary data in higher education research: potential perils associated with complex sampling designs. *Research in Higher Education*, 42: 517-540.
- TOMÉ, L. P. (2015). Parenthood transition: from individualization to family formation. [Tese de doutoramento.] Universidade de Évora.
- TORRES, A. (2001). Casamento e gênero: mudança nas famílias contemporâneas a partir do caso português. *Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares*, 3(2): 53-70.
- UDRY, J. R. (1983). Do couples make fertility plans one birth at a time? *Demography*, 20(2): 117-128.
- VAN de Kaa, D. J. (1987). Europe's second demographic transition. *Population Bulletin*, 42: 1-59.
- VAN de Kaa, D. J. (2002). The idea of a Second Demographic Transition in industrialized countries. Artigo apresentado no Sixth Welfare Policy Seminar of the National Institute of Population and Social Security, Tokyo, Japan, 29 janeiro 2002.
- VAN Peer, C. (2002). Desired and achieved fertility. In *Dynamics of Fertility and Partnership in Europe: Insights and Lessons from Comparative Research* (Klijing, Erik, Corijn, Martine, Eds.). New York and Geneva, United Nations, 2: 117-141.
- WALL, K., e Guerreiro, M. D. (2005). A divisão familiar do trabalho. In *Famílias em Portugal, Percursos, Interações, Redes Sociais* (Karin Wall, Eds.). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 303-362.
- WEST, J., e Rathburn, A. (2004). ECLS-K technical issues. AERA Institute on Statistical Analysis for Education Policy. San Diego, CA: Apresentação.
- WEST, T. W. (2008). Statistical and Methodological issues in the analysis of complex sample survey data: practical guidance for trauma researchers. *Journal of Traumatic Stress*, 21: 440-447.
- WESTON, R., e Qu, L. (2001). Men's and women's reasons for not having children. *Family Matters*, 58: 10-15.
- WILLEKENS, F. (2006). *Multistate model for biographic analysis and projection*. Working paper 2007/1. The Hague: NIDI.
- WILLEKENS, F. (2014). *Multistate analysis of life histories with R*. New York: Springer.
- ZAHNG, L. (2008). *Male Fertility Patterns and Determinants*. New York: Springer.
- ZEILEIS, A., Kleiber, C., e Jackman, S. (2008). Regression Models for Count Data in R. *Journal of Statistical Software*, 27(8). Disponível em <http://www.jstatsoft.org/v27/i08/>.

Anexo A

Metodologia

Neste trabalho analisam-se os dados obtidos através do Inquérito à Fecundidade (IFEC), realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) entre 16 de janeiro e 15 de abril de 2013.

A amostra foi selecionada utilizando um esquema de amostragem que incluiu a estratificação por NUTS II, a seleção de unidades primárias (células da grid INSPIRE de 1 km²) com probabilidade proporcional à dimensão do número de alojamentos de residência principal e a seleção sistemática de alojamentos dentro das unidades primárias (INE, 2013). Esta amostragem complexa permitiu obter uma amostra representativa ao nível regional (NUTS II) para as mulheres e ao nível nacional para os homens.

Visto tratar-se de uma amostra complexa, para cada indivíduo da amostra foi fornecido o peso final (w) que pode ser interpretado como o número de indivíduos na população que são representados por esse indivíduo observado.

A.1 Análise de correspondências múltiplas

Na tentativa de se identificarem associações entre algumas variáveis nominais, foi utilizada a análise de correspondências múltiplas (ACM), associando a cada indivíduo da amostra o peso final (w). Para a escolha do número de dimensões a reter foram considerados os seguintes critérios/considerações:

- A análise da representação gráfica dos valores próprios;
- Número de valores próprios superiores $1/Q$, sendo Q o número de variáveis (Greenacre, 2007: 140);
- Percentagem total da variabilidade explicada.

Tendo em conta as categorias mais discriminantes das variáveis que mais contribuíam para cada uma das dimensões consideradas, foram identificados alguns perfis. Posteriormente foi usada uma análise de *clusters* para se identificarem grupos que correspondessem a estes perfis, conforme descrito em Carvalho (2008).

A.2 Estimativas e sua precisão

O ponderador peso final (w) foi utilizado para se obterem estimativas para os totais, médias e proporções populacionais. No caso do total (Y_T) e da média (\bar{Y}), a expressão dos estimadores utilizados foi, respetivamente (Lohr, 2010):

$$\hat{Y}_T = \sum_{i=1}^n w_i y_i, \quad \hat{\bar{Y}} = \frac{\hat{Y}_T}{\sum_{i=1}^n w_i},$$

em que y_i representa o valor da característica Y para o indivíduo i da amostra, w_i o peso final associado ao indivíduo i da amostra e n a dimensão da amostra.

Para a estimação da variância (Var) e erro padrão (SE) associados às estimativas anteriores, é necessário incluir também informação sobre o desenho amostral. Ignorar o plano amostral resulta em estimativas enviesadas e incorretas da variância (West, 2008). Por motivos de confidencialidade, estas variáveis associadas ao desenho não foram facultadas, mas, em contrapartida, foram fornecidos os pesos de replicação. Deste modo, para o cálculo do erro padrão estimado associado às estimativas, utilizou-se um estimador de variância do tipo Jacknife (Lohr, 2010, p. 382). Os totais, médias e proporções estimados e os respetivos erros padrão, tanto para toda a população, como para subgrupos da população, foram calculados com recursos ao pacote Survey do programa R Project (R Core Team, 2012).

A precisão das estimativas é dada pelo coeficiente de variação CV em valor percentual, *i.e.*, para a estimativa $\hat{\theta}$

$$CV(\hat{\theta}) = \frac{SE(\hat{\theta})}{\hat{\theta}} \times 100.$$

O intervalo de confiança (IC) a 100 $(1 - \alpha)\%$ de confiança para o parâmetro θ , sendo θ uma média ou um total, foi dado por

$$IC_{100(1-\alpha)\%}(\theta) = \left] \hat{\theta} - z_{1-\frac{\alpha}{2}} SE(\hat{\theta}); \hat{\theta} + z_{1-\frac{\alpha}{2}} SE(\hat{\theta}) \right[,$$

em que $z_{1-\frac{\alpha}{2}}$ é o quantil de probabilidade $1 - \frac{\alpha}{2}$ da distribuição Normal reduzida e α o nível de significância.

A.3 Limitações encontradas

Nem todas as ferramentas estatísticas utilizadas neste documento estão implementadas no pacote *Survey*, não sendo, por isso, possível utilizarem-se os pesos de replicação no processo de inferência e modelação. Perante esta limitação, conjuntamente com o desconhecimento das variáveis de desenho, encontramos na literatura várias estratégias assentes na utilização dos pesos finais normalizados (ou relativos) que preservam o tamanho da amostra, e/ou na incorporação do efeito do desenho (e.g. Thomas e Heck, 2001; Hahs-Vaughn, 2005; West, 2008).

O peso normalizado w'_i é obtido pela divisão do peso final pela sua média \bar{w} , ou seja,

$$w'_i = \frac{w_i}{\bar{w}},$$

em que $\bar{w} = \sum_{i=1}^n w_i$ (Thomas e Heck, 2001). Equivalentemente, também podem ser obtidos com a expressão (Hahs-Vaughn, 2005)

$$w'_i = w_i \frac{n}{N}.$$

O efeito do desenho – *deff* (Kish, 1965) quantifica a perda de precisão na estimação, devido ao desenho complexo e é definido pelo quociente entre a estimativa da variância determinada pelo plano amostral complexo (a.c.) e a estimativa da variância obtida por uma amostra aleatória simples (a.a.s.) do mesmo tamanho, i.e., para um parâmetro θ (Lohr, 2010)

$$deff(\hat{\theta}) = \frac{var(\hat{\theta})_{a.c.}}{var(\theta)_{a.a.s.}}$$

Nos desenhos multietápicos, quando se ignora o efeito do desenho, os erros padrão são de um modo geral subestimados e, portanto, nos testes de hipótese haverá uma maior tendência para se cometer o erro de Tipo I (Thomas e Heck, 2001). De entre as estratégias mais usuais para se corrigirem as estimativas obtidas com base no pressuposto da amostra ser proveniente de um esquema de a.a.s (Thomas e Heck, 2001; Hahs-Vaughn, 2005; Osborne, 2011), optámos pela utilização dos pesos normalizados corrigidos pelo efeito do desenho, i.e.,

$$w_i^* = \frac{w'_i}{deff}.$$

que produz erros padrão muito próximos dos que se obteriam considerando as variáveis de desenho (Hahs-Vaughn, 2005; Osborne, 2011).

Como o efeito do desenho varia com a variável em estudo, optou-se por se considerar a média do efeito do desenho do conjunto de variáveis (Hahs-Vaughn, 2005) que se consideraram as mais importantes para o nosso estudo.

A.4 Tábuas de Fecundidade

As tábuas de fecundidade foram inicialmente utilizadas na análise da fecundidade marital, na qual, por exemplo, os expostos ao nascimento do primeiro filho entram em “contagem” na data do casamento (Henry, 1951; Feeney, 1983; Chiang, 1984). Num contexto mais recente, Sobotka (2004) fez referência aos indicadores de fecundidade que podem derivar da construção das tábuas de fecundidade, assumindo que os indicadores obtidos com base somente na população exposta a determinado evento são metodologicamente superiores, em comparação com outros indicadores, por possibilitarem resultados e medidas mais viáveis.

Entenda-se por população exposta, por exemplo, as mulheres em idade fértil (15-49 anos) que, tendo uma fecundidade de zero, estão em risco de terem uma fecundidade final de 1 ou mais filhos.

Numa perspectiva simplista das taxas de fecundidade, as tábuas de fecundidade controladas para os efeitos da paridade e estrutura populacional feminina (ou masculina) nas idades reprodutivas proporcionam um conjunto de indicadores que permitem uma análise mais aprofundada dos níveis da fecundidade do calendário, por terem exatamente em linha de conta essa população exposta.

As tábuas de fecundidade para o calendário, tal como as tábuas de fecundidade para a coorte, são consideradas tábuas de decomposição, em que modelamos o processo de ocorrer um nascimento numa determinada coorte sintética, de acordo com idades e paridades específicas (Jasilioniene *et al.*, 2010). De uma forma geral, podemos afirmar que as tábuas de fecundidade para o período, descrevem “histórias” das coortes sintéticas de mulheres que viveram num dado ano, sob determinadas condições de fecundidade e ausentes de alterações nos padrões de mortalidade e nos movimentos migratórios.

As tábuas de fecundidade aqui utilizadas, construídas para homens e mulheres, permitem um maior nível de detalhe sobre as diferentes transições mencionadas anteriormente. A Tabela C.1 ilustra a construção da tábua de fecundidade para as mulheres na transição para o primeiro filho, assumindo, para tal, que estes nascimentos ocorreram na coorte fictícia do ano de 2013 em Portugal.

A tábua apresentada é calculada entre as idades nas quais se registaram nascimentos nesse referido ano (12 e 46 para mulheres, e entre os 12 e os 53 anos para homens).

As duas primeiras colunas apresentadas nesta Tabela são os dados de *input* que permitem os cálculos subseqüentes, sendo $B_1(x)$ o número de nascimentos observados ao longo das idades das mulheres expostas ao evento da entrada na parentalidade, representada por $E_0(x)$. Aqui significa o $E_0(x)$ que estas são todas as mulheres em idade fértil sem filhos; já se considerarmos $E_1(x)$, significa que temos aqui em consideração as mulheres que já têm o seu primeiro filho e estão agora expostas ao segundo.

As probabilidades de se transitar para a parentalidade são representadas na terceira coluna, por $q_1(x)$, e são obtidas da seguinte forma

$$q_1(x, t) = B_1(x, t)/E_0(x, t),$$

em que t é o tempo e x a idade.

Na coluna seguinte encontram-se, à semelhança do que acontece na mortalidade, os *sobreviventes*, ou seja, partindo de um valor preestabelecido de 100 000 mulheres que podem estar expostas ao evento de transitarem para a parentalidade, obteremos, ao longo de todas as idades em análise, o número das que até ao fim do período em análise permaneceram sem filhos. Este indicador denominado por $l_0(x)$ e representado graficamente como uma curva de sobrevivência (em analogia com as tábuas de mortalidade), é calculado por

$$l_0(x) = l_0(x - 1) - b_1(x - 1).$$

Obtida esta “nova” população feminina que poderá eventualmente transitar para o primeiro filho, calculamos então um novo número de nascimentos, conseguido através de

$$b_1(x) = l_0(x) * q_1(x).$$

E, por fim, os últimos indicadores apresentados nas tábuas de fecundidade aqui elaboradas representam o número médio de mulheres sem filhos dado por $l_0(x)$ e a proporção cumulativa de nascimentos dada por $z_1(x)$.

A.5 Análise de sobrevivência

O ajuste de modelos de sobrevivência foi efetuado com recurso aos pacotes *survey*, *survival*, *timereg* e *mfp* do programa *R Project* (R Core Team, 2012). Nesta etapa consideraram-se os pesos normalizados ajustados para o efeito do desenho. Estes pesos também foram usados para se obterem as estimativas de Kaplan-Meier.

Para se ajustar o modelo de Cox, seguimos uma estratégia idêntica à usada nos modelos de regressão logística (Hosmer e Lemeshow, 2008). A significância das variáveis e das interações foi testada recorrendo-se ao teste de Rao Scott.

O pressuposto dos riscos proporcionais foi testado via teste de Harrell, análise de resíduos de Schoenfeld e representação das curvas log-log. Foi também ajustado o modelo de Cox-Aalen para confirmação das variáveis dependentes do tempo.

O modelo de Aalen foi ajustado para as variáveis e interações que se mostraram significativas no modelo de Cox.

A.6 Regressão logística

O ajuste de modelos de regressão logística foi efetuado com recurso aos pacotes *survey*, *rms*, *mfp*, *EPI* e *epiR* do programa *R Project* (R Core Team, 2012). Nesta etapa consideraram-se os pesos normalizados ajustados para o efeito do desenho.

Para se ajustar o modelo seguimos a seguinte estratégia (Hosmer e Lemeshow, 2013):

1. Para o modelo inicial foram selecionadas todas as variáveis que se revelaram significativas na fase univariada (valor $p < 0,25$);
2. A partir deste modelo foram eliminadas sucessivamente, e por ordem decrescente dos valores p , todas as variáveis não significativas (valor $p > 0,05$);
3. Verificámos se alguma(s) das variáveis que não foram incluídas no modelo inicial se mostra(m) agora significativa(s) na presença das que estão no modelo, caso em que foram adicionadas ao modelo;
4. Validámos a forma funcional das variáveis contínuas, através do método dos quartis, *lowess*, ajuste GAM, sendo aplicado o método dos polinómios fracionários em casos de não linearidade;
5. Foram testadas as interações que faziam sentido no contexto do estudo (valor $p < 0,05$);

6. Foi feita uma análise de resíduos por padrões para pesquisa de observações influentes ou *outliers*, através dos resíduos *deviance*, distância de Cook e Delta_betas.

A significância das variáveis e das interações foi testada recorrendo-se ao teste de Wald modificado (Hosmer e Lemeshow, 2013). A adequabilidade do ajustamento foi feita recorrendo-se aos testes de bondade de ajustamento de Hosmer e Lemeshow e de Cessie-van Houwelingen, e a sua capacidade discriminativa avaliada pelo valor AUC da curva ROC.

A grande popularidade da regressão logística deve-se, em muito, à maior facilidade de interpretação dos seus resultados, pois num modelo sem interações a exponencial de um coeficiente é simplesmente a razão de chances ou razão de possibilidades.

A **razão de chances** ou **razão de possibilidades** (em inglês: *odds ratio*; abreviatura **OR**) é o quociente entre a possibilidade de um evento ocorrer num grupo e a possibilidade de ocorrer noutra grupo.

A possibilidade é o quociente entre a probabilidade de ocorrência do evento e a probabilidade da não ocorrência do mesmo evento.

Se as probabilidades de um evento em cada um dos grupos forem p_1 (primeiro grupo) e p_2 (segundo grupo), então:

- a possibilidade do evento ocorrer para o primeiro grupo é $\frac{p_1}{1-p_1}$
- a possibilidade do evento ocorrer para o segundo grupo é $\frac{p_2}{1-p_2}$
- razão de possibilidades é dada por $OR = \frac{p_1}{1-p_1} / \frac{p_2}{1-p_2}$

Uma razão de possibilidades igual a 1 indica que o evento sob estudo é igualmente provável de ocorrer nos dois grupos. Uma razão de possibilidades maior do que 1 indica que o evento é mais provável de ocorrer no primeiro grupo. Finalmente, uma razão de possibilidades menor do que 1 indica que o evento é mais provável de ocorrer no segundo grupo.

Por exemplo, suponha-se que uma amostra aleatória é constituída por 100 homens e 150 mulheres. Entre os homens há 60 com filhos e entre as mulheres há 50 com filhos. A possibilidade de um homem ter filhos é igual a $(60/100)/(40/100) = 60/40 = 3/2$ (usualmente diz-se 3 para 2 e representa-se por 3:2), enquanto a possibilidade de uma mulher ter filhos é igual a $(50/150)/(100/150) = 50/100 = 1/2$ (portanto, de 1 para 2 ou 1:2). A razão de possibilidades é igual a $(3/2)/(1/2) = 3$, donde se conclui que os homens têm 3 vezes mais possibilidades de terem filhos do que as mulheres.

Para que as diferenças encontradas sejam estatisticamente significativas a um nível α , então o intervalo de confiança, de nível $1-\alpha$ para o OR, não pode conter o valor 1.

Para interpretação dos OR num modelo de regressão logística pode ver-se por exemplo Hosmer e Lemeshow (2013).

• Regressão ordinal – Odds proporcionais parciais

O ajuste do modelo de regressão logística ordinal foi efetuado com recurso aos pacotes *rms*, *MASS*, *ordinal*, *VGAM* e *mlogit* do programa *R project* (R Core Team, 2012). Tal como anteriormente, utilizaram-se os pesos normalizados ajustados para o efeito do desenho.

A estratégia de modelação seguida foi a proposta por Hosmer e Lemeshow (2013), que é muito idêntica à adotada na aplicação da regressão logística. A análise de resíduos foi feita para cada um dos modelos logísticos subjacentes (um para cada ponto de corte), bem como a verificação da linearidade da variável idade.

A significância das variáveis foi testada através da aplicação do teste de Wald modificado (Hosmer e Lemeshow, 2013). A adequabilidade do ajustamento do modelo foi feita com recurso ao teste de bondade de ajustamento de Cessie-van Houwelingen para os modelos logísticos subjacentes.

O pressuposto de riscos proporcionais foi testado recorrendo-se aos resíduos parciais e aos resíduos *score*. Nos casos em que este pressuposto não se podia admitir ou levantava dúvidas, foram realizados testes de razão de verosimilhanças entre o modelo de *odds* proporcionais e o modelo de *odds* proporcionais parciais, modelo que permite que algumas covariáveis possam ser modeladas assumindo a proporcionalidade, mas, para as variáveis em que esse pressuposto não é satisfeito, é incrementado por um coeficiente (γ) que é o efeito associado com cada *j*-ésimo *logit* cumulativo, ajustado pelas restantes covariáveis (Hosmer e Lemeshow, 2013). A forma geral do modelo tem coeficientes associados a cada categoria da variável resposta.

• Regressão ordinal – Categoria Adjacente

O ajustamento de modelos de Categoria Adjacente foi efetuado com recurso aos pacotes *survey*, *rms*, *ordinal*, *mfp*, *EPI*, *epiR* e *VGAM* do programa *R Project* (R Core Team, 2012). Para se ajustarem estes modelos consideraram-se os pesos normalizados ajustados para o efeito do desenho.

O modelo de Categoria Adjacente é uma extensão do modelo de regressão logística que incorpora a ordem dos eventos em causa. Este modelo é

adequado para variáveis resposta ordinais e permite comparar cada categoria da resposta com a categoria seguinte. Para se ajustarem estes modelos, seguimos uma estratégia idêntica à usada nos modelos de regressão logística (Hosmer e Lemeshow, 2013) e a significância das variáveis e das interações foi testada recorrendo-se ao teste de Wald e ao teste de razão de verosimilhanças.

À semelhança dos modelos de regressão logística, a adequabilidade do ajustamento foi efetuada recorrendo-se aos testes de bondade de ajustamento de Hosmer e Lemeshow e de Gessie-van Houwelingen para cada um dos modelos logísticos subjacentes (em que se compara cada categoria da resposta com a categoria superior). Comparou-se também, pelo teste de razão de verosimilhanças, o modelo com um coeficiente para todas as categorias da resposta com o modelo com um coeficiente para cada categoria da resposta.

A.7 Regressão de Poisson

O ajustamento do modelo de regressão de Poisson foi efetuado com recurso aos pacotes *survey*, *stats*, *MASS*, *pscl*, *lmtest*, *EPI*, *epiR* e *VGAM* do programa *R Project* (R Core Team, 2012). Para se ajustar este modelo consideraram-se os pesos normalizados ajustados para o efeito do desenho.

O modelo de regressão de Poisson clássico pertence à família dos modelos lineares generalizados e modela variáveis resposta em forma de contagens. Estes modelos são úteis para se descrever a média de uma variável, se conseguirmos verificar que não existe sobre-dispersão ou sub-dispersão dos dados e que a variância no modelo de Poisson é idêntica à média estimada.

Para se ajustarem estes modelos, seguimos uma estratégia idêntica à usada nos modelos de regressão logística (Hosmer e Lemeshow, 2013) e a significância das variáveis e das interações foi testada recorrendo-se ao teste de razão de verosimilhanças e através do pacote *lmtest*. A adequabilidade do ajustamento foi efetuada recorrendo-se a uma análise de resíduos e a uma comparação do modelo de Poisson com modelos quasi-Poisson, Binomial Negativo, Hurdle e Zero-Inflated, e através do R^2 de McFaden.

Anexo B

Tabelas do capítulo 3

Tabela B.1 Índice Sintético (ISF), Idade Média à Fecundidade (IMF) e Idade Média ao nascimento do primeiro filho, por municípios, em Portugal Continental.

Municípios	ISF			IMF			Idade Média ao 1.º Filho		
	2001	2011	2013	2001	2011	2013	2001	2011	2013
Abrantes	1,37	1,10	1,08	28,5	30,4	30,8	26,5	28,7	29,3
Águeda	1,41	1,21	1,14	28,3	30,0	30,2	26,3	28,1	28,4
Aguiar da Beira	1,44	1,02	0,85	28,1	29,8	28,0	25,0	26,7	26,8
Alandroal	1,33	1,36	1,13	26,5	30,2	29,7	24,8	28,1	28,6
Albergaria-a-Velha	1,44	1,32	1,11	28,3	28,9	30,3	26,0	27,0	28,9
Albufeira	1,63	1,54	1,42	28,1	28,9	30,0	25,9	26,9	28,9
Alcácer do Sal	1,20	1,17	1,06	28,3	29,6	30,3	25,3	28,0	28,5
Alcanena	1,28	1,30	1,32	29,2	30,3	30,0	28,1	28,0	28,9
Alcobaça	1,32	1,08	1,05	29,5	31,2	31,0	27,2	29,8	29,0
Alcochete	1,36	1,52	1,37	28,7	30,9	31,3	26,9	29,6	30,1
Alcoutim	1,12	1,51	0,97	29,9	30,8	30,7	29,4	29,0	31,1
Alenquer	1,51	1,53	1,13	28,5	29,3	29,4	26,8	27,8	28,2
Alfândega da Fé	1,45	1,10	1,38	27,9	30,1	28,3	25,3	29,0	26,4
Alijó	1,19	1,23	1,01	28,5	28,8	29,1	26,2	26,4	27,9
Aljezur	1,15	1,33	1,58	27,7	29,5	31,9	24,9	27,8	31,8
Aljustrel	1,06	1,43	1,49	28,2	29,4	29,6	26,2	26,5	29,2
Almada	1,64	1,53	1,42	29,1	30,1	30,0	27,5	28,5	28,4
Almeida	1,55	1,10	0,66	28,3	28,7	29,7	26,2	26,8	29,4
Almeirim	1,61	1,50	1,27	28,6	29,5	28,9	27,0	28,3	26,9
Almodôvar	1,06	1,14	0,87	27,4	29,9	30,7	25,7	27,3	28,6
Alpiarça	1,45	1,20	1,30	28,7	28,5	31,2	26,9	25,7	29,0
Alter do Chão	1,26	1,16	1,19	27,1	27,7	29,7	21,9	26,5	26,8
Alvaiázere	1,29	0,94	0,88	29,5	32,4	31,6	26,4	30,7	30,1
Alvito	0,81	1,02	1,66	29,6	28,2	31,5	26,8	24,7	28,4
Amadora	1,60	1,61	1,55	28,8	29,3	29,3	26,7	27,4	27,5
Amarante	1,51	1,24	1,06	28,3	29,7	30,0	25,9	27,9	28,5

Municípios	ISF			IMF			Idade Média ao 1.º Filho		
	2001	2011	2013	2001	2011	2013	2001	2011	2013
Amares	1,38	1,06	0,98	29,0	30,7	31,4	26,8	28,9	29,2
Anadia	1,31	1,21	0,99	29,1	30,4	30,6	26,4	28,9	29,4
Ansião	1,31	1,04	1,06	29,3	31,0	31,4	27,6	29,4	29,4
Arcos de Valdevez	1,17	1,17	0,96	28,3	30,1	30,4	26,0	28,8	29,1
Arganil	1,45	1,15	1,14	28,5	28,7	29,6	25,4	27,6	28,9
Armamar	1,15	0,98	0,78	27,9	30,5	31,0	24,5	28,1	29,6
Arouca	1,32	1,36	1,29	28,5	29,9	30,8	26,7	26,9	29,1
Arraiolos	1,08	1,20	0,97	28,5	30,1	30,3	26,0	28,8	29,5
Arronches	1,35	0,40	0,77	26,7	27,7	31,8	25,2	26,4	24,8
Arruda dos Vinhos	1,19	1,43	1,28	29,4	30,3	30,6	27,7	28,9	29,4
Aveiro	1,40	1,30	1,27	29,1	30,9	30,8	26,9	29,7	29,4
Avis	1,52	1,36	1,16	27,1	28,9	32,1	22,7	27,1	30,5
Azambuja	1,24	1,22	1,21	29,1	29,9	29,0	26,9	27,3	27,5
Baião	1,45	1,17	1,09	26,3	29,2	29,0	23,6	26,3	27,0
Barcelos	1,43	1,24	0,99	28,6	30,3	30,6	26,0	28,2	28,9
Barrancos	1,58	1,22	1,33	26,9	32,2	29,0	25,5	31,0	27,7
Barreiro	1,32	1,53	1,33	28,7	29,5	29,8	27,3	27,9	28,6
Batalha	1,47	1,36	1,05	29,1	30,8	31,6	27,1	29,8	29,6
Beja	1,36	1,58	1,45	28,4	28,9	29,8	26,9	27,4	27,4
Belmonte	0,84	1,20	1,31	27,6	30,4	30,5	25,6	27,8	28,2
Benavente	1,69	1,52	1,09	28,0	29,2	29,5	25,7	27,4	27,6
Bombarral	1,40	1,59	1,20	27,8	30,0	30,9	25,8	28,3	29,9
Borba	1,15	1,06	1,62	29,0	31,2	29,3	28,7	28,1	28,9
Boticas	1,00	0,66	0,88	28,7	30,9	32,4	27,4	29,9	32,4
Braga	1,45	1,25	1,07	29,4	31,1	31,5	27,2	29,4	30,4
Bragança	1,22	1,12	1,06	29,1	30,7	30,6	27,6	29,4	29,3
Cabeceiras de Basto	1,48	1,17	1,13	28,2	29,9	30,2	25,4	28,4	28,1
Cadaval	1,58	1,37	1,07	28,4	28,5	30,1	26,9	26,3	28,0
Caldas da Rainha	1,40	1,21	1,16	28,4	30,4	30,5	26,3	29,2	29,1
Caminha	1,39	1,20	1,30	28,1	29,9	30,3	26,3	27,9	28,5
Campo Maior	1,70	1,64	1,66	28,7	28,8	29,1	26,2	26,1	28,0
Cantanhede	1,20	1,30	1,00	29,0	30,7	30,4	26,4	29,2	28,8
Carraceda de Ansiães	1,53	1,33	1,68	27,6	27,9	30,4	25,7	26,3	30,0
Carregal do Sal	1,32	1,31	1,16	27,9	28,3	28,7	25,3	26,7	26,7
Cartaxo	1,49	1,18	1,10	28,2	29,8	30,2	27,1	28,7	28,6
Cascais	1,66	1,57	1,39	29,6	31,0	31,1	28,0	29,4	29,8
Castanheira de Pera	1,55	1,21	0,88	25,9	29,2	30,7	23,3	28,7	28,9
Castelo Branco	1,40	1,32	1,27	29,0	29,4	30,4	26,8	27,9	29,7
Castelo de Paiva	1,52	1,24	1,18	28,2	29,3	30,5	25,7	26,4	29,3

Municípios	ISF			IMF			Idade Média ao 1.º Filho		
	2001	2011	2013	2001	2011	2013	2001	2011	2013
Castelo de Vide	1,21	1,14	0,99	27,6	30,3	31,3	26,2	29,1	30,5
Castro Daire	1,29	1,25	1,09	27,8	29,3	30,1	24,9	28,4	28,6
Castro Marim	1,31	1,27	0,95	28,3	30,0	29,1	25,5	27,8	27,1
Castro Verde	1,47	1,25	0,99	29,0	28,9	31,7	26,8	27,5	29,4
Celorico da Beira	1,06	1,06	0,98	27,8	30,3	30,3	26,2	29,1	29,2
Celorico de Basto	1,43	1,20	0,90	28,4	29,7	30,1	25,6	27,6	27,8
Chamusca	1,06	1,38	1,08	29,2	29,3	28,7	26,8	26,6	26,2
Chaves	1,12	1,05	1,09	28,5	30,0	30,4	26,5	28,3	29,3
Cinfães	1,53	1,37	1,28	27,5	29,2	29,3	23,9	25,9	26,7
Coimbra	1,22	1,27	1,23	30,0	31,5	31,5	27,9	30,3	30,3
Condeixa-a-Nova	1,11	1,36	1,09	29,6	31,3	31,4	27,4	29,8	30,1
Constância	1,31	1,14	1,13	28,3	30,1	29,6	26,7	28,1	29,1
Coruche	1,33	1,30	1,20	27,4	29,2	28,8	25,7	27,6	28,1
Covilhã	1,24	1,16	1,03	28,7	30,5	30,8	27,2	29,3	29,6
Crato	1,16	1,21	0,91	29,1	30,2	33,6	27,7	27,4	32,1
Cuba	1,88	1,47	1,13	28,2	28,1	29,2	25,1	27,7	27,2
Elvas	1,58	1,67	1,25	27,8	29,3	29,1	25,6	26,8	26,7
Entroncamento	1,63	1,38	1,19	28,2	30,1	31,3	26,9	28,5	29,9
Espinho	1,58	1,31	1,15	29,7	30,6	30,7	27,2	28,5	29,8
Esposende	1,64	1,37	1,18	28,1	30,2	31,2	26,1	28,5	30,1
Estarreja	1,33	1,29	1,27	28,2	29,5	28,2	26,5	27,5	25,7
Estremoz	1,24	1,56	1,21	28,0	29,1	29,6	25,7	27,7	29,2
Évora	1,30	1,48	1,22	28,8	30,5	30,7	26,4	28,6	29,1
Fafe	1,56	1,16	1,07	28,0	30,0	30,6	25,7	28,3	28,6
Faro	1,38	1,54	1,36	29,5	29,7	29,8	27,6	28,0	28,4
Felgueiras	1,56	1,18	1,07	27,6	29,6	30,1	25,0	27,3	28,1
Ferreira do Alentejo	1,20	1,33	1,48	27,8	30,1	28,8	25,2	26,8	27,9
Ferreira do Zêzere	1,11	1,20	0,93	27,4	29,7	30,6	25,2	27,7	28,7
Figueira da Foz	1,24	1,20	1,06	28,1	29,9	30,9	26,0	28,5	29,2
Figueira de Castelo Rodrigo	1,20	1,89	1,53	27,1	27,7	28,3	25,3	27,6	28,0
Figueiró dos Vinhos	1,56	0,62	0,87	28,4	30,6	29,5	25,5	29,7	26,6
Fornos de Algodres	1,33	0,86	1,04	27,3	29,2	29,6	23,8	28,3	28,3
Freixo de Espada à Cinta	1,47	0,86	1,08	28,1	28,5	30,6	27,3	26,2	29,1
Fronteira	1,13	1,40	0,87	27,7	29,9	29,8	26,8	27,2	28,5
Fundão	1,35	1,35	1,14	29,5	30,7	30,5	26,7	28,9	29,2
Gavião	0,76	0,93	0,50	28,8	29,1	28,9	24,5	24,6	28,3
Góis	1,42	0,58	1,19	26,9	30,0	29,1	24,2	28,3	28,1
Golegã	1,44	1,23	0,99	29,6	30,3	31,5	29,0	28,8	29,0
Gondomar	1,43	1,21	1,15	28,7	29,9	30,1	26,7	28,4	29,0

Municípios	ISF			IMF			Idade Média ao 1.º Filho		
	2001	2011	2013	2001	2011	2013	2001	2011	2013
Gouveia	1,33	1,34	0,97	29,4	30,0	31,0	27,4	27,3	28,4
Grândola	1,48	1,36	1,33	28,4	29,8	28,8	25,6	27,6	27,4
Guarda	1,34	1,22	1,04	29,6	30,7	31,4	27,6	29,8	30,3
Guimarães	1,48	1,24	1,05	28,7	30,7	30,9	26,4	29,0	29,4
Idanha-a-Nova	1,19	1,52	1,07	29,1	28,3	28,9	27,0	25,8	26,4
Ílhavo	1,39	1,13	1,18	28,2	31,0	30,5	26,2	29,5	29,2
Lagoa	1,49	1,51	1,17	28,6	28,5	29,2	26,9	26,7	27,6
Lagos	1,63	1,61	1,26	29,2	29,7	30,1	26,5	27,5	28,8
Lamego	1,49	1,14	1,03	28,4	31,1	30,8	26,4	29,2	29,5
Leiria	1,41	1,33	1,14	29,4	30,9	31,5	27,4	29,4	30,0
Lisboa	1,53	1,71	1,78	29,6	30,7	30,6	27,5	29,5	29,7
Loulé	1,61	1,48	1,31	28,3	29,4	29,8	26,1	27,4	27,9
Loures	1,52	1,69	1,49	28,9	29,9	30,0	26,7	28,0	28,4
Lourinhã	1,41	1,30	1,05	28,7	30,1	30,5	25,5	28,5	29,1
Lousã	1,46	1,31	1,06	28,3	30,1	30,4	26,3	28,9	29,1
Lousada	1,63	1,28	0,98	27,8	28,9	29,8	24,7	27,2	28,5
Mação	1,47	1,13	0,76	28,7	30,7	30,9	26,5	27,7	28,3
Macedo de Cavaleiros	1,41	0,86	0,88	28,2	30,8	30,1	26,7	30,8	29,7
Mafra	1,48	1,49	1,17	29,4	30,6	31,0	27,6	28,9	29,5
Maia	1,44	1,31	1,15	29,0	30,6	31,0	27,0	29,0	29,8
Mangualde	1,53	1,35	1,24	28,0	29,8	30,1	25,9	27,5	27,9
Manteigas	0,81	0,83	0,83	32,5	29,6	29,1	30,3	28,0	29,7
Marco de Canaveses	1,58	1,32	1,02	28,0	29,1	30,7	25,2	27,3	28,5
Marinha Grande	1,46	1,21	1,18	28,9	30,6	30,8	27,2	29,1	29,0
Marvão	1,17	1,16	0,78	25,9	30,2	30,4	24,1	28,8	26,7
Matosinhos	1,37	1,35	1,15	28,8	30,5	31,1	26,7	29,0	29,8
Mealhada	1,15	1,11	0,98	29,0	30,5	30,7	26,9	29,0	29,4
Mêda	1,41	1,10	0,99	29,1	30,1	28,8	26,6	26,6	29,1
Melgaço	1,02	0,98	1,26	28,2	29,1	29,2	26,9	27,3	28,4
Mértola	1,05	1,19	1,39	27,7	29,9	30,2	25,5	28,7	28,8
Mesão Frio	1,52	1,30	0,76	26,4	30,0	27,1	23,8	28,8	24,1
Mira	1,05	1,23	1,12	28,2	31,3	30,4	26,2	29,2	28,5
Miranda do Corvo	1,34	0,97	1,03	29,2	31,1	31,1	26,5	30,3	29,0
Miranda do Douro	1,39	0,83	0,64	28,1	29,6	31,4	26,0	27,5	29,8
Mirandela	1,29	1,23	1,11	28,1	30,3	30,1	26,1	29,0	29,0
Mogadouro	1,24	1,29	0,95	28,6	29,5	29,9	27,2	27,8	30,3
Moimenta da Beira	1,57	1,28	1,14	28,4	28,7	29,7	25,7	26,8	28,4
Moita	1,49	1,79	1,49	28,2	29,0	29,2	26,0	26,9	27,7
Monção	1,04	0,96	0,81	30,0	30,4	31,7	28,2	28,8	30,3

Municípios	ISF			IMF			Idade Média ao 1.º Filho		
	2001	2011	2013	2001	2011	2013	2001	2011	2013
Monchique	1,12	1,22	1,27	28,4	28,6	29,5	26,3	27,3	27,0
Mondim de Basto	1,56	1,04	0,81	28,6	30,4	32,2	24,8	28,3	31,4
Monforte	1,41	1,31	1,34	27,5	29,7	26,9	26,8	29,4	26,8
Montalegre	1,06	1,05	1,04	28,5	30,4	30,7	24,7	28,8	29,3
Montemor-o-Novo	1,24	1,25	1,10	27,8	29,0	30,7	25,3	26,6	29,2
Montemor-o-Velho	1,39	1,42	1,15	27,8	30,2	30,8	25,8	28,9	29,4
Montijo	1,49	1,59	1,25	28,5	30,2	30,1	26,5	28,9	29,0
Mora	1,25	0,91	1,19	30,0	29,9	27,8	28,5	28,1	26,1
Mortágua	1,06	0,96	1,12	28,2	30,0	29,6	25,5	28,6	27,4
Moura	1,80	1,71	1,43	27,9	28,9	28,1	24,3	25,3	25,4
Mourão	2,11	1,44	1,13	26,2	30,0	28,4	25,0	26,9	23,4
Murça	1,12	1,59	0,86	27,8	30,4	31,4	25,8	28,6	27,1
Murtosa	1,97	1,19	1,33	27,5	28,9	29,4	24,3	27,8	27,2
Nazaré	1,70	1,50	1,37	28,7	29,7	29,7	26,6	27,8	27,6
Nelas	1,37	1,42	1,10	28,1	29,6	29,6	26,1	27,4	28,6
Nisa	1,14	1,13	1,08	30,1	29,8	31,0	27,5	28,4	29,6
Óbidos	1,60	1,16	1,05	29,4	29,3	30,7	26,4	26,4	28,5
Odemira	1,40	1,49	1,13	27,9	28,9	29,3	26,2	26,9	27,5
Odivelas	1,43	1,59	1,47	29,1	30,2	30,1	26,9	28,5	28,7
Oeiras	1,54	1,48	1,41	29,8	31,5	31,7	27,9	30,0	30,7
Oleiros	0,65	0,60	0,57	28,6	28,5	31,8	27,1	27,8	30,4
Olhão	1,39	1,70	1,30	28,3	28,9	29,0	26,3	27,3	27,0
Oliveira de Azeméis	1,32	1,19	1,05	28,0	30,0	30,0	25,9	28,5	28,6
Oliveira de Frades	1,61	1,36	1,22	28,2	29,8	29,0	25,3	28,5	26,7
Oliveira do Bairro	1,39	1,25	0,89	27,5	30,5	30,4	25,4	28,9	28,7
Oliveira do Hospital	1,22	1,41	1,12	29,1	30,3	30,5	27,6	28,1	28,8
Ourém	1,56	1,18	1,18	29,0	30,9	31,3	27,1	29,2	29,6
Ourique	0,91	0,91	1,23	27,8	32,2	28,8	24,5	30,8	26,3
Ovar	1,40	1,22	1,15	28,3	30,1	30,4	26,2	28,7	28,8
Paços de Ferreira	1,67	1,40	1,05	27,9	29,5	29,6	25,1	27,5	27,9
Palmela	1,48	1,43	1,20	28,3	30,0	30,6	26,1	28,3	29,1
Pampilhosa da Serra	1,29	0,72	1,40	27,2	27,9	29,7	24,3	26,0	29,8
Paredes	1,51	1,30	1,12	28,3	29,5	29,5	25,5	27,2	27,8
Paredes de Coura	1,29	1,18	0,96	28,9	28,7	29,9	27,7	27,8	28,1
Pedrógão Grande	1,40	1,07	1,26	27,4	28,2	29,4	27,4	27,8	26,9
Penacova	1,23	1,28	0,90	28,2	30,5	30,9	25,4	29,1	29,8
Penafiel	1,55	1,24	1,16	27,9	29,3	29,2	24,8	26,8	27,4
Penalva do Castelo	1,10	1,34	0,98	27,8	30,9	30,3	25,7	28,3	28,7
Penamacor	1,11	0,75	0,86	28,2	30,9	28,6	27,6	29,6	28,6

Municípios	ISF			IMF			Idade Média ao 1.º Filho		
	2001	2011	2013	2001	2011	2013	2001	2011	2013
Penedono	1,81	0,89	1,00	28,1	29,6	30,2	24,0	28,6	30,2
Penela	0,93	1,12	0,79	30,2	31,4	30,9	26,1	30,3	26,8
Peniche	1,42	1,22	1,33	28,1	30,3	29,4	25,8	28,7	27,3
Peso da Régua	1,45	1,31	1,04	28,1	29,2	30,9	25,5	27,7	29,3
Pinhel	1,31	0,86	0,95	27,5	30,6	30,0	26,2	29,1	28,7
Pombal	1,56	1,18	1,10	28,3	30,6	30,5	26,1	29,3	28,8
Ponte da Barca	1,43	1,16	0,86	29,6	31,8	30,6	26,6	29,5	28,8
Ponte de Lima	1,40	1,09	1,06	28,3	30,3	30,7	25,7	28,0	29,3
Ponte de Sor	1,30	1,24	1,24	26,8	28,8	29,4	24,3	26,7	27,2
Portalegre	1,20	1,21	1,44	29,0	30,9	31,1	27,1	29,3	29,7
Portel	1,44	1,02	1,44	28,2	28,6	29,4	25,2	28,3	27,6
Portimão	1,66	1,72	1,44	28,5	29,5	29,8	26,3	27,7	28,6
Porto	1,33	1,43	1,53	29,4	30,3	30,4	27,3	28,8	29,2
Porto de Mós	1,44	1,34	1,00	28,7	31,3	30,8	26,5	29,6	29,3
Póvoa de Lanhoso	1,47	1,14	0,95	28,5	30,5	31,6	26,2	28,4	29,4
Póvoa de Varzim	1,60	1,33	1,19	27,7	29,9	30,6	25,3	28,0	29,8
Proença-a-Nova	1,28	0,90	1,01	29,2	29,2	31,9	26,7	26,1	31,8
Redondo	1,31	1,49	1,08	28,5	30,6	30,6	25,2	28,6	28,5
Reguengos de Monsaraz	1,34	1,22	1,14	26,7	28,5	28,9	24,6	27,4	28,1
Resende	1,77	1,34	1,11	28,1	29,9	30,4	25,3	27,6	28,2
Ribeira de Pena	1,13	1,56	1,02	30,3	29,3	29,7	26,1	27,7	27,5
Rio Maior	1,48	1,28	1,30	28,4	30,1	30,6	26,3	28,2	28,7
Sabrosa	1,49	1,05	0,92	26,9	30,4	29,2	24,9	26,9	26,1
Sabugal	1,42	1,06	1,21	28,9	30,2	29,9	26,0	28,9	29,2
Salvaterra de Magos	1,34	1,29	1,30	27,3	30,3	30,0	24,8	28,1	28,1
Santa Comba Dão	1,49	1,35	1,14	28,2	29,3	30,2	25,5	27,4	28,4
Santa Maria da Feira	1,40	1,26	1,11	28,5	30,4	30,8	26,5	28,8	29,3
Santa Marta de Penaguião	1,42	1,30	1,01	27,1	29,2	28,7	25,5	26,9	26,0
Santarém	1,46	1,36	1,27	29,4	30,3	30,7	27,5	28,5	28,9
Santiago do Cacém	1,12	1,47	1,24	29,3	30,0	30,0	27,7	28,2	28,3
Santo Tirso	1,39	1,18	0,91	28,0	30,0	30,3	25,8	28,5	29,1
São Brás de Alportel	1,37	1,16	1,34	29,1	30,4	31,5	26,6	28,3	30,0
São João da Madeira	1,40	1,25	1,15	28,3	29,9	30,7	26,9	29,2	30,0
São João da Pesqueira	1,45	1,22	1,04	26,5	28,6	29,2	24,1	27,5	26,7
São Pedro do Sul	1,25	1,23	1,12	28,0	30,4	30,8	25,4	28,9	29,6
Sardoal	1,11	1,33	0,63	28,4	30,7	31,6	27,4	28,7	31,6
Sátão	1,54	1,04	1,15	27,8	29,9	31,4	25,6	28,5	28,4
Seia	1,07	1,13	1,10	29,3	29,3	30,3	27,0	27,5	28,5
Seixal	1,54	1,50	1,39	28,9	29,6	30,2	26,7	28,0	28,7

Municípios	ISF			IMF			Idade Média ao 1.º Filho		
	2001	2011	2013	2001	2011	2013	2001	2011	2013
Sernancelhe	1,55	0,95	1,07	28,2	30,5	30,4	25,4	26,8	27,7
Serpa	1,55	1,22	1,18	27,5	28,8	29,4	25,2	28,1	27,5
Sertã	1,31	1,10	1,15	28,7	30,7	32,0	25,6	29,1	30,4
Sesimbra	1,53	1,49	1,26	28,7	30,0	30,9	26,7	27,8	29,3
Setúbal	1,61	1,58	1,40	28,3	29,5	29,8	26,5	27,3	28,2
Sever do Vouga	1,16	1,01	1,08	27,8	30,0	31,1	25,7	29,0	29,4
Silves	1,24	1,52	1,40	29,0	29,1	29,0	26,2	27,4	27,5
Sines	1,41	1,76	1,27	27,9	28,9	29,8	25,8	26,7	28,0
Sintra	1,62	1,58	1,42	28,7	29,7	30,0	27,2	27,8	28,1
Sobral de Monte Agraço	1,61	1,14	1,25	27,8	30,2	29,4	25,0	29,7	28,5
Soure	1,08	1,03	1,20	28,7	30,8	30,6	26,7	29,3	29,0
Sousel	1,47	0,69	1,09	29,3	32,3	29,5	27,9	29,1	28,2
Tábua	1,41	0,96	0,93	28,4	29,3	31,2	25,4	27,8	28,5
Tabuaço	1,53	0,96	0,71	27,9	28,3	28,1	24,7	26,3	26,9
Tarouca	1,64	0,63	0,86	28,1	30,4	31,2	26,0	28,7	29,6
Tavira	1,29	1,31	1,28	28,2	29,3	30,7	26,1	27,1	28,6
Terras de Bouro	1,51	0,92	1,09	29,2	30,1	30,8	26,8	27,5	29,0
Tomar	1,23	1,11	1,05	29,0	30,1	30,7	26,8	28,5	30,0
Tondela	1,21	1,06	0,94	28,4	30,0	31,0	26,3	28,3	29,4
Torre de Moncorvo	0,98	1,06	0,56	26,8	29,0	26,2	24,2	27,2	24,9
Torres Novas	1,34	1,33	1,16	29,6	30,2	30,8	27,7	28,2	29,8
Torres Vedras	1,44	1,44	1,18	28,8	29,7	30,5	26,5	28,1	28,8
Trancoso	1,22	1,15	1,11	28,9	30,9	32,1	27,3	28,7	31,2
Trofa	1,38	1,22	1,07	28,4	29,4	30,3	26,4	27,7	28,8
Vagos	1,46	1,21	1,26	27,8	30,4	30,2	24,9	28,3	28,8
Vale de Cambra	1,26	1,09	0,94	28,2	30,2	30,9	26,1	28,9	29,6
Valença	1,49	1,09	1,07	28,6	29,7	30,3	26,7	28,6	28,7
Valongo	1,39	1,33	1,13	28,8	29,8	30,1	26,6	28,2	28,6
Valpaços	1,33	0,92	1,10	28,2	29,8	30,2	25,7	28,5	29,3
Vendas Novas	1,33	1,33	1,29	28,0	30,0	30,6	26,8	29,1	28,9
Viana do Alentejo	1,48	1,17	1,16	26,9	29,5	29,2	23,0	28,0	27,6
Viana do Castelo	1,26	1,16	1,11	28,9	30,3	31,2	26,9	28,5	29,9
Vidigueira	1,23	1,60	1,38	27,4	28,2	27,2	25,2	27,5	24,7
Vieira do Minho	1,48	1,26	1,20	28,7	30,9	30,4	26,0	29,3	28,7
Vila de Rei	1,61	1,08	0,76	29,1	32,6	31,6	28,1	30,6	30,2
Vila do Bispo	1,00	1,93	1,24	28,3	30,2	29,5	26,6	28,6	26,9
Vila do Conde	1,38	1,44	1,19	28,2	30,1	30,6	25,8	28,4	29,3
Vila Flor	1,23	0,99	1,15	27,6	29,6	30,4	26,1	27,8	29,2
Vila Franca de Xira	1,52	1,50	1,28	28,8	29,8	30,4	27,0	28,4	28,7

Municípios	ISF			IMF			Idade Média ao 1.º Filho		
	2001	2011	2013	2001	2011	2013	2001	2011	2013
Vila Nova da Barquinha	1,50	1,43	1,29	28,4	29,9	29,8	27,0	28,9	28,2
Vila Nova de Cerveira	1,32	0,96	1,03	28,2	29,9	30,7	26,8	28,3	30,3
Vila Nova de Famalicão	1,42	1,23	1,04	28,8	30,1	31,0	26,5	28,5	29,7
Vila Nova de Foz Côa	1,22	1,31	0,88	27,1	29,7	29,0	25,0	28,5	27,6
Vila Nova de Gaia	1,38	1,27	1,17	28,8	30,0	30,4	26,8	28,4	29,3
Vila Nova de Paiva	1,73	1,29	0,91	28,3	30,5	30,0	26,0	26,9	29,7
Vila Nova de Poiares	1,37	1,29	0,76	27,2	29,3	30,9	25,0	27,7	29,7
Vila Pouca de Aguiar	1,63	1,23	0,73	28,4	29,6	31,0	25,7	27,8	28,4
Vila Real	1,39	1,23	1,06	29,1	30,8	30,6	27,7	29,5	29,3
Vila Real de Santo António	1,51	1,51	1,26	27,1	29,2	29,1	25,4	27,8	28,1
Vila Velha de Ródão	0,75	0,86	0,56	26,7	29,4	28,5	25,1	28,0	27,5
Vila Verde	1,69	1,14	1,06	27,9	30,4	30,3	25,2	28,9	28,4
Vila Viçosa	1,20	1,10	1,22	29,0	29,1	30,7	26,7	27,5	27,3
Vimioso	1,10	1,41	2,01	28,7	31,0	30,3	27,5	30,4	29,2
Vinhais	1,11	0,85	0,97	27,6	30,1	31,1	24,5	30,7	30,0
Viseu	1,55	1,29	1,14	28,6	30,2	30,7	26,4	28,5	29,4
Vizela	1,32	1,15	1,01	27,9	29,8	30,2	25,4	28,2	28,5
Vouzela	1,42	1,05	0,88	28,0	29,4	30,3	25,6	28,5	28,7

Tabela B.2 Proporção de nascimentos fora do casamento, proporção de nascimentos fora do casamento e sem coabitação dos pais e proporção de mulheres em idade fértil, por municípios, em Portugal Continental.

Município	Proporção de nascimentos fora do casamento			Proporção de nascimentos fora do casamento e sem coabitação dos pais			Proporção de mulheres em idade fértil		
	2001	2011	2013	2001	2011	2013	2001	2011	2013
Abrantes	22,8	39	52,3	18,5	12,2	17,9	42,2	38,4	37,6
Águeda	20	41,8	45,9	17,3	27,5	34,0	49,9	44,9	43,3
Aguiar da Beira	3,9	12,9	20,8	0,0	25,0	20,0	41,2	40,9	40,1
Alandroal	23,5	51,2	33,3	25,0	28,6	30,0	39,5	36,8	36,6
Albergaria-a-Velha	23,2	41,8	42,7	30,2	28,3	31,6	50,4	46,6	45,6
Albufeira	46,1	62,2	62,6	11,3	20,6	27,2	54,3	50,5	48,5
Alcácer do Sal	38,2	60,7	57,7	15,4	11,8	34,1	43,1	37,1	36,4
Alcanena	18,7	46,7	46,1	34,8	24,5	27,7	45,4	41,1	40,1
Alcobaça	21,2	39,6	46,6	38,9	21,0	36,7	48	44,9	44,2
Alcochete	23,5	42,9	49,5	17,1	15,1	18,5	49,2	49,4	48,6
Alcoutim	25	64,3	57,1	50,0	22,2	25,0	28,7	25,2	25,2
Alenquer	21,2	48,7	54,3	12,4	18,9	18,9	48,5	47,3	46,5
Alfândega da Fé	21,7	23,1	64,5	0,0	16,7	30,0	38,5	36,6	36,1
Alijó	15,6	37,5	37,9	20,0	18,5	31,8	42	36,1	35,3
Aljezur	48,4	58,3	56,8	20,0	19,0	16,0	37,2	36,4	35,3
Aljustrel	37,5	52,2	65,2	12,5	22,9	11,6	42,6	37,8	37,4
Almada	41,3	56,7	61,6	17,9	24,5	28,3	47,8	43,5	42,4
Almeida	21,9	39,5	28,6	28,6	20,0	50,0	35,9	33,7	33,3
Almeirim	27,6	45,8	53,6	15,9	28,2	26,0	45,6	42,3	41,7
Almodôvar	51,1	43,5	64,7	17,4	20,0	9,1	39,2	37,2	37,5
Alpiarça	24,7	43,1	52,7	11,1	18,2	24,1	41,9	39,1	38,2
Alter do Chão	46,2	77,3	65,2	33,3	11,8	0,0	36,2	37,6	36,1
Alvaiázere	15,5	31,4	37,9	0,0	18,2	36,4	36,6	36,5	35,2
Alvito	41,7	44,4	51,7	0,0	25,0	26,7	40,9	45,2	43,9
Amadora	51,8	63,1	62,1	45,6	33,8	40,6	48,6	43,4	42,7
Amarante	10,6	25,3	31,7	24,7	31,6	40,8	52,8	48,3	47,2
Amares	13,6	20,1	26	17,9	20,7	42,4	51,1	49,3	48,3
Anadia	16,3	39,5	44,4	19,1	30,4	32,4	46,1	41,1	40,4
Ansião	14,7	28,9	36,4	52,9	22,7	35,7	41,8	40,8	40,4
Arcos de Valdevez	9,7	23,7	35,1	56,3	33,3	23,1	38,2	35,1	34,2
Arganil	15,9	36,1	50,7	38,9	19,2	34,3	39,7	39	38,5
Armamar	17,5	32,3	37,5	30,0	30,0	44,4	43,6	40,5	39,4
Arouca	15	26,8	28	47,2	34,6	30,6	49,3	45,6	44,4
Arraiolos	21,2	42,6	39	27,3	17,4	25,0	41,6	41,2	40,3

Município	Proporção de nascimentos fora do casamento			Proporção de nascimentos fora do casamento e sem coabitação dos pais			Proporção de mulheres em idade fértil		
	2001	2011	2013	2001	2011	2013	2001	2011	2013
Arronches	25	28,6	64,3	33,3	50,0	55,6	36,4	40,9	40
Arruda dos Vinhos	21,9	43,4	46	9,5	12,9	29,8	47,5	46,9	46,3
Aveiro	24,3	39	47,7	19,0	20,9	25,4	51,8	47,9	46,4
Avis	40,9	56,3	64,3	11,1	22,2	5,6	38,4	38,3	38
Azambuja	27,9	39,9	52,3	18,8	29,2	26,9	45,8	42,6	42,2
Baião	9,9	23,1	31,6	16,7	27,8	37,2	48,5	46,9	45,6
Barcelos	5,9	20,1	24,2	45,1	29,6	39,6	54,4	50,6	49,5
Barrancos	21,1	33,3	60	0,0	40,0	33,3	41,1	47,1	46,8
Barreiro	42,1	56,5	64,8	21,9	26,7	31,0	46,8	41,1	40,4
Batalha	13	34,9	28,6	14,3	19,6	34,4	49	46,3	46
Beja	34,8	51,8	64,2	17,6	14,7	15,3	46,2	42,6	41,5
Belmonte	19,5	30,4	54,2	25,0	14,3	19,2	43,9	40,7	39,3
Benavente	29,3	48,1	57,6	17,4	16,8	25,6	49,6	48,6	48,4
Bombarral	36,9	51,2	58	15,6	20,6	27,5	44	42,4	41,6
Borba	11,9	48,9	53,1	14,3	4,5	26,5	44,1	41,2	39,7
Boticas	24,2	40	48	50,0	12,5	33,3	39,6	36,6	35,7
Braga	14,7	30,2	32,1	35,8	26,7	33,1	55,8	51,4	50,1
Bragança	18,9	38,3	56,5	16,1	19,0	26,9	47,4	43,4	41,9
Cabeceiras de Basto	10,4	21,4	24	50,0	39,3	24,1	48	47,3	46,7
Cadaval	27,1	36,6	48,2	18,4	29,3	24,4	41,8	39,7	39,2
Caldas da Rainha	29,5	52,3	55	25,2	24,7	27,1	47,7	44,9	43,9
Caminha	23,6	38,7	53,5	31,6	8,3	23,2	45,2	42,3	40,7
Campo Maior	28,3	49,5	62,5	28,6	26,7	27,3	45,3	44,6	44
Cantanhede	16,6	32,7	35,6	17,6	26,8	33,3	44,9	41	40,6
Carrazeda de Ansiães	20,6	50	42,2	0,0	11,1	21,1	37,5	32	31,9
Carregal do Sal	19	43,1	32,3	18,8	12,9	40,0	42,7	40,2	40,4
Cartaxo	21,9	41,1	50	30,9	28,9	29,3	46,8	44,1	43,5
Cascais	34,2	48,3	52,1	20,3	23,9	27,9	48,9	45,8	44,9
Castanheira de Pera	40,6	35,3	63,6	7,7	16,7	28,6	39,1	33,4	31,5
Castelo Branco	15,5	41,1	44,3	26,5	15,0	19,1	45,3	42,2	41,1
Castelo de Paiva	6,5	26,7	27,1	14,3	34,3	28,1	52,2	47,8	46,6
Castelo de Vide	18,5	47,6	64,7	40,0	10,0	18,2	39,3	40,7	40,4
Castro Daire	23,3	24,2	33,8	0,0	30,4	44,4	40,7	38,4	37,8
Castro Marim	16,3	59,6	69,7	0,0	17,9	17,4	39,7	41,1	40,8
Castro Verde	23,2	62,3	54,5	12,5	9,1	0,0	43,8	42,1	42,1
Celorico da Beira	18,2	37,2	38,9	10,0	6,3	7,1	40,5	37,5	36
Celorico de Basto	9	14,5	23,3	36,8	17,4	37,0	47,8	46	45,7

Município	Proporção de nascimentos fora do casamento			Proporção de nascimentos fora do casamento e sem coabitação dos pais			Proporção de mulheres em idade fértil		
	2001	2011	2013	2001	2011	2013	2001	2011	2013
Chamusca	24,7	44	58,2	27,8	30,3	21,9	42,1	37,8	36,8
Chaves	19,6	31,1	36,3	39,7	29,1	30,1	46,1	41,3	40,4
Cinfães	12,1	21,2	35,7	30,0	37,1	38,0	47	44	42,9
Coimbra	17,2	40,4	42	27,3	22,4	33,7	49,4	43,4	41
Condeixa-a-Nova	12,1	35	33,6	29,4	20,6	10,9	47,6	46,6	46,6
Constância	8,3	51,6	60,7	66,7	18,8	5,9	47,1	45,3	43,7
Coruche	30,4	45,2	58,7	4,1	12,3	12,5	40,5	36,5	36
Covilhã	12,1	37,8	42,6	23,6	18,8	13,8	45,9	40,2	39,1
Crato	32	41,7	60	37,5	20,0	16,7	34,3	36	36,7
Cuba	46,4	46,7	55,9	26,9	9,5	5,3	40,2	42,9	43,3
Elvas	28,1	62	65,7	20,0	17,2	21,1	45,2	43,4	42,6
Entroncamento	20,2	36,2	52,4	18,8	16,7	14,8	51,5	48,2	46,6
Espinho	23,1	51,9	53,4	24,7	33,6	38,6	49,6	42	40,2
Esposende	9,9	23,6	27,7	23,9	31,3	26,8	53	50,2	49,1
Estarreja	19,9	35,8	52,2	27,8	19,5	24,5	48,4	45,3	44,2
Estremoz	25,8	55,6	51,6	16,1	14,5	17,0	40,9	40,5	39,8
Évora	32,9	48	57,3	23,7	16,6	29,6	48,3	44,3	43
Fafe	16,4	25,7	33,3	25,9	35,6	44,5	51,7	47,9	46,7
Faro	42,8	58,8	60,5	14,7	23,0	29,3	51	46,3	44,2
Felgueiras	10,3	22,9	24,7	32,5	36,8	44,0	55,2	52,4	51,3
Ferreira do Alentejo	33,8	62,5	70,6	13,6	20,0	14,6	41,2	39,8	39,5
Ferreira do Zêzere	11,7	31	42,9	42,9	44,4	33,3	39,1	39,2	38,7
Figueira da Foz	27,9	46	44	22,2	24,6	37,0	46,7	42,1	41,1
Figueira de Castelo Rodrigo	26,7	67,8	54,3	16,7	5,0	12,0	36,4	35,4	34,3
Figueiró dos Vinhos	16,9	47,4	33,3	18,2	0,0	50,0	39,4	34,7	33,9
Fornos de Algodres	11,9	37,5	37,9	40,0	11,1	9,1	39,1	40,2	39,7
Freixo de Espada à Cinta	20,7	61,1	39,1	0,0	18,2	22,2	34,2	37	37,7
Fronteira	16,7	40,7	35,3	50,0	18,2	33,3	40,2	39,2	39,6
Fundão	14,3	29,8	45,3	18,9	17,7	18,2	42,1	38,3	37,3
Gavião	17,6	47,1	66,7	33,3	25,0	16,7	31,2	33	33,1
Góis	10,8	61,5	54,2	0,0	0,0	38,5	35,7	36,8	36,3
Golegã	34	54,5	50	33,3	29,2	29,4	43,1	41,6	40,7
Gondomar	16,5	40,3	47,6	26,5	31,7	36,3	54,2	48,4	46,9
Gouveia	17,5	29,4	36,7	10,0	16,0	9,1	37,7	34,5	33,6
Grândola	40,5	65,8	72,5	21,6	13,0	21,5	41,2	40,1	39,5
Guarda	12,2	29,3	34,5	31,5	20,8	17,8	48,8	44,1	42,6
Guimarães	8,9	26,4	28,2	9,1	5,7	3,8	55,2	50,3	49
Ídanha-a-Nova	19	59,3	68,4	27,7	27,2	27,9	28,8	28,9	28,5

Município	Proporção de nascimentos fora do casamento			Proporção de nascimentos fora do casamento e sem coabitação dos pais			Proporção de mulheres em idade fértil		
	2001	2011	2013	2001	2011	2013	2001	2011	2013
Ílhavo	27,3	44,4	51	14,4	26,5	27,7	51,7	47,8	46,6
Lagoa	39,1	60	67,5	19,5	22,9	27,2	49,4	46,3	45,3
Lagos	43	56,1	57,6	37,0	29,1	22,7	46,6	44,8	44,1
Lamego	9,2	28,6	26,7	19,1	25,7	31,0	47,9	44	43
Leiria	16,8	40,2	42,4	26,4	26,5	31,6	51,2	47,6	46,5
Lisboa	39,8	51,7	54,1	17,5	27,8	36,2	41,4	37,9	36,5
Loulé	46	57,1	60,2	21,6	27,0	29,9	48,2	45,7	44,7
Loures	39,3	54,9	58,7	25,4	19,6	31,0	50,7	45,5	44,8
Lourinhã	30,2	47,5	54,3	13,5	27,8	20,8	47,9	45,9	45,2
Lousã	19,7	32,3	43,1	24,2	37,6	31,3	49,1	47,9	47,6
Lousada	5,2	20,8	19	45,5	23,1	21,4	55,8	53,4	52,5
Mação	20	34,2	56	19,0	23,8	6,5	30,6	32,7	33,1
Macedo de Cavaleiros	14,7	29,2	44,9	19,2	17,2	19,1	42,3	37,7	36,9
Mafra	22	41,7	46,4	27,8	27,1	36,7	49,8	50,1	49,7
Maia	15,4	36	41,2	28,6	26,3	19,0	55,5	50,4	49,1
Mangualde	10,2	24,2	30,4	0,0	40,0	16,7	44,3	41,7	41
Manteigas	11,1	35,7	46,2	33,9	29,8	33,3	42,5	36,5	35,9
Marco de Canaveses	8,4	23,2	29,7	12,9	25,9	27,0	53,3	51,1	50,5
Marinha Grande	31,2	49,4	47,7	33,3	16,7	0,0	49,7	45,4	44,5
Marvão	23,1	30	69,2	34,8	30,7	41,6	36,1	36,2	35,9
Matosinhos	23,3	43,1	47	25,0	28,0	34,5	52,9	46,7	45,2
Mealhada	15,6	33,6	43,7	16,7	37,5	0,0	48,7	44,8	43,9
Mêda	13,6	30,8	28,6	50,0	12,5	42,9	36,9	32,5	31
Melgaço	15,1	39	44,7	23,8	22,7	20,0	35,9	32,3	31,7
Mértola	45,7	61,1	62,5	45,5	10,0	33,3	36,1	33,6	32
Mesão Frio	20,8	28,6	47,4	36,8	36,6	30,8	46,9	43,3	42,3
Mira	20,2	41,8	46,4	23,5	10,5	25,0	45	42,6	41,9
Miranda do Corvo	13	23,5	30,4	0,0	10,0	13,3	46,9	46	44,2
Miranda do Douro	19	30,3	60	30,4	15,2	19,7	38,5	36,8	36,3
Mirandela	21,4	39,1	53,1	0,0	7,1	8,3	44,9	40,4	39,5
Mogadouro	13,7	26,4	31,6	9,1	23,5	22,2	39,4	33,8	32,6
Moimenta da Beira	20,2	44,7	41,5	23,7	32,3	41,4	44,6	42	40,7
Moita	41,7	60,2	67,9	26,3	22,0	23,5	51,5	45,3	43,8
Monção	15	37,3	37	15,4	23,8	40,0	41,6	38,3	37,7
Monchique	33,3	63,6	73,5	61,5	23,5	40,0	38,3	35,6	35,5
Mondim de Basto	14,3	34,7	27	7,7	18,2	33,3	46,4	46,6	46,3
Monforte	41,9	39,3	57,7	15,8	33,3	50,0	41,4	42,1	42,5
Montalegre	27,5	37,5	36,4	18,6	12,1	28,8	38,6	34,6	33,6

Município	Proporção de nascimentos fora do casamento			Proporção de nascimentos fora do casamento e sem coabitação dos pais			Proporção de mulheres em idade fértil		
	2001	2011	2013	2001	2011	2013	2001	2011	2013
Montemor-o-Novo	31,2	55	58,4	24,1	17,3	18,0	40,9	38,9	38
Montemor-o-Velho	12	32,1	30,7	27,2	16,2	23,3	45,5	44,4	43,6
Montijo	35,7	45,6	48,7	21,4	9,1	40,0	47,3	48,7	48,9
Mora	38,9	47,8	57,7	0,0	19,0	21,7	38,2	34,9	34,2
Mortágua	10,4	40,4	39	14,7	9,8	10,0	43,6	38,3	38,1
Moura	38,4	55,4	66,7	25,0	0,0	18,2	41,6	40,5	40,3
Mourão	44,4	68,2	64,7	25,0	14,3	27,3	39,3	41,3	42,2
Murça	9,3	28,6	42,3	59,1	25,0	34,2	42	37,6	35,9
Murtosa	16,7	29,6	44,2	22,2	18,6	34,5	43,7	44,5	43,8
Nazaré	30,7	49,6	47,5	26,7	27,8	26,7	46,9	43,2	42,2
Nelas	11,9	31,3	35,7	18,2	14,3	26,3	45,4	40,5	39,9
Nisa	23,4	37,8	57,6	17,4	32,6	36,6	31,4	33,2	33,4
Óbidos	19,3	56,8	56,9	12,6	15,0	20,5	45,3	42,5	41,4
Odemira	45,2	59,3	69,6	23,1	22,4	25,2	42,1	39,8	39,3
Odivelas	38,7	49,7	52,8	28,2	24,4	29,9	51,3	46,7	46,3
Oeiras	34,6	48,4	54,6	25,0	20,0	0,0	48,6	43	41,9
Oleiros	22,2	33,3	42,9	18,9	33,3	31,8	32,5	31,1	30,7
Olhão	45,2	60,9	60,7	21,9	20,0	33,5	48,1	46,8	46,7
Oliveira de Azeméis	13,1	32,6	35,1	20,0	22,2	34,4	52,3	46,9	45,6
Oliveira de Frades	12,7	28,7	39,5	33,3	26,2	25,0	46	45,4	44,6
Oliveira do Bairro	20	39,6	35,4	21,7	16,7	30,0	46,9	46	46,1
Oliveira do Hospital	13	28,2	39,1	15,3	22,1	31,4	44,1	42	41
Ourém	11,5	30,3	30,8	14,3	25,0	4,5	46	44	43,3
Ourique	46,7	61,5	71	28,0	32,1	35,3	37,8	37,2	37,6
Ovar	18,8	42,7	46	39,3	43,4	44,1	52,9	48,1	47
Paços de Ferreira	7,4	27,1	30,8	18,1	18,4	32,2	55,8	52,2	51,4
Palmela	28,8	50,1	55,1	0,0	42,9	46,2	49,3	47	45,8
Pampilhosa da Serra	18,5	46,7	50	33,7	35,9	48,4	29,2	31,1	29,8
Paredes	8,7	26,5	31,4	33,3	20,0	16,7	56,3	52,5	51,5
Paredes de Coura	3,9	31,7	35,3	14,3	37,5	14,3	40,6	39,4	39
Pedrógão Grande	22,6	40	60,9	23,1	32,1	34,8	35,4	34,8	35,8
Penacova	9,1	24,6	31,9	47,5	37,0	38,8	44,4	41,2	39,7
Penafiel	6,2	22,7	27,9	28,6	35,7	30,0	54,5	51,4	50,3
Penalva do Castelo	12,1	22,6	22,7	40,0	11,1	11,1	40,8	38,8	39,1
Penamacor	16,7	50	47,4		40,0	42,9	28,3	31,1	31,2
Penedono		35,7	46,7	20,0	11,1	28,6	41,1	37,4	37,5
Penela	13,5	24,3	30,4	25,6	17,2	34,4	39,8	38,8	38,4
Peniche	31,2	52,7	56,8	23,3	23,5	10,8	48,3	44,1	42,4

Município	Proporção de nascimentos fora do casamento			Proporção de nascimentos fora do casamento e sem coabitação dos pais			Proporção de mulheres em idade fértil		
	2001	2011	2013	2001	2011	2013	2001	2011	2013
Peso da Régua	22,4	38,3	36,3	20,0	0,0	15,4	47,9	44,3	43,5
Pinhel	6,3	22	29,5	18,4	20,3	32,7	38,6	35,7	35,7
Pombal	18,9	36,5	44,8	45,5	14,3	20,8	45,4	42,4	41,7
Ponte da Barca	8,8	23,1	37,5	40,0	34,9	32,7	44,1	42,5	41,9
Ponte de Lima	5,2	13,6	16,8	32,4	25,4	16,9	48,1	45,7	45
Ponte de Sôr	25,5	51,3	54,1	18,6	18,8	22,8	43	40,7	40
Portalegre	21,3	35	45,1	15,4	31,6	31,0	45,5	40,2	39
Portel	20,3	55,9	63	12,9	27,3	36,9	41,1	39,8	38,4
Portimão	40,3	54,6	62,4	30,8	36,1	41,8	48,7	45,6	44,8
Porto	36,2	53,6	53,2	28,8	28,8	26,0	45,5	39,1	37,1
Porto de Mós	23	34,8	50	42,9	35,9	40,7	48,4	44,1	43,2
Póvoa de Lanhoso	7,9	22,8	19,3	35,9	30,6	31,4	52,2	47,9	47
Póvoa de Varzim	12	26,5	31,4	25,0	50,0	38,5	53,5	48,7	47,2
Proença-a-Nova	6,7	34,3	34,2	30,0	5,7	20,8	37	35,2	34,4
Redondo	16,9	52,2	50	18,8	16,7	15,6	42,3	42,3	42,9
Reguengos de Monsaraz	34	47,4	64,3	38,5	13,3	22,2	42	41	40,7
Resende	17,7	32,6	38	0,0	34,8	27,8	44,6	43,7	43,4
Ribeira de Pena	8,3	41,8	52,9	27,0	18,9	22,0	43,5	39,7	38,4
Rio Maior	28,1	43,8	50,3	40,0	18,2	27,3	47,5	43,9	42,8
Sabrosa	16,1	29,7	36,7	25,0	17,6	15,0	42,2	38,5	37,6
Sabugal	22,5	34,7	38,5	30,8	25,6	21,7	31,2	28,5	27,8
Salvaterra de Magos	28,4	51,4	54,8	53,3	33,3	27,6	45,2	42,8	42
Santa Comba Dão	12,5	32,3	40,3	25,2	30,6	41,3	44,1	40,1	39,8
Santa Maria da Feira	14	27,2	34,8	18,2	20,0	50,0	54,2	49,3	48
Santa Marta de Penaguião	13,8	19,6	37,8	26,9	21,6	29,2	44,8	38,2	38,1
Santarém	22,4	47,1	48,3	12,5	12,9	21,1	45	41,8	40,6
Santiago do Cacém	30,6	51	57,7	46,9	25,3	33,8	46,5	39,6	38,4
Santo Tirso	43	27,2	37	17,2	19,6	31,4	52,1	46,6	44,9
São Brás de Alportel	30,2	59,7	59,3	40,0	20,2	27,8	45,2	44,4	43,8
São João da Madeira	18,5	44,9	48,8	0,0	7,7	9,1	54	47,9	46
São João da Pesqueira	8,8	47,3	47,8	28,6	33,3	33,3	44,7	43	42,5
São Pedro do Sul	14,3	35,5	34,7	44,4	9,1	0,0	42	38,5	37,8
Sardoal	34,6	32,4	53,3	35,7	42,9	44,4	40,4	41,4	40,1
Sátão	10,4	18,9	22,2	20,8	15,6	28,0	44,9	42,6	41,9
Seia	12,8	30,6	36,2	16,3	22,5	29,0	44,4	39,1	37,8
Seixal	35,8	56,6	60,6	20,0	0,0	18,2	54,6	47,6	46,7
Sernancelhe	9,1	30	33,3	19,6	19,7	14,3	42,1	40,8	39,8
Serpa	30,5	59,2	64,3	41,2	25,8	28,6	41,4	40,3	40

Município	Proporção de nascimentos fora do casamento			Proporção de nascimentos fora do casamento e sem coabitação dos pais			Proporção de mulheres em idade fértil		
	2001	2011	2013	2001	2011	2013	2001	2011	2013
Sertã	13,3	32,6	42,4	16,2	19,7	25,9	39,7	39,5	39,1
Sesimbra	27,7	47,5	58,9	25,2	27,1	32,4	50,8	49,8	49,3
Setúbal	38,5	57,1	60,4	33,3	30,8	34,6	49,1	44,2	43,1
Sever do Vouga	8,1	35,1	35,6	13,8	23,3	36,8	47	43,2	42
Silves	43,1	58,7	62,5	8,8	17,6	28,3	44,3	43	41,9
Sines	41,3	57,2	53,6	19,0	29,3	32,5	51	46	44,1
Sintra	32,5	56,7	62	20,0	8,3	9,5	54,6	49,8	48,5
Sobral de Monte Agraço	26,8	43,4	48,8	41,7	13,8	29,7	47,7	47,1	46,4
Soure	8,2	25,4	31,4	16,7	9,1	20,0	42,2	38,8	38,2
Sousel	36,7	55	38,5	14,3	33,3	41,9	37	37	36,6
Tábua	18,8	37,5	44,9	27,3	30,8	27,3	42,2	42,9	42,5
Tabuaço	16,9	34,2	39,3	13,3	12,5	36,4	43,6	43,1	42,5
Tarouca	15,8	24,2	25	25,0	44,4	41,7	46,2	46,4	45,7
Tavira	32,4	58,9	59,3	26,1	19,8	28,6	43,4	41,6	41
Terras de Bouro	9,8	23,1	27,9	28,2	26,8	41,7	44,3	42,6	42
Tomar	19,9	45,3	51,6	12,5	20,0	17,6	43,4	40,1	39
Tondela	16,6	33,3	42,6	36,4	17,6	21,0	42	39,3	38,3
Torre de Moncorvo	16,3	45,5	81	13,4	18,8	22,9	37	33,9	33
Torres Novas	20,1	40,1	47,4	12,5	11,8	14,3	44,5	41,2	40,6
Torres Vedras	17,2	45,8	48,9	35,6	29,7	36,2	47,9	46,2	45,3
Trancoso	10,8	27,4	25	18,8	23,6	28,9	39,2	39,1	38,3
Trofa	2,9	29,9	33,5	20,0	28,6	36,4	55	50,4	49,1
Vagos	20,1	37,5	46,4	25,6	23,1	26,5	48	46,6	45,3
Vale de Cambra	13,4	32,2	35,2	24,9	34,0	36,1	48,8	43,7	43
Valença	26,2	53,1	54,4	25,9	14,8	23,5	44,8	43,2	42,2
Valongo	18,1	36,4	45,6	30,8	11,4	21,3	55,5	50,3	49
Valpaços	19,9	39,1	42,5	14,3	14,3	18,2	38,6	34,1	33
Vendas Novas	24,3	36,5	52,8	14,4	18,7	18,2	43,5	41,3	40,9
Viana do Alentejo	25,9	46,7	55	0,0	3,3	14,3	42,4	43,7	43,2
Viana do Castelo	14,4	29,3	34,9	68,8	28,0	29,2	50,1	45,1	43,9
Vidigueira	35,6	56,6	76,1	0,0	0,0	0,0	40,6	41	40,7
Vieira do Minho	6,2	25,5	27	15,4	25,7	16,7	47,1	43,8	42,7
Vila de Rei	8,3	31,6	46,2	32,0	28,2	30,5	31,8	35	33,6
Vila do Bispo	41,9	62,5	66,7	7,1	8,3	31,3	42,9	41,6	40,6
Vila do Conde	11,5	29,6	37,2	20,2	19,8	27,5	53,3	48,9	47,7
Vila Flor	23	33,3	41	12,5	7,4	31,0	41,7	38	38,3
Vila Franca de Xira	26,5	46,5	52,5	38,9	7,1	20,0	54,6	49,3	48,3
Vila Nova da Barquinha	33,3	45,8	56,9	30,1	32,4	33,2	43,4	39,6	38,8

Município	Proporção de nascimentos fora do casamento			Proporção de nascimentos fora do casamento e sem coabitação dos pais			Proporção de mulheres em idade fértil		
	2001	2011	2013	2001	2011	2013	2001	2011	2013
Vila Nova de Cerveira	22,8	50	41,7	27,3	11,8	18,8	43,2	43,3	43
Vila Nova de Famalicão	15,7	26,1	30,6	28,0	29,8	34,1	54,8	50,4	49,3
Vila Nova de Foz Côa	37,9	37	53,3	0,0	0,0	12,5	39	35	34,8
Vila Nova de Gaia	21	44,1	47,2	13,3	26,5	25,0	53,6	48,6	47,4
Vila Nova de Paiva	9	16,7	32	40,9	10,0	52,4	43,6	39,5	39,2
Vila Nova de Poiares	20,3	50,7	51,3	30,3	21,7	28,7	48,1	47,8	46,8
Vila Pouca de Aguiar	15,6	25,3	45,7	35,6	18,1	33,3	42,6	37,8	37,5
Vila Real	13,6	26,5	35,9	0,0	25,0	40,0	51,1	47,2	46,2
Vila Real de Santo António	30,7	55,3	62,7	40,3	31,6	30,8	47,2	44,2	43,6
Vila Velha de Ródão	7,7	53,3	50	12,5	21,7	27,6	29	32,3	32,8
Vila Verde	10	24,1	26,1	25,0	7,7	17,6	49,8	48,3	47,4
Vila Viçosa	21,6	43,4	50	18,8	13,3	6,3	47,3	43,5	42,3
Vimioso	15,4	40,6	39,5	26,1	20,7	30,1	34,2	32,5	33,4
Vinhais	30,8	48,4	45,7	47,1	50,7	49,1	35,2	30,1	29
Viseu	15,4	30	33,2	26,3	13,6	23,5	50	46,5	45,6
Vizela	3,9	32,5	31,3				56	53,3	52,3
Vouzela	17,6	35,5	34				43	39,7	39,6

Anexo C

Tabelas do capítulo 4

Tabela C.1 Tábua de fecundidade, mulheres, no ano de 2013 em Portugal, na transição para o primeiro filho.

Idade	$B_1(x)$	$E_0(x)$	$q_1(x)$	$l_0(x)$	$b_1(x)$	$L_1(x)$	$z_1(x)$
12	1 141	2 296 491	0,00050	100 000	50	99 975	0,00077
13	0	2 295 350	0,00000	99 950	0	99 950	0,00077
14	3 384	2 295 350	0,00147	99 950	147	99 877	0,00305
15	4 332	2 291 966	0,00189	99 803	189	99 709	0,00596
16	18 595	2 287 634	0,00813	99 614	810	99 209	0,01847
17	25 371	2 269 039	0,01118	98 805	1 105	98 252	0,03555
18	46 598	2 243 668	0,02077	97 700	2 029	96 685	0,06691
19	67 675	2 197 070	0,03080	95 671	2 947	94 197	0,11245
20	66 196	2 129 395	0,03109	92 724	2 882	91 283	0,15700
21	88 711	2 063 199	0,04300	89 841	3 863	87 910	0,21670
22	92 182	1 974 488	0,04669	85 978	4 014	83 971	0,27874
23	100 220	1 882 306	0,05324	81 964	4 364	79 782	0,34618
24	95 161	1 782 086	0,05340	77 600	4 144	75 529	0,41022
25	105 335	1 686 925	0,06244	73 457	4 587	71 163	0,48111
26	98 042	1 581 590	0,06199	68 870	4 269	66 735	0,54709
27	106 753	1 483 548	0,07196	64 601	4 649	62 276	0,61893
28	97 918	1 376 795	0,07112	59 952	4 264	57 820	0,68483
29	81 311	1 278 877	0,06358	55 688	3 541	53 918	0,73955
30	99 113	1 197 566	0,08276	52 148	4 316	49 990	0,80625
31	70 968	1 098 453	0,06461	47 832	3 090	46 287	0,85401
32	50 505	1 027 485	0,04915	44 742	2 199	43 642	0,88800
33	48 184	976 980	0,04932	42 542	2 098	41 493	0,92043
34	38 343	928 796	0,04128	40 444	1 670	39 609	0,94623
35	20 526	890 453	0,02305	38 775	894	38 328	0,96005
36	22 270	869 927	0,02560	37 881	970	37 396	0,97503
37	13 241	847 657	0,01562	36 911	577	36 623	0,98394
38	7 336	834 416	0,00879	36 334	319	36 175	0,98888
39	6 434	827 080	0,00778	36 015	280	35 875	0,99321
40	3 203	820 646	0,00390	35 735	139	35 665	0,99537
41	2 512	817 443	0,00307	35 595	109	35 541	0,99706
42	3 398	814 931	0,00417	35 486	148	35 412	0,99934
43	0	811 533	0,00000	35 338	0	35 338	0,99934
44	89	811 533	0,00011	35 338	4	35 336	0,99940
45	887	811 444	0,00109	35 334	39	35 334	1,00000

Tabela C.2 Tábua de fecundidade, mulheres, no ano de 2013 em Portugal, na transição para o segundo filho.

Idade	$B_1(x)$	$E_0(x)$	$q_1(x)$	$l_0(x)$	$b_1(x)$	$L_1(x)$	$z_1(x)$
12	0	1 485 934	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
13	0	1 485 934	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
14	0	1 485 934	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
15	233	1 485 934	0,00016	100 000	16	99 992	0,00030
16	319	1 485 701	0,00021	99 984	21	99 974	0,00071
17	3 983	1 485 382	0,00268	99 963	268	99 829	0,00580
18	1 683	1 481 399	0,00114	99 695	113	99 638	0,00795
19	6 826	1 479 716	0,00461	99 582	459	99 352	0,01668
20	14 247	1 472 890	0,00967	99 122	959	98 643	0,03489
21	15 118	1 458 643	0,01036	98 163	1 017	97 655	0,05422
22	23 825	1 443 525	0,01650	97 146	1 603	96 344	0,08469
23	28 111	1 419 700	0,01980	95 543	1 892	94 597	0,12063
24	30 728	1 391 589	0,02208	93 651	2 068	92 617	0,15992
25	40 272	1 360 861	0,02959	91 583	2 710	90 228	0,21141
26	34 932	1 320 589	0,02645	88 873	2 351	87 697	0,25607
27	50 013	1 285 657	0,03890	86 522	3 366	84 839	0,32002
28	51 928	1 235 644	0,04203	83 156	3 495	81 409	0,38642
29	61 029	1 183 716	0,05156	79 661	4 107	77 608	0,46445
30	56 363	1 122 687	0,05020	75 554	3 793	73 658	0,53651
31	52 408	1 066 324	0,04915	71 761	3 527	69 998	0,60352
32	51 937	1 013 916	0,05122	68 234	3 495	66 487	0,66993
33	58 484	961 979	0,06080	64 739	3 936	62 771	0,74471
34	53 705	903 495	0,05944	60 803	3 614	58 996	0,81337
35	40 075	849 790	0,04716	57 189	2 697	55 840	0,86461
36	38 360	809 715	0,04737	54 492	2 582	53 201	0,91366
37	23 812	771 355	0,03087	51 910	1 602	51 109	0,94410
38	11 926	747 543	0,01595	50 308	803	49 907	0,95935
39	10 553	735 617	0,01435	49 505	710	49 150	0,97285
40	13 526	725 064	0,01865	48 795	910	48 340	0,99014
41	3 068	711 538	0,00431	47 885	206	47 782	0,99406
42	2 698	708 470	0,00381	47 678	182	47 588	0,99751
43	1 153	705 772	0,00163	47 497	78	47 458	0,99899
44	0	704 619	0,00000	47 419	0	47 419	0,99899
45	792	704 619	0,00112	47 419	53	47 419	1,00000

Tabela C.3 Tábua de fecundidade, mulheres, no ano de 2013 em Portugal, na transição para o terceiro e mais filhos.

Idade	$B_1(x)$	$E_0(x)$	$q_1(x)$	$l_0(x)$	$b_1(x)$	$L_1(x)$	$z_1(x)$
12	0	782 107	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
13	0	782 107	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
14	0	782 107	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
15	0	782 107	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
16	0	782 107	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
17	0	782 107	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
18	0	782 107	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
19	1 773	782 107	0,00227	100 000	227	99 887	0,00813
20	1 305	780 334	0,00167	99 773	167	99 690	0,01412
21	3 123	779 029	0,00401	99 606	399	99 407	0,02844
22	3 818	775 906	0,00492	99 207	488	98 963	0,04595
23	4 906	772 088	0,00635	98 719	627	98 405	0,06846
24	11 371	767 182	0,01482	98 092	1 454	97 365	0,12061
25	6 040	755 811	0,00799	96 638	772	96 252	0,14832
26	10 957	749 771	0,01461	95 866	1 401	95 165	0,19857
27	9 895	738 814	0,01339	94 465	1 265	93 832	0,24396
28	13 222	728 919	0,01814	93 199	1 691	92 354	0,30460
29	15 293	715 697	0,02137	91 509	1 955	90 531	0,37475
30	17 513	700 404	0,02500	89 553	2 239	88 434	0,45508
31	11 918	682 891	0,01745	87 314	1 524	86 552	0,50974
32	14 168	670 973	0,02112	85 790	1 812	84 885	0,57472
33	14 963	656 805	0,02278	83 979	1 913	83 022	0,64336
34	18 480	641 842	0,02879	82 066	2 363	80 884	0,72812
35	8 717	623 362	0,01398	79 703	1 115	79 146	0,76810
36	12 465	614 645	0,02028	78 588	1 594	77 791	0,82527
37	7 652	602 180	0,01271	76 995	978	76 505	0,86037
38	10 085	594 528	0,01696	76 016	1 289	75 371	0,90663
39	8 923	584 443	0,01527	74 727	1 141	74 156	0,94756
40	4 685	575 520	0,00814	73 586	599	73 286	0,96904
41	3 299	570 835	0,00578	72 987	422	72 776	0,98418
42	1 584	567 536	0,00279	72 565	203	72 464	0,99144
43	1 054	565 952	0,00186	72 362	135	72 295	0,99628
44	89	564 898	0,00016	72 228	11	72 222	0,99668
45	95	564 809	0,00017	72 216	12	72 216	0,99712
46	628	564 714	0,00111	72 204	80	72 204	1,00000

Tabela C.4 Tábua de fecundidade, homens, no ano de 2013 em Portugal, na transição para o primeiro filho.

Idade	$B_1(x)$	$E_0(x)$	$q_1(x)$	$l_0(x)$	$b_1(x)$	$L_1(x)$	$z_1(x)$
12	0	2 564 654	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
13	0	2 564 654	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
14	0	2 564 654	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
15	0	2 564 654	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
16	4 437	2 564 654	0,00173	100 000	173	99 913	0,00295
17	3 343	2 560 217	0,00131	99 827	130	99 762	0,00518
18	6 491	2 556 874	0,00254	99 697	253	99 570	0,00950
19	24 464	2 550 383	0,00959	99 444	954	98 967	0,02580
20	41 382	2 525 919	0,01638	98 490	1 614	97 683	0,05335
21	47 173	2 484 537	0,01899	96 876	1 839	95 956	0,08477
22	53 379	2 437 364	0,02190	95 037	2 081	93 996	0,12032
23	72 339	2 383 985	0,03034	92 955	2 821	91 545	0,16849
24	83 583	2 311 646	0,03616	90 135	3 259	88 505	0,22416
25	119 828	2 228 063	0,05378	86 876	4 672	84 540	0,30396
26	101 304	2 108 235	0,04805	82 203	3 950	80 228	0,37142
27	114 832	2 006 931	0,05722	78 253	4 477	76 015	0,44789
28	124 850	1 892 099	0,06598	73 776	4 868	71 342	0,53104
29	127 592	1 767 249	0,07220	68 908	4 975	66 420	0,61601
30	84 234	1 639 657	0,05137	63 933	3 284	62 291	0,67210
31	109 274	1 555 423	0,07025	60 648	4 261	58 518	0,74488
32	71 356	1 446 149	0,04934	56 388	2 782	54 997	0,79240
33	77 234	1 374 793	0,05618	53 605	3 011	52 100	0,84383
34	54 367	1 297 559	0,04190	50 594	2 120	49 534	0,88004
35	44 689	1 243 192	0,03595	48 474	1 742	47 603	0,90980
36	46 098	1 198 503	0,03846	46 732	1 797	45 833	0,94050
37	24 731	1 152 405	0,02146	44 934	964	44 452	0,95697
38	21 617	1 127 674	0,01917	43 970	843	43 548	0,97136
39	16 150	1 106 057	0,01460	43 127	630	42 812	0,98212
40	9 313	1 089 907	0,00854	42 497	363	42 316	0,98832
41	2 206	1 080 594	0,00204	42 134	86	42 091	0,98979
42	5 515	1 078 388	0,00511	42 048	215	41 941	0,99346
43	5 866	1 072 873	0,00547	41 833	229	41 719	0,99737
44	764	1 067 007	0,00072	41 604	30	41 589	0,99788
45	287	1 066 243	0,00027	41 575	11	41 575	0,99807
46	1 037	1 065 956	0,00097	41 563	40	41 563	0,99876
47	596	1 064 919	0,00056	41 523	23	41 523	0,99916
48	0	1 064 323	0,00000	41 500	0	41 500	0,99916
49	1 267	1 064 323	0,00119	41 500	49	41 500	1,00000

Tabela C.5 Tábua de fecundidade, homens, no ano de 2013 em Portugal, na transição para o segundo filho.

Idade	$B_1(x)$	$E_0(x)$	$q_1(x)$	$l_0(x)$	$b_1(x)$	$L_1(x)$	$z_1(x)$
12	0	1 501 598	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
13	0	1 501 598	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
14	0	1 501 598	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
15	0	1 501 598	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
16	0	1 501 598	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
17	0	1 501 598	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
18	613	1 501 598	0,00041	100 000	41	99 980	0,00077
19	2 802	1 500 985	0,00187	99 959	187	99 866	0,00427
20	5 007	1 498 183	0,00334	99 773	333	99 606	0,01054
21	5 642	1 493 176	0,00378	99 439	376	99 251	0,01759
22	10 254	1 487 534	0,00689	99 063	683	98 722	0,03042
23	14 169	1 477 280	0,00959	98 381	944	97 909	0,04814
24	15 268	1 463 111	0,01044	97 437	1 017	96 929	0,06724
25	31 381	1 447 843	0,02167	96 420	2 090	95 375	0,10650
26	26 700	1 416 462	0,01885	94 330	1 778	93 441	0,13990
27	31 203	1 389 762	0,02245	92 552	2 078	91 513	0,17893
28	30 182	1 358 559	0,02222	90 474	2 010	89 469	0,21668
29	58 274	1 328 377	0,04387	88 464	3 881	86 524	0,28958
30	56 489	1 270 103	0,04448	84 583	3 762	82 702	0,36024
31	68 215	1 213 614	0,05621	80 821	4 543	78 550	0,44557
32	69 843	1 145 399	0,06098	76 279	4 651	73 953	0,53294
33	54 810	1 075 556	0,05096	71 627	3 650	69 802	0,60150
34	62 440	1 020 746	0,06117	67 977	4 158	65 898	0,67961
35	45 591	958 306	0,04757	63 819	3 036	62 301	0,73664
36	47 279	912 715	0,05180	60 783	3 149	59 209	0,79578
37	44 942	865 436	0,05193	57 634	2 993	56 138	0,85200
38	24 215	820 494	0,02951	54 641	1 613	53 835	0,88229
39	26 768	796 279	0,03362	53 029	1 783	52 137	0,91578
40	16 639	769 511	0,02162	51 246	1 108	50 692	0,93659
41	12 093	752 872	0,01606	50 138	805	49 735	0,95172
42	12 991	740 779	0,01754	49 333	865	48 900	0,96797
43	14 880	727 788	0,02045	48 468	991	47 972	0,98658
44	2 455	712 908	0,00344	47 477	163	47 395	0,98965
45	2 366	710 453	0,00333	47 313	158	47 313	0,99261
46	2 472	708 087	0,00349	47 156	165	47 156	0,99570
47	2 838	705 615	0,00402	46 991	189	46 991	0,99925
48	0	702 777	0,00000	46 802	0	46 802	0,99925
49	0	702 777	0,00000	46 802	0	46 802	0,99925
50	0	702 777	0,00000	46 802	0	46 802	0,99925
51	596	702 777	0,00085	46 802	40	46 802	1,00000

Tabela C.6 Tábua de fecundidade, homens, no ano de 2013 em Portugal, na transição para o terceiro e mais filhos.

Idade	$B_1(x)$	$E_0(x)$	$q_1(x)$	$l_0(x)$	$b_1(x)$	$L_1(x)$	$z_1(x)$
12	0	799 417	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
13	0	799 417	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
14	0	799 417	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
15	0	799 417	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
16	0	799 417	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
17	0	799 417	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
18	0	799 417	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
19	0	799 417	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
20	0	799 417	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
21	0	799 417	0,00000	100 000	0	100 000	0,00000
22	2 094	799 417	0,00262	100 000	262	99 869	0,00967
23	3 790	797 323	0,00475	99 738	474	99 501	0,02718
24	4 755	793 533	0,00599	99 264	595	98 967	0,04914
25	1 416	788 778	0,00180	98 669	177	98 581	0,05568
26	4 157	787 362	0,00528	98 492	520	98 232	0,07488
27	6 060	783 205	0,00774	97 972	758	97 593	0,10287
28	13 455	777 145	0,01731	97 214	1 683	96 372	0,16502
29	7 659	763 690	0,01003	95 531	958	95 052	0,20040
30	12 619	756 031	0,01669	94 573	1 579	93 784	0,25868
31	16 105	743 412	0,02166	92 994	2 015	91 987	0,33307
32	10 076	727 307	0,01385	90 980	1 260	90 349	0,37961
33	16 986	717 231	0,02368	89 719	2 125	88 657	0,45807
34	10 988	700 245	0,01569	87 594	1 375	86 907	0,50882
35	10 632	689 257	0,01543	86 220	1 330	85 555	0,55793
36	15 759	678 625	0,02322	84 890	1 971	83 904	0,63072
37	13 675	662 866	0,02063	82 919	1 711	82 063	0,69389
38	15 791	649 191	0,02432	81 208	1 975	80 220	0,76683
39	4 393	633 400	0,00694	79 233	550	78 958	0,78712
40	6 731	629 007	0,01070	78 683	842	78 262	0,81821
41	3 827	622 276	0,00615	77 841	479	77 602	0,83588
42	5 515	618 449	0,00892	77 363	690	77 018	0,86136
43	8 588	612 934	0,01401	76 673	1 074	76 135	0,90102
44	3 302	604 346	0,00546	75 598	413	75 392	0,91628
45	7 359	601 044	0,01224	75 185	921	75 185	0,95027
46	2 819	593 685	0,00475	74 265	353	74 265	0,96329
47	4 098	590 866	0,00694	73 912	513	73 912	0,98222
48	1 155	586 768	0,00197	73 399	144	73 399	0,98755
49	1 143	585 613	0,00195	73 255	143	73 255	0,99283
50	0	584 470	0,00000	73 112	0	73 112	0,99283
51	0	584 470	0,00000	73 112	0	73 112	0,99283
52	1 143	584 470	0,00196	73 112	143	73 112	0,99811
53	409	583 327	0,00070	72 969	51	72 969	1,00000

Tabela C.7 Variáveis consideradas para a transição para a parentalidade e para o segundo filho, e respetivas categorias.

Variável	Categorias
Sexo	Homens Mulheres
Naturalidade	Portuguesa Outra
Nível de escolaridade do próprio	Até ao básico Secundário Superior
Nível de escolaridade do pai	Até ao básico Secundário Superior
Nível de escolaridade da mãe	Até ao básico Secundário Superior
Idade ao primeiro emprego pago	Até aos 18 anos 19 ou mais anos Nunca trabalhou
Idade com que deixou de residir com o agregado parental de origem	Até aos 24 anos 25 ou mais anos Nunca deixou de residir
Número de irmãos	Até 1 irmão 2 ou mais irmãos
Geração de nascimento	Pré 25 de abril Pós 25 de abril
Existência de separação dos pais	Sim, separaram-se Não, não se separaram Nunca viveram juntos Outra (não viveram com pai, mãe ou outros parentes)
Idade à 1.ª coabitação	Até aos 24 anos 25 ou mais anos Não coabitou
Fecundidade desejada	Menos de 2 filhos 2 filhos Mais de 2 filhos
N.º ideal de filhos numa família	Menos de 2 filhos 2 filhos Mais de 2 filhos
Conciliação materna	Trabalhar Não trabalhar

Variável	Categorias
Conciliação paterna	Trabalhar a tempo inteiro fora de casa
	Trabalhar a tempo parcial fora de casa
	Trabalhar a partir de casa
	Não trabalhar
Presença materna ¹	Concorda
	Discorda
Presença paterna ²	Concorda
	Discorda
Autonomia feminina ³	Concordância plena
	Alguma discordância
Adiamento da fecundidade ⁴	Concorda
	Discorda
Importância da família ⁵	Concorda
	Discorda
Realização pessoal ⁶	Concordância plena
	Alguma discordância
Compensação ⁷	Concorda
	Discorda

¹ É prejudicial para uma criança em/até à idade escolar que a mãe trabalhe fora de casa?

² É prejudicial para uma criança em/até à idade escolar que o pai trabalhe fora de casa?

³ As mães que trabalham fora de casa podem ter uma relação tão boa com os seus filhos quanto as mães que trabalham em casa? E uma mulher pode criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável?

⁴ O desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social ativa influencia a decisão das mulheres a não terem filhos? E as mulheres adiam o nascimento dos filhos e acabam por desistir de ter filhos devido à sua idade?

⁵ Uma criança precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada?

⁶ Uma mulher ou homem precisa de ter filhos para se sentir realizada(o)?

⁷ É preferível ter-se só um filho com mais oportunidades e menos restrições a terem-se mais filhos?

Tabela C.8 Estimativas de Kaplan-Meier para a idade mediana, respetivos intervalos de confiança a 95 % (IC_{95%}) e valores p do teste logram, relativamente à transição para o primeiro, segundo e terceiro filhos.

Variável	Transição para o primeiro filho			Transição para o segundo filho			Transição para o terceiro filho
	Mediana	IC _{95%}	Valor p	Mediana	IC _{95%}	Valor p	Valor p
Sexo							
Homens	31	(31;32)	< 0,001	37	(36;38)	< 0,001	0,104
Mulheres	28	(28;29)		35	(34;36)		
Naturalidade							
Sim	30	(29;30)	0,095	36	(35;37)	0,385	0,268
Não	29	(28;31)		35	(33;38)		
Estado civil							
Solteiro	35	(35;37)	0,000	39	(39;NA)	0,019	< 0,001
Casado	28	(28;28)		35	(35;NA)		
Víúvo	22	(21;NA)		36	(25;NA)		
Divorciado	26	(23;27)		37	(34;NA)		
Nível de escolaridade							
Até ao 3.º ciclo	26	(26;27)	< 0,001	33	(33;34)	< 0,001	0,001
Secundário	30	(30;31)		38	(34;NA)		
Superior	33	(32;33)		37	(37;39)		
Nível de escolaridade do pai							
Até ao 3.º ciclo	29	(29;30)	< 0,001	36	(35;36)	0,003	0,836
Secundário	32	(31;33)		37	(36;NA)		
Superior	33	(32;34)		37	(35;NA)		
Nível de escolaridade da mãe							
Até ao 3.º ciclo	29	(29;30)	< 0,001	35	(35;36)	< 0,001	0,729
Secundário	31	(31;33)		38	(37;NA)		
Superior	33	(32;24)		37	(36;NA)		
Fecundidade desejada							
Até 2 filhos	30	(30;31)	< 0,001	39	(37;NA)	< 0,001	< 0,001
Mais de 2 filhos	29	(28;29)		34	(33;34)		
N.º ideal de filhos numa família							
Até 2 filhos	30	(30;31)	< 0,001	37	(36;38)	< 0,001	< 0,001
Mais de 2 filhos	29	(28;29)		34	(33;35)		
Idade ao 1.º emprego							
Depois dos 18 anos	32	(31;32)	< 0,001	37	(36;39)	< 0,001	< 0,001
Até aos 18 anos	28	(28;29)		34	(34;36)		
Não trabalhava antes do nascimento do 1.º filho	29	(29;NA)		29	(27;33)		

Variável	Transição para o primeiro filho			Transição para o segundo filho			Transição para o terceiro filho
	Mediana	IC _{95%}	Valor p	Mediana	IC _{95%}	Valor p	Valor p
Idade à 1.ª coabitação							
25 anos ou mais anos	32	(31;32)	< 0,001	39	(37;NA)	< 0,001	< 0,001
Antes dos 25 anos	25	(25;26)		33	(32;33)		
Não coabitava	-	(NA;NA)		30	(29;35)		
Idade a que deixou o agregado parental de origem							
25 anos ou mais	32	(31;32)	< 0,001	39	(38;NA)	< 0,001	< 0,001
Antes dos 25 anos	26	(26;27)		33	(33;34)		
Vivia com o agregado antes do nascimento do 1.º filho	-	(NA;NA)		34	(31;NA)		
Número de irmãos							
Até 1 irmão	31	(30;31)	< 0,001	38	(37;39)	< 0,001	< 0,001
2 ou mais	28	(27;28)		34	(33;35)		
Geração							
Pré 25 abril	28	(28;29)	< 0,001	35	(34;36)	0,001	0,342
Pós 25 abril	30	(30;31)		36	(35;NA)		
Separação dos pais							
Não, não se separaram	30	(29;30)	0,076	36	(35;37)	0,076	0,212
Sim, separaram-se	30	(29;31)		36	(34;NA)		
Nunca viveram juntos	28	(26;NA)		33	(27;NA)		
Outra (não viveram com pai, mãe ou outros parentes)	28	(25;30)		35	(32;NA)		
Conciliação materna							
Trabalhar	30	(30;31)	< 0,001	36	(36;37)	< 0,001	0,541
Não trabalhar	28	(27;28)		34	(33;36)		
Conciliação paterna							
Trabalhar a tempo inteiro fora de casa	29	(29;30)	0,001	35	(34;36)	< 0,001	0,966
Não trabalhar e/ou trabalhar parcialmente e/ou a partir de casa	31	(30;31)		37	(36;39)		
Presença materna							
Concorda	29	(28;29)	< 0,001	35	(34;37)	0,078	0,182
Discorda	30	(30;31)		36	(35;37)		
Presença paterna							
Concorda	30	(29;31)	0,300	-	(39;NA)	< 0,001	0,873
Discorda	30	(29;30)		35	(35;36)		
Autonomia feminina							
Concordância plena	30	(30;31)	< 0,001	36	(35;37)	0,070	0,187
Alguma discordância	28	(28;29)		35	(34;36)		
Adiamento da fecundidade							
Concorda	30	(29;30)	0,939	36	(35;37)	0,772	0,015
Discorda	30	(29;31)		36	(34;39)		

Variável	Transição para o primeiro filho			Transição para o segundo filho			Transição para o terceiro filho
	Mediana	IC _{95%}	Valor p	Mediana	IC _{95%}	Valor p	Valor p
Importância da família							
Concorda	29	(29;30)	< 0,001	36	(35;36)	0,426	0,904
Discorda	31	(31;33)		36	(35;39)		
Realização pessoal							
Concordância plena	29	(28;29)	< 0,001	35	(34;36)	0,008	0,291
Alguma discordância	31	(30;31)		36	(36;38)		
Compensação							
Concorda	30	(30;31)	< 0,001	-	(39;NA)	< 0,001	0,022
Discorda	29	(28;29)		33	(33;34)		

Tabela C.9 Coeficientes estimados do modelo de Cox da transição para a parentalidade, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (Wald) associados.

Covariável	Coeficientes	Desvio-padrão	Valor p
Sexo			
Homens			
Mulheres	0,17	0,10	0,035
Nível de escolaridade do próprio			
Ensino superior			
Até ao ensino secundário	0,13	0,10	0,079
Nível de escolaridade da mãe			
Até ao 3.º ciclo			
Ensino secundário ou superior	-0,30	0,09	< 0,001
Fecundidade desejada			
Até 2 filhos			
Mais de 2 filhos	0,25	0,06	< 0,001
Idade do primeiro emprego			
19 ou mais anos			
Até aos 18 anos	0,00	0,10	0,958
Não trabalhava	0,69	0,31	0,050
Idade à primeira coabitação			
25 ou mais anos			
Até aos 24 anos	0,62	0,13	< 0,001
Não coabitava	-2,05	0,34	< 0,001
Número de irmãos			
Até 1 irmão			
2 ou mais	0,15	0,06	0,004

Covariável	Coefficientes	Desvio-padrão	Valor p
Autonomia feminina			
Concordância plena			
Alguma discordância	0,11	0,06	0,036
Importância da família			
Concorda			
Discorda	-0,15	0,07	0,029
Realização pessoal			
Concordância plena			
Alguma discordância	-0,12	0,06	0,030
Compensação			
Concorda			
Discorda	0,28	0,06	< 0,001
Sexo* idade do 1.º emprego			
Homem: antes dos 18 anos	0,32	0,12	0,004
Homem: não trabalhava	0,83	0,34	0,027
Nível de instrução* idade à 1.ª coabitação			
Até ao ensino secundário: antes dos 25 anos	0,46	0,15	< 0,001
Até ao ensino secundário: não coabitava	1,62	0,36	< 0,001

Tabela C.10 Coeficientes estimados do modelo de Aalen da transição para a parentalidade, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (Wald) associados.

Covariável	Coefficientes	Desvio-padrão	Valor p
Sexo			
Homens			
Mulheres	0,00005	0,00002	0,047
Nível de escolaridade do próprio			
Ensino superior			
Até ao ensino secundário	0,00008	0,00003	0,007
Nível de escolaridade da mãe			
Até ao 3.º ciclo			
Ensino secundário ou superior	-0,00009	0,00002	< 0,001
Fecundidade desejada			
Até 2 filhos			
Mais de 2 filhos	0,00010	0,00002	< 0,001
Idade do primeiro emprego			
19 ou mais anos			
Até aos 18 anos	-0,00003	0,00003	0,278
Não trabalhava	0,00008	0,00005	0,098

Covariável	Coeficientes	Desvio-padrão	Valor p
Idade à primeira coabitação			
25 ou mais anos			
Até aos 24 anos	0,00028	0,00004	< 0,001
Não coabitava	-0,00016	0,00002	< 0,001
Número de irmãos			
Até 1 irmão			
2 ou mais	0,00007	0,00002	< 0,001
Autonomia feminina			
Concordância plena			
Alguma discordância	0,00004	0,00002	0,026
Importância da família			
Concorda			
Discorda	-0,00003	0,00002	0,155
Realização pessoal			
Concordância plena			
Alguma discordância	-0,00005	0,00002	0,028
Compensação			
Concorda			
Discorda	0,00009	0,00002	< 0,001
Sexo* idade do 1.º emprego			
Homem: antes dos 18 anos	0,00015	0,00004	< 0,001
Homem: não trabalhava	0,00042	0,00008	< 0,001
Nível de instrução* Idade à 1.ª coabitação			
Até ensino secundário: antes dos 25 anos	0,00028	0,00005	< 0,001
Até ensino secundário: não coabitava	0,00004	0,00003	0,123

Tabela C.11 Coeficientes estimados do modelo paramétrico, com distribuição Weibull, da transição para a parentalidade, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (Wald) associados.

Covariável	Coeficientes	Desvio-padrão	Valor p
Sexo			
Homens			
Mulheres	-0,02	0,01	0,11
Nível de escolaridade do próprio			
Ensino superior			
Até ao ensino secundário	-0,02	0,02	0,15
Nível de escolaridade da mãe			
Até ao 3.º ciclo			
Ensino secundário ou superior	0,04	0,01	< 0,001

Covariável	Coefficientes	Desvio-padrão	Valor p
Fecundidade desejada			
Até 2 filhos			
Mais de 2 filhos	-0,04	0,01	< 0,001
Idade do primeiro emprego			
19 ou mais anos			
Até aos 18 anos	0,00	0,01	0,87
Não trabalhava	-0,11	0,05	0,02
Idade à primeira coabitação			
25 ou mais anos			
Até aos 24 anos	-0,10	0,02	< 0,001
Não coabitava	0,30	0,05	< 0,001
Número de irmãos			
Até 1 irmão			
2 ou mais	-0,02	0,01	0,03
Autonomia feminina			
Concordância plena			
Alguma discordância	-0,02	0,01	0,06
Importância da família			
Concorda			
Discorda	0,02	0,01	0,05
Realização pessoal			
Concordância plena			
Alguma discordância	0,02	0,01	0,04
Compensação			
Concorda			
Discorda	-0,05	0,01	< 0,001
Sexo* idade do 1.º emprego			
Homem: antes dos 18 anos	-0,05	0,02	0,01
Homem: não trabalhava	-0,12	0,05	0,02
Nível de instrução* idade à 1.ª coabitação			
Até ensino secundário: antes dos 25 anos	-0,07	0,02	< 0,001
Até ensino secundário: não coabitava	-0,24	0,05	< 0,001

Tabela C.12 Coeficientes estimados do modelo de Cox da transição para o segundo filho, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (Wald) associados.

Covariável	Coeficientes	Desvio-padrão	Valor p
Nível de escolaridade da mãe			
Até ao 3.º ciclo			
Ensino secundário ou superior	-0,23	0,14	0,060
Fecundidade desejada			
Até 2 filhos			
Mais de 2 filhos	0,50	0,08	< 0,001
Idade à primeira coabitação			
25 ou mais anos			
Até aos 24 anos	0,96	0,10	< 0,001
Não coabitava	1,28	0,15	< 0,001
Número de irmãos			
Até 1 irmão			
2 ou mais	0,39	0,08	< 0,001
Presença materna			
Concorda			
Discorda	-0,29	0,09	0,001
Presença paterna			
Concorda			
Discorda	0,61	0,14	< 0,001
Compensação			
Concorda			
Discorda	0,72	0,09	< 0,001

Tabela C.13 Coeficientes estimados do modelo de Aalen da transição para o segundo filho, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (Wald) associados.

Covariável	Coeficientes	Desvio-padrão	Valor p
Nível de escolaridade da mãe			
Até ao 3.º ciclo			
Ensino secundário ou superior	-0,00011	0,00005	0,04209
Fecundidade desejada			
Até 2 filhos			
Mais de 2 filhos	0,00027	0,00005	< 0,001
Idade à primeira coabitação			
25 ou mais anos			
Até aos 24 anos	0,00050	0,00004	< 0,001
Não coabitava	0,00073	0,00012	< 0,001
Número de irmãos			
Até 1 irmão			
2 ou mais	0,00024	0,00004	< 0,001
Presença materna			
Concorda			
Discorda	-0,00019	0,00006	0,001
Presença paterna			
Concorda			
Discorda	0,00032	0,00007	< 0,001
Compensação			
Concorda			
Discorda	0,00037	0,00004	< 0,001

Tabela C.14 Coeficientes estimados do modelo paramétrico, com distribuição Weibull, da transição para o segundo filho, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (Wald) associados.

Covariável	Coeficientes	Desvio-padrão	Valor p
Nível de escolaridade da mãe			
Até ao 3.º ciclo			
Ensino secundário ou superior	0,03	0,02	0,12
Fecundidade desejada			
Até 2 filhos			
Mais de 2 filhos	-0,07	0,01	< 0,001
Idade à primeira coabitação			
25 ou mais anos			
Até aos 24 anos	-0,15	0,01	< 0,001
Não coabitava	-0,19	0,02	< 0,001
Número de irmãos			
Até 1 irmão			
2 ou mais	-0,06	0,01	< 0,001
Presença materna			
Concorda			
Discorda	0,04	0,01	0,001
Presença paterna			
Concorda			
Discorda	-0,09	0,02	< 0,001
Compensação			
Concorda			
Discorda	-0,11	0,01	< 0,001

Tabela C.15 Coeficientes estimados do modelo de Cox da transição para o terceiro filho, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (Wald) associados.

Covariável	Coeficientes	Desvio-padrão	Valor p
Fecundidade desejada			
Até 2 filhos			
Mais de 2 filhos	0,97	0,23	< 0,001
Idade à primeira coabitação			
25 ou mais anos			
Até aos 24 anos	1,10	0,32	< 0,001
Não coabitava	2,18	0,35	< 0,001
Número de irmãos			
Até 1 irmão			
2 ou mais	0,56	0,24	0,004
Adiamento			
Concordância plena			
Alguma discordância	0,48	0,22	0,014
Compensação			
Concorda			
Discorda	0,45	0,22	0,015

Tabela C.16 Coeficientes estimados do modelo de Aalen da transição para o terceiro filho, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (Wald) associados.

Covariável	Coeficientes	Desvio-padrão	Valor p
Fecundidade desejada			
Até 2 filhos			
Mais de 2 filhos	0,00088	0,00017	< 0,001
Idade à primeira coabitação			
25 ou mais anos			
Até aos 24 anos	0,00076	0,00015	< 0,001
Não coabitava	0,00296	0,00061	< 0,001
Número de irmãos			
Até 1 irmão			
2 ou mais	0,00053	0,00016	< 0,001
Adiamento			
Concordância plena			
Alguma discordância	0,00056	0,00025	0,03
Compensação			
Concorda			
Discorda	0,00046	0,00018	0,01

Anexo D

Tabelas do capítulo 5

Tabela D.1: Variáveis consideradas para se ajustarem os modelos de regressão logística para quem não tem filhos *vs.* quem tem filhos; para quem não tem filhos nem pensa vir a ter *vs.* quem não tem e pensa vir a ter; para não se ter desejado filhos ao longo da vida reprodutiva (desejou ter filhos *vs.* não desejou ter filhos); para a fecundidade realizada de filho único (progrediu para um segundo filho, ou posterior *vs.* tem apenas um único filho); para a fecundidade final de filho único (espera ter dois ou mais filhos como fecundidade final *vs.* espera ter apenas um único filho como fecundidade final); para o modelo de Poisson relativo à fecundidade realizada e para o modelo ordinal da categoria adjacente relativo à fecundidade final esperada.

Variável	Categorias
Tem filhos	Sim Não
Idade	-
Idade ao nascimento do primeiro filho	-
Sexo	Homens Mulheres
Naturalidade	Portuguesa Outra
Dimensão da área de residência	Densamente povoada Medianamente povoada Pouco povoada
Nível de escolaridade do próprio	Até ao básico Secundário Superior
Composição do agregado parental de origem	Com ambos os pais (com ou sem outros parentes) Com o pai e sem a mãe (com ou sem outros parentes) Com a mãe e sem o pai (com ou sem outros parentes) Sem a mãe e sem o pai (com ou sem outros parentes)

Variável	Categorias
Nível de escolaridade do pai	Até ao 1.º ciclo 2.º ciclo 3.º ciclo Secundário Superior
Nível de escolaridade da mãe	Até ao 1.º ciclo 2.º ciclo 3.º ciclo Secundário Superior
Número de irmãos	Até 5 irmãos/ até 3 irmãos/ 0 irmãos Mais de 5 irmãos/ mais de 3 irmãos/ 1 ou mais irmãos
Existência de separação dos pais	Separaram-se ou nunca viveram juntos Não se separaram ou o próprio não viveu com pai, mãe ou outros parentes
Idade com que deixou de residir com o agregado parental de origem	Até 24 anos 25 ou mais Nunca deixou de residir Nunca residiu
Experiência de conjugalidade	Vive ou viveu uma relação conjugal Nunca viveu uma relação conjugal
Situação conjugal	Vive com cônjuge Vive com companheiro Não tem cônjuge ou companheiro
Estado civil	Solteiro Casado Viúvo Divorciado
Existência de enteados	Não Sim
Existência de trabalho do próprio	Mais de 36 horas Menos de 36 horas Não trabalha
Condição perante o trabalho do cônjuge ou companheiro	Tem emprego Não tem emprego Não tem cônjuge ou companheiro
Nível de escolaridade do cônjuge ou companheiro	Até ao básico Secundário Superior Não tem cônjuge ou companheiro
Idade ao primeiro emprego pago	Até 18 anos 19-22 anos 23 ou mais Nunca trabalhou

Variável	Categorias
Rendimento <i>per capita</i> do agregado familiar	Menos de 500 € 500-1000 € Mais de 1000 €
Número ideal de filhos	Mais de 2 filhos 2 filhos Menos de 2 filhos
Opinião sobre a conciliação materna e a vida familiar (conciliação materna)	Trabalhar a tempo inteiro fora de casa Trabalhar a tempo parcial fora de casa Trabalhar a partir de casa Não trabalhar
Opinião sobre a conciliação paterna e a vida familiar (conciliação paterna)	Trabalhar a tempo inteiro fora de casa Trabalhar a tempo parcial fora de casa Trabalhar a partir de casa Não trabalhar
Presença materna ¹	Concorda Discorda
Presença paterna ²	Concorda Discorda
Autonomia feminina ³	Concordância plena Alguma discordância
Adiamento da fecundidade ⁴	Concordância plena Alguma concordância
Importância da família ⁵	Concorda Discorda
Realização pessoal ⁶	Alguma concordância Discordância plena
Compensação ⁷	Concorda Discorda

¹ É prejudicial para uma criança em/até à idade escolar que a mãe trabalhe fora de casa?

² É prejudicial para uma criança em/até à idade escolar que o pai trabalhe fora de casa?

³ As mães que trabalham fora de casa podem ter uma relação tão boa com os seus filhos quanto as mães que trabalham em casa? E uma mulher pode criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável?

⁴ O desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social ativa influencia a decisão das mulheres a não terem filhos? E as mulheres adiam o nascimento dos filhos e acabam por desistir de ter filhos devido à sua idade?

⁵ Uma criança precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada?

⁶ Uma mulher ou homem precisa de ter filhos para se sentir realizada(o)?

⁷ É preferível ter-se só um filho com mais oportunidades e menos restrições a terem-se mais filhos?

Tabela D.2 Coeficientes estimados do modelo de regressão logística para os mais jovens (entre os 18 e os 29 anos), considerando quem não tem filhos vs. quem tem filhos, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (teste de Wald) associados.

Covariável	Coeficiente	Desvio-padrão	Valor p
Idade	-0,26	0,04	< 0,001
Sexo			
Homens			
Mulheres	-1,18	0,25	< 0,001
Nível de escolaridade (NE)			
Até ao básico			
Secundário ou superior	1,16	0,30	< 0,001
Nível de escolaridade da mãe			
Até ao 1.º ciclo			
2.º ciclo ou mais	0,59	0,25	0,02
Existência de algum relacionamento conjugal (RC)			
Já experienciou um relacionamento conjugal			
Nunca experienciou um relacionamento conjugal	3,94	0,34	< 0,001
Rendimento			
Menos de 500 €			
500 € ou mais	3,27	0,51	< 0,001
Conciliação materna			
Trabalhar a tempo parcial ou a tempo inteiro fora de casa ou trabalhar a partir de casa			
Não trabalhar	-1,19	0,35	< 0,001
RC (nunca) × Rendimento (500 € ou mais)	-2,06	0,64	0,001
Rendimento (500 € ou mais) × NE (secundário ou superior)	-1,53	0,60	0,01

Tabela D.3 Coeficientes estimados do modelo de regressão logística para os indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos, considerando quem não tem filhos vs. quem tem filhos, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (teste de Wald) associados.

Covariável	Coeficiente	Desvio-padrão	Valor p
Idade	-0,18	0,03	< 0,001
Sexo			
Homens			
Mulheres	-0,43	0,16	0,01
Existência de trabalho do próprio (TP)			
Sim			
Não	0,65	0,21	0,002
Existência de separação dos pais			
Separaram-se ou nunca viveram juntos			
Não se separaram (ou o próprio nunca viveu com os pais)	-0,71	0,22	0,001
Idade com que deixou de residir com o agregado			
Até 24 anos			
25 anos ou mais	0,36	0,16	0,03
Nunca deixou de residir	1,38	0,33	< 0,001
Nunca residiu	0,56	0,91	0,54
Existência de algum relacionamento conjugal (RC)			
Já experienciou um relacionamento conjugal			
Nunca experienciou um relacionamento conjugal	4,00	0,36	< 0,001
Rendimento			
Menos de 500 €			
500-1000 €	2,30	0,20	< 0,001
Mais de 1000 €	1,70	0,23	< 0,001
Realização pessoal			
Alguma concordância			
Discordância plena	0,70	0,16	< 0,001
Compensação			
Concorda			
Discorda	-0,45	0,16	0,004

Tabela D.4 Coeficientes estimados do modelo de regressão logística para os indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos e que não têm filhos, considerando quem não pensa vir a ter vs. quem pensa vir a ter, respectivos desvios-padrão estimados e valores p (teste de Wald) associados.

Covariável	Coeficiente	Desvio-padrão	Valor p
Sexo			
Homens			
Mulheres	-0,17	0,45	0,71
Idade	0,22	0,05	< 0,001
Situação laboral do cônjuge			
Cônjuge trabalha			
Cônjuge não trabalha	1,30	0,60	0,03
Não tem cônjuge	1,38	0,39	< 0,001
Nível de Escolaridade			
Até ao básico			
Secundário	-0,55	0,37	0,13
Superior	-1,18	0,38	0,002
Horas de trabalho semanal (HT)			
Menos de 36 horas			
36 horas ou mais	-1,21	0,40	0,003
Número ideal de filhos			
Mais de dois filhos			
Dois ou menos filhos	0,69	0,37	0,06
Realização pessoal			
Alguma concordância			
Discordância plena	0,72	0,33	0,03
Sexo (mulheres) × HT (36 horas ou mais)	1,39	0,58	0,02

Tabela D.5 Coeficientes estimados do modelo de regressão logística para os indivíduos dos 18 aos 39 anos, considerando quem não desejou ter filhos vs. quem alguma vez desejou ter algum, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (teste de Wald) associados.

Covariável	Coeficiente	Desvio-padrão	Valor p
Sexo			
Homens			
Mulheres	-0,29	0,21	0,16
Situação conjugal			
Vive com cônjuge			
Vive com companheiro	1,27	0,39	0,001
Não tem cônjuge ou companheiro	2,09	0,32	< 0,001
Horas de trabalho semanal (HT)			
Menos de 36 horas			
36 horas ou mais	-0,87	0,25	< 0,001
Rendimento <i>per capita</i> do agregado familiar			
Menos de 500 €			
Mais de 500 €	0,39	0,17	0,02
Número ideal de filhos			
Dois filhos			
Menos de dois filhos	2,07	0,25	< 0,001
Mais de dois filhos	-0,84	0,23	< 0,001
Realização pessoal			
Alguma concordância			
Discordância plena	1,35	0,21	< 0,001
Sexo (mulheres) x HT (36 horas ou mais)	0,99	0,33	0,003

Tabela D.6 Percentagem de indivíduos com filhos que consideraram cada um dos motivos importantes para não quererem ter mais filhos, por classe etária.

Motivos para não querer ter mais filhos	CLASSE ETÁRIA (EM ANOS)			
	Dos 18 aos 49	Dos 18 aos 29	Dos 30 aos 39	Dos 40 aos 49
Custos financeiros associados	85,1	87,1	89,4	82,4
Dificuldade para conseguir emprego	52,4	59,0	53,0	51,5
A gravidez e o parto são difíceis para as mulheres	28,4	39,0	25,9	28,9
Menos tempo para outras coisas importantes na vida	18,8	28,2	18,3	18,3
Problemas e complicações associados à educação de uma criança	29,5	24,1	29,1	30,1
Falta de espaço na habitação	18,7	28,5	19,2	17,6
Problemas de saúde	21,0	11,7	18,8	23,0
Não ter idade para ter filhos	29,8	3,6	13,2	41,5
Dificuldade de conciliação entre a vida familiar e vida profissional	36,8	38,1	40,4	34,5
O(A) cônjuge/companheiro(a) não quer	29,5	25,1	26,0	32,0
Não quer ter a responsabilidade de ter um filho/mais filhos	27,0	27,6	23,1	29,1
Já tem os que quer	73,2	77,9	67,7	76,1

Tabela D.7 Percentagem de indivíduos sem filhos que consideraram cada um dos motivos importantes para não quererem ter filhos, por classe etária.

Motivos para não querer ter filhos	CLASSE ETÁRIA (EM ANOS)			
	Dos 18 aos 49	Dos 18 aos 29	Dos 30 aos 39	Dos 40 aos 49
Custos financeiros associados	68,8	78,4	70,3	61,1
Dificuldade para conseguir emprego	56,2	65,9	67,2	43,3
A gravidez e o parto são difíceis para as mulheres	18,0	24,4	13,3	16,0
Menos tempo para outras coisas importantes na vida	34,2	49,8	31,9	24,3
Problemas e complicações associados à educação de uma criança	32,0	41,6	25,9	28,3
Falta de espaço na habitação	12,9	18,2	9,2	11,0
Problemas de saúde	24,1	19,2	27,5	25,8
Não ter idade para ter filhos	30,6	34,1	15,4	36,1
Dificuldade de conciliação entre a vida familiar e vida profissional	30,7	40,7	29,1	24,3
O(A) cônjuge/companheiro(a) não quer	19,1	19,1	21,8	17,5
Não quer ter a responsabilidade de ter um filho/mais filhos	37,3	52,5	34,8	27,6

Tabela D.8 Medidas de discriminação dos motivos para não querer ter ou não querer ter mais filhos, nas quatro dimensões retidas, para o grupo etário dos 18 aos 29 anos (a negrito destacam-se as variáveis que mais discriminam cada uma das dimensões).

Motivos	DIMENSÃO			
	1	2	3	4
Custos financeiros associados	,067	,448	,047	,001
Dificuldade para conseguir emprego	,022	,618	,054	,000
A gravidez e o parto são difíceis para as mulheres	,122	,017	,426	,086
Menos tempo para outras coisas importantes na vida	,525	,072	,000	,001
Problemas e complicações associados à educação de uma criança	,311	,004	,037	,085
Problemas de saúde	,250	,064	,010	,000
Não ter idade para ter filhos	,141	,063	,234	,129
Dificuldade de conciliação entre a vida familiar e vida profissional	,316	,004	,255	,000
O(A) cônjuge/companheiro(a) não quer	,078	,006	,004	,716
Não quer ter a responsabilidade de ter um filho/mais filhos	,287	,130	,141	,065
% da variância	21,193	14,258	12,077	10,831

Figura D.1 Distribuição dos coeficientes de fusão relativos às últimas 20 combinações, obtida a partir das dimensões identificadas com os motivos para não querer ter filhos ou não querer ter mais filhos, para o grupo etário dos 18 aos 29 anos – critério do vizinho mais afastado, critério do centroide e critério de Ward.

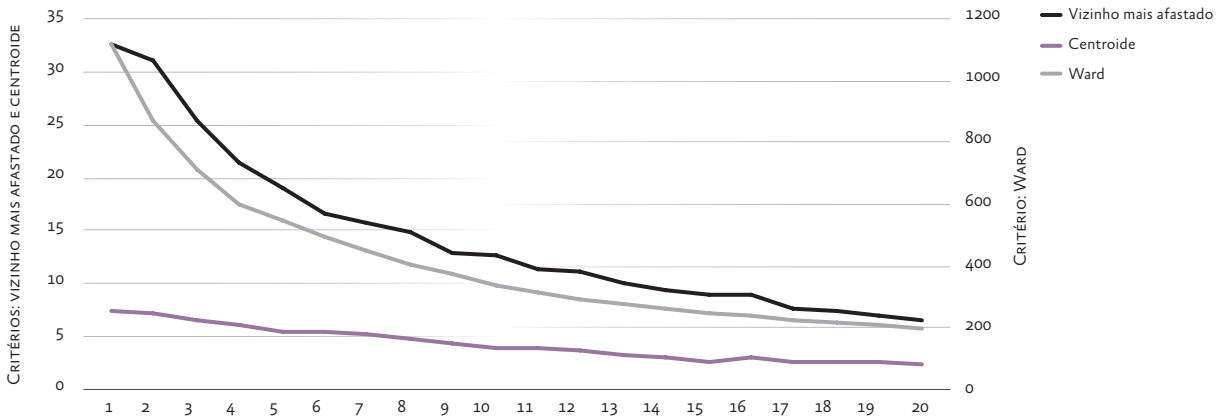


Tabela D.9 Caracterização dos 5 grupos identificados pelos motivos para não quererem ter ou não quererem ter mais filhos, nas quatro dimensões retidas, para o grupo etário dos 18 aos 29 anos (a negrito identificam-se as principais características dos grupos; os valores a negrito e sublinhados indicam que as categorias do motivo associado não são diferenciadoras).

Variável	Categoria	NÚMERO DO GRUPO					Total
		1	2	3	4	5	
Custos financeiros associados	É importante	94,8	<u>50,9</u>	63,1	95,8	98,6	82,5
	Não é importante	5,2	<u>49,1</u>	36,9	4,2	1,4	17,5
Dificuldade para conseguir emprego	É importante	88,6	7,8	33,8	78,6	82,6	62,6
	Não é importante	11,4	92,2	66,2	21,4	17,4	37,4
A gravidez e o parto são difíceis para as mulheres	É importante	8,1	9,3	77,4	22,9	86,7	31,4
	Não é importante	91,9	90,7	22,6	77,1	13,3	68,6
Menos tempo para outras coisas importantes na vida	É importante	13,1	61,2	21,8	<u>51,6</u>	76,6	39,4
	Não é importante	86,9	38,8	78,2	<u>48,4</u>	23,4	60,6
Problemas e complicações associados à educação de uma criança	É importante	24,8	30,3	11,4	27,3	89,5	33,2
	Não é importante	75,2	69,7	88,6	72,7	10,5	66,8
Problemas de saúde	É importante	9,4	0,4	7,1	23,9	<u>50,6</u>	15,6
	Não é importante	90,6	99,6	92,9	76,1	<u>49,4</u>	84,4
Não ter idade para ter filhos	É importante	19,2	34,0	0,0	7,9	<u>35,5</u>	19,5
	Não é importante	80,8	66,0	100,0	92,1	<u>64,5</u>	80,5
Dificuldade de conciliação entre a vida familiar e a vida profissional	É importante	11,7	32,0	76,0	<u>48,2</u>	70,8	39,5
	Não é importante	88,3	68,0	24,0	<u>51,8</u>	29,2	60,5
O(A) cônjuge/companheiro(a) não quer	É importante	0,7	11,1	6,4	96,2	5,6	22,0
	Não é importante	99,3	88,9	93,6	3,8	94,4	78,0
Não quer ter a responsabilidade de ter um filho/mais filhos	É importante	21,8	70,9	13,2	<u>56,9</u>	<u>51,0</u>	40,6
	Não é importante	78,2	29,1	86,8	<u>43,1</u>	<u>49,0</u>	59,4
Sexo ^a	Homem	59,4	50,2	34,4	43,7	22,1	46,4
	Mulher	40,6	49,8	65,6	56,3	77,9	53,6
Tem filhos biológicos ^a	Sim	46,3	30,7	71,0	56,6	41,6	48,0
	Não	53,7	69,3	29,0	43,4	58,4	52,0
Nível de escolaridade do próprio ^a	≤ 1.º ciclo	9,6	2,4	0,0	3,2	5,3	5,2
	2.º ciclo	14,3	19,3	5,6	12,9	4,0	12,4
	3.º ciclo	32,4	33,2	55,8	46,7	23,2	37,2
	Secundário	34,2	35,2	31,8	28,4	47,5	34,7
	Superior	9,5	9,9	6,8	8,8	20,0	10,5
Dimensão dos grupos		35,7	19,0	13,8	18,3	13,2	100,0

^a Variável suplementar

Tabela D.10 Medidas de discriminação dos motivos para não querer ter ou não querer ter mais filhos, nas três dimensões retidas, para o grupo etário dos 30 aos 39 anos (a negrito destacam-se as variáveis que mais discriminam cada uma das dimensões).

Motivos	DIMENSÃO		
	1	2	3
Custos financeiros associados	,067	,293	,331
Dificuldade para conseguir emprego	,175	,385	,037
Menos tempo para outras coisas importantes na vida	,256	,221	,013
Problemas e complicações associados à educação de uma criança	,488	,017	,001
Falta de espaço na habitação	,232	,016	,000
Problemas de saúde	,094	,094	,431
Não ter idade para ter filhos	,165	,019	,319
Dificuldade de conciliação entre a vida familiar e a vida profissional	,220	,130	,055
Não quer ter a responsabilidade de ter um filho/mais filhos	,316	,040	,001
% da variância	22,364	13,504	13,208

Figura D.2 Distribuição dos coeficientes de fusão relativos às últimas 20 combinações, obtida a partir das dimensões identificadas com os motivos para não querer ter filhos ou não querer ter mais filhos, para o grupo etário dos 30 aos 39 anos – critério do vizinho mais afastado, critério do centroide e critério de Ward.

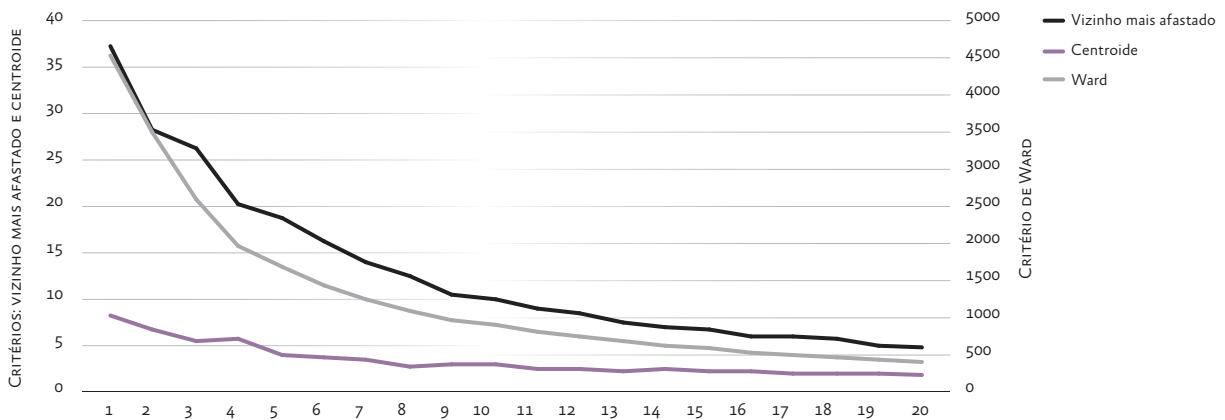


Tabela D.11 Caracterização dos 3 grupos identificados pelos motivos para não quererem ter ou não quererem ter mais filhos, nas três dimensões retidas, para o grupo etário dos 30 aos 39 anos (a negrito identificam-se as principais características dos grupos; os valores a negrito e sublinhados indicam que as categorias do motivo associado não são diferenciadoras).

Variável	Categoria	NÚMERO DO GRUPO			Total
		1	2	3	
Custos financeiros associados	É importante	79,4 %	96,9 %	93,2 %	87,5 %
	Não é importante	20,6 %	3,1 %	6,8 %	12,5 %
Dificuldade para conseguir emprego	É importante	36,5 %	68,2 %	82,6 %	54,4 %
	Não é importante	63,5 %	31,8 %	17,4 %	45,6 %
Menos tempo para outras coisas importantes na vida	É importante	4,5 %	37,5 %	30,2 %	19,6 %
	Não é importante	95,5 %	62,5 %	69,8 %	80,4 %
Problemas e complicações associados à educação de uma criança	É importante	4,2 %	48,1 %	67,0 %	28,8 %
	Não é importante	95,8 %	51,9 %	33,0 %	71,2 %
Falta de espaço na habitação	É importante	6,3 %	24,9 %	42,4 %	18,2 %
	Não é importante	93,7 %	75,1 %	57,6 %	81,8 %
Problemas de saúde	É importante	14,6 %	1,5 %	75,4 %	19,6 %
	Não é importante	85,4 %	98,5 %	24,6 %	80,4 %
Não ter idade para ter filhos	É importante	7,0 %	1,1 %	61,2 %	13,4 %
	Não é importante	93,0 %	98,9 %	38,8 %	86,6 %
Dificuldade de conciliação entre a vida familiar e a vida profissional	É importante	15,4 %	68,1 %	54,1 %	39,3 %
	Não é importante	84,6 %	31,9 %	45,9 %	60,7 %
Não quer ter a responsabilidade de ter um filho/mais filhos	É importante	5,7 %	42,0 %	46,2 %	24,3 %
	Não é importante	94,3 %	58,0 %	53,8 %	75,7 %
Sexo ^a	Homens	44,1 %	42,8 %	42,1 %	43,4 %
	Mulheres	55,9 %	57,2 %	57,9 %	56,6 %
Tem filhos ^a	Sim	89,1 %	91,0 %	87,6 %	89,5 %
	Não	10,9 %	9,0 %	12,4 %	10,5 %
Nível de escolaridade do próprio ^a	Até ao 1.º ciclo	5,7 %	7,0 %	16,8 %	7,8 %
	2.º ciclo	16,8 %	19,3 %	21,6 %	18,4 %
	3.º ciclo	26,8 %	26,1 %	24,0 %	26,1 %
	Secundário	28,4 %	23,3 %	20,4 %	25,5 %
	Superior	22,3 %	24,2 %	17,1 %	22,2 %
Dimensão dos grupos		51,8 %	33,0 %	15,2 %	

^a Variável suplementar

Anexo E

Tabelas do capítulo 6

Tabela E.1 Coeficientes estimados do modelo de regressão logística para os indivíduos com idades entre os 18 e 29 anos, considerando quem tem apenas um filho vs. quem tem mais de um filho, respectivos desvios-padrão estimados e valores p (teste de Wald) associados.

Covariável	Coeficiente	Desvio-padrão	Valor p
Idade	-0,67	0,12	< 0,001
Nível de escolaridade			
Até ao básico			
Secundário ou superior	1,73	0,52	0,001
Situação conjugal			
Vive com cônjuge			
Vive com companheiro	0,95	0,48	0,05
Sem cônjuge ou companheiro	1,51	0,60	0,01
Horas de trabalho			
Menos de 36 horas			
36 horas ou mais	-1,55	0,47	0,001
Idade ao primeiro filho	0,45	0,08	< 0,001
Número de irmãos			
Dois ou mais			
Até um	0,90	0,43	0,04
Compensação			
Concorda			
Discorda	-1,96	0,44	< 0,001

Tabela E.2 Coeficientes estimados do modelo de regressão logística para os indivíduos com idades entre os 30 e 39 anos, considerando quem tem apenas um filho vs. quem tem mais de um filho, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (teste de Wald) associados.

Covariável	Coeficiente	Desvio-padrão	Valor p
Idade	-0,25	0,03	< 0,001
Sexo			
Homens			
Mulheres	0,43	0,16	0,01
Nível de escolaridade			
Até ao básico			
Secundário	-0,30	0,20	0,12
Superior	-1,09	0,25	< 0,001
Situação conjugal			
Vive com cônjuge ou companheiro			
Sem cônjuge ou companheiro	0,94	0,26	0,001
Idade ao primeiro filho	0,29	0,02	< 0,001
Rendimento			
Menos de 500 €			
500-1000 €	2,65	0,31	< 0,001
Mais de 1000 €	0,25	0,24	0,28
Número de irmãos			
Três ou mais			
Até dois	0,40	0,20	0,05
Presença paterna			
Concorda			
Discorda	-0,52	0,21	0,01
Compensação			
Concorda			
Discorda	-1,19	0,15	< 0,001

Tabela E.3 Coeficientes estimados do modelo de Poisson para a fecundidade realizada, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (teste de Wald) associados.

Covariável	Coeficiente	Desvio-padrão	Valor p
Idade	0,06	0,01	< 0,001
Sexo			
Homens			
Mulheres	1,29	0,40	< 0,001
Nível de escolaridade (NE)			
Até ao básico			
Secundário ou superior	-1,40	0,42	< 0,001
Existência de cônjuge ou companheiro (EC)			
Tem cônjuge ou companheiro			
Não tem cônjuge ou companheiro	-3,47	0,51	< 0,001
Número de irmãos			
Até 5 irmãos			
Mais de 5 irmãos	0,24	0,07	0,001
Idade com que deixou de residir com o agregado parental de origem			
Até 24 anos			
25-39 anos	-0,18	0,06	0,002
Nunca deixou de residir	-0,93	0,14	< 0,001
Nunca residiu	0,00	0,24	0,99
Rendimento			
Menos de 500 €			
500 €-1000 €	-2,86	0,68	< 0,001
Mais de 1000 €	-1,09	0,82	0,18
Compensação			
Concorda			
Discorda	0,30	0,05	< 0,001
Idade x Sexo (mulheres)	-0,03	0,01	0,004
Idade x NE (secundário ou superior)	0,04	0,01	0,003
Idade x EC (não tem cônjuge ou companheiro)	0,08	0,01	< 0,001
Idade x Rendimento (500 €-1000 €)	0,06	0,02	0,002
Idade x Rendimento (Mais de 1000 €)	0,02	0,02	0,36

Tabela E.4 Coeficientes estimados do modelo de regressão logística para os indivíduos com idades entre os 18 e 39 anos, considerando quem tem uma FFE de apenas um filho vs. quem tem uma FFE com mais de 1 filho, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (teste de Wald) associados.

Covariável	Coeficiente	Desvio-padrão	Valor p
Idade	0,01	0,02	0,46
Sexo			
Homens			
Mulheres	0,35	0,15	0,02
Nível de escolaridade			
Até ao básico			
Secundário	-0,16	0,17	0,36
Superior	-0,57	0,23	0,01
Situação conjugal			
Vive com cônjuge ou companheiro			
Sem cônjuge ou companheiro	0,50	0,21	0,02
Idade ao primeiro filho	0,10	0,02	< 0,001
Deixou de residir com o agregado parental de origem			
Sim			
Não	0,71	0,29	0,01
Rendimento			
Menos de 500 €			
500-1000 €	-4,01	1,77	0,02
Mais de 1000 €	-2,62	2,98	0,38
Existência de Enteados			
Não			
Sim	1,18	0,32	0,001
Número ideal de filhos para uma família			
Mais de dois			
Dois ou menos	0,82	0,16	< 0,001
Compensação			
Concorda			
Discorda	-1,41	0,16	< 0,001
Idade × Rendimento (500-1000 €)	0,13	0,05	0,01
Idade × Rendimento (Mais de 1000 €)	0,06	0,08	0,44

Tabela E.5 Coeficientes estimados do modelo de Categoria Adjacente para a fecundidade final esperada, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (teste de Wald) associados.

Covariável	Coeficiente	Desvio-padrão	Valor p
Idade	-0,01	0,01	0,32
Sexo			
Homens			
Mulheres	0,59	0,31	0,06
Nível de escolaridade (NE)			
Até ao básico			
Secundário	0,63	0,52	0,23
Superior	1,56	0,77	0,04
Dimensão da área de residência			
Área densamente povoada			
Área medianamente ou pouco povoada	-0,31	0,07	< 0,001
Número de irmãos			
Até 3 irmãos			
Mais de 3 irmãos	0,51	0,10	< 0,001
Nível de escolaridade da mãe			
Até ao secundário			
Superior	0,31	0,11	0,01
Idade ao nascimento do primeiro filho (IPF)			
Até 23 anos			
24-30 anos	-0,91	0,14	< 0,001
31-39 anos	-1,44	0,26	< 0,001
Não tem filhos	-1,06	0,15	< 0,001
Número ideal de filhos para uma família			
Dois ou menos			
Mais de dois	0,69	0,07	< 0,001
Conciliação paterna			
Trabalhar a tempo inteiro fora de casa			
Trabalhar em casa ou a tempo parcial fora de casa	0,19	0,07	0,01
Não trabalhar	-0,79	0,37	0,03
Compensação			
Concorda			
Discorda	0,82	0,11	< 0,001
Idade × Sexo (mulheres)	-0,03	0,01	0,01
Idade × NE (secundário)	-0,03	0,02	0,04
Idade × NE (superior)	-0,07	0,02	< 0,001
NE (secundário) × IPF (24-30 anos)	0,82	0,27	0,002
NE (superior) × IPF (24-30 anos)	1,16	0,52	0,03

Covariável	Coefficiente	Desvio-padrão	Valor p
NE (secundário) × IPF (31-39 anos)	0,80	0,38	0,03
NE (superior) × IPF (31-39 anos)	1,33	0,57	0,02
NE (secundário) × IPF (não tem filhos)	0,65	0,26	0,01
NE (superior) × IPF (não tem filhos)	0,79	0,51	0,12
NE (secundário) × Compensação (discorda)	-0,05	0,16	0,75
NE (superior) × Compensação (discorda)	0,40	0,17	0,02

Tabela E.6 Variáveis consideradas para se ajustar o modelo do diferencial entre fecundidade final esperada e fecundidade realizada e respectivas categorias.

Variável	Categorias
Idade	—
Sexo	Homem Mulher
Naturalidade	Portuguesa Outra
Dimensão da área de residência	Densamente povoada Medianamente povoada Pouco povoada
Experiência de conjugalidade	Sim Não
Nível de escolaridade do próprio	Até ao ensino secundário Ensino superior
Nível de escolaridade do cônjuge	Até ao ensino secundário Ensino superior
Composição do agregado parental de origem	Com ambos os pais Com o pai e sem a mãe Com a mãe e sem o pai Sem a mãe e sem o pai
Nível de escolaridade do pai	Até ao 1.º ciclo 2.º ciclo 3.º ciclo Ensino secundário Ensino superior
Nível de escolaridade da mãe	Até ao 1.º ciclo 2.º ciclo 3.º ciclo Ensino secundário Ensino superior
Número de irmãos	Até 5 irmãos 5 ou mais irmãos
Existência de separação dos pais	Não se separaram/não viveu com os pais Sim/nunca viveram juntos
Idade com que deixou o agregado parental de origem	Até aos 24 anos 25 ou mais anos

Variável	Categorias
Existência de enteados	Sim Não
Existência de trabalho do próprio	Não trabalha Até 36 horas Mais de 36 horas
Idade ao primeiro emprego	Nunca trabalhou Até aos 17 anos Entre os 18 e os 22 anos 23 ou mais anos
Condição perante o trabalho do cônjuge	Tem emprego Não tem emprego Não tem cônjuge
Rendimento <i>per capita</i> do agregado familiar	Até 500 € 500 €-1000 € Mais de 1000 €
N.º ideal de filhos numa família	Menos de 2 filhos 2 filhos Mais de 2 filhos
Conciliação materna	Não trabalhar Trabalhar a tempo inteiro fora de casa Trabalhar a tempo parcial fora de casa Trabalhar a partir de casa
Presença materna ¹	Concorda Discorda
Presença paterna ²	Concorda Discorda
Autonomia feminina ³	Concordância plena Alguma discordância
Adiamento da fecundidade ⁴	Concordância plena Alguma discordância
Importância da família ⁵	Concorda Discorda
Realização pessoal ⁶	Concordância plena Alguma discordância
Compensação ⁷	Concorda Discorda

¹ É prejudicial para uma criança em/até à idade escolar que a mãe trabalhe fora de casa?

² É prejudicial para uma criança em/até à idade escolar que o pai trabalhe fora de casa?

³ As mães que trabalham fora de casa podem ter uma relação tão boa com os seus filhos quanto as mães que trabalham em casa? E uma mulher pode criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável?

⁴ O desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social ativa influencia a decisão das mulheres de não terem filhos? E as mulheres adiam o nascimento dos filhos e acabam por desistir de ter filhos devido à sua idade?

⁵ Uma criança precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada?

⁶ Uma mulher ou homem precisa de ter filhos para se sentir realizada(o)?

⁷ É preferível ter-se só um filho com mais oportunidades e menos restrições a terem-se mais filhos?

Tabela E.7 Coeficientes estimados do modelo de regressão logística ordinal de *odds* parciais para o diferencial registado entre a fecundidade final esperada e a fecundidade realizada, para os indivíduos dos 18 aos 39 anos de idade, e respetivos desvios-padrão e valores p (teste de Wald) associados.

Covariável	Coeficiente	Desvio-padrão	Valor p
Idade	-0,24	0,01	< 0,001
Sexo			
Homens			
Mulheres	-0,24	0,12	0,028
Dimensão da área de residência			
Densamente povoada			
Pouco/Medianamente povoada	-0,39	0,12	< 0,001
Nível de escolaridade do próprio			
Até ao básico			
Secundário ou superior	0,43	0,14	< 0,001
Nível de escolaridade do cônjuge			
Até ao básico			
Secundário ou superior	0,41	0,14	< 0,001
Idade com que deixou de residir com o agregado parental de origem			
Até aos 24 anos			
25 ou mais anos	0,52	0,13	< 0,001
Rendimento <i>per capita</i> do agregado familiar			
Até 500 €			
500 €-1000 €			
Mais de 1000 €	0,64	0,13	< 0,001
Número ideal de Filhos			
Até 2 filhos			
Mais de 2 filhos: $y \geq 1$	0,49	0,14	< 0,001
Mais de 2 filhos: $y \geq 2$	0,59	0,17	< 0,001
Mais de 2 filhos: $y \geq 3$	1,50	0,37	< 0,001
Compensação			
Concorda			
Discorda	0,27	0,12	0,022

Tabela E.8 Percentagem de indivíduos com filhos que considerou cada um dos motivos importantes para querer ter mais filhos, por classe etária.

Motivos para querer ter mais filhos	CLASSE ETÁRIA (EM ANOS)			
	Dos 18 aos 49	Dos 18 aos 29	Dos 30 aos 39	Dos 40 aos 49
Realização pessoal	81,6	89,7	79,5	76,0
Diminuir as hipóteses de solidão na velhice	43,5	46,7	43,0	40,1
Ver os filhos crescerem e desenvolverem-se	97,1	99,4	96,9	94,1
Ver a família a aumentar	94,2	97,0	93,9	90,1
A influência de amigos ou familiares	17,0	20,3	16,5	13,3
Fortalecer a relação do casal	45,3	44,7	45,1	47,4
O(A) cônjuge/companheiro(a) quer	74,6	78,3	74,4	68,7
Ter um filho único não é bom	63,5	60,6	64,0	66,2
Quer ter uma filha	44,7	48,7	44,1	40,0
Quer ter um filho	48,1	52,5	47,0	44,6

Tabela E.9 Percentagem de indivíduos sem filhos que consideraram cada um dos motivos importantes para quererem ter filhos, por classe etária.

Motivos para querer ter filhos	CLASSE ETÁRIA (EM ANOS)			
	Dos 18 aos 49	Dos 18 aos 29	Dos 30 aos 39	Dos 40 aos 49
Realização pessoal	90,9	91,9	88,6	86,7
Diminuir as hipóteses de solidão na velhice	46,2	47,2	43,7	43,9
Ver os filhos crescerem e desenvolverem-se	97,6	97,9	96,6	97,6
Ver a família a aumentar	90,2	90,5	89,6	88,1
A influência de amigos ou familiares	20,1	19,8	21,4	18,0
Fortalecer a relação do casal	56,2	58,0	52,0	51,2
O(A) cônjuge/companheiro(a) quer	66,6	65,2	71,8	60,3

Tabela E.10 Medidas de discriminação dos motivos para querer ter ou querer ter mais filhos, nas três dimensões retidas, para o grupo etário dos 18 aos 29 anos (a negrito destacam-se as variáveis que mais discriminam cada uma das dimensões).

Motivos	DIMENSÃO	
	1	2
Diminuir as hipóteses de solidão na velhice	,413	,064
Ver os filhos crescerem e desenvolverem-se	,178	,456
Ver a família a aumentar	,218	,376
A influência de amigos ou familiares	,371	,141
Fortalecer a relação do casal	,440	,073
% da variância	31,085	22,484

Figura E.1 Distribuição dos coeficientes de fusão relativos às últimas 20 combinações, obtida a partir das dimensões identificadas com os motivos para não querer ter filhos ou não querer ter mais filhos, para o grupo etário dos 18 aos 29 anos – critério do vizinho mais afastado, critério do centroide e critério de Ward.

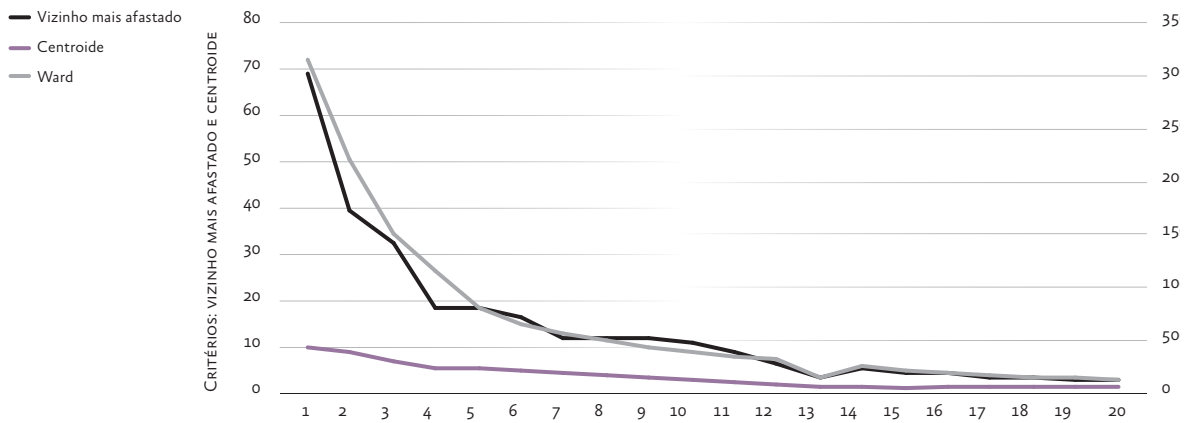


Tabela E.11 Caracterização dos 3 grupos identificados pelos motivos para não quererem ter ou não quererem ter mais filhos, nas três dimensões retidas, para o grupo etário dos 18 aos 29 anos (a negrito identificam-se as principais características dos grupos; os valores a negrito e sublinhados indicam que as categorias do motivo associado não são diferenciadoras).

Variável	Categoria	NÚMERO DO GRUPO			Total
		1	2	3	
Diminuir as hipóteses de solidão na velhice	É importante	65,7	3,9	14,2	47,1
	Não é importante	34,3	96,1	85,8	52,9
Ver os filhos crescerem e desenvolverem-se	É importante	100,0	100,0	0,0	98,1
	Não é importante	0,0	0,0	100,0	1,9
Ver a família a aumentar	É importante	96,6	81,5	46,9	91,4
	Não é importante	3,4	18,5	53,1	8,6
A influência de amigos ou familiares	É importante	28,2	0,0	11,5	19,9
	Não é importante	71,8	100,0	88,5	80,1
Fortalecer a relação do casal	É importante	78,5	3,0	31,8	56,2
	Não é importante	21,5	97,0	68,2	43,8
Sexo ^a	Homens	51,4	48,9	48,8	50,6
	Mulheres	48,6	51,1	51,2	49,4
Tem filhos ^a	Sim	13,9	15,6	4,3	14,2
	Não	86,1	84,4	95,7	85,8
Nível de escolaridade do próprio ^a	Até ao 1.º ciclo	3,1	1,2	-	2,5
	2.º ciclo	6,2	3,0	14,5	5,4
	3.º ciclo	29,0	22,4	7,1	26,7
	Secundário	44,4	49,7	41,3	45,9
	Superior	17,3	23,7	37,1	2,5
Dimensão dos grupos		70,0	28,1	1,8	100,0

^a Variável suplementar

Tabela E.12 Medidas de discriminação dos motivos para querer ter ou querer ter mais filhos, nas três dimensões retidas, para o grupo etário dos 30 aos 39 anos (a negrito destacam-se as variáveis que mais discriminam cada uma das dimensões).

Motivos	DIMENSÃO	
	1	2
Diminuir as hipóteses de solidão na velhice	,426	,062
Ver os filhos crescerem e desenvolverem-se	,199	,443
Ver a família a aumentar	,243	,345
A influência de amigos ou familiares	,370	,189
Fortalecer a relação do casal	,472	,055
% da variância	34,207	21,970

Figura E.2 Distribuição dos coeficientes de fusão relativos às últimas 20 combinações, obtida a partir das dimensões identificadas com os motivos para não querer ter filhos ou não querer ter mais filhos, para o grupo etário dos 30 aos 39 anos – critério do vizinho mais afastado, critério do centroide e critério de Ward.

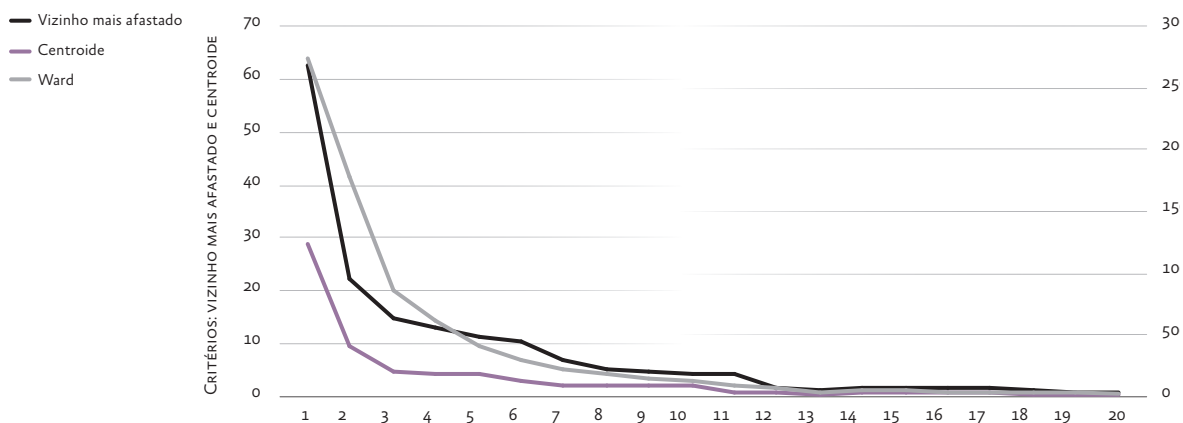


Tabela E.13 Caracterização dos 3 grupos identificados pelos motivos para não quererem ter ou não quererem ter mais filhos, nas três dimensões retidas, para o grupo etário dos 18 aos 29 anos (a negrito identificam-se as principais características dos grupos; os valores a negrito e sublinhados indicam que as categorias do motivo associado não são diferenciadoras).

Variável	Categoria	NÚMERO DO GRUPO			Total
		1	2	3	
Diminuir as hipóteses de solidão na velhice	É importante	67,5 %	3,3 %	12,6 %	43,3 %
	Não é importante	32,5 %	96,7 %	87,4 %	56,7 %
Ver os filhos crescerem e desenvolverem-se	É importante	100,0 %	100,0 %	8,3 %	96,7 %
	Não é importante	0,0 %	0,0 %	91,7 %	3,3 %
Ver a família a aumentar	É importante	99,4 %	82,7 %	50,5 %	91,9 %
	Não é importante	0,6 %	17,3 %	49,5 %	8,1 %
A influência de amigos ou familiares	É importante	29,5 %	0,0 %	16,8 %	18,8 %
	Não é importante	70,5 %	100,0 %	83,2 %	81,2 %
Fortalecer a relação do casal	É importante	75,1 %	4,5 %	9,8 %	48,4 %
	Não é importante	24,9 %	95,5 %	90,2 %	51,6 %
Sexo ^a	Homens	55,2 %	50,8 %	56,1 %	53,8 %
	Mulheres	44,8 %	49,1 %	43,9 %	46,2 %
Tem filhos ^a	Sim	53,2 %	54,0 %	49,4 %	53,3 %
	Não	46,8 %	46,0 %	50,6 %	46,7 %
Nível de escolaridade do próprio ^a	Até ao 1.º ciclo	4,3 %	1,4 %	4,1 %	3,3 %
	2.º ciclo	9,8 %	7,5 %	5,3 %	8,9 %
	3.º ciclo	21,4 %	12,7 %	31,1 %	18,8 %
	Secundário	32,2 %	24,7 %	20,0 %	29,3 %
	Superior	32,4 %	53,7 %	53,7 %	39,7 %
Dimensão dos grupos		63,7 %	32,9 %	3,4 %	100,0 %

^a Variável suplementar

Anexo F

Tabelas do capítulo 7

Tabela F.1 Medidas de discriminação dos motivos para não querer ter ou não querer ter mais filhos, nas 3 dimensões definidas, para o grupo etário dos 40 aos 49 anos.

Motivos	DIMENSÃO		
	1	2	3
Custos financeiros associados	,276	,412	,004
Dificuldade para conseguir emprego	,299	,298	,090
Falta de espaço na habitação	,250	,000	,024
Menos tempo para outras coisas importantes na vida	,245	,032	,283
Problemas e complicações associados à educação de uma criança	,407	,027	,041
Problemas de saúde	,079	,121	,362
Não ter idade para ter filhos	,077	,184	,226
Dificuldade de conciliação entre a vida familiar e a vida profissional	,260	,056	,061
Não quer ter a responsabilidade de ter um filho/mais filhos	,236	,040	,014
% da variância	23,652	13,000	12,278

Figura F.1 Distribuição dos coeficientes de fusão relativos às últimas 20 combinações, obtida a partir das dimensões identificadas com os motivos para não querer ter filhos ou não querer ter mais filhos, para o grupo etário dos 40 aos 49 anos – critério do vizinho mais afastado, critério do centroide e critério de Ward.

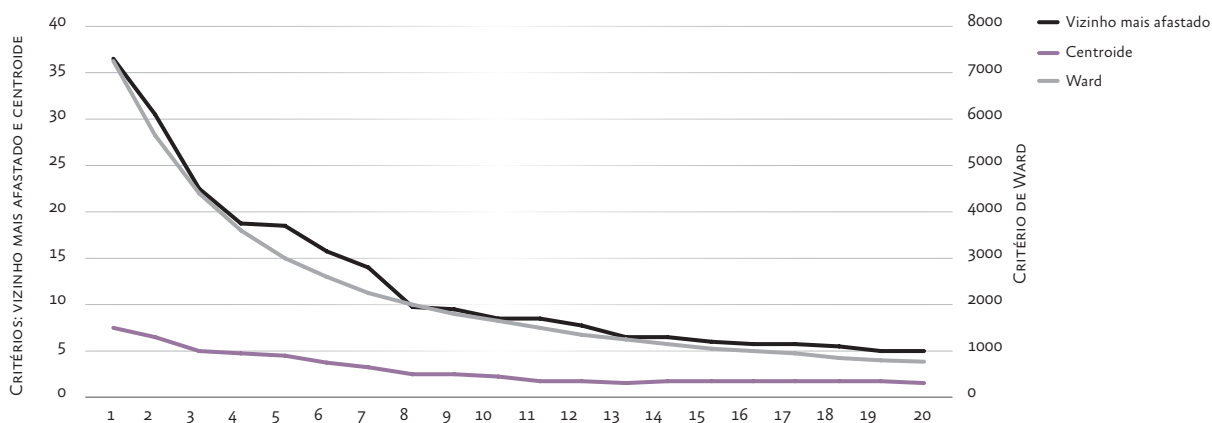


Tabela F.2 Caracterização (em %) dos grupos identificados com os motivos para não quererem ter filhos ou não quererem ter mais filhos, nas três dimensões retidas, para o grupo etário dos 40 aos 49 anos (os valores a negrito identificam as principais características dos grupos; os valores a negrito e sublinhados indicam que as categorias da variável associada não são diferenciadoras).

Variável	Categoria	NÚMERO DO GRUPO			Total
		1	2	3	
Custos financeiros associados	É importante	99,8	48,2	95,8	80,1
	Não é importante	0,2	51,8	4,2	19,9
Dificuldade para conseguir emprego	É importante	89,4	4,8	55,4	50,6
	Não é importante	10,6	95,2	44,6	49,4
Falta de espaço na habitação	É importante	20,9	2,0	32,7	16,8
	Não é importante	79,1	98,0	67,3	83,2
Menos tempo para outras coisas importantes na vida	É importante	3,1	5,3	66,5	19,0
	Não é importante	96,9	94,7	33,5	81,0
Problemas e complicações associados à educação de uma criança	É importante	22,4	8,5	75,3	29,9
	Não é importante	77,6	91,5	24,7	70,1
Problemas de saúde	É importante	27,7	14,8	29,0	23,3
	Não é importante	72,3	85,2	71,0	76,7
Não ter idade para ter filhos	É importante	42,3	36,1	46,1	40,9
	Não é importante	57,7	63,9	53,9	59,1
Dificuldade de conciliação entre a vida familiar e a vida profissional	É importante	24,0	20,1	69,6	33,4
	Não é importante	76,0	79,9	30,4	66,6
Não quer ter a responsabilidade de ter um filho/mais filhos	É importante	24,1	14,4	59,4	29,0
	Não é importante	75,9	85,6	40,6	71,0
Sexo ^a	Homens	42,3	46,5	47,3	44,9
	Mulheres	57,7	53,5	52,7	55,1
Tem filhos ^a	Sim	88,5	85,5	91,7	88,2
	Não	11,5	14,5	8,3	11,8
Nível de escolaridade do próprio ^a	Até ao 1.º ciclo	22,2	12,0	25,6	19,4
	2.º ciclo	21,0	17,3	15,9	18,6
	3.º ciclo	22,6	19,4	20,4	21,0
	Secundário	20,4	22,7	22,0	21,5
	Superior	13,9	28,7	16,2	19,5
Dimensão dos grupos		43,2	34,3	22,5	

^a Variável suplementar

Tabela F.3 Medidas de discriminação dos motivos para querer ter ou querer ter mais filhos, nas 3 dimensões definidas, para o grupo etário dos 40 aos 49 anos.

Valores	DIMENSÃO		
	1	2	3
Realização pessoal	,236	,132	,107
Diminuir as hipóteses de solidão na velhice	,490	,000	,072
Ver os filhos crescerem e desenvolverem-se	,118	,421	,032
Ver a família a aumentar	,180	,311	,160
A influência de amigos ou familiares	,388	,013	,055
Fortalecer a relação do casal	,348	,081	,116
O(A) cônjuge/companheiro(a) quer	,008	,303	,489
Realização pessoal	,236	,132	,107
% da variância	25,248	18,021	14,723

Figura F.2 Distribuição dos coeficientes de fusão relativos às últimas 20 combinações, obtida a partir das dimensões identificadas com os motivos para querer ter ou querer ter mais filhos, para o grupo etário dos 40 aos 49 anos – critério do vizinho mais afastado, critério do centroide e critério de Ward.

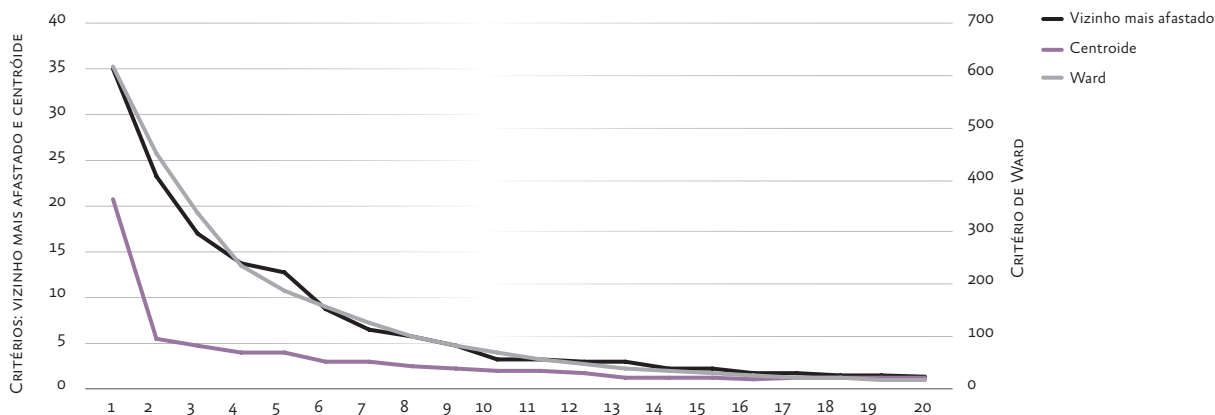


Tabela F.4 Caracterização (em %) dos grupos identificados com os motivos para quererem ter ou quererem ter mais filhos, nas três dimensões retidas, para o grupo etário dos 40 aos 49 anos (os valores a negrito identificam as principais características dos grupos; os valores a negrito e sublinhados indicam que as categorias da variável associada não são diferenciadoras).

Variável	Categoria	NÚMERO DO GRUPO				Total
		1	2	3	4	
Realização pessoal	É importante	<u>58,4</u>	99,2	86,8	91,9	80,4
	Não é importante	<u>41,6</u>	,8	13,2	8,1	19,6
Diminuir as hipóteses de solidão na velhice	É importante	2,3	93,3	10,1	<u>50,6</u>	41,6
	Não é importante	97,7	6,7	89,9	<u>49,4</u>	58,4
Ver os filhos crescerem e desenvolverem-se	É importante	100,0	100,0	<u>48,6</u>	100,0	95,5
	Não é importante	0,0	0,0	<u>51,4</u>	0,0	4,5
Ver a família a aumentar	É importante	98,3	100,0	26,6	80,0	89,3
	Não é importante	1,7	0,0	73,4	20,0	10,7
A influência de amigos ou familiares	É importante	1,9	37,9	6,2	7,9	15,2
	Não é importante	98,1	62,1	93,8	92,1	84,8
Fortalecer a relação do casal	É importante	<u>49,2</u>	76,4	32,6	6,3	48,9
	Não é importante	<u>50,8</u>	23,6	67,4	93,7	51,1
O(A) cônjuge/companheiro(a) quer	É importante	75,7	80,8	93,8	0,0	65,3
	Não importante	24,3	19,2	6,2	100,0	34,7
Sexo ^a	Homens	72,2	86,1	63,7	75,3	76,4
	Mulheres	27,8	13,9	36,3	24,7	23,6
Tem filhos ^a	Sim	63,9	60,8	73,3	<u>45,5</u>	60,5
	Não	36,1	39,2	26,7	<u>54,5</u>	39,5
Nível de escolaridade do próprio ^a	Até ao 1.º ciclo	8,8	24,1	8,1	12,1	14,1
	2.º ciclo	13,6	16,5	19,9	28,0	17,5
	3.º ciclo	20,4	28,1	14,3	3,3	19,4
	Secundário	25,9	21,9	18,0	30,7	24,8
	Superior	31,2	9,4	39,8	25,8	24,2
Dimensão dos grupos		43,1%	31,4	8,3	17,2	100,0

^a Variável suplementar

Tabela F.5 Medidas de discriminação dos valores, nas 3 dimensões definidas, para o grupo etário dos 40 aos 49 anos.

Valores	DIMENSÃO		
	1	2	3
É prejudicial para uma criança até à idade escolar que a mãe trabalhe fora de casa	,266	,418	,013
É prejudicial para uma criança até à idade escolar que o pai trabalhe fora de casa	,121	,336	,035
Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação com os seus filhos tão boa como uma mãe que trabalha em casa	,196	,292	,007
Uma mulher pode criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável	,113	,000	,568
Uma criança precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada	,289	,004	,177
Uma mulher precisa de ter filhos para se sentir realizada	,585	,243	,063
Um homem precisa de ter filhos para se sentir realizado	,589	,252	,051
É preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições do que ter mais filhos	,007	,054	,121
% da variância	27,073	19,997	12,943

Figura F.3 Distribuição dos coeficientes de fusão relativos às últimas 20 combinações, obtida a partir das dimensões identificadas com os valores, para o grupo etário dos 40 aos 49 anos – critério do vizinho mais afastado e critério de Ward.

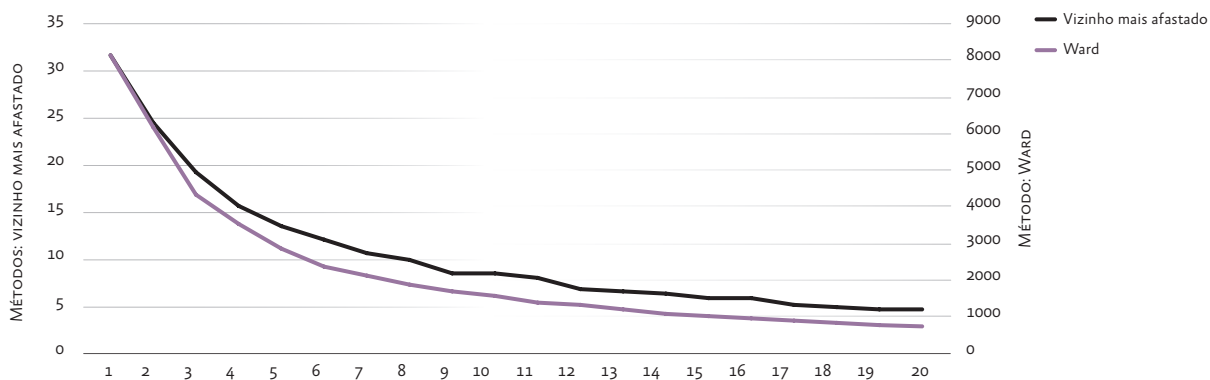


Tabela F.6 Caracterização (em %) dos grupos identificados com os valores, nas três dimensões retidas, para o grupo etário dos 40 aos 49 anos (os valores a negrito identificam as principais características dos grupos; os valores a negrito e sublinhados indicam que as categorias da variável associada não são diferenciadoras).

Variável	Categoria	Número do grupo				Total
		1	2	3	4	
É prejudicial para uma criança até à idade escolar que a mãe trabalhe fora de casa	Concorda	29,9	18,1	98,4	89,7	45,3
	Discorda	70,1	81,9	1,6	10,3	54,7
É prejudicial para uma criança até à idade escolar que o pai trabalhe fora de casa	Concorda	4,9	0,0	38,9	<u>53,3</u>	15,6
	Discorda	95,1	100,0	61,1	<u>46,7</u>	84,4
Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação com os seus filhos tão boa como uma mãe que trabalha em casa	Concorda	81,3	77,3	15,5	28,9	65,2
	Discorda	18,7	22,7	84,5	71,1	34,8
Uma mulher pode criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável	Concorda	98,8	6,1	16,9	98,7	76,3
	Discorda	1,2	93,9	83,1	1,3	23,7
Uma criança precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada	Concorda	70,8	95,0	97,6	67,0	76,7
	Discorda	29,2	5,0	2,4	33,0	23,3
Uma mulher precisa de ter filhos para se sentir realizada	Concorda	61,0	<u>56,2</u>	<u>56,6</u>	26,2	54,3
	Discorda	39,0	<u>43,8</u>	<u>43,4</u>	73,8	45,7
Um homem precisa de ter filhos para se sentir realizado	Concorda	<u>57,7</u>	<u>54,7</u>	<u>56,7</u>	22,1	51,5
	Discorda	<u>42,3</u>	<u>45,3</u>	<u>43,3</u>	77,9	48,5
É preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições do que ter mais filhos	Concorda	<u>47,4</u>	<u>44,5</u>	<u>45,9</u>	75,7	51,3
	Discorda	<u>52,6</u>	<u>55,5</u>	<u>54,1</u>	24,3	48,7
Sexo ^a	Homens	<u>45,6</u>	<u>47,7</u>	60,8	<u>50,7</u>	48,4
	Mulheres	<u>54,4</u>	<u>52,3</u>	39,2	<u>49,3</u>	51,6
Tem filhos ^a	Sim	85,6	85,4	85,9	81,0	84,9
	Não	14,4	14,6	14,1	19,0	15,1
Nível de escolaridade do próprio ^a	Até ao 1.º ciclo	17,0	21,4	26,5	17,6	18,8
	2.º ciclo	17,4	15,6	29,6	17,8	18,6
	3.º ciclo	19,6	19,2	18,7	27,6	20,7
	Secundário	24,0	18,7	16,0	21,5	22,0
	Superior	22,0	25,0	9,2	15,5	20,0
Dimensão dos grupos		58,7	14,5	11,1	15,7	

^a Variável suplementar

ÍNDICE DE FIGURAS

- 24** **Figura 2.1** Índice Sintético de Fecundidade (ISF) em Portugal e Regiões Europeias, nos anos entre 1990 e 2013.
- 27** **Figura 2.2** Idade Média da Fecundidade (IMF) em Portugal e Regiões Europeias, nos anos entre 1990 e 2013.
- 28** **Tabela 2.2** Idade Média à Fecundidade nos Países da União Europeia (28 Estados-membros), nos anos de 1990, 2000, 2008 e 2013.
- 29** **Figura 2.3** Idade média ao nascimento do primeiro filho (IM1.ºF), em Portugal e Regiões Europeias, nos anos de 1990 a 2013.
- 31** **Figura 2.4** Proporção de nados-vivos fora do casamento em Portugal e Regiões Europeias, nos anos entre 1990 e 2013.
- 34** **Figura 2.5** Índice Sintético de Fecundidade (ISF) por municípios em Portugal Continental, nos anos de 2001 (a), 2011 (b) e 2013 (c).
- 35** **Figura 2.6** Idade Média da Fecundidade (IMF) por municípios em Portugal Continental, nos anos de 2001 (a), 2011 (b) e 2013 (c).
- 36** **Figura 2.7** Idade Média ao nascimento do primeiro filho, por municípios em Portugal Continental, nos anos de 2001 (a), 2011 (b) e 2013 (c).
- 37** **Figura 2.8** Proporção de nados-vivos fora do casamento por municípios em Portugal Continental, nos anos de 2001 (a), 2011 (b) e 2013 (c).
- 38** **Figura 2.9** Proporção de nados-vivos fora do casamento e sem coabitação dos pais, por municípios em Portugal Continental, nos anos de 2001 (a), 2011 (b) e 2013 (c).
- 40** **Figura 2.10** Proporção de mulheres em idade fértil por municípios em Portugal Continental, nos anos de 2001 (a), 2011 (b) e 2013 (c).
- 43** **Figura 3.1** Fecundidade realizada e expectativa futura.
- 44** **Figura 3.2** Estimativas para os valores da média, respeitantes à fecundidades realizada, intencional total, final esperada e desejada ao longo da vida, e respetivos intervalos de confiança a 95 %.
- 45** **Figura 3.3** Distribuição da idade dos indivíduos por existência de filhos biológicos e sexo (todos os indivíduos).
- 46** **Figura 3.4** Distribuição da escolaridade por existência de filhos biológicos e sexo (todos os indivíduos).
- 46** **Figura 3.5** Distribuição da escolaridade por existência de filhos biológicos e sexo (indivíduos dos 18 aos 29 anos).
- 47** **Figura 3.6** Distribuição da escolaridade por existência de filhos biológicos e sexo (indivíduos dos 30 aos 39 anos).
- 48** **Figura 3.7** Distribuição da condição perante o trabalho por existência de filhos biológicos e sexo, (todos os indivíduos).
- 48** **Figura 3.8** Distribuição da condição perante o trabalho por existência de filhos biológicos e sexo (indivíduos dos 18 aos 29 anos)⁵.
- 49** **Figura 3.9** Distribuição da condição perante o trabalho por existência de filhos biológicos e sexo (indivíduos dos 30 aos 39 anos).

-
- 49 **Figura 3.10** Distribuição da idade, em anos, ao primeiro emprego pago por existência de filhos biológicos e sexo (todos os indivíduos).
- 50 **Figura 3.11** Experiência de pelo menos uma coabitação, com ou sem casamento, e atual estado civil, por existência de filhos biológicos e sexo (todos os indivíduos).
- 50 **Figura 3.12** Distribuição da idade, em anos, à primeira coabitação por existência de filhos biológicos e sexo (em que 17 representa antes dos 18 anos) (todos os indivíduos).
- 51 **Figura 3.13** Distribuição da opção ideal em termos de conciliação entre trabalho e vida familiar em relação à mãe, por existência de filhos biológicos e sexo (todos os indivíduos).
- 51 **Figura 3.14** Distribuição da opção ideal em termos de conciliação entre trabalho e vida familiar em relação ao pai, por existência de filhos biológicos e sexo (todos os indivíduos).
- 54 **Figura 3.15** Fecundidade Desejada em função do sexo dos indivíduos.
- 55 **Figura 3.16** Fecundidade Desejada em função do sexo e da idade dos indivíduos.
- 56 **Figura 3.17** Fecundidade Desejada em função da naturalidade dos indivíduos, por sexo.
- 56 **Figura 3.18** Fecundidade Desejada em função do estado civil, por sexo.
- 56 **Figura 3.19** Fecundidade Desejada em função da opinião dos indivíduos sobre o número ideal de filhos para uma família, por sexo.
- 57 **Figura 3.20** Fecundidade Desejada em função da opinião própria dos indivíduos sobre o facto de ser preferível ter um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos (compensação), por sexo.
- 58 **Figura 3.21** Fecundidade Desejada em função do nível de educação dos indivíduos, por sexo.
- 58 **Figura 3.22** Fecundidade Desejada em função do rendimento *per capita* do agregado familiar dos indivíduos, por sexo.
- 59 **Figura 3.23** Fecundidade Desejada em função da idade ao primeiro emprego dos indivíduos, por sexo.
- 63 **Figura 3.24** Distribuição da idade dos indivíduos por Fecundidade Final Esperada e sexo.
- 63 **Figura 3.25** Fecundidade Final Esperada em função da naturalidade dos indivíduos, por sexo.
- 64 **Figura 3.26** Fecundidade Final Esperada em função do estado civil dos indivíduos, por sexo.
- 64 **Figura 3.27** Fecundidade Final Esperada em função da dimensão da área de residência dos indivíduos, por sexo.
- 65 **Figura 3.28** Fecundidade Final Esperada em função do nível de educação dos indivíduos, por sexo.

-
- 66** **Figura 3.29** Fecundidade Final Esperada em função do nível de educação do(a) cônjuge/companheiro(a) dos indivíduos, por sexo.
- 66** **Figura 3.30** Fecundidade Final Esperada em função do nível de educação do pai dos indivíduos (a, b) e segundo o nível de educação das mães dos indivíduos (c, d), por sexo.
- 67** **Figura 3.31** Fecundidade Final Esperada em função da idade ao primeiro emprego pago dos indivíduos, por sexo.
- 68** **Figura 3.32** Fecundidade Final Esperada em função do rendimento *per capita* do agregado familiar dos indivíduos, por sexo.
- 68** **Figura 3.33** Fecundidade Final Esperada em função da opinião própria dos indivíduos sobre o facto de ser preferível ter um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos (compensação), por sexo.
- 69** **Figura 3.34** Fecundidade Final Esperada em função da opinião dos indivíduos sobre o número ideal de filhos para uma família, por sexo.
- 74** **Figura 3.35** Fecundidade Intencional em função do estado civil dos indivíduos, por sexo.
- 74** **Figura 3.36** Fecundidade Intencional em função da dimensão da área de residência dos indivíduos, por sexo.
- 75** **Figura 3.37** Proporção de indivíduos de acordo com a sua Fecundidade Intencional, em função da idade.
- 76** **Figura 3.38** Proporção de indivíduos de acordo com a sua Fecundidade Intencional, em função da idade e do sexo.
- 77** **Figura 3.39** Fecundidade Intencional em função da idade e do nível de educação dos indivíduos, por sexo.
- 77** **Figura 3.40** Fecundidade Intencional em função do nível de educação dos indivíduos, por sexo.
- 78** **Figura 3.41** Fecundidade Intencional em função da idade ao primeiro emprego pago, por sexo.
- 79** **Figura 3.42** Fecundidade Intencional em função do rendimento familiar *per capita* dos indivíduos, por sexo.
- 79** **Figura 3.43** Fecundidade Intencional em função da opinião própria dos indivíduos sobre o facto de ser preferível ter um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos (compensação), por sexo.
- 80** **Figura 3.44** Fecundidade Intencional em função da opinião dos indivíduos sobre o número ideal de filhos para uma família, por sexo.
- 83** **Figura 4.1** Transições precoces e tardias segundo a conjugalidade da mulher grávida à espera do 1.º filho.
- 84** **Figura 4.2** Transições precoces e tardias segundo a situação da mulher, grávida à espera do 1.º filho, perante o trabalho.
- 85** **Tabela 4.4** Transição fora da conjugalidade, segundo a residência com o agregado parental de origem e a existência de primeira conjugalidade, das mulheres a transitarem atualmente para o seu 1.º filho.

-
- 86** **Figura 4.3** Pretensão reprodutiva das mulheres, a transitarem atualmente para o seu 1.º filho, de terem mais filhos.
- 87** **Figura 4.4** Transições precoces e tardias, segundo o nível de escolaridade da mulher grávida à espera do 1.º filho.
- 89** **Tabela 4.5** Transições precoces e tardias, segundo algumas características selecionadas das mulheres grávidas à espera do 1.º filho.
- 92** **Figura 4.5** Probabilidades de transição (a, c) e proporção cumulativa dos nascimentos (b, d), por ordem do nascimento e sexo, em Portugal, em 2013.
- 94** **Figura 4.6** Proporção de homens, entre os 18 e os 54 anos, e mulheres, entre os 18 e os 49 anos, residentes em Portugal, que em 2013 não tinham filhos, tinham 1, 2 ou 3 filhos.
- 98** **Figura 4.7** Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: sexo (a), nacionalidade (b), geração (c) e nível de instrução do próprio (d).
- 100** **Figura 4.8** Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: nível de instrução do pai (a), nível de instrução da mãe (b), número de irmãos (c) e existência de separação dos pais (d).
- 102** **Figura 4.9** Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: idade a que deixou de residir com o agregado parental de origem (a), idade a que coabitou pela primeira vez (b), estado civil (c) e idade ao primeiro emprego (d).
- 104** **Figura 4.10** Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: conciliação materna (a) e paterna (b) em termos de trabalho e família e a presença materna (c) e presença paterna (d).
- 105** **Figura 4.11** Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: fecundidade desejada (a), número ideal de filhos numa família (b), importância da família (c) e realização pessoal (d).
- 107** **Figura 4.12** Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: autonomia feminina (a), adiamento (b), e compensação (c).
- 109** **Figura 4.13** Função de regressão acumulada e respetivos intervalos de confiança a 95 % para a educação até ao ensino secundário *vs.* educação ao nível do ensino superior para quem coabitou com 25 ou mais anos (a); para a educação até ao ensino secundário *vs.* educação ao nível do ensino superior para quem coabitou antes dos 25 anos (b); para quem coabitou com 25 ou mais anos *vs.* quem coabitou antes dos 25 anos com educação ao nível do ensino superior (c).
- 109** **Figura 4.14** Função de regressão acumulada e respetivos intervalos de confiança a 95 % para mulheres *vs.* homens que começaram a trabalhar depois dos 18 anos (a); para os homens que começaram a trabalhar até aos 18 anos *vs.* homens que começaram a trabalhar depois dos 18 anos (b); para as mulheres que começaram a trabalhar até aos 18 anos *vs.* mulheres que começaram a trabalhar depois dos 18 anos (c).

-
- 110** **Figura 4.15** Função de regressão acumulada e respetivos intervalos de confiança a 95 % para quem tem dois ou mais irmãos *vs.* quem tem até no máximo um (a); para os que discordam de que é preferível ter apenas um filho com mais oportunidades e menos restrições do que ter mais filhos *vs.* os que concordam (b); para os que desejam ter mais de dois filhos *vs.* os que desejam no máximo dois (c).
- 111** **Figura 4.16** Função de regressão acumulada e respetivos intervalos de confiança a 95 % para a educação da mãe ao nível do secundário ou superior *vs.* até ao básico (a); para os que discordam com o empenho de uma mulher em conciliar a vida profissional e familiar de forma equilibrada, bem como em criar um filho sozinha (b); para os que discordam, de alguma forma, de que uma mulher ou um homem precisam de um filho para se sentirem realizados (c).
- 113** **Figura 4.17** Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: sexo (a), naturalidade (b), geração (c) e nível de instrução do próprio (d).
- 115** **Figura 4.18** Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: nível de instrução do pai (a), nível de instrução da mãe (b), número de irmãos (c) e existência de separação dos pais (d).
- 117** **Figura 4.19** Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: idade a que deixou de residir com o agregado parental de origem (a), idade a que coabitou pela primeira vez (b), estado civil (c) e idade ao primeiro emprego (d).
- 118** **Figura 4.20** Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: conciliação materna (a) e paterna em termos de trabalho e família (b), e a presença materna (c) e presença paterna (d).
- 119** **Figura 4.21** Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: fecundidade desejada (a), número ideal de filhos numa família (b), importância da família (c) e realização pessoal (d).
- 121** **Figura 4.22** Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: autonomia feminina (a), adiamento (b), e compensação (c).
- 122** **Figura 4.23** Função de regressão acumulada e respetivos intervalos de confiança a 95 % para aqueles que discordam da importância da presença paterna *vs.* aqueles que concordam (a); para aqueles que discordam da importância da presença materna *vs.* aqueles que concordam (b); para os que discordam de que é preferível ter apenas um filho com mais oportunidades e menos restrições do que ter mais filhos *vs.* os que concordam (c).
- 123** **Figura 4.24** Função de regressão acumulada e respetivos intervalos de confiança a 95 % para aqueles que desejam ter mais de dois filhos *vs.* aqueles que desejam ter no máximo dois (a); para aqueles que nunca coabitaram *vs.* aqueles que coabitaram pela primeira vez depois dos 25 (b); para aqueles que coabitaram pela primeira vez antes dos 25 *vs.* aqueles que coabitaram pela primeira vez depois dos 25 (c).

-
- 123** **Figura 4.25** Função de regressão acumulada e respetivos intervalos de confiança a 95 % para aqueles cujas mães têm até ao ensino secundário e superior *vs.* aqueles cujas mães têm o ensino básico (a); para os que têm dois ou mais irmãos *vs.* os que têm no máximo um irmão (b).
- 126** **Figura 4.26** Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: sexo (a), naturalidade (b), geração (c) e nível de instrução do próprio (d).
- 127** **Figura 4.27** Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: nível de instrução do pai (a), nível de instrução da mãe (b), número de irmãos (c) e existência de separação dos pais (d)
- 129** **Figura 4.28** Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: idade a que deixou de residir com o agregado parental de origem (a), idade a que coabitou pela primeira vez (b), estado civil (c) e idade ao primeiro emprego (d).
- 130** **Figura 4.29** Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: conciliação materna (a) e paterna em termos de trabalho e família (b) e a presença materna (c) e presença paterna (d).
- 131** **Figura 4.30** Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: fecundidade desejada (a), número ideal de filhos numa família (b), importância da família (c) e realização pessoal (d).
- 132** **Figura 4.31** Curvas de Kaplan-Meier para as variáveis: autonomia feminina (a), adiamento (b) e compensação (c).
- 133** **Figura 4.32** Função de regressão acumulada e respetivos intervalos de confiança a 95 % para indivíduos com dois ou mais irmãos *vs.* indivíduos com no máximo um irmão (a); para aqueles que discordam parcialmente das questões do adiamento *vs.* os que concordam plenamente (b); para os que discordam de que é preferível ter apenas um filho com mais oportunidades e menos restrições do que ter menos filhos *vs.* os que concordam (c).
- 134** **Figura 4.33** Função de regressão acumulada e respetivos intervalos de confiança a 95 % para indivíduos que desejam ter mais de dois filhos *vs.* indivíduos que desejam ter no máximo dois (a); para aqueles que nunca coabitaram *vs.* aqueles que coabitaram pela primeira vez depois dos 25 (b); para aqueles que coabitaram pela primeira vez antes dos 25 *vs.* aqueles que coabitaram pela primeira vez depois dos 25 (c).
- 135** **Figura 4.34** Distribuição da idade dos indivíduos que transitaram para o primeiro filho a partir dos 40 anos, por sexo.
- 136** **Figura 4.35** Distribuição do grau de instrução dos indivíduos dos 40 aos 49 anos que transitaram para o primeiro filho depois dos 40 anos, por sexo.
- 140** **Figura 4.36** Distribuição da idade dos indivíduos que transitaram para o segundo filho depois dos 40 anos, por sexo.
- 140** **Figura 4.37** Distribuição do grau de instrução dos indivíduos dos 40 aos 49 anos que transitaram para o segundo filho depois dos 40 anos, por sexo.
- 149** **Figura 5.1** Distribuição das idades (18 a 29 anos (a) e 30 a 39 anos (b)) por existência de filhos biológicos e sexo.

-
- 150** **Figura 5.2** Distribuição do sexo por existência de filhos biológicos e idade (indivíduos dos 18 aos 39 anos).
- 151** **Figura 5.3** Distribuição da experiência de coabitação por existência de filhos biológicos e idade (indivíduos dos 18 aos 39 anos).
- 155** **Figura 5.4** OR e respectivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) para diferentes aumentos da idade, considerando indivíduos entre os 18 e os 29 anos.
- 156** **Figura 5.5** Evolução do perfil de probabilidade elevada de indivíduos com menos de 30 anos não terem transitado para a parentalidade, em função da idade e existência de algum relacionamento conjugal, para os homens (a) e para as mulheres (b).
- 158** **Figura 5.6** OR e respectivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) para diferentes aumentos da idade, considerando indivíduos entre os 30 e os 39 anos.
- 160** **Figura 5.7** Evolução do perfil de probabilidade baixa de indivíduos, com idades entre os 30 e os 39 anos, não terem transitado para a parentalidade, em função da idade e do rendimento, para os homens (a) e para as mulheres (b).
- 162** **Figura 5.8** Distribuição do sexo dos indivíduos dos 18 aos 39 anos, sem filhos, segundo a intenção de permanecerem sem filhos (*childlessness* permanente).
- 163** **Figura 5.9** Distribuição dos indivíduos sem filhos, segundo a intenção de permanecerem sem filhos (*childlessness* permanente) e o nível de escolaridade.
- 164** **Figura 5.10** Distribuição dos indivíduos sem filhos, segundo a intenção de permanecerem sem filhos (*childlessness* permanente) e a situação de conjugalidade.
- 164** **Figura 5.11** Distribuição dos indivíduos sem filhos, segundo a intenção de permanecerem sem filhos (*childlessness* permanente) e a classe de rendimento *per capita* do agregado familiar.
- 166** **Figura 5.12** Idade mediana dos indivíduos sem filhos (com idades entre os 18 e os 29 anos), segundo a intenção de permanecerem sem filhos (*childlessness* permanente) e o sexo.
- 166** **Figura 5.13** Idade mediana dos indivíduos sem filhos (com idades entre os 30 e os 39 anos), segundo a intenção de permanecerem sem filhos (*childlessness* permanente) e o sexo.
- 169** **Figura 5.14** OR e respectivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) para aumentos da idade.
- 170** **Figura 5.15** Para indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos, evolução do perfil com probabilidade elevada dos indivíduos permanecerem *childlessness*, em função da idade, do sexo e do número de horas de trabalho pago.
- 171** **Figura 5.16** Distribuição das idades (em anos) por ter desejado filhos ao longo da vida e pelo sexo (indivíduos dos 18 aos 39 anos).
- 172** **Figura 5.17** Distribuição da escolaridade por ter desejado filhos ao longo da vida (indivíduos dos 18 aos 39 anos).

-
- 172** **Figura 5.18** Distribuição da situação conjugal por ter desejado filhos ao longo da vida (indivíduos dos 18 aos 39 anos).
- 176** **Figura 5.19** Distribuição da idade, em anos, dos indivíduos que não podem ter (mais) filhos, por sexo e pela condição de parentalidade.
- 180** **Tabela 5.6** Distribuição de alguns valores acerca da parentalidade entre os indivíduos que não podem ter filhos, pela sua condição de parentalidade e sexo.
- 181** **Figura 5.20** Importância atribuída a cada um dos motivos para não querer ter/ter mais filhos, por classe etária (as percentagens podem ser consultadas na Tabela D.6 e na Tabela D.7 do Anexo D).
- 182** **Figura 5.21** Motivos considerados importantes para não ter/não ter mais filhos, pelos residentes com idade entre os 18 e os 29 anos.
- 184** **Figura 5.22** Representação da primeira e segunda dimensão da análise multivariada da importância dos motivos atribuída pelos residentes com idade entre os 18 e os 29 anos e que não querem ter ou ter mais filhos (35 % da variância é explicada por estas duas componentes).
- 185** **Figura 5.23** Representação da segunda e terceira dimensão da análise multivariada da importância dos motivos atribuída pelos residentes com idade entre os 18 e os 29 anos e que não querem ter ou ter mais filhos (26 % da variância é explicada por estas duas componentes).
- 185** **Figura 5.24** Representação da primeira e quarta dimensão da análise multivariada da importância dos motivos atribuída pelos residentes com idade entre os 18 e os 29 anos e que não querem ter ou ter mais filhos (32 % da variância é explicada por estas duas componentes).
- 186** **Figura 5.25** Motivos considerados importantes para não ter/não ter mais filhos, pelos residentes com idade entre os 30 a 39 anos.
- 188** **Figura 5.26** Representação da primeira e segunda dimensão da análise multivariada dos motivos atribuídos pelos residentes com idade entre os 30 e os 39 anos e que não querem ter ou ter mais filhos (36 % da variância é explicada por estas duas componentes).
- 188** **Figura 5.27** Representação da primeira e terceira dimensão da análise multivariada dos motivos atribuídos pelos residentes com idade entre os 30 e os 39 anos e que não querem ter ou ter mais filhos (36 % da variância é explicada por estas duas componentes).
- 198** **Figura 6.1** Distribuição dos indivíduos em função da fecundidade realizada, segundo o sexo (indivíduos dos 18 aos 39 anos com filhos).
- 199** **Figura 6.2** Distribuição dos indivíduos em função da fecundidade realizada, segundo o nível de escolaridade (indivíduos dos 18 aos 39 anos e com filhos).
- 200** **Figura 6.3** Distribuição dos indivíduos, dos 18 aos 39 anos e com filhos, em função da fecundidade realizada, segundo a situação de conjugalidade.
- 201** **Figura 6.4** Idade mediana com que os indivíduos com idades entre os 18 e os 29 anos tiveram o seu primeiro filho, segundo o sexo.

-
- 201** **Figura 6.5** Idade mediana com que os indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos tiveram o seu primeiro filho, segundo o sexo.
- 204** **Figura 6.6** OR e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) para diferentes aumentos da idade, considerando os indivíduos com idade entre os 18 e os 29 anos.
- 205** **Figura 6.7** OR e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) para diferenças na idade ao nascimento do primeiro filho, considerando os indivíduos com idade entre os 18 e os 29 anos.
- 208** **Figura 6.8** OR e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) para diferentes aumentos da idade, considerando os indivíduos com idade entre os 30 e os 39 anos.
- 208** **Figura 6.9** OR e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) para diferenças na idade ao nascimento do primeiro filho, considerando os indivíduos com idade entre os 30 e os 39 anos.
- 210** **Figura 6.10** Aumento do número médio de filhos e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) das mulheres relativamente aos homens, em função da idade dos indivíduos (a interrupção da linha contínua por uma linha a tracejado marca a idade a partir da qual a diferença entre as mulheres e os homens não é significativa).
- 211** **Figura 6.11** Aumento do número médio de filhos e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) dos que têm até ao ensino básico relativamente aos que têm o ensino secundário ou ensino superior, em função da idade dos indivíduos (a interrupção das linhas contínuas por linhas a tracejado marca as idades a partir das quais as diferenças não são significativas).
- 211** **Figura 6.12** Aumento do número médio de filhos e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) dos que têm cônjuge ou companheiro(a) relativamente aos que não têm, em função da idade dos indivíduos.
- 212** **Figura 6.13** Aumento do número médio de filhos e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) dos que têm rendimentos até 500 € relativamente aos que têm rendimentos superiores, em função da idade dos indivíduos (a interrupção da linha tracejada por uma linha contínua marca a idade a partir da qual a diferença é significativa).
- 213** **Figura 6.14** Número médio de filhos estimado e respetivos IC a 95 % para o perfil potenciador, em função do sexo e da idade dos indivíduos.
- 214** **Figura 6.15** Número médio de filhos estimado e respetivos IC a 95 % para o perfil potenciador, em função da compensação e da idade dos indivíduos, para as mulheres (a) e para os homens (b).
- 214** **Figura 6.16** Número médio de filhos estimado e respetivos IC a 95 % para o perfil protetor³³, em função do sexo e da idade dos indivíduos.
- 216** **Figura 6.17** Número esperado de filhos em 2013 e projetado para 2020 para mulheres com um dado perfil, em função da idade, para dois níveis de rendimento e ensino secundário ou superior.

-
- 217** **Figura 6.18** Número esperado de filhos em 2013 e projetado para 2020 para mulheres com um dado perfil, em função da idade, para ensino secundário ou superior ou ensino básico e rendimento *per capita* do agregado inferior a 500 €.
- 222** **Figura 6.19** Distribuição dos indivíduos segundo a fecundidade final esperada e o concordar ou discordar de que “é preferível ter um só filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos” (indivíduos dos 18 aos 39 anos e com filhos).
- 223** **Figura 6.20** Distribuição da idade dos indivíduos, com idades entre os 18 e os 39 anos e com filhos, segundo a fecundidade final esperada e o sexo.
- 223** **Figura 6.21** Idade com que os indivíduos, dos 18 aos 39 anos, tiveram o seu primeiro filho, segundo a fecundidade final esperada e o sexo.
- 225** **Figura 6.22** OR e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) para diferentes aumentos da idade considerando os indivíduos com idade entre os 18 e os 39 anos e com rendimento *per capita* do agregado entre 500 € e 1000 €.
- 226** **Figura 6.23** OR e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) para os indivíduos que têm um rendimento *per capita* do agregado entre 500 € e 1000 €, em relação aos que têm um rendimento inferior a 500 €, em função da idade (a interrupção da linha contínua pela linha a tracejado marca as idades entre as quais as diferenças não são significativas).
- 227** **Figura 6.24** OR e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) para diferenças na idade ao nascimento do primeiro filho, considerando os indivíduos entre os 18 e os 39 anos.
- 229** **Figura 6.25** OR e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) dos homens em relação às mulheres, em função da idade dos indivíduos (a interrupção da linha a tracejado por uma linha contínua marca a idade a partir da qual a diferença é significativa).
- 230** **Figura 6.26** OR e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) dos que têm o ensino secundário em relação aos que têm até ao básico (a) e dos que têm o ensino superior em relação aos que têm até ao básico (b) e que concordam com a compensação, em função da idade dos indivíduos e da idade ao nascimento do primeiro filho (a interrupção das linhas contínuas por linhas a tracejado marcam as idades a partir das quais as diferenças não são significativas e vice-versa).
- 230** **Figura 6.27** OR e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) dos que têm o ensino secundário em relação aos que têm até ao básico e que discordam da compensação, em função da idade dos indivíduos e da idade ao nascimento do primeiro filho (a interrupção das linhas contínuas por linhas a tracejado marcam as idades a partir das quais as diferenças não são significativas e vice-versa).
- 232** **Figura 6.28** Probabilidade estimada de esperar ter 1, 2, 3 ou 4 ou mais filhos, em função da idade dos indivíduos, para as mulheres (a) e para os homens (b).

-
- 233** **Figura 6.29** Probabilidade estimada de esperar ter 1 filho, em função da idade dos indivíduos e do nível de escolaridade, para as mulheres (a) e para os homens (b), e considerando aqueles que tiveram o primeiro filho até aos 24 anos.
- 234** **Figura 6.30** Probabilidade estimada de esperar ter 1 filho, em função da idade dos indivíduos e do nível de escolaridade, para as mulheres (a) e para os homens (b), e considerando aqueles que tiveram o primeiro filho entre os 31 e os 39 anos.
- 235** **Figura 6.31** Probabilidade estimada de esperar ter 4 filhos ou mais, em função da idade dos indivíduos e dos seus valores, para as mulheres (a) e para os homens (b).
- 242** **Figura 6.32** Probabilidade estimada que um indivíduo tem de se enquadrar em diferentes níveis de fecundidade intencional ao longo da idade.
- 243** **Figura 6.33** Probabilidade estimada que um indivíduo tem de se enquadrar em diferentes níveis de fecundidade intencional ao longo da idade, segundo o sexo e o seu número ideal de filhos para uma família.
- 244** **Figura 6.34** Probabilidade estimada que um indivíduo tem de se enquadrar em diferentes níveis de fecundidade intencional ao longo da idade, segundo o sexo e o nível de escolaridade do próprio.
- 245** **Figura 6.35** Probabilidade estimada que um indivíduo tem de se enquadrar em diferentes níveis de fecundidade intencional ao longo da idade, segundo o sexo e o rendimento *per capita* do agregado familiar do próprio.
- 246** **Figura 6.36** Importância atribuída a cada motivo para ter/ter mais filhos, por classe etária (as percentagens podem ser consultadas na Tabela E.8 e na Tabela E.9 do Anexo D).
- 248** **Figura 6.37** Motivos considerados importantes para quererem ter ou quererem ter mais filhos, pelos residentes com idade entre os 18 e os 29 anos.
- 249** **Figura 6.38** Representação da primeira e segunda dimensão da análise multivariada dos motivos para quererem ter ou terem mais filhos, para os residentes com idade entre os 18 e 29 anos (54 % da variância é explicada por estas duas componentes).
- 250** **Figura 6.39** Motivos considerados importantes para quererem ter ou quererem ter mais filhos, pelos residentes com idade entre os 30 e os 39 anos.
- 251** **Figura 6.40** Representação da primeira e segunda dimensão da análise multivariada dos motivos para quererem ter ou terem mais filhos, para os residentes com idades entre os 30 e 39 anos (56 % da variância é explicada por estas duas componentes).
- 259** **Figura 7.1** Fecundidade realizada e expectativa futura, por classe etária e sexo.
- 260** **Figura 7.2** Distribuição da fecundidade realizada por classe etária e sexo.
- 261** **Figura 7.3** Distribuição do grau de urbanização por existência de filhos biológicos e sexo, na classe etária dos 40 aos 49 anos.

-
- 261** **Figura 7.4** Distribuição do grau de urbanização por sexo e expectativa futura por existência de filhos biológicos, na classe etária dos 40 aos 49 anos.
- 262** **Figura 7.5** Distribuição do nível de escolaridade por existência de filhos biológicos e sexo, na classe etária dos 40 aos 49 anos.
- 262** **Figura 7.6** Distribuição do nível de escolaridade por sexo e expectativa futura por existência de filhos biológicos, na classe etária dos 40 aos 49 anos.
- 263** **Figura 7.7** Distribuição da condição perante o trabalho por existência de filhos biológicos e sexo, na classe etária dos 40 aos 49 anos.
- 264** **Figura 7.8** Distribuição da condição perante o trabalho por sexo e expectativa futura por existência de filhos biológicos, na classe etária dos 40 aos 49 anos.
- 264** **Figura 7.9** Distribuição das horas de trabalho por existência de filhos biológicos e sexo, na classe etária dos 40 aos 49 anos.
- 265** **Figura 7.10** Distribuição do rendimento *per capita* do agregado familiar (em €) por existência de filhos biológicos e sexo, na classe etária dos 40 aos 49 anos.
- 265** **Figura 7.11** Distribuição do rendimento *per capita* do agregado familiar (em €) por sexo e expectativa futura por existência de filhos biológicos, na classe etária dos 40 aos 49 anos.
- 266** **Figura 7.12** Distribuição da situação conjugal atual por existência de filhos biológicos e sexo, na classe etária dos 40 aos 49 anos.
- 267** **Figura 7.13** Distribuição da situação conjugal atual por sexo e expectativa futura por existência de filhos biológicos, na classe etária dos 40 aos 49 anos.
- 267** **Figura 7.14** Distribuição da idade, em anos, à primeira coabitação por existência de filhos biológicos e sexo, na classe etária dos 40 aos 49 anos.
- 267** **Figura 7.15** Distribuição da idade, em anos, à primeira coabitação por existência de filhos biológicos e sexo, na classe etária dos 40 aos 49 anos.
- 268** **Figura 7.16** Distribuição da idade, em anos, à primeira coabitação por sexo e expectativa futura por existência de filhos biológicos, na classe etária dos 40 aos 49 anos.
- 268** **Figura 7.17** Distribuição da idade, em anos, à primeira coabitação por sexo e expectativa futura por existência de filhos biológicos, na classe etária dos 40 aos 49 anos.
- 269** **Figura 7.18** Distribuição da opção ideal para a conciliação materna do trabalho com a vida familiar por existência de filhos biológicos e sexo, na classe etária dos 40 aos 49 anos.
- 269** **Figura 7.19** Distribuição da opção ideal para a conciliação materna do trabalho com a vida familiar por sexo e expectativa futura por existência de filhos biológicos, na classe etária dos 40 aos 49 anos.
- 270** **Figura 7.20** Distribuição da opção ideal para a conciliação paterna do trabalho com a vida familiar por existência de filhos biológicos e sexo, na classe etária dos 40 aos 49 anos.

-
- 270** **Figura 7.21** Distribuição da opção ideal para a conciliação paterna do trabalho com a vida familiar por sexo e expectativa futura por existência de filhos biológicos, na classe etária dos 40 aos 49 anos.
- 271** **Figura 7.22** Motivos considerados importantes para não se querer ter ou não se querer ter mais filhos, pelos residentes com idade entre os 40 e os 49 anos.
- 273** **Figura 7.23** Representação da primeira e segunda dimensão da análise multivariada da importância dos motivos atribuída pelos residentes com idade entre os 40 e os 49 anos e que não querem ter ou ter mais filhos (37 % da variância é explicada por estas duas componentes).
- 274** **Figura 7.24** Representação da primeira e terceira dimensão da análise multivariada da importância dos motivos atribuída pelos residentes com idade entre os 40 e os 49 anos e que não querem ter ou ter mais filhos (36 % da variância é explicada por estas duas componentes).
- 275** **Figura 7.25** Motivos considerados importantes para quererem ter ou quererem ter mais filhos, pelos residentes com idade entre os 40 e os 49 anos.
- 276** **Figura 7.26** Representação da primeira e segunda dimensão da análise multivariada da importância dos motivos atribuída pelos residentes com idade entre os 40 e os 49 anos e que querem ter filhos ou ter mais filhos (43 % da variância é explicada por estas duas componentes).
- 277** **Figura 7.27** Representação da primeira e segunda dimensão da análise multivariada da importância dos motivos atribuída pelos residentes com idade entre os 40 e os 49 anos e que querem ter filhos ou ter mais filhos (43 % da variância é explicada por estas duas componentes).
- 279** **Figura 7.28** Valores considerados importantes para quem tem e quem não tem filhos, pelos residentes com idade entre os 40 e os 49 anos.
- 280** **Figura 7.29** Representação da primeira e segunda dimensão da análise multivariada da concordância com os valores atribuída pelos residentes com idade entre os 40 e os 49 anos (47 % da variância é explicada por estas duas componentes).
- 281** **Figura 7.30** Representação da primeira e terceira dimensão da análise multivariada da concordância com os valores atribuída pelos residentes com idade entre os 40 e os 49 anos (40 % da variância é explicada por estas duas componentes).
- 381** **Figura D.1** Distribuição dos coeficientes de fusão relativos às últimas 20 combinações, obtida a partir das dimensões identificadas com os motivos para não querer ter filhos ou não querer ter mais filhos, para o grupo etário dos 18 aos 29 anos – critério do vizinho mais afastado, critério do centroide e critério de Ward.
- 383** **Figura D.2** Distribuição dos coeficientes de fusão relativos às últimas 20 combinações, obtida a partir das dimensões identificadas com os motivos para não querer ter filhos ou não querer ter mais

filhos, para o grupo etário dos 30 aos 39 anos – critério do vizinho mais afastado, critério do centroide e critério de Ward.

- 386 Tabela E.2** Coeficientes estimados do modelo de regressão logística para os indivíduos com idades entre os 30 e 39 anos, considerando quem tem apenas um filho *vs.* quem tem mais de um filho, respectivos desvios-padrão estimados e valores p (teste de Wald) associados.
- 394 Figura E.1** Distribuição dos coeficientes de fusão relativos às últimas 20 combinações, obtida a partir das dimensões identificadas com os motivos para não querer ter filhos ou não querer ter mais filhos, para o grupo etário dos 18 aos 29 anos – critério do vizinho mais afastado, critério do centroide e critério de Ward.
- 396 Figura E.2** Distribuição dos coeficientes de fusão relativos às últimas 20 combinações, obtida a partir das dimensões identificadas com os motivos para não querer ter filhos ou não querer ter mais filhos, para o grupo etário dos 30 aos 39 anos – critério do vizinho mais afastado, critério do centroide e critério de Ward.
- 399 Figura F.1** Distribuição dos coeficientes de fusão relativos às últimas 20 combinações, obtida a partir das dimensões identificadas com os motivos para não querer ter filhos ou não querer ter mais filhos, para o grupo etário dos 40 aos 49 anos – critério do vizinho mais afastado, critério do centroide e critério de Ward.
- 401 Figura F.2** Distribuição dos coeficientes de fusão relativos às últimas 20 combinações, obtida a partir das dimensões identificadas com os motivos para querer ter ou querer ter mais filhos, para o grupo etário dos 40 aos 49 anos – critério do vizinho mais afastado, critério do centroide e critério de Ward.
- 403 Figura F.3** Distribuição dos coeficientes de fusão relativos às últimas 20 combinações, obtida a partir das dimensões identificadas com os valores, para o grupo etário dos 40 aos 49 anos – critério do vizinho mais afastado e critério de Ward.

ÍNDICE DE TABELAS

- 25** **Tabela 2.1** Índice Sintético de Fecundidade nos Países da União Europeia (28 Estados-membros), nos anos de 1990, 2000, 2008 e 2013 e respetivas diferenças.
- 30** **Tabela 2.3** Idade média ao nascimento do primeiro filho (IM1.ºF), diferença entre a idade média à fecundidade (IMF) e a idade média ao nascimento do primeiro filho (IM1.ºF), nos Países da União Europeia (28 Estados-membros), nos anos de 1990, 2000, 2008 e 2013.
- 32** **Tabela 2.4** Proporção de nados-vivos fora do casamento, nos Países da União Europeia (28 Estados-membros), nos anos de 1990, 2000, 2008 e 2013.
- 61** **Tabela 3.1** Distribuição da Fecundidade Final Esperada dos indivíduos, em percentagem, nas categorias das variáveis selecionadas (os tons lilás escuro correspondem a proporções mais elevadas, enquanto os tons cinza claro correspondem a proporções mais baixas).
- 71** **Tabela 3.2** Distribuição da Fecundidade Intencional dos indivíduos, em percentagem, nas categorias das variáveis selecionadas (os lilás escuro correspondem a proporções mais elevadas, enquanto os tons cinza claro correspondem a proporções mais baixas).
- 83** **Tabela 4.1** Média, mediana e desvio-padrão das idades das mulheres que estão a fazer a sua transição para o 1.º filho.
- 84** **Tabela 4.2** Transições precoces e tardias segundo a condição perante o trabalho do cônjuge ou companheiro da mulher grávida à espera do 1.º filho.
- 85** **Tabela 4.3** Transição fora da conjugalidade, segundo algumas características selecionadas das mulheres a transitarem atualmente para o seu 1.º filho.
- 93** **Tabela 4.6** Idade média ao nascimento do 1.º, 2.º e 3.º filhos, e respetivos desvios-padrão estimados, por sexos, em Portugal no ano de 2013.
- 137** **Tabela 4.7** Algumas características dos indivíduos dos 40 aos 49 anos que transitaram para o primeiro filho depois dos 40 anos, por sexo.
- 139** **Tabela 4.8** Alguns valores dos indivíduos dos 40 aos 49 anos que transitaram para o primeiro filho depois dos 40 anos, por sexo.
- 142** **Tabela 4.9** Algumas características dos indivíduos dos 40 aos 54 anos que transitaram para o segundo filho depois dos 40 anos, por sexo.
- 143** **Tabela 4.10** Alguns valores dos indivíduos dos 40 aos 54 anos que transitaram para o segundo filho depois dos 40 anos, por sexo.
- 150** **Tabela 5.1** Distribuição do nível de escolaridade, horas de trabalho e rendimento *per capita* do agregado familiar por existência de filhos biológicos e idade (indivíduos dos 18 aos 39).
- 152** **Tabela 5.2** Distribuição do número ideal de filhos e opinião sobre a compensação por existência de filhos biológicos e idade (indivíduos dos 18 aos 39).
- 165** **Tabela 5.3** Distribuição de algumas características, segundo a intenção de permanecerem sem filhos (indivíduos dos 18 aos 39 anos).

-
- 173** Tabela 5.4 Distribuição de algumas variáveis por ter desejado filhos ao longo da vida (indivíduos dos 18 aos 39 anos).
- 178** Tabela 5.5 Indivíduos que não podem ter filhos, pela condição de parentalidade, segundo características selecionadas.
- 200** Tabela 6.1 Distribuição de algumas características em função da fecundidade realizada (indivíduos dos 18 aos 39 anos e com filhos).
- 221** Tabela 6.2 Distribuição de algumas características em função da fecundidade final esperada (indivíduos dos 18 aos 39 anos e com filhos).
- 238** Tabela 6.3 Algumas características dos indivíduos dos 18 aos 39 anos, segundo a sua Fecundidade Intencional.
- 339** Tabela B.1 Índice Sintético (ISF), Idade Média à Fecundidade (IMF) e Idade Média ao nascimento do primeiro filho, por municípios, em Portugal Continental.
- 347** Tabela B.2 Proporção de nascimentos fora do casamento, proporção de nascimentos fora do casamento e sem coabitação dos pais e proporção de mulheres em idade fértil, por municípios, em Portugal Continental.
- 355** Tabela C.1 Tábua de fecundidade, mulheres, no ano de 2013 em Portugal, na transição para o primeiro filho.
- 356** Tabela C.2 Tábua de fecundidade, mulheres, no ano de 2013 em Portugal, na transição para o segundo filho.
- 357** Tabela C.3 Tábua de fecundidade, mulheres, no ano de 2013 em Portugal, na transição para o terceiro e mais filhos.
- 358** Tabela C.4 Tábua de fecundidade, homens, no ano de 2013 em Portugal, na transição para o primeiro filho.
- 359** Tabela C.5 Tábua de fecundidade, homens, no ano de 2013 em Portugal, na transição para o segundo filho.
- 360** Tabela C.6 Tábua de fecundidade, homens, no ano de 2013 em Portugal, na transição para o terceiro e mais filhos.
- 361** Tabela C.7 Variáveis consideradas para a transição para a parentalidade e para o segundo filho, e respetivas categorias.
- 363** Tabela C.8 Estimativas de Kaplan-Meier para a idade mediana, respetivos intervalos de confiança a 95 % (IC_{95%}) e valores p do teste logram, relativamente à transição para o primeiro, segundo e terceiro filhos.
- 365** Tabela C.9 Coeficientes estimados do modelo de Cox da transição para a parentalidade, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (Wald) associados.
- 366** Tabela C.10 Coeficientes estimados do modelo de Aalen da transição para a parentalidade, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (Wald) associados.
- 367** Tabela C.11 Coeficientes estimados do modelo paramétrico, com distribuição Weibull, da transição para a parentalidade, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (Wald) associados.

-
- 369 Tabela C.12** Coeficientes estimados do modelo de Cox da transição para o segundo filho, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (Wald) associados.
- 370 Tabela C.13** Coeficientes estimados do modelo de Aalen da transição para o segundo filho, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (Wald) associados.
- 371 Tabela C.14** Coeficientes estimados do modelo paramétrico, com distribuição Weibull, da transição para o segundo filho, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (Wald) associados.
- 372 Tabela C.15** Coeficientes estimados do modelo de Cox da transição para o terceiro filho, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (Wald) associados.
- 372 Tabela C.16** Coeficientes estimados do modelo de Aalen da transição para o terceiro filho, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (Wald) associados.
- 376 Tabela D.2** Coeficientes estimados do modelo de regressão logística para os mais jovens (entre os 18 e os 29 anos), considerando quem não tem filhos *vs.* quem tem filhos, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (teste de Wald) associados.
- 377 Tabela D.3** Coeficientes estimados do modelo de regressão logística para os indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos, considerando quem não tem filhos *vs.* quem tem filhos, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (teste de Wald) associados.
- 378 Tabela D.4** Coeficientes estimados do modelo de regressão logística para os indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos e que não têm filhos, considerando quem não pensa vir a ter *vs.* quem pensa vir a ter, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (teste de Wald) associados.
- 379 Tabela D.5** Coeficientes estimados do modelo de regressão logística para os indivíduos dos 18 aos 39 anos, considerando quem não desejou ter filhos *vs.* quem alguma vez desejou ter algum, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (teste de Wald) associados.
- 380 Tabela D.6** Percentagem de indivíduos com filhos que consideraram cada um dos motivos importantes para não quererem ter mais filhos, por classe etária.
- 380 Tabela D.7** Percentagem de indivíduos sem filhos que consideraram cada um dos motivos importantes para não quererem ter filhos, por classe etária.
- 381 Tabela D.8** Medidas de discriminação dos motivos para não querer ter ou não querer ter mais filhos, nas quatro dimensões retidas, para o grupo etário dos 18 aos 29 anos (a negrito destacam-se as variáveis que mais discriminam cada uma das dimensões).

-
- 382 Tabela D.9** Caracterização dos 5 grupos identificados pelos motivos para não quererem ter ou não quererem ter mais filhos, nas quatro dimensões retidas, para o grupo etário dos 18 aos 29 anos (a negrito identificam-se as principais características dos grupos; os valores a negrito e sublinhados indicam que as categorias do motivo associado não são diferenciadoras).
- 383 Tabela D.10** Medidas de discriminação dos motivos para não querer ter ou não querer ter mais filhos, nas três dimensões retidas, para o grupo etário dos 30 aos 39 anos (a negrito destacam-se as variáveis que mais discriminam cada uma das dimensões).
- 384 Tabela D.11** Caracterização dos 3 grupos identificados pelos motivos para não quererem ter ou não quererem ter mais filhos, nas três dimensões retidas, para o grupo etário dos 30 aos 39 anos (a negrito identificam-se as principais características dos grupos; os valores a negrito e sublinhados indicam que as categorias do motivo associado não são diferenciadoras).
- 385 Tabela E.1** Coeficientes estimados do modelo de regressão logística para os indivíduos com idades entre os 18 e 29 anos, considerando quem tem apenas um filho vs. quem tem mais de um filho, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (teste de Wald) associados.
- 387 Tabela E.3** Coeficientes estimados do modelo de Poisson para a fecundidade realizada, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (teste de Wald) associados.
- 388 Tabela E.4** Coeficientes estimados do modelo de regressão logística para os indivíduos com idades entre os 18 e 39 anos, considerando quem tem uma FFE de apenas um filho vs. quem tem uma FFE com mais de 1 filho, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (teste de Wald) associados.
- 389 Tabela E.5** Coeficientes estimados do modelo de Categoria Adjacente para a fecundidade final esperada, respetivos desvios-padrão estimados e valores p (teste de Wald) associados.
- 390 Tabela E.6** Variáveis consideradas para se ajustar o modelo do diferencial entre fecundidade final esperada e fecundidade realizada e respetivas categorias.
- 392 Tabela E.7** Coeficientes estimados do modelo de regressão logística ordinal de *odds* parciais para o diferencial registado entre a fecundidade final esperada e a fecundidade realizada, para os indivíduos dos 18 aos 39 anos de idade, e respetivos desvios-padrão e valores p (teste de Wald) associados.
- 393 Tabela E.8** Percentagem de indivíduos com filhos que considerou cada um dos motivos importantes para querer ter mais filhos, por classe etária.
- 393 Tabela E.9** Percentagem de indivíduos sem filhos que consideraram cada um dos motivos importantes para quererem ter filhos, por classe etária.

-
- 394 Tabela E.10** Medidas de discriminação dos motivos para querer ter ou querer ter mais filhos, nas três dimensões retidas, para o grupo etário dos 18 aos 29 anos (a negrito destacam-se as variáveis que mais discriminam cada uma das dimensões).
- 395 Tabela E.11** Caracterização dos 3 grupos identificados pelos motivos para não quererem ter ou não quererem ter mais filhos, nas três dimensões retidas, para o grupo etário dos 18 aos 29 anos (a negrito identificam-se as principais características dos grupos; os valores a negrito e sublinhados indicam que as categorias do motivo associado não são diferenciadoras).
- 396 Tabela E.12** Medidas de discriminação dos motivos para querer ter ou querer ter mais filhos, nas três dimensões retidas, para o grupo etário dos 30 aos 39 anos (a negrito destacam-se as variáveis que mais discriminam cada uma das dimensões).
- 397 Tabela E.13** Caracterização dos 3 grupos identificados pelos motivos para não quererem ter ou não quererem ter mais filhos, nas três dimensões retidas, para o grupo etário dos 18 aos 29 anos (a negrito identificam-se as principais características dos grupos; os valores a negrito e sublinhados indicam que as categorias do motivo associado não são diferenciadoras).
- 399 Tabela F.1** Medidas de discriminação dos motivos para não querer ter ou não querer ter mais filhos, nas 3 dimensões definidas, para o grupo etário dos 40 aos 49 anos.
- 400 Tabela F.2** Caracterização (em %) dos grupos identificados com os motivos para não quererem ter filhos ou não quererem ter mais filhos, nas três dimensões retidas, para o grupo etário dos 40 aos 49 anos (os valores a negrito identificam as principais características dos grupos; os valores a negrito e sublinhados indicam que as categorias da variável associada não são diferenciadoras).
- 401 Tabela F.3** Medidas de discriminação dos motivos para querer ter ou querer ter mais filhos, nas 3 dimensões definidas, para o grupo etário dos 40 aos 49 anos.
- 402 Tabela F.4** Caracterização (em %) dos grupos identificados com os motivos para quererem ter ou quererem ter mais filhos, nas três dimensões retidas, para o grupo etário dos 40 aos 49 anos (os valores a negrito identificam as principais características dos grupos; os valores a negrito e sublinhados indicam que as categorias da variável associada não são diferenciadoras).
- 403 Tabela F.5** Medidas de discriminação dos valores, nas 3 dimensões definidas, para o grupo etário dos 40 aos 49 anos.
- 404 Tabela F.6** Caracterização (em %) dos grupos identificados com os valores, nas três dimensões retidas, para o grupo etário dos 40 aos 49 anos (os valores a negrito identificam as principais características dos grupos; os valores a negrito e sublinhados indicam que as categorias da variável associada não são diferenciadoras).

ÍNDICE DE ESQUEMAS

- 294** **Esquema 8.1** Características potenciadoras para que um indivíduo, com idade entre os 18 e os 29 anos, não tenha transitado para a parentalidade (temporária ou permanentemente).
- 295** **Esquema 8.2** Características potenciadoras para que um indivíduo, com idade entre os 30 e os 39 anos, não tenha transitado para a parentalidade (temporária ou permanentemente).
- 296** **Esquema 8.3** Características potenciadoras para a decisão de se tencionar não ter filhos ao longo da vida reprodutiva, para os indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos.
- 298** **Esquema 8.4** Características potenciadoras para a decisão de não se ter desejado filhos ao longo da vida reprodutiva, para os indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos.
- 300** **Esquema 8.5** Características potenciadoras para que um indivíduo, com idade entre os 18 e os 29 anos, não tenha progredido para o segundo filho (ou posterior).
- 301** **Esquema 8.6** Características potenciadoras para que um indivíduo, com idade entre os 30 e os 39 anos, não tenha progredido para o segundo filho (ou posterior).
- 302** **Esquema 8.7** Características potenciadoras de um maior número médio de filhos.
- 304** **Esquema 8.8** Características potenciadoras para que um indivíduo, com idade entre os 18 e os 39 anos, tenha uma fecundidade final esperada de apenas um filho.
- 306** **Esquema 8.9** Características potenciadoras de se ter uma fecundidade final esperada mais elevada.

Fundação Francisco Manuel dos Santos

Estudos Publicados

POLÍTICAS SOCIAIS

Coordenador: Pedro Pita Barros

Desigualdade económica em Portugal [2012]

Coordenador: Carlos Farinha Rodrigues

Informação e saúde [2013] Rita Espanha

Custos da saúde: passado, presente e futuro [2013]

Coordenador: Carlos Costa

Mortalidade infantil em Portugal [2014]

Coordenadores: Xavier Barreto e José Pedro Correia

Determinantes da fecundidade em Portugal [2016]

Maria Filomena Mendes, Paulo Infante, Anabela Afonso, Andreia Maciel, Filipe Ribeiro, Lídia Patrícia Tomé e Rita Brazão de Freitas

CONHECIMENTO

Coordenador: Carlos Fiolhais

Escolas para o século XXI [2013] Alexandre Homem Cristo

Que ciência se aprende na escola? [2013]

Coordenadora: Margarida Afonso

Literatura e ensino do Português [2013]

José Cardoso Bernardes e Rui Afonso Mateus

Ensino da leitura no 1.º ciclo do ensino básico: crenças, conhecimentos e formação dos professores [2014]

Coordenador: João Lopes

A ciência na educação pré-escolar [2014]

Coordenadora: Maria Lúcia Santos

Os tempos na escola: estudo comparativo da carga horária em Portugal e noutros países [2014]

Coordenadora: Maria Isabel Festas

Ciência e Tecnologia em Portugal: métricas e impacto (1995-2011) [2015]

Armando Vieira e Carlos Fiolhais

O multimédia no Ensino das Ciências: cinco anos de investigação e ensino em Portugal [2014]

João Paiva, Carla Morais e Luciano Moreira

Cultura científica em Portugal: ferramentas para perceber o mundo e aprender a mudá-lo [2015]

António Granado e José Vítor Malheiros

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Coordenadora: Susana Peralta

O cadastro e a propriedade rústica em Portugal [2013]

Coordenador: Rodrigo Sarmiento de Beires

25 anos de Portugal europeu [2013]

Coordenador: Augusto Mateus

A Economia do Futuro: a visão de cidadãos, empresários e autarcas [2014]

Coordenador: João Ferrão Publicado em duas versões: estudo completo e versão resumida

Três décadas de Portugal europeu: balanço e perspetivas [2015]

Coordenador: Augusto Mateus

Investimentos em Infra-estruturas em Portugal [2016]

Alfredo Marvão Pereira e Rui Marvão Pereira

ESTADO E SISTEMA POLÍTICO

Coordenador: Pedro Magalhães

Avaliações de impacto legislativo: droga e propinas

[2012] Coordenador: Ricardo Gonçalves, publicado em duas versões: estudo completo e versão resumida

Justiça económica em Portugal [2013]

Coordenadores: Nuno Garoupa, Pedro Magalhães e Mariana França Gouveia, publicado em 9 volumes

Segredo de justiça [2013] Fernando Gascón Inchausti

Feitura das leis: Portugal e a Europa [2014]

João Caupers, Marta Tavares de Almeida e Pierre Guibentif

Portugal nas decisões europeias [2014]

Coordenadores: Alexander Treschel e Richard Rose

Juízes na Europa: formação, selecção, promoção e avaliação [2015] Carlos Gómez Ligüerre

O Ministério Público na Europa [2015]

José Martín Pastor, Pedro Garcia Marques e Luís Eloy Azevedo

POPULAÇÃO

Coordenadora: Maria João Valente Rosa

Processos de envelhecimento em Portugal: usos do tempo, redes sociais e condições de vida [2013]

Coordenador: Manuel Villaverde Cabral, publicado em duas versões: estudo completo e versão resumida

Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa: 1950-2011 Evolução e Perspectivas [2014]

Director: Mário Leston Bandeira



MENDES, Maria Filomena, Professora Associada no Departamento de Sociologia da Universidade de Évora e membro integrado do CIDEHUS-UÉ. Doutorada em Sociologia, lecciona Demografia a cursos de licenciatura e mestrado. Tem coordenado vários projetos de investigação na área da Demografia e da Sociologia. Tem várias publicações nestes domínios científicos. É atualmente Presidente da Direção da Associação Portuguesa de Demografia.

AFONSO, Anabela, Doutorada em Matemática pela Universidade de Évora em 2010. Área de especialização em Amostragem e Amostragem em Populações Animais, mas também com publicações em Modelação Estatística. É docente do Departamento de Matemática, membro integrado do Centro de Investigação em Matemática e Aplicações e Adjunta do Diretor do Mestrado em Modelação Estatística e Análise de Dados, da Universidade de Évora.

MACIEL, Andreia, Doutorada em Sociologia pela Universidade de Évora em 2015, é Mestre em Sociologia pela mesma Universidade. Área de especialização em demografia, e a sua investigação centra-se na temática da fecundidade, estudando a dimensão familiar ideal, as intenções de fecundidade de curto prazo e ao longo do curso de vida. É membro integrado do CIDEHUS-UÉ.

RIBEIRO, Filipe, Doutorado em Sociologia pela Universidade de Évora em 2015, é Mestre em Modelação Estatística e Análise de Dados, pela mesma Universidade, e Mestre em Demografia pela Universidade de Lund, European Doctoral School of Demography. O seu interesse de investigação centra-se no estudo da velocidade de envelhecimento e na elaboração de previsões e projeções de mortalidade e população. É membro integrado do CIDEHUS-UÉ.



TOMÉ, Lídia Patrícia, Doutorada em Sociologia pela Universidade de Évora em 2015, é Mestre em Modelação Estatística e Análise de Dados pela Universidade de Évora e em Demografia pela Universidade de Lund, European Doctoral School of Demography. Área de especialização em Demografia, a sua investigação foca-se na temática da fecundidade e transição para a parentalidade. É membro integrado no CIDEHUS-UÉ.

INFANTE, Paulo, Doutorado em Matemática pela Universidade de Évora em 2004. Área de especialização em Controlo Estatístico de Qualidade, mas também com várias publicações e orientações em Modelação Estatística. Atualmente é docente do Departamento de Matemática, membro integrado do Centro de Investigação em Matemática e Aplicações e Adjunto do Diretor do Departamento de Matemática.

FREITAS, Rita Brazão, Doutoranda em Sociologia na Universidade de Évora, mestre em Modelação Estatística e Análise de Dados pela mesma Universidade. Desde Fevereiro de 2016, investigadora no Vienna Institute of Demography (FWF-projects 28071), no âmbito do projeto: "Running against the clock: realizing family plans over the life course". Área de especialização em Demografia. É membro integrado do CIDEHUS-UÉ.

Portugal regista atualmente um dos mais baixos níveis de fecundidade da Europa e do mundo, resultado da redução do número de filhos e do adiamento dos nascimentos para idades mais tardias.

As características individuais e a idade ao nascimento do primeiro filho são determinantes cruciais para o número de filhos que se tem e que se espera ter, variando em função do grau de instrução. Apesar das alterações comportamentais ao longo das últimas décadas, os contextos familiares e a conjugalidade continuam a ser centrais na vida dos portugueses, pois aqueles que não vivem com cônjuge ou companheiro apresentam fecundidades mais baixas. A dimensão familiar ideal é outro determinante crítico, dado que ideais mais baixos potenciam que se tenha menos filhos, dificultando a recuperação da fecundidade. O ideal parece corresponder ao número de filhos que permite manter um determinado nível de vida para a família e ainda garantir aos filhos mais oportunidades, mesmo que para tal se tenha apenas um filho. Daí também a atual relevância das questões económicas nas decisões de fecundidade.

A alteração de mentalidades parece ter gerado um novo modelo social marcado por uma crescente valorização dos filhos.